3 1761 07149078 3

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/novacartachorogr03vi

General MARQUEZ D'AVILA E DE BOLAMA

Nova Carta Chorographica de Portugal

Lisboa — Imprensa Lucas — 1914

A NOVA

CARTA CHOROGRAPHICA

DE

PORTUGAL

A NOVA
CARTA CHOROGRAPHICA
DE
PORTUGAL

PELO

General MARQUEZ D'AVILA E DE BOLAMA

INSPECTOR GERAL DE OBRAS PUBLICAS
ANTIGO DIRECTOR GERAL DOS TRABALHOS GEODESICOS E TOPOGRAPHICOS
SOCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA

TOMO III

Noticias relativas a vinte e quatro das suas folhas

LISBOA
COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LUCAS
RUA DO DIARIO DE NOTICIAS, 91

1914

LIBRARY
FEB 2 1979
UNIVERSITY OF TORONTO

Folha n.º 20-f (Alandroal)

A folha n.º 20-f comprehende parte das folhas n.ºs 25 e 29 da Carta chorographica de Portugal, na escala de 1/100000, feita pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos; a região que corresponde a esta folha foi levantada pelos officiaes do exercito, Antonio Maria da Silva Valente, José Antonio Fernandes Braga e Francisco Carlos Lima, nos annos de 1863, 1866 e 1867.

A ampliação e rectificação d'esta folha foi executada em pranchetas de campo, pelo então tenente de infantaria, sr. Francisco de Paula Geraldes Barba, no anno de 1905.

As coordenadas geographicas, que limitam a folha n.º 20-f, são approximadamente: 38° 35′ a 38° 46′ de latitude norte e 1° 23′ a 1° 44′ de longitude leste de Lisboa, Observatorio do Castello de S. Jorge.

Comprehende esta folha parte dos concelhos de Evora, Estremoz, Borba, Villa Viçosa, Alandroal e Redondo, todos pertencentes ao districto administrativo de Evora.

Dos concelhos de Estremoz e Borba só se vê a séde da freguezia d'aquelle concelho denominada Canal (N. S. das Reliquias).

Do concelho de Evora vê-se apenas a freguezia de Machede (S. Miguel).

Do concelho de Villa Vigosa encontram-se as freguezias de Bencatel e Pardaes.

Do concelho de Alandroal vêem-se as freguezias de Alandroal (N. S. da Conceição) e Terena.

Do concelho de Redondo encontram-se as freguezias do Monte da Virgem, S. Bento do Zambujal, Freixo, Redondo (N. S. d'Annunciação) e Cadaval.

Estradas

O terreno d'esta folha é cortado por numerosos caminhos, quasi que os unicos meios de communicação entre as differentes povoações aqui situadas, pois estradas apenas se vêem as seguintes:

E. N. n.º 69 — Entra a O. da folha passa nas freguezias de Machede e de Redondo.

E. D. n.º 173 — Parte da freguezia de Redondo e toma a direcção N. E. passando pela freguezia de Bencatel.

E. D. n.º 174 — Entra ao N. da folha e dirige-se para S. passando pela freguezia do Alandroal e termina approximadamente a 3 kilometros da freguezia de Terena.

E. M. — Parte da freguezia de Redondo e dirige-se para N. até perto de Agua Salte.

E. M. — Parte da freguezia antecedente e dirige-se para O. N. O. até a Ponte do Atalho, na ribeira do mesmo nome.

E. M. — Parte da E. N. n.º 69, a S. O. da freguezia de Redondo, e se dirige para S. pouco abaixo do Monte do Ribeiro.

Da freguezia de Terena partem algumas estradas municipaes, na direcção de E. e S. E.

Hydrographia

Das linhas d'agua, que serpenteiam n'esta região, as mais importantes são:

Ribeira de Lucefece ou de Terena — Entra ao N. da folha corre no sentido N. S. e depois a E. passando a N. da freguezia de Terena.

Ribeira do Alandroal — Nasce ao N. da freguezia do mesmo nome, passa a O. da referida freguezia e corre para S. até desaguar na ribeira de Lucefece ou de Terena.

Ribeira Secca — Nasce na serra d'Ossa a N. E. da freguezia do Monte da Virgem, corre na direcção S. E. e depois a E. até encontrar a ribeira de Lucefece.

Ribeira do Alcaide — Atravessa o angulo S. E. da folha, a 2 kilometros da freguezia de Terena.

Ribeira de S. Bento — Nasce ao N. da freguezia de S. Bento do Zambujal, corre a O. d'esta freguezia tomando a direcção de S.

Ribeira de Pardiella — Nasce ao S. do logar de Corredoura, corre na direcção N. S. passando a 2 kilometros da freguezia de Machede.

Ribeira da Palheta — Nasce n'um cabeço denominado Chãos, corre na direcção N. S. até encontrar a ribeira de Pardiella.

Orographia

Ao norte d'esta folha e um pouco a E. vê-se a Serra d'Ossa com a sua maior altitude e no sentido N. O. a S. E. podendo-se dizer que toda a serra se estende por esta região.

No ponto mais elevado da serra está construida a pyramide de 1.ª ordem, com a cota de 649 metros de altitude. Do ponto mais alto d'esta serra se descobre quasi todo o Alemtejo, a serra d'Ar

rabida e o Castello de Palmella. Esta serra é abundantissima em agua. Afirma Severim de Faria que, no sitio denominado Valle d'Infante, existiu antigamente a cidade de Canase ou Canali.

Povoações principaes

Alandroal, Redondo, Terena e Bencatel.

Alandroal

Esta villa do districto de Evora, comarca do Redondo e bispado de Elvas, é cabeça do concelho do seu nome; fica a 34 kilometros ao Sul de Elvas e a 9 ao S. E. de Borba.

O orago da sua unica freguezia é Nossa Senhora do Castello.

Assenta na encosta de um monte dividido em duas partes por um castello: á de cima, cercada de vinhas e olivaes, chama-se *Matta*; á de baixo denominam *Arrabalde*.

O seu antigo castello tem sete torres em redor, e no centro a de *menagem*; das suas tres portas a principal fica entre duas torres. Segundo se lê n'uma inscripção, as obras para a fundação do castello foram mandadas fazer pelo Mestre d'Aviz, D. Lourenço Affonso, que pôz a primeira pedra a 6 de Fevereiro de 1294.

Conforme se lê no *Portugal, Antigo e Moderno*, a torre de menagem tem no meio uma cruz da ordem de Aviz com esta inscripção:

Era 1336 (1298 de Jesus Christo) a 25 dias andados de fevereiro, fez este castello D. Lourenço Affonso, mestre d'Aviz á honra e serviço de Deus e de Santa Maria, sua madre, e das ordens do muito nobre senhor D. Diniz, rei de Portugal e do Algarve (reinante em aquelle tempo) e em defendimento de seus reinos. Salvator mundi salva nos.

E' curiosa a seguinte legenda, que se lê tambem na porta da torre, gravada em pedra branca:

Quando quizeres fazer alguma cousa, cata o que te é necessario, e depois verás; e a quem de ti se fiar, não o enganes: lealdade em todas as cousas.

A denominação Alandroal provem dos muitos *alandros* (eloendros), que cercavam a fonte do Mestre, assim chamada por ser do Mestre d'Aviz, que era donatario da villa.

Fica dentro do castello a egreja da villa, que foi da Ordem de Aviz.

A villa já era importante no tempo de D. João II, como o prova a concessão do foral, que este Monarcha lhe fez em 29 de Abril de 1486. O seu foral novo é de 10 de Outubro de 1514.

Na povoação da Granja que pertence ao terreno do Alandroal, ha em alguns outeiros trabalhos visiveis de exploração de minas. Estes trabalhos demonstram que d'ali foi extrahido minerio, pelos povos que antigamente dominaram n'aquella região.

Lê-se no *Diccionario Popular* que a terra gosa, desde muito, de fundados creditos de salubridade, e que não ha memoria de ter ali havido epidemia alguma, e sim de se terem acolhido a esta villa elevadas personagens, fugindo ás péstes, que grassavam em diversas localidades do paiz.

Redondo

Villa e cabeça de concelho do districto de Evora, é séde de uma comarca, que abrange as sete freguezias do concelho, uma do concelho de Villa Viçosa (Bencatel), todas as sete freguezias do concelho do Alandroal, e duas do concelho de Evora (S. Miguel de Machede e Vallongo.)

Assenta a villa do Redondo n'uma planicie, junto da serra de Ossa. Tem algumas fabricas de pannos.

O castello que ali havia outr'ora, e que foi reconstruido por

el-Rei D. Diniz, já existia no tempo dos Romanos, porque o grande Viriato estabeleceu n'elle quartel, e teve a sua almenara ou *torre de vigia* no monte de S. Gens.

Depois de Viriato tambem Sertorio se estabeleceu no castello.

Quando se conteste porem a veracidade das noticias acerca de Viriato e de Sertorio, a muita antiguidade de povoação é attestada por monumentos megalithicos, que se têem encontrado nas proximidades da villa.

Na villa do Redondo houve um mosteiro de frades capuchos da provincia da Piedade.

A construcção de uma egreja de Nossa Senhora n'um cabeço situado a pouca distancia da villa, e que se chamava Monte do Trigo, fez com que se lhe mudasse o nome em Monte da Virgem.

Tambem fóra da villa ha uma formosa egreja de Nossa Senhora da Saude, construida no seculo XVII.

A importancia da villa e a sua antiguidade são afirmadas pelos seus foraes, que lhes foram respectivamente concedidos: em 1250, por D. Affonso III; em 27 de Abril de 1318, por D. Diniz; e em 20 de Outubro de 1516, por D. Manuel.

A villa e seu termo são principalmente abundantes de azeite, cera, mel, cereaes, lãs e cortiças.

Terena

Esta villa do Alemtejo, de grande antiguidade, é séde de freguezia no concelho do Alandroal, que tem por orago S. Pedro.

Do castello que a defendia, e dos muros que a cercavam, restam apenas ruinas.

N'esta villa conservam-se inscripções dedicadas a Endovelico ou Cupido, que era um dos deuzes dos primitivos luzitanos. No seu termo encontram-se antiguidades romanas e outras, como as precedentemente citadas, anteriores aos denominadores do mundo.

Houve outr'ora em Terena um magnifico templo, de que o Infante D. Henrique, filho d'el-Rei D. Manuel mandou tirar quando arcebispo de Evora, noventa e seis columnas de bello marmore, para com ellas aformosear o Collegio do Espirito Santo, Collegio que para os jesuitas mandara levantar na séde do seu arcebispado. Depois o Duque D. Theodozio de Bragança completou este acto de vandalismo, enriquecendo com as preciozidades que ainda existiam no templo de Endovelico o mosteiro de Nossa Senhora da Graça, que tinha mandado construir em Villa Viçosa.

Em Terena ha a famosa egreja da Boa Nova, fundada pela Rainha D. Maria, mulher de D. Affonso XI de Castella e filha de Affonso IV de Portugal. Diz-se que a Rainha, retirando-se para Castella, descoroçoada de não poder obter de seu pae, que soccorresse seu marido, ameaçado por Ali-Alboacem, Imperador de Marrocos, quando chegou a Terena, recebeu por um mensageiro que vinha a toda a pressa no seu encalço, a *boa nova* de que el-Rei seu pae resolvera acceder ao seu pedido. Isto passava-se em 1340.

A egreja, em figura de cruz, foi construida em forma de fortaleza, defendida superiormente com ameias.

A insalubridade do sitio, em que estava a egreja da Boa Nova, que era matriz da villa, obrigou a povoação a mudar-se, ficando esta egreja a 1500 metros da villa actual.

A Sebastião Correia de Sá, Visconde de S. Gil de Perre, foi dado em 1836 o titulo de Conde de Terena, sendo depois elevado a Marquez.

Bencatel

A povoação de Bencatel, pertence ao concelho de Villa Viçosa, do districto de Evora, e á comarca do Redondo. O orago da sua freguezia é Sant'Anna.

Está situada n'um fertil valle a 4 kilometros da cabeça do seu

concelho. De Bencatel avista-se Redondo, Evora-Monte e Terena. Proximo da Ermida de S. Pedro, no termo da freguezia, brota dentre umas prenhas um olho d'agua tão abundante, que, no seu percurso de 6 kilometros, faz moer 18 azenhas e um moinho, desagua no Lucifici.

E' notavel esta freguezia por possuir grande numero de fontes de boa agua.

A ribeira de Bencatel, que nasce proximo da povoação, afflue á margem direita do Guadiana, depois de ter servido varias azenhas e pisões.

Tambem proximo da povoação de Bencatel, que se tem tornado importante, está a serra da Vigaria (ramificação da serra d'Ossa), que tem as admiraveis carreiras de marmores brancos, azues e de matiz, que rivalisam com os da Italia. E' fora de duvida que perto de Bencatel e a O., existiu uma povoação romana, no sitio da Galharda. Diversas moedas romanas, sepulturas, medalhas e encanamentos de marmore se tem ali encontrado. Ha tempos appareceu uma ara com a seguinte inscripção:

FONTANO
ET FONTANAE
PRO. SALVT. AL
BI. FAVSTI. ALBIA
PACINA. V. S. A. L.

E' singular a divisão da divindade da fonte em um Fontano e uma Fontana (Nota Arch. do Dr. E. Hübner).

Folha n.º 13-f (Alcains)

As coordenadas geograficas, limites d'esta folha, são approximadamente 39º 51′ e 40º 2′ de latitude N. e 1º 22′ a 1º 45′ de longitude E. do Observatorio do Castello de S. Jorge. A região n'ella representada está inteiramente comprehendida na Folha n.º 17 da antiga Carta chorographica, na escala de 1/100000, levantada nos annos de 1866 e 1867, pelos officiaes do exercito Gerardo Augusto Perry, Cesar Augusto Barrada Guerreiro, Joaquim Manuel Moura Lima Condestavel e sr. Mariano Antonio de Azevedo.

A ampliação da folha para a escala de 1/50000, e a sua rectificação, foram feitas em pranchetas de campo pelo actual capitão de artilharia, sr. José Augusto Pereira Gonsalves Junior, no anno de 1907.

A região descripta, e que é constituida por uma parte dos concelhos de Castello-Branco, Oleiros e Fundão, pertence na sua totalidade ao districto de Castello-Branco.

Freguezias

Do concelho de Castello-Branco encontram-se as seguintes: Alcains, Cafete, Salgueiro, Sarzedas, Almaceda, Sobral do Campo, Tinalhas, Freixial, Povoa do Rio de Moinhos, Escallos de Baixo, Escallos de Cima, e Lordosa.

Do concelho de Oleiros a freguezia de Samadas de Simão.

Do concelho do Fundão, não está marcada nenhuma séde das suas freguezias.

Povoações

Não ha nenhuma povoação, que mereça referencia especial, mas como pela sua situação se escolheu a aldeia de Alcains para designar a folha n.º 13-f, diremos que é uma aldeia importante, que pertence ao concelho, comarca e districto de Castello-Branco.

O orago da sua freguezia é Nossa Senhora da Conceição.

Estradas

E. N. n.º 16 — Parte da E. N. n.º 54, dirigi-se sensivelmente para E. passando proximo da freguezia de Escallos de Baixo.

E. N. n.º 54 — Parte da margem S. da folha, proximo do Caminho de ferro, sobe para N. E. passando pela freguezia de Escallos de Cima, e prolongando se na mesma direcção até á margem E. da folha.

E. N. n.º 55 — Parte tambem da margem S. da folha, proximo da povoação de Covadinha, e sobe para o N. passando a O. das freguezias de Alcains e Lardosa.

Ramal da E. N. n.º 16 — Parte da E. N. n.º 16, passa pela freguezia de Escallos de Baixo, e sobe para N. até entroncar com a E. n.º 54 ao S. da freguezia de Escallos de Cima.

Ramal da E. N. n.º 55 — Liga a E. N. n.º 55 com a E. N. n.º 54, passando na freguezia de Alcains.

E. D. n.º 119 — Parte da freguezia de Tinalhas e dirige-se para N. até á margem da folha, passando a E. da freguezia de Sobral do Campo.

E. M. — Sómente se encontra uma estrada municipal, que liga as freguezias de Alcains, Povoa de Rio de Moinhos e Tinalhas.

Caminhos de ferro

Esta região é atravessada de S. a N. pela linha ferrea da Beira Baixa, encontrando-se no seu percurso as estações de Alcains e Lardosa.

Hydrographia

Correm n'esta região bastantes linhas d'agua, sendo a maior parte affluentes da Ribeira de Ocreza que a atravessa no sentido N. S. Esta Ribeira, um dos affluentes do rio Tejo, nasce na serra do Guardinha ao N. d'esta folha, corre entre as freguezias da Povoa de Rio de Moinhos e Alcains passando sob a ponte da E. M. que as liga e desapparecendo na margem S.

Rio Tripeiro — Affluente da ribeira Ocreza, atravessa esta região no sentido N. S., passa na freguezia de Almaceda, nas povoações Martim Branco e Lagas, e desaparece na margem S. da folha, perto da ribeira de Ocreza.

Ribeira de Maqueija, que nasce tres leguas a N. N. O. da freguezia de Sarzedas, corre ao S. e depois a E. descrevendo quasi

um S.; entra no rio Tripeiro proximo da povoação da Sarrasqueira com o curso de seis leguas.

Ribeira de Gaulo é affluente á ribeira de Maqueija, nasce perto da povoação de Valle Bom, corre depois para o S. até encontrar a ribeira a que afflue.

Na parte E. da folha proximo das freguezias de Escallos de Cima e de Escallos de Baixo, corre parallelamente ao Ramal da E. N. n.º 16 uma linha d'agua denominada Ribeirinha.

Entre as E. E. N. N. n.º 55 e n.º 54 encontra-se a ribeira de Liria, ou rio Liria, affluente á margem esquerda da ribeira de Ocreza, que nasce na freguezia de Alcains e corre para S.; no seu percurso recebe o ribeiro de Penedo Gordo, e a ribeira de Lirião.

Orographia

A area d'esta folha é bastante accidentada, principalmente na parte N. O., por onde se prolonga uma parte da serra da Guardunha, vendo-se ali as pyramides: Cardal (859^{m}), Picoto (835^{m}), Cabeça Gorda (905^{m}), Lapa (896^{m}) e Cerla (520^{m}). Na parte E. apezar de menos accidentada, ainda assim veem-se alguns cabeços com cotas elevadas, como por exemplo Villa da Vinha (409^{m}), Antas (384^{m}), Atalia (389^{m}).

Folha n.º 10-d (Anadia)

As coordenadas geographicas d'esta folha são: 40º 23′ a 40º 34′ de latitude norte e 0º 37′ a 1º de longitude leste de Lisboa (Observatorio do Castello de S. Jorge).

Está comprehendida nas folhas n.os 10, 11, 13 e 14 da antiga Carta chorographica, levantada em 1861, 1863, 1864, 1873 e 1876 na escala de 1/100000, pelos officiaes do exercito Antonio Severino Alves Galvão, José Antonio Fernandes Braga, Augusto Gerardo Telles Ferreira, Francisco Carlos Lima e Fernando Rodrigo do Rego.

Os levantamentos originaes foram ampliados em 1901 para pranchetas de campo, na escala de 1/50000, pelo então capitão de infantaria e engenheiro civil, sr. João Miguel Dias.

Concelhos e freguezias

Abrange esta folha parte dos districtos administrativos de Aveiro e Vizeu.

Do districto d'Aveiro comprehende parte dos concelhos de Agueda, Anadia, Oliveira do Bairro e Mealhada.

Do districto de Vizeu comprehende parte dos concelhos de Mortágua, Tondella e S.ta Comba Dão.

Do concelho de Agueda vêem-se as freguezias seguintes: Agadão, Barrou, Aguada de Baixo, Castanheira e Bellazaima.

Do concelho de Anadia vêem-se as seguintes freguezias: Sangalhos, Avellãs de Caminho, Ancas, Mogofores, Arcos da Anadia, S. Lourenço do Bairro, Ois do Bairro, Avellãs de Cima, Moita, Villa Nova de Monsanos e Tamengos.

Do concelho de Oliveira do Bairro apenas se encontra a freguezia de Oliveira do Bairro.

Do concelho da Mealhada só se vê a freguezia de Ventoza do Bairro.

Do concelho de Mortagua vêem-se as freguezias de Espinho, Mortagua e Sobral.

Do concelho de Tondella vêem-se as seguintes freguezias: Mosteirinho, S.ta Eulalia, Barreiro e Castellões.

Do concelho de S.ta Comba Dão apenas se vê a freguezia de Couto do Mosteiro.

Caminhos de ferro

Esta região é atravessada pelas linhas ferreas do Norte e Beira Alta.

A linha do Norte entra ao S. da folha passa a O. das freguezias de Anadia e Oliveira do Bairro, onde tem as respectivas estações.

A linha da Beira Alta entra ao S. da folha, proximo do logar de Barrou e dirige-se para leste encontrando-se no seu percurso as estações de Luso e Mortagua e varios tuneis, sendo os mais notaveis um ao N. do logar de Salgueiro e outro a O. da povoação de Valle do Mouro.

Estradas

O terreno descripto n'esta folha é cortado por numerosos caminhos, que ligam entre si as varias povoações n'elle existentes, havendo a notar alem d'estes meios de communicação as seguintes estradas:

E. N. n.º 8 — Vê-se na folha junto da margem S., atravessa a linha da Beira Alta em varios pontos e passa na Villa de Mortagua e pelas povoações de Barril de Baixo e de Breda.

E. N. n.º 10 — Atravessa esta região de N. a S. passa por Sardão, Aguade de Baixo (freguezia), Avellãs do Caminho (freguezia) e a O. da villa d'Anadia e do logar de Aguim.

E. D. n.º 73 — Parte da E. N. n.º 10 a N. O. da villa de Anadia segue parallelamente á linha ferrea do norte, passando por Oliveira do Bairro.

E. D. n.º 73 — Parte da Villa de Anadia e dirige se para a estação do Luso passando por Monsanos pela freguezia de Villa Nova de Monsanos.

E. D. n.º 74 — Entra no limite S. da folha em Salgueiro, toma a direcção N. indo até á freguezia de Bellazaima onde termina. Passa pelas povoações de Algerir, Junqueira, Valle da Mó, Povoa da Gaga, Canellas, Mata de Baixo e Povoa de Valle do Trigo.

E. D. n.º 75 — Parte da E. N. n.º 10 a N. O. da villa de Anadia, atravessa o rio Sertoma e a linha ferrea passando pelo logar de S. Matheus e pela freguezia de Anças e Mogofores.

E. D. n.º 79 — Parte da E. N. n.º 8 a E. da Villa de Mortagua e dirige-se para N. até Villa Moinhos, a S. da freguezia de Sobral.

E. M. — Parte da E. N. n.º 10 ao N. de Sardão e dirige-se para O. passando pelos logares de Piedade e de Perrains.

E. M. — Parte da freguezia de Barrou e dirige se para a E. N. n.º 10.

E. M. — Liga a freguezia de Oliveira do Bairro com a de Aguada de Baixo.

E. M. — Parte da E. D. n.º 75 ao S. de Mogofores até Outeiro de Cima, bifurcando-se ahi, indo um ramal para Ois do Bairro e outro para S. Lourenço do Bairro.

E. M. — Parte da Villa de Anadia atravessa a E. N. n.º 10, o rio Sertoma e a linha ferrea e segue para O. passando pelas freguezias de Ois do Bairro e S. Lourenço do Bairro até um kilometro a N. do logar de Paredes.

E. M. — Parte da freguezia de Mogofores vem para S. até á freguezia de Tamengos, dirigindo-se para O. até ao logar de Horta.

E. M. — Parte da freguezia de Tamengos, atravessa o rio Sertoma, a linha ferrea e a E. N. n.º 10, passa por Aguim na E. M. que parte da E. D. n.º 73.

E. M. — Parte da E. D. n.º 73, desce para S. até ao logar de Grada.

E. M. — Parte da E. N. n.º 10 no logar de Pereireiro vae á freguezia de Aguim e termina na E. M. que vem da E. D. n.º 73.

E. M. — Parte da Villa de Arcos de Anadia e dirige-se quasi horisontalmente á E. D. n.º 74 no logar de Valle da Mó, passando pela freguezia da Moita. D'esta estrada, na povoação de Quintella da Egreja partem duas outras, uma para o logar de Ferreiro e outra para o logar de Valle de Avim.

E. M. — Entre a freguezia de Villa Nova de Monsanos e o logar de Algeriz.

E. M. — Entre a freguezia de Avellãs do Caminho e o logar de Cerca.

E. M. — Parte da freguezia de Arcos de Anadia, passa Alfeloas, Avellãs de Cima e vae entroncar na E. D. n.º 74 no logar de Boialvo.

E. M. — Parte da villa de Mortagua passa por Gandra e Pala, terminando na povoação de Macieira.

Hydrographia

As principaes linhas d'agua são:

Rio Sertoma ou Certime — Corre n'essa região de S. para N. a O. da linha ferrea do N. proximo da Villa da Anadia onde passa sob uma ponte seguindo depois entre esta linha e a E. N. n.º 10. vae entrar n'uma pequena lagoa, denominada do Requeixo, de que se vê parte.

Rio Agueda — Entra na folha a S. E. da freguezia da Castanheira, quasi no limite N. da folha, recebe o rio Agadão e segue tortuosamente na direcção geral O. N. O., desaparecendo perto da povoação de Sardão.

Rio Agadão — Nasce na serra do Caramullo, corre em curvatura e em direcção geral para O.; passa pelas freguezias de Mosteirinho e Agadão entrando depois no rio Agueda.

Rio Criz - Nasce na serra do Caramullo entra na folha a E. corre para S. passando sob uma ponte a E. N. n.º 8 e desaparece depois de ter atravessado a linha ferrea da Beira Alta onde tem ponte.

Ribeira de Mortagua — Nasce na serra do Caramullo entre as povoações de Linhas de Pala e Tojeira, corre para S. em sinuosas curvas, vindo passar perto e a E. da villa de Mortagua.

Orographia

A região que esta folha apresenta é bastante montanhosa, mui principalmente toda a parte E. onde está bem marcada a cumiada da serra do Caramullo e as faldas da serra do Bussaco, vendo-se algumas pyramides geodesicas taes como: pyramide de 1.ª ordem Caramullo, com 1071 metros de altitude, Aguas Boas, com 810 me-

tros, Boi com 766 metros, Sousa com 647 metros, Paredes com 421 metros e Ninho d'Agua com a cota de 310 metros de altitude.

Na parte O. a maior cota de altitude que se encontra é de 100 metros a O. da freguezia de Tamengos.

Povoações principaes

Anadia, Mortagua e Oliveira do Bairro.

Anadia

Nas faldas do monte Crasto, proximo a uma varzea fertilissima demora esta villa de fundação relativamente recente. Pertence ao districto e bispado de Aveiro, e é séde de concelho e de comarca.

A villa não tem egreja matriz, e dá-se n'ella a condição pouco vulgar de pertencer a duas freguezias — Moita e Arcos — seis mezes no anno a cada uma.

O concelho de Anadia possue a importante circumstancia de ser o que tem maior numero de estradas.

N'este concelho a quinta das Felgueiras que a Sr.ª D. Maria Emilia Seabra de Castro herdou de seus paes, e que teem accrescentado com largas acquisições, constitue uma propriedade enorme, que, com as suas estradas, bemfeitorias e aformoseamentos, é, sem a minima duvida, uma das mais bellas vivendas de Portugal. No *Diccionario historico Portugal* vem uma boa gravura da casa da Sr.ª D. Maria Emilia Seabra de Castro.

Apressemos-nos em consignar que os melhores edificios são: na villa o palacio da Condessa de Anadia e nos suburbios o palacio do Marquez da Graciosa que é sumptuoso, e que tem uma quinta formosissima.

A' villa de Anadia deu foral el-Rei D. Manuel a 25 de Agosto de 1514.

Mortagua

A villa de Mortagua, séde de concelho e de julgado municipal da comarca de Santa Comba Dão, pertence ao districto administrativo de Vizeu, e ao bispado de Coimbra.

Da sua unica freguezia é orago Nossa Senhora da Conceição.

O extenso valle em que está situada, de fertilidade notavel, é regado por duas caudalozas ribeiras, cortadas por duas boas pontes; as ribeiras juntam-se a pouca distancia ao Sul da villa, lançando-se pouco depois no rio Dão, que vae afluir ao Mondego perto de Penacova.

Da sua grande antiguidade dão-nos argumentos irrecusaveis o facto de ter sido resgatada dos mouros por D. Fernando Magno em 1058, e o de já ter fôro de villa no reinado de D. Sancho I, como consta de documentos do archivo da sua Camara Municipal.

O seu primeiro foral foi-lhe concedido em 21 de Agosto de 1403, por Gonçalo Annes de Sousa, senhor de Tentugal, Mortagua e outras mais terras, e progenitor dos muito illustres Duques de Cadaval. Este fidalgo residia em Mortagua. El-Rei D. Manuel deu-lhe foral novo, a 8 de Janeiro de 1514.

El-Rei D. Duarte fez doação d'esta villa e da de Penacova a D. Sancho de Noronha e a sua mulher D. Maria de Souza, primeiros Condes de Odemira, em cuja casa se conservou até 1640.

D. João IV confirmou esta doação em favor do Conde D. Francisco de Faro e duqueza D. Maria de Faro sua filha, e por morte d'esta D. Pedro II deu as duas villas, em 18 de Dezembro de 1671, a D. Nuno Alvares Pereira, Conde de Tentugal, Marquez de Ferreira e 1.º Duque de Cadaval; esta doação abrangia todas as jurisdições, direitos, rendas, padroados de egrejas e officios, assim militares como civis, e alem d'isto o oitavo de todos os fructos.

A antiga importancia da villa afirma-se tambem pelas circumstancias de se ter n'ella alojado, em 1704, D. Pedro II, com toda a sua

côrte, e o Archiduque de Austria, Carlos, depois Carlos III, sendo todo o necessario fornecido pela villa, sem ser preciso recorrer a quaesquer outras povoações.

Diz-se que a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que se venéra na egreja matriz, n'um altar feito em 1571, é muito mais antiga que o altar.

No monte chamado Cabeço do Senhor do Mundo, que fica sobranceiro á villa, existiu, segundo é tradição, um castello romano de que ainda se veem vestigios.

O terreno do concelho e da villa é muito fertil em cereaes, vinho, azeite e mel. Mortagua exporta grande quantidade de madeiras de pinho; é dotada de muitos e importantes serviços publicos.

Oliveira do Bairro

A villa d'este nome, cabeça de concelho do distrito de Aveiro, pertence ao bispado de Coimbra e á comarca de Anadia.

E' dedicada a S. Miguel a sua unica freguezia.

Assenta a villa na estrada, que parte de Aveiro a entroncar-se com a do Porto para Coimbra; fica na margem esquerda do rio Sertoma affluente do rio Agueda.

Foram donatarios d'esta villa os Marquezes de Arronches, Condes de Miranda e depois Duques de Lafões, como antigamente referimos.

O edificio da Camara Municipal é notavel pela sua elegancia e vastidão, que o habilita a poder instalar todas as repartições publicas do concelho.

Oliveira do Bairro teve foral, dado por el Rei D. Manuel, a 6 de Abril de 1514.

Por decreto de 21 de Novembro de 1895 foi supprimido este concelho, passando as suas freguezias a ser annexadas aos de Anadia, Vagueira e Aveiro. O concelho de Oliveira do Bairro foi restaurado por decreto de 13 de Janeiro de 1893, perdendo porem a freguezia

de Fermintellos, que ficou no concelho de Agueda, e recebendo em troca a de Palhaça, que era do concelho de Aveiro.

Por decreto de 4 de Dezembro de 1872 esta freguezia de Palhaça regressou ao concelho de Aveiro, com a de Nariz.

Oliveira do Bairro tem a 3ª a estação do Caminho de ferro do Norte.

A região da Bairrada

A região da Bairrada, que produz o famoso vinho d'este nome, que muito justamente gosa de grande nomeada, é constituida por uma parte do territorio dos districtos de Aveiro e de Coimbra. Segundo a *Encyclopedia Portugueza*, a região pode considerar-se limitada: ao S. pelas povoações de Souzella, Adões e Granja, ao N. por Oliveira do Bairro, abrangendo todo o concelho da Mealhada, e parte dos concelhos de Anadia e de Cantanhede.

A região pode ainda dividir-se em duas partes distinctas: a dos vinhos de exportação e a dos vinhos de consumo. A primeira, que forma o centro do paiz vinhateiro da Bairrada, é limitada ao N. pelas povoações de S. Lourenço, Outeiro de Baixo e Mogofores; a L. pelas de Grada e Barrou; ao S. pelas de Travassô, Lendiosa e Silvã, e a O. por Murtede, Escapães e Povoa do Garção.

No artigo da *Encyclopedia Portugueza Illustrada* lê-se tambem o seguinte, que tomamos a liberdade de transcrever textualmente.

«A região dos vinhos de exportação pode ainda dividir-se em duas partes: a do vinho tinto e a do vinho branco, occupando esta ultima a margem do rio Sertima até Ois do Bairro, S. Lourenço e Mogofores, limitada ao S. pelas povoações da Horta, Tamengos e Aguim, e constituindo o terreno restante a região do vinho tinto de embarque.

«Os vinhos do consumo produzem-se no terreno da Bairrada não comprehendido na area já descripta, e podem ser classificados em tres qualidades. Os de primeira qualidade encontram-se ao N. da

região dos vinhos de embarque em Arcas, Paredes, Valle de Estevam e Famalicão; a E. em Arcos, Anadia, Povos do Pereiro, Barrou, Logroçal e Vicariça; ao S. em Pampilhosa, Sargento-Mór, Adões, Corta, Granja, Ança, Cavalleiros, Pisão e Enxofaes; e a O. em Murtede, Venda Nova e Bolho. Os de segunda qualidade encontram-se ao N. em Oliveira do Bairro, Sangalhos e Avelão de Caminho, e a O. em Villarinho. Os de terceira qualidade produzem-se ao S. em Souzellas, Marmeleira, S. Martinho de Pinheiro, Lorçã, Paço e Zouparria.»

A Bairrada é constituida por um largo conjuncto de povoações e respectivos termos, que formam uma vasta circunscripção vinicola, que produzia antes da invasão phylloxerica cerca de 30.000 pipas de excelllente vinho, superiormente apreciado em muitos centros commerciaes do paiz e do Brazil.

No seculo XVIII a cultura da vinha, já então importantissima na região da Bairrada, padeceu um golpe violentissimo, vibrado pela mão omnipotente do Marquez de Pombal, que sob pretexto de que estes terrenos eram mais uteis na cultura de cereaes, de que havia falta, mandou arrancar todas as vinhas.

O verdadeiro motivo d'esta resolução do Marquez de Pombal, foi o engrandecimento da Companhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que o eminente estadista tinha creado em 10 de Setembro de 1756, e que é reputada uma das suas mais importantes e grandiosas fundações.

Os vinhos do Douro tinham caído em successivo descredito, e consequentemente estavam muito reduzidos o seu preço e exportação; estas deploraveis circumstancias eram devidas ao monopolio exercido de facto pela feitoria ingleza.

A creação da Companhia Geral teve por fim: combater e destruir o monopolio da feitoria ingleza; soccorrer os lavradores do Douro na sua dispendiosa agricultura, com emprestimos pelo modico juro de 3% ao anno; e ser a barreira insuperavel de toda a adulteração das qualidades naturaes do vinho do Douro, por meio de

rigorosa fiscalisação, e de um commercio insuspeito, que só se servia de vinho puro e genuino.

A Companhia foi instituida com o fundo de 480:000$000 réis, dividido em 1200 acções de 400$000 réis cada uma.

Tendo sido considerado este fundo como insufficiente, foi augmentado, em 16 de Dezembro de 1760, com mais 600 acções do mesmo preço.

Para a historia da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, remettemos o leitor ao Tomo VII, pag. 415 do *Portugal, Antigo e Moderno*, de Pinho Leal.

A queda do Marquez de Pombal, depois do fallecimento de el-Rei D. José, determinou a replantação das vinhas da Bairrada, readquirindo pouco depois, o commercio dos vinhos d'esta região a sua antiga importancia.

Aguas da Curia

A nascente das aguas minero-medicinaes da Curia fica situada a 4,5 kilometros da Anadia. Estas aguas, pelos notaveis resultados que se tem com ellas obtido, gosam da merecida reputação de serem as primeiras do seu genero no paiz.

A Curia é um sitio da freguezia de Tamengos, do concelho de Anadia. As suas prodigiosas aguas foram descobertas, em 1863, por um engenheiro da construcção do caminho de ferro do Norte, chamado La Chapelle, que padecia de ulceras nas pernas, e que, tendo ido um dia banhar-se á nascente, obteve allivios nos seus padecimentos, que o uso de mais alguns banhos curou por completo no fim de quinze dias, conforme resa a tradição.

O estabelecimento balnear demora a 2 1/2 kilometros da estação de Mogofores, que o serve por meio de uma magnifica estrada de macadam.

Na estação ha sempre carros á chegada dos comboios. O trajecto faz-se em 20 minutos e custa meio escudo.

A Curia tem quatro hoteis: o Grande Hotel, com alojamentos para 150 hospedes; o Hotel da Curia, mais pequeno, mas tambem de 1.ª ordem. Possue mais os hoteis Santos e Central, que são de 2.ª ordem.

No Grande Hotel os preços variam entre escudo e meio e dois escudos diarios, segundo os quartos.

Ha facilidade em alugar carruagens ou automoveis para passeios nas excellentes estradas que rodeiam o estabelecimento da Curia, quer no concelho de Anadia, quer nos outros concelhos circumvisinhos. Em automovel gastam-se vinte minutos ao Bussaco.

Junto ao estabelecimento thermal ha correio e telegrapho.

Trabalha-se activamente na construcção do novo balneario, que deve ficar concluido n'este anno de 1913, assim como o parque e outras installações.

Permitta-se-nos apresentar sobre as aguas da Curia a seguinte breve noticia, extraída do Relatorio clinico da epocha thermal de 1908, da Sociedade das Aguas da Curia.

N'este Relatorio o Sr. Dr. Luiz Navega diz, que só depois da observação clinica e do respectivo registo, é que os doentes são submettidos á therapeutica thermal, e que, com este trabalho de observação e estatistica, se conquistou o maior triumpho para estas aguas: a sua especialisação.

Os interessados no assumpto devem lêr o muito erudito artigo em que o Sr. Dr. Luiz Navega refére, em seguida, as qualidades e applicações d'estas aguas sob muitos titulos notaveis, artigo que principia:

«A Curia é a estancia de escolha para a lithiase reinal-urica, oxalica ou phosphorica.»

O Sr. Dr. Luiz Navega refére depois o modo como se desempenhou da promessa feita no relatorio anterior, *de procurar aperfeiçoar as dictas suppeciantes e individuaes, que, associadas á therapeutica hydrica, tem concorrido, sobre maneira, para consolidar o conceito das aguas.*

O artigo, que é muito importante, conclue assim:

«O doente, que vier de futuro á Curia, não encontrará ainda a estancia modelo que se phantazía: mas, á sombra da riqueza das aguas e do conforto dos hoteis, encontrará pelo menos — a saude.

Só hoje 27 de Julho de 1913, conseguimos obter o relatorio clinico da epocha thermal de 1912, do illustre Medico-Hydrologista, Sr. Dr. Luiz Navega, e a que, pela urgencia do tempo, temos de remetter os leitores, a quem importe este assumpto de tão elevado alcance.

Entendemos porem dever transcrever o seguinte periodo com o qual o Sr. Dr. Luiz Navega começa a parte terceira do seu muito proficiente relatorio:

«Apesar da clinica hydrologica me estenuar nos cinco longos mezes da vida thermal, faço sempre o registo methodico dos doentes, submettendo-os a repetidas observações clinicas, porque d'ellas depende um diagnostico exacto e uma therapeutica util. E d'esta arte pude especialisar as aguas da Curia, conhecer a sua acção phisiologica, o seu valor therapeutico, as suas indicações e contra indicações, e fixar a sua posologia.»

Acerca da apreciação das aguas da Curia, feita na Exposição do Rio de Janeiro, copiamos textualmente os dois seguintes periodos:

«Les eaux de Curia sont sulfatées calciques, elles sont absolument semblables aux eaux de Contrexéville, dont elles ont exactement toutes les qualités therapeutiques et curatives, elles sont indiquées comme ayant une efficacité incontestable dans le traitement des goutteux, des graveleux, des arthritiques, et ont à leur actif les temoignages probants des plus notables sommités de la science médicale, des Robin, des Huchard, des Landouny, etc.

«Une caractéristique essentielle des eaux de Curia c'est d'être éminentement transportables; elles peuvent rester long temps en bouteille, être expédiées en tous pays, sans perdre aucune de leurs vertus. Aussi sont elles l'objet d'une exportation pour le Bresil.»

Folha n.° 2-d (Arcos de Valle de Vez)

Está comprehendida nas folhas n.os 1, 2, 4 e 5 da antiga Carta chorographica, primitivamente levantada na escala de 1/100000, nos annos de 1878, 1882, 1883 e 1890 pelos officiaes do exercito Joaquim José Bragança, Joaquim Emydio Xavier Machado, Victorino Teixeira Larangeira e Albino Evaristo do Valle Souto; foi ampliada e rectificada em 1904 para pranchetas de campo, na escala de 1/50000 pelo tenente-coronel d'artilharia Sr. Thomé Martins Vieira.

As coordenadas geographicas da nova folha são proximamente: 41° 49' e 42° 1' de latitude norte e 0° 37' a 1° 0' de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

O terreno levantado n'esta folha pertence ao districto de Vianna do Castello e comprehende parte dos concelhos de: Monção, Melgaço, Paredes de Coura, Arcos de Valle de Vez e Ponte da Barca.

Freguezias

Do concelho de Moncão veem-se as freguezias de: Barroças e Taias, Abbodim, Portella, Anhões e Luzio.

Dos concelhos de Melgaço e Paredes de Coura, apenas d'este ultimo se vê a freguezia de Vascões.

Do concelho de Arcos de Valle de Vez, veem-se as seguintes freguezias: Sistello, Extremo, Gavieira, Padroso, Alvora, Loureda, Cabreiro, Aboim, Mei, Sabadim, Villela, Santos Cosme e Damião, Sinharei, Gondoriz, Carralcova, Aguia, Couto, Posello, Grade, Cabana Maior, Soajo, Rio Frio, Azere, Parada, Giella, Villa Fonche, Arcos de Valle de Vez (O Salvador), Arcos de Valle de Vez (S. Paio), Ermello, Miranda, Monte Redondo, Paçô e Guilhadezes.

Do concelho de Ponte da Barca encontram-se só as freguezias de Lendoso e Britello (S. Martinho).

Estradas

E. N. n.º 1 — Parte da villa de Arcos de Valle de Vez, toma a direcção N. N. O. segue paralellamente ao rio Vez até perto da freguezia de Mei, passando pelos logares de Coutadas e Pomeda e pela freguezia de Barroças e Taias.

E. N. n.º 3 — Parte da freguezia de S. Paio (Arcos de Valle de Vez) e dirige-se para sul.

E. N. n.º 25 — Parte da villa de Arcos de Valle de Vez, dirige-se para S. passando pela freguezia de Guilhadezes.

E. D. n.º 1 — Parte da freguezia de Giella, passa por Arcos de Valle de Vez (S. Paio) e dirige-se para O. pela freguezia de Villa Fonche terminando a 7 kilometros approximadamente d'esta.

Hydrographia

Correm n'esta região bastantes linhas d'agua sendo porém as mais principaes:

O rio Lima que entra na folha a E. passa a o Norte da freguezia de Lindoso, separa os concelhos de Arcos de Valle de Vez e Ponte da Barca, desaparecendo no limite S. da folha, a O. da freguezia de Britello.

O rio de Castro Laboreiro — Affluente da margem direita do rio Lima, entra ao N. passa perto do logar de Podre e segue para S. até desaguar no rio Lima, servindo de linha de fronteira entre Portugal e Hespanha.

Rio de Gavieira — Nasce na serra da Gavieira, passa na freguezia do mesmo nome, indo desaguar no rio de Castro Laboreiro depois de um percurso de 2 leguas.

Ribeira da Peneda — Entra ao N. passa pelas povoações de Sr.ª da Peneda e Baleiral, indo desaguar no rio de Gavieira.

Rio Cabril — Nasce na serra do mesmo nome, corre para N. e entra no rio Lima, de que é affluente na margem esquerda, 1 ½ kilometro acima da freguezia de Lindoso.

Rio Vez — Nasce na area da freguezia de Sistello, corre a O. d'esta freguezia, depois a S. O. até á freguezia de Villela, volta então quasi a S. passando perto de Aguiã e a leste da villa de Arcos de Valle de Vez, a que dá o nome e onde tem uma ponte de pedra, seguindo depois até á margem S. da folha.

Ribeira de Cabreiro — Nasce perto das povoações de Banda, corre para O. passa proximo da freguezia de Cabreiro e segue até encontrar o rio Vez, do qual é affluente na margem esquerda.

Orographia

A região d'esta folha é bastante montanhosa, como é toda a parte leste da provincia do Minho.

Ao norte do rio Lima e a oeste do rio de Castro Laboreiro encontram-se as serras da Gavieira, Peneda e Suajo ou Amarella, com as cotas de 1268-1373 e 900 metros approximadamente de altitude.

Na serra da Peneda está construida a pyramide geodesica de 1.ª ordem, denominada Peneda.

A serra de Cabril, situada a S. E. da freguezia de Lindoso, estende-se por mais de duas leguas entrando pela Galliza, vê-se apenas uma parte na direcção N. S. sendo o ponto de maior altitude que se vê n'esta folha de 1091 metros, conforme indica a pyramide ali construida com o nome de Rebordo.

Povoações principaes

Arcos de Valle de Vez, Suajo e Lindoso.

Tendo pedido ao erudito archeologo, o Sr. Dr. Felix Alves Pereira, uma noticia acerca de *Arcos de Valle de Vez* e de *Suajo*, com a auctorisação de a publicar na descripção d'esta folha, recebi o grande obsequio dos dois importantes artigos, que seguem na integra, e pelos quaes apresento ao seu illustre autor os meus mais rendidos agradecimentos.

Ponte de Cabreira

Noticia sumária ácerca do concelho de Arcos de Valdevêz

Introdução — A vila; aspectos e origens — Antiguidades do concelho — Monumentos da vila; igrejas; pelourinho — Agricultura e viticultura do concelho — Propriedade, população e emigração

I

O nome deste pitoresco concelho minhôto ouvimo-lo desde as primeiras lições de Historia Patria, ligado a um dos sucessos distantes a que a imaginação dos historiadores maior vulto tem dado: a batalha ou lide de Valdevêz, no reinado de D. Afonso Henriques, reduzida por A. Herculano ás proporções de um mero recontro de avançadas, mas ainda discutivel sob o respeito da localização. D'aí em diante, nos compendios, nunca mais se lhe menciona o nome, a não ser, muito de corrida, nalgum capitulo de corografia portuguêsa.

Sabe-se por isso apenas, que existe lá para o norte de Portugal uma terra qualquer, com essa denominação.

Para mais, nem sequer uma generosa linha ferrea lhe deu ainda a mão para o farto convivio das povoações mais afortunadas, de modo que os roteiros, para uso dos viajantes e excursionistas, deixam em silencio o nome de uma das mais bonitas vilas do Minho.

Muita gente imagina ter percorrido esta provincia, nos cálidos mezes das praias e das aguas, quando apenas a circundou pela costa. Ninguem se aventura a esse quasi sertão minhôto, que é para muitos um paiz inexplorado, recondito e invio, donde se sabe tam sómente que procedem bons vinhos verdes.

Quando muito, algum viajante mais audaz intercala no seu itinerario um passeio a Viana, a mais linda cidade portuguêsa, a

Ponte de Lima, a mais bucolica de todas as vilas, ou, se uma imposição terapeutica a tanto o arrasta, de Braga ao Gerêz.

E para alem, nada, pela palavra, nada!

Pois senhores, não se vê o Minho assim.

Quem não tiver percorrido a estrada de Braga aos Arcos e Monção, dobrando para Melgaço, descendo depois por Coura a Ponte de Lima e Viana, não interessou o âmago da provincia, que justamente se denomina o jardim de Portugal.

II

Arcos de Valdevêz é uma vila dos seus 2.839 habitantes, assente a meio do vale principal duma extensa e anfractuosa formação granitica, cujo tôpo está a 1.415 metros sobre o nivel do mar. Esse vale é sulcado pelo rio Vêz ou de Vez (*Valle de Vice*), que é o principal afluente do risonho Lima, ao qual se une, a jusante de Ponte da Barca, num ponto cuja altitude é apenas de 20 metros.

Quando, descendo-se das alturas da Prova, pela estrada, a 3 kilometros ao sul da vila, se descortina para NNO a encantadora povoação minhôta, alvejante, com as suas torres sempre caiadas, ao fundo de um estreito corredor de alta vegetação, rasgado pelo Vêz nos flancos graníticos das serras, recostando-se contra um espaldar de longinquas montanhas ondeantes, tem-se deante dos olhos um dos panoramas mais idealizados, que se podem desejar, especialmente se uma aberta de sol iluminar apenas esses ultimos planos do quadro. No outono, a mais adequada época para estas excursões, extasiei-me muitas vezes diante desta inegualavel pintura da natureza.

O rio Vêz torneia a vila, curvando o leito numa sinuosidade violenta. Uma ponte recente (1878), de quatro arcos abatidos, de robusta construção, mas elegante e aligeirada por olhaes intermediarios, põe em comunicação as duas margens e os dois bairros, em

que a vila está naturalmente dividida. Ahi o rio, cujo leito está todo o anno submerso, mais parece um lago que uma corrente. A transparencia e a quietação das aguas, nascidas em granitos denudados, deixam ver as areias amarelas do fundo ou os seixos poídos pela corrente, onde a fauna inquieta dos peixes se agita, mostrando, por instantes, o seu ventre prateado e dão o reflexo nitido e luminoso das casas marginais.

O bairro, chamado da Ponte e situado na margem esquerda do Vêz, bairro por onde entra na vila o excursionista, que suponho ir de Braga ou de Viana, tem no conjunto, uma graciosidade que, em noites luarentas de agosto, ultrapassa a composição mais impressionante, que désse vida a uma tela. E' um suave apinhoamento de casas, que se ergue desde a água, coroado pela altaneira e esguia torre da igreja de S. Paio, em cuja arquitectura as linhas fortes dos relêvos e cornijas de pedra mais se acentuam, á lividez do luar, sobre os espaços cuidadosamente caiados; e depois, para trás disto, é um denso arvoredo escuro e mais para cima são os visos denticulados de Morilhões e Paçô, esbatendo os contornos numa indecisão de tons profundos . . . tudo isto constitue um trecho de paisagem, que me seduziu sempre com a frescura palpitante das primeiras impressões.

A vila tem duas freguesias, a de S. Paio, cuja séde é na margem esquerda do rio e a do Salvador, na margem direita. Esta freguesia não é antiga, pois formou-se no seculo XVI (entre 1541 e 1549) de uma fracção da área, que constituia a antiga Guilhafonxe, ainda hoje subsistente. Sobre a etimologia desta palavra tem as corografias escrito varias inexactidões, comtudo já está demonstrado que aquella é a verdadeira grafia da palavra, a única que corresponde ás suas remotissimas origens (*Archeólogo Português*, vol. X, pag. 246). O dominio territorial pertencente a um tal *Vilifonsus* ou *Viliafonsus*, nome germánico, trazido nas invasões do seculo V e latinizado nos documentos, deu nascença á freguesia cristã, formada seculos depois no mesmo logar. Não nos dizem isto monumentos ou inscripções, mas demonstram no as investigações topono

masticas, que, á luz da filologia, nos revelam este e outros interessantes misterios do passado.

A igreja do Salvador parece ser, porém, do seculo XVII, avultando na torre uma cúpula semi-esférica, munida de remate torneado, onde se implanta uma dessas grimpas curiosas das igrejas portuguêsas.

A freguesia de S. Paio, a que sempre pertenceu o centro, o *umbilicus* da vila, data de seculos anteriores ao seculo XIV. S. Paio d'Arcos se chamava já então e a terra era *Valle de Vice*, d'onde se formou, e em 1518 se consagrou num alvará de D. Manuel, o nome actual da vila. O Rei Venturoso não teve pois outra coisa que ordenar, senão o aproveitamento de um toponimico, que já imemorialmente pertencia á povoação. As fantasias dos corógrafos passados esbarram contra estes factos de tam simples averiguação nos documentos. *Arcos* já era, no tempo da rainha D. Tareja, o nome do logar, que depois foi vila. Vão lá agora saber porque se chamava *Arcos!* O onomástico nada tem de raro na peninsula e D'Arbois de Jubainville diz que *Arco* era já nome preromano de homem (*Archeólogo Português*, loc. cit.). O brasão da vila é o escudo das armas reaes de D. Manuel, entre uma esfera armilar e a cruz de Christo.

III

Se o leitor pretende agora saber com autenticidade (e é justo que uma *Corografia* lho diga) quaes os antigos monumentos que, dentro das fronteiras deste concelho, ainda ao presente restam, alguma coisa lhe poderei contar do que tem sido averiguado até hoje.

Os conhecidos megalitos, que em português tem o nome de *antas*, não são escassos nesta região de Entre-Lima-e-Minho. Encontram-se ainda nas freguesias mais montanhosas, até mesmo no *Outeiro Maior*, que é a denominação do ponto mais elevado da serra (1415^{m}). Só num planalto chamado o *Mezio*, que fica entre as freguesias de Cabana Maior e Soajo, ha um grupo daquelles monumentos

Ponte de Villela

prehistoricos com não menos que trêze ou catorze, alguns já reduzidos á simples mamôa ou elevação mamilar de terra, que protegia as camaras dolménicas. E depois da *Excursão á Serra de Soajo*, pelo sr. dr. J. Leite de Vasconcellos, e do *Passeio Archeologico no concelho dos Arcos de Valdevêz*, pelo autor desta noticia, já mais algumas antas tem sido registadas.

De-passagem, acentuarei que estas construções, que tiveram um destino funerário, pertencem aos tempos prehistóricos e não tem nada que ver com os povos célticos, a cujo ingresso na peninsula iberica são muito anteriores. Nelas só tem aparecido, como espólio mortuário, alem de ossos humanos, utensilios e armas de pedra (neolíticos) e, muito raras vezes, objectos metálicos, demonstração em todo o caso de um culto e de uma crença, já em épocas tão recuadas.

Posteriormente a esta fase da civilização, o que aparece no concelho dos *Arcos*, são os *crastos* (ling. popular) ou *castros* (ling. literária), os quais foram povoações indigenas e preromanas, que formavam a base do modo de ser politico e social das populações, que os romanos subjugaram desde o seculo III antes da era cristã.

Tambem aqui, de-relance, direi que estes *crastos*, a alguns dos quaes chamam *citânias*, não tem ligação alguma (excepto linguisticamente) com os *castra*, arraiais ou acampamentos das forças militares romanas, por emquanto, suponho, ainda não averiguados em Portugal. Pelo contrario, os castros indigenas são frequentes no nosso país e no concelho dos Arcos tambem existem bastantes. Como os romanos os submeteram e as populações autoctónes ahi continuaram, durante periodos de tempo vário, claro é que nas ruinas se encontram moedas romanas e outros productos da industria romana, ao lado de objectos da época anterior.

Nos castros, é que já se notam vestigios da penetração céltica, no proprio onomástico das inscrições latinas e na toponimía das cidades; v. g. *Camalus*, nome de homem; *Bandua* e *Vuriacus*, de divindades; *Talabriga*, *Conimbriga*, de cidades, localizando se aquella proximo de Albergaria-a-Velha, e não em Aveiro, como já demons-

trei (*Archeólogo Português*, vol. XII pag. 129) e esta em Condeixa, como o comprovaram Filipe Simões e Borges de Figueiredo.

Em um dos castros do nosso concelho, o de Cendufe, appareceu ha annos um notavel fragmento de estátua antiga, o qual corresponde ao tronco e pernas de um guerreiro e pertence á serie importantissima das estátuas lusitanas, que uma arte arcaica e muito caracteristica nos legou. Eram monumentos sepulcrais, em que ainda hoje se póde estudar o armamento e vestuário usado pelos rúdes soldados da Lusitania. Estes icónes, embora pertençam cronológicamente á época romana (sec.º I a. e d. da era cristã) são exemplares muito interessantes da arte preromana dos castros e das citánias.

Da civilização romana, conheço apenas duas inscripções; uma funerária[1] (*Archeólogo Português*, vol. IX, pag. 74), outra votiva ao deus indigena *Carus* (*Relig. da Lusit.* pelo dr. Leite de Vasconcellos, vol. II, pag. 336); além disto, uma carranca fontanária de bronze, hoje no Museu Ethnológico de Belem (*Archeol. Port.* II, 319) e moedas, sem contar os vestigios cerámicos, que são de todo o país.

Se passarmos á idade média, as antiguidades tambem não fallham de todo. As conhecidas sepulturas em rocha, (a que tenho dado, por isso, o nome de *rupestres*) pertencem a esta época; algumas existem e outras devem ter existido, que de certo foram destruidas. Igrejas do estilo románico tambem posso referir, mais ou menos completas; a da comenda maltêsa de Távora, a de Ermello, fundada por D. Tareja, e trechos na de Sabadim, Miranda, etc. e do seculo XIV, a capella chamada da Praça, no centro da vila. Isto pelo que respeita á arquitectura religiosa; da arquitectura civil da meia-idade, conservam-se ainda duas ou três pontes, uma dellas com inscrição monumental de caractéres góticos; é a ponte de Ca-

[1] A inscrição diz: ANDERCA CATVRONI F(ILIA) A(NNORVM) XVI HIC SITA. Quer dizer: *Anderca, filha de Caturono, com 16 annos de edade, (está) aqui sepultada.* Os nomes são considerados celticos, pela origem

Puente de Cuella

Arcos de Val de Vero

breiro, construida pelo abade Alvaro Anes «criado» de Lionel de Lima e de dona Filipa da Cunha. As outras são as de Viléla e Ázere. Todas mostram, nos silhares, os caracteristicos sinais de canteiro; sem embargo, estas e análogas tem passado erradamente por construções da época romana.

Ainda de arquitectura militar medieval, subsistem, como exemplares curiosos, algumas torres casteláticas, sendo as mais notaveis e antigas: a de Giella, anterior ao seculo XIV pelo menos, a de Aguiam, envolvida actualmente em edificios mais modernos, e a de Tóra, hoje restaurada.

A de Giella, que tem para o concelho uma importancia historica especial, pois que foi o centro territorial da doação de D. João I em 1399 a Fernão Anes de Lima, da qual se formou depois o concelho, está hoje encostada a um nobre paço, de estilo manuelino, quasi inteiramente conservado nas suas paredes mestras, notabilizando-se uma linda janella monumental, coroada pelo escudo dos Limas de Galliza, segundo o parecer do sr. dr. L. Figueiredo da Guerra; dos Limas, Silvas e Sottomaiores, no dizer do sr. dr. José Machado. E comtudo deve ter sido primitivamente torre de menagem de um castello desaparecido, visto que a entrada se fazia por meio de ponte; assim o indica a porta de ingresso sobre-elevada, que ainda existe ao N.

IV

A vila dos Arcos não tem caracter antigo, embora as mais das ruas sejam estreitas e tortuosas, inclusivé uma imprescindivel rua Direita. Todas as construções, menos uma ermida a que já me referi, datam, ao que parece, de época post-filipina. As mais antigas casas foram construidas sobre as cinzas das que os hespanhois incendiaram no seculo XVII, segundo se infere da *Historia de Portugal Restaurado*.

Não tem cintura de muralhas a vila, como alias a tem suas irmãs mais velhas do Alto Minho e por isso livremente bracejou ruas

e casas pelas ferteis encostas que a circundam; é essa a sua maior beleza. Extasia o panorama que se desdobra defronte do antigo *Terreiro*, situado entre as igrejas do Salvador e do Espirito Santo. Vale a vila inteira esse só panorama. Mal o poderei reproduzir por palavras, em auxilio do leitor, que de todo não pudér contemplá-lo.

Vamos ao menos imaginá-lo.

E' um sitio elevado da vila. Quasi em frente e ao fundo, pouco menos que a prumo debaixo dos nossos pés, vê-se o rio Vez, em curva espraiado; depois, em todo o redor, encostas suaves com casas brancas ou coloridas, umas isoladas, outras em grupos carinhosos; de um lado, devêsas cerradas de carvalhos; de outro, canteiros silvestres de pinhais; pelo meio, sulcos brancos de estradas, que ora se ocultam, ora reaparecem; mais alem, nas cumeadas, cachos de granito enegrecido e túmido; leguas ao longe, as chapadas cinzentas das serras; no horisonte, as tonalidades quentes da atmosfera iluminada; mais proximo, fumos que sobem mansamente de telhados quasi ocultos na vegetação e que se derramam no ar como uma nodoa azulada; por vezes, córos de raparigas, cujas vozes nos chegam amaciadas pela distancia, moduladas pela aragem, num concerto harmonioso dos seus timbres agudos; em toda esta paisagem, uma alegria pacifica, que o cantar de um ou outro gálo por vezes esperta; um ar de tranquilidade, que nos imobiliza na contemplação de tudo isto e que quasi sempre contrasta com as agitações intimas do nosso espirito moderno; emfim . . . não sei o que de intraduzivel este panorama nos infiltra, que para comprecndê-lo . . . o melhor sempre é lá ir gozá-lo!

E' espaçoso este largo e solenemente o enquadram as duas igrejas primaciaes da vila, em dimensões, e a fachada rica de um palacête dos viscondes de S. Paio.

Um desses templos é o Espirito Santo; é de uma irmandade de clerigos, instituida em 1549. Sendo o maior da povoação, encerra talhas notaveis, principalmente nos pulpitos, cujos doceis chamam a atenção. O outro é a igreja parochial do Salvador, a que já me tenho referido. São tambem dignas de menção as suas obras de

talha, especializando-se as da capella do Sacramento, onde ha um curioso frontal de altar, que representa a *Ceia* em baixo relevo, sobre madeira. São talhas do seculo XVII, das que hoje alimentam, neste *desfazer da feira*, os negociantes de antiguidades e documentam a actividade da arte religiosa em Portugal de outras eras. O que nesta igreja é moderno e tem a pretensão de magnifico, é simplesmente decadente e irritante. Entre as suas alfaias, ha uma soberba custódia de prata dourada, um primor de ourivezaria do principio do seculo XVII. Esteve na Exposição de arte antiga ornamental, que se realisou em Viana do Castélo em 1898. A píxide é obra do mesmo teor.

A'lem destas duas igrejas, ha mais na vila a de Nossa Senhora da Lapa, em forma de rotunda, a da Misericordia, a de S. Paio (paroquial), a de S. Bento e, num arrabalde, a de Nossa Senhora dos Remedios.

A de S. Bento foi de *Antoninos Descalços* e serve hoje de capela do cemiterio. As vistas, que daqui se gozam, tambem são magnificas, mas a situação do cemitério, no alto de uma encosta, pela qual se estende parte da vila e cujo subsolo é constituido por uma rocha porosa, parece que não tem sido favoravel á saude dos habitantes deste bairro. Pensou-se já em o remover para melhor local.

O mais importante edificio da vila é o moderno Hospital. Alem de ser modelo no genero, ocupa uma situação esplendida, fóra do centro da povoação. Lançada a primeira pedra em 1880, fazendo de Provedor o dr. Antonio Alves Pereira, medico, foi construido segundo plano estudado pelo insigne higienista-hospitalar, o dr. Antonio Augusto Simões. O seu aspecto indica logo a vastidão e cubagem das enfermarias e das restantes dependencias. A frontaria olha ao nascente e mede, em total comprimento, 60 metros. A sua localização e orientação foi sancionada por peritos. O serviço hospitalar esteve confiado ás Irmãs Hospitaleiras francêsas, desde a sua inauguração até 1910.

Digno de registar-se agora é o Pelourinho. Tem a aparencia de uma robusta coluna torsa, encimada por capitel semi-esférico,

donde sobem, como nervuras de uma cúpula cónica, tres arcos, que convergem superiormente para sustentarem no fecho ou vertice uma esfera armilar, remate do monumento. Uma inscripção circundante diz: JOANS LOPEZ ME FEZ. E' do seculo XVI (*Bol. da R. Assoc. dos Archit. civis e Archeol. Port.* — vol. VIII, pag. 13).

Depois de repetidas translações atravéz das ruas e quelhas da vila, este interessante monumento ergue-se hoje não distante do seu primeiro e mais acertado assento — a Praça Municipal.

V

De todos os concelhos do populoso districto de Viana do Castelo, é o concelho dos Arcos de Valdevêz o mais extenso, mas a densidade da sua população é bem desigual. Formando aproximadamente um quadrilátero, que o rio Vez atravessa ao longo do seu lado ocidental, depois de percorrer metade da face setentrional, a região do centro e leste é a de menos densa população, por virtude da sua escabrosa e inclemente orografia. A séde do concelho e cabeça de comarca é a vila dos Arcos de Valdevêz. Em tempos não remotos, havia outro concelho dentro da sua actual area; era o de Soajo; delle me ocuparei em artigo especial.

O concelho é puramente agricola; mas a feição da sua agricultura varia um pouco com a altitude. Como já disse, a região é notavelmente acidentada, mas a cultura da terra não vai alem da altitude de 600^{m}. Daí para címa até aos 1415^{m}, ha quasi só as pastagens naturais (*brandas*) e os matos maninhos.

Preciso dizer o que são *brandas*. Tal é a pronuncia local e tal a que deve ser respeitada (confere em francês *brande*). *Branda* é um local da montanha destinado e apropriado para apascentar o gado bovino, desde junho a setembro, isto é, no verão (o que tem sugerido a alguns publicistas a ideia de uma etimologia, pelo menos desnecessaria, querendo estes que se diga *veranda*). Nas brandas ha umas toscas construções de pedra, ás quais chamam *cortê-*

lhos, onde se abrigam os gados e, quando o cortêlho tem sobrado, o homem tambem. As brandas servem para a creação do gado vacúm e o regime é o seguinte: As vacas pastam livremente fóra ou dentro da branda, que produz herva, urze, giesta, carrasca, carqueja, etc. A' noite recolhem aos cortêlhos e dão o leite aos novilhos, que ali ficaram durante o dia ou são mugidas. As brandas, situadas em pontos elevados e abrigados, pertencem em geral aos habitantes de *logares* permanentes, que ficam mais ou menos distanciados, mas em situações de menor altitude e estão ligados á séde da freguesia e do concelho por caminhos mais regulares e frequentados. Escusado é dizer que *logares* são agrupamentos permanentes de fógos; são as sub-divisões das freguesias. As brandas só são habitaveis no verão e, por vezes, os gados ficam lá sós. Os caminhos para ellas são pavorosos. A alimentação dos homens *(brandeiros)*, que para as brandas são destacados, se ficam longe, é pão, leite e batata. Algumas brandas são vedadas e produzem optimo feno e até batata.

Pelo que acabo de dizer, se vê que uma parte do concelho está inculta, principalmente porque, em virtude da continua desarborização, as aguas teem arrastado as terras; contudo, ha ainda tractos de terreno com pequeno declive, aonde a cultura seria bem productiva, empregando-se adubos apropriados, se os meios de transporte e comunicação para o vale não fossem tão escabrosos como são.

A parte inculta é a parte montanhosa, a qual, ou por ser inteiramente escalvada, ou por não andar de qualquer maneira aproveitada pelos seus matos ou pelas suas essencias florestais, não produz valores economicos alguns. *Grosso modo*, poder-se-á dizer que metade da area total deste concelho está inculta. Esta circunstancia não o inhibe de poder ser considerado como um dos concelhos do país mais dignos de serem visitados, debaixo do aspecto do *turismo* ou excursionismo.[1] São bravias, são empolgantes as bele

[1] Veja-se na *Lima*, revista vianense, n.º 7 e 8, de abril-maio de 1912, um artigo do autor, com o título: *Sob as árvores patriarcais de um convento arcaico.*

zas das serras do Soajo e da Gavieira, as quais já deram guarida ao urso e agora são percorridas pelo javali e pelo veado. Nesta ultima serra ha um santuário, no genero do Bom Jesus do Monte, bem mais modésto é certo, mas que representa um assombroso esforço de sucessivas gerações de mesarios ou mordomos da igreja; bastará notar que não ha estrada alguma, que para lá conduza e os caminhos são apenas transitaveis, e não todos, por uns pequenos carros de bois, fazendo-se os transportes mais distantes, de pessoas, de generos e de materiaes em dorso de machos. Daqui se infere o custo da mais insignificante construção ou reparação, quando os materiaes tenham de vir do centro do concelho, que fica a 5 ou 6 leguas por montanha; o santuario chama-se de Nossa Senhora da Peneda. Nas longas noites ao borralho, ouvia eu dizer, quando criança, que, quem lá não fosse em vida, ia depois de morto. Pois vale bem a pena ir á Peneda com vida e saude.

Da antiga arborização, que deve ter coberto toda a serrania, não subsiste hoje mais que uma, ainda assim grande mata. E' ella o Ramiscal. Esta mata, composta de carvalhos e azevinhos, fica nas faldas do Outeiro Maior e mede no seu comprimento 10 a 12 kilometros e na largura 3 a 4 kilometros. O seu aproveitamento é feito apenas pelos povos das visinhanças; creio bem que as incalculaveis dificuldades de condução devem considerar-se a melhor e mais alta muralha de defesa desta riqueza florestal. Não obstante ella é invadida aqui e acolá por descascadores, que conseguem levar para fóra do concelho, em cargas de bestas, o producto da sua devastação. Alem destes, quem por aqueles sitios precisa de madeira, dirige-se ao Ramiscal e apodera-se exclusivamente da porção que lhe convem, deixando e abandonando no seu logar a parte restante da arvore ou arvores, que mutilou na altura apenas em que lhe convinha fazê-lo.

Por este vandálico sistema, os exemplares destruidos são, como é obvio, em muito maior quantidade, do que se se aproveitasse inteiramente cada uma das arvores escolhidas pelo devastador.

Nestas altas regiões, abundam, alem dos carvalhos cerquinhos

Santuario da Peneda

Arcos de Valle de Vez

e dos azevinhos, a que já me referi, os vidoeiros, os piornos aproveitados para lenha e a giesta para estrume e tambem para lenha.

Nos vales a cultura primordial é a do milho e acessoria a do vinho; é porem o vinho, apezar da eventualidade da sua colheita, o producto com que o rendeiro mais conta para o equilibrio do seu modesto orçamento; o trigo, nas actuaes condições economicas, não é, em regra remunerador, dada a fraqueza nativa das terras do Minho e o desconhecimento completo das adubações minerais. O centeio, que é menos exigente, cultiva-se tanto para a mistura com o milho na panificação usual, como para a produção do colmo, que é rijo e util. O sistema da cultura da vinha dá um singular caracter á paisagem do Minho. Os campos, as estradas, os caminhos e os regatos são orlados pelos «arredores» ou «beiradas» das arvores, a que a vinha se abraça e donde pende em oscilantes festões. E' a ampelídea cultivada no seu estado natural de trepadeira. Em confronto com a extensão das outras culturas, a da vinha é mais circunscrita.

O tipo do vinho verde, que se produz no concelho dos Arcos, é caracterisco e conhecido. A selecção das castas ali aclimadas e algumas modificações culturais e de fabrico hão certamente de aperfeiçoar o já bello producto, dando-lhe melhores condições de conservação e maior resistencia nas viagens para paises quentes. A melhor casta para o vinho tinto é o *espadeiro de Basto*, *tinto* ou *vinhão*; é a que dá a melhor côr do vinho verde d'este concelho. Mas o terreno poderia produzir directamente um vinho ligeiro de mesa e não de lote como até agora, se se diminuisse a curtimenta ou desengaçasse parte da uva. O vinho branco é feito empiricamente e comtudo elle tem qualidades para ser um vinho excellente, se o seu fabrico fôr melhorado. A melhor casta branca é o *dourado* casta muito aromatica e doce e o *lameiro*, de menos aparencia, mas muito productiva.

As distancias dos pontos de produção no concelho ao local de embarque no rio Lima tornam bastante caras as conducções do vinho, o que redunda em prejuizo do lavrador.

Ha muitos annos que o concelho dos Arcos almeja por uma linha ferrea; já ninguem acredita nas mil e uma promessa feitas, sem ver realisado esse imprescindivel melhoramento. E' certo que o custo das expropriações são uma função de riqueza da região, mas no concelho dos Arcos, excepcionalmente montuoso, ao preço dos terrenos cresce o custo das muitas obras de arte, a que uma linha ferrea n'esta região se verá compelida.

Quando o revestimento das montanhas estiver em via de efectivação a riqueza do concelho deverá aumentar, porque é enorme a extensão de montanhas denudadas.

Alem disto, é de esperar que nos grandes jazigos graniticos das serras, haja, como em regiões da mesma natureza geoïogica, minerais a explorar, que possam tornar cada vez mais necessaria a construcção de um caminho de ferro.

A industria da criação e engorda do gado bovino foi importante, não porque fosse praticada em larga escala, mas porque era e ainda é explorada, em modestas proporções, por quasi todos os cultivadores-rendeiros, que a consideram um poderoso auxilio do seu orçamento de receitas. Com a abundancia de águas que ha naquella região arborizada e desigual dos vales, esta industria podia ser mais florescente, se a instrução agricola e as facilidades de comunicação para os mercados fossem maiores.

VI

Um dos principais obstaculos ao progredimento da agricultura, no concelho dos Arcos e geralmente no norte do pais, é o modo de ser da propriedade, em parte, resultante das condições naturais da região e da densidade da população, que exige a terra muito dividida, mas ainda, em parte, consequencia das doutrinas da lei civil e das formalidades do processo.

A lei antiga continha disposições, que eram um constante compensador da tendencia para a extrema divisão territorial. Não ve-

nho defender o retrocesso ás *Ordenações* e *Leis Extravagantes*, mas parece-me que algumas peias se poderiam ainda opor á exagerada fragmentação da propriedade, que não deve passar abaixo de determinados limites de extensão.

A grande propriedade seria no Minho contraditoria e incapaz de fecundar terras que reclamam uma cultura intensiva; mas a pequenissima propriedade é inimiga do progresso e dos melhoramentos fundamentaes e por tanto contribue para o desiquilibrio económico de uma região a respeito de outra.

Para compensar a razoavel ou média divisão da propriedade, no que ella pudesse ter de prejudicial á intensa fecundação da terra, lá estava a densidade da população, de que resulta o estabelecimento necessario de numerosas familias, que seriam rendatarias ou enfiteuticas. Aonde a população é densa, a propriedade ha de ser naturalmente pequena; mas eu quereria que se deixassem um pouco mais do que, pelo actual codigo civil, ao arbitrio do testador ou do possuidor, os actos juridicos que tivessem por fim o arrendamento, engrossamento ou indivisibilidade da terra.

A população do concelho dos Arcos de Valdevez era, em 1895, de 30.912 habitantes, com o predominio de 2.194 mulheres sobre o numero de homens. Segundo o ultimo recenseamento, aquelle numero trepou a 33.567 (população habitual).

Se fosse possivel estabelecer uma tabella explicativa da densidade da população, nas diferentes freguesias do concelho em relação com a sua area, ver-se-ia que a população se acha muito rarefeita em todas as freguesias a leste do concelho, que são as que correspondem ás serras. Não ha, porém, facilidade de saber a extensão, em kilometros quadrados, de cada uma das freguesias do concelho. A densidade geral é 71,8 por kilometro. No mesmo grau estão os dois concelhos vizinhos e igualmente montanhosos, Ponte-da-Barca e Melgaço. Comtudo creio que, no vale do Vez, isto é, nas freguesias mais ou menos ribeirinhas, a densidade não é inferior á de Ponte-de-Lima (100 a 124 por k.)

Ha emigração como não podia deixar de haver, dada, como factor predisponente, a tendencia étnica da raça do norte para a migração. Sobre este fenomeno social, muito se tem escrito e em geral, deve dizer-se, sob a influencia de impressões precipitadas, ligeiras e quasi convencionais. Todos os homens de governo se convenceram de que a emigração era um mal em toda a parte, porque produzia desde logo um despovoamento. E accitou-se a tése sem mais exame. Ora seja-me permitido dizer duas palavras a este respeito, restringindo-me porém, ao que é aplicavel ao concelho de que me ocupo.

Para esta região, a riqueza oriunda do facto inicial da emigração tem sido o elemento mais poderoso do desenvolvimento da propriedade em geral; o genio trabalhador dos que emigram é que tem fecundado mais energica e abundantemente a terra; os proprios braços, que sáem do concelho, são os que tem dado mais trabalho aos braços que ficam. A emigração, neste concelho, tem sido um verdadeiro emprego de capitaes; os juros que ella produz, são um farto contrapezo para a pouco acentuada falta de braços, que numa ou noutra freguezia se possa notar. Annos houve de boas épocas cambiais, em que a entrada de dinheiro do Brasil, no concelho dos Arcos, subia a muitas dezenas de contos de reis por anno. Não se imagine porem, que eu atribuo os mesmos beneficios a este fenomeno, em toda a parte ou com qualquer intensidade; não! Se a emigração se aproximar de um exodo, como ultimamente, é evidente que se dá um desiquilibrio e portanto deixa de ser benéfico, para ser nocivo, este estado.

Mas porque se emigra? A emigração é filha de uma nobre aspiração — a do trabalho e da riqueza, que é o trabalho compensado.

Deante do espectaculo, que o Alto Minho tem dado, comprende-se a emigração. Se, no meio de uma encosta, entre milharaes e latadas frondosas de vinha, se avista uma casa mais cuidadosamente dealbada que as outras ao seu lado, os telhados renovados, as extensas varandas envidraçadas, as vedações recentes de muros brancos ou tingidos que circundam campos e devesas, o portão gran-

dioso de ferro ou o espigueiro mais garrido, póde apostar-se, sem receio de perder, em como por ali andou o dinheiro do Brasil.

A's vezes, de um lado da estrada, as antigas moradías do fidalgo, os solares magnificos do morgado, construidos a robustos silhares, já denegridos por 3 ou 4 seculos de sol, com os vãos das janelas apenas resguardados por velhos batentes, que cambaleam nos quicios gastos, quasi se encobrem debaixo da ramaria parda das façanhosas oliveiras que os ladeiam; emquanto do outro lado, as mimosas habitações destes novos barões soerguem da paisagem os telhados rutilantes com a sua coloração fresca e imodesta, desvanecidas e alegres no meio dos longos arruamentos, marcados pelas ramadas de ferro que, cruzando-se geometricamente em varios sentidos, designam com orgulho, de entre os outros campos da freguesia, a área dos bens que o brasileiro, enriquecido e nobilitado pelo trabalho pertinaz, veiu comprar á antiga vizinhança da sua freguesia natal.

Como quereis vós, legisladores, que, com este painel diante dos olhos, o lavrador fique impassivel, lembrando-se de que o seu vizinho rico, talvez seu parente, já foi um homem da sua igualha e tam pobretão e malaventurado como elle?

O que este homem é, todos o podem ser; eis o que conclue o lavrador minhôto, na sua filosofia pratica e verdadeira!

Devo acrescentar que, até agora no concelho dos Arcos, a emigração para o Brasil não tem produzido sensiveis efeitos de despovoamento, senão n'uma ou noutra freguesia.[1] Nesse caso raro, o preço do arrendamento das terras tem baixado, não aparecendo quem aceite uma terra senão *de-meias*, isto é, pela metade do que ella dér, quando, no geral, a pensão se fixa em um determinado numero de

[1] Basta atentar nos seguintes algarismos da população geral do concelho: 1890: 30.423 — 1895: 30.912 — 1900: 31.683 — 1911: 33.567. Pelo menos, isto significa que a drenagem demografica não superou ainda a força ascensional da multiplicação dos habitantes.

alqueires de milho, com o terço aleatório do vinho para o rendeiro, ou a totalidade, se o torrão é máu.

Aqui tem os leitores o que, pela rama, lhes posso contar do concelho dos Arcos de Valdevêz, fugindo a numeros, a estatisticas, a genealogias e a historias, que só interessam a especialistas do genero.

VIII 1913.

F. Alves Pereira.

Noticia sumária ácerca de Soajo

Situação de Soajo — A «vila» e o Pelourinho — As lendas sobre Soajo — Os «monteiros» de Soajo — Obrigações, privilegios; as «azcumas»; a caça brava — Poligonos de arborização — As queimadas — Vinha de «julgar» — Trajo do Soajeiro

I

Depois de tracejar, no precedente escrito, as paisagens amenas dos Arcos de Valdevêz, quem passa logo a ocupar-se do agreste Soajo, póde ter, como eu, a ilusão de que a pena, com que escreve, deixou de deslisar em macio papel, para se arrastar sobre uma superficie não menos rugosa do que a casca do sobreiro; como que se sente, debaixo da mão, a aspereza dura das montanhas por onde se estendia este antigo concelho.

A «vila» de Soajo é uma pequena povoação, que pousa na margem direita do rio Lima, a 6 kilometros da fronteira e a 300 metros de altitude. Os seus moradores intitulam-na *vila*, talvez por ter pelourinho e foral, mas não encontrei na Torre do Tombo a carta ou alvará régio, que fundamente esse titulo, como sucedeu com Arcos de Valdevêz, a cuja comarca e concelho está Soajo su-

Largo do Erro

Villa do Sonjo

bordinado desde 1852 (Decreto de 17 de fevereiro). Por isso Soajo é hoje uma freguesia, como qualquer outra, com seus 2.100 habitantes, repartidos por 4 logares, qual delles mais serrano.

Efectivamente, da vila dos Arcos de Valdevêz, que fica a pouco mais de 25^{m} de altitude, sóbem-se para Soajo os 300^{m} sobre o nivel do mar e não é tudo, porque da posição de Soajo para o ponto mais elevado da serra, que lhe pertence, a diferença de nivel é de 1.115^{m} ou sejam 1.415^{m} de altitude.

E' esta a altura maior da montuosa região de Entre-Lima e Minho, numas cumeadas a que chamam *Outeiro Maior* e o seu ponto culminante *Alto da Pedrada*. Esta serra não tem nem jámais teve outro nome generico senão aquelle e, por isso, eu penso que a melhor designação para todas estas montanhas seria a da *serra de Soajo;* uma parte ao N. de Tibo poderia chamar-se serra da *Gavieira* ou da *Peneda*. Outro ponto importante desta região, por ter uma grande piramide geodesica, tem o nome de *Pedrinho*, e fica a 1.373^{m} de altitude. E' o mesmo que a Carta Geodesica chama (menos exactamente) *Peneda*. E' «territorio crespo de serranias, e cortado de rios e torrentes». (A. Herculano).

Toda esta zona leste do concelho dos Arcos de Valdevêz, limitada ao sul pelo vale do Lima e a nascente pela raia hispano-portuguêsa, pertenceu até 1852, ao concelho de Soajo, essa especie de Andorra do Alto-Minho, cujas originalidades os viajantes e corógrafos se tem comprazido em forjar sem escrupulo.[1]

II

Não se julgue que, por se engalanar com o titulo de vila, a séde do extinto concelho de Soajo é algum arruamento de casas, mais ou menos geometrico, a que o caiado das habitações imprimisse o tom de frescura e o claro aspecto das vilinhas joviaes do

[1] Excluo os vivos desta apreciação; seria injustiça

Minho; não! sem calcetarias nas ruas, sem brancura nos telhados, que só com o peso de calháus resistem á inclemencia dos invernos; sem cal nem argamassa nas paredes das casas; sem vidraças nas janelas de tábuas núas; sem a chaminé, que fuméga consoladoramente; sem a varanda nem a claraboia, que reverberam ao longe o fogo do sol poente; sem os portões de ferro, que respiram abastança; esta rude povoação, onde os caminhos (ruas não chamarei!) se rasgam a êsmo, e as casas se arrumam á tôa, enegrecidas e carrancudas com a sua silhar de granito, só tem raras moradias confortaveis, com vidros nas janelas e tectos de fôrro nas salas do interior.

E' certo que, a enobrecer esta simplicidade espartana, possue um monumento tam curioso e tosco como ella propria, o pelourinho, que os «soajeiros» olham com desvanecimento, como um brasão da sua prosápia antiga.

Uma bruta e mal desempenada coluna de pedra, sem base nem capitel, sem molduras nem galba, equilibra-se sobre tres degraus informes e massiços e corôa-se no alto com uma grossa lasca triangular, horisontalmente colocada, para semelhar um chapeu tricorne; em uma face do topo superior da côluna, avulta uma cara humana, de fraco relevo e sumárias feições. E' o icóne das justiças concelhias de outros tempos, que ao soajeiro recorda os seus extinctos fôros de independencia administrativa; monumento antropomórfo, que certamente corresponde a uma concepção muito concreta e primitiva da autonomia municipal e, por isso mesmo, muito interessante etnograficamente.

A um lado da povoação, destaca-se uma pequena eminencia, onde se avista um conjunto de *espigueiros*, que fere a atenção do visitante pela originalidade da sua disposição em numeroso e tam isolado agrupamento.

III

A situação deste antigo concelho raiano, a sua orografia caracteristica, a sua fauna venatoria conjugaram-se, desde os primeiros tempos da nossa nacionalidade, para atrairem, sobre os habitantes de Soajo, reiteradas cartas régias de privilegios, que os envolveram em lendas de sobranceria de caracter e independencia de costumes. O que não póde contestar-se, é que foram sempre notavelmente ciosos destes privilegios, que datam da 1.ª dinastia e de que ainda, no tempo de D. José, pediram a confirmação (C. R. de 12-VII-1752) alegando alvarás identicos de D. João I, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Filipe III, D. João IV, D. Pedro II e D. João V.

A sua magistratura era porém, a antiga magistratura do país, emquanto não foi abolida e emquanto durou o concelho. Divisões annuaes dos maninhos pelos habitantes, tambem sempre houve e ha, em todas as freguesias deste e doutros concelhos setentrionaes.

A falta de comunicações faceis, o isolamento destes povos por força da distancia a que se encontram, a sua vida rude de montanhêses, vida que se conserva inalteravel através de longas gerações, deveriam imprimir no seu organismo uns laivos de independencia bravia, que porem, cada vêz que aos Arcos os chama o tribunal ou a repartição de fazenda, se desvanece como o fumo. Contam as cronicas dos nossos dias tremebundos alvorôtos da gente de Soajo; foram porem sacudidelas transitorias de indignados contribuintes, a quem a mesquinha existencia de pegureiros e míseros agricultores reduz a um inconcebivel minimo todos o recursos da sua exigua bolsa.

Vou dar dois exemplos.

Em 1872 procedia-se no país a um recenseamento de gado. Aos administradores do concelho incumbia esse trabalho. Em maio d'aquele anno, o administrador dos Arcos dirigiu-se a Soajo para começar o cadastro. O sino da igreja tocou a rebate e os soajeiros, suspeitosos de mais um tributo, reuniram-se em numero de 150, ar-

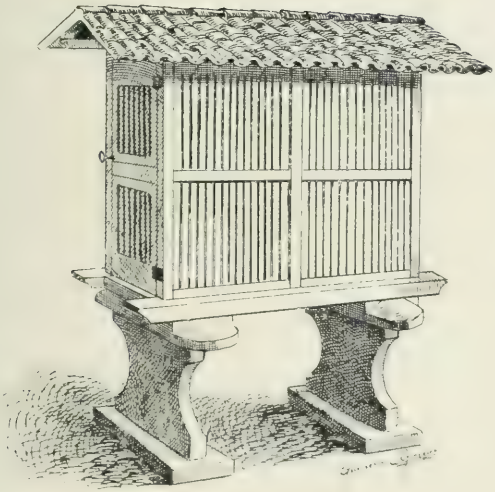
mados, vindos de diferentes pontos da freguesia. Dão um ataque ao administrador e ao regedor, que se colocára por dever a seu lado; para se salvar a vida a estas duas autoridades, foi preciso que alguem prometesse ao povo intransigente que não se faria mais o recenseamento; e os dois funcionarios tiveram de se recolher aos Arcos . . . e cumprir o prometido.

Mas a verdade é que, em tempos antigos, sempre que nos Arcos se falava em que os soajeiros queriam descer á vila em atitude hostil, o susto não era pequeno. Lembro-me disso e era criança.

Ha alguns annos sucedeu porém, um facto que desenganou os arcoenses de que podiam medir as suas forças com estes destemidos serranos. Foi o caso que os soajeiros quizeram desafrontar-se de quaesquer agravos de romaria, feitos não sei por que frequentadores de feiras ou arraiaes de outras freguesias do concelho. (Prozêllo, etc.) Levaram a sua audácia a escolher para o despique um dia de feira dos Arcos, de modo que vieram em massa e, simulando um batalhão, subiram provocadoramente a calçada que na vila conduz ao elevado sitio, onde se faz a feira do gado e onde, portanto, se reunem os *puxadores* de páu, os *varredores* de feiras, os mestres, emfim, na arte de rachar cabeças do proximo.

A autoridade administrativa, que, prevenida, foi parlamentar com os chefes da expedição, nada conseguiu!

Chegados ahi, sem mais tir-te nem guar-te, iniciaram, com os seus toscos varapáus de cerquinho, um rodopio cego, a torto e a direito, sobre os surprendidos lavradores e contratadores de gado, que na feira se encontravam. Mas não tardou que a impulsiva estratégia da arremetida tivesse o desfecho natural. Senhores de uma posição favoravel e assomados pela ousadia dos soajeiros, todos os que tinham uma boa vara nas unhas, depois de se «cobrirem» dos primeiros «talhos», responderam-lhes com uma torrente de pancadaria tal, caindo de roldão sobre os soajeiros e acossando-os com os seus *lodãos* fortemente «argolados» que, dentro de breves minutos, ninguem na vila sabia o que fôra feito dos arrogantes caceteiros, tamanha foi a estugada alligão com que se sumiram pelas encruzilha-



Esplendor
(Arcos de Vera de Aez)

das e pelos milharais. Do prélio, ficou um morto dos vencedores! Constava depois que ao desbarato não fôra estranha a pedrada do mulherio Na expressão minhota, foi um verdadeiro «dia de juizo» nos Arcos!

Destas brigas dos povos ruraes estão porem, cheias as cronicas de muitas freguesias de Portugal. São lutas de natureza atávica, das quaes os etnógrafos frequentes vezes podem encontrar uma longinqua tradição nas lendas, que andam ligadas a certos outeiros fortificados ou *castros*, que avizinham uns dos outros.

Não escapam tambem á sátira dos arcoenses, os povos deste extinto concelho e, assim, é que uma semana santa em Soajo torna-se muitas vezes o pretexto para emoldurar um ou outro caso picaresco de liturgia eclesiastica, quando interpretada dentro dos limitados recursos de alguma aldeia serrana ou longe do rigorismo litúrgico das sés episcopaes.

IV

Ao N. do «carrancudo» Soajo, como o denomina A. *Herculano*, por montanhas invías e córregos temerosos, demorava em outros tempos uma esculca de granito, destinada á vigilancia da raia portuguêsa [1], na região de Entre-Minho-e-Lima. Era Castro-Laboreiro, contra cujas ruinas altaneiras ainda hoje os annos se cançam. Tinha alcaide o façanhoso castello e os «monteiros» de Soajo pagavam-lhe tributo, desde D. Afonso II, pelo menos, segundo os documentos.

Uma carta de D. Diniz, com data do anno de 1282, veiu pôr fim a extorsões do casteleiro ambicioso, que ficou a receber estrictamente, por anno, maravedi e meio, duas libras de cera e um alqueire de mél (medida de Tuy, diz o doc.) de todas as colmeias,

[1] Outro ponto, escalonado com este, da defesa fronteiriça, era, ao sul de Laboreiro, Lindoso, na margem esquerda do Lima, á distancia de 6 km. de Soajo, para a banda de L.

um pão centeio de cada casa por 3 vêzes em cada anno, e meio maravedi na festa S. João Batista (*Livro I de D. Diniz*, fol. LIV).

Que monteiros de Soajo eram estes, a quem D. Diniz conferia justiça no pleito com o insaciado alcaide de Laboreiro, o qual *eis demadãbat magis q̃. debebat?*

As densas matas que, nos primeiros séculos da monarquia e ainda no tempo de D. Manuel I, existiriam nas asperas cumeadas, donde desciam o rio Vez e outros affluentes do Lima, eram infestadas de feras e animais, cuja caça constituia, segundo a frase do sr. Gama Barros (*Hist. da Adm. Publ. em Port.* I, 425), a mais nobre das diversões dos réis e fidalgos, porque reflectia melhor que nenhuma outra a imagem da guerra.

A *parrocha sci. mtini* de Soajo formava uma «montaria» com o seu «monteiro-mór. Ainda ha pouco fazer a montaria, em fórma, era um acontecimento que demandava a assistencia das auctoridades administrativas. Os «monteiros» e «moços de monte» que á montaria pertenciam, gosavam certos privilegios, que a Torre do Tombo nos guardou nos seus codices e cuja antiguidade ascende pelo menos a D. Pedro I.

V

Nas Inquirições de D. Affonso III (1258) vemos algumas obrigações dos habitantes do julgado de Soajo. Assim, das montarias pagavam ao rei as «espadoas dos porcos monteses grandes que matam e se matam osso (urso) dam al Rey as maos». Tinham tambem uma imposição de cera e mel. «Et quando el Rey pasa Doyro se invia por eles, vam pora el cum azeumas et cum cornus (buzinas) et cum caes; et se el Rey quizer que andem cum el des Doyro ataen Mino am raciom in sua casa».

Em contraposição, não eram constrangidos a terem béstas (como os bésteiros) nem folhas, nem lanças, nem quaesquer outras armas, a não ser as que lhes eram proprias, as *azeumas* e buzinas, mas estas *azeumas* . . . que fossem «boas e recebondas». Era com

esta especie de lança de arremesso, que se caçava aos veados, porcos bravos e ursos, com o auxilio de sabujos e alãos. A *ázcuma* devia ter vara bem longa e direita e o ferro bem talhado e agudo, tanto na ponta como nas «navalhas», nem muito leve, nem muito pesada, de «vimem» ou de «avelan» e o alvado devia ser bem «ancho e graudo»; era indispensavel que andassem sempre «muito limpas dos ferros» e as «varas de boa color e bem direitas e com muy boos contos e bem formosas» Estas meticulosas prescrições de um tratado sobre montaria de D. João I dão bem ideia da importancia que este *sport*, como hoje diriamos, realengo, merecia nessas epocas cavalheirescas (Gama Barros, *lococit.*)

Estes privilegios foram confirmados por D. Manuel. Mas havia-os de maior alcance ainda.

O monteiro mór de Soajo e os monteiros deste «loguo» (e não villa) e seu termo, eram escusados de pagar e servir em quaesquer encargos do rei ou do concelho, e de servir por mar ou por terra em nenhumas armadas ou guerras, no que fôr ou seja com quem fôr, excepto «com o nosso corpo soo quando nos formos». «Outrossi» queria o rei que os monteiros de Soajo «nom paguem em nenhuns pedidos que por nos sejam lançados».

Estes monteiros podiam ainda vender e passar os gados da sua criação para a Galliza «pera repairo de seus mãtiymentos» sem embargo da Ordenação em contrario, apenas com prévio conhecimento do monteiro mór que fazia o devido lançamento, por meio de tabelião, em livro especial.

Uma isenção consignada no foral, que é de D. Manuel com data de 7 de outubro de 1514, isenção que portanto vinha de uso antigo, era que os povos de Soajo não pagavam ao rei nenhum fôro, nem tributo; a titulo de vassalagem, quasi como um simbolo, tinham apenas de dar lhe «cinco sabujos feitos de monte».

Ao monteiro mór é que pagavam: de cada urso que caçassem, uma mão; de cada corço um pé; de aguia, uma espádua com sete «costas» pagas por S. Martinho, sete semanas antes do natal.

D. João I tinha-os distinguido com a prerogativa de que nenhuns fidalgos podiam morar em terra de Soajo, nem ter ali «herdamento» e nem sequer podiam ir tomar-lhe os seus sabujos.

De passagem, direi que actualmente o centro de selecção desta raça canina é Castro Laboreiro; mas a verdade é que conheço dois tipos muito diferentes desta especialidade.

No reinado de D. José, o pároco de Soajo respondia assim ao inquerito oficial: «Tem este concelho privilegios reaes dignos de memoria, porquanto livram de soldados, de fintas e encargos vis; só se paga sisa real. (Ms. da T. do Tombo, vol. 35).

Das serras desta região desapareceu, ha muito de certo, o urso, mas caçam-se ainda os seus companheiros de floresta: o porco montês, o veado e o lobo, de que aliás os documentos que compulsei (e não puderam ser todos) não falam. A aguia tambem ainda se libra nos ares sobre os cimos mais isolados e selváticos. O supradito pároco mencionava tambem «gevelins», certamente as zebelinas.

A ázcuma ou áscuna... ninguem a conhece já.[1] Ao que parece, seria uma lança de arremesso, com ferro de alvado, ponta aguda e laminas ou talvez farpas lateraes (as taes «navalhas»). E' provavel que as houvesse para cavalleiros e gente de pé; mas em Soajo nenhuma caça podia ser perseguida a cavallo.

VI

Pensa-se ha annos em restabelecer a vegetação antiga e, para isso, por proposta de uma benemerita camara dos Arcos, ainda do tempo da monarquia, foram estabelecidos dois poligonos de arborização, intitulados do *Ramiscal* e da *Peneda*, desiguaes em dimensões (Decreto de 3 de fevereiro de 1910).

O poligono do *Ramiscal*, nome da maior mata baldia, que ha na area do concelho dos Arcos, tem um perimetro aproximado de

[1] Ainda é palavra viva em castelhano

9 a 10 leguas; o poligono da *Peneda*, nome de um logar da freguesia da Gavieira, onde existe um santuario muito concorrido, tem um circuito de cerca de cinco leguas. O 1.º poligono é constituido pela área inclusa nos seguintes pontos, que se podem verificar na Carta Geodesica da região: marco da Cesta, Lamas do Vêz, um ponto do rio Vêz a nordeste de Portacova, marco da Chã do Carro, brandas do logar de Avellar, marcos do Mezio, de Entre-os-Outeiros, do Porco, de Gondomil, de Rufe, Calcado, a fechar no marco da Cesta.

O 2.º poligono tem os seus limites exteriores nos seguintes pontos: nascentes do ribeiro da Peneda, marcos do Outeiro-Alvo, de Penameda, da Rajada, proximidades de Tibo no ribeiro da Gavieira, confluencia deste com o de Castro Laboreiro, marcos de Delambrice, de Agua Santa, da Veiga, da Matança e por fim ao ponto inicial.

As vantagens resultantes deste empreendimento não tem só caracter geral; ha tambem vantagens especiaes para os povos das serras contempladas. Assim, por exemplo: é garantida a pastagem dos gados das freguesias da Gavieira, de Soajo, de Cabana-maior, Carralcova, de Gondoriz, de Cabreiro, de Sistello e do logar da Lombadinha, sem que esse pastoreamento possa ser prejudicado pela interdição temporária das areas sucessivamente escolhidas. Os povos daquellas freguesias, que são as que ficam mais proximas dos poligonos, podem utilizar-se das lenhas secas, dos matos e da madeira que precisarem para construcção e reparação dos seus predios.

E' facil de ver como a arborização aumenta extraordinariamente os productos mencionados e portanto, como ella só traz vantagens para os habitantes destes sitios, a troco de conveniencias geraes para o regime do rio Vêz e do rio Lima, e para a meteorologia da região.

VII

Um uso agricola, a que não quero deixar de me referir, é o das *queimadas*. Não me ocuparei das que se fazem, lançando fogo a tudo, a toda a vegetação de um local indistinctamente, para adugem

tar o lobo, o javali ou a raposa. As queimadas de caracter agricola fazem-se no maninho, para renovar o pasto dos animaes ou para obter adubo nas chamadas terras de cinzas, ou nos giestaes, para semear o centeio. Quando o giestal (note-se a pronuncia local — *gésta*) está velho e produz pouca madeira, arranca-se e a sua madeira é muito apreciada para lenha. O terreno é em seguida *cachado*, isto é, cavado a pequena profundidade (10 a 15 centim.), variavel conforme o calor que fizer na ocasião, a fim de secar bem; lança-se-lhe em seguida fogo. Esta operação executa-se entre julho e setembro. Feito isto, lavra-se o chão, distribuindo-se e enterrando-se a cinza. Sobre esta lavoura, semeia-se o centeio, pelo meio do qual nasce a futura giesta, que depois fica ocupando novamente a terra.

A vinha tambem tem, em toda esta montanhosa região, uma cultura diversa da que é empregada nas freguesias mais baixas do concelho dos Arcos. As castas preferidas teem, em regra, menos porte e ainda por causa do rigor do clima, a vinha é *média*, isto é, educa-se ou empa-se em «arjões» ou «encados».

Com estes termos, designam-se os ramos secos de carvalho («madeira»), firmes no chão, proximos uns dos outros, dispostos em volta das leiras e campos, numa largura de 1 metro a metro e cincoenta («arredores» ou «beiradas»), pelo meio dos quaes a videira serpenteia horisontalmente, a pequena distancia do solo.

Sem embargo desta circunstancia, que deveria favorecer a maturação, o vinho, em consequencia do clima e das castas, sai mais verde que o das regiões ribeirinhas do concelho do Arcos. Chamam a esse sistema de cultura — *vinha de julgar ou jurgar*, por isso que a cepa vertical é dobrada para tomar a horisontalidade, por entre o varedo da «madeira».[1]

Este processo de cultura, é, julgo eu, o tradicional de toda a região, pelo menos do Alto-Minho, pois que nos documentos antigos, se encontra muitas vezes a expressão «uma vinha que levará tantos

[1] Parece ser a *jugatio* de Varrão, segundo o Dicc. de Rich.

homens de cava», o que só pode aplicar-se a este sistema de cultura, quando a vinha, em logar de se limitar ás orlas dos campos, ocupava toda a sua largura.

IX

O antigo soajeiro, (e não soajense como escreve quem nunca foi a Soajo) tinha um trajo, que hoje quasi caiu no abandono, pelo menos quanto a ser usado completo. Era todo de burel branco, devidamente afoloado (maçado ou apertado em folão) com vivos escuros nas costuras; assim é a jaqueta ou véstia até á cintura, com os quartos das costas avivados da mesma fórma, o colete assertoado, calção e polaina grosseira e, nos pés «abarcas» isto é, um especie de sandalhas. Na cabeça, um barrete cónico, feito de 4 quartos da mesma lã com vivos identicos.[1]

As mulheres usam tambem umas polainas «peúgas» de grossa lã castanha, só até aos jarretes, «mantela» para agasalhar as costas e «mandil», o tal de rifão, para o ventre.

E' claro que, emigrando o soajeiro de preferencia para Lisbôa, onde é padeiro e donde regressa com o epiteto do «lisboano», os seus antigos costumes e crenças vão-se esboroando aos golpes demolidores das doutrinas mal digeridas e intransigentes com que na capital se embebe a mente virgem destes serranos.

Deste trajo, ainda hoje se encontra em uso a véstia de lã branca «jaqueta de afoloado» e as *abarcas*. Nas pernas, usam a calça de serguilha (lã e estopa) arroxada e, na cabeça, a carapuça preta ou de côr, dobrada para a frente.

F. Alves Pereira.

[1] Ha um modelo de tamanho natural no Museu Etnologico de Belem, secção etnográfica.

Lindoso

Na margem esquerda do rio Lima, e entre as serras da Amarella e da Peneda, está situada a freguezia, outr'ora villa, de Lindoso, do concelho e comarca de Ponte da Barca, districto de Vianna do Castello e arcebispado de Braga. E' de 31 km. a sua distancia á cabeça do concelho.

Tem uma só freguezia, dedicada a S. Mamede, assaz populosa; o seu territorio é muito fertil e notavel pela creação de gado, de que faz larga exportação, e pela quantidade de caça, que povôa as serras do seu termo. Tambem o rio Lima fornece n'esta região abundancia de peixe. Compõe-se de trez logares, Castello, Parada e Cidadêlhe.

E' tradição que el-Rei D. Diniz em 1297, mandou fazer um castello na raia da Galliza, o qual por ser de primorosa architectura e muito elegante, recebeu do proprio Rei o nome de Lindoso, que passou depois para a villa. Consta tambem que el-Rei D. Diniz gostou tanto do Castello, que varias vezes o foi visitar. O P.e Carvalho diz que, durante a construcção do castello de Lindoso, o Rei passou muitos dias em Suajo, na outra parte do Lima, para d'ali a ver progredir. A fortaleza foi reparada em 1885, ficando em boas condições.

Lindoso mereceu a el-Rei D. Manuel a consideração de lhe dar foral, com grandes privilegios, a 5 de Outubro de 1514, e que gosou até 1834, em que foi extincto este pequeno concelho. Ainda possue o Pelourinho.

Conta-se que o primeiro alcaide-mór de Lindoso e de Castro Laboreiro, por el-Rei D. Diniz, foi Payo Rodrigues de Araujo, que na Galliza era senhor de Lobios, Araujo, Gondive, Ojos e Porno, e alcaide-mór dos castellos de Santa Cruz, em Arcos de Valdevez, e de Sande e Milmanda, na Galliza.

A estrada nacional da Ponte da Barca a Lindoso está ainda a

meia distancia da raia, onde já os hespanhoes construiram a ponte de pedra, chamada da Magdalena, sobre o ribeiro d'este nome.

Como méra curiosidade referiremos que o P.e Carvalho diz tambem, que o concelho de Lindoso tem uma aldeia, chamada Cidadêlhe, que, segundo é tradição, foi antigamente a cidade de Bretolvão, *alias Bretoleum.*

Folha n.º 20-e (Arraiollos)

As coordenadas geographicas, que limitam esta folha, são approximadamente 38º 35′ a 38º 46′ de latitude norte e 1º O a 1º 22 de longitude este do Observatorio do Castello de S. Jorge.

A região está comprehendida nas folhas n.os 25 e 29 da Carta Chorographica, na escala de 1/100000, levantadas nos annos de 1859, 1865, 1866 e 1867 pelos officiaes do exercito Antonio Maria da Silva Valente, Emilio Vidigal Salgado, Cezar Augusto da Costa, Theotonio Lopes de Macedo e Antonio José Pery.

A rectificação e ampliação foi feita em pranchetas de campo para a escala de 1/50000, no anno de 1905, pelo então capitão de infantaria, Sr. Julio Cezar Sanches Leite de Castro.

Pertence esta folha ao districto de Evora e comprehende parte dos concelhos de Arraiollos, Montemór-o-Novo e Evora.

Do concelho de Arraiollos vêem-se as freguezias de Gafanhoeira, Arraiollos (N. S.ª dos Martyres), Igreginha e Santa Justa.

Do concelho de Montemór o Novo apenas se vêem duas freguezias; a de Repreza e a de Santa Sofia.

Do concelho de Evora vêem-se as freguezias de Graça de Divor, S. Mathias e S. Bento do Matto.

Povoações principaes

As povoações principaes são:

Arraiollos e Azaruja; esta ultima, apezar de ser um simples logar, é muito povoada e concorridissima de romarias que se dirigem á ermida de N. S.ª do Carmo, situada na herdade da Azaruja, pelas chamadas festas rijas, que se fazem no mez de Setembro.

Caminhos de ferro

Esta região é atravessada por duas linhas ferreas, que, partindo ambas da margem S. da folha, se dirigem, uma para N. E. outra para N. O.; a primeira, que vae para Villa Viçosa, tem marcadas as estações de Azaruja e Valle Pereiro; a outra, que parte da cidade de Evora, situada na folha n.º 21-e mas muito proxima da margem S. d'esta folha, dirige-se para Móra tendo as estações de Loredo, Sr.ª da Graça e Arraiollos.

Estradas

E. N. n.º 68 — Parte da margem O. da folha proximo da povoação de Monte da Rozada, passando perto da freguezia de S.ta Sofia e junto da de S. Mathias.

E. N. n.º 69 — Parte da margem S. da folha e dirige-se para E. passando pelas povoações da Boa Morte, Chalrito e Sobreiral e proximo das de Seixinho e Amendoeira.

E. N. n.º 70 — Entra na margem O. da folha proximo da povoação denominada Serra das Lebres, atravessa a Villa de Arraiol

los e dirige-se para N. E. passando sobre a ribeira de Divor, onde tem uma ponte chamada ponte do Porto.

Ramal da E. N. n.º 70 — Liga a E. N. n.º 70 com a E. D. n.º 134.

E. N. n.º 72 — Vê-se apenas uma pequena porção que, partindo da margem S. da folha, atravessa a linha ferrea de Villa Viçosa seguindo parallelamente a esta até á ponte sobre a ribeira de Degébe.

E. D. n.º 134 — Parte da cidade d'Evora entra na folha ao S. perto da povoação de Ourives, e dirige-se para O. até encontrar o ramal da E. N. n.º 70 seguindo depois a direcção N.; passa proximo da freguezia de Graça de Divor, atravessa a Villa de Arraiollos, e segue até ao limite N. da folha.

E. M. — Parte da E. D. n.º 134, dois kilometros approximadamente ao N. da Villa de Arraiollos, dirigindo-se depois para N.

E. M. — Liga a estação do caminho de ferro da povoação d'Azaruja.

E. M. — Denominada da Barreira.

E. M. — » » Chainha.

E. M. — » dos Salvados.

E. M. — » da Retorta.

Todas estas estradas encontram-se a meio da margem S. da folha e nas immediações de Evora cidade, situada na folha n.º 21-e.

E. M. — Parte da E. N. n.º 69 proximo da povoação de Fonte Boa e dirige-se para S. E.

E. M. — Parte da E. N. n.º 68 entre as freguezias de S. Mathias e S.ta Sofia e dirige-se para O., passando junto da Albufeira da Defeza.

Hydrographia

Entre as varias linhas d'agua, que cortam a região da folha n.º 20-e, as principaes são:

Ribeira de Divor — Entra na margem superior da folha a 4 000

metros a N. da freguezia de Arraiollos, dirige-se para E. e n'uma pronunciada curva, passa a O. da freguezia de Igrejinha indo até á freguezia de Graça de Divôr onde tem as suas nascentes. Como affluentes possue na margem direita as ribeiras da Cruz e do Cabido, na margem esquerda as ribeiras do Penedo, das Figueiras, dos Serrões e de Arraiollos.

Ribeira de S. Pedro — Passa a O. da freguezia da Gafanhoeira, e um pouco ao S. d'esta divide-se em dois ramos, dos quaes um toma o nome de ribeira do Zambujo.

Ribeira de Negrasca — Corre parallelamente á antecedente desviada approximadamente d'esta 2 kilometros para Oeste.

Ribeira dos Alfeirões — Nasce proximo das povoações de Fazendas e Pedra Longa, passa a E. e depois a N. da freguezia de Repreza, desaparecendo a O. perto do casal dos Nabos.

Ribeira das Grades — E' affluente da antecedente e atravessa sob uma ponte a E. N. n.º 70 perto da nascente.

Ribeira de Almansôr — Nasce a uma legua a S. O. de Arraiollos atravessa o Ramal da E. N. n.º 70 e dirige-se para S. O. sahindo da folha perto da povoação de Mello, tendo como affluentes as ribeiras de Serra, de Sofia e a de Paredes.

Ribeira de S. Mathias — Nasce a 2 kilometros da freguezia de Graça de Divôr, corre para S. passando perto da freguezia de S. Matias.

Ribeira de Xarraminha e ribeira de Loredo que percorrem as immediações da cidade de Evora, ao S. da folha, fazem parte da ribeira de Xarrama.

Ribeira de Degêbe — Nasce perto das povoações de Montinho, Macedo e Mortal, corre para S. E. atravessa a E. N. n.º 72, a linha ferrea de Villa Viçosa e a E. N. n.º 69.

Ribeira de Freixo — Nasce proximo das povoações de Butaréus e Pacinho, corre parallelamente á linha ferrea de Villa Viçosa, indo desaguar na ribeira de Degêbe ao N. da ponte da E. N. n.º 69.

Ribeira da Amendoeira — Nasce a 3 kilometros do logar d'Azaruja, corre na direcção S. atravessa sob uma ponte a E. N. n.º 69

e segue até á margem inferior da folha, recebendo um pouco antes a linha d'agua denominada Regato da Barrozinha.

Vê-se n'esta folha uma linha bastante sinuosa traçada a azul e a vermelho, segundo as convenções topographicas, que representa o celebre aqueducto chamado da prata, uma das mais notaveis construcções da cidade de Evora, e attribuida a Sertorio, cuja reedificação foi entregue por D. João III ao illustre archeologo André de Rezende.

Este aqueducto acha-se traçado quasi na sua totalidade, n'esta folha; parte da freguezia de Graça de Divor e dirige-se para a margem S. da folha na direcção da cidade d'Evora.

Orographia

A região da folha n.º 20-e é algum tanto montanhosa, principalmente ao S. e O. onde se notam altitudes com cotas de 401, 394, 386 e 378 metros que fazem parte da Serra de Monfurado. A N. O. as elevações são menos acentuadas, tendo comtudo alguns cabeços de relativa importancia, e onde foram collocadas as piramides geodesicas: Pedras Alvas (348 metros), Cangalhas (355), Sete Villas (369), e o monte em que está edificada a freguezia de Arraiollos, que tem de altitude 397 e 370 metros.

A parte E. menos acidentada que a de O. tem ainda assim bem marcados os valles onde correm as differentes linhas d'agua, e chegando a ter proximo da povoação d'Azaruja um cabeço com a cota de 353 metros de altitude.

Arraiollos

A villa de Arraiollos, cabeça de concelho no districto, comarca e arcebispado de Evora, assenta n'uma elevação, nomeada pela sua salubridade, e pela sua grande produção em cereaes. Tem approximadamente 8.000 habitantes n'uma area de 58.637 hectares. Perto da villa, que dista 18 km. da cabeça do districto, corre a ribeira de Arraiollos.

Dizem uns que foi fundada pelos Gallo-Celtas, pelo anno 360 antes de Jesus Christo, e que estes povos a denominavam *Calantia*, nome que os romanos transformaram em *Calantica*; pretendem outros que a sua predecessora foi a Arandiz, de que falla Ptolomeu. A antiga povoação, de que se encontram restos, ficava porem a uns cinco ou seis kilometros a N. O. da actual.

Sem entrarmos na investigação de quaes fossem os fundadores da muito antiga povoação de Arraiollos, parece-nos preferivel consignar apenas:

que, em resultado das guerras travadas entre os povos que dominaram na Luzitania, estava consideravelmente arruinada no tempo d'el-Rei D. Diniz,

que este inclíto Monarcha a mandou reedificar, em 1310, dotando-a tambem com um forte castello de seis torres.

que este castello tinha duas portas, a da Villa, e a de Santarem;

que D. Diniz favoreceu ainda o desenvolvimento de Arraiollos, concedendo-lhe foral;

e finalmente, que el-Rei D. Manuel lhe deu foral novo em 29 de Março de 1511.

Na historia de Arraiollos deve notar-se que D. Fernando I a doou com o titulo de Conde a D. Alvaro Peres de Castro, irmão de D. Ignez de Castro. O condado de Arraiollos foi depois dado por D. João I ao Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e passou por tanto para a Casa de Bragança.

Teve grande nomeada a fabrica de tapetes de Arraiollos, que prosperou muito no seculo XVIII. A extracção dos seus productos, no paiz e nas provincias ultramarinas, foi então deveras grande.

Diogo Barbosa Machado diz-nos que Arraiollos foi berço de muitos escriptores notaveis, entre os quaes prima o erudito academico Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que ali nasceu a 23 de Junho de 1809, e que muito se distinguiu pelos altos serviços prestados ás letras patrias e á India portugueza.

Como o concelho de Evora é um dos tres, com parte dos quaes é constituida a folha n.º 20-e e como Montemór-o-Novo está já descripto, e Evora é uma das mais importantes cidades do nosso paiz, resolvemos apresentar desde já a noticia acerca de Evora, que foi a segunda cidade de Portugal.

Evora

Tratando de preparar uma noticia sobre esta muito antiga cidade, começaremos por apresentar a succinta e compendiosa descripção, que d'ella faz Gaspar Estaço, no cap. 43, pag. 161 das *Varias antiguidades de Portugal*.

A cidade de Evora está posta no meio da Luzitania, em sitio plano e comarca fertil de todas as cousas necessarias para a vida humana. Sua antiguidade não é pequena, porque, muitos annos antes de Christo nascer, já era. Foi ennobrecida pelos Romanos, depois pelos Godos, e finalmente pelos Reis de Portugal, com que mereceu ser neste reino a segunda depois de Lisboa.

Num artigo, publicado no *Archeologo Portuguez*, a pag. 281 do Vol. I (1895) e que é devido á penna erudita do Sr. C. da Camara Manoel, na parte II, que se intitula: «A cidade de Evora e os seus monumentos», encontra-se desenvolvida a noticia de que vamos dar resumido extracto:

«Entre as mais importantes cidades da Peninsula occupa seguramente logar distincto a cidade de Evora. Uma visita á cidade e aos seus arredores offerece provas incontestaveis da sua antiga grandeza, e do muito que ainda vale. A primeira destas provas é affirmada pelos dolmens, pelos restos de estradas romanas e vestigios de povoações, e pelos cruzeiros e magestosos conventos. A area da povoação ainda hoje limitada pela muralha de D. Affonso VI, e que foi outr'ora fechada por tres ordens de muralhas de que foi primeira a do Povo-Rei, apresenta a cada passo magnificos palacios e templos soberbos, cuja construcção deslumbra pela singularidade e primor da architectura. A par dos monumentos sobre os quaes se levanta a cruz de Christo, topa-se com as ruinas de edificios pagãos que nos recordam os grandiosos templos de Athenas e de Roma.

Notemos agora que é profundamente desconsoladora a impressão que se sente ao ver o abandono em que se acha a maior parte d'estes monumentos, e o constatar que não mereceram a consideração de ser salvas do esquecimento, e mais ainda do despreso e da profanação, as sepulturas dos homens que prestaram eminentes serviços á nacionalidade portugueza, e que tanto illustraram a cidade de Evora.

A falta de respeito aos proprios mortos é uma das mais frisantes demonstrações da decadencia de um povo; sobe de ponto esta apreciação quando se trata de mortos illustres.

Assim, se se não tivesse praticado o acto de alta justiça de trasladar para a Sé, em trinta de Julho de 1839, os restos mortaes de André de Rezende, teriam estes desapparecido nos escombros do Convento de S. Domingos, sem que lhes valessem as honrosissimas e excepcionaes condições de serem os do famoso mestre dos filhos d'el-Rei D. Manuel, e notabilissimo historiador de Evora, que mereceu a Ferdinand Denis a classificação de *antiquario por excellencia de Portugal.*

Com respeito á trasladação dos ossos de André de Resende, devemos consignar aqui, que n'um artigo, intitulado «Justa repara

ção», publicada a pag. 495 do Tomo Quarto da Revista Litteraria do Porto, 1839, se prova evidentemente, contra o que se tinha publicado, que esta trasladação é devida ao conselheiro Antonio José d'Avila (depois Duque d'Avila e de Bolama).

Tendo sido extinctos, por decreto de 28 de Maio de 1834, as Ordens religiosas em Portugal, foi decretada depois a demolição do Convento de S. Domingos de Evora, para se formar uma praça com a denominação de — Praça do D. Pedro.

Acerca d'este assumpto, o *Diario do Governo* n.º 140, de 15 de Junho de 1836, publica uma Portaria do Ministerio do Reino, de 6 de Junho, assignada por Agostinho José Freire, na qual Sua Magestade approvava e louvava a proposta do Governador Civil d'Evora, o Conselheiro Antonio José d'Avila, levada á presença da mesma Augusta Senhora, com data de 21 de Maio de 1836, e com o fim de se construir no sitio do edificio do Convento de S. Domingos d'aquella cidade, uma praça com a denominação de *Praça de D. Pedro*, em grata recordação de que este Alto e mui Poderoso Principe, de saudosa memoria, havia sido o Fundador do Throno da Augusta Rainha de Portugal, e das liberdades publicas.

No mesmo dia 21 de Maio de 1836, o referido Governador Civil, Conselheiro Antonio José d'Avila, convidou por um officio a Camara Municipal para que fizesse trasladar as cinzas de André de Rezende para a egreja parochial que achasse conveniente, *até que estando definitivamente organizado o Cemiterio Publico podessem as mesmas ali ser collocadas de uma maneira digna, assim do merecimento d'aquelle illustre cidadão, como do Municipio de que elle foi um dos melhores ornamentos.*

A este officio respondeu a Camara em 25 do mesmo mez, annuindo ao convite, que, visto o Governador Civil estar por momentos a partir para as Côrtes, *esperaria o seu regresso, por isso que em acção tão gloriosa desejava ir em tudo de accordo com elle.*

Não só está authenticamente provado que ao Conselheiro Antonio José d'Avila é devida a iniciativa dos assumptos de especial

importancia que acabamos de tratar, e que tanta honra lhe fazem, mas tambem que Evora deve a este eminente estadista outros serviços inolvidaveis, entre os quaes mencionaremos o da fundação da sua Casa Pia, sobre a entrada da qual está gravada em marmore branco a data da fundação — 11 de Agosto de 1836.

Para comprovar a iniciativa d'esta fundação ha os seguintes documentos, igualmente citados a pag. 496 do mencionado Tomo IV da *Revista Litteraria*.

1.º — o longo officio que o Governador Civil, Conselheiro Annio José d'Avila, dirigiu, em data de 6 de Setembro de 1836, ao Ministro dos Negocios do Reino, propondo o plano da fundação d'aquelle importantissimo e philantropico estabelecimento, e o manancial dos recursos para o seu costeamento.

2.º — o projecto do Regulamento do mesmo.

3.º — a copia authentica das instrucções regulamentares, mandadas por elle observar em data de 7 do mesmo Setembro, em quanto se não organisava o Regulamento economico, por que a Casa Pia d'aquella cidade devia reger-se.

O collegio do Espirito Santo tinha sido fundado pelo Cardeal Infante D. Henrique, quando Arcebispo de Evóra; e, em 1553, com solemnidade notavel, foram abertas as suas aulas de theologia, moral e letras humanas, as quaes ficaram regidas por muito doutos professores.

Este Principe fundara tambem em Coimbra o Collegio dos Jesuitas; tendo se porem dado a circumstancia de levantarem n'aquella cidade difficuldades á Companhia de Jesus, o Arcebispo fundador tratou de transferir para Evora o que fizera em favor do instituto jesuitico em Coimbra, empenhando a sua propria influencia e a acção já importante da Companhia.

Para combater este proposito do Cardeal Infante, ou antes para continuar a combater a Companhia de Jesus, empregou a Universidade todos os seus meios; estes eram tão fortes que durou seis annos a lucta, mas o resultado final foi o desenvolvimento do

Collegio jesuitico em Evora, e a sua transformação em Universidade, sujeita á Companhia de Jesus.

A inauguração da Universidade eborense, celebrou-se com a maior pompa, no dia 1.º de Novembro de 1559.

Mez e meio depois da sua abertura, a Universidade foi por assim dizer confirmada, recebendo a visita do 3.º Geral dos jesuitas, que era então o homem extraordinario, que fôra o 4.º Duque de Gandia, e cujo nome merecia universal admiração.

Fica assim explicada a primeira visita a Evora do futuro S. Francisco de Borja; as suas outras visitas foram consequencias dos altos interesses, que a Companhia de Jesus tinha em Portugal.

A Universidade de Evora, instituida com todos os cuidados scientificos e litterarios, fundada com larga dotação para assegurar a sua existencia, chegou a ter uma situação que em breve a collocaria entre as primeiras Universidades da Europa; pois, poucos annos volvidos, desappareceu inteiramente, aniquilada com um traço de penna do Marquez de Pombal!

Fechada a Universidade, não só foram as suas avultadas rendas repartidas pela Universidade de Coimbra e pelo Collegio dos Nobres, mas os seus papeis, tombos e registos destribuiram-se por Lisboa e Coimbra, ficando porem alguns em Evora, e nomeadamente numerosos volumes do seu cartorio.

Nos seus Estudos Eborenses, Gabriel Pereira transcreve alguns documentos importantes do cartorio da Universidade de Evora.

Antonio José d'Avila para a fundação da Casa Pia d'Evora, lançou mão do edificio do desabitado Collegio do Espirito Santo, e, para occorrer ao seu costeamento, reuniu os haveres de quatro recolhimentos que havia em Evora, nenhum dos quaes, pela deficiencia de meios, desempenhava cabalmente a sua missão de caridade. Esta benemerita iniciativa recebeu a Sancção Regia, por decreto de 27 de Outubro de 1836, referendado por Passos Manuel.

Pela instructiva leitura dos Estudos Eborenses, obra muito notavel de Historia e Archeologia de Gabriel Pereira, ve-se que no

edificio da Casa Pia, em evolução singular, se ligam as tradições historicas do passado com as risonhas esperanças do porvir. Nos seus extensos corredores echoaram os passos do Cardeal D. Henrique, e os do Rei D. Sebastião, e em uma das suas cellas residiu por vezes S. Francisco de Borja, o notavel 4.º Duque de Gandia, que nas suas differentes visitas a Evora se hospedava no Convento, e em algumas occasiões com demora.

Ainda hoje se lê na verga da porta do aposento, que habitou, a inscripção:

S. Franciscus Borgia (in hoc cubiculo quondam) hospes.

Actualmente nas abobadas do enorme edificio resoam os risos alegres das creanças, que para ali entraram indigentes e cobertas com o luto da orfandade, e que o trabalho e a instrucção popular transforma em cidadãos prestantes, que pagam depois largamente á patria, o sustento, o amparo e a educação.

Adiante apresentaremos a rasão, que principalmente levou S. Francisco de Borja a trocar pelo barrete preto a sua corôa ducal. Extractamos a causa d'esta resolução do Diccionario Encyclopedico Hispano-Americano.

Alem do modo distincto como o Conselheiro Antonio José d'Avila desempenhou as funcções do seu elevado cargo de Governador civil d'Evora, os factos que acabamos de narrar são os principaes que lhe carearam as affeições d'aquelle districto, e *a que deveu a gloria e a honra de ser eleito, em 1836 e 1838, como seu representante na Camara dos Deputados, apesar da opposição que lhe fizeram seus adversarios politicos.*

Contava o Duque d'Avila e de Bolama, com grande e justificada satisfação, que um dos asylados da Casa Pia de Evora lhe legara em testamento todos os seus haveres constituidos por quatro moedas, isto é 196200 réis.

Effectivamente d'esta modesta prova de reconhecimento tiram-

se argumentos valiosos, que ficam bem no seu elevado padrão de administrador distinctissimo.

A pag. 120 do Archeologo de 1898, na parte IV de um artigo, intitulado *Evora e Arredores*, e no numero C — André de Rezende —, o illustre e sabio professor, o Sr. J. Leite de Vasconcellos descreve a sua visita á casa na rua do Mestre Rezende onde viveu o pae dos estudos archeologicos em Portugal. Permitta-nos o Sr. J. Leite de Vasconcellos, que transcrevamos textualmente um importante periodo em que confessa que Rezende, movido pelo seu muito amor da patria, deslustrou algumas das suas paginas, com a descripção de inscripções, que elle proprio mandara gravar em marmores. Hubner, menos benevolo, censura rudemente estas falsificações na sua obra monumental *Corpus* (Vol. 2.º e respectivo Supplemento).

Eis o que escreve o Sr. Leite de Vasconcellos:

«Aqui, disse eu, quando me vi dentro, pensou muitas vezes mestre André na sua querida Lusitania e na obra que ás antiguidades d'ella consagrou, na qual se faz pela primeira vez um prospecto da nossa geographia antiga, embora o auctor deslustrasse algumas das paginas com a publicação de inscripções falsas, que elle proprio mandou gravar em marmores, que ainda hoje se conservam na bibliotheca; mas perdoemos ao bom filho de Evora a sua pia fraude, devida ao muito amor da patria, e á tibiesa do methodo critico, então apenas incipiente! D'aqui manteve elle correspondencia latina com eruditos estrangeiros, seus amigos, como Vazeu, que vivia em Salamanca.

O Sr. J. Leite de Vasconcellos tambem a pag. 52 do Archeologo de 1901, tratando do modo como o Dr. Hubner copiou e transcreveu inscripções nossas, diz que *embora este sabio berlinez estivesse sempre disposto a tratar todos com justiça, não occultava que por vezes era demasiado sevéro para com os nossos auctores; assim em certo ponto do Vol. II do seu livro, Corpus Inscriptionum Latinarum, accusa de falsario a André de Rezende só porque este não*

interpretou bem uma inscripção alemtejana. O mesmo Sr. J. Leite de Vasconcellos declara que verificou, que a interpretação de André de Rezende era authentica.

A benevolencia para os que antes de nós prepararam e colligiram elementos, que muito nos auxiliam em nossos estudos e investigações, é seguramente uma homenagem de consideração muito devida.

Apressemos-nos em affirmar que, das observações anteriormente expostas, não se deve inferir qualquer conclusão que possa amesquinhar o trabalho do Dr. Hubner na parte portugueza do *Corpus*, que é importantissimo.

Porta do côro da Sé d'Evora.

A bella escultura em carvalho, que constitue a porta do côro da Sé d'Evora, é muito conhecida, e devéras notavel pela sua perfeição e conservação. São quatro os quadros em que é dividida, e que representam: o magistrado com o livro das culpas; a justiça empunhando a espada com a mão direita, e sustentando com a esquerda a balança; o santo que pede clemencia; e as almas penadas no fogo purificante. Apenas sob o santo orante, como diz Gabriel Pereira, ha um buraco circular[1] que um conego fabriqueiro mandou abrir para passar o gato, visto ter observado que os ratos invadiam o côro.

[1] Os buracos circulares, que se usam no Alemtejo e no Ribatejo para dar passagem a gatos, chamam-se *gateiras*. São usados nas portas exteriores, e por vezes nas interiores, sobretudo nos celleiros, dispensas, etc.

A locução *gateiras* faz-nos lembrar outra, que tambem se emprega n'aquella região nas casas de construcção modesta. Referimos-nos ás *tranqueiras*, que são cavidades feitas nas paredes lateraes, das portas, e destinadas a segurar a tranca; esta por sua vez, é fixada na porta por uma cunha de madeira. As tranqueiras, na sua secção vertical, são quadradas; mas uma das suas cavidades costuma ser bastante profunda para nella se guardar e fazer correr a tranca.

Templo de Diana

O mesmo illustre sabio escreveu o seguinte que copiamos do Archeologo de 1901, pag. 137.

«Não temos no paiz, bem pouco ha no estrangeiro, que se possa comparar á gentileza artistica, ao primor de execução que se admira no côro da Sé de Evora. Em puro estylo de Raphael, no espaldar do cadeirado baixo, no grande espaldar do superior succedem-se os motivos decorativos, as estatuetas symbolicas, os quadros biblicos, as figuras ornamentaes, os episodios agricolas e humoristicos, entre pingentes e grinaldas de flores e fructas, como nas immortaes *loggie* do Vaticano. Ignora-se ainda o nome do artista ou dos artistas (porque as variantes no modo de tratar as figuras indicam tres maneiras), mas a alma, o amor d'elles esvoaça por ali, toda aquella obra de fina renascença respira enthusiasmo e encanto, que tem vindo através os tempos, incomparavel condão da arte, levantando o espirito de quem examina, *sursum corda* eloquente na magistral escultura.

Entre os monumentos antigos de Evora prima o templo romano denominado Templo de Diana, que foi conservado a instancias do mallogrado Dr. Augusto Filippe Simões, pela vereação de que era presidente o Sr. Dr. Francisco de Paula da Rocha Vianna.

Nos Estudos Eborenses, na Evora Romana — 1.ª parte — Templo de Diana, que nos dá sobre tão interessante assumpto muito proveitosa lição, lê-se porem que, em 1836, o Administrador geral do Districto de Evora, Antonio José d'Avila, depois Duque d'Avila e de Bolama, *banin o açougue que existia n'este venerado templo.*

Vê-se pois que não foi mantida a ideia benemerita de Antonio José d'Avila, visto que muitos annos mais tarde foi necessario acudir de novo pela conservação d'aquelle notabilissimo monumento romano.

A's instancias do Dr. A. Filippe Simões e tambem devido a conservação da importante collecção epigrafica, legada pelo venerando, inclito e benemerito Arcebispo de Evora, D. Frei Manuel do Cenaculo. Esta conservação foi egualmente ordenada pela Camara Municipal da presidencia do Sr. Dr. Francisco de Paula da Rocha Vianna. O Museu Cenaculo está annexo á Bibliotheca.

S. Francisco de Borja, que nasceu em Gandia (Valencia) a 28 de Outubro de 1510 e falleceu em Roma a 30 de Setembro, ou 1 de Outubro de 1572, foi filho primogenito de D. João de Borja, 3.º Duque de Gandia, e de D. Joanna de Aragão, filha de D. Alonso de Aragão, filho do Rei D. Fernando. Casou com D. Leonor de Castro, dama da Imperatriz mulher do Imperador Carlos V, recebendo por essa occasião, com o titulo de Marquez de Lombay, a nomeação de estribeiro-mór da Imperatriz.

Tendo sido creado na côrte, onde tinha uma situação elevada pela sua posição, e sobretudo por ter sido mestre do Imperador e continuar a ser seu confidente e intimo amigo, causou a maior estranhesa que, abandonando tantos favores e grandesas, abraçasse a austeridade da vida religiosa.

Para esta resolução muito contribuiu o acontecimento, que a historia e a lenda tem narrado e adornado de interessantes episodios que tambem foram traduzidos em telas por mais de um pincel.

Achava-se a Côrte em Toledo, celebrando grandes festas, quando sobreveiu o fallecimento da Imperatriz D. Isabel, em 1 de Maio de 1539; ao Marquez de Lombay foi commettida a conducção dos imperiaes restos a Granada, onde deviam enterrar-se na Capella real dos Reis Catholicos.

Fez-se o sahimento com grande pompa, e ao chegar a Granada, a um sitio que a tradição designa pelo nome de *Cruz Branca*, procedeu-se á cerimonia da entrega do cadaver para o que teve de abrir-se o caixão de chumbo em que ia encerrado o corpo; appareceu porem tão horrivelmente decomposto e desfigurado aquelle rosto, em que recentemente resplandecia a magestade e a belleza, que causou funda impressão no animo de todos os presentes, e muito especialmente no do Marquez de Lombay, que ao ser perguntado se aquelle era o corpo da Imperatriz de cuja guarda se havia encarregado, só poude jurar, que *em vista da diligencia e cuidado com que se trouxera aquelle corpo, tinha por certo que era o da Imperatriz.* Dizem os biographos de S. Francisco de Borja, que desde então concebeu o firme proposito de não servir os Reis da Terra, que em

tão pouco tempo ficavam assim desfeitos, e dedicar-se todo ao serviço do Rei Eterno.

Vem inteiramente a proposito a transcripção d'esta joia litteraria de um dos nossos maiores classicos, o Padre Antonio Vieira.[1]

«Quando S. Francisco de Borja abriu a arca, em que ia a depositar o corpo da nossa Imperatriz Dona Isabel, Mulher de Carlos Quinto, vendo a corrupção d'aquelle cadaver, e d'aquelle rosto, que pouco antes era um milagre da Natureza, ficou tão penetrado e tão atónito d'aquella vista, que ella bastou para o fazer Santo...

Tendo fallecido em 1546 sua mulher, o 4.º Duque de Gandia decidiu-se a renunciar a todas as suas honras e altas proeminencias, que ultimamente eram as de Vice-Rei e Capitão General da Catalunha, e a abraçar o estado ecclesiastico; celebrou a sua primeira missa no dia 1.º de Agosto de 1551.

Não cabe nos curtos limites d'esta nossa noticia acompanhar S. Francisco de Borja durante os 21 annos da sua por muitos titulos notabilissima vida ecclesiastica. A seu respeito diremos pois ainda apenas: que o Papa Urbano VIII o beatificou em 1624; que foi canonisado pelo Papa Clemente X em 1671; e que, por disposição do Papa Innocencio XII, se celebra a sua memoria e festa a 10 de Outubro.

S. Francisco de Borja, pelos seus numerosos trabalhos litterarios, mereceu aos criticos a classificação de um dos melhores autores misticos.

Algumas das mais nobres familias portuguezas estão aparentadas com S. Francisco de Borja, como claramente se vê nas «Memorias historicas e genealogicas dos Grandes de Portugal»:

O 4.º Duque de Gandia (S. Francisco de Borja) era avô de D.

[1] Padre Antonio Vieira — *Sermão da Rainha Santa Isabel*, prégado em Roma em 1674 — § VII, 29.

Joanna Pimentel, a qual casou no anno de 1635 com D. Francisco de Mello, 3.º Marquez de Ferreira, em segundas nupcias d'este. D'este matrimonio nasceu D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º Duque de Cadaval, 4.º Marquez de Ferreira e 5.º Conde de Tentugal, o qual casou trez vezes. A primeira em 29 de Dezembro de 1660, com D. Maria de Faro, viuva de D. João Forjaz Pereira, 8.º Conde da Feira, e filha de D. Francisco de Faro, 7.º Conde de Odemira; d'este casamento nasceu D. Joanna de Faro, Condessa de Faro e de Odemira, que falleceu antes de chegar á edade de poder eleger estado. Não ficou portanto parentesco entre as familias Alvares Pereira (Cadaval) e Forjaz Pereira.

Do 3.º casamento do 1.º Duque de Cadaval, a 25 de Julho de 1675, com a Princesa Margarida Armanda de Lorena, filha de Luiz de Lorena, Conde de Armagnac e de Harcourt, e de sua mulher Catherina de Neuville, filha do Marechal de França, Nicolau de Neuville, houve entre outros filhos, D. Anna de Lorena, que casou com Luiz Bernardo Alvares de Tavora, 5.º Conde de S. João. Nasceu d'este matrimonio, alem de um filho e de uma filha, D. Leonor de Tavora, que, por morte de seu irmão, foi herdeira da Casa de Tavora, e 6.ª Condessa de S. João e 3.ª Marqueza de Tavora. Esta senhora casou a 26 de Fevereiro com Francisco d'Assis de Tavora, seu primo có-irmão, 6.º Conde de S. João e 3.º Marquez de Tavora. D'este casamento, entre outros filhos, nasceu a 14 de Dezembro de 1729, em Lisboa, D. Leonor de Tavora, a qual casou a 2 de Dezembro de 1747 com D. João de Almeida, 4.º Conde de Assumar, provindo d'este matrimonio D. Leonor de Almeida, a celebre poetisa conhecida entre os poetas pelo nome de Alcipe.

Esta Senhora, por muitos titulos illustre, nasceu a 29 de Outubro de 1750, e por morte de seu irmão, D. Pedro José de Almeida, foi 4.ª Marqueza de Alorna. Foi avó do 7.º Marquez de Fronteira, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, do General D. Carlos Mascarenhas, e da Condessa d'Alva, D. Leonor Mascarenhas.

O 7.º Marquez de Fronteira era Pae da Senhora D. Maria Mascarenhas Barreto, 8.ª Marqueza de Fronteira e 5.ª Marqueza de

Alorna. Esta muito illustre Senhora é pois neta em 9.º grau de S. Francisco de Borja.

A aprasivel região, que cerca a cidade de Evora e que de longe vem sendo afamada pela sua fertilidade, offerece, vista de um ponto elevado, a ficção de ser uma enorme planicie. O estudioso que quizer saber noticias dos *dolmens* ou *antas*, que n'ella se encontram não pode deixar de recorrer ás conscienciosas informações do muito erudito Gabriel Pereira, ha pouco infelizmente roubado aos seus admiraveis trabalhos, e ás do muito distincto professor, o Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos. Na pag. 312 do Archeologo de 1895 encontra-se, devida a Gabriel Pereira, a descripção da *Anta do Pinheiro do Campo*, que está a uns quinze kilometros ao poente de Evora. A pag. 126 do Archeologo de 1898, descreve o Sr. J. Leite de Vasconcellos com a sua habitual proficiencia, as *Antas das Herdades do Freixo e do Barrocal*, e a Estação Archeologica da Tourega; e a pag. 128 do Archeologo de 1902, as *Antas do Barrocal*.

As antiguidades romanas são mais numerosas e variadas no Algarve do que em qualquer outra provincia de Portugal; mas com esta excepção, resultante de se ter ali exercido a influencia latina por mais tempo e com mais intensidade, a região de Evora e dos seus arredores é a mais rica de vestigios da epocha e civilisação dos Romanos, com quanto haja d'estes muitas memorias nos territorios comprehendidas entre os rios Tejo e Guadiana, e as serras do Algarve.

Gabriel Pereira, nos seus citados Estudos Eborenses, diz que restam ainda bastantes vestigios da muralha romana que circundava a cidade para se poder marcar a sua peripheria pelas Alcarcovas de baixo e de cima, Salvador, arco de D. Isabel, muralha norte do passeio de Diana, palacio dos Bastos (pateo de S. Miguel) ao angulo da rua do Collegio onde existiu a torre *monchinha*, Freiria de baixo ao largo da Misericordia e a S. Vicente.

Na face oriental do palacio dos Bastos, e no largo da Miseri

cordia, ainda existem ruinas das pequenas torres romanas, que, de espaço a espaço, fortificavam e flanqueavam a muralha, que defendia a cidade no tempo em que os Godos e os Romanos dominavam a Lusitania.

A tradição attribue aos Godos as torres de Sizebuto, da rua Nova e da rua da Sellaria; torres semelhantes a estas, na grande altura e solidez, são as do extincto convento do Salvador, a dos paços do Concelho, e as duas do palacio Cadaval.

A expressão Alcarcova, evidentemente de origem arabe, prova que a cerca serviu aos mouros; esta denominação está hoje limitada á rua parallela á praça de Giraldo.

Das muitas outras antiguidades de Evora e dos seus arredores encontra-se muito interessante e desenvolvida noticia nos mencionados Estudos Eborenses, para os quaes tomamos a liberdade de remetter o leitor.

As alterações de Evora

Estas alterações, isto é, os tumultos e motins que ali se deram contra os tributos, em 1637 e 1638, teem, pelas suas consequencias da mais alta importancia, logar marcado n'uma noticia acerca d'aquella notabilissima cidade, que tomou então grande parte e muito padeceu nas luctas pela liberdade contra Castella. Este patriotico assumpto tem sido tratado por escriptores de grande tomo, devendo porem notar-se que todos basciam os seus estudos na relação feita por D. Francisco Manuel de Mello nas suas Epanaphoras de Varia Historia Portugueza [1]

Gabriel Pereira no artigo intitulado «As vesperas da restaura-

[1] Epanaphoras de Varia Historia Portugueza, em cinco relações de successos pertencentes a este Reyno. Que contem negocios publicos, *Politicos*, *Fragrosos*, *Amorosos*, *Belicos*, *Triumfantes*, por Dom Francisco Manuel. Anno 1660

Ermita de S. Braz
Evora

ção», que se encontra nos Estudos Eborenses, depois de enumerar aquelles distinctos escriptores, e de apresentar a summula dos seus artigos, accrescenta com a sua habitual modestia, que o leitor ficaria de certo mais bem servido se transcrevesse alguns d'elles, mas que se abalança a escrever algumas linhas, por poder ajuntar aos seus dados outros de certa importancia. Effectivamente da historia de Portugal, no periodo do reinado de Filippe IV, e da restauração de 1640, fornecem valiosos ensinamentos as conscienciosas informações de Gabriel Pereira.

Achava-se a politica hespanhola, nos annos de 1636 e 1637, em grandes difficuldades nas suas relações com a França, Inglaterra e Hollanda, o que a obrigava não só a activar a cobrança dos impostos antigos e a dos que tinham sido ultimamente lançados em Portugal, mas a proceder do modo mais violento para conseguir a realisação d'este proposito, que as circumstancias tornavam urgentemente indispensavel.

Comprehende-se pois que as coisas em Portugal, tivessem chegado a um estado agudo, que a mais insignificante occorrencia podia fazer explodir.

Determinou a explosão a imprudente proposta da substituição dos novos tributos pela quota parte do subsidio de 500:000 cruzados do anno de 1637, feita á Camara por André Moraes Sarmento, corregedor de Evora, que desejava por todos os meios affirmar á Corôa a sua dedicação.

Afigura-se-nos de muito interesse, para conhecimento do que a este respeito se passou, transcrever textualmente parte da descripção de D. Francisco Manuel, na relação politica das suas Epanaphoras:

«Havia o Corregedor já proposto tudo á camara daquella cidade: donde os Vereadores della, á custa da vontade delRey, & do clamor do Povo, igualmẽte mostravão desejo de obedecer & resistir: porque de hũa parte, a obrigaçao de bons Vassalos, & da outra a de bons Patricios, os dividiao & equivocavão, em tão con

trarios efeitos. Parecceo, que a maior impossibilidade consistia na vontade do Povo; porque como consta de numero incapaz de castigo, soborno ou conselho, he de ordinario oposto a todos os respeitos politicos. Quiz então o Corregedor encaminhar a obediẽcia das cabeças populares, & fez chamar diãte de si ao Juiz e Escrivão do Povo (Sezinando Fernandes e João Barradas), em os quaes de algũa maneira entre nós se reparte a auctoridade de aquelle oficio, que os Romanos chamárão *Tribuno da Plebe*.....

.....

«A novidade de aquella diligencia que o Corregedor intentára contra os dous Populares, a que se ajuntava a pratica comũa, que já corria pello Povo, das novas imposiçoens que lhe repartião, abalou grande cantidade de gente em seguimento dos dous chamados, ou fosse por segurança, ou (que he o mais certo) para atemorisar com seu numero o executor da violencia que temião. Todos estes accidentes ameaçadores á Republica, de custosa novidade, desconheceo ou despresou o Ministro real, contra quem se prevenião: procedendo em persuadir aos Populares, que tinha encerrados em seu proprio aposento, já com promessas, já com ameaças, antes que convertidos á multidão, tornassem a participar do espirito da sua variedade. Porem João Barradas, homem de juizo maior que sua fortuna (condição) pedia instantemẽte lhes fosse licito communicar o negocio a seus còpanheiros: porque ainda que elle, por temor ou rasão, concedesse no que se lhe propunha, claro estava que, sem participar do consentimento do Povo, nada ficava firme: Era esta communicação a que mais temião os Ministros delRey, assi lhe foi negada; cò que, de novo endurecidos os Populares, se resolveram a não conceder cousa algũa que gravasse o Povo, sem sua licença.»

As palavras de grande injuria que o Corregedor soltou contra o Povo d'Evora, e seus representantes, e a declaração de que ia tremendamente castigar os dois presentes, levarão o Juiz Sezinando Fernandes a chegar a uma janella, que por acaso ou esquecimento tinha ficado aberta, e a pedir em altas vozes soccorro ao Povo, di-

zendo-lhe: *que morrião pello livrarem do trabalho, que lhe queriam dar os Ministros delRey.*

Da furia do Povo teria sido victima o Corregedor, se não tivesse industriosamente passado ao Convento de S. Francisco, d'onde, disfarçado, conseguiu fugir e sahir da cidade.

Rebello da Silva na sua primorosa narrativa d'este periodo memoravel da nossa historia, diz-nos como o povo, n'um impeto irresistivel, salvou os seus magistrados das mãos crueis do terrivel André Moraes Sarmento, pretendendo-se ainda que lhes tenha talvez salvo a vida.

Gabriel Pereira observa que o povo não marchava á tôa, e que dá d'este parecer argumento de valia o conhecido edital de 22 de Agosto de 1637, escrito e assignado pelo Manuelinho de Evora.

Vamos transcrever o edital, e depois faremos as considerações que a sua demorada leitura nos suggere.

«Nós os meninos e rapazes, ministros da divina Justiça, com particular providencia de Deus nosso Senhor, e com alçada sobre os traidores e perjuros á patria, executores dos tributos de um Rei tiranno; e com poder de executarmos os castigos já decretados no tribunal da Divina justiça, com auctoridade quasi divina a nós concedida, etc.

Fazemos saber que levados nós do christianissimo Zelo da honra de Deus, amor da patria, fome de nossos irmãos, pobreza de nossos paes, necessidade de nossos orphãos, pelo perigo a que tambem estão expostos pelas presentes tyrannias, finalmente da grande pobreza de que a nós se queixa todo o estado de gente; desejando nós pela obrigação do nosso officio buscar meio para se atalharem traições e roubos tão publicos e escandalosos, ainda á custa dos proprios barbaros que não conhecem que cousa é Deus, e como executores da divina justiça:

Mandamos a toda a pessoa assim seculares, como frades e clerigos, e aos padres da Companhia de Jesus, estejam prestes com suas orações e pessoas para nos acudirem a executar a sentença que ora

se despachou no tribunal da divina Justiça para que morra todo o que for traidor á patria, e quizer executar tributos do rei tyranno, ou que der para isso industria alguma; para que com o exemplar castigo de seus vergonhosos feitos não se renovem outros novos Catilinas e Marcos Antonios, para que não venham estes taes a ser queimados por traidores como foi o que queimaram este presente anno por judeu, do que se seguirá virem os portuguezes a acabar de perder o seu valor, e serem inficis a seu Deus, e á sua patria, e a seu rei, sendo christão, e ficarão prevalecendo contra nós os tyrannos que cada dia accrescem, e as fomes que ha tanto tempo padecemos, sujeitos á servidão de um tão tyranno Pharaó, que parece nos quer vender até a propria lei que temos, não entendendo que ha de por Deus seus olhos de Misericordia nas lagrimas de um povo, que sempre foi exemplo de christandade como é a nossa illustre cidade de Evora. Dada aos de 22 de Agosto de 1637. E eu Manuelinho secretario o escrevi.»

Desnecessario é demorar-nos em demonstrar que o autor do edital não podia ser o Manuelinho de Evora, que era um pobre louco muito conhecido pelas suas jogralidades e pela sua desmedida corpulencia, visivelmente incapaz de produzir o habil documento, em que se falla ao povo, apresentando-lhe lição proveitosa, mas em linguagem inteiramente ao seu sabor.

O que julgamos provavel, é que os primeiros resultados favoraveis, obtidos pelas alterações e motins de Evora, levassem os dirigentes d'estes esforços revolucionarios a procurar manter a agitação usando de meios que fossem indicados ao Povo por um processo seguro, e que de modo nenhum fizesse suspeitar quem os aconselhava.

Lembraram-se para a execução d'esta ideia do inofensivo e irresponsavel Manuelinho. Desde então começaram a apparecer todas as manhãs, affixados nas praças e esquinas, bandos, provisões e decretos, e entre estes, segundo corre, alguns com provimentos de empregos, e com ordens de desterro.

Pelo exame cuidadoso do edital nota-se que n'elle se evita qualquer referencia ao alto clero, e á nobresa, procurando-se assim ca

ptar a sympathia, ou pelo menos a benevolencia d'estes poderosos elementos da sociedade portugueza.

Observemos tambem, que as phrases *Obrigação do nosso officio, e execução de castigos já decretados*, provam que tinham organisação definitiva os elementos que fizeram as *alterações* de Evora.

Notemos agora que os jesuitas, os quaes malavisadamente tanto contribuiram em 1580, para que as quinas portuguesas fossem traiçoeiramente vencidas pelo leão de Castella, favoreciam então a causa da independencia da nossa patria.

Deve porem advertir-se que para a restauração de 1640 concorreu principalmente a pessima administração do Conde Duque de Olivares, que, pela inepcia e violencia dos seus processos, parecia estar apostado a acabar com a dominação castelhana em Portugal.

As noticias do rompimento de Evora chegaram a Madrid, mas de tal modo atenuadas, que se lhes não prestou ou quiz prestar a attenção que mereciam. O imperio de Carlos V, que este habil politico tinha elevado a dimensões tão consideraveis, que o fizeram tomar o primeiro logar entre as grandes potencias da Europa, este famoso e colossal imperio caminhava para o seu rapido esphacelamento nas mãos inhabeis do Conde Duque de Olivares, cuja politica tinha entrado no nefasto periodo das illusões e das mentiras.

A leitura da parte II d'«As vesperas da Restauração», que nos informa do modo como foi apreciada na Côrte a noticia da agitação de Evora e tratada a causa da cidade, demonstra-nos, logo no começo, que o Manuelinho de Evora é uma ficção; existira ali effectivamente, annos antes, um doido dizedor conhecido por aquelle nome, mas não se achava ou residia na cidade no tempo da agitação de 1637.

Manuelinho de Evora foi pois um symbolo, mas a sua autoridade era respeitada por completo; e isto porque se sabia que representava tacitamente a vontade do povo, a que nenhum poder ousava resistir. Assim viu-se que eram rigorosamente cumpridas as

suas determinações, sem que passasse pela mente dos condemnados a velleidade de qualquer resistencia, porque as primeiras foram logo punidas com penas de incendio e de morte. A junta revolucionaria, denominada de S.to Antão, commettia por vezes a execução de algumas das suas resoluções directamente á Camara, a qual obedecia ás suas intimações, com quanto violentada.

As *alterações de Evora*, em 1637, podem reputar-se como sendo o primeiro symptoma revolucionario sério contra o dominio hespanhol, no funesto reinado dos tres Filippes. Por mais que se queira resumir uma noticia acerca de Evora, é obrigatorio dedicar algumas palavras a estas *alterações*, que marcam o inicio dos levantamentos contra Castella. Observemos ainda que estes levantamentos não só determinaram, pouco tempo depois, a gloriosa restauração de 1640, mas podem talvez considerar-se o começo do esboroamento do colosso, que era o formidavel imperio de Carlos Quinto.

Terminamos aqui esta succinta noticia da atitude do povo de Evora, nás memoraveis occorrencias de que vimos tratando. Aquelles dos nossos leitores que desejarem informações mais completas sobre assumpto de tanta magnitude, podem consultar as obras citadas de D. Francisco Manuel, de Rebello da Silva [1] e de Gabriel Pereira.

Sempre Noiva

Descrevendo a folha da villa de Arraiollos, não pode deixar de referir-se, que perto d'esta villa existe uma casa nobre, antiga e com uma quinta em volta, e que é conhecida pelo nome de Sempre Noiva.

A casa, com quanto muito desfigurada pelas reparações, ainda

[1] Historia de Portugal, dos Seculos XVII e XVIII — Tomo III, pag. 433.

apresenta restos notaveis da sua construcção primitiva, principalmente na escadaria de granito da entrada principal, nas suas janellas e na elegante capella.

No seu livro «Evora e seus arredores» A. F. Barata acompanha a sua interessante descripção da «Sempre Noiva», com tres photo-gravuras, que confirmam a sua opinião de que é obra levantada no seculo XV.

A suppozição de ter sido o edificio mandado fazer pelo erudito Bispo de Evora D. Affonso de Portugal, da Casa de Bragança, progenitor dos Vimiosos, recebe forte esteio: na circunstancia de terem apparecido em torno do palacio memorias da dominação romana, taes como cippos, estatuas e estatuetas, que bem revelam, que não foi um possuidor vulgar, que ali reuniu aquellas valiosas recordações do grande povo; e ainda na occorrencia de ter este palacio e quinta feito parte do morgado instituido pela filha do mesmo Bispo, D. Brites de Portugal, para ficar na Casa de seu irmão, o Conde de Vimioso e seus successores.

Acerca da instituição do morgado de que fazia parte a quinta da «Sempre Noiva», transcrevemos do citado livro de A. F. Barata, que é um investigador consciencioso, as seguintes concludentes informações:

Em 15 de Junho de 1531, «estando na Vidigueira, nas casas do Conde, a illustre senhora D. Brites de Portugal foy por ella dito que considerando ser serviço de Deos honra e proveito dos que descendessem de Dom Affonso, Bispo que foi de Evora, seu pay, que Deos tem, e do senhor Dom Francisco Conde do Vimioso seu Irmão... propunha de tomar e apartar todos os seus bens... e delles instituir e fazer um morgado.. »

«Item a sua quinta da Sempre Noiva que estaa no termo da cidade de Evora, que parte de huma parte com a torre do Daião herdade do cabido, e da outra com herdade que chamam pedra da missa, e da outra com Val de Sobrados, e da outra com herdade do morgado d'Oliveira, que chamao penedo d'abelha...»

O malogrado Dr. Augusto Filippe Simões começou a escrever um romance historico, intitulado «Sempre Noiva», architectado sobre a circumstancia da muito illustre senhora, D. Brites de Portugál, não ter querido casar.

Os primeiros capitulos d'este romance vieram publicados no Instituto de Coimbra.

Folha n.º 4-c (Barcellos)

A região descripta por esta folha está comprehendida na folha n.º 4 da Carta chorographica, na escala de 1/100000, que foi levantada nos annos de 1868, 1869 e 1872 pelos officiaes do exercito, José Antonio Fernandes Braga, Augusto Gerardo Telles Ferreira, Fernando Rodrigo do Rego e Emilio Vidigal Salgado.

Em 1902 foram os originaes de campo ampliados e rectificados para pranchetas na escala de 1/50000 pelo tenente-coronel do Serviço d'Estado Maior Albino Evaristo do Valle Souto.

As coordenadas geographicas são approximadamente: 41° 28 a 41° 39′ de latitude N. e 0° 18′ a 0° 37′ de longitude E. do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Abrange a folha n.º 4-c uma pequena parte dos districtos de Vianna do Castello e Braga; do primeiro só estão representados os concelhos de Vianna do Castello e Ponte do Lima, do segundo os concelhos de Espozende, Barcellos, Villa Verde e Villa Nova de Famalicão.

As freguezias que se encontram n'esta folha são:

Do concelho de Vianna do Castello: Neiva, Castello do Neiva, Abarrães, Capareiros e Carvoeiro.

Do concelho de Ponte do Lima: Ardegão, Sandiães e Villar das Almas.

Do concelho de Espozende: Forjães, S. Paio d'Antas, Belinho, Mar, Villa Chã, Marinhas, Curvos, Palmeira de Faro, Espozende (S.ta Maria dos Anjos), Gandra, Gemezes, Fão, Fonte Bôa, Apúlia e Rio Tinto.

Do concelho de Barcellos: Durrães, Tragosa, Cossourado, Panque, Aguiar, Igreja Nova, Alheira, Quintiães, Aborim, Tragoso, Aldreu, Palme, Feitos, Creixomil, Mariz, Fornellos, Gilmonte, Villa Sêca, Milhazes, Barqueiros, Cristello, Faria, Villar de Figos, Goios, Pereira, Remelhe, Alvellos, Villa Frescainha (S. Pedro), Villa Frescainha (S. Martinho), Perelhal, Villar do Monte, Abade de Neiva, Silva, Tamel (S.ta Leocadia), Carapeços, Tamel (S. Fins), Alvito (S. Martinho), Alvito (S. Pedro), Campo, Guisaz, Lijó, Villa Boa, Arcozello, Barcellos (S.ta M.a Maior), Barcellinhos, Carvalhas, Silveiros, Rio Côvo, Midões, Gamil, Rio Côvo (S.ta Eugenia), Tamel (S. Verissimo), Gallegos, Roriz, Oliveira, Lama, Ucha, Areias, Pousa, Manhete, Areias de Villar, Martim, Encourados, Adões, Airó, Varzea, Moure, Seguiade, Fonte Coberta, Carreira e Cambezes.

Do concelho de Villa Verde: Escariz (S. Martinho), Escariz (S. Mamede), Parada de Gatim e Cervães.

Do concelho de Villa Nova de Famalicão: Arnoso.

Povoações principaes

Barcellos e Espozende.

Estradas

As mais importantes que se encontram n'esta folha são:

E. N. n.º 2 — Entra na folha ao N. junto á freguezia de Caparceiros e segue quasi horisontalmente para E. até á povoação de Casa Nova.

E. N. n.º 4 — Partindo da margem S. da folha proximo da freguezia de Silveiros, dirige-se N. O. passando pelas freguezias de Gamil, Barcellinhos, Barcellos, Abade de Neiva, Feitos, e sahe na margem N. junto á freguezia de Neiva, atravessando no seu percurso os rios Cávado e Neiva por meio de duas pontes d'alvenaria.

E. N. n.º 29 — Parte da villa de Espozende, atravessa Barcellos, passa pela ponte do rio Cávado e por Barcellinhos, dirigindo-se depois para E. sahe da folha junto da freguezia de Martim.

E. N. n.º 30 — Entra ao S. da folha proximo da freguezia de Telheiras, passa por Villa Sêca, atravessa Barcellos, e dirige-se para N. passando proximo das freguezias de Villa Bôa, Carapeços e do logar de S. Bento.

E. D. n.º 7 — Parte da margem S. da folha passando pelas freguezias de Fão, Espozende, Marinhas e Mar, indo entroncar na E. N. n.º 4 a 1 de Neiva depois de atravessar os rios Cávado e Neiva.

E. D. n.º 26 — Parte da povoação de Barca do Lago situada na margem direita do Cávado, atravessa as estradas nacionaes n.ºs 29 e 4, passando pelas freguezias de Palme e Aldreu termina na E. N. n.º 2 junto á freguezia de Capareiros.

E. M. — Parte de Barcellos, passa pela freguezia de Arcozello e pelos logares de Monte, Barrio e Villar, terminando na ponte de Anhel sobre o rio Neiva.

E. M. — Parte de Barcellos e dirigindo-se para S. passa pela freguezia de Alvellos e logar de Silgueiros.

E. M. — Parte da antecedente junto da povoação do Gallo até á freguezia de Remelhe.

Caminhos de ferro

Esta região é servida pela linha do Caminho de ferro do Minho e Douro que a atravessa no sentido S. E. N. O., tem esta linha tres tuneis, sendo o primeiro proximo da freguezia de Carreira, o se-

gundo e mais importante na freguezia de Aborim e o terceiro perto da freguezia de Aguiar. Encontram se n'esta folha as estações de S. Bento, Barcellos e Tamel e os apeadeiros Silva, Carapeços e Durrães.

Hydrographia

O limite O. da região comprehendida n'esta folha, é o Oceano Atlantico onde vão desaguar os dois rios mais importantes e que a atravessam no sentido E. O. que são o Cávado e o Neiva.

O rio Cávado nasce na serra do Larouco, passa ao N. de Braga, banha Barcellos e vae desaguar entre Fão e Espozende, tendo um curso de 135 kilometros, dos quaes 12 navegaveis. Este rio, que na antiguidade teve varios nomes, como Celandus, Celanus e Cavadus, passa sob 4 pontes notaveis pela sua grandeza e construcção, e que datam do tempo dos romanos, vendo-se sómente indicada n'esta folha a de Barcellos.

Nas suas aguas cristallinas vivem em abundancia varias especies de peixes, entre ellas as lampreias e os salmões. Segundo a tradição, nas suas areias auriferas encontravam-se jacintos e amethistas.

Dos affluentes que se veem n'esta região só notaremos o Rio Agro do Banho ou Rio Grande da Barca de Lago, que nasce entre as freguezias de Feitos e Curvos (S. Claudio), corre a S. na freguezia de Gemezes, desaguando na sua margem direita; os outros são simples linhas d'agua sem maior importancia.

Rio Neiva — Que os romanos chamavam *Nebis*, não recebe nenhum affluente digno de menção; apenas insignificantes linhas d'agua vão desaguar nas suas margens. Este rio é atravessado por varias pontes, sendo a mais notavel a da E. N. n.º 4 proximo da freguezia de Forjães.

Orographia

A região d'esta folha é bastante accidentada, accentuando-se bem os dois valles, onde correm os rios Cávado e Neiva.

Os pontos de maior elevação são nas serras de Arefe e Tamel onde estão construidas as pyramides geodesicas Arefe (408^{m}), Penogenes (437^{m}) e S. Gonçalo (483^{m}). Entre as freguezias de Roriz e Oliveira encontra-se tambem um elevado cabeço, onde está collocada a pyramide geodesica Facho com a cota de 324 metros.

A villa de Barcellos

A origem d'esta povoação não é bem conhecida, andando envolta em confusas tradições, sabendo-se porem ser anterior á nossa nacionalidade.

Os povos Celeni, que os chronistas portuguezes collocam nas margens do rio Cávado, ficam no *Convento lucense* (provincia de Lugo) na Galliza; e Aguas Celanas as identificam os sabios archeologos hespanhoes em Caldas de Reis; a 22 km. ao norte da cidade de Pontevedra, as *Duas Pontes* do Itinerario de Antonino.

Do rio Cávado fallaremos quando tractarmos de Espozende.

Não offerece pois duvida que a actual villa de Barcellos, situada na margem direita do rio Cávado, existia no domínio do primeiro Rei portuguez, visto que este Monarcha lhe deu o 1.º foral; isto quando, como querem alguns, a tivesse mandado reconstruir.

A villa de Barcellos foi a primeira cabeça de Condado da Monarchia portugueza, tendo el Rei D. Diniz, em 1298, dado este titulo ao seu mordomo mór, D. João Affonso de Menezes. Por morte do 2.º Conde, genro do 1.º, foi dado pelo mesmo Soberano o Condado

a seu filho bastardo (d'elle Rei D. Diniz) D. Pedro, a quem se atribue o celebre Nobiliario.

No Tomo II d'esta publicação dissemos como o titulo de Conde de Barcellos foi concedido, em 8 de Outubro de 1385, a D. Nuno Alvares Pereira, que foi o 8.º Conde; e como pelo casamento de D. Brites Pereira, sua filha unica, com D. Affonso, filho legitimado de D. João I, ficou o titulo de Conde de Barcellos pertencendo á Casa de Bragança. O condado de Barcellos foi elevado a Ducado por el-Rei D. Sebastião, em favor do filho primogenito dos Duques de Bragança.

O primeiro Duque de Bragança mandou cercar Barcellos de muralhas com duas torres de grande altura. Estas muralhas, levantadas entre os annos de 1446 e 1471, tinham quatro portas e tres postigos; as portas eram: a da Torre da Ponte, a Porta Nova, a Porta do Valle, e a da Fonte de Baixo; os postigos denominavam-se: da Feyra, das Vingadeiras, e dos Pelames. Das muralhas já não restam vestigios, e das torres só ha a da Cadeia.

O termo de Barcellos é nomeado pela sua fertilidade, pela creação de gado, e pela abundancia de caça. No Cávado pescam-se lampreias e saveis; as margens d'este rio são encantadoras, e a bem lançada ponte de pedrá, que o atravessa em frente da villa, é obra do 1.º Duque de Bragança, D. Affonso, 9.º Conde de Barcellos, que a fez á sua custa, nos meiados do seculo XV.

As Armas de Barcellos, que se encontram na Casa da Camara, são assim compostas: n'um escudo, uma ponte de cinco arcos sobre um rio com um carvalho no meio da ponte; de um lado uma torre e do outro uma ermida, e por cima *em faixa* tres escudetes, tendo os do lado as quinas de Portugal, e o do centro uma aspa, estama do Duque D. Affonso.

Vilhena Barbosa, grande auctoridade no assumpto, diz no seu livro sobre brasões, que o escudo d'armas de Barcellos, como se acha na Torre do Tombo, consiste em campo azul uma ponte e uma arvore com pomos d'oiro; por cima dois castellos de prata e sobre estes tres escudos, nos dois dos lados as quinas de Portugal, e no

do meio uma aspa vermelha em campo de prata que era a divisa do Duque D. Affonso.

Deve notar-se que Vilhena Barbosa observa, que este brasão differe do que se encontra na Casa da Camara; e deve ainda notar-se que as Armas da villa, que lhe attribue o Padre Carvalho na Corografia Portugueza, são as que se encontram na Casa da Camara.

O mesmo padre Carvalho, na descripção da villa de Barcellos, diz que, segundo Felix Machado, Marquez de Montebello, nas Notas que fez ao Nobiliario do Conde D. Pedro, Plana 303, Barcellos se chamou antigamente *Barracellos*, derivando-se este nome (corrupto hoje em Barcellos) de Barra Celani, que *he o mesmo que Barra do Rio Celano*.

E' facil de verificar esta asserção nas *Notas do Marques de Montebélo al Nobiliario del Conde D. Pedro*, annexas ao *Nobiliario de D. Pedro, Conde de Barcellos, Hijo del Rey D. Dionis de Portugal*, edição de MDCXL, em Roma, pag. 15.

A villa de Barcellos, cabeça de concelho e de comarca, pertence ao districto administrativo e arcebispado de Braga; é das mais consideraveis villas de Portugal. Entre os seus edificios importantes merecem especial mensão: o edificio onde funcionam a Camara, Tribunal, Repartições publicas e Quartel militar, o qual tem grandioso aspecto, e se vae concluindo; o Hospital e Santa Casa da Misericordia, que occupam o extincto convento de frades capuchos; o templo da Matriz, que teve collegiada, e sobe ao reinado de D. João II; proximo vê-se o velho casarão solar dos Pinheiros, residencia caracteristicamente medieval, com seus bustos e tres lapides, que pertence ao Sr. Francisco Barbosa da Cunha Sottomayor, que a herdou do 1.º Conde de Azevedo.

Na villa de Barcellos, de antiga proveniencia, quaesquer ruinas dos seus vetustos edificios, e especialmente as do paço ducal, que ainda se erguem imponentes sobre a ponte, merecem a attenção e estudo do visitante. O terreno e ruinas do paço foram pedidos pela Camara Municipal para a construcção de um passeio publico. Foi

deferida em parte esta pretenção, em Agosto de 1873, mas com a louvavel condição de que seria conservado o velho edificio, e n'elle collocada uma lapide commemorativa de que fôra ali o palacio dos Duques de Bragança, mandado edificar pelo primeiro d'estes Duques. A esta concessão houve opposição do Administrador da Casa de Bragança, e ultimamente el-Rei D. Carlos concedeu o velho Alcacer para se estabelecer a Bibliotheca. O projecto d'esta restauração foi feito em 1907 pelo professor Sr. Ernesto Korrodi.

O vetusto palacio continua porem no abandono.

A capella de Santa Cruz, de planta redonda, ergue-se a um canto da Feira; n'ella se expõe á veneração uma notavel imagem do Senhor da Cruz, executada em Italia; no largo fronteiro ha a grande feira annual, nos tres primeiros dias do mez de Maio, chamada *das Cruzes*, que tem fama em toda a provincia; e semelhantemente ás quintas feiras, realiza-se o mercado, o mais concorrido d'estes sitios, e onde abundam os cereaes e aperias agricolas de todo o genero.

A estação do caminho de ferro dista um km. da Villa, e proximo levantou um subdito hespanhol uma importante fabrica de serração de madeira, que exporta pela barra de Vianna para Hespanha, e destinada para caixas de figos e passas de uvas.

A comarca de Barcellos é extensa e a mais rendosa de todo o paiz, e apesar de lhe haverem desmembrado em 1876 a de Espozende.

Faz por assim dizer parte da Villa a povoação alem rio, Barcellinhos, constituindo um lindo bairro, com admiraveis paisagens.

Servem a Villa varias estradas nacionaes, ligando-a a Espozende, Vianna, Ponte de Lima, Villa Verde, Braga, Famalicão, Povoa de Varzim e Fão.

Espozende

Villa da provincia do Minho, séde de concelho e de comarca de 3.ª classe; pertence ao districto e arcebispado de Braga. A povoação de Espozende foi elevada á cathegoria de villa por el-Rei D. Sebastião, em 15 de Agosto de 1572, e, com quanto plana, offerece bella perspectiva. Tem uma só freguezia, cuja egreja matriz é de boa construcção.

A villa, situada na margem direita e perto da foz do Cávado, possue um pequeno porto de mar, hoje completamente assoriado; mas que, nos seculos XVII e XVIII, deu abrigo e fundeadouro a navios de regular lotação. Este porto é o unico do districto de Braga, sendo o melhor estaleiro da costa do norte.

A fundação de Espozende não vae alem do seculo XV, em que varias familias de S. Miguel de Cepães, hoje Marinhas, a que pertencia aquelle logar, se foram estabelecer nas margens do rio Cávado, para se empregarem na faina da navegação e pescaria, e tanta actividade desenvolveram, que D. Sebastião a elevou a villa.

Defronte, alem Cávado, fica a Villa de Fão, com lindas vivendas, e ligada á séde do concelho por uma moderna ponte de ferro; rivalisa hoje com Espozende.

Não é presumivel que os Romanos tivessem estação naval na foz do Cávado, no sitio em que está Fão, não apparecendo vestigios de povoação latina; alem de que os *Cavallos de Fão* obstavam a franca acostagem dos navios. Demais é hoje sabido, como eruditamente nos informa o Sr. Dr. Luiz de Figueiredo da Guerra, que a via — *Ora maritima* — não ficava em Portugal, e nem de qualquer via se encontram vestigios nas margens do sul d'este rio Cávado.

Os *Cavallos de Fão*, perigosa restinga de rochas, algumas sempre descobertas, ficam ao sul da barra de Espozende. Os penhascos d'esta restinga correm de N. a S., na distancia de uns 1:500

metros, desde a Apulia até em frente da villa de Fão, podendo apenas navegar entre elles e a costa barcos de pesca. Na restinga ha grande abundancia de mariscos. São aqui frequentes os naufragios.

Fazia-se uma estacada no rio Cávado, desde Janeiro até ao dia de Paschoa, com o fim de se armarem redes para a pesca de salmões, saveis e lampreias.

Nas visinhanças de Fão houve outr'ora marinhas de sal, que chegaram a dar uma boa produção, visto que D. Affonso Henriques, em 1160, fez mercê do seu disimo aos frades do Convento de Nossa Senhora da Abbadia; mas as areias avançando, cobrindo os campos, e assoriando o rio, desviaram a foz d'este mais para o Norte, onde D. Pedro II mandou, no começo do seculo XVIII, construir um pequeno castello.

Em toda esta costa, e principalmente na parte comprehendida no concelho, apparecem as dunas e os medões de areias, cujo avançamento os pinhaes deteem; ha sitios porem descobertos, que estão com as antigas casas submersas sob uma camada de alguns metros de areia!

Folha n.º 4-d (Braga)

As coordenadas geographicas que limitam esta folha são approximadamente 41° 28′ a 41° 39′ de latitude norte e 0° 37′ a 1° 0′ de longitude leste de Lisboa, (Observatorio do Castello de S. Jorge).

A região da folha n.º 4-d está comprehendida nas folhas n.ºs 4 e 5 da Carta chorographica na escala de 1/100000, levantada nos annos de 1868, 1872, 1878 e 1882 pelos officiaes do exercito Joaquim Emygdio Xavier Machado, Francisco Carlos Lima, José Raymundo de Palma Velho e Eduardo Casassa Alvares Pereira.

Foi feita a ampliação e rectificação em pranchetas de campo para a escala de 1/50000 no anno de 1904, pelo então tenente-coronel de artilharia Sr. Thomé Martins Vieira.

Comprehende esta folha parte dos concelhos de Villa Verde, Barcellos, Villa Nova de Famalicão, Braga, Amares, Povoa de Lanhoso, Guimarães, Vieira e Fafe, todos pertencentes ao districto administrativo de Braga.

Do concelho de Villa Verde veem-se as freguezias seguintes: Freiriz, Moure, Atheaes, Lago, Oleiros, Prado, Cabanellas, Villa Verde, Soutello e Loureira.

Dos concelhos de Barcellos e Villa Nova de Famalicão, só se encontra a séde da freguezia de Bastuço (S.ta Estevam) pertencente áquelle concelho.

Do concelho de Braga veem-se as seguintes freguezias: Padim da Graça, Mire de Tibães, Cabreiros, Sequeira, Villaça, Tadim, Priscos, Ruille, Cunha, Arentim, Tebosa Oliveira, Palmeira, Merelim (S. Paio), Merelim (S. Pedro), Panoias, Gualtar, Dume, Frossos, Parada de Tibães, Real (S. Jeronymo), Semelhe, Braga, Gondizalves, Ferreiros, Tenões, Nogueiró, Lamaçães, Fraião, Lomar, Nogueira, Avellada, Arcos, Celleiros, Esporões, Vimieiro, Lamas, Figueiredo, Trandeiras, Morreira, Penso (S. Vicente), Penso (S.to Estevão), Guizanda, Escadeiros, Navarra, Crespos, Pousada, Ferreiros, S.ta Lucrecia de Algeriz, S. Mamede d'Este, S. Pedro d'Este, Pedralva, Sobreposta e Espinho.

Do concelho de Amares encontram-se as freguezias seguintes: Dornellos, Caires, Ajude, Ferreiros, Amares, Besteiros, Lago, Bico, Rendufe, Barreiros, Figueiredo e Prozello.

Do concelho de Povoa de Lanhoso encontram-se as seguintes freguezias: Verim, Aguas Santas, Monsul, Moure, Covellos, Friandes, Frades, S. João de Rei, Rendufinho, Calvos, Geraz do Minho, Oliveira, Povoa de Lanhoso, Gallegos, Thayde, Louredo, Villela, Campo, Garfe, S.to Emilião, Esperança, Travassos, Brunhaes e Sobradello da Gama.

Do concelho de Guimarães veem-se as freguezias seguintes: Briteiros (S. Leocadia), Briteiros (Salvador), Longos, Briteiros (S.to Estevam), Balazar, Leitões, Barco, Caldellas, Sande (S. Clemente), Ponte, Figueiredo (S. Paio), Villa Nova de Sande, Aroza, Donim, Gondomar, Souto (S.ta Maria), Gonça, Souto, S. Torquato, Gominhães, Rendufe, Lobeira e Castellões.

Do concelho de Vieira encontram-se as freguezias de: Soengas, Eira Vedra, Taboaças, Soutello, Anissó e Guilhofei.

Do concelho de Fafe veem se as freguezias de Agrella, Serafão, S. Miguel do Monte, Queimadella, Freitas, Villa Cova, Travassos, Vinhoz, Revelhe, Passos (S. Vicente), Estorãos e Medello.

Estradas

E. N. n.º 3 — Entra na folha ao S. dirige-se a N. e passa por Braga atravessando os rios Este, Cávado e Homem.

Ramal da E. N. n.º 3 — Parte da E. N. n.º 3 no logar de Larim, e vae entroncar na E. D. n.º 10 na povoação de Padrão.

E. N. n.º 27 — Entra ao S. da folha perto da freguezia da Ponte, atravessa o rio Ave e segue para N. O. passando por Braga, transpondo sobre uma ponte o rio Cávado.

E. N. n.º 28 — Parte da cidade de Braga, e segue para N. E., passando pela freguezia de Renduvinho, e a E. da freguezia de Soengas.

Ramal da E. N. n.º 28 — Parte da E. N. n.º 28 no logar de Pinheiro e segue para S. E. até entroncar na E. D. n.º 17.

E. N. n.º 29 — Parte da E. N. n.º 3 junto da freguezia dos Ferreiros, e dirige-se para oeste passando pela freguezia de Martim.

E. D. n.º 10 — Entra a O. e segue parallelamente ao rio Cávado, atravessa a E. N. n.º 27 e vae entroncar na E. N. n.º 3, seguindo depois d'esta estrada entre o rio Cávado e Homem até á margem N. da folha. Passa pelas freguezias de Prado, Carrazedo, Ferreiros, Amares, Figueiredo e Dornellas.

E. D. n.º 12 — Parte da E. D. n.º 10 para N. passando a E. da freguezia de Rendufe.

E. D. n.º 13 — Parte da E. N. n.º 3 ao N. da freguezia de Tebosa, atravessa o rio Este, a linha ferrea, e termina na E. N. n.º 29.

E. D. n.º 14 — Parte da E. N. n.º 28 ao S. da freguezia de Soengas, e dirige-se primeiro para E. até ao logar de Bancelhe e depois para S., desapparecendo na margem E. da folha.

E. D. n.º 15 — Parte da Povoa de Lanhoso, e dirige-se para E. atravessando o rio Ave.

E. D. n.º 16 — Parte da E. D. n.º 15 no logar de Fundo de

Villa, e dirige-se para S. E., atravessa o rio Ave, e passa proximo das freguezias de Arosa, Freitas, Travassós, Vinhoz e Passos.

E. D. n.º 17 — D'esta estrada vêem-se dois trôços, um da Povoa de Lanhoso para S. até á freguezia de S.to Emilião, e outro áquem do rio Ave, entre as povoações da Venda e da Portella, que se dirige para S. tambem, e passa pelas freguezias de Gonça e S. Torquato.

E. D. n.º 19 — Parte de Braga, atravessa o rio Este, e dirige-se para S. até á freguezia de Penso (S.to Estevam).

E. M. — Parte da E. N. n.º 3, atravessa a linha ferrea, e dirige-se sensivelmente parallela a esta até ao limite O. da folha, passando pelas freguezias de Villaça e Cunha.

E. M. — Parte da E. N. n.º 27 entre Semelhe e Frossos e toma a direcção de O. até á povoação de Paradella, junto ao rio Cávado.

E. M. — Parte da E. D. n.º 17 em S.to Emilião, e segue parallelamente ao rio Ave, passando Caldellas e Villa Nova de Sande.

E. M. — Parte da antecedente na povoação de Vessadas, atravessa o rio Ave, e vae até a freguezia de Gondomar.

E. M. — Parte da E. N. n.º 3 perto de Ortigueira, e dirige-se para N. E. até entroncar na estrada districtal n.º 15 junto á margem esquerda do Cávado.

E. M. — Parte da povoação de S. João junto á ponte da E. N. n.º 27 no rio Este, dirige-se para S. E. até S.ta Magdalena, subindo depois para N., atravessa o rio Este, e entronca na E. N. n.º 28, passando entre as freguezias de Nogueiró e Tenões.

Caminho de ferro

Na folha n.º 4-d apenas se vê uma pequena porção do caminho de ferro da Companhia de Minho e Douro, denominado ramal de Braga, e que se dirige para esta cidade. No seu percurso só se vê a estação terminus.

Hydrographia

As linhas d'agua mais importantes que cortam esta região, são as seguintes:

Rio Cávado — Que atravessa a folha no sentido N. E. a S. O. recebendo como seu affluente perto da freguezia de Soutello o rio Homem, que apenas se vê n'uma pequena extensão.

Rio Este ou rio Déste — Este rio affluente na margem direita do rio Ave, nasce ao N. da freguezia de Este (S. Mamede), corre na direcção S. O. regando os arrabaldes de Braga. Este rio chamou-se antigamente *Aleste*, por correr a leste de Braga e de Guimarães.

Rio de Briteiros — Affluente do rio Ave na margem direita, nasce na freguezia de Pedralva, corre a S. até desaguar no Ave proximo da freguezia de Caldellas.

Rio Ave — Corre n'esta região de E. para S. atravessando as E. E. D. D. n.ºs 15 e 16 e E. N. n.º 27.

Orographia

O terreno d'esta folha é bastante accidentado, principalmente a O. e S., onde se encontram as faldas da serra da Falperra. A norte do rio Ave, e das freguezias de Oliveira e Esperança, encontra-se a serra d'Oliveira com 733 metros de altitude, como indica a pyramide geodesica de Crasto. O ponto de maior altitude é a pyramide denominada S. Mamede com 743 metros, situada n'um cabeço entre os logares de Sabradello e Portella.

E' notavel uma aspera e eminente penha, onde está situado o castello de Lanhoso, um pouco a N. O. de Povoa de Lanhoso.

Povoações principaes

Braga, Povoa de Lanhoso, Villa Verde e Amares.

Braga

Esta cidade archiepiscopal, cabeça de concelho, de comarca e de districto, tem uma situação notavelmente aprasivel, n'uma pouco elevada planicie da provincia do Minho, o jardim de Portugal. O rio Deste banha os fertilissimos campos que a cercam, e que por sua vez são rodeados de montes, dispostos como que em amphiteatro, e cobertos de frondoso arvoredo.

Para o estudo da fundação d'esta soberba joia da nacionalidade portugueza, e de quaes foram os seus fundadores, offeréce-nos valiosos subsidios a *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, pelo Arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Do capitulo primeiro da Primeira Parte d'esta obra de larga erudição extractamos o seguinte:

A nobre cidade de Braga, que é uma das mais antigas não só de Portugal, mas tambem de toda a Hespanha, foi denominada *Augusta* por Ptolomeu, pelo Imperador Antonino e por Plinio; isto é, mereceu o titulo com que os Imperadores romanos honravam e distinguiam as cidades, que se avantajavam no serviço do Imperio. Ausonio[1] chama rica a Braga, classificação que parece ter sido tirada de Plinio, que diz que foi terra fertilissima de ouro e outros

[1] Celebre professor e poeta, que nasceu em Bordeos no principio do seculo IV, e que foi mestre de Gratio, filho do Imperador Valentiniano, o que lhe valeu grandes distinções, e o exercicio de altos cargos. Na sua ordem das cidades celebres, quando trata de Emerita (Merida) diz: *Quaeque sinu pelage jactat se Bracara dives.*

metaes, dando-se a circunstancia de em nenhuma outra terra da Lusitania durar por mais tempo esta fertilidade.

Elias Veneto[1] é porem de opinião que Braga se chama rica, pela grande fertilidade dos valles da região de Entre Douro e Minho, em cujo coração demora, e cujas riquezas são, pelo menos, eguaes ás das veigas e campos mais abundantes de Hespanha.

No tempo da dominação romana, a cidade de Braga, *Bracara Augusta*, adquiriu uma grande prosperidade, e chegou a ser uma das primeiras cidades da Lusitania; não só por ter sido escolhida para sede de convento juridico[2] e chancellaria de toda a provincia de Entre Douro e Minho, mas porque d'ella partiam as grandes vias militares, citadas no Itinerario dito de Antonino. Segundo Plinio, a população de Braga não era inferior a 275.000 almas, e como os negociantes romanos vinham ali trocar as suas mercadorias pelo ouro e prata das minas de Traz-os-Montes, que a esta cidade affluiam, deve concluir-se que era consideravel o seu commercio.

A grande população e importancia de Braga affirma-se tambem

[1] Elias, chamado Veneto por morar muito tempo em Venesa. Rabino do seculo XVI, de naturalidade allemã. Passa por ser o critico mais illustrado entre os judeus. Escreveu, alem de muitas outras obras, *Collectio loconim in quibus Caldaeus paraphrastes interjecit nomen Messiae Christi*.

[2] Os conventos juridicos eram tribunaes onde as partes levavam suas appellações e agravos, para n'elles fenecerem e se dar final determinação a suas controversias. Como pessoas de grande governo na administração da Republica, os Romanos assentaram estas Relações e Conventos nas cidades mais principaes e cabeças das Provincias, e em tal distancia umas das outras, que as partes não recebessem a oppressão de longos caminhos para irem requerer justiça.

E' opportuno lembrar agora, que no anno 195, antes do Nascimento de Christo, foi a Hespanha dividida em Citerior e Ulterior, sendo ambas estas provincias administradas por Pretores. Depois acharam os Romanos que se não podiam governar só com dois magistrados tão dilatadas provincias e dividiram-nas em tres: Tarraconense, Betica e Lusitana. A provincia Tarraconense, que era a maior, foi dividida em sete Chancellerias, a que chamavam Conventos juridicos, e assentaram a setima na cidade de Braga. Esta chancellaria tinha maior jurisdição que todas as outras, porque Plinio lhe assigna vinte e quatro cidades com suas comarcas.

pelo elemento militar indigena ter constituido tres cohortes,[1] só com os naturaes da cidade, havendo ainda uma quarta cohorte formada com soldados de todo o districto.

A condição de ser séde metropolitana determinou a escolha de Braga para a reunião de cinco concilios. D'estes o primeiro foi celebrado, pelos annos de Christo de 410, sendo Tancraciano Bispo da Egreja de Braga.

O quinto concilio, devéras notavel, abriu-se a 8 de Setembro de 1566, governando o reino a Rainha D. Catherina na menoridade d'el-Rei D. Sebastião.

Este concilio foi presidido pelo doutissimo e venerando Dom Frei Bartholomeu dos Martyres. Durou sete mezes, e n'elle se fizeram Constituições e Decretos mui bem ordenados, segundo pedia o tempo e o estado das cousas.

A grandeza e importancia de Braga levaram os Romanos a proceder ao levantamento de fortificações, correspondentes ás necessidades da sua defeza. Estas fortificações foram não só conservadas mas ampliadas pelos Suevos, Godos e Arabes, que successivamente se assenhoriaram da região e da cidade. O Conde D. Henrique apressou-se tambem em reparar as fortificações, que el-Rei D. Diniz mandou consideravelmente reedificar, ficando a cidade cercada de muralhas com oito portas e defendida por um forte castello.

A defeza de Braga mereceu tambem a attenção d'el-Rei D. Fernando, que lhe mandou reformar as muralhas; e mereceu-a egualmente ao arcebispo D. Diogo de Sousa, que, no começo do seculo XVI, accrescentou ao castello os dois baluartes circulares, que davam para o campo de Sant'Anna. Todos os elementos de defesa, muralhas, torres, baluartes e portas da cidade, foram derrubados

[1] Cohorte (*Cohors*). Nos exercitos romanos era a 10.ª parte de Legião, e comprehendia tres manipulos, ou seis centurias.

pelo augmento da população *inter-muros*, e para se construirem alguns conventos; mas a sua inutilidade foi a causa principal do seu desapparecimento.

O extincto Conselho de Monumentos Nacionaes classificou como taes os Restos do Castello de Braga.

Sobre a origem de Braga ha cinco opiniões, e todas lhe dão diversos fundadores. Assim:

Segundo D. Rodrigo da Cunha (*Hist. dos Arcebispos de Braga*), Dom Mauro Ferrer, na Historia de Santiago, lib. x, c. 17, é de parecer que foi fundado pelos Egypcios, e assenta a sua opinião n'uma pedra antiga, que se achou numas excavações, feitas no Campo das Hortas, e que foi posta na Sé de traz da capella de S. Giraldo, pedra que tinha uma dedicatoria á Deosa Isis. D'esta lapide conclue que a fundação de Braga pertence aos Egypcios, que foram os que primeiro levantaram templos e veneraram com sacrificios a Isis, a Deosa da Castidade, e a seu marido Osiris, Rei dos Egypcios.

Gaspar Estaço nas suas *Varias Antiguidades de Portugal*, c. 89, attribue a fundação de Braga aos Gregos, descendentes dos Companheiros de Diomedes, e tem por si a opinião de Plinio (Liv. 4, c. 20), que diz que foi de Gregos a sua origem nas palavras «A Cilenis, conventus Bracarum, Heleni, Gravii, Castellem Tyde, Graecorun sobolis omnia.» [1]

A esta opinião accresce a dos Gallegos antigos terem a pretensão de descender dos Gregos, como affirma o escritor Romano Justino (d. lib. 44 III — *Galleci autem Graecam sibi originem asserunt*. Veja-se Collecção Nizard, e dic. de 1850, pag. 551.

Ora Braga, sendo cabeça e logar principal da Galliza, devia ser a primeira da fundação.

[1] A partir dos Cilenos e da Chancellaria dos Bracaros, Helenos, os Gravios e o Castello Tyde todos descendem dos Gregos.

Em prol d'esta opinião adduzem-se outros argumentos no referido Capitulo I da Historia dos Arcebispos de Braga.

A terceira opinião acerca da origem de Braga attribue-a aos Carthaginezes, que, segundo os seus defensores, foram os que deram a esta cidade o nome que actualmente tem. Entre estes citaremos Frei Bernardo de Brito (*Monarchia Luzitana*, Parte primeira, Livro segundo, cap. 6). Por esta versão, o Capitão Carthaginez Himilcon sahio das praias da Andaluzia com uma grande armada em demanda do descobrimento de terras da Luzitania e da Galliza. Este nauta, depois de dobrar o cabo de S. Vicente e o do Espichel, que antigamente se chamou promontorio barbarico, e depois de ter navegado toda a costa de Portugal até á Foz do Douro, açoutado por muito violentas tempestades, foi forçado a abrigar-se n'um porto, e a entrar com toda a sua frota na Foz do Douro. Ali encontrou uma povoação de Gregos, gente policiada, que recebeu bem os Africanos; e tanta conformidade tomaram entre si, e tão agradavel lhes foi a sua convivencia, que muitos dos Gregos os quizeram acompanhar, embarcando na frota. Himilcon, proseguindo na viagem, foi descobrindo os mares que rodeiam a Galliza e a Biscaya, até onde se lançam n'elles os Montes Pyrineos. Concluiu aqui a navegação, e regressou demandando os portos que tinha reconhecido. Ao chegar porem ás costas de Portugal, cahiu sobre a frota uma tempestade tão violenta, que na entrada para se abrigar no porto dos Gregos (Villa Nova de Gaia) perdeu muitas embarcações, salvando-se a gente em bateis com que os Gregos lhe acudiram.

Himilcon vendo a frota destroçada, e não tendo n'aquelle porto meios para reparar os grandes damnos que os mares lhe tinham feito, resolveu, segundo o parecer dos principaes capitães da Armada, deixar ali a gente mais cançada e maltratada do mar, negociando com os Gregos a necessaria licença e agasalho, até que viessem da Andaluzia navios para os repatriar. Para este accordo não houve difficuldades da parte dos Gregos, mas a maior para obrigar os Africanos a ficarem em terras tão afastadas das suas.

Os Carthaginezes, que ficaram, grangearam a boa vontade dos naturaes e levaram-nos a dar-lhes terras em que fundassem uma cidade, que se governasse com as suas leis, sem dependencia dos Gregos ou dos seus magistrados. Para o deferimento da petição dos Carthaginezes, foram-lhes assignados varios sitios, e d'estes o que mais lhes agradou foi aquelle onde está a cidade de Braga, a cuja edificação metteram logo mãos, dando-lhe como recordação da sua patria nome semelhante ao do rio Bragado, que do interior das terras de Carthago se lança no mar Mediterraneo. Segundo affirma o phantasioso Frei Bernardo de Brito, isto succedeu 431 annos antes do nascimento de Christo.

A quarta opinião provem da versão seguinte, referida por auctores de boa nomeada, citados por D. Rodrigo da Cunha, na *Historia dos Arcebispos de Braga*, pag. 7:

Os Turdulos e Gallo-Celtas, que habitavam as ribeiras do Rio Guadiana na Luzitania, determinaram sair das suas terras, pelos annos de 315 antes do Nascimento de Christo e entrarem pelo interior de Hespanha a conquistar e fundar novos logares. Tendo povoado Coimbra e arredores, pararam nas margens do Douro para descançar dos muitos trabalhos que haviam padecido na jornada. Os Turdulos não quizeram passar d'ali. Os Gallo-Celtas, que eram da tribu dos Bracharos, atravessaram porem o Douro, e depois de fundarem nas ribas d'elle uma povoação, a que chamaram Portogallo, foram povoar a cidade de Braga, e outros logares entre Douro e Minho, os quaes do nome dos seus fundadores se chamaram Bracharos, e toda a provincia pela mistura dos Gallos e dos Gregos se ficou chamando Gallogrecia, donde vem por corrupção Galliza.

A quinta e ultima opinião, que é a do Dr. João de Barros, na *Geographia de entre Douro e Minho*, attribue aos Romanos a fundação de Braga, que parece ter sido edificada quando Roma era governada por Consules, ou ainda em tempos mais antigos, visto que Strabão, Plinio e outros autores a mencionam.

D. Rodrigo da Cunha, entre tão variadas opiniões inclina-se a que os Gregos, companheiros de Diomedes, foram os primeiros que lançaram os alicerces ao edificio da nova fundação de Braga, visto terem sido os que primitivamente povoaram a região de Entre Douro e Minho e da maior parte da Galliza. Muitos annos depois os Carthaginezes enobreceram a cidade com ricos e novos edificios, e lançaram ali a semente, que tanto fructificou, do odio que aquella cidade votou ao Povo Romano, odio largamente demonstrado nas guerras que contra elle sustentou.

Pela sua importancia como cidade, e pela sumptuosidade dos seus edificios, Braga conservou a sua grandeza e primazia, nos 163 annos que durou a Corôa e Reino dos Suevos em Portugal, servindo de Côrte aos seus Reis os quaes estabeleceram n'esta cidade a sua residencia e paços reaes.

Com a destruição do Reino dos Suevos pelo Rei Leovigildo, Braga perdeu a grandeza resultante de ser Côrte d'aquelles Reys, e pouco depois padeceu a devastação que os Arabes praticaram em quasi toda a Hespanha, da qual, depois da perda da batalha de Guadalete se foram apoderando com pequena difficuldade. A sua chegada a Braga foi assignalada com barbaro furor no saque e na destruição.

Não continuaremos a descrever as vicissitudes por que passou Braga, e diremos apenas, que o Conde Dom Henrique e a Rainha D. Tareja ajudaram a povoar a cidade, e a restaurar e engrandecer a Sé d'ella, honrando-a com o estabelecimento, (durante algum tempo) da sua Côrte e residencia, e escolhendo-a para sua sepultura, que effectivamente se realisou no Claustro da mesma Sé, donde passou para a Capella-mór, que de novo fundou o Arcebispo Dom Diogo de Sousa.

Entre os edificios de Braga, de grande notoriedade, prima a Sé Cathedral, que é de construcção antiquissima. Ergue se no meio

da cidade até á altura de trinta e sete metros. Este monumento foi mandado reedificar pelo Conde D. Henrique e pela Rainha D. Theresa, sua mulher, pelos annos de 1100. As varias reedificações e modificações que lhe fizeram depois, sem que aos trabalhos presidisse um plano intelligente, e uma uniformidade de vistas, prejudicaram muito o edificio, que ficou assim sendo um deploravel amontoado de estylos architectonicos. O edificio é porem digno de ser visitado, por motivo das preciosidades que encerra, e pela sua grandeza. Logo á entrada está o tumulo do Infante D. Affonso, filho de D. João I e da Rainha D. Filippa de Lancastre. E' um monumento, unico no genero, por ser todo de bronze: veio de Flandres mandado fazer pela Infanta D. Isabel Duqueza de Borgonha, mulher do Duque Filippe-o-Bom, e irmã do mesmo Infante D. Affonso. Aos lados do altar-mór estão os mausoleos do Conde D. Henrique e da Rainha D. Theresa, sua mulher, mandados fazer pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, como acima dissemos. A pia baptismal é notavel pela elegancia e pela graça e variedade dos relevos; e o côro é admiravel, e principalmente os dois magnificos orgãos que estão junto d'elle.

São tantas as descripções que ha dos differentes templos da Cidade, que nos abstemos de as apresentar mais uma vêz: diremos porem que o antigo Collegio de S. Paulo, *(Urselinas)*, situado no campo de S. Thiago, pertenceu aos jesuitas, e foi fundado em 1560, por Dom Frei Bartholomeu dos Martyres, que o dotou com bastantes rendas, as quaes ainda accrescentou o Cardeal-Rei.

E' tão abundante de excellente agua a cidade de Braga, que no seu recinto se contam cerca de setenta fontes publicas e particulares.

A abundancia da agua estende-se tambem aos arrabaldes, afamados pelas bellezas das suas quintas e pela admiravel cultura dos seus campos. O que ha porem de mais notavel nos arredores de Braga é:

O Bom Jesus do Monte

Este santuario, um dos mais admiraveis, ricos e populares de Portugal, fica a menos de meia legua da cidade. Do cimo do monte, em que está construido, disfructa-se um panorama de surprehendente encanto, que excede em muito qualquer descripção, tão deslumbrantes e variados se nos apresentam os seus aspectos. Comprehende-se que realise uma visita ao Bom Jesus do Monte o viajante que queira gozar do mais bello ponto de vista na mais bella provincia de Portugal, o qual lhe offerece tambem, graças a intelligentes cuidados, um parque digno de muita attenção, e que bem affirma saudosas recordações, gravadas nas arvores, nos bancos, na gruta, e por toda a parte. Accresce tambem a commodidade da demora em hoteis amplos e confortaveis, o que successivamente lhe vae augmentando a concorrencia.

O santuario, com a extensa e larga escadaria, que lhe fica em frente, ornada de fontes, de estatuas de pedra de muitos varões illustres da Egreja, e de *passos* com as scenas mais commoventes do Calvario, segundo se lê na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, foi começado em 1722.

São de tal modo celebres, pela sua antiguidade, pela sua historia, e pelas suas condições architectonicas, alguns conventos que assentam nas cercanias de Braga, que não podemos deixar de dedicar a dois d'elles algumas referencias.

O *Convento de Tibães*, de monges Bentos, fundado por Theodomiro, Rei dos Suevos, a instancias do seu capellão-mór, S. Martinho, Bispo de Dume, e quando a Côrte dos Reis Suevos residia em Braga, e de grande notoriedade. Demora a tres quartos de legua d'esta cidade, para o poente, ao pé da serra de S. Geus, assim nomeada por causa de uma capella d'esta invocação, que existe no cimo da serra.

Uma lapide, que se encontrou no Convento, indica a sua fundação no anno de 562, e que foi dedicado a S. Martinho de Turon. Miro, successor do Rei Theodomiro, accrescentou ao Convento uma grande mata de arvores que não perdiam a folha; foram importadas do Alemtejo, e segundo o Padre Carvalho, parece que eram sobreiros.

S. Martinho de Tibães era mosteiro e cabeça da Ordem de S. Bento, em Portugal; o Abbade d'esta Casa era o Abbade geral da Ordem. O templo é formoso, e o seu Retabulo considera-se uma maravilha; tem grandes e aprasiveis claustros com muitas fontes, tanto nos corredores do pavimento terreo, como nos do superior. O Convento tinha uma grande cerca, com bons pomares, olivaes e matas.

O mesmo Padre Carvalho, na *Corografia Portugueza*, refere que o Rico-homem D. Payo Guterres da Silva, sendo adiantado em Portugal por el-Rei D. Affonso VI de Castella, e devendo presumivelmente residir em Braga, que era o centro da provincia, ampliou tanto o Convento, que muitos o tiveram por seu fundador; está n'elle sepultado. A Dom Pedro Paes Escacha, filho d'este, fizeram, o Conde Dom Henrique e a Rainha Dona Theresa, em 24 de Março de 1110, a mercê de coutar algumas terras, que tinha dado ao Convento, dizendo *que o faziam por amor de Deos, e de Pedro Paes e Payo Paes, filhos de Dom Payo Guterres da Silva, que sempre os servio com muita satisfação.* A Pedro Paes, em 26 de Fevereiro de 1135, Dom Affonso Henriques, sendo ainda Infante, fez egual mercê com respeito a um dominio, junto ao rio Ave, entre Braga e Guimarães.

Citamos estas duas mercês para deixar consignado o modo como eram premiados os grandes serviços no começo da Monarchia portuguesa.

O Convento de S. Fructuoso, de frades Capuchos da provincia da Soledade, está situado na freguezia de S. Jeronymo, dos arrabaldes de Braga; foi fundado no tempo dos Suevos ou dos Godos.

Os Mouros, quando invadiram a Peninsula, destruiram o Convento, mas pouparam a Egreja; esta, traçada em cruz, é sustentada por vinte e duas columnas de marmore.

O brasão de Armas da cidade, segundo Vilhena Barbosa, é constituido por um escudo coroado, tendo no meio a imagem de Nossa Senhora, com o Menino Jesus nos braços, collocada entre duas torres, e sobre a Virgem a mitra pontifical. A este brasão de Armas accrescentam alguns a divisa: *Insignia fidelis et antiquae Bracharae.*

Vias militares romanas

Da cidade de Braga, a famosa Brachara Augusta dos Romanos, partiam cinco vias militares, em que as distancias eram indicadas por marcos milliares; entre estas era muito importante a da Geira, que tomando a direcção N. O., entrava pelo concelho de Amares, e atravessava varias freguezias do Minho, tendo na de S. Thomé de Perozello uma excellente ponte de cantaria, de 12 arcos.

Esta estrada, cortando varias serras de que é principal a do Gerez, dirigia-se para Orense, e tinha de extensão cerca de 240 km.

As vias militares romanas eram feitas não só com grande solidez, mas com sumptuosidade notavel; para a sua construcção contribuiam o Estado, com o dinheiro do Erario, e os particulares com donativos e legados. Havia tambem para ellas um imposto especial, que ninguem estava isento de pagar, nem os imperadores pelas terras que lhes pertenciam. Applicava-se ainda ás estradas o producto dos despojos tomados aos inimigos do Imperio.

Como recordação do modo como eram construidas estas estradas, deixamos aqui consignado que o seu pavimento era constituido por quatro camadas: *statumen, vaderatio, nucleus, e summa crusta.* A primeira, a da base ou fundamento da estrada, consistia apenas

na preparação do seu leito em terreno firme, para o que se limpava de quaesquer areias ou argillas que podessem obstar á sua solidez. A segunda camada era composta de fragmentos de louça, telhas, tijollos, etc. assentes em argamassa ou betume, formando um conjuncto de admiravel resistencia, e de tão grande duração que em muitos sitios chegou até nós. A terceira camada, *nuclens*, era formada de cal e areia mas applicada em consistencia branda para admittir as formas que se lhe quizessem dar. Sobre a terceira camada assentava-se a quarta, *summa crusta*, constituida por seixos, calhaus, pedras chatas, etc.

Defendiam-se as estradas militares da acção das chuvas, construindo fossos ou vallas de um e outro dos seus lados e dando-lhes a forma abaulada.

Na construcção procurava-se sempre que obdecessem ás condições de serem planas e em linha recta. Tinha-se pois de aplanar os montes, e, quando se não podiam fazer desaterros, de abrir no seio d'elles, a picareta, um caminho amplo; ou pelo contrario de atulhar declivios, ou de atravessar os valles em viaducto.

Estas curtas referencias provam claramente, que devia ser elevadissimo o custo das vias militares romanas; mas offerecem tambem argumento seguro de que deviam facilitar em muito as communicações.

Povoa de Lanhoso

Esta villa, situada a 4 km. da margem direita do rio Ave, e a 7 da margem esquerda do rio Cavado, é séde de concelho e de comarca, e pertence ao districto e arcebispado de Braga. As suas duas freguezias Fonte Arcada (a mais importante) e S. Thiago, são divididas pelo ribeiro de Pontido. A villa, com quanto pequena, distingue-se por um certo aceio e elegancia, não só nos edificios em que estão installadas as repartições publicas, mas nas casas particulares onde se nota o cuidado das construcções modernas. Com

vem tambem observar que nos hoteis se procura attrair os viajantes, que encontram na villa importantes serviços officiaes.

A antiguidade de Povoa de Lanhoso não é só muito anterior á da Monarchia, mas chega sem duvida ao tempo dos Romanos, como o affirma o aqueducto que atravessa o concelho e que estes edificaram para conduzir a Braga as aguas do Ave. Na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, lê-se que el-Rei D. Diniz encontrou a villa deserta em 1292 e que a mandou repovoar, concedendo-lhe foral a 25 de Setembro do mesmo anno,[1] foral que el-Rei D. Manoel substituiu por um novo em 1514.

O castello medieval de Lanhoso no começo da monarchia portugueza, foi theatro de acontecimentos de alta gravidade, que a historia regista em largos capitulos, e a que a lenda dedicou phantasiosas versões.

O outr'ora inexpugnavel castello de Lanhoso erguia-se sobre uma penha de 260^{m} de altura por 100^{m} de base; ainda se veem os restos da sua torre de menagem. O castello foi residencia demorada da Rainha D. Theresa, e da sua fortalesa dá-nos noticia segura o facto de se ter a elle acolhido esta Rainha em 1121, quando perseguida pela Rainha D. Urraca, sua Irmã; o *tratado de Lanhoso*, pelo qual as duas irmãs se reconciliaram, foi assignado n'este castello.

Na batalha que, em 1128, se feriu no campo de S. Mamede, proximo de Guimarães, entre tropas gallegas e partidários da Rainha D. Thereza, e as hostes do moço Infante D. Affonso Henriques, foi desbaratado o exercito da Rainha, ficando esta prisioneira na fuga com muitos dos seus.

A este respeito no Tomo I, livro I, pag. 289, da *Historia de Portugal*, diz Alexandre Herculano: «A tradição nos refere, que Affonso Henriques lançara sua mãe, carregada de cadeias no Castello de Lanhoso. Não desdiz essa tradição dos costumes ferozes

[1] N. *Corographia Portugueza* o P.e Carvalho diz que este foral foi concedido a 25 de Abril de 1292

do tempo, mas desdiz dos monumentos coevos, que a não auctorisam.

O que é certo é, que n'um só dia de combate, o poder supremo que o moço principe tanto ambicionava, lhe cahira nas mãos.

«Affonso Henriques não quiz, ou não ousou aproveitar-se das vantagens obtidas para se vingar de sua mãe e do Conde, contentando-se com expulsal-os de Portugal.»

Com intensão piedosa, mas com a mais deploravel das orientações, André da Silva Machado, rico negociante do Porto, natural do Logar de Valle de Mil, de Lanhoso, transformou em santuario, dedicado a Virgem do Pilar, a vetusta fortaleza romana para o que mandou apear e demolir, os reductos, bastiões e muralhas, que tinham sido testemunhas da fundação da nacionalidade portugueza.

As armas de Lanhoso, segundo Pinho Leal, teem a seguinte composição: um escudo partido em pala, tendo na 1.ª as armas de Portugal, e na 2.ª, em campo de purpura, um castello chammejante; sobre a rocha de prata tudo lavrado em preto.

Villa Verde

Demora esta antiga villa no centro de uma região, admiravelmente favorecida pela natureza e pela arte; aquella dotou-a com um alegre e risonho aspecto, e esta enriqueceu-a com bellas estradas, que a cortam e servem em todas as direcções.

A rede d'estas estradas é ligada por numerosas pontes de pedra, das quaes são principaes a ponte do Prado e a ponte do Bico; d'estas pontes a ultima, pela sua situação, merece referencia especial.

Entre Braga e Villa Verde, na estrada nacional n.º 3, encontra-se a ponte monumental do Bico, sobre os rios Homem e Cávado, atravessando-os um pouco acima do sitio, em que o primeiro afflue ao segundo.

Esta ponte é construida de granito, e formada de grandes arcos, com bem trabalhadas balaustradas lateraes; compõe-se de duas partes unidas por um viaducto central fundamentado no pequeno espaço de terreno entre os dois rios, o qual forma um angulo agudo ou *bico*, de que tomou o nome a grande ponte, e a freguezia, que pertence ao concelho de Amares.

As duas pontes sobre o Cávado e o Homem aparentam ser uma só, visto estarem em linha recta, e terem guardas continuas de cantaria desde a extremidade da avenida direita do rio Homem, até á da avenida esquerda do rio Cávado.

A ponte do Bico fica sobre tres concelhos: o de Villa Verde, ao qual pertence a margem direita do rio Homem; o de Braga, a que pertence a margem esquerda do rio Cávado; o de Amares, a que pertencem as margens direita do Cávado, e esquerda do Homem.

A ponte de pedra, chamada do Prado, na estrada de Braga a Ponte de Lima, é muito antiga, e por ella passava a via romana, que sahia para Aslorga. Fica 3 km. a jusante da ponte do Vau de Bico, tendo muitos arcos.

Villa Verde, cabeça de concelho e de comarca, faz parte do districto e arcebispado de Braga. Esta villa, graças ás suas excepcionaes condições, tem tido importante desenvolvimento, que affirmam os seus estabelecimentos commerciaes e os seus bons edificios, entre os quaes se destaca o dos Paços do Concelho, que é grandioso, e onde funccionam todas as repartições publicas.

Deve porem observar-se que a consideravel importancia de Villa Verde resultou da creação do seu concelho, por decreto de 24 de Outubro de 1855.

Até esta data Villa Verde pertenceu ao antiquissimo concelho de Villa Chã, que foi extincto pelo mesmo diploma, passando as suas nove freguezias, com muitas outras, para o de Villa Verde.

Villa Chã é exemplo frisante da curiosa evolução, que se nota em algumas terras de Portugal. Assim, tendo sido villa e povoação

muito antiga, e outr'ora muito priveligiada, como o provam os seus foraes, concedidos por D. Affonso III e D. Manuel, passou a ser uma modesta aldeia da freguezia de S. Thiago de Coucieiro. Os seus moradores nem cuidado tiveram em conservar erguido o seu pelourinho, que era o padrão das suas immunidades municipaes.

O orago da freguezia de Villa Verde é S. Paio.

No termo de Villa Verde e do extincto concelho de Pico de Regalados, e no logar e freguezia de Athães, encontra-se o Paço de Athães, casa nobre que pertenceu aos Limas, e a favor do qual foi passado um padrão de privilegios, em 1558 por el-Rei D. Sebastião; o padrão estendia-se a toda a freguezia. A tradição diz que, depois da derrota da ponte de Alcantara, esteve escondido n'este paço D. Antonio, Prior do Crato.

Amares

A villa de Amares, cabeça de concelho, pertence á comarca, districto e arcebispado de Braga, e foi cabeça do antigo concelho de Entre Homem e Cávado, de que eram senhores os avós dos Condes da Figueira.

Da sua unica freguezia é orago S. Salvador.

Sem nos demorarmos em investigações de contingente resultado, e de pequena monta, acerca da proveniencia do nome Amares, que alguns querem, que fosse primeiro Marecos ou Marrecos, diremos que a villa está situada n'uma planicie de grande fertilidade, e que o seu concelho é atravessado pelos rios Homem e Cávado, nos quaes se criam, com abundancia, salmões e lampreias.

Tem Amares a honra insigne de ter sido berço do famoso Mestre da Ordem do Templo, D. Guaddim Paes, que por isso se chamou de Marrecos. Este grande capitão, que nasceu em 1118, era

filho de D. Payo Ramires e de Dona Gontrode, ambos da primeira nobresa d'aquelles tempos.

O extincto conselho de monumentos nacionaes classificou muito justamente como taes: o monumento lusitano-romano — *Ponte de Rodas* —, e o *cruzeiro de S. João do Campo*, em Amares.

A *Ponte de Rodas*, em S. João do Campo, formoso e bem conservado monumento lusitano-romano, é constituida por dois arcos de cantaria com bellos cortamares.

Alguns sustentam que a el-Rei D. Diniz se deve a construcção ou reconstrucção d'esta ponte, de que se pode ver uma boa gravura, no Tomo I do *Minho Pittoresco*, pag. 473.

O muito original e distincto *Cruzeiro de S. João de Campo* tem como pilar um antigo marco milliario da via militar da Geira, cujas dimensões são $2^{m}31$ de altura por $0^{m},43$ de diametro, e no qual se lia, ainda ha pouco, uma inscripção latina, em que se marca a distancia de 27 milhas a Braga.

O cruzeiro é abrigado por um alpendre triangular, sustentado por tres columnas, levantadas sobre cubos rectangulares.

Este monumento está em excellente estado de conservação.

A villa de Amares pretende tambem a honra de n'ella ter existido o solar dos Machados, familia nobilissima de cujo ramo principal é representante o Sr. Conde da Figueira. Não é porem exacta a pretenção, visto que o solar dos Machados é a quinta do Geraz, na Povoa de Lanhoso, cuja torre está completamente em ruinas, mas que é de facil restauração pela solidez dos seus alicerces.

A origem do appellido Machado provem do honrosissimo feito de ter o *rico-homem* D. Mendo Moniz, arrombado a machado a porta da praça de Santarem, em 8 de Maio de 1147, pelo que D. Affonso Henriques, alem de lhe fazer mercê de senhorio de Gondar para elle e para os seus descendentes, mandou que usassem do appellido Machado, em memoria d'esta heroica acção.

Entrada do castelo de Castro

Attribuem outros o uso do appellido Machado a uma determinação de D. Sancho I, em 1205, a Fernão Mendes Machado, filho de D. Mendo Moniz, ao qual deu tambem o senhorio da Torre de Tenagate, no Minho.

As informações, que publicamos em seguida, são cuidadosamente extraídas do precioso archivo dos senhores Condes da Figueira, com penhorante auctorisação do seu muito illustre e erudito proprietario.

Ao Exmo Senhor Conde da Figueira apresentamos a expressão do nosso profundo reconhecimento.

Ao concelho de Amares pertencem as freguezias de S. Martinho de Carrazedo, e a de Santa Maria dos Ferreiros; na primeira das quaes existe a torre de Castro e na segunda a de Vasconcellos.

Não se sabe ao certo a data da construcção d'estas torres; mas quando Manuel de Araujo Sousa e Castro, casado com D. Margarida Machado, senhora de Entre Homem e Cávado, e das mencionadas torres, fez algumas reparações na Casa de Castro, encontrou uma lapide com a seguinte inscripção:

ENDVS CASTRORVM

que indica a sua existencia no tempo dos Romanos.

A entrada para a esplanada e ao fosso que cerca a torre de Castro ainda hoje chamam *Grovia*, que talvez mostre ser esta do tempo dos Godos, e vir esse nome da corrupção da palavra *Graben* (fosso).

Não offeréce porém a minima duvida que Pedro Martins da Torre, filho de Martim Moniz — o heroe da porta do Castello — foi o 1.º senhor das torres — e que Rodrigo Annes de Vasconcellos, seu neto, foi o 3.º senhor, e as deu em dote a sua filha D. Maria Rodrigues de Vasconcellos, a qual casou com Vasco Paes de Azevedo, 12.º senhor do Couto de Azevedo, e que esteve na batalha do Salado.

Lopo Dias de Azevedo, bisneto do antecedente, 15.º Senhor do Couto de Azevedo, deu estas torres e quintas em dote a sua filha, D. Joanna de Azevedo, casada com Martim Coelho, 3.º senhor de Felgueiras e Vieira, que por seu turno as deram a sua filha D. Briolanja de Azevedo, que casou com João Peixoto, 2.º senhor do reguengo de Penafiel, e tiveram D. Joana de Azevedo, 10.ª senhora da quinta e torre de Castro, e da torre de Vasconcellos, a qual casou com Francisco Machado, 2.º senhor de Entre Homem e Cávado, filho de Pedro Machado, 1.º senhor de Entre Homem e Cávado, 1443, varão illustre; que esteve na batalha de Alfarrobeira, e acompanhou D. Affonso V nas duas jornadas á Africa.

Manuel Machado, 3.º senhor de Entre Homem e Cavado, etc., recebeu na sua casa de Castro os Infantes D. Luiz, D. Fernando e D. Henrique, depois Rei, então Cardeal Arcebispo de Braga. Foram ali assistir ao baptisado de seu filho primogenito, Francisco Machado, os primeiros como padrinhos, e o ultimo que se tinha expontaneamente offerecido para lhe fazer a singular mercê de lhe baptisar o filho.

Manuel Machado apressou-se em participar aos Infantes D. Luiz e D. Fernando, que estavam na Côrte, a alta distincção com que o honrava o Cardeal Infante, e a pedir-lhes que a agradecessem da sua parte. Como resposta, recebeu por um correio de posta um aviso d'estes Principes para que demorasse o baptisado, porque queriam ir ver o Cardeal e ser padrinhos de seu filho: ampliaram assim notavelmente a elevadissima mercê que lhe tinha dispensado o Cardeal Infante.

Para festejar tão illustres hospedes, (como se vê na Vida de Manoel Machado de Azevedo, escrita pelo 1.º Marquez de Montebello), promoveu Manuel Machado nos seus dominios grandiosas festas, com fogos, comedias, simulacros de combates, pescarias, etc. Os Infantes foram hospedados na Casa, e para os seus sequitos e milhares de pessoas das circumvisinhanças, que ás festas vieram

Castle of Cecil

assistir, mandou construir n'um campo proximo do castello amplos e numerosos aposentos. Quando os Infantes e a sua luzida comitiva os avistaram, o Infante D. Luiz perguntou a Manuel Machado, que villa e castello eram aquelles, que ao longe se viam. Ao que este respondeu: «o castello é o de Castro, e a villa a dos Infantes». O Infante retorquiu que antes se deveria chamar «Villa dos Nigromantes», pois só por arte d'estes se poderia fazer tanto e em tão pouco tempo.

E' tradicional que Manuel Machado de Azevedo, que possuia muitos bens n'aquella região, foi quem trouxe da Louzã as primeiras oliveiras, que se plantaram no Minho. Ha tambem a tradição de que foi este illustre fidalgo que extinguiu as *luctuosas*, que se pagavam pelo fallecimento do cabeça do casal, e que as substituiu pela *parecerosa*, isto é, pelo pagamento de um carneiro, fogaça ou cantaro de vinho, quando aos cabeças de casal nascesse um filho varão, reconhecendo-se assim o senhorio do casal.

Manuel Machado era grande cavalleiro e musico; disse d'elle o Marquez de Montebello, «*que fue de los primeros que en Portugal tocava laud con destreza*». Cultivava com facilidade a poesia, e compunha glosas ao desafio com Francisco de Sá de Miranda, senhor da quinta da Tapada, seu visinho e cunhado, pois casara com sua irmã, D. Briolanja de Azevedo.

Na sua «Historia e Sentimentalismo», no capitulo Sá de Miranda, diz Camillo Castello Branco, que o poeta pediu a D. João III, que fosse medianeiro no seu casamento com a irmã de Manuel Machado. O Rei intreveiu e de prompto foi cedida a Sá de Miranda a mão de D. Briolanja de Azevedo, senhora que nunca tinha visto.

Julgamos dever pôr de parte a occorrencia injustificavel, que succedeu, segundo a tradição, no acto do pedido do casamento, e limitar-nos a dizer, que o casamento se realisou um anno depois, que D. Briolanja de Azevedo viveu casada desoito annos, e que teve dois filhos.

Tinha Manuel Machado a justa reputação de nunca faltar á verdade, ainda nas mais dificeis situações. O Infante D. Luiz em-

balde procurou, por vezes, pôr esta probidade a dura prova. Assim, segundo se lê na *Vida de Manuel Machado, Señor de Entre Homem e Cabado, por el Marquez de Montebello*, edição de 1660, o mesmo Infante tendo sabido que Manuel Machado estava pintando em sua casa o retrato de D. Joanna da Silva, que então era Dama no Palacio, e que depois foi sua mulher, para o apanhar em flagrante e ver se lhe negava a verdade, e se o colhia em mentira, dirigiu-se a casa de Manuel Machado; ali, deixando em baixo os que o acompanhavam, subiu sósinho, e, tendo recommendado aos creados que o não annunciassem, conseguiu, sem ser presentido, pôr as mãos na cadeira em que estava sentado, trabalhando na sua pintura.

A' pergunta inesperada do Infante de quem era aquelle retrato, respondeu, com grande perturbação Manuel Machado: «De Nossa Senhora», E de que invocação? «Da Silva».

Ora Silva era o nome da dama, que occultamente galantiava, e Nossa Senhora da Silva era o orago da egreja matriz da cidade do Porto. Com este equivoco se livrou Manuel Machado da difficuldade e não faltou á verdade, porque estava realmente fazendo o *retrato da sua senhora* que se chamava *da Silva*.

Apezar da formosura de sua mulher Manuel Machado não foi marido muito exemplar; gostava de uma minhota chamada Maria Colassa. Reprehendendo-lhe Sá de Miranda as suas sensualidades, e aconselhando-o a que deixasse a mancebia, respondeu aquelle com a seguinte quintilha:

De medicos, nem sangrias,
N'esta edade não curemos,
Boas são as Romarias
De mais longe, e sem Marias,
Por que não nos mariemos.

Morreu Manuel Machado de Azevedo, quando passava dos 80 annos, e conforme se lê na citada obra sobre a sua vida, escrita pelo Marquez de Montebello, tão contrito e tão santamente, que á hora da morte viram-se dois anjos no seu quarto, um com uma hostia e outro com um calix. Na escada interior da torre de Castro,

que liga os seus trez pavimentos, ainda hoje se vê, aberta n'uma das grossas paredes um nicho com assento de pedra, onde Manuel Machado fazia penitencia, passando ali dias e noites.

D. Margarida Machado, 5.ª senhora da Casa de Castro, casou com Manuel de Sousa Araujo e Castro, que fez algumas reparações na Torre de Castro; foram paes de Felix Machado de Castro, 1.º Marquez de Montebello, 6.º senhor de Entre Homem e Cávado, que casou com D. Violante de Orosco, filha do 1.º Marquez de Mortara.

O titulo de Marquez de Mortara foi dado a D. Rodrigo de Orosco y Rivera e a seu filho D. Francisco, 2.º Marquez de Mortara, foi tambem dado o titulo de Conde de Olias e o de Marquez de Zarrial para os filhos primogenitos d'esta Casa. [1] A' neta do antecedente, a 4.ª Marqueza de Mortara, D. Maria, casada com D. Vicente de Orosco, foi concedida a grandeza de 1.ª classe.

D. Bonito de Orosco, 6.º Marquez de Mortara, etc., morreu em 1800, sem filhos. Pela morte d'este Marquez herdou os seus titulos, e a grandeza de 1.ª classe em Hespanha, a 1.ª Condessa da Figueira.

Antonio Felix Machado da Silva e Castro, 2.º Marquez de Montebello, em Italia, 7.º senhor de Entre Homem e Cávado, foi feito Conde de Amares, em 1664. [2] Feita a paz com a Hespanha, voltou

[1] O enterro d'este 2.º Marquez foi o ultimo, que se fez a cavallo em Madrid.

[2] EL-REY

Marques de Mortara Conde da Figueira, Primo. Habiendo convocado á las ciudades y villa de voto en Cortes para que estos mis Reynos y vasallos juren á la Serenissima Infanta Doña Maria Isabel Luisa, mi muy cara y amada hija primogenita, como Princesa y heredera de estos Reynos, en Defeso de Varon, conforme á las Leyes, fueros y antiguo costumbre de Espana, en la forma y manera con que á los Principes y herderos de ellos se suele y acostumbra jurar. I teniendo señalado á este fin el dia vinte del proximo mes de junio, siendo

para Portugal, sendo-lhe entregue a casa dos seus maiores, mas não se lhe reconheceu o titulo de Conde de Amares, apezar de no Conselho d'Estado alguns dos membros, como o Marquez de Arronches e outros, terem votado pelo reconhecimento. Casou o 2.º Marquez de Montebello com D. Luiza de Mendoça e Eça, 4.ª senhora do morgado de S.to André, e 10.ª do dos Eças, passando então os Machados a residir em Lisboa. A este 2.º Marquez foi dada a Alcaidaria-mór de Mourão, que vagára pela morte, sem successão legitima, de Francisco de Mendoça, 6.º Alcaide-mór de Mourão. Foi do Conselho d'el-Rei D. Pedro II.

D. Maria Amalia Machado de Mendoça Eça Castro Vasconcellos e Orosco, 13.ª senhora de Entre Homem e Cávado, e da mais casa de seus avós, herdou a representação dos Marquezes de Mortara, e a grandeza de 1.ª classe, em que se encartou. Esta senhora foi feita Condessa da Figueira, em 13 de Maio de 1810.

O documento publicado na integra na seguinte nota, prova a grandesa de 1.ª classe dos Condes da Figueira, em Hespanha.

D. Maria Amalia Machado de Mendoça Eça Castro Vasconcellos e Orosco, casou em 1822 com D. José de Castello Branco Correia e Cunha Vasconcellos e Sousa, filho segundo dos 1.os Marquezes de Bellas, e que por este casamento foi o 1.º Conde da Figueira.

vos obligado á hacer el juramento y pleyto-homenage, os he querido prevenir de ello, para que os halleis el referido dia en la Iglezia del Real Monasterio de San Geronimo y concurrais a esta solemnidade en la forma do estilo, como estoy cierto lo hareis de buena voluntad. De Palacio á 17 de Mayo de 1833 — Io el Rey Ferdinand VII com rubrica e guarda. — Por mandado del Rey N. S. — Marianno Mita.

Folha n.º 14-e (Certã)

Esta folha, comprehendida na folha n.º 17 da Carta chorographica, na escala de 1/100000, foi ampliada e rectificada, em 1907, para pranchetas de campo, na escala de 1/50000, pelo então capitão de infantaria Sr. Julio Cesar Sanches Leite de Castro, o qual verificou que a configuração estava conforme os primeiros levantamentos, feitos nos annos de 1864 a 1867 pelo official do exercito José Raymundo da Palma Velho.

Districtos, concelhos e freguezias

Comprehende parte dos districtos de Castello Branco e Santarem a região descripta n'esta folha; do primeiro districto tem os concelhos da Certã, Oleiros, Proença-a Nova, Villa de Rei e Villa Velha de Rodão; do segundo, o concelho de Mação.

As freguezias são as seguintes:

Do concelho da Certã: Certã, Cumiada, Marmeleiro, Figueiredo, Varzea de Cavalleiros e Ermida.

Do concelho de Oleiros, a freguezia de Isna.

Do concelho de Proença-a-Nova: as de Proença-a-Nova e Sobreira Formoza.

Do concelho de Villa de Rei, a freguezia de Pezo.

Estradas

E. N. n.º 16 — Entra na folha ao S., proximo do logar de Arganil, toma a direcção N. E. até junto do cabeço onde está a pyramide Venda, inflectindo depois para E.; passa pelos logares de Valle de Carreira e Valle d'Urso, freguezia de Sobreira Formoza e logar de Catraia Cimeira. Esta estrada é notavel pela sua extensão, pois que, partindo da Villa do Barreiro, vae até Salvaterra do Extremo, na fronteira.

E. N. n.º 56 — Parte da estrada nacional N.º 16, ao S. do logar de Valle d'Urso, passa pela freguezia de Proença-a-Nova e pela Villa da Certã, continuando até á margem O. da folha.

E. D. n.º 119 — Parte da Villa da Certã, dirigindo-se para N. E. até ao limite da folha.

E. D. n.º 120 — Parte da freguezia de Cardigos, e dirige-se para S., vendo-se porém interrompida na extensão approximada de 3 kilometros.

E. M. — Parte da freguezia de Proença-a-Nova até á E. N. n.º 16.

E. M. — Parte da Villa da Certã até á capella de S. João.

Hydrographia

Esta região é sulcada por varias linhas d'agua, sendo as principaes:

Ribeira da Certã — Corre na direcção N. E. a S. O. contorna

em parte a Villa da Certã, recebendo junto a esta Villa como affluente a ribeira do Amioso.

Ribeira de Isna — Esta ribeira, affluente na margem esquerda do rio Zézere, nasce na freguezia de Isna, corre a S. O. até á ponte que tem na E. N. n.º 56, tomando depois a direcção de O. até sahir da folha e descrevendo no seu percurso caprichosas curvas. Recebe na margem direita, além de varias linhas d'agua, a ribeira de Tamôlha, e na margem esquerda a ribeira de Bostelim.

Ribeira de Ocreza — Vê-se apenas uma pequena parte d'esta ribeira a S. E. da folha, recebendo comtudo na porção desenhada, como affluentes, as ribeiras de Froia, Quebrada e do Valle d'Urso.

Ribeira de Mezão Frio — Nasce entre os logares de Simadas, Cimeiras e Crugeira e dirige-se para S. passando pelo logar de Mezão Frio.

Ribeira da Pracâna — Corre na direcção de O. para E. atravessando a E. N. 16.

Orographia

O terreno d'esta folha é bastante accidentado, vendo-se a meio d'ella, na direcção N. E. a S. O. a parte da serra de Alvellos ou Cabeço Rainha, situada ao N. de Proença-a-Nova e ao S. de Isna, onde se encontram as pyramides Fornos (861^{m}), Corgos (899), Fatelo (781) e S.^{to} Antonio 2.º com a cota de 603 metros de altitude, além d'outras de inferiores cotas.

Na margem O. da folha está a pyramide de 1.ª ordem, denominada Melriça, com a cota 587 metros de altitude, situada na serra do mesmo nome.

Em toda a região veem-se bem accentuados os valles por onde correm as ribeiras já descriptas.

As coordenadas geographicas da folha n.º 14-e são proximamente 39º 40' a 39º 51' de latitude N. e 1º a 1º 23' de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Povoações principaes

Certã, Proença-a-Nova.

Certã

Esta formosa villa, cabeça de concelho e de comarca, do districto de Castello-Branco, e bispado de Portalegre, fica na provincia do Alemtejo em logar plano, a cerca de 35 km. ao nascente da cidade de Thomar, entre as ribeiras da Certã e de Amioso. Foi fundada, segundo é tradição, nos annos setenta e quatro antes de J. C., pelo illustre general Sertorio, que a denominou Certago.

Os etymologistas pretendem que o nome primitivo da povoação se mudou em Certagem e depois em Certan, sendo esta ultima modificação devida ao facto seguinte:

Nas guerras que o legendario general Sertorio sustentou contra o poder de Roma, estando-se a proceder á construcção do forte castello para a defesa da villa, foi esta atacada pelos romanos, que no combate mataram um nobre cavalleiro luzitano. Então a mulher d'este, a heroica Celinda, exaltada pela dôr do desespero que lhe causava a morte do marido, e querendo-a vingar, corre á porta do castello por onde vinham entrando os primeiros soldados romanos, e arremeçando-lhes aos olhos azeite a ferver com que estava guizando ovos n'uma certã, obrigou-os a suspender o passo, o que deu tempo a que chegasse soccorro, com o qual foram os inimigos repellidos.

Villena Barbosa, narrando este brilhante feito, na sua obra sobre Brasões, diz que em sua memoria o tomou a povoação por brasão d'armas: «Um escudo com uma certã, e em volta a lettra — *Certago sternit certagine hostes.*» Com a certã destruiu Certago a seus inimigos.

A invasão dos povos do norte, e depois a dos arabes, reduziram esta villa a completa ruina; a sua reedificação data presumivelmente do reinado de D. Affonso Henriques, que concedeu aos seus habitantes grandes foros e privilegios, no intuito de favorecer amplamente a sua repovoação. El-Rei D. Manuel deu-lhe foral novo em 20 de Outubro de 1513.

A entrada para a villa faz-se por tres boas pontes de cantaria: a de Santo Amaro, a da Varsea, e a da Madeira, denominada assim esta ultima por ter sido primitivamente de madeira.

A egreja, templo de tres naves, tem por orago S. Pedro.

Raros são os vestigios que restam do velho castello da Certã; diz-se porem que a porta do castello em que se immortalisou Celinda, tendo resistido durante desoito seculos á acção do tempo, foi derruida pela mão do homem com o fim de empregar a sua cantaria no concerto do arco de uma ponte.

Como dissemos, a Certã era uma das villas, que constituiam o grão-priorado do Crato; o grão-prior do Crato era tambem alcaide-mór da Certã.

Proença-a-Nova ou Cortiçada

Assenta esta villa a cerca de 45 km. ao Norte da villa do Crato, e a cerca de 35 km. para o Poente da cidade de Castello-Branco.

A villa, séde de concelho no districto de Castello Branco, e pertencente ao bispado de Portalegre, está situada entre as ribeiras da Certã e a de Amião, que a primeira recebe junto da villa; dista 15 km. da margem direita da ribeira Ocreza.

Como succede á maior parte das povoações antigas, ignora-se por quem fosse fundada Proença a Nova e quando. O P.º Carvalho na *Corografia Portugueza*, e outros escriptores, dizem que o seu primeiro nome foi Cortiçada.

Para provar a sua antiga importancia, basta dizer que D. Affonso III lhe deu foral em Setembro de 1242, e que D. Manoel lhe concedeu foral novo em 1 de Julho de 1512.

Era uma das villas do grão-priorado do Crato.

Sertorio

Quinto Sertorio, o famoso general romano, nasceu pelo anno 121, antes de J. C. Tendo começado a sua vida no fôro, onde, pela sua eloquencia, se estreou de modo a assegurar-se um brilhante futuro, passou para a carreira das armas. Foi mandado como tribuno militar para Hespanha, e ali distinguiu-se tanto pela sua bravura e pelos seus rasgos de audacia, que lançou os fundamentos da immensa reputação e do singular predominio que veiu a ter entre aquellas bellicosas populações. Regressando a Roma, tendo então trinta annos de edade, foi nomeado questor, e enviado para a Gallia cispadana onde combateu e venceu com grande celebridade os povos d'aquella região. N'esta guerra recebeu varias feridas e perdeu um olho.

Como seguisse o partido de Mario e tendo este conseguido levantar o seu partido contra o de Sylla, voltou com o seu chefe para Roma. Pela morte, porem, de Mario, desasete dias depois, e pela incapacidade dos generaes do seu partido, Sylla, inimigo de Sertorio regressou a Roma, o que obrigou este a passar a Hespanha; e seguidamente por não poder sustentar-se contra Annio, logartenente de Sylla, a ir fazer a guerra na Mauritania. Ali o foram chamar os Luzitanos, para os ajudar a libertar-se do cruel dominio de Annio.

Desde então Sertorio esteve em plena revolta contra Roma, e bateu varios generaes romanos. Ao prestigio da sua valentia, e da doçura do seu caracter, accrescentava o effeito da superstição; andava sempre acompanhado de uma corça branca, que, dizia elle, o

punha em communicação com os Deoses. Organisou em Hespanha uma republica semelhante á de Roma; aos proscriptos de importancia dava logares de senadores. Roma, procurando livrar-se de tão terrivel adversario, usou do deprimente recurso, então admittido, de pôr a sua cabeça a premio.

Sertorio bateu varias vezes Metello, considerado como um dos melhores generaes romanos, e depois bateu o proprio Pompeu. Mas como a Hespanha se fatigasse da guerra, e recusasse continuar a enviar a Sertorio o ouro e prata, que lhe fornecia constantemente, exarcebou-se o genio de Sertorio a ponto de mandar matar os filhos das grandes familias luzitanas, que elle conservava junto de si como refens, o que augmentou consideravelmente o descontentamento d'estas contra elle. Sertorio foi em fim assassinado pelos seus proprios officiaes, instigados pelo seu rival Perpenna; tinha então 48 annos.

Devemos referir que tendo Perpenna, general do partido de Mario, mas de manifesta incapacidade, vindo para Hespanha para fazer a guerra por sua conta, os seus soldados obrigaram-n'o a reunir-se a Sertorio, a quem procurou desde então por todos os modos, substituir no seu commando supremo.

Pompeu facilmente bateu o traidor Perpenna, a quem mandou matar. Perpenna suppoz salvar-se entregando os papeis de Sertorio a Pompeu; mas este mandou-os queimar sem os ler.

E' muito interessante a descripção, feita por Plutarcho, do modo como Sertorio transformou uma multidão de salteadores n'um verdadeiro exercito.

Começou com as suas proezas a adquirir a admiração e a amizade d'aquelles povos barbaros; depois deu lhes ouro e prata para ornamentarem os capacetes, e para esmaltarem os escudos; convidava-os a fazer tunicas e mantos bordados, fornecendo-lhes o que para isto era necessario, e levando-os pela emulação com o seu exemplo.

Na formidavel lucta que sustentou contra os Romanos, com

grande vantagem, em quanto estes foram commandados pelo General Metello, a maior parte das victorias de Sertorio attribuiu-se á velhice e lentidão habitual de Metello, que se suppunha incapaz de resistir a um homem novo e audaz, e cujas tropas mais pareciam companhia de salteadores do que forças regulares. Mas quando o proprio Pompeu atravessou os Pyreneus, e encontrou Sertorio na sua frente, os dois Generaes tendo desenvolvido um contra o outro todos os ardis da guerra, Sertorio mostrou-se superior a Pompeu na arte de preparar as emboscadas, e na de se preservar d'ellas. Assim Sertorio foi proclamado em Roma o mais habil general do seu tempo, e o mais versado na arte da guerra.

Das acções do grande Sertorio e da eminente situação em que se encontrou, tirou Corneille assumpto para uma tragedia, em que apresenta o celebre verso:

«*Rome n'est plus dans Rome; elle est toute où je suis.*»

Paréce-nos opportuno apresentar agora as seguintes observações.

O araial ou acampamento de todo um exercito denominava-se castrum; tinha quatro portas correspondentes aos quatro pontos cardeaes, e era cercado por um fosso.

Para estes araiaes, ou acampamentos, escolhiam-se posições elevadas e que fossem facilmente defensaveis.

Alguns dos araiaes eram eventuaes ou occasionaes; mas comprehende-se que uma resistencia contra os Romanos de varias desenas de annos levasse os Luzitanos a estabelecer acampamentos permanentes em algumas localidades.

Durante os 9 annos que Sertorio commandou os habitantes da Luzitania, e que se seguiram aos 14 em que Viriato desempenhou brillantemente estas funcções, Sertorio não só adoptou a legislação, religião, usos, e organisação civil e militar dos Romanos, mas os seus processos defensivos.

Convem notar que a surprehendente resistencia dos Luzitanos

vinha de longe, e que muitas vezes os Romanos experimentaram rudes ataques seus e actos heroicos, que fizeram por vezes abater as suas soberbas aguias, ataques e actos inspirados apenas pelo amor e pela independencia da patria.

Muitos dos araiaes ou acampamentos romanos ou luzitanos, que eram permanentes, vieram a transformar-se em povoações mais ou menos importantes, e das quaes bastantes conservam o seu primeiro nome.

Folha n.º 5-d (Guimarães)

As coordenadas geographicas d'esta folha são, proximamente, 41° 17′ a 41° 28′ de latitude N., e 0° 37′ a 1° 0′ de longitude E. do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Está comprehendida nas folhas n.os 4, 5, 7 e 8 da Carta chorographica de Portugal, na escala de 1/100000, que foram levantadas nos annos de 1869, 1872, 1877 a 1879, pelos officiaes do exercito, Francisco Carlos Lima, Emilio Vidigal Salgado, Antonio Severino Alves Galvão, Augusto Gerardo Telles Ferreira, Antonio Maria da Silva Valente e Sr. Marianno Antonio d'Azevedo; a sua rectificação e ampliação, para a escala de 1/50000, foram executadas pelo então tenente-coronel de artilharia, Sr. Thomé Martins Vieira, no anno de 1903.

A região representada pertence aos districtos de Porto e Braga.

Concelhos e freguezias

Concelho de Santo Thyrso (districto do Porto), com as seguintes freguezias: Palmeira, Areias, Aves (S. Miguel), Rebordões, Santo Thyrso, Burgães, Negrelhos, Couto (Santa Christina), Monte

Cordova, Guimarei, Lamellas, Refojos de Riba d'Ave, Campo (S. Martinho), Campo (S. Salvador), Villarinho, Roiz e Negrellos (S. Mamede).

Concelho de Paços de Ferreira (districto do Porto), com as seguintes freguezias: Penamaior, Sanfins de Ferreira, Lamoso, Raimonda (S. Pedro), Figueiró e Carvalhosa.

Concelho da Lousada (districto do Porto), com as seguintes freguezias: — Silvares, Lustosa, Barrosas (S.ta Eulalia), Barrosas (S.to Estevam), Cernadelo e Macieira.

Concelho de Felgueiras (districto do Porto), com as seguintes freguezias: — Villa Fria, Vizella (S. Jorge), Vizella (S.to Adrião), Pombeiro, Penacova, Lagares, Regilde, Torrados, Revinhadê, Souza, Sernande, Idães, Rande, Unhão, Jugueiros, Pinheiro, Margaride (Felgueiras), Moure, Macieira de Lixa, Varziella, Cáramos, Refontoura, Pedreira, Borba de Godim, Villa Cova da Lixa, Airães, Santão, Villa Verde e Ayão.

Concelho de Amarante (districto do Porto), com as freguezias seguintes: — Freixo de Cima, Figueiró e S.ta Christina.

Concelho de Villa Nova de Famalicão (districto de Braga), com as seguintes freguezias: — Arnoso, Sezures, Jesofrei, Valle (S. Cosme), Portella, Joanne, Cruz (S. Thiago), Gavião, Valle (S. Martinho), Pousada de Saramagos, Mogege, Vermoim, Requião, Antas (S. Thiago), Pedome, Oliveira, Seide, Ruivães, Riba de Ave, Abbade de Vermoim, Seide (S. Miguel), Lagôa, Bente, Carreira, Delães, S. Matheus d'Oliveira, Cabeçudos, Avidos e Landim.

Concelho de Guimarães (districto de Braga), com as freguezias seguintes: — Oleiros, Airão (S. João), Airão (S.ta Maria), Vermil, Castellões (S. Thiago), Ronfe, Brito, Paraizo, Creixomil, Selho, Candoso, Abação (S. Christovam), Calvos, Serzedo, Taboadelo, Gemeos, Vizella (S. Paio), Vizella (S. Faustino), Caldas de Vizella (S. Miguel), Caldas de Vizella (S. João Baptista), Tagilde, Lordelo, Mascotelos, Gondar, Selho (S. Christovão), Selho (S. Jorge), Polvoreira, Serzedello, Nespereira, Infias, Conde (S. Martinho), Guardizella, Moreira dos Conegos, Lordelo, Aldão, Athães, Azurem,

Rendufe, Guimarães, Costa, Matamá, Urgezes, Villa Nova das Infantas, Pinheiro, Abação (S. Thomé), Abação (S. Christovam) e Pentieiros.

Concelho de Fafe (districto de Braga), com as seguintes freguezias: — Fareja, Fornelos, Arões (S. Romão), Fafe, S. Gens, Arões (S.ta Christina), Antime, Quinchães, Cepães, Silvares (S. Martinho), Silvares (S. Clemente), Armil e Regadas.

Caminho de ferro

A linha da Companhia dos Caminhos de Ferro de Guimarães, linha de via reduzida, entra na folha a O. proximo da freguezia de Palmeira, dirige-se parallelamente ao rio Ave até Caldas de Vizella, sobe depois para N. até Guimarães, e d'ahi para Fafe onde termina.

Encontram-se n'este percurso as seguintes estações: S.to Thyrso, Caniços, Negrellos, Lordello, Vizella, Guimarães, Paçô Vieira, Fareja e Fafe.

Estradas

E. N. n.º 3 — Parte proximo da freguezia de Gavião a O. da folha e dirige-se para N., passando pela freguezia da Cruz (S. Thiago), saindo da região entre as freguezias de Arnoso e Sezures.

E. N. n.º 27 — Entra na folha a N. O. de Guimarães, atravessa esta cidade, e passa pelas freguezias de Rendufe, Villa Nova das Infantas, sobre uma ponte o rio Vizella, e seguindo para S. passa por Felgueiras, Cáramos, e entre as freguezias de Villa Verde e Figueiró, de Ayão e S.ta Christina, até á margem O.

E. N. n.º 31 — Entra na folha a O. junto ao logar da Ribeira, e dirige-se para Guimarães, passando pelas freguezias de Vermoim, Ronfe e Creixomil.

E. N. n.º 32 — Entra na folha pelo angulo S. O., dirige-se a Guimarães, passando por S.to Thyrso, Rebordões, Conde, Nespereira e Urgezes; parte depois da E. N. n.º 27, junto de Paçó, e passa pelas freguezias de Torre, Fafe, e pelo logar da Estrada.

E. N. n.º 36 — Parte da E. N. n.º 32 a S. da freguezia de Nespereira, atravessa Vizella, e dirige-se para a margem S. da folha, passando pelos logares de Carreira Chã, Salgueirinhos, Quintães e Moreira.

E. D. n.º 21 — Parte da E. N. n.º 36, ao S. do logar de Mourisco, passa por Alfeirim, Barrosas, até entroncar na E. D. n.º 28 proximo da povoação de Piaga.

E. D. n.º 22 — Parte da E. N. n.º 36, ao N. da povoação de Raimonda, passa pela freguezia de Raimonda (S. Pedro), pelos logares de Boa Vista e Rocha, e pela freguezia de Carvalhosa, sahindo da folha perto do logar de Raivosa.

E. D. n.º 23 — Parte da E. N. n.º 32, proximo do logar de Morouço, e dirige-se para S. passando pelas freguezias de Carreira e Lamella, vendo-se uma parte d'esta estrada ao N. da freguezia de S.to Thyrso, que dirigindo-se para Villa Nova de Famalicão, passa pelas freguezias de Areias, e Avidos, d'onde parte um ramal para a freguezia de Carreira e Antas.

E. D. n.º 28 — Parte da E. D. n.º 16, perto da freguezia de Rande, e, dirigindo-se para S. passa pela freguezia de Unhão, e pelas povoações de Piaga e Estrada. D'esta estrada vê-se uma pequena porção a ligar com a freguezia de S.to Thyrso.

E. D. n.º 16 — Parte da margem S. da folha perto de Soutello, sóbe para N. até Felgueiras, e dirige-se para E. passando pela freguezia de Pinheiro.

E. M. — Parte da E. N. n.º 31 e passa pela freguezia de Brito.

E. M. — Parte da E. N. n.º 31, perto da povoação de Riba d'Ave, e, seguindo para N., passa no logar da Senhora de Campellos.

E. M. — Parte da freguezia de Brito, terminando na E. M. antecedente, junto ao casal de Borrégos.

E. M. — Parte da E. N. n.º 31, passa na freguezia de Silvares, dirigindo-se para a freguezia de Gondar, e terminando na ponte de Serves.

E. M. — Parte da freguezia de Delães e dirige-se para a freguezia de Sanfins até junto da linha do caminho de ferro, proximo á estação de Caniços.

E. M. — Parte da freguezia de Aves, passa pela estação de Negrellos, atravessa sobre uma ponte o rio Vizella, terminando na E. N. n.º 32, junto do casal de Pedreçal.

E. M. — Parte da E. N. n.º 32 proximo ao casal de Pedreçal, dirige-se para S. até entroncar na E. D. n.º 22, passando perto das freguezias de Roiz e Lamoso.

E. M. — Parte da antecedente e dirigindo-se para N. atravessa em ponte o Rio Ave, passa na estação de Lordello e termina na E. N. n.º 32.

E. M. — Parte da villa de Fafe dirige-se para E. passando pelas povoações de Cavadas, Docim e Rica.

E. M. — Parte da freguezia de Fafe, dirige-se para S. a ligar com a E. D. n.º 16.

E. M. — Parte da E. D. n.º 16, dirige-se para S. até á E. D. n.º 27, passando proximo da freguezia de Macieira de Lixa.

E. M. — Parte da E. N. n.º 27 dirige-se para O. até á freguezia de Vizella (S. Jorge), passando no logar do Calvario e casal de Sequeiros.

Hydrographia

As principaes linhas d'agua que se encontram n'esta região são as seguintes:

Rio Ave — Vem do N. entre as povoações de Levados e Borrégos corre na direcção S. O. passando ao N. da villa de S.to Thyrso, onde tem ponte, e dirige-se para a margem O. da folha.

Rio Vizella — Vê-se na folha entre Guimarães e Fafe, toma a

direcção S. O. até Caldas de Vizella, atravessa esta povoação na freguezia de S. João Baptista, e corre depois para O., desaguando no rio Ave ao N. da freguezia de Rebordões.

Rio Selho — Entra na folha ao N. da cidade de Guimarães, corre na direcção de S. O. passando entre as freguezias de Silvares e Creixomil, Selho e Candoso, indo desaguar no rio Ave junto do Casal de Aldeia.

Rio Sousa — Nasce perto de Felgueiras, corre para S., passando proximo e a E. das freguezias de Sernande, Rande, Lordello, e Cernedello. Alem d'estas linhas d'agua veem-se n'esta região outras, porém de menos importancia.

Orographia

Esta região é bastante montanhosa tornando-se bem notavel a dos valles por onde correm os rios Ave, Visella e Sousa. Veem-se as serras de:

Santa Catharina — Situada proxima e a S. E. da cidade de Guimarães, em direcção N. E. a S. O. e entre as freguezias de Corta e Abação, tem no ponto mais elevado uma capella denominada de Santa Catharina e junto d'esta uma pyramide geodesica cuja cota é de 614 metros.

Serra da Corveà — Situada entre os rios Ave e Vizella, a uma legua a S. O. de Guimarães, em direcção N. E. a S. O., tendo de altitude 411 metros comforme marca o ponto geodesico ali construido e denominado S.ª do Monte.

Serra da Falperra — N'esta região apenas se vê uma pequena parte d'esta serra a N. O. do rio Ave e quasi paralella á sua margem direita; os pontos mais elevados que se notam são os que têem as cotas de 469, 382 e 324, onde estão as pyramides denominadas, Letra, Eiras e Sobreirinho.

Serra da Sitania — Situada a S. E. de S.to Thyrso na direcção

N. E. a S. O. tem na sua maior altitude a pyramide de 1.ª ordem Sitania com a cota de 570 metros.

Alem d'estas serras vêem-se bastantes cabeços a S. E. e E. da folha, tendo todos elles pyramides de 2.ª ordem e cujas cotas variam entre 580 a 377 metros de altitude.

Povoações principaes

Guimarães, Felgueiras, Santo Thyrso, Fafe e Caldas de Vizella.

Guimarães

A muito antiga e famosa cidade de Guimarães, occupa, como povoação, logar tão distincto e proeminente na historia de Portugal, que todas as noticias a seu respeito offerecem grande interesse.

Assenta esta muito nobre e leal cidade em terreno pouco elevado, proximo e na falda da montanha de S.ta Catharina, a qual constitue uma encantadora planicie de notavel fertilidade. A primitiva povoação foi fundada pelos Gallo-Celtas, quinhentos annos antes do Nascimento de Christo, e demorava entre os rios Ave e Avizella, ao pé do monte Latito, que pela sua altitude era muito saudavel, mas que tinha a grande desvantagem de ser falto d'agua. No cume d'este monte fundou se uma torre, *que se manifesta a lugares mui remotos*, como diz o P.e Carvalho.

A egreja parochial de Guimarães, da invocação de S. Miguel, é a primaz do arcebispado de Braga, e de muita antiguidade, como o demonstra a sua architectura. A capella mór é separada do corpo da egreja por um arco de pedra, a que se encostam dois altares, sendo o do lado do Evangelho dedicado a Nossa Senhora da Graça, e o do lado da Epistola a Santa Margarida. N'esta egreja foi bapti

sado D. Affonso Henriques por São Giraldo, Arcebispo de Braga, e na Pia baptismal que se trasladou para a Real Collegiada de Guimarães.

Na villa velha mandou o primeiro Duque de Bragança, D. Affonso, edificar um sumptuoso palacio, que não chegou a ver construido; n'elle residiram alguns dos seus descendentes, o ultimo dos quaes foi D. Duarte, Duque de Guimarães.

Tendo vagado para a Corôa o senhorio de Guimarães, el-Rei D. João I, deu a D. Fernando I 2.º Duque de Bragança; e ao filho primogenito d'este, e do mesmo nome foi então feita mercê do titulo de Duque de Guimarães.

Pelo casamento do Infante D. Duarte, filho d'el-Rei D. Manuel, com D. Isabel, filha de D. Jayme, 4.º Duque de Bragança, a qual lhe levou em dote o senhorio e palacio de Guimarães, o referido Infante tomou o titulo de Duque de Guimarães. N'este titulo e senhorio succedeu seu filho D. Duarte, por cujo fallecimento voltaram para a Corôa.

Para tratar do modo como se fundou a villa nova é necessario remontar a D. Hermenegildo Gonçalves Mendes, Conde de Tuy e do Porto, governador de toda a Provincia d'Entre Douro e Minho, Mordomo-mór da Casa Real, no tempo de D. Affonso III de Leão. Este Conde casou com Mumadona, Tia e collaça d'el-Rei D. Ramiro II de Leão, e foram grandes senhores entre Douro e Minho, e principalmente em terras de Guimarães; no seu testamento feito de accordo com a Condessa sua mulher, determinou elle *que esta podesse dispender a quinta parte da sua fortuna com pobres, peregrinos, viuvas, orphãos ou Egrejas* (G. Estaço, *Varias antiguidades de Portugal* c. I, n.º 4).

Logo que ficou viuva a Condessa Mumadona apressou-se em fazer as partilhas entre os seus cinco filhos, e feitas estas, pediu licença d'el-Rei seu sobrinho e collaço para fundar um mosteiro de frades e freiras na sua quinta de Vimaranes, no qual se recolhesse. O Rei não só concedeu a licença, mas dotou o novo mosteiro com

trinta logares, quasi todos entre os rios Ave e Avizella, e lhe deu mais o seu mosteiro de S. João da Ponte, em 8 de Junho de 927, e, em 18 de Maio de 951, fez-lhe doação da sua quinta de Mellares, junto ao Douro, com seus casaes. Esta doação foi assignada tambem pela Rainha D. Urraca, sua mulher, e por seus filhos. (G. Estaço, cap. 2, n.º 21).

A' fundadora do Convento na quinta de Vimaranes ou Guimarães, convento que havia de ser origem da muito nobre cidade de Guimarães, G. Estaço e com elle o P.e Carvalho, chamam Mumadona, e não dona Muma, ou dona Munia, como vulgarmente era denominada, porque no termo da doação ou *testamento*,[1] exarado n'um livro de pergaminho, que existe (?) no archivo da Collegiada real de Guimarães está nomeada e assignada *Muma dma* (Muma domina).

No cap. 3.º das *Varias Antiguidades de Portugal*, G. Estaço investiga a ordem a que pertencia o Convento de Guimarães; mas como se sabe que o Convento era mixto, ou de frades e freiras, lembra que d'estes Conventos muitos eram divididos por forma, que os frades ficavam separados das freiras, e por isso se chamavam *duplicia*. O Papa S. Gregorio prohibiu justamente estes Conventos, e ordenou que, n'aquelles que existissem, as mulheres continuassem a viver, sendo os frades coagidos a edificar outros.

Não se sabe rigorosamente a que ordem pertencia o Convento, que foi edificado na era de 1324, e portanto no anno de Christo de 1286; não é porem duvidoso que n'elle professou a Condessa Mumadona. Devemos agora notar que Ambrosio de Morales é de parecer que os conventos mixtos eram da Ordem de S. Bento; e que o P.e Carvalho diz, que *os Religiosos e Freyras do Convento de Guimarães eram da Ordem de S. Bento.*

O Convento começou logo com grandes rendas, porque, alem

[1] Os antigos chamavam testamentos ás doações feitas ás Egrejas, para que tivessem effeito certissimo e para sempre.

da larga dotação que lhe fez a rica Condessa fundadora, teve tambem a já referida doação do Rei D. Ramiro II de Leão,

Das condições de ser rico e de nobre origem, e de ser muito frequentado, resultou que logo junto do Convento se fizeram casas para morada dos officiaes, que a elle pertenciam, e para pousadas de peregrinos, o que determinou a concorrencia de vendeiros. Assim se foi fazendo o burgo, que se chamou do Convento de Guimarães, ou de Guimaranes. Estas edificações foram successivamente crescendo, para o que bastante concorreu a resolução dos habitantes da villa velha de se mudarem para a nova povoação, ficando em breve abandonada e arruinada a antiga de que restam raros vestigios.

Observemos ainda que ao Convento de Guimarães se fizeram depois muitas doações, e algumas consideraveis, não só, como dissemos d'el-Rei D. Ramiro II, mas de seu filho o Rei D. Ordonho, que lhe doou a quinta de Moreira, com muitos privilegios. O Rei D. Bermudo II, filho do antecedente, seguiu o exemplo dos seus maiores; depois D. Affonso V de Leão visitou o Convento com a Rainha Geloira, sua mãe, no anno de Christo de 1014, e confirmou todas as suas escripturas e privilegios. D. Fernando I de Leão e de Castella tambem visitou e concedeu beneficios ao Convento de Guimarães. Estes regios exemplos levaram naturalmente muitos grandes senhores a favorecel-o com importantes doações.

Como n'aquelle tempo eram dos Mouros terras do Alemtejo, da Andaluzia, e outras de Hespanha, a Condessa Mumadona receando-lhes as incursões, mandou edificar um forte castello para defesa do Convento e do burgo.

Este castello, largamente dotado, chamou-se de S. Mamede, e foi levantado a pouca distancia do Convento, no monte em que se erguia a villa velha Vimaranense. Era cercado de altas muralhas e flanqueado com sete torres. O Conde D. Henrique, no fim do seculo XI, e depois do seu casamento com a Rainha D. Tareja, veiu n'elle estabelecer a sua Côrte; dentro do recinto das suas toscas

muralhas nasceu, pelos annos de 1094, e creou-se, o primeiro Rei de Portugal.

O castello de Guimarães, de que se veem ainda restos, foi theatro de grandes heroicidades nas guerras entre el-Rei D. Diniz e o Infante D. Affonso, seu filho; e nas guerras da successão entre o Mestre d'Aviz e o Rei D. João I de Castella; foi classificado monumento nacional pelo extincto concelho d'estes monumentos.

As gloriosas e bem succedidas empresas do moço Rei D. Affonso Henriques foram dilatando de anno para anno os seus dominios, e tornaram necessaria a mudança da Côrte para Coimbra, que ficava mais no centro do seu nascente Estado. Com esta mudança viu Guimarães diminuida a sua preponderancia, e perturbado o seu sucessivo e importante desenvolvimento; recebeu porem em breve a larga compensação de ser ainda mais visitado e frequentado o Santuario de Nossa Senhora da Oliveira, e isto devido ao augmento dos territorios dos Christãos, e á segurança com que se percorriam os caminhos. Diz-se que foi visitado, em 1340, por D. Affonso IV de Portugal, este muito devoto Sanctuario, o qual, com exclusão do de Santiago da Galliza, era o mais celebre da Peninsula.

A actual egreja de Nossa Senhora da Oliveira foi mandada construir em 1429, por D. João I, em cumprimento de um voto.

Não correspondeu porem o artista á recommendação do Rei, de que ficasse vistosa na architectura e magestosa na grandeza, a fim de dar completa satisfação em tudo á sua muita vontade de a enobrecer; e não correspondeu porque a egreja é de tres naves, e tem de comprimento apenas quarenta e nove passos desde a porta principal até ao arco que divide o corpo da egreja da capella-mór, e esta ficou tambem muito limitada, e tanto que a mandou fazer de novo el-Rei D. Pedro II, em 1670, sem que se conseguisse dar-lhe a desejada grandeza. Esta egreja vem amplamente descripta pelo P.e Carvalho, no Tomo I, pag. 28, da *Corographia Portugueza*.

O thesouro da egreja da Oliveira compõe-se de preciosas riquezas, entre as quaes prima o celebre oratorio offerecido por D.

João I. Este oratorio foi aprehendido ao Rei D. João I de Castella, na batalha de Aljubarrota.

A antiga villa de Guimarães foi elevada a cidade pela Rainha D. Maria II, em 21 de Junho de 1853.

A cidade de Guimarães é cabeça de concelho e de comarca, e pertence aó districto e arcebispado de Braga.

Guimarães tem ha muito a reputação de ser notavel pelas suas admiraveis industrias de fio de linho, e pelas suas primorosas cutellerias. Na sua Praça de D. Affonso Henriques está levantada a estatua em bronze do fundador da Monarchia Portugueza.

O brasão d'Armas da cidade é constituido, segundo Vilhena Barbosa, por um escudo coroado, tendo em campo de prata a imagem da Virgem com o Menino Jesus nos braços, empunhando na mão esquerda um ramo de oliveira.

O primeiro foral de Guimarães foi-lhe dado pelo Conde D. Henrique.

A cidade e o termo de Guimarães são seguramente dos mais ricos de Portugal em monumentos nacionaes, que o extincto Conselho d'estes monumentos classificou do modo seguinte:

Monumento prehistorico:

Anta da Polvoreira.

Monumentos Lusitano-Romanos:

Citania de Briteiros.

Citania de Sabroso.

Monumentos medievaes, do Renascimento, e modernos:

RELIGIOSOS:

Egreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Egreja de S. Miguel do Castello.

Egreja de S. Domingos (claustro).

Egreja de S. Martinho de Candoso.

Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia.

Estatua de D. Alfonso I
Monumento em Guimarães

MILITARES:

Castello de Guimarães.

CIVIS:

Paços municipaes de Guimarães.

Dizem alguns escriptores: que D. Affonso Henriques, obrigado pela recusa da Rainha sua mãe de lhe entregar o governo de Portugal, travára contra os vassallos do Conde D. Fernando Peres de Trava e alguns portugueses partidarios da Rainha, a batalha de S. Mamede, a qual ganhou no anno de 1128; e que, em resultado da batalha, tendo ficado prisioneira a Rainha, fôra encarcerada por seu filho no castello de Lanhoso, tendo sido, alem d'isto, sujeita aos processos crueis, que eram usuaes n'aquelles afastados tempos.

Contestam outros, e não sem fundamento, que tenha havido da parte da Rainha D. Theresa qualquer difficuldade em entregar o governo ao Infante seu filho, quando, pelo contrario, o vinha a elle de muito associando, como é notorio.

Talvez apenas no louvavel intuito de afastar da Rainha D. Theresa qualquer responsabilidade n'um acontecimento, que, pelo menos, lança uma grande nodoa no começo por muitos titulos brilhante da Monarchia portugueza, offerecem ainda alguns a supposição de que o Conde de Trava procedia por conta propria, quando não fosse de accordo com o seu Rei.

Terminando esta breve noticia, diremos que em favor da Rainha D. Theresa e dos seus movimentos e qualidades, ha argumentos de grande valia e notoriedade; e accrescentaremos o seguinte, que se nos afigura de grande importancia para a elucidação do assumpto: Escriptores de grande nomeada contestam por completo que D. Affonso Henriques tenha mandado encarcerar a Rainha, sua mãe, no Castello de Lanhoso; devemos porem observar que este facto foi o fundamento principal de ter a Egreja recusado a canonisação de D. Affonso Henriques.

Felgueiras

Na região de Entre Douro e Minho, sobre a estrada de Guimarães a Amarante, a 55 km. do Porto, e a 5 km. da margem esquerda do rio Vizella, está situada a bella villa de Felgueiras, cabeça de concelho e de comarca, pertencente ao bispado e ao districto do Porto.

A séde do concelho foi sempre na povoação de Margaride, que nas Inquirições da 1.ª dynastia se chama villa de Margaride.

A povoação de Margaride pertencia á freguezia de S. Felix do Monte. Depois a freguezia mudou de padroeiro e de nome, pois que passou a denominar-se Margaride, e ficou sendo sua padroeira S.ta Eulalia.

Tendo a egreja matriz sido mudada do *Pé do monte*, como ainda hoje se chama o bairro alto da villa, mais para baixo no lado do Poente da povoação de Margaride, talvez então se fizesse a mudança da padroeira e do nome.

Na freguezia de Margaride estão incorporadas as freguezias de S. Martinho do Campo, e a de Santa Maria de Padroso. Esta foi incorporada no meado do seculo passado.

Ainda ha na freguezia de Margaride a povoação de S. Martinho, e ahi o *Campo do Adro*.

Nos documentos antigos chama-se a Felgueiras — Felgueiras rubras ou rubeas — ; o que quer dizer terra povoada de fetos, que tomam um tom avermelhado.

Ainda actualmente assim succede, porque os fetos, quando secam, tomam aquella côr.

O concelho de Felgueiras é anterior ao começo da Monarchia, pois teve foral, dado pelo Conde D. Henrique, confirmado pelo primeiro Rei de Portugal, e reformado por el Rei D. Manuel em 15 de Outubro de 1514.

Nas inquirições feitas nos reinados de D. Affonso II (era de 1258), de D. Affonso III (era de 1296), de D. Diniz (era de 1328) e de D. Affonso IV (era de 1381), se menciona o julgado de Felgueiras.

A elevação de Felgueiras a villa data apenas de 11 de Março de 1846.

O concelho de Felgueiras é limitado pelos concelhos: de Guimarães a N. O.; de Fafe a N.; de Celorico de Basto a L.; de Amarante a Sul; e da Louzada a O.

A villa de Felgueiras, dotada de bons edificios, e cercada de arredores admiraveis, é justamente reputada uma das mais bellas de Portugal.

Os actuaes paços do Concelho, onde está tambem installado o tribunal, foram ampliados em 1877.

A nordeste da villa, e fazendo parte d'ella, fica o Monte de S.ta Quiteria, que até ao fim do seculo XVIII era conhecido pela denominação «Monte de S. Pedro», no cimo do qual se ergue o santuario de Santa Quiteria, e existiam dois vastos e muito frequentados collegios para educação de creanças dos dois sexos, que eram dirigidos por congreganistas de S. Vicente de Paulo.

O julgado de Felgueiras manteve-se até á proclamação do governo constitucional, pertencendo ora á Corregedoria da comarca de Guimarães, ora á Corregedoria da comarca de Penafiel, mas quasi sempre á primeira; pelo decreto de 28 de Junho de 1833 ficou pertencendo á comarca de Amarante. Com a creação da comarca de Barrozas e concelho d'este nome, o julgado de Felgueiras perdeu durante alguns annos, embora poucos, a sua autonomia judicial, para resurgir mais importante e engrandecido, pois adquiriu quatro freguezias que pertenciam ao concelho de Guimarães, duas que pertenciam ao concelho de Celorico de Basto, e seis e parte de tres que eram do concelho de Unhão.

Em cumprimento do decreto de 28 de Fevereiro de 1835, o concelho de Felgueiras foi dividido, para os effeitos judiciaes, pelos novos julgados visinhos.

Pelo decreto de 6 de Novembro de 1836, o concelho de Felgueiras, que por decreto de 18 de Julho de 1835 tinha sido incorporado no districto de Braga, passou para o do Porto, onde se tem conservado.

Ainda por decreto de 18 de Março de 1842 continuou a existir este concelho, que em 1855 foi elevado a comarca, como é actualmente com a classificação de 2.ª classe, merecendo, porem, pela sua população, movimento judicial e mais circumstancias, ser comarca de 1.ª classe.

A comarca tem cinco notarios e quatro officios de escrivães do juizo de direito, e é constituida por 33 freguezias, com cerca de 6:000 fogos e 23:000 habitantes.

No concelho de Felgueiras ha varias lendas e algumas muito interessantes.

Carvalho na sua *Corografia Portugueza*, Tomo I, pag. 121, tratando da freguezia de Santiago de Sendim d'este concelho, diz ser tradição que na Casa de Cirgude, morada e solar dos senhores de appelido Coelho, viveu o Honrado Egas Moniz e que d'elle ficou a imagem de Christo crucificado, na capella que ali ha.

Effectivamente na freguezia de Sendim existe a casa de Cirgude ou Cergude, que a tradição diz ser aquella onde nasceu Egas Moniz Coelho. Foi vendida ha poucos annos pelos Srs. Teixeiras Coelhos, de Villa Real, ao Sr. Alvaro da Fonseca Moreira. Desde a constituição da Monarchia até á venda pertenceu sempre aos Coelhos.

No tempo de D. João I pertencia a Gonçalo Pires Coelho, filho de Pedro Coelho, e genro do governador do Castello de Guimarães por parte de Castella. Este Gonçalo Coelho foi donatario do concelho de Felgueiras por graça de D. João I.

Estava em Cergude, no reinado de D. Sebastião, Gonçalo Coelho da Silva, que por querer estorvar a D. Antonio, Prior do Crato de caçar nos seus dominios, teve dares e tomares com elle, e com a gente de el Rei; e se não fosse a triste jornada de Alcacer-

Quibir, onde elle e o filho morreram, não é facil de presumir o que lhe custaria a contenda.

Ainda existem as paredes de um antigo edificio, e uma pequena capella, na qual nada ha que admirar; nem lá se vê a tal imagem de Christo.

A freguezia de S. Martinho de Cáramos, tem tambem na tradição e na historia interessantes capitulos. Com respeito á sua historia temos que el-Rei D. Affonso Henriques fez couto a um mosteiro que edificou junto da egreja de Cáramos e a toda a freguezia.

O Padre Carvalho conta que esta egreja foi levantada, pelos annos de 1068, pelo Conde Dom Nuno Mendes, Capitão-general, e Governador das terras de Entre Douro e Minho, e Traz-os-Montes, no reinado de Dom Fernando-o-Magno, e foi levantada em reconhecimento de uma grande victoria, que ali obtivera contra os mouros. Este Conde, em 1071, no logar de Pedroso, entre Braga e o rio Ave, foi derrotado e morto por el-Rei Dom Garcia, terceiro filho do referido Rei Dom Fernando.

Dom Gonçalo Mendes, filho e herdeiro de Dom Nuno Mendes, conseguiu escapar da batalha com vida; mas, apezar de ter obtido seguro de el-Rei, achou por melhor fazer-se clerigo, e resolveu edificar um convento no mesmo logar de Cáramos, onde seu Pae mandara construir a egreja a que nos referimos. O convento de Cáramos concluiu-se em 1091.

A pouca distancia para o lado de S. O., e á vista do convento, encontravam-se vestigios de uma fortaleza, que era então um complemento indispensavel para defender os grandes edificios das frequentes correrias dos mouros.

Pombeiro

A freguezia d'esta denominação, pertencente ao concelho e comarca de Felgueiras, está situada n'um valle estreito, que abre ao N. sobre o rio Vizella, e que, segundo a *Benedictina Lusitana*,

tomo II, parte I, cap. VII, podia ter tido como antecessora a villa de Palumbario, que em tempo dos Arabes houve no valle de Pombeiro.

Com effeito na *Benedictina Lusitana* faz-se referencia a duas memorias, sobre o mosteiro de S.ta Maria do Sobrado (primeira denominação do mosteiro de Pombeiro). Na primeira diz-se que por um pergaminho antiquissimo, que existia no cartorio de Pombeiro, o Dom Abbade d'elle, *Frei Hugo*, fez praso a um Domingos Annes de Val de Melhor, pergaminho, que principia assim: *Facimus tibi cartam de nostra Bussa de Payo Capelo, de Villa de Palumbario, usque ad picotum do Sabarral*, etc. (Feita aos 6 de Fevereiro da era DCCCVII, que é o anno de Christo de 769).

Convem recordar que depois da conquista romana, e na Edade Media, a designação de villa indicava um agrupamento de predios rusticos, pertencentes a um mesmo dono, o qual tinha ordinariamente ali domicilio e casas de habitação para pessoas de familia, ou para rendeiros das terras da villa.

Se a villa era importante, ficava seguramente nas proximidades de um castello ou fortificação, a que se podesse pedir soccorro ou acolhimento; a villa de Palumbario teria portanto sido contemporanea do castello de S.ta Cruz e do primitivo mosteiro de Pombeiro, cuja origem se perde na noite dos tempos.

Era de frades Bentos o mosteiro de Santa Maria de Pombeiro; está situado ao pé do monte Columbino,[1] que fica do lado do S. do rio Vizella. Segundo o Padre Carvalho este mosteiro teve duas fun-

[1] Segundo obsequiosas informações do Sr. Dr. Antonio Lobo Ribeiro de Magalhães, illustre filho de Felgueiras, não se sabe onde era o Monte Columbino, nem a villa de Palumbario. Os escriptores da vida de Santa Quiteria querem que esse monte seja o que se chamou monte de S. Pedro, e agora se chama monte de Santa Quiteria, e em cujas vertentes sul e poente corre a villa de Felgueiras. Nada ha que justifique esta opinião.

dações, sendo a primeira perto do rio n'um logar chamado o Sobrado.

A segunda fundação, que principalmente nos interessa, levantou-se um pouco abaixo da primeira, n'um sitio cercado de montes; foi devido a D. Fernando-o-Magno, que, a pedido dos frades, a ordenou pelos annos de Christo de 1041.

Para se fazer ideia da sumptuosidade do mosteiro de Pombeiro, remettemos o leitor para o Tomo VIII da *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, que, sob o titulo Pombeiro, apresenta quatro estampas de vistas primorosas: uma parte do claustro do mosteiro de Pombeiro, côro da egreja, capella-mór, e fachada principal do templo.

No começo do seculo XVII os frades benedictinos do convento do Pombeiro entregavam uma grande parte dos seus fóros aos frades jeronymos de Belem, para assim contribuirem para as despezas que se faziãm com as viagens da India. Os frades jeronymos fundaram então na villa de Felgueiras um hospicio para arrecadarem os fóros.

Offerece importantes noticias para a historia de Portugal o convento de Pombeiro, que, pelos annos de 1564, ficou pertencendo ao Senhor D. Antonio, Prior do Crato, filho do Infante D. Luiz, Duque de Beja, e candidato infeliz ao throno de Portugal.

O convento de Pombeiro foi incendiado por occasião da segunda invasão franceza, e estava-se reedificando, mas com mais amplidão, quando foi extincto em 1834. Escapou a egreja, que ultimamente foi considerada monumento nacional; deve porem observar-se que este acto de justificadissima classificação só se praticou tarde, e quando eram grandes as deteriorações do templo, altamente precioso e de tão antigas e bellas tradições.

Foi n'este templo, e no da Senhora da Oliveira, de Guimarães, que D. Affonso Henriques armou os seus cavalleiros.

Do convento existe: a parte nova denominada — Hospedaria —, que é casa de habitação do seu proprietario; a cella do Dom Abbade, que está convertida em casa de lavoura; e uma pequena casa que servia de residencia.

O chafariz de pedra, que estava no centro do claustro, pertence agora ao Sr. Conde de Castello de Paiva, que o tem na sua quinta em Castello de Paiva.

Pombeiro era couto, incorporado no julgado de Felgueiras.

Ha em Pombeiro, e no seu lado poente, um logar ou povoação que se denomina Pombeirô. Quasi ao fundo d'esta povoação ha outra, que agora se chama «Rua do Pinheiro», e que nos documentos antigos se chamava «Rua do Burgo do Pinheiro».

O leito d'esta rua é o da antiga via romana de Amarante a Braga.

A rua começa nos limites da freguezia de Pombeiro, sendo a primeira casa o solar dos Sampaios e Mello, que foram padroeiros do Mosteiro de Pombeiro, e que teem dois tumulos de pedra á entrada da egreja do Pinheiro, e dos quaes foi ultimo dono o Barão de Pinheiro de Riba Vizella, fallecido no corrente anno (1913) — A rua continua-se dentro da freguezia de Villa Fria.

Talvez a povoação de Pombeirô corresponda á antiga villa de Palumbasio, e seja o monte Columbino aquelle em cuja encosta assenta a referida povoação, encosta que é o começo de uma serra, que seguindo por Felgueiras, Lousada, Paços do Ferreira e S.to Thyrso, vae terminar na serra d'Agrella, perto de Ermezende.

Unhão

A freguezia de Unhão foi séde do concelho d'este nome, do qual e conjuntamente das Honras de Meinedo (em Lousada), e de Cepães (em Fafe) foi donatario o Conde de Unhão, o qual n'esta freguezia tinha um palacete denominado «Paço de Unhão». Perto e ao nascente existia a casa dos Paços do Concelho, e por baixo uma pequena cadeia. Ha annos foi demolida esta pequena casa.

Durante a primeira dinastia não havia o concelho de Unhão, pertencendo a freguezia d'este nome a Felgueiras. Das inquirições consta que Unhão era uma *Honra*.

O portico da egreja de Unhão tem valor artistico e denota antiguidade.

Esta egreja era commenda da Ordem de Christo.

O concelho de Unhão teve foral dado por el-Rei D. Manuel em 20 de Maio de 1515. As freguezias do concelho de Unhão foram repartidas pelos de Felgueiras e Louzada.

O ultimo Marquez de Niza, representante dos Condes de Unhão, vendeu ao Barão do Calvario, natural de Felgueiras, e residente em Penafiel, a Casa do Paço, abrangendo predios rusticos e urbanos, e dominios directos, por causa dos quaes o Barão do Calvario teve largos e porfiados pleitos.

Depois o Barão do Calvario vendeu a Casa do Paço á Irmandade da Senhora do Rosario de Unhão, que a converteu em hospital, e a está administrando.

Esta Irmandade transformou-se em Misericordia, ha poucos annos.

Santo Thyrso

No começo do seculo XIX, principiou a denominar-se de Santo Thyrso o antiquissimo concelho de Refoios de Riba d'Ave, ao qual el-Rei D. Manuel deu foral novo em 1 de Outubro de 1513. O concelho tinha porem obtido, no reinado de el-Rei D. Diniz, uma sentença de foral em 1307.

Na região teem sido manifestadas muitas minas, principalmente de ferro e de manganez.

A villa de Santo Thyrso, cabeça de concelho e de comarca, pertence ao districto e bispado do Porto; a sua situação n'um terreno pouco elevado, e cercado de frondoso arvoredo, torna-a uma das mais formosas povoações da provincia do Douro. A villa do lado do N. é banhada pelo rio Ave, sobre o qual tem uma bella ponte que a põe em communicação com a estação do caminho de ferro de Guimarães ao Porto; do lado do S., é ladeada pela estrada nacional n.º 32 do Porto a Villa Pouca d'Aguiar.

Santo Thyrso, possue excellentes edificios modernamente construidos, mas a grande maioria dos seus importantes melhoramentos é devida ao benemerito Conde de S. Bento, que não hesitou nunca em dispender da sua grande fortuna, tudo quanto podia concorrer para o desenvolvimento e prosperidade da terra natal.

No Tomo II, da *Benedictina Lusitana*, pag. II, que trata dos Mosteyros Benedictinos, que se fundaram ou reedificaram até ao anno de 800, apparece em primeiro logar o celebre Mosteiro de Santo Thyrso, porque a data mais antiga que o autor d'elle encontrou nos archivos do Mosteiro, é dos annos de Christo de 770.

Para a determinação do sitio em que foi fundado, basta considerar que o rio Ave, nas ultimas quatro leguas do seu curso, antes de entrar no Oceano junto de Villa do Conde, divide com a sua corrente o arcebispado de Braga do bispado do Porto, e que a fundação do Mosteiro se fez na localidade em que principia esta divisão. O rio Ave passa tão proximo, que as suas aguas serviam de muro e cerca ás hortas, pomares e campos, que constituiam as dependencias do mosteiro para a parte do Nascente.

A situação do Mosteiro é equidestante da cidade do Porto, que lhe fica a quatro legoas para o lado do Sul, e da cidade de Braga a quatro legoas para o lado do Norte.

Deixemos aqui consignado que a cidade hespanhola de Toledo é a patria do glorioso martyr Santo Thyrso, em honra de quem se erigiu o nobre mosteiro d'esta invocação.

Com respeito á primeira fundação do Mosteiro de Santo Thyrso, a *Benedictina Lusitana* dá-a como sendo muito anterior á entrada dos Mouros em Hespanha. Conta porem que segundo o *Nobiliario* do Conde Dom Pedro, el Rei D. Ramiro II, que principiou a reinar em Leão pelos annos de Christo de 931, *tendo noticia da formosura de uma moura*, chamada ZAHARÁ (que quer dizer flor), buscou ordem para a furtar do Castello de Gaya, em que vivia com um seu irmão, capitão ou senhor do Castello e toda a mais terra até Santarem, de nome *Alboazar Alboeadão*. E depois de baptizada

com o nome de Artiga (perfeição) teve d'ella filhos, de que procederam illustres familias.[1]

D'estes filhos o Infante Dom Alboazar Ramires, e sua mulher D. Helena Godiz, fundaram o Mosteiro de S. Nicolau, a que chamam de Santo Thyrso de Riba d'Ave.[2] Concilia-se esta asserção do Conde Dom Pedro com a da primeira fundação de Santo Thyrso, partindo do principio de ter ficado este mosteiro tão arruinado pelas incursões dos mouros, que bem se pode dizer que foi fundado de novo pelo Infante Dom Alboazar Ramires.

Deve observar-se que o autor da *Benedictina Luzitana* contradiz por completo o Conde D. Pedro, quando este declara a S. Nicolau orago do Mosteiro; e para a contradição apoia-se tambem na doação que fez de couto a este Mosteiro, pelo anno de 1094, D. Soeiro Mendes da Maya nos termos seguintes: *sancti Thyrsi gloriosi Martyris, in cujus nomine dedicata est ipsius templi aula.*[3]

Entre os edificios que superiormente ornamentam e aformozeam a villa, alem da estatua do Conde de S. Bento, merecem referencia especial o Hospital e Escola, mandados construir pelo caritativo titular.

A opinião de ser de fundação antiquissima a villa de Santo Thyrso, assenta principalmente em que a egreja do extincto mosteiro benedictino, que n'ella existe, foi originariamente templo romano. A investigação da epoca em que passou a ser egreja christã não pode levar a conclusões seguras, pela falta de documentos coevos. Parece porem, com muitas probabilidades, que foi templo do culto catholico durante a dominação dos Suevos.

---

[1] Nobiliario do Conde D. Pedro, pag. 4.

[2] Nobiliario do Conde D. Pedro, pag. 117. Onde se lê: «a qual com seu marido fundaram o Mosteiro de S. Nicolau, que ora chamam S. Thyrso de Ribadlaves».

[3] A doação do couto de Santo Thyrso, que D. Soeiro Mendes da Maya lhe fez, encontra-se a pag. 28 da Benedictina Luzitana

Quando foi da invasão dos Arabes, em 716, não se sabe se os monges abandonaram o mosteiro, ou se, mediante o pagamento de tributo, conseguiram auctorisação para continuarem a funccionar como communidade religiosa, mas sabe-se que em 927, estando bastante arruinado, foi mandado reedificar por D. Alboazar Ramires, filho de D. Ramiro II, Rei de Leão.

A egreja do mosteiro, que é matriz da freguezia, dedicada a Santa Maria Magdalena, está situada num espaçoso largo, no centro do qual se admira um cruzeiro de marmore côr de rosa.

Segundo Pinho Leal: «O templo é vasto e magnifico, e foi construido com grande solidez. A parte mais antiga do edificio é o claustro, com a dimensão de 27^{m} por 25^{m}; tinha preciosos azulejos, e foi muito damnificado ha annos por um incendio. Os seus quatro lanços são abertos em arcos, sustentados por 122 duplas columnas, cujos capiteis mostram em grosseiros relevos, cabeças de mouros, harpias, leões, e differentes ornatos, todos variados, de modo que se não acham dois eguaes.

O mosteiro foi reconstruido, cerca de 1650, pelo celebre architecto militar e religioso, Frei João Turreano, de cujo elevado merecimento tivemos occasião de fallar quando tratamos da edificação da torre do Bugio.

No claustro distinguem-se claramente as galerias inferior e superior; esta pertence á reconstrucção geral a que fizemos a referencia anterior; aquella é obra muito mais antiga, e classificada como sendo dos seculos XII ou XIII.

Quando se procedia á reedificação da egreja, achou-se, embutido em uma da suas paredes, um tumulo de pedra, ainda inteiro e contendo cinzas. Tinha esculpidas as aguias imperiaes, e por baixo d'ellas a inscripção:

L. VALERIUS SILVANUS MILES
LEG. VI VICIT VIRIATUM

(Lucio Valerio Silvano, militar da 6.ª Legião, que venceu Viriato).

Com quanto muito antiga, a povoação de Santo Thyrso só recebeu a cathegoria de villa, por decreto de 24 de Janeiro de 1861.

Fafe

Segundo é voz corrente, esta agradavel povoação tomou o nome do solar de Fafe, pertencente á familia do rico-homem, D. Fafez Luz, que foi alferes-mór do Conde D. Henrique, pae do primeiro Rei de Portugal. A sua importancia era tão grande em 1840, que mereceu n'aquelle anno a elevação a villa.

Fafe pertencia ao extincto concelho de Monte Longo, que deveu a el-Rei D. Manuel a consideração de lhe conceder foral, a 5 de Novembro de 1513.

A villa de Fafe, cabeça de concelho e de comarca, do districto e arcebispado de Braga, é atravessada longitudinalmente pela estrada nacional n.º 32, e banhada pelo rio Vizella, affluente do rio Ave, como dissemos.

A fundação de Fafe é de remota antiguidade, tendo sido presumivelmente habitada pelos Celtas, e pelos Romanos sem duvida desde que, pelas excavações em 1870 para a construcção da capela de Santo Ovidio, se encontraram algumas moedas romanas e uma estatua callaica, que está na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães. Qualquer porem que seja a antiguidade de Fafe, é muito moderna a sua importancia.

Os Coutos de Moreira de Rey e de Padraido, e a Honra de Cepães, ficavam no termo do Concelho de Monte Longo. Da descripção que d'estes Coutos e Honra faz o P.e Carvalho na *Corografia Portugueza*, pag. 157 e 158, extractamos as seguintes noticias:

O Couto de Moreira de Rey pertencia á Corôa, como o seu nome indica, e tinha o privilegio das Taboas vermelhas de Nossa Se-

nhora da Oliveira de Guimarães. Este couto tinha sido primitivamente villa com foral dado por el-Rei D. Affonso Henriques e confirmado por D. Affonso II.

O Couto de Pedraido era das freiras de Arouca, da Ordem de S. Bernardo; mas nem toda a freguezia era couto.

O padroado da Honra de S. Mamede de Cepães foi doado ao convento de Pombeiro pelos Infantes Affonso Sanches, e sua mulher Dona Tareja, em 6 de Outubro de 1318, por estar n'elle sepultado seu sogro e pae Dom João Affonso de Albuquerque e Menezes, Conde de Barcellos, e Mordomo-mór de el-Rei D. Diniz.

A creação da comarca de Fafe, por decreto de 3 de Agosto de 1853, deve ser reputada como data do inicio do progresso e desenvolvimento d'esta villa, e tambem do augmento da sua area, enobrecida com bellos edificios.

A villa distingue-se pelo seu elegante assentamento sobre uma eminencia, e pelo notavel accio das suas ruas e largos. Na *Encyclopedia Portugueza Illustrada* encontra o leitor uma interessante descripção d'esta joia da provincia do Minho.

Citania de Briteiros

MONUMENTO NACIONAL LUSITANO-ROMANO

Nas notas da *Introducção á archeologia da peninsula*, pag. 158, o douto e mallogrado escriptor Filippe Simões, apresenta um muito valioso resumo da estação archeologica «Citania de Briteiros». D'este resumo extractamos a seguinte noticia:

No monte de S. Romão de Briteiros, entre Braga e Guimarães, a pequena distancia das Taipas, encontram-se umas ruinas, mencionadas desde o seculo XVI pelos antiquarios, que teem discutido, sem chegarem a conclusões seguras, qual seria a povoação a que teriam pertencido em tempo dos Romanos.

As explorações do Sr. Francisco Martins Sarmento, feitas pe

los annos 1884 e 1885, lançaram grande luz sobre este importantissimo problema archeologico. As moedas e inscripções, que se encontraram, demonstram a existencia da povoação no tempo dos Romanos; appareceram porem vestigios representantes de uma civilisação anterior, que *na Peninsula, á falta de estudos, não se destaca ainda claramente das trevas prehistoricas.*

Estes vestigios offerecem-nos a promiscuidade dos caracteres romanos com os de outros alphabetos, ou com lavores esculpidos de outro estylo, tudo conjunctamente nas mesmas pedras.

Depois das grandes explorações, que ultimamente ali se emprehenderam, veem-se os restos das quatro muralhas, que defendiam a povoação pela parte do sul e poente; percorrem-se as ruas e praças, algumas d'ellas lageadas com losangos de granito perfeitamente apparelhados; entra-se nas casas em cujas paredes, conservadas de pé até certa altura, muito bem se observam todas as particularidades de construcção.

Vem de longe chamarem-se *ruinas* da Citania ás do monte de S. Romão. Esforçaram-se porem alguns escriptores, mas inutilmente, para fazer esta palavra equivalente da Cinnania ou Cinninia, mencionada por Valerio Maximo.

Citaremos a opinião de Gaspar Estaço, exarada no Cap. XIX das suas *Varias Antiguidades de Portugal*, em que o autor prova que Citania não é a cidade Cinnania de Valerio Maximo.

No referido capitulo lê-se que para o lado do Norte, e a legua e meia de Guimarães, existe um monte alto, em que o vulgo diz que foi uma cidade chamada Citania. Fr. Bernardo de Brito (*Monarchia Lusitana*, lib. III, cap. XIII) escreve, que desejando muito saber onde existiu a antiga Cinnania, depois de muitas deligencias veiu dar ás ruinas, com sinaes de muros e torres, que elle julga serem as de Cinnania, a que por corrupção os naturaes denominam de Citania.

Ora G. Estaço sustenta que Citania (apesar da semelhança do nome), não pode ser a Cinnania de Valerio Maximo e argumenta do seguinte concludente modo:

Sendo Valerio Maximo cidadão romano, devia julgar a Lusitania demarcada pelos limites estabelecidos pelos Romanos, que eram, da parte do sul e do occidente, toda a costa que vae da foz do rio Guadiana á foz do rio Douro, e d'ali *agua arriba* até quasi vinte e cinco leguas, d'onde partia pelo certão uma linha até ao Guadiana. Segundo esta demarcação, a Lusitania da parte do norte começava no rio Douro, o que Plinio expressa nas palavras, que já tivemos occasião de transcrever: *A Durio Lusitania incipit, Turduli veteres, etc.*

Valerio Maximo affirma que Cinnania era cidade da Lusitania; devia portanto estar comprehendida nos limites que acabamos de indicar. Estando porem as ruinas de Citania entre Braga e Guimarães, e pertencendo esta região á provincia de Entre Douro e Minho, que fazia parte da Galliza conforme a demarcação romana, segue-se que a cidade de Cinnania não podia ser a de Citania.

O Dr. André de Rezende é tambem da opinião de G. Estaço, porque no *Liber*. 3, *De Antiquitatibus Lusit.*, (pag. 179), diz que a provincia da Lusitania quasi toda se deu a Bruto, tirando a cidade de Cinnania.[1] E logo immediatamente diz que Bruto tambem accometteu aos Bracaros, gente da Galliza, e houve d'elles uma grande victoria. N'estas palavras chama Galliza á terra que pega com a Luzitania, que é a provincia de Entre Douro e Minho. Estando pois Cinnania na Lusitania, e sendo o outeiro de Citania na Galliza, em nenhuma maneira pode elle ser a Cinnania de Valerio Maximo.

N'«*O Minho Pittoresco*» vem a gravura da *Pedra Formosa* da Citania de Briteiro. O estylo da ornamentação d'esta pedra e de outro fragmento é caracteristico; no desenho dos ornatos predominam

[1] *Bruto igitur hic Lusitaniam usque ad Oceanum perdomuit. Quamquam ut Valerius Maximus libro sexto, capitè quarto ait: «Pene tota se ei sponte dedit, praeter Cinniam urbem, quae pertinaciter arma retinebat», ut in superioribus diximus.*

os circulos concentricos, as espiraes, e as cordas torcidas. Na Galliza achou-se um vaso de bronze, cuja ornamentação essencialmente differente do estylo dos Romanos ou de quaesquer outros dos povos que denominaram na Peninsula, tem os mesmos elementos mencionados, e, por isso, toda a similhança com o da Citania.

As casas descobertas dos castros da mesma provincia são tambem analogas ás da Citania.

Nas ruinas de algumas das habitações que se tem desenterrado nos castros, verificou-se que eram formadas por paredes duplas, separadas por um pequeno intervallo.

Em Sabroso, proximo de Citania, encontraram-se vestigios semelhantes de casas com paredes duplas.

Com respeito á chamada *Pedra Formosa*, lê-se no *Diccionario Popular* de Pinheiro Chagas, que nas escavações a que mandou proceder na Citania o muito esclarecido Sr. Francisco Martins Sarmento, verdadeiro benemerito da sciencia, se encontraram variadissimos objectos, abundando sobretudo fragmentos de barro de muitas qualidades e formas. Descobriram-se tambem algumas sepulturas; mas o achado mais notavel é o da *Pedra Formosa*, junto da cidade, que não estava recoberta de terra, e que, havendo sido descoberta no seculo XVIII, fôra pelo abbade de uma freguezia proxima, transportada para o adro da sua egreja, onde se deparou ao Sr. Martins Sarmento, que a adquiriu por compra e restituiu ao seu antigo logar, hoje tambem propriedade sua.

A *Pedra Formosa* é uma grande lage de granito, coberta de relevos e ornatos, esculpidos na pedra. A opinião mais seguida, a seu respeito, é a de que foi uma mesa de sacrificios. Os ornatos teem um caracter pronunciadamente celtico, e bem assim uma rude escultura representando duas cabeças; o mesmo succede com uma estatua cuja cabeça está infelismente carcomida de modo que se não pode estudar... Mas a par d'estes pronunciados vestigios celtas, apparecem outros cuja origem é evidentemente romana, e por tal forma misturados com os primeiros, que é forçoso attribuil-os á

mesma epocha: taes são a forma e a materia dos fragmentos de barro, e o uso de calçar as ruas e as praças.

Não podemos nem devemos demorar-nos em extractar as considerações archeologicas sobre a Citania de Briteiros, a que dedicou muito proficiente estudo o sabio Martins Sarmento, e que mereceram profundas investigações a outros sabios, entre os quaes destacaremos o Dr. Hubner.

Terminamos pois esta breve noticia, transcrevendo textualmente d'*O Mundo Pittoresco*, Tomo I, pag. 621, o seguinte:

. . . . . .

«Se se perguntar em que epocha foi estabelecida a estação da Citania, dados muito importantes existem n'ella para resolver a questão... Está positivamente demonstrado que o ultimo periodo, pelo menos, durante o qual foi habitada a Citania de Briteiros, coincide com o tempo da dominação romana, isto é, com os primeiros imperadores.

«Parece que pela primeira vez, temos aqui a prova da existencia de uma cidade, em grande parte prehistorica, que se manteve sob o dominio romano...

«Em Sabroso, pelo contrario, não se tem achado inscripção ou objecto, que possa denunciar a presença dos Romanos; mas os indicios de infiltração de uma civilisação italica não deixam de apparecer em abundancia...

«Não pretendo dizer que esta civilisação seja, no seu conjuncto, italica; parece-me até, que para alguns productos, especialmente ceramicos, os modelos foram trasidos de mais longe do oriente».

. . . . . .

Os subsidios mais importantes para o estudo da civilisação gallica, pela qualidade, numero e variedade, são fornecidos pelas ruinas da Citania de Briteiros.

Caldas de Vizella

O logar de Caldas de Vizella, do concelho de Guimarães, dista 10 km. da séde do seu concelho, e está situado proximo do rio Vizella; a invocação da sua freguezia é S. João Baptista. Tornam afamado este logar as suas aguas sulfurosas, que brotam com temperaturas que variam entre 32° e 57°,5 centigrados. As 55 nascentes d'estas Caldas estão divididas em tres agrupamentos: Lameira, Velmense e Mourisco; o chamado *banho do doutor* é fornecido por uma nascente especial.

Tendo-se descoberto, em 1774, junto das thermas, um tanque de 20 palmos de largura por 20 de comprimento, lavrado e muito bem feito, com degraus de mosaico, evidentemente obra romana, chegou-se por este modo authentico á conclusão de que estas aguas já eram usadas no tempo dos Romanos.

E' tradição que n'este sitio houve um templo dedicado a Ceres; mas não existe qualquer vestigio, nem do templo, nem da povoação que os Romanos ali edificaram, e que dariam preciosas indicações para estudo tão interessante.

A povoação das Caldas de Vizella, que é muito agradavel e pittoresca, adquiriu grande desenvolvimento, graças aos seus banhos que vão sendo successivamente mais apreciados e frequentados; para o que muito concorre o estabelecimento balnear que ali se fundou no anno de 1874, e em que se consideraram todos os preceitos recommendados pelas leis da hygiene.

A região é povoada de bellos e copados arvoredos.

Folha n.º 13-g (Idanha-a-Nova)

As coordenadas geographicas dos pontos representados n'esta folha acham-se comprehendidas entre cerca de 39º 51' e 40º 2' de latitude norte e 1º 45' a 1º 52' de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Esta região estava representada nas folhas n.os 17 e 18 da Carta chorographica na escala de 1/100000; nos respectivos trabalhos de campo collaboraram os officiaes do exercito, Gerardo Augusto Pery, Joaquim Manoel Moura Lima Condestavel, Cezar Augusto Barradas Guerreiro e Sr. Marianno Antonio d'Azevedo, nos annos de 1866 e 1867. Os trabalhos de revisão e ampliação por meio de pranchetas de campo para a escala de 1/50000 foram executados em 1907 pelo capitão de artilharia, Sr. José Augusto Pereira Gonçalves Junior.

Comprehende esta região parte dos concelhos de Idanha-a-Nova, Castello Branco e Fundão, pertencentes ao districto administrativo de Castello Branco.

Do concelho de Castello Branco encontram-se as sédes das seguintes freguezias: Louza e Matta.

Do concelho de Idanha a Nova encontram se as seguintes fre-

guezias: S. Miguel d'Acha, Oledo, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Alcafozes e Zebreira.

Do concelho de Fundão nenhuma séde de freguezia se encontra.

Estradas

Não tem esta região caminhos de ferro e tambem são poucas as estradas a macadam que a servem.

As estradas que atravessam a região são as seguintes:

E. D. n.º 118 — Parte da E. N. n.º 54 na ponte de S. Gens, passa pela freguezia de Oledo, atravessa a freguezia de Idanha-a-Nova e o rio Ponsul sobre uma ponte e termina proximo do limite S. da folha, a 9 kilometros da referida ponte.

E. N. n.º 16 — Vê-se dois trôços d'esta estrada, um no angulo S. O. da folha atravessando o rio Ponsul; outro no angulo S. E. que passa pela freguezia de Zebreira.

E. N. n.º 54 — Entra n'esta região ao N. passa pela freguezia de S. Miguel d'Acha e dirige-se para S. O. desapparecendo proximo da povoação de Catrara.

E. M. — Liga a freguezia de Idanha-a-Nova com a de Alcafozes.

E. M. — Parte da freguezia de Idanha-a-Nova e dirige-se para N. á freguezia de Proença-a-Velha, da qual ainda se veem algumas casas.

Hydrographia

As linhas d'agua principaes que correm n'esta região são:

O rio Ponsul — Entra no limite N. da folha e corre na direcção N. E. a S. O. passando por Idanha-a-Velha e proximo de Idanha-a-Nova.

Ribeira das Taliscas ou rio Torto — Corre na direcção N. S. sendo affluente do rio Ponsul na margem direita.

Ribeira de Canissa — Corre na direcção N. S. passa a E. da freguezia de Oledo e vae desaguar no rio Alpreade.

Rio Alpreade — Affluente do rio Ponsul na margem direita, corre na direcção N. S. passando a O. das freguezias de S. Miguel d'Acha e Oledo, indo desaguar no rio Ponsul ao S. da povoação do Coito do Godinho.

Ribeira d'Aravil - Nasce a E. da freguezia de Alcafozes, corre na direcção N. E. a S. O. recebendo como affluentes os ribeiros: das Corujas, d'Archetona e das Areias.

Ribeira de Toula — Entra a E. passa a sul de Toulões corre a S. O. indo desaguar na ribeira de Aravil, recebe proximo do logar de Toulões os ribeiros do Malhão e dos Amarellos.

Ribeira da Toulica — Entra a E. e corre paralellamente á ribeira de Toula.

Orographia

Esta região é pouco accidentada, comtudo o terreno forma varias pregas por onde correm as differentes linhas d'agua.

O ponto culminante que se encontra n'esta folha é o marcado pela pyramide geodesica Morracha, situada na serra do mesmo nome e a N. da povoação de Toulões, cuja cota é de 574 metros de altitude.

Proximo d'este ponto e para N. encontram-se outros em que estão situadas as pyramides geodesicas Valle de Cafede, Susello, Gonsalinho e Vieiros, com as respectivas cotas de 420, 408, 404 e 468 metros de altitude.

Na parte restante da região representada na folha, encontram-se elevações formando cumeadas que se intercalam entre as linhas d'agua, mas todas de altitudes inferiores ás já mencionadas.

Povoações principaes

Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova.

Idanha-a-Nova

Esta villa da provincia da Beira Baixa é cabeça de concelho de 3.ª Ordem, e de comarca de 2.ª classe, e pertence ao districto de Castello Branco, e ao bispado de Portalegre. Tem uma unica freguezia de que é orago Nossa Senhora da Conceição.

Banha a região de Idanha-a-Nova, pelo lado do S. o rio Ponsul, o qual com o rio Tejo forma do concelho quasi uma peninsula.

A villa, situada em terreno alto e aspero, é cintada pelos muros arruinados do castello, que ali mandou edificar, em 1178, D. Gualdim Paes, o famoso Mestre dos Templarios.

Deve notar-se que nos primeiros tempos da Monarchia, as villas raianas e os pontos estrategicos eram fortificados com obras passageiras; as muralhas tinham dois metros de grossura, para o alçado de 14 a 15^{m}. Com as torres succedia o mesmo, devendo considerar-se, como bem observa o illustre archeologo, Sr. Dr. Luiz de Figueiredo da Guerra, que as velhas torres medievaes não eram ameiadas na Peninsula embora os Romanos usassem de ameias.

A villa possue Misericordia; hospital; sete ermidas; estação telegrapho-postal de 2.ª classe, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales. Possue tambem uma bibliotheca escolhida de 600 volumes, que lhe foi doada pelo Conselheiro José Silvestre Ribeiro, que era natural d'esta villa.

A mais proxima estação ferro viario é a de Alcains.

Na Camara Municipal de Idanha-a-Nova foram registadas, em

Março de 1871, nove minas, sendo trez de chumbo, duas de chumbo argentifero, duas de galerias de chumbo, uma de chumbo e ferro, e uma de ferro, manganez e outros metaes.

Idanha-a-Nova teve começo no referido castello, cuja construcção se deve a D. Gualdim Paes, sendo a sua população augmentada com a Idanha-a-Velha. Foi D. Sancho I, que em 1206 doou a povoação aos Templarios, sendo seu Mestre D. Fernando Dias.

Confirmou a doação D. Affonso II em 1218, e deu a cathegoria de villa ás duas Idanhas, ás quaes D. Manuel deu foral novo em 1510, e como brasão a esphera armillar.

A villa possuia um convento de frades franciscanos, da provincia da Piedade (de Santo Antonio), tendo-lhe sido lançada a primeira pedra por fr. Custodio da Guarda, a 2 de Setembro de 1630.

Idanha-a-Velha

O Sr. Dr. Felix Alves Pereira, a quem devemos os inolvidaveis obsequios das importantes noticias sobre Arcos de Val de Vez e Suajo, sabendo, por acaso, que n'este Tomo III entrava a Folha n.º 13-g, que abrange Idanha-a-Velha, quiz augmentar a nossa grande divida de reconhecimento enviando-nos as seguintes e eruditas notas sobre esta antiga cidade, pelas quaes lhe apresentamos aqui a expressão do nosso muito sincero agradecimento.

«Idanha-a-Velha pertence ao numero das povoações que, no solo de Portugal, foram outr'ora importantes centros de vida social, e hoje são perfeitos cadaveres de pedra, que o tempo descarna. Quem estas linhas escreve fez, ha annos, n'essa vetusta aldeia, algumas campanhas de estudo arqueologico, de modo que se limitará a ser verdadeiro, deixando á parte as costumadas fantasias dos antigos chorographos.

Idanha-a-Velha jaz em um pequeno outeiro, rodeado em parte pelo rio Ponsul, mas cercado de terrenos mais elevados, de forma que só se avista muito de perto, surgindo primeiro as ameias da escurecida barbacan do seu castello. E' triste a paisagem, é escuro o conjuncto, nem ha ruinas alegres e claras. De duas épochas são os importantissimos vestigios da antiguidade, que as suas muralhas encerram, da romana e da mediévica. A' primeira epocha pertencem:

As numerosas inscripções romanas, que se encontram por toda a parte dentro e fóra da velha aldeia; no lagedo das ruas, nas paredes das casas e palheiros, no paramento e no recheio das muralhas, sem embargo d'estas serem medievaes, porque foram construidas com os restos da epocha precedente. Essas inscripções estão actualmente no Museu Etnologico de Belem, ou no proprio original em pedra, ou em reproducções de gesso. Já começaram a ser publicadas no *Archeologo Portuguez*. E' importante o estudo d'esses antigos monumentos, quasi inteiramente do periodo imperatorio. Pela sua quantidade, pela aparatosa execução de alguns e pela sua natureza epigraphica, se infere que n'aquelle mesmo local deve ter existido na epocha romana, uma populosa e rica cidade, cujo nome porem não conhecemos ainda. As inscripções apenas nos dizem o nome etnico dos habitantes da região circumdante; eram os *Igeditani*. Pela indole filologica dos onomasticos empregados se fica sabendo tambem que abundavam ali as personalidades de sangue celtico, cujos primeiros representantes invadiram a peninsula hispanica no seculo VI, antes da era christã; ao lado das pessoas havia tambem nomes de divindades da mesma origem, cujo culto continuou a ser celebrado com epigrafes, redigidas em lingua latina, portanto na propria epocha romana, o que é um exemplo bem antigo de tolerancia religiosa.

Alem das inscripções apparecem ainda alguns raros restos de construções do mesmo tempo; refiro-me a trechos de paredes em que os grandes calháus de granito são *rosticados* ou de almofadas.

Ao dominio dos romanos succedeu o dos visigodos, depois o

arabico, leonez e proto-portuguez. Tudo isto se inclue na idade media, e do conjuncto me vou occupar. A primeira nota importante a fixar é que já agora nos apparece o nome coévo da povoação, revelado nos *trientos* dos reis visigodos: *Egitania* se chamava então. Será difficil assignar com precisão a cada circulo medieval referido as antigualhas que lhe pertencem; por isso referirei em globo que, da idade média, subsistem tambem eloquentes ruinas na Idanha-a-Velha.

Relacionando ao de leve umas velhas paredes, que se encontram extra muros, acentuarei de preferencia as robustissimas muralhas, que ainda hoje estrangulam a povoação numa tenaz de granito. São todas de grandes silhares, e conservam algumas das suas torres cilindricas salientes, com que se defendiam ao longo os panos do circuito muralhado. E' claro que d'essas largas muralhas não existe nem uma só ameia, nem se veem já as duas portas que a cidade tinha; mas ha ainda restos notaveis. O recheio d'estes poderosos muros era constituido por toda a sorte de detritos da epocha romana, agregados a uma alvenaria de schisto por meio de rigissima argamassa. Será escusado dizer que quasi todas as construções modernas, que se fazem num aro de algumas leguas em redor, ali tem a sua pedreira aparelhada. O facto é vulgar em ruinas de todo o mundo.

Uma torre quadrangular corôa esta fortificação, e se hoje nas suas elevadas ameias não vemos apontadas as frichas dos sagitarios, comtemplamos com interesse os enormes ninhos das cegonhas, que veraneiam n'aquellas paragens. A antiguidade d'esta construcção é-nos attestada por uma inscripção em caracteres iniciaes do tempo de D. Sancho II. Um tal Martinho Martins, mestre do *Templo*, arrazara, conquistando-a, a povoação mourisca, que ali se estabelecera, para reconstruir aquella forte cidadela christã.

Com a dominação muçulmana relaciona-se o seguinte acontecimento:

Um proprietario, que ali reside e que reune á abastança da sua fortuna territorial a das suas qualidades de caracter e de fidalga

bizarria, Sr. João dos Reis Leitão Marrocos, mandou ha annos fazer a limpesa de um poço profundo, que possuia na propria povoação. Os operarios notaram que no fundo havia uma lage, mas esta, em vez de assentar com firmeza, oscilava um pouco. Sonhando algum thesouro, levantaram a pedra, e na verdade lá estava um thesouro, mas archeologico. Era elle constituido por uma aglomeração de vasa e de bilhas de barro, quasi todas com a asa quebrada. Este deposito attingiu ainda uma grande profundidade; de modo que se extrairam inumeras bilhas!

O facto tem a seguinte explicação: das paredes do poço, paredes que eram abertas na rocha schistosa, desprendeu-se, em tempos muito remotos, uma lage que, pelo seu proprio peso, ficára horisontalmente, mas mal assente. O deposito, que ella veiu cobrir formára-se durante o uso do poço com as bilhas, que foram caindo das mãos das raparigas quando as içavam á corda para a boca do poço. Longo foi esse periodo de tempo, porque a vasa media a profundidade de alguns metros! Parte d'essas curiosissimas bilhas, ás quaes se refere no prologo do seu bello livro sobre *Ceramica Portugueza* o Sr. José Queiroz, está hoje exposta num grande mostrador do Museu Ethnologico. Todos os exemplares são analogos e portanto da mesma epocha; é um barro espesso, mas bem cosido, com alguma mas parca ornamentação. Não é difficil provar que respiram influencia da ceramica arabica.

Depois d'isto as ruinas mais importantes são as da basilica, ali chamada *cathedral*, por influencia litteraria, pois se sabe que houve na Egitania a séde de um bispado. Comtudo o que resta da sua planta, e das columnas que sustentavam os tectos, comprova a existencia de uma igreja do tipo das primeiras basilicas latinas. Actualmente não tem telhado e serve de cemiterio da povoação. Exteriormente vê-se soterrada até á altura das impostas de uma porta lateral, mais recente por ser de estilo ogival.

Sobre o rio Ponsul passa uma ponte, inteiramente construida com silhares extraidos das muralhas. Data apenas da idade media, embora no seu logar possa ter existido alguma da epocha romana.

Na povoação diz-se que é muito antiga uma cisterna, que existe no largo principal. Só uma pesquisa interior poderia resolver o caso com segurança.

Não falta pelourinho a esta humilde aldeia; parece do seculo XVI, e é de um estilo bastante simples.

Não longe da povoação ha sobre o Ponsul um elevado e abrupto morro, onde se encontram ruinas de muralhas ciclópicas, fossos, etc. E' o *Cabeço dos Mouros*, castro pre-romano sem duvida alguma. Nas proximidades veem-se trechos de uma *via* lageada, que decerto conduzia á Idanha.»

Diz-nos Vilhena Barbosa que Egitania ou Egiditania, nome provavel de Idanha-a-Velha quando cidade romana, teve honras de municipio e foi favorecida com grandes privilegios.

Destruido o imperio romano, a cidade foi arrazada pelos suevos no anno 420 da era christã.

Os godos, que succederam aos suevos reedificaram a cidade, que não levantaram tanto em importancia e influencia como os romanos, mas que elevaram a ponto de ser cidade episcopal no seculo VI, segundo se pode conjecturar; porque só em 569 ha a certeza de que tinha já bispo. Varios escriptores são de opinião que esta cidade foi patria de Wamba, celebre rei dos godos.

Quando os arabes invadiram a Lusitania, e saquearam e reduziram a cinzas a famosa Egitania, o bispado egitanense era um dos maiores d'esta região. Serviu de cathedral a este bispado a actual matriz de Idanha-a-Velha, que é um bello templo de tres naves.

Mais tarde, nos fins do seculo VIII, os arabes reconstruiram a velha cidade, a que chamaram Eydaia ou Idanha, e que conservaram na sua posse até que lhes foi tomada por D. Affonso Henriques, que d'ella fez doação aos Templarios.

Apressou-se D. Gualdim Paes, o historico mestre d'estes, a mandar-lhe reedificar as muralhas, e erigir ali um castello. Os mouros apoderaram-se porem ainda da povoação de que arrazaram de novo as muralhas e o castello.

D. Sancho I, tendo-lhes tomado pela segunda vez a cidade, a 20 de Outubro de 1206, teve de impetrar de Roma a permissão de transferir d'ali para a Guarda, o bispado egitanense, em vista de ter caido em profunda decadencia a outr'ora florescente cidade luzitana.

Esta decadencia, e consequente despovoamento, não só foi motivada pelas frequentes guerras entre christãos e mouros, mas tambem largamente determinada por uma pavorosa praga de formigas, que obrigou muitos dos seus habitantes a emigrar para o sitio a que se deu o nome de Idanha-a-Nova que, alem de ser dotado de excellentes condições, teve a felicidade de escapar a este flagello.

Idanha-a-Velha, em attenção ao seu brilhante passado, conserva o titulo de villa, mas está reduzida a uma aldeia insignificante; pertence ao concelho e comarca de Idanha-a-Nova, e dista 14 kilometros da cabeça do concelho.

Da sua unica freguezia é orago Nossa Senhora da Conceição.

Folha n.º 20-b (Lisboa)

— —

A região d'esta folha está comprehendida entre os meridianos 0º 4′ de longitude oeste a 0º 16′ de longitude leste de Lisboa (Observatorio de Castello de S. Jorge) e os parallelos 38º 35′ a 38º 46′ de latitude norte.

A folha faz parte das antigas folhas da Carta chorografica n.ºs 23, 24, 27 e 28, na escala de 1/100000, levantadas nos annos de 1857, 1859 e 1861 pelos officiaes do exercito Francisco Antonio de Brito Limpo, Carlos Henrique da Costa, Carlos Ernesto de Arbuès Moreira, Gerardo Augusto Pery, Cesar Augusto Barradas Guerreiro, Frederico Augusto Torres, Theotonio Lopes de Macedo e Sr. Marianno Antonio de Azevedo. A rectificação e ampliação foi feita no anno de 1902 por pranchetas de campo para a escala de 1/50000 pelo official do exercito e engenheiro civil Sr. João Miguel Dias actual director geral dos Trabalhos geodesicos e topographicos.

Districtos, concelhos e freguezias

Pertence a região descripta aos districtos administrativos de Lisboa e Santarem; do 1.º comprehende parte dos concelhos de Lisboa, Oeiras, Almada, Seixal, Barreiro, Setubal, Alcochete, Aldeia Gallega do Ribatejo e o concelho da Moita; do districto de Santarem vê-se uma parte do concelho de Benavente.

O concelho de Lisboa divide-se em quatro bairros; do primeiro bairro estão as seguintes freguezias: Anjos, *Beato Antonio*, Santa Cruz do Castello, Santa Engracia, Santo André (Graça), Santo Estevam, S. Christovam e S. Lourenço, S. Miguel, S. Thiago, S. Vicente, Sé e S. João da Praça e Soccorro.

Do segundo bairro estão as seguintes freguezias: Conceição Nova, Encarnação, Magdalena, Pena, Sacramento, Santa Justa, S. Jorge de Arroios, S. José, S. Julião e S. Nicolau.

Do terceiro bairro as seguintes freguezias: *Bemfica*, *Campo Grande*, *Carnide*, Coração de Jesus, Mercês, Santa Catharina, S. Mamede, S. Paulo e S. Sebastião da Pedreira.

Do quarto bairro as seguintes freguezias: *Ajuda*, Alcantara, *Belem*, Lapa, S. Isabel e Santos o Velho.[1]

Do concelho de Oeiras nenhuma séde de freguezia se encontra.

Do concelho de Almada veem-se as suas duas freguezias, Almada e Caparica (Sr.ª do Monte).

Do concelho do Seixal encontram-se as freguezias de: Seixal, Aldeia de Paio Pires, Arrentella e Amora.

Do concelho do Barreiro veem-se as suas tres freguezias: Barreiro, Lavradio e Palhaes.

O concelho de Setubal não tem marcado nenhuma séde de freguezia.

[1] As freguezias que estão sublinhadas são as representadas pelo signal convencional, as outras não estão pela pequenez da escala.

Do concelho de Alcochete veem-se as duas freguezias, Alcochete (S. João Baptista) e Samouco.

Do concelho de Aldeia-Galega do Ribatejo veem-se só duas freguezias: Aldeia-Gallega do Ribatejo (Espirito Santo) e Sarilhos Grandes.

Do concelho da Moita encontram-se as suas duas freguezias de Alhos Vedros e Moita.

Caminhos de ferro

Na parte situada sobre a margem direita do rio Tejo encontram-se as linhas da Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes que se denominam: Linha de Lisboa (Caes do Sodré) a Cascaes, vendo-se as estações de Caes do Sodré, Alcantara Mar, Belem, Pedrouços e Algés, e os apeadeiros de Santos, Junqueira, e Bom Successo. Linha do norte, de Lisboa ao Porto, vendo-se as estações de Santa Apolonia (Estação principal) e Poço do Bispo com o apeadeiro de Cabo Ruivo. Linha de Oeste, de Lisboa (Avenida) á Figueira da Foz, vendo-se as estações de Avenida, Campolide, S. Domingos, Bemfica e Amadora, com os apeadeiros de Cruz da Pedra, Calhariz e A da Maia. Linha de Cintura, que parte das estações de Santa Apolonia e Poço do Bispo a Alcantara-Mar com as estações e apeadeiros seguintes: Marvilla, Chellas, Arieiro, Entre Campos, Rego, Larangeiras, Sete Rios, Alcantara Terra e Alcantara Mar.

Na parte situada na margem esquerda do Tejo encontram-se as linhas do Caminho de ferro do Estado denominadas do Sul e Soeste, uma partindo do Barreiro e outra de Aldeia Gallega do Ribatejo para a estação do Pinhal Novo, onde se cruzam, seguindo depois a primeira para o Algarve e a segunda para Setubal.

Na linha do Barreiro veem-se as estações do Barreiro (principal), Lavradio, Alhos Vedros, Moita e Pinhal Novo.

Na linha que parte de Aldeia Gallega do Ribatejo a Setubal apenas se vê a estação de Sarilhos.

Estradas

Numerosas estradas e avenidas irradiam da cidade de Lisboa para os seus arredores além das ruas e travessas da cidade antiga, mas que não mencionaremos, visto que a reduzida escala não permitte uma detalhada classificação, por isso trataremos aqui unicamente das vias de comunicação na região da margem esquerda do Tejo. Além de varios caminhos veem-se n'esta parte da folha as seguintes estradas:

E. N. n.º 16 — Parte da Villa do Barreiro, passa pelas freguezias de Alhos Vedros, Moita, Sarilhos Grandes, Aldeia Gallega do Ribatejo e Alcochete, dirige-se para E. atravessa as marinhas e sahe da folha na margem N. a um kilometro de Camarate.

Ramal da E. N. n.º 16 — Vae da Villa do Barreiro a Coina, passando pela freguezia de Palhaes.

E. N. n.º 22 — Parte da Villa do Seixal e dirige-se para S. E. passando pela freguezia de Aldeia de Paio Pires.

Ramal da E. N. n.º 22 — Parte do Seixal da E. N. n.º 22, passa perto da freguezia de Arrentella, terminando na povoação da Torre.

E. N. n.º 79 — Parte de Almada, dirige-se para S. E., passa pelo logar de Corroios, seguindo na mesma direcção até Brejo do Castanheiro e d'ahi para S.

Ramal da E. N. n.º 79 — Parte da Amora de Baixo, passa pela freguezia de Amora até entroncar á E. N. n.º 79 na Cruz de Pau.

Ramal da E. N. n.º 79 — Parte da E. N. n.º 79 perto do Brejo Castanheiro passa pela povoação da Torre e entronca na E. N. n.º 22.

E. N. n.º 50 — Parte da E. D. n.º 136 a S. da estação de Sarilhos e dirige-se para E.

E. D. n.º 136 — Parte da Villa de Aldeia Gallega do Ribatejo e dirige-se para S. seguindo junto á linha ferrea até proximo da povoação do Pinhal Novo.

E. D. n.º 156 – Parte da Villa de Almada e dirige-se para a povoação da Costa passando pela freguezia de Caparica (S.ª do Monte).

Ramal da E. D. n.º 156 – Parte da E. D. n.º 156 da povoação do Aricirо e dirige-se para S. até perto de Marco Cabaço.

E. D. n.º 157 — Parte da Moita e dirige-se para S. E. passando pelas povoações de Escumalha e Pé Curto.

E. D. n.º 159 — Parte da Villa Aldeia Gallega do Ribatejo, passa por Atalaya e Rilva, atravessa as marinhas de sal e segue até ao limite E. da folha.

Ramal da E. D. n.º 159 – Parte da E. N. n.º 16 em Valle da Roza atravessa a E. D. n.º 159 e segue para S. até entroncar a E. N. n.º 50.

E. M. – Da povoação de Samouco a Alcochete.

E. M. — De Alcochete á E. D. n.º 159 na povoação de Atalaya.

E. M. — Da Moita ao Rosarinho.

E. M. — De Esteio Furado á E. N. n.º 16 no Entroncamento.

E. M. — De Sarilhos Pequenos á E. N. n.º 16 no Entroncamento.

E. M. — Parte da E. N. n.º 79 em S.ta Maria, passa por Cheira Ventos e vae terminar no Ramal da E. N. n.º 79 em Cruz de Pau.

E. M. — Parte da freguezia de Caparica (S.ª do Monte), continuando a E. D. n.º 156 e dirige-se para a povoação de Trafaria.

E. M. – Parte da antecedente junto da povoação da Torre, para o Lazareto.

Hydrographia

Veem-se varias linhas d'agua n'esta região, sendo a principal o Rio Tejo, que se mostra na sua maior largura, e na margem direita as differentes especies de docas que fazem parte das obras do porto; n'esta margem vem desaguar as varias ribeiras, sendo as principaes ribeira de Alcantara e a ribeira de Algés.

Na margem esquerda veem-se duas grandes enseadas, uma entre Aldeia Gallega e Lavradio, onde está situado o Mouchão do Montijo, a outra entre o Barreiro e Seixal onde são situadas as Pontas do Mexilhoeiro e das Aburricas.

Rio Montijo — Entra na folha ao S. perto da povoação de Faria, corre a N. atravessa a linha ferrea passando ao S. da Villa de Aldeia Gallega e vae entrar na grande enseada que ali forma o Tejo.

Rio da Moita — Entra na folha ao S. corre ao N. atravessa a linha ferrea e passa a O. da Villa da Moita entrando depois na enseada.

Rio de Coina — Entra ao S. da folha perto da quinta da Areia toma a direcção N. O. passa a O. de Coina, entrando na enseada. D'esta enseada parte um canal para serventia da Escola de Val do Zebro.

Ribeira do Seixal ou rio do Judeu — Entra a S. da folha perto da E. N. n.º 79, corre ao N. atravessa o ramal da E. N. n.º 79, indo desaguar na enseada que passa na Villa do Seixal.

A E. e O. da Villa de Alcochete encontram-se as marinhas da ribeira de cima e as da ribeira de baixo; mais algumas se veem proximo das povoações de Aldeia Gallega, Sarilhos Grandes, Moita, Alhos Vedros e Lavradio.

Na margem direita veem-se a traço azul interrompido, o canal do Alviella proximo da linha ferrea do norte.

Ao S. da freguezia de Bemfica corre marcado com dois traços parallelos a tinta azul, o aqueducto das aguas livres.

No canto S. O. da folha vê-se um pequeno trecho da costa, banhada pelo Oceano Atlantico.

Orographia

A região d'esta folha está dividida em duas partes pelo rio Tejo.

A margem direita que abrange a cidade de Lisboa e seus arredores, constitue a parte mais montanhosa d'esta região, sendo os pontos de maior altitude, Serra de Monsanto 216 metros e a pyramide geodesica Alfragide (moinho) 185 metros; na margem esquerda a cota mais elevada acha-se entre Almada e Lazareto que é de 127 metros, pyramide geodesica denominada Raposo, o resto da região a E. apenas apresenta pequenas elevações que não vão alem de 83 metros de altitude.

Depois da «Lisboa Antiga», e da «Ribeira de Lisboa», obras monumentaes do Sr. Visconde de Castilho, seria presumpção imperdoavel emprehender uma noticia historica de Lisboa.

Tendo porem de fazer a descripção chorographica da folha d'esta cidade, limitamos-nos a acompanhal-a de estampas de edificações nos seculos XII, XIII, XIV, XV, XVI e XVII, e a apresentar noticias sobre estas edificações, precedidas de uma referencia á situação de Lisboa sobre sete montes.

As estampas são as seguintes:

SECULO XII

S. Vicente primitivo, segundo antigas gravuras do seculo XVI, de Jorge Braunio.

SECULO XIII

Santa Marinha d'Oiteiro — Copiada de «Descripçam de Monumentos sacros de Lisboa», em 1840, manuscripto de Luiz Gonzaga Pereira, existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

SECULO XIV

Vista geral do Convento de Odivellas com a parte primitiva;

isto é, os gigantes da capella onde jaz el-Rei D. Diniz. (Desenho do Sr. Visconde de Castilho).

SECULO XV

Portal do Hospital Real de Todos os Santos no Rocio de Lisbôa — Segundo uma gravura do Archivo Pittoresco.

SECULO XVI

S. Vicente, Filippino — Photographia do Sr. Jorge de Almeida Lima.

SECULO XVII

O Paço da Ribeira d'el-Rei D. Filippe — segundo gravuras antigas.

Lisboa

Quando em 1147, el-Rei D. Affonso Henriques pôz cerco á já então famosa cidade de Lisboa, a area que esta occupava estava comprehendida pelo Castello (hoje de S. Jorge), donde o muro descia da porta do Sol até á Ribeira, e d'ahi subia pelas portas do Ferro e da Alfôfa até fechar no mesmo Castello.

No tempo de Damião de Goes, isto é no seculo XVI, a localisação da cidade ia desde a porta da Cruz até Santos-o-Velho, distancia que media tres milhas, o que era uma legua commum da epoca. Sobre esta base levantava-se a cidade quasi em semi-circulo; a volta pelo lado da terra dava para o caminho percorrido mais de nove milhas.

A cidade propriamente dita demorava sobre sete altos montes distantes uns dos outros, e dos quaes occupava, não só a parte superior, mas todas as faldas, raizes e valles.

Segundo se lê no livro das *Grandezas de Lisboa*, composto pelo Padre Frei Nicolao d'Oliveira, e impresso em MDCCCIV, e no Capitulo I do Tratado quarto *do sitio de Cidade de Lisboa e sua grandesa*, estes montes eram assim constituidos.

Começando do Oriente, o primeiro monte é o de S. Vicente de Fóra. Foi assim chamado por ser o mosteiro, ali erigido, fundado por D. Affonso Henriques, com a invocação de S. Vicente, e no logar em que acampou o seu exercito quando veiu pôr cerco a Lisboa. O mosteiro estava fóra do muro do Castello, á distancia que facilmente se vê.

Este primeiro monte principia a levantar-se pelo lado oriental do mosteiro de Santa Clara, e sobe até o de S. Vicente terminando na Graça; desce para o Sul por Santo André, e d'aqui pelo Salvador abaixo vae acabar no chafariz dos Cavallos. N'esta extensa area ficavam então as seis freguezias seguintes:

Santa Engracia,
S. Vicente,
Santa Marinha,
Santo André,
S. Salvador,
Santo Estevam.

A principiar na localidade em que fenéce o primeiro monte, vae-se levantando o de S. Thomé, que é o segundo. Este monte, bem mais pequeno do que o primeiro, sobe até o postigo de Santo André, e, costeando o pé do Castello pelo lado do Oriente, vae terminar no chafariz d'el-Rei.

As suas tres freguezias eram: do lado do Oriente, São Miguel; do lado do Occidente, S. Pedro; ficando mais acima, e quasi no seu cume, a freguezia de S. Thomé, donde lhe vem o nome.

Contiguo ao segundo está o terceiro monte, que é de todos o mais alto e em que assenta o Castello, que foi outr'ora fortissimo, por estar cercado com muros de grande altura, guarnecidos de torres. Começa o monte do lado do Oriente na porta de Santo André, e vem sempre continuando o valle, que o divide do segundo monte, até acabar no chafariz d'el-Rei; d'aqui, fazendo um grande circulo

com as suas faldas, volta á mesma porta de Santo André, abrangendo as freguezias, que então eram, de:

Santa Cruz no Castello,
São Bartholomeu,
Sanctiago,
São Martinho,
São Jorge,
São João da Praça,
Sé,
Santa Maria Magdalena,
São Mamede,
São Christovam,
São Lourenço,
São Sebastiam da Mouraria (grande parte).

Entre o monte do Castello, e o monte de S. Roque, em opposto, fica o quarto monte, que se chama de Santo André, por ter no seu cume um mosteiro de religiosas franciscanas, com a invocação do mesmo Santo. Este monte é cortado por dois compridos valles, um da banda do Oriente, e outro da do Occidente, vindo ambos dar a um terceiro valle, onde se formou o Rocio, e que fica entre os montes do Castello e de S. Roque. N'este extenso valle estão situadas as freguezias de Santa Justa, S. Nicolau, Conceição e S. Julião. No primeiro dos valles, que contornam pelo oriente o monte de Santa Anna, está a freguezia dos Anjos e parte da antiga de S. Sebastião da Mouraria; n'aquelle que lhe fica do lado do Occidente, encontra-se a freguezia de S. José e uma boa parte da de S. Sebastião da Pedreira.

O quinto monte é o de S. Roque, fronteiro ao do Castello, do qual está separado, como dissemos, pelo valle onde se formou o Rocio. Este monte vae descendo até ao rio, e n'elle se encontra grande parte das freguezias de S. José, Santa Justa, S. Julião e Martyres, antigas freguezias da Trindade e Loreto, e parte da freguezia de S. Paulo.

Da parte Occidental do monte de S. Roque começa a levantar-se o sexto monte, que é tambem bastante alto, e que se denomina das Chagas, por causa de uma egreja, que n'elle edificaram os marinheiros da carreira da India, com a invocação das cinco Chagas do Senhor, e onde, por um breve do Summo Pontifice, tiveram seu capellão com varias immunidades. Este monte com as respectivas faldas abrangia parte da freguezia do Loreto e parte das freguezias de Santa Catherina e de S. Paulo.

Somos finalmente chegados ao setimo monte, que se denomina de Santa Catherina do Monte Sinay. Este monte é separado do das Chagas pelo valle d'este nome, e estende-se para o occidente até á cerca que foi do destruido convento da Esperança; isto é, até a rua de S. Bento na sua parte mais baixa.

Temos pois que nos sete montes se encontravam as seguintes freguezias:

1.º Monte (S. Vicente de Fóra):
Santa Engracia (Santa Engracia);
S. Vicente (S. Vicente, S. Thomé e S. Salvador);
Santo André (Graça) (Santo André e Santa Marinha);
Santo Estevam (Santo Estevam).

2.º Monte (S. Thomé):
S. Thomé (parte da freguezia de S. Vicente);
S. Miguel (S. Miguel).

3.º Monte (Castello):
Santa Cruz do Castello (Santa Cruz do Castello);
Beato Antonio (S. Bartholomeu);
S. Thiago (S. Thiago e S. Martinho);
S. Jorge de Arroios (S. Jorge);
Sé e S. João da Praça (Santa Maria Maior);
S. Christovam e S. Lourenço (S. Christovam e S. Lourenço).

4.º Monte (Santa Anna):
Santa Justa (Santa Justa e Rufina) (Parte);
S. Nicolau (S. Nicolau) (Parte);
Conceição Nova (Nossa Senhora da Conceição);
S. Julião (S. Julião) (Parte);
Anjos (Nossa Senhora dos Anjos);
Soccorro;
S. José (S. José) (Parte);
S. Sebastião da Pedreira (S. Sebastião) (Parte);
Coração de Jesus.

5.º Monte (S. Roque):
S. Julião (S. Julião) (Grande parte);
Santa Justa (Santa Justa e Rufina) (Grande parte);
S. José (S. José) (Grande parte);
S. Nicolau (S. Nicolau) (Grande parte);
Martyres (Nossa Senhora dos Martyres);
Encarnação (Nossa Senhora da Encarnação) (Parte);
Sacramento (Santissimo Sacramento);
S. Paulo (S. Paulo) (Grande parte).

6.º Monte (das Chagas):
Encarnação (Parte);
Santa Catherina (Paulistas), (Santa Catherina) (Parte);
S. Paulo (S. Paulo) (Parte).

7.º Monte (de Santa Catherina de Monte Sinay e das Mercês) (Parte).

O Capitão Luiz Marinho de Azevedo, na primeira parte da *Fundação, antiguidades e grandezas de Lisboa*, edição de MDCLII, pag. 84, diz que *sobre a figura de terreno, que ocupão seus edificios, ha variedade entre os Autores, que d'ella escreverão: porque, sendo sua primeira fundação do monte do Castello até o Mar, como*

a descreve Damião de Goes, e parece de seus antigos e fortes muros, com algumas poucas cazas mais que lhe serviam de burgo, se foi alargando a povoação do forte, que na segunda cerca,[1] *que lhe mandou fazer ElRey D. Fernando, comprehendia já tantos arrabaldes, que era hũa grande cidade.*

O primeiro d'estes montes, começando no alto do Castello, descia pela porta do Alfofa até á do Ferro, e continuava d'ella pela do mar a ribeira do Rio por onde corria ao arco de S. Pedro, e subia á porta do Sol fechando no mesmo Castello.

Esta menção dos sete famozos montes, em que Lisboa assentava, lisongeava a vaidade dos lisboetas, que assim viam equiparada a sua cidade á velha Roma. Lembramo-nos dos versos do grande Antonio Ribeiro dos Santos, que na sua *Ode a Lisboa*, diz:

O' tu, nos sete montes sublimada
mais que do Tibre a Lacial Rainha
clara Ulyssêa...

(Dr. Antonio Ribeiro dos Santos — Ode a Lisboa — Poesias, T. I, pag. 40).

S. Vicente de Fóra

Na edade media todos os altos commetimentos, todos os gloriosos feitos d'armas, eram commemorados com instituições religiosas, e muitas vezes com fundações de mosteiros.

Deve recordar-se agora que os mosteiros não representavam só crenças religiosas, mas concorreram poderosamente para a civilisação, em cuja historia occupam notaveis capitulos.

Effectivamente, estes edificios alem de serem monumentos de piedade, em que se praticavam os actos da fé christã, recolhiam,

[1] A cerca d'el-Rei D. Fernando foi mandada edificar em 1373-1375, e tinha 77 torres e 76 portas.

nos primeiros seculos de Igreja, as lettras, as sciencias e as artes, que d'elles irradeavam, difundindo assim os primeiros elementos da instrucção publica. Tambem partiu d'elles a noção da caridade e do amor do trabalho, largamente aconselhada pela palavra e pelo exemplo.

Malavisados andam pois os que julgam que os Conventos em Portugal, teem apenas á significação de relembrar uma instituição religiosa, visto que, alem de terem sido monumentos representativos das famosas batalhas com que os primeiros portuguezes fundaram a nossa nacionalidade, são tambem symbolos valiosissimos da civilisação.

Quando a largos traços descrevemos a tomada de Santarem, a surprehendente victoria, que abriu o caminho á tomada de Lisboa, demos resumida noticia do mosteiro de Alcobaça, que é o padrão d'aquelle memoravel feito d'armas.

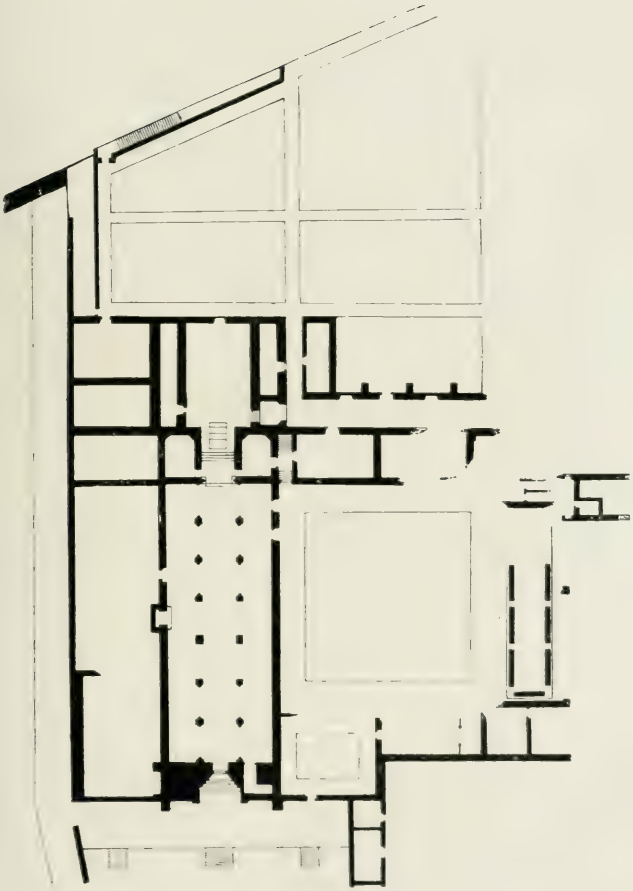
Da tomada de Lisboa o padrão foi o primitivo mosteiro de S. Vicente de Fóra.

Vejamos como el Rei D. Affonso Henriques procedeu á sua construcção.

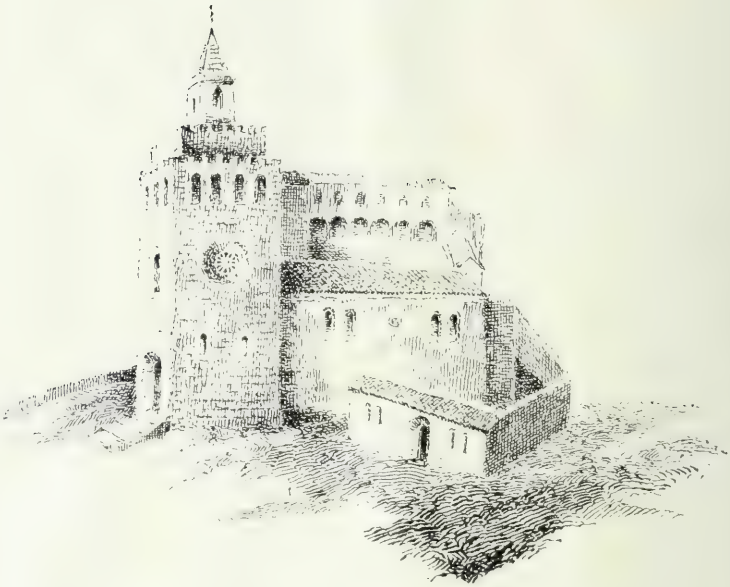
Em harmonia com o que levamos dito, logo que os animos dos membros das hostes, que cercaram e tomaram Lisboa, começaram a serenar, o Rei chamou á sua presença o Bispo de Lisboa, D. Gilberto e os outros Bispos, e mais os do seu Conselho, e deu-lhes parte de que ia realisar o voto que fizera de fundar dois templos: o de S. Vicente de Fóra e o dos Martyres.

Na sua «*Lisboa Antiga*», o muito erudito Sr. Visconde de Castilho, descreve como se segue a cerimonia do lançamento da primeira pedra d'estas duas notabilissimas edificações:

Lavraram-se duas lapides grandes, benzeram-se entre muita affluencia de povo, e levou-se processionalmente uma d'ellas ao arraial theutonico; enterrada com solemnidade ficou alicerce ao templo real de S. Vicente. D'ahi foi elevada a outra ao cabeço do Monte Fragoso, e ficou base a Santa Maria dos Martyres».



Planta de S. Vicente
Alfonsino



S. Vicente
Afonsino)

Ora a pedra de S. Vicente veiu a ser achada quando se procedia á reedificação do templo, e se lhe cavavam novos alicerces. Appareceu *no fundamento do esteio, que ficava da parte do Evangelho do altar e capella-mór da casa*; segundo informa D. Nicolau de Santa Maria, Chronista dos Conegos Regrantes.[1]

A pedra era quadrada e tinha gravado o seguinte:

«*Hoc templum aedificavel Rex Portugaliae Alphonsus* I *in honorem Beatae Mariae Virginis et Sancti Vincentii Martyres*, XI *Calend. Decembris sub Era* MCLXXXV».

Este templo edificou el-Rei de Portugal Affonso I, em honra da Bemaventurada Maria Virgem, e de S. Vicente Martyr, aos onze das Calendas de Dezembro da era de 1185 (21 de Novembro da era de 1185, isto é do anno de 1147).

Circumstancias notaveis relativas á fundação da Casa de S. Vicente, e que o Sr. Visconde de Castilho demoradamente refere no Vol. 4.º dos Bairros Orientaes da sua *Lisboa antiga*, actuaram tanto no animo de D. Affonso Henriques, e fizeram-lhe tomar tão entranhado affecto ao novo mosteiro de S. Vicente, que o declarou padroado seu, e *sua camara*, como então se denominavam os jazigos.

Deve notar-se que D. Affonso Henriques doou o mosteiro, que acabava de fundar, aos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pela grande affeição que lhes dedicava, e especialmente a S. Theotonio, seu prior, por quem professava grande veneração.

Durou quatro seculos a primeira fundação de S. Vicente, monumento que o primeiro Rei de Portugal erigiu a Deus como reconhecimento pela tomada de Lisboa, de tão indiscutivel importancia para a independencia da patria.

O mosteiro ameaçava porem immediata ruina, quando o Duque

[1] Para desejar seria que este facto fosse referido por outro escriptor, visto não ser de grande auctoridade D. Nicolau de Santa Maria.

d'Alba entrou em Lisboa pelas occorrencias deploraveis, que descrevemos resumidamente no Tomo II d'esta publicação.

Em vista do estado do edificio, os Conegos Regrantes resolveram proceder á sua reconstrucção geral; mas embargou-lhes o passo o Rei D. Filippe de Castella, que quiz que a obra fosse sua, no intuito de lisonjear o povo de Lisboa, erigindo n'esta cidade uma edificação sumptuosa.

Filippe II não só dotou a obra com avultada quantia annual [1], mas para activar a sua construcção, ordenou que n'ella se empregasse toda a cantaria e materiaes da egreja que o infeliz e imprudente Monarcha D. Sebastião tinha mandado levantar no Terreiro do Paço.

Apesar de todas as diligencias, a inauguração do templo de S. Vicente de Fóra só poude fazer-se a 28 de Agosto de 1629, tendo-se n'ella consumido 47 annos de continuo trabalho. A referida inauguração foi uma festa solemnissima.

Diz João Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal*, Tomo III, pag. 262, que Filippe II estava presente ao lançamento da primeira pedra para a reconstrucção do Mosteiro de S. Vicente, que foi como dissemos no dia 25 de Agosto de 1582.

Não é exacta esta asserção, porque Filippe II, depois de ter encarregado o architecto Filippe Terso ou Tercio de fazer a reconstrução do mosteiro desde os fundamentos, e de modo que fosse digna do Soberano que a ordenava, sahiu de Lisboa, encarregando pouco tempo depois o Cardeal Archiduque Alberto, Governador de Portugal, de proceder ao lançamento da primeira pedra.

Da descripção de Monumentos sacros de Lisboa, em 1840, recopilada em manuscripto por Luiz Gonzaga Pereira, extractamos o seguinte:

[1] Na *Corographia Portugueza* diz o Padre Carvalho, que esta cotação era de tres mil cruzados por anno.

Fachada da Igreja de S. Vicente
Aquad

Mosteiro de S. Vicente de Fóra

COROGRAPHIA

Fundação d'esta Ordem e Templo

A fundação da Ordem de S. Vicente de Fóra data do anno 400 de Christo, e teve principio em Portugal, em 1132, no reinado de D. Affonso Henriques. O mosteiro foi fundado por este Soberano, em 1147, no sitio em que esteve acampado o seu exercito para cercar Lisboa, n'aquelle anno de grande notoriedade na historia do nosso paiz. O mosteiro foi depois reedificado por Filippe II, que lhe lançou a primeira pedra em 25 de Agosto de 1582,[1] tendo mandado demolir uma egreja, que el-Rei D. Sebastião mandára edificar.[2]

Localidade

Está situado n'um pequeno largo, contiguo ao Campo de Santa Clara, e proximo pelo Sul a Alfama, e pelo Norte á Graça.

Tem a frente voltada para o Poente.

Grandeza e prospecto

A planta da magestosa egreja accomoda mil e seiscentas pessoas. O prospecto que acompanha a descripção da egreja, foi copiado do natural.[3]

[1] Demonstramos que não é exacta esta asserção, porque Filippe II não estava em Lisboa n'aquelle dia.

[2] Esta egreja tinha sido principiada no lado oriental do Terreiro do Paço.

[3] A gravura do mosteiro de S. Vicente de Fóra, d'esta publicação, foi feita por uma photographia tirada pelo eximio photographo amador, Sr. Jorge d'Almeida Lima, em Abril de 1913.

Capellas

Possue a egreja 15 capellas, com a primazia, em que está collocado um grande baldaquino; por detraz o grande Côro e na frente o mais rico orgão das egrejas de Lisboa; em roda do baldaquino um grande *Estatuario* de madeira com os Santos principaes a quem se dedicam, sendo uma das estatuas de Santo Agostinho, a 2.ª de S. Vicente, S. Lourenço, Santo Antonio.

Pintura

Na Capella do SS. Sacramento ha dois bellos quadros. As paredes do Convento eram enriquecidas por muitos quadros, alguns excellentes.

Architectura

A architectura de todo este sumptuoso mosteiro é magestosa; devendo porem observar-se que as torres são um pouco pesadas, mas conforme o gosto da architectura na epoca da sua reconstrucção. O zimborio do templo abateu por occasião do terremoto de 1755, o que causou grande estrago; o seu horisonte era extenso e admiravel, descobria-se até Santarem.

Os claustros são nobres e a sachristia corresponde ao edificio.

Acerca dos estragos causados pelo terremoto de 1755, n'uma descripção manuscripta, que se intitula «*Narração do formidavel terremoto de 1755, e que tem no fim* a data de 24 de Abril de 1756, lê-se o seguinte, que transcrevemos textualmente:

«O Real Templo de S. Vicente dos Conegos Regulares de Santo Agostinho ficou muito destruido. Cahiu o famoso Zimborio, e toda a celebre maquina de Torres e Pyramides, que o aformoseavam, ficou em pé o mais corpo da Igreja, frontespicio e torres dos sinos. A communidade estava no côro da Capella mór, que ficava

quasi debaixo do Zimborio; assim que sentiram o grande tremor da Igreja, e que do Zimborio vinham cahindo as torres, fugiram todos e muitos já por baixo de evidentes perigos. A gente da Igreja fez logo o mesmo, e tanto a tempo que não morreu ninguem. Do Mosteiro cahiram dois dormitorios, varandas e outras coisas mais, porem com a felicidade de não matar pessoa alguma.»

Passamos a descrever o monumental edificio de S. Vicente de Fóra, servindo-nos das informações que offerece a sua observação directa.

A fachada do templo tem quasi 34^{m} de largura, 32^{m} até á balaustrada que separa as duas torres, e 48^{m} de altura até aos globos de pedra que as encimam; como se vê da gravura, a frontaria é ornada com sete nichos symetricos, decorados com sete estatuas de marmore de dimensões collossaes. Seis d'estas estatuas representam Santos da Ordem de Santo Agostinho, entre os quaes está incluido Santo Antonio, que, antes de ser franciscano, professou no primitivo convento de S. Vicente de Fóra.

O architecto Filippe Terso, influenciado pelo governo hespanhol, teve de se afastar dos preceitos da architectura do renascimento, que exigia, pelo tempo em que se fez esta construcção, obras de grande elegancia e de notavel bellesa; mas ainda assim levantou uma edificação nobre e grandiosa, que é tambem surprehendente pela riqueza e magnificencia da sua cantaria.

O interior da egreja excede a sumptuosidade da frontaria: é de uma só nave, sendo a sua decoração de bellos marmores de diversas côres. A egreja mede 74^{m} de comprimento, tendo o cruzeiro 18^{m}.

O pavimento é de marmore em xadrez.

As capellas são tambem guarnecidas de finos marmores e de obra de mosaico.

Alem de altares collateraes da Capella mór, o Cruzeiro tem nos topos dois altares maiores e mais ricos. *O que se ergue ao fundo*

do braço do cruzeiro da parte do Evangelho ostenta soberbos mosaicos de muito primor. Junto ao altar collateral da Capella-mór e do mesmo lado do Evangelho, está o tumulo do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

Os periodos, que precedem gryphados, são de um artigo de Vilhena Barbosa, intitulado «Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inedito) — S. Vicente de Fóra».

Na noticia acerca do Condestavel, que inserimos no Tomo II d'esta publicação, dissémos como tinha sido provisoriamente depositado n'uma sepultura no meio da Capella-mór da egreja do Convento do Carmo, o cadaver do heroe, que tinha fallecido no dia 12 de Maio de 1432.

Tendo depois a Duqueza de Borgonha, D. Isabel, mulher de Filippe-o-Bom, e filha de D. João I, enviado um riquissimo tumulo para o Santo Condestavel, que assegurara a Corôa de Portugal na fronte de el-Rei seu Pae, principalmente na batalha de Aljubarrota, e ainda em outras muitas entre as quaes se destaca a de Valverde, fez-se para esse tumulo solemnemente a sua trasladação.

O terremoto de 1755 derruiu a egreja do Carmo, e destruiu por completo este magnifico mausoleu de alabastro, que era assim composto:

«Tinha de comprimento 12 palmos. Nas quatro faces da caixa admiravam-se primorosas esculturas representando: as santas imagens que o Condestavel trazia pintadas no seu pendão; figuras de anjos e as armas dos Pereiras.

«Na tampa da caixa, que assentava sobre leões, estava deitada a estatua de D. Nuno Alvares Pereira, de corpo inteiro, vestido com o habito, que foi o seu unico vestuario desde que entrou para o Convento; empunhava na mão direita o bastão em que se apoiava nos seus ultimos annos, e segurava na esquerda o livro de orações seu companheiro inseparavel.

O mausoleu era completado por uma estatua em pé, de 7 palmos de altura, que estava junto do tumulo, vestida de armas bran-

cas, com peito, manoplas, grevas, espaldar, espada á cinta, e uma grande massa na mão. O condestavel apresentava-se assim armado nas batalhas, em que ia pelejar pela sua Patria e pelo seu Rei.

D'este mausoleo, grandioso no delineamento, e primoroso na execução, o terremoto de 1755 como dissemos, não deixou infelizmente parte alguma aproveitavel. Os frades mandaram fazer outro tumulo de madeira em tudo egual ao primeiro, e n'elle encerraram os ossos do Condestavel.

Depois da extincção das Ordens religiosas, em 1834, a Rainha D. Maria II ordenou que fossem transportados para S. Vicente de Fóra os restos mortaes do muito illustre progenitor da Casa de Bragança; e ali existem junto do altar de S. Theotonio, o famoso primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra.

A esplendida Capella-mór da egreja de S. Vicente, é revestida de bellos azulejos, desde o pavimento até á abobada. Sob um elegante baldaquino fica o altar, que é obra de madeira, delineada e dirigida pelo inclito escultor Joaquim Machado de Castro, sendo as estatuas e os anjos executados por discipulos seus.

Nas paredes lateraes d'esta capella ostentam-se duas ricas tribunas. Por detraz do altar-mór fica o espaçoso côro.

Ao lado da Capella-mór, da parte do Evagelho, ha uma pequena porta, que dá entrada para uma sala muito estreita, que serve de jazigo aos Senhores Patriarchas, e que foi jazigo real.

O actual jazigo da dinastia de Bragança é situado por detraz da Capella-mór, e tem entrada pelo claustro.

A sachristia devide o claustro em dois, os quaes são mais que banaes e se não fossem os bellos quadros de azulejos que os ornamentam, não mereciam a mais pequena referencia. Os quadros representam assumptos das fabulas de Lafontaine.

N'uma capella do claustro estão depositados, em tumulos de marmore, os principes D. Antonio e D. José, filhos legitimados d'el-Rei D. João V, e vulgarmente conhecidos pelos *Meninos de Palhava*.

Terminamos esta resumida noticia do Mosteiro de S. Vicente de Fóra, apresentando ao leitor a seguinte conceituosa observação do Sr. Visconde de Castilho:

«A Filippe Terzi é devido o possuirmos ainda hoje, tão completo, o formozo specimen da architectura ecclesiastica de seculo XVI. Este monumento não só resistiu ao medonho temporal da tarde de 19 de Novembro 1724, que destroçou as grimpas dos seus campanarios e alguns remates exteriores; mas resistiu tambem ao fatal terremoto de 1755, que ainda assim lhe abateu o admiravel zimborio, e lhe causou outros estragos de monta.»

Santa Marinha d'Outeiro de Lisboa

(SAGRADA EM 1222)

Da Descripção de Monumentos sacros de Lisboa, em 1840, recopilada por Luiz Gonzaga Pereira, extractamos o seguinte:

Egreja da Freguezia de Santa Marinha

COROGRAPHIA

Fundação d'esta Parochia e Templo

Por muito Dignos Escriptores nos consta que esta Parochia foi erecta no seculo XII, o que nos afirma a inscripção que se lê no lado da porta da egreja, da parte do Evangelho, a qual diz: *aos 12 dias do mez de Dezembro de 1222 foi esta egreja sagrada*; este é o documento mais certo da sua antiguidade; possuia antes do terremoto 200 fogos e actualmente (1840) 280; reuniu-se em 1834 á freguezia de Santo André.

Localidade

Fica no largo de Santa Marinha, no cimo de um outeiro, que lhe dá o nome, tem a frente voltada para o poente.

Igreja de Santa Marinha d'Outeiro de Lisboa
(Copiada do Codice de Gonzaga Pereira — 1819)

Grandeza e prospecto

A sua planta pode accommodar 300 fieis, e o Santo Serviço da Egreja Romana, o seu alçado é conforme a copia junta, o qual foi copiado do natural do lado esquerdo da mesma localidade.

Capellas

Possuia 4 capellas: a capella-mór, onde se achava collocada a Imagem de Santa Marinha, como orago d'esta Parochia: 2 collateraes, dedicadas ao Santissimo e Nossa Senhora da Conceição; esta milagrosa Imagem está na capella-mór da Egreja da Graça, entre as Imagens de Santo André e de Santa Marinha. A quarta capella era dedicada a Santa Catherina.

Escultura

Possuia as seguintes Imagens: Nossa Senhora da Conceição, imagem de 6 palmos de altura, muito perfeita e de grande devoção; Santa Marinha, S. Sebastião, Santa Catherina, e algumas imagens pequenas.

Architectura

Nada se via n'este templo de architectura de gosto singular; o seu prospecto é simples e tão raro, que se não vê outro egual n'esta Côrte.

Tendo sido este templo um dos que o Governo determinou que fosse destruido, a Camara mandou-o destelhar em 1838!

O Padre Carvalho, na sua *Corographia Portugueza*, tratando da Egreja parochial de Santa Marinha, diz que foi antigamente *Mesquita de Mouros*.

O Mosteiro de Odivellas

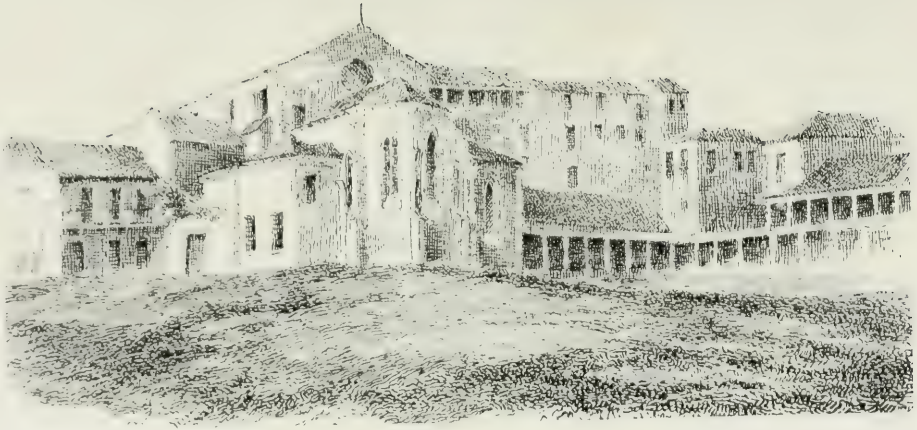
A gravura representa o Mosteiro de Odivellas (*o Mosteiro grande*, como por autonomasia lhe chamavam), fundado por el-Rei D. Diniz, em 1295, na sua quinta de Val de Flores. Avistam-se as ogivas da primitiva abside do vastissimo templo. Damnificou-o muito o terremoto de 1755. O que apresentamos, é o que se via em 1859 ao fundo do enorme *couto*, ou pateo mal gradado e rustico. A' banda direita segue a columnata coberta, onde se lia a lapide dedicada a S. Bernardo, posta ali por D. Alvaro de Noronha, em memoria de um dos grossos peloiros de pedra, com que lhe atiravam os Moiros de Ormuz, hoje collocado no Museu de Artilharia. O conjuncto do Mosteiro, agora transformado pelos prosaicos operarios das Obras publicas, era ainda em 1859 extremamente pittoresco. Em havendo festas na egreja (no dia de S. Bernardo por exemplo), com fogueiras no pateo, procissão, repiques e descantes, entreviam-se as Monjas atraz das estreitas rotulas de algumas d'essas janellas.

Odivellas é hoje um sonho.

Hospital Real de Todos os Santos

Começaremos por dizer, que tratam deste hospital os seguintes livros e documentos, a que tivemos de recorrer para a noticia que apresentamos:

- Christovam Rodrigues d'Oliveira.
  Summario, pag. 60, da impressão moderna.
  F. Nicol. d'Oliveira.
  Grandezas de Lisboa pag. 223.



Odivellas em 1859

— D. Francisco de Herrera.
Vida do Ven. Obregon, pag. 148.
— Carvalho da Costa.
Corografia Portugueza — Tomo III, pag. 395.
— Anu. Historico — Tomo II, pag. 86.
— Oliveira Freire.
Descripção Chorographica de Portugal, pag. 78.
— Sr. Alfredo Luiz Lopes – (O Hospital de Todos os Santos).
— J. Baptista de Castro.
Mappa de Portugal — Tomo III, pag. 188 e 189 — 3.ª edição.
— Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa. Sr. Eduardo Freire de Oliveira.
— Supplemento ao n.º 32 da Gazeta de Lisboa, de Agosto de 1750.
— Monumentos Sacros da cidade de Lisboa, por Luiz Gonzaga Pereira.
Traz a fachada da egreja do Hospital de S. José, e uma descripção da Egreja e do Hospital do Desterro.
(Manuscripto existente na Bibliotheca publica).
— Livraria, deixada ao Hospital pelo P.e João Evangelista – Dezembro de 1853.
– Livraria do Hospital, comprada em 1818, pelo enfermeiro-mór, Principal Camara.
Vid. Inventario da Livraria — Cartorio, estante n.º 1, Registo geral n.º 7, fl. 175.
— Indice da Legislação permanente do Hospital, 1 livro – 1603 a 1827.
Auto de medição e confrontação do Hospital Real de Todos os Santos de 1568 e 20 de Agosto de 1696.
(Tombo incompleto do Hospital, fl. 6 a 9 v.º Tombo antigo, fl. 14 v.º.
Auxiliar do Tombo antigo do Hospital, 18 maceres n.ºs 1 a 18 – Cartorio).

— Decreto de 6 de Julho de 1752, que mandou comprar, para a nova obra do Hospital de Todos os Santos, quatorze propriedades de casas, nas ruas da Bitesga e Poço do Borratem, avaliadas todas em 39:202$500 réis.

(Maço 2.º de mercês, portarias e decretos, n.º 70.

As escripturas estão no livro E da compra de varias propriedades de 1752 a 1754, fl. 4 v.º).

— Carta de doação do Convento de Santo Antão, de 26 de Setembro de 1769.

(Maço 2.º de Privilegios e Mercês, n.º 78).

Acha-se junto á Carta regia e planta do Collegio de Santo Antão. Edificio do Collegio, vid. — Maços de Privilegios e Doações — n.º 91, n.º 74, n.º 2, n.º 78.

— Edificio do Hospital de Todos os Santos (Registo geral — Liv. 1.º, fl. 28, v.º).

— Historia — Vid. Exame Critico e historico acerca dos engeitados, pag. 130.

— Hospital de S. José — de 1775 por diante, Historia do Hospital — vid. Registo particular do enfermeiro-mór, D. Jorge. — Relações historico-estatisticas do Hospital, a que se refere o Registo geral n.º 10, fl. 43, 44 e 47.

— Descripção do Hospital de S. José — 1849, Livro dos Bens, fl. 1 a 5.

— Medição e plantas do Hospital de Todos os Santos, na rua da Bitesga, e na do Poço do Borratem (Maço 6, de titulos n.º 8).

Estas plantas e medições estão juntas ao Decreto de 6 de Julho de 1752.

(Maço 2.º de privilegios, etc., sob n.º 70).

Universo Pittoresco de 1868.

Estampas do portico, chafariz, etc.

Historia da Beneficencia publica em Portugal, pelo Sr. Victor Ribeiro.

Croquis da fachada da egreja do Hospital
de Todos os Santos, em 1750

Hospital Real de Todos os Santos

Na Historia da Beneficencia publica em Portugal, pelo Sr. Victor Ribeiro, vê-se a pag. 86, que D. João II, impulsionado pelas vantajosas consequencias, que resultavam das grandes instituições hospitalares de Italia, edificadas segundo os preceitos de construcção e administração do hospital de Florença, determinou que se fundasse em Lisboa um grande hospital, onde se reunissem, sob uma unica administração, as muitas desenas de hospitaes e de albergarias, dessiminadas pela vasta e populosa area, que occupava a capital do reino.

O Rei tendo lançado a pedra fundamental do hospital, em 15 de Maio de 1492, começando assim a edificação, não logrou ver realisado o seu piedoso intento;[1] mas no seu testamento, entre varias esmolas que deixou a diversos recolhimentos e confrarias, recommendou com o maior interesse aos seus successores, que concluissem a obra pia, que iniciara.[2]

Esta disposição testamentaria é como se segue:

«Item porque minha tenção he de mandar fazer pelo amor de Deus hum spital em Lixboa da advocação de todolos santos para remedio meu sprital e corporale dos pobres e enfermos pero se se acertar que o sr. Deus queira de mim al dispoer assy que eu o não possa fazer mando que se faça o dito spital na maneira que é começado, e a governança do dito spital se faça como parecer bem o meu testamenteiro, o qual queria que pouco mais ou menos seguisse o regimento que se tem em Florença e Sena e todos os spi-

[1] El-Rei D. João II morreu a 25 de Outubro de 1495.

[2] O hospital de Todos os Santos foi fundado para n'elle se reunirem todos os hospitaes que havia em Lisboa, e alguns dos seus suburbios, para soccorro e amparo *da gente plebea, rustica e sem estimação.* (Elementos para a historia do municipio de Lisboa, T. I, pag. 379, nota 2).

taes da cidade de Lixboa se converterão em elle com todalas rendas e propriedades e cousas como mo them outhorgado o Santo Padre (Sixto 4.º) por sua Bulla Apostolica (de 13 de Agosto de 1479). etc.» [1]

El-Rei D. Manoel deu largo e sumptuoso cumprimento á recommendação do seu antecessor, mandando edificar um enorme hospital, intelligentemente delineado, e no qual se empregou a admiravel architectura, que immortalisou o seu reinado pelas maravilhosas construcções que nos deslumbram. O novo hospital, que se concluiu em 1501, foi logo dotado com muitas rendas e privilegios.

N'este anno el-Rei D. Manuel obteve do Papa Alexandre VI o breve para incorporar n'este hospital todos os que se achavam dispersos por differentes pontos do reino, mandando fabricar juntamente todas as casas que faziam frente para o Rocio, desde a rua da Bitesga até ao Convento de S. Domingos.

Os hospitaes incorporados eram pequenos hospitaes, mantidos com esmolas e legados. Parte d'essas casas de caridade eram apenas recolhimentos ou albergarias, onde perigrinos e pobres eram acoutados com os enfermos. [2]

Recordemos que Lisboa era então o mais importante emporio do commercio oriental; aqui affluiam navios de todas as nacionalidades, tripulados por marinheiros de varias raças, e transportando como passageiros os mercadores que vinham adquirir os objectos provenientes das riquissimas regiões da Asia. Era porem natural

[1] Provas da Historia genealogica, Tomo II, pag. 167.

[2] Um trabalho do Sr. Dr. Alfredo Luiz Lopes, publicado no Jornal da Sociedade de Sciencias Medicas em 1890, com o titulo «Contribuição para a Historia da Medicina em Portugal», dá a relação dos hospitaes que foram incorporados.

No Summario de Christovam Rodrigues d'Oliveira, vem a relação dos hospitaes existentes ainda em 1553 ou 54, epoca em que escreveu (Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa — Tomo II, pag. 529, nota).

que estes viajantes, por vezes frequentes, trouxessem o microbio das pestes temerosas, que assolaram Lisboa n'aquella epoca memoravel da sua grandeza. A resolução do faustoso Soberano, que a historia denominou *o afortunado*, tinha pois em seu favor mais a rasão de precaver a cidade contra estas mortiferas epidemias.

Do «Livro das Grandezas de Lisboa» de Frei Nicolau d'Oliveira, extractamos a seguinte noticia da situação e construcção do Hospital de Todos os Santos, que se chamava d'el-Rey:

Entrava-se na cidade de Lisboa, pelo lado do Norte, por dois grandes valles, povoados de uma parte de mui nobres casas e da outra de frescas hortas. Estes dois valles vinham-dar a um espaçoso *Recio*, no qual se fazia ás terças-feiras um grande mercado, abundante de tudo quanto era necessario á vida humana. O Recio do lado do Norte era cercado por duas grandes e bellas casas, que para sua morada tinham mandado levantar dois fidalgos, e tambem pelo paço do Santo Officio, que sumptuosamente mandara fazer o Infante D. Pedro, o malogrado Duque de Coimbra, quando Regente do Reino na menoridade d'el-Rei D. Affonso V, seu sobrinho. Este paço, a que se chamou dos Estáos, tinha sido construido pelos annos de 1449,[1] para n'elle se hospedarem os Embaixadores; serviu tambem de residencia real. El-Rei D. João III morava no Paço dos Estáos, e ali recebeu, em 1540, a S. Francisco Xavier, que veiu então a Portugal, e se chamava simplesmente *o Padre-mestre Francisco*. Ali residia ainda este Monarcha em Outubro de 1543, como o conta o sr. Visconde de Castilho, na Lisboa Antiga, Tomo IV dos Bairros Orientaes, pag. 123. O edificio foi depois destinado por D. João III para habitação dos officiaes do Santo Officio.

Da parte do Occidente e do Sul, a praça estava toda cercada de grandes casas; havia porem do lado oriental um lanço do dormitorio do convento de S. Domingos, que tomava na entrada do *Recio* cerca de um terço do seu comprimento. Tanto este dormito-

[1] Villbena Barbosa — Arch. Pit., Tomo V, pag. 34

rio, como o famoso edificio do Hospital de Todos os Santos, que occupava os dois terços restantes da praça, estavam fundados com a frente para o Rocio, sobre trinta e cinco arcos de fortissima cantaria, entre os quaes e a parede interior havia um largo corredor, que servia de abrigo para o sol e para a chuva, e dava serventia para o hospital de Nossa Senhora do Amparo, e para os officiaes do hospital de Todos os Santos, como eram *os fisicos* e *çurgião*, etc.

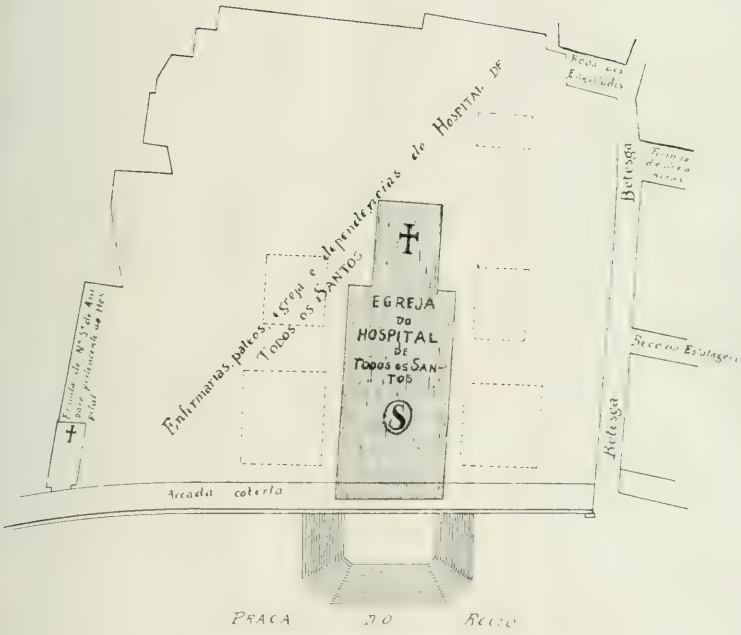
O edificio do hospital de Todos os Santos deitava para a actual rua das Gallinheiras, que occupava todo o espaço entre a Betesga e o Amparo.

Estabelecida a situação do Hospital, vamos tratar da sua planta geral, e da disposição do edificio.

A planta geral segundo Christovam Rodrigues d'Oliveira, Summario, pag. 60 da impressão moderna, Frei Nicolau de Oliveira, Grandezas de Lisboa, pag. 223 e principalmente João Baptista de Castro, Mappa de Lisboa, Tomo III, era em forma de grande cruz, de quatro braços eguaes, entre os quaes ficavam quatro claustros lageados, tendo no centro de cada um, um poço d'agua, com excepção do claustro sobre que dava a cozinha, em que para facilitar a limpesa d'esta o poço ficava a um canto. O hospital tinha uma grande horta, com muita agua, que, alem da necessaria para a cultura da hortaliça, alimentava dois grandes tanques, em que se lavava a roupa dos doentes; ao lado da horta havia uma enfermaria de religiosos Capuchos, onde se iam curar os seus enfermos, dando-lhes, porem o Hospital todo o necessario.

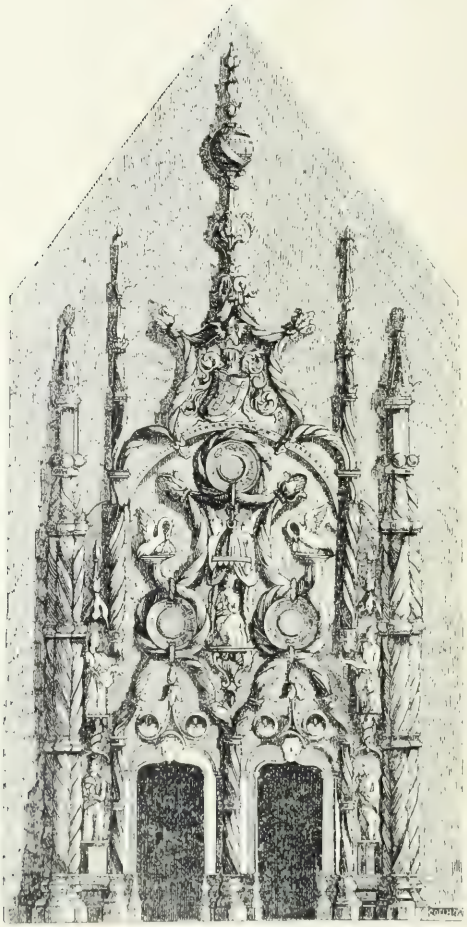
O braço da cruz que dava para o Rocio era occupado pela egreja do Hospital, sumptuosissima pelos materiaes e objectos de arte que n'ella se admiravam e pela riqueza dos paramentos.

Subia-se para o magnifico portico, que dava entrada directa para a egreja, por uma famosa escadaria de 21 degraus, com tres faces sobre o Rocio, ao cimo dos quaes havia um vasto taboleiro quadrado de 10m,70 de lado. O primeiro degrau tinha de comprimento, no sentido parallelo á frente do edificio, 24m,64, e de largura, no sentido perpendicular á mesma frente, 20m,75; os degraus



Titulo d'uma planta feita em 1750

Pelo Sr. Visconde de Castilho



Portal de Hospital de Todos os Santos

iam-se regularmente encurtando até ao ultimo, que era aquelle em que se continuava o taboleiro.

Entrava-se na egreja pelo portico, representado na gravura, que era muito custosa e artisticamente trabalhado em estylo manuelino, e gozava da justa reputação de ser dos melhores de Portugal.

No braço da cruz á direita da egreja ficava a enfermaria de S. Cosme, destinada a feridos; no braço opposto a enfermaria de Santa Clara, para mulheres; no quarto braço, que ficava na direcção da egreja, havia a enfermaria de S. Vicente para doentes de febres. Nestas tres enfermarias estavam os leitos postos em repartimentos dentro de arcos, ficando assim livres os corredores para maior limpeza. O corredor da enfermaria de S. Vicente tinha de comprimento cerca de 34 metros, de largura 4^m, e de altura até os fréchaes $6^m,5$. D'esta altura começava a levantar-se o formoso madeiramento do tecto. A enfermaria tinha 22 leitos.

A enfermaria de Santa Clara tinha a mesma largura e altura que a de S. Vicente, mas o seu comprimento era apenas de cerca de 2[illegible] metros, o que levava a reduzir os seus leitos a 20.

A enfermaria de S. Cosme era das mesmas dimensões da anterior; mas, por causa de uns armarios para despejos, tinha só 18 leitos

Alem das enfermarias, que acabamos de nomear, o Hospital tinha mais a de S. Damião com 22 leitos, a dos Camarentos com 14 leitos, e a dos feridos com 45. Havia ainda enfermarias para mulheres e para doidos e convalescentes de ambos os sexos.

Quando havia grande multidão de enfermos, faziam-se-lhes camas pelos corredores.[1]

---

[1] Parece-nos interessante notar, que, em 4 de Maio de 1598, os vereadores da Camara pediam que por um novo imposto se obtivesse dinheiro para soccorro dos pobres. Foi concedido que a Camara fizesse um emprestimo de 2.500 cruzados para começar a fazer um hospital para alliviar o de todos os Santos, hospital que se fez no verão d'aquelle anno. Havia então epedemia de peste em Lisboa. E. H. M. L. Tomo II, pag. 107.

A egreja em architectura, perfeição e capacidade, não cedia a nenhuma das da Côrte; era vasta e de tres naves e uma das maiores do reino. A capella-mór, de muito pé direito e largura, ficava no fecho da cruz do edificio do Hospital, e estava disposta de modo, que, por tres grandes janellas que nella havia, os doentes das tres enfermarias ouviam missa estando deitados nos seus leitos. Por algumas inconveniencias, que se offereceram, tirou-se esta regalia aos enfermos, que ficaram privados de ouvir missa durante alguns annos, até que, sendo Provedor D. Manrique Portugal, no anno 1617 ordenou que houvesse um altar portatil em cada uma das tres enfermarias, em que se celebrava missa todos os Domingos e dias santos.

Na capella-mór havia um primoroso retabulo entalhado; o tabernaculo onde se expunha o SS.mo era magnifico.

A pag. 78 e seguintes da Descripçam Corographica de Portugal, impressa em 1739, Antonio de Oliveira Freire, tratando d'este Hospital, diz que bem mostrava ser obra começada por el-Re D. João II. e concluida por el-Rei D. Manuel, pela grandeza material da sua architectura, e pelas rendas com que foi generosamente dotado para *cura, convalescença e alivio dos doentes pobres.*

Nesta Santa Casa, uma das mais piedosas fundações que havia no reino, os Irmãos da Misericordia que serviam cada anno, eram cento e vinte oito, entre nobres e Officiaes, sendo o primeiro o Enfermeiro-mór, que era sempre o Provedor da Misericordia, e tendo elle legitimo impedimento, entrava em seu logar o Thesoureiro da Fazenda do Hospital, que era sempre um fidalgo principal, e para sua morada havia no Hospital bons aposentos; tinha um Escrivão, que era sempre um dos Irmãos nobres.[1]

Alem do pessoal e material para os doentes nas diversas enfermarias, havia dentro do Hospital vinte e quatro amas para os expeitados; e como nem sempre podiam crear todos os que se expu-

[1] Carvalho, Corografia Portugueza, Tomo III, pag. 397.

nham nas rodas, repartiam-se pelas amas do termo; pelo que estas e as suas familias gosavam de differentes privilegios.

Da despesa que se fazia com o Hospital, dá ideia a quantia de dois contos e duzentos mil réis, que se gastava com medicamentos, que ainda assim se davam por um terço menos do que os preços marcados nas tabellas.

No Tomo II do «*Anno Historico*» do Padre mestre Francisco de Santa Maria, a pag. 86, veem algumas das circumstancias, que levaram el-Rei D. João II a mandar proceder á edificação do sumptuosissimo Hospital de Todos os Santos:

Havia na grande cidade de Lisboa muitos hospitaes em diversos sitios e para enfermidades differentes; mas pela maior parte se desencaminhavam as rendas destes estabelecimentos de beneficencia, por andarem por muitas mãos, e não ser facil meter a bom caminho grande numero de administradores, que mais curavam de si que da pobreza. Para remediar este nefasto estado de cousas, alcançou o *Principe Perfeito*, um breve do Papa Alexandre VI, permittindo a reducção de todos os hospitaes a um só, e escolheu logar para a sua edificação junto á famosa praça do Rocio. A inauguração da obra fez-se, no dia 15 de Maio de 1492.

O grandioso edificio do Hospital padeceu terrivel incendio em Outubro de 1601.

Segundo uma nota autographa de Manuel Severim de Faria, o muito notavel chantre de Evora, nota que se encontra na secção dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa, sob o n.º 8570, a fl. 156 v.º, o Hospital d'el-Rei de Lisboa, foi queimado a 28 de Outubro de 1601, no dia de SS. Simão e Judas. E á vespera se tinha feito a procissam de S. Raymundo, que sahio da Capella d'el-Rei em que foi o visorei D. Christovão de Moura, com muita solemnidade ao mosteiro de S. Domingos, e houve presumpção que de algum foguete que se lançou em S. Domingos n'esta festa se occasionou pegar-se o fogo no hospital.

No mesmo dia de SS. Simão e Judas appareceram em Lisboa

uns gafanhotos, que sómente duraram ao dia seguinte e logo ao outro dia desappareceram, sem se saber donde vieram nem para onde se foram, e eram muitos e grandes, mas não em tanta quantidade como os que n'outro tempo tinham apparecido em Evora.

D'este incendio escapou o retrato de el-Rei D. Sebastião e as armas do Reino.

Na madrugada de 10 de Agosto de 1750, um segundo e pavoroso incendio reduziu a cinzas o Hospital de Todos os Santos, salvando-se da egreja unicamente a admiravel fachada do seu portico, taboleiro e escadas, e das enfermarias a de S. Camillo. (Mappa de Portugal, T. III, pag. 318).

Na Relação da morte d'el-Rei D. João V, que se encontra na secção dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa, sob o numero 906, a pag. 910 H, lê-se:

«A esta grande perda se seguio a 10 de Agosto (de 1750) o incendio do Hospital Real de Todos os Santos, hum dos maiores monumentos da piedade portugueza, e entrou na Igreja de que se tiraram as imagens e os ornamentos para São Domingos, para onde foi levado primeiro o Santissimo em procissão com todo o respeito, os enfermos que eram 500 todos se livraram, excepto hum doudo, a quem se não poude acudir; todas as religiões mostraram o seu zelo levando os enfermos para os claustros de São Domingos; hum P.e da Comp.a foi tirar hum negro, que estava doente na Capella-mór, onde ninguem o quiz hir buscar por estar o tecto abrasado; e tanta foi a sua caridade, que o foi buscar e depois cahio a Igreja abrasada; e foi tão grande o fogo, que até as portas da Igreja queimou, e huma Sr.a que estava no fronstespicio; nem os vidros quebraram, nem a corda da lampada se queimou; principiou o fogo pela chaminé dos doudos, ficou a enfermaria de S. Camillo livre, e parte da de S. José».

A desgraça do segundo incendio tornou se mais sensivel, porque se acabavam de reconstruir o Hospital, egreja e enfermarias.

com grande dispendio, para o qual concorrera não só a incomparavel piedade de el-Rei D. João V, mas a grande somma de dinheiro que se lhe applicou da testamentaria de um Francisco Pinheiro, [1] por Bulla de Benedicto (XVI) de 20-12-1749.

Para commodidade e serviço dos doentes alargou-se a enfermaria de S. Camillo para o palacio do Marquez de Cascaes.

A destruição completa do Hospital foi porem devida ao pavoroso incendio, que no dia de Todos os Santos succedeu ao terremoto de 1755. Os doentes que escaparam foram trazidos para as cabanas do Rocio, onde em grande miseria estiveram expostos, durante quasi tres semanas, ao rigor do tempo; das cabanas passaram para as cocheiras do Conde de Castello Melhor, até que foram installados em enfermarias, construidas por obra e despesa real.

Feitos os reparos indispensaveis voltaram os doentes para o Hospital, onde se conservaram até 1775.

Este incendio foi minuciosamente descripto no Supplemento á Gazeta de Lisboa n.º 32 do dito mez de Agosto do mesmo anno.

Havia no hospital 723 doentes; e não consta que nenhum tivesse morrido victima do incendio, que foi assombroso. Sebastião José de Carvalho e Mello providenciou com grande elevação e energia.

(E. H. M. L. — T. XV, pag. 174 (nota).

Diremos ainda que o medonho incendio, que reduziu completamente a cinzas o hospital de Todos os Santos, rebentou nas aparas de umas obras, que se andavam fazendo na *casa das tinas*, e da qual passou logo para as enfermarias de S. Cosme e de S. Damião, e d'ali ás casas dos doidos e dos mortos, donde se alastrou, em horrorosa voragem, para as outras enfermarias e dependencias do sumptuosissimo edificio.

[1] Negociante, que pertencia á extincta Confraria da N. Senhora da Doutrina, erecta na Casa professa de S. Roque, pertencente aos Jesuitas.

Pinheiro Chagas, na sua Historia de Portugal, descreve o pavoroso espectaculo em quadros que nos causam a mais comovente impressão.

Diz-se que, exceptuando um doente que pereceu no meio das chamas, não houve a lamentar perdas de vida dos setecentos e vinte e tres enfermos que estavam no hospital, e isto graças aos dedicadissimos serviços de todas as classes da população de Lisboa. Observa porem conceituosamente Pinheiro Chagas, que no hospital do Desterro, para onde mais tarde foram transportados os enfermos, apenas se reuniram quinhentos e tantos, suppondo-se que alguns dos doentes, que podiam andar pelo seu pé, se evadissem para sitios diversos. Ora com quanto esta supposição seja bastante gratuita, nem por isso se diminue o merecimento dos habitantes de Lisboa, que deram no salvamento dos enfermos elevadissima prova da sua coragem e dos seus sentimentos humanitarios.

Como curiosidade diremos, que, por occasião d'este incendio, o Senado possuia apenas cinco bombas; d'estas arderam logo duas (!), e inutilisaram-se em breve as tres restantes.

Passamos a apresentar uma muito interessante observação, que se encontra no *Summario de Varia Historia*, do conceituado escriptor Ribeiro Guimarães.

Justo é que se diga que a grandiosa fabrica do Hospital Real, destruida pelo terremoto de 1755, não foi só obra dos Reis D. João II e D. Manuel, porque D. João III, cumprindo egualmente o *encommendamento* de D. Manuel, muito accrescentou e melhorou o dito Hospital.

A carta regia de 28 de Junho de 1564 prova que el-Rei D. Sebastião não foi menos favorecedor do Hospital; diz:

«...El Rei D. Manuel, meu visavô, o qual... deixando a conservação e perfeição do dito hospital encommendada a El-Rei D. João o terceiro, meu senhor e avô, que Deus tem, *o qual o continuou em sua vida, repairando as officinas antigas do dito hospital*,

e accrescentando outras novas com muitas mercês e esmolas... pelo que me deixou com o seu exemplo maior obrigação de o seguir e imitar.»

Ribeiro Guimarães, no seu citado *Summario*, sustenta que nas epocas em que descreveram o Hospital de Todos os Santos os tres escriptores anteriormente referidos, já aquella singela mas magestosa traça *de uma cruz de quatro braços eguaes*, estava alterada exceptuando a portaria, pelo accrescentamento de novas e quiçá bem disformes construcções, as quaes tinham sido consequencias do grande augmento de enfermos.

Continuando a apresentar elementos para a historia do Real Hospital de Todos os Santos, diremos que o Doutor Francisco de Monçon, distincto professor da Universidade de Coimbra, no seu muito apreciado livro *Espejo del principe christiano*, dedicado a D. João III, no ultimo capitulo, depois de citar os grandes hospitaes da Christandade, conclue dando primazia ao de Todos os Santos, de Lisboa, *por concentrar em si as vantagens de todos os outros.*

No referido capitulo descrevem-se os serviços deste Hospital, onde se davam consultas e remedios aos pobres que accorriam ao banco; havia tambem uma enfermaria especial (especie de quártos particulares) para pessoas nobres se tratarem, o que talvez explique a tradição de ter Luiz de Camões fallecido em um hospital. (*Diario de Noticias* de 25 de Outubro de 1891 — artigo de fundo).

Se tivesse existido no archivo do Hospital o tombo das pessoas que deram entrada n'aquella enfermaria? este tombo lançaria muita luz n'uma parte devéras obscura da vida do grande poeta.

Devemos tambem accrescentar que na enfermaria da nobresa, os doentes recebiam melhor tratamento do que em suas proprias casas, por grandes que fossem os seus haveres; e quando saíam curados folgavam de satisfazer o gasto e o trabalho, que haviam tido com elles. Recolher-se á enfermaria da nobresa não significava pois nem deshonra, nem miseria.

Consignemos tambem aqui, que o passadio dos enfermos no

Hospital era excellente; adquiriam-se para elles as cousas mais mimosas.

Refére tambem o Doutor Francisco de Monçon, no seu citado livro, que os aposentos dos enfermos eram edificados por tal arte, que, se algum fallecia, sacavam-no por uma porta falsa, que tinha cada leito, de modo que o enfermo que estava ao pé não vinha a saber se o companheiro fallecera.

O livro do Doutor Francisco de Monçon é um perfeito tratado de educação de principes; teve duas edições e justa nomeada.

Debaixo dos arcos do Hospital que davam para o Rocio, havia a ermida de Nossa Senhora do Amparo, que tinha uma enfermaria para pessoas incuraveis, esta enfermaria era administrada pela Irmandade da Misericordia. Consumiu tudo o incendio de 1755.

Depois d'este incendio, por aviso do Conde de Oeiras, de 19 de Junho de 1759, cortou-se e abriu-se uma rua de quarenta palmos de largura até á rua dos Canos, separando o Convento de S. Domingos do Hospital Real.

Uma disposição do testamento de el-Rei D. João II determinava que todos os annos se remissem do poder dos mouros dois cativos dos mais desamparados que lá estivessem, e que os trouxessem a servir no hospital pelo espaço de um anno, e durante esse tempo deixassem crescer as barbas, e assistiriam ás festas da Virgem e ás missas com cirios nas mãos. E findo o anno, que se contava de 1 de Novembro, seriam despedidos, podendo então cortar as barbas; dar-se-lhes-hia um vestido honesto.

O testamento diz que os ex-cativos deixassem crescer as barbas, para maior lembrança de se remirem os dois que os deviam substituir, porque não era uso trazer as barbas crescidas.

S Era, ou é, o monogramma da loiça e das alfaias do Hospital Real de S. José; significa *Sanctorum Omnium*, e é resto tradicional do nome do antigo Hospital de *Todos os Santos*.

O primeiro Provedor do hospital foi Estevam Martins, Mestre-Escola da Sé de Lisboa, e Proto-Notario da Sé Apostolica, nomeado por alvará de 8 de Fevereiro de 1496. (Vide — Registo geral dos reinados de D. João II e de D. Manuel, fl. 20 v.º, e Reforma do mesmo Registo geral, fl. 36 v.º, no archivo do Hospital de S. José).

Estevam Martins já servia o cargo de Provedor e Juiz dos hospitaes, capellas, confrarias e albergarias, em 15 de Fevereiro de 1493, como consta de uma escriptura d'esta data (a mais antiga que existe no cartorio do hospital de S. José), e que se encontra no livro 7.º da Reforma d'escripturas fl. 167, e na Reforma do Registo geral, acima citada fl. 161, v.º.

Falleceu Estevam Martins em 3 de Dezembro de 1506. Foi sepultado na Igreja da Sé, e depois trasladado para a igreja do hospital de Todos os Santos, em 5 de Junho de 1509, como consta da citada Reforma do Registo geral fl. 61, v.º.

Fez doação de muitos bens ao hospital em 1505 (Livro I do Registo geral fl. 9 e Reforma do registo fl. 5).

O seu testamento tem a data de 12 de Outubro de 1503 (Registo geral n.º 1, fl. 11, v.º — Reforma do registo fl. 8, v.º).

Os bens doados foram umas casas em Lisboa e varios bens na cidade de Faro, com certas obrigações declaradas na escriptura de 18 de Agosto de 1505.[1]

O Alvará regio, de 9 de Março de 1529, encarregou os padres Frei Diogo da Silva e Frei Manoel Balthasar, de examinarem o estado da administação, tanto espiritual como temporal do Hospital, de que era Provedor Garcia de Sousa Chichorro. (Registo geral n.º 1 Reforma do Registo geral fl. 142, v.º — papeis juntos á Bulla do Maço n.º 1).

Desde a sua fundação (15 de Maio de 1492) até 8 de Março de

[1] Segundo o epitaphio da sua sepultura, que vem transcripto no livro «A Santa Casa Misericordia de Lisboa», do Sr. Victor Ribeiro, a renda d'estes bens era de vinte e sete mil réis por anno.

1530, o Hospital de Todos os Santos foi governado por Provedores, a maior parte capellães do Rei, ou empregados da sua Casa.

N'esta data, por provisão regia, foi exonerado o Provedor Garcia de Sousa Chichorro, e foi incumbido o governo do mesmo Hospital aos padres da Congregação de S. João Evangelista do convento de Santo Eloy, desta cidade.

(Esta provisão, com outros papeis, está junta á Bulla do Papa Xisto 4.º de 13 de Agosto de 1479, que se encontra no Maço 1 de bullas diversas sob n.º 1.)

(Ahi deve estar o catalogo chronologico dos Provedores até 1530).

De 8 de Março de 1530 até 28 de Maio de 1564, governaram os padres de S. João Evangelista.

O Catalogo desses padres, que na qualidade de Provedores governaram o Hospital Real de Todos os Santos, está junto á provisão regia de 8 de Março de 1530 — por traslado — no Maço 1 de Alvarás, Decretos, etc.

(Registo geral de D. João II, fl. 130.
» » » » » » reformado, fl. 160.
» » n.º 1, fl. 147.
» » reformado, fl. 144).

A 28 de Junho de 1564 uma Carta Regia exonerou, a seu requerimento, os padres da Congregação de S. João Evangelista do governo do Hospital Real de Todos os Santos, e outra carta regia incumbiu d'este governo a Irmandade da Misericordia, de que era Provedor o Conde de Odemira, D. Sancho de Faro.

(O catalogo dos padres de S. João Evangelista, que na qualidade de Provedores governaram o Hospital Real de Todos o Santos, desde 1530 até 1564, está, com a carta regia, no Maço 1 dos Alvarás, Decretos, etc. do Archivo do Hospital de S. José.

Reunidos assim n'um só os governos da Misericordia e do Hospital, ficou sendo primeiro provedor do agrupamento o referido

Conde de Odemira, que succedeu no Hospital á Congregação de S. João Evangelista e foi succedido por Affonso de Albuquerque.

Na sua qualidade de administradora dos dois estabelecimentos, a Mesa da Irmandade da Misericordia nomeava um dos seus membros para exercer sob a sua dependencia e inspiração, a provedoria do hospital de Todos os Santos.

Correu a administração do Hospital de Todos os Santos, e depois tambem a do hospital de S. José, sob este regimen até 1851, em que o decreto de 26 de Novembro derrogou a carta regia de 1564.

Durante este longo periodo succederam-se na provedoria do Hospital de Todos os Santos, delegados da Mesa da Irmandade da Misericordia.

O catalogo chronologico dos Provedores da Santa Casa da Misericordia, que governaram o Hospital Real de Todos os Santos desde 28 de Junho de 1564 até 12 de Agosto de 1834, está junto á carta regia da primeira destas datas, a qual se acha no citado Maço 1 de Alvarás, Decretos, etc.

Quando a Irmandade da Misericordia tomou conta da administração compunha-se o governo do Hospital do seguinte pessoal:

Um enfermeiro-mór — por tempo de tres meses.

Um thesoureiro — idem.

Um escrivão de fazenda — por tempo de um anno.

Um mordomo da despensa — por um mez.

Um mordomo de bolça — idem.

Um mordomo da cosinha — por um mez.

Um enfermeiro da enfermaria dos feridos — idem.

Um da enfermaria das mulheres de febre — idem.

Um » » » » » males — idem.

Um da enfermaria dos homens de febre — idem.

Um » » » » » males — idem.

Todos eram Irmãos da Misericordia e sujeitos ao Provedor e á Mesa.

(Livro de receita e despesa de 1564-65 fl. 1).

Acerca do Hospital de Todos os Santos accrescentaremos ainda algumas interessantes informações.

Em 8 de Fevereiro de 1503, el-Rei D. Manuel fez doação (confirmada depois por D. Filippe I) ao Hospital de Todos os Santos de alguns chãos da cidade, em que entravam alguns salgados da Ribeira, de que o Provedor tomou posse para os aforar, aproveitando o producto para a renda do hospital.

(E. H. M. L. — T. I, pag. 101 a T. VII, pag. 210 — nota.

Na Igreja do Hospital de Todos os Santos foi aclamado Rei o Cardeal D. Henrique, a 28 de Agosto de 1578.

(E. H. M. L. — T. VI, pag. 135 — nota).

O Hospital de Todos os Santos ficou possuindo rendimentos importantes, porque haviam sido transferidas para a sua administração todas as rendas dos hospitaes particulares, que existiam na cidade.

No reinado de D. Filippe III, a vereação resolveu, em 10 de Outubro de 1615, dar mil cruzados para acudir ás necessidades com que luctava a administração por causa da grande affluencia de doentes, que poderia obrigar a fechar-se o hospital.

(E. H. M. L. — T. II, pag. 355).

Havia esterilidade geral no reino, em 1622, e d'ella parece que padeceu o Hospital. O Rei D. Filippe III, por carta regia de 24 de Maio de 1622, mandou dar-lhe 2:000 cruzados sahidos do real d'agua.

(E. H. M. L. — T. III, pag. 37).

Um dos rendimentos do Hospital era o producto da representação de comedias nos pateos, privilegio que durou até 1762, recebendo depois o hospital até 1833, em compensação 1:300$000 réis annuaes.

(E. H. M. L. — T. III, pag. 42).

A carta regia de 25 de Abril de 1624, manda á camara que dê ao provedor e irmão da Santa Casa da Misericordia, a cujo cargo estava o Hospital, 2:000 cruzados do real d'agua, para evitar que o estabelecimento feche por causa de meios.

(E. H. M. L. — T. III, pag. 89).

Em Fevereiro de 1625, a vereação deu de esmola ao Hospital, em precárias condições, 1.000 cruzados.

(E. H. M. L. — T. III, pag. 225).

A carta regia, de 16 de Junho de 1625, manda que vejam os da vereação que meios se podem dar para augmento dos rendimentos do Hospital de Todos os Santos, e lembra que seria conveniente mudal-o para sitio mais são. Manda dar 1.000 cruzados por uma só vez das esmolas das naus, que tenham vindo da India, e que veja a vereação em que coisas da Camara se poderá fazer mercê em cada anno para sustentação dos doentes, de que depende a saude da cidade e do reino.

(E. H. M. L. — T. III, pag. 235 e 236).

Era encargo do Hospital de Todos os Santos, e portanto um dos ramos da gerencia do Enfermeiro-mór, segundo um regimento de el-Rei D. Manuel, a creação dos engeitados. A carta regia de 16 de Janeiro de 1627 mandou a Camara tomar conta d'esta creação. O Hospital não podia sustental-os, e a Camara dizia que tambem não podia.

A carta regia de 28 de Junho de 1564, que entregou a administração do Hospital de Todos os Santos á Misericordia, foi confirmada por outras de 16 de Janeiro de 1595, e de 14 de Agosto de 1665.

(E. H. M. L. — T. III, pag. 242 — nota).

Pela penuria do Hospital de Todos os Santos, por falta nas

rendas e augmento dos doentes, nos annos 1627, 1628, 1630, 1632, 1633, 1636, 1658 e 1659, a Camara teve de o auxiliar com differentes quantias, que veem exaradas nos TT. III e IV dos Elementos para a historia do Municipio de Lisboa.

Passamos a referir o processso que se seguia para receber e curar os enfermos no Hospital de Todos os Santos, processo de que trata Carvalho na *Corografia Portugueza*. E' uma curiosa noticia da civilisação de Portugal na epoca da sua immensa grandeza.

Todos os dias de manhã, no verão ás seis horas, no inverno ás sete, se reuniam o Provedor, com os fisicos, mordomos e enfermeiros de todas as enfermarias, e os dois Religiosos da agonia, e todos juntos visitavam as enfermarias, o que tambem faziam com os Cirurgiões nas dos feridos e dos males. *E depois de visitados os enfermos, e terem praticado nas suas enfermidades e do remedio deltas*, ia o Provedor, com os fisicos e cirurgiões, a uma casa chamada das aguas, por haver ali sobre uma mesa a relação de todos os que pretendiam ser curados, com os respectivos assentos; era unicamente sobre estes que recahia a admissão no hospital, salvo grande necessidade, ou perigo de morte.

Admittido o enfermo, por parecer dos medicos, era logo levado á Igreja onde o Cura o confessáva, e lhe dava a sagrada communhão. Era depois levado á enfermaria da doença de que havia de ser curado, e ahi se lhe fazia o cadastro, e o inventario de tudo o que levava para lhe ser restituido quando curado, ou então para ser entregue á sua familia. Feitas estas deligencias, era installado num leito de colchões e lençoes lavados, onde se procedia ao seu tratamento conforme os medicos ordenavam, não lhe faltando coisa alguma até ser despedido curado, ou, no caso da enfermidade pedir convalescença, até ser mandado para a enfermaria dos convalescentes.

Esta enfermaria era uma casa grande e mui accommodada ao fim a que era destinada, por estar no pavimento mais alto do hospital, e por lhe dar o sol, logo que nascia, por tres janellas rasgadas pelas quaes entrava no inverno; no verão apenas entrava por uma que estava voltada para o nascente.

O Alvará regio de 31 de Janeiro de 1775, ordena que os rendimentos da Misericordia, do Hospital e os dos Expostos se reduzam a um só e unico.

Da massa commum se deduzirá annualmente: para o Hospital Real de Todos os Santos 44:536$300 réis em prestações mensaes; para o Hospital dos Expostos 30:000$000 réis em prestações mensaes; e o resto para a Misericordia.

(Registo geral n.º 5, fl. 47 v.º),

Na caixa 31 e peça n.º 23, da secção dos manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Lisboa, vem a *Escriptura de arrendamento do Pateo das Comedias*, por 10 annos, que principiarão pela Paschoa de 1730 — a João Villa Nova, e outros, pela quantia annual de 600$000 réis.

Arrendamento do Pateo das Comedias por 10 annos

Em nome de Deus, Amen. Saibão quantos este publico instrumento de arrendamento por tempo de des annos e obrigaçam virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e trinta e sete, em o primeiro dia do mes de Agosto do dito anno, na Cidade de Lisboa occidental, dentro no hospital real de Todos os Santos, na casa da Fazenda d'elle, estando ahi presente de huma parte o Excellentissimo Marquez de Alegrete, Enfermeiro-mór e Thesoureiro executor da fazenda do ditto Hospital e tãobem estava o Beneficiado Pedro Nolasco e Maíra, Escrivam da dita fazenda, em nome e como procuradores bastantes do Excellentissimo Biscoude de Ponte de Lima, Provedor da Casa da Santa Misericordia, e dos mais Irmãos que ahi realmente servem na Mesa, como administradores do dito hospital, como o fizeram certo por seu Alvará de procuraçam, por elles assignada, que reconheço por verdadeira, que para d'ella melhor constar se traslada dará adiante nesta nota e seus traslados; e da outra estavão João

de Villa Nova e Luiz Trinité e Antonio Forestier, homens de negocio, moradores na rua das Flores, pelos quaes foi dito perante mim, Escrivão e Tabellião do dito hospital real e das testemunhas adiante assignadas, que na certeza que a Mesa da Santa Casa da Misericordia tinha permissão de Sua Magestade para fazer representar comedias no pateo que era destinado para este divertimento, na rua das Arcas, fizeram á dita Mesa uma supplica, dizendo que elles tinham actualmente companhia ajustada de representantes Italianos, e farião vir representantes Castelhanos para a Paschoa de setecentos e trinta oito para representarem comedias em lingua castelhana e portugueza, ou conforme o gosto do publico, por tempo de 12 annos, concedendo-lhe o privilegio de só elles fazerem representar as ditas comedias, pagando elles supplicantes um tributo cada anno á dita Santa Casa da Misericordia ou um tanto por cada pessoa que fôr ver as representações; e com o que mais disseram fôra a dita supplica apresentada á Mesa administradora do ditto hospital, que mandára por seu despacho declarassem os supplicantes os fiadores que nomeavam, e o lugar do tempo do anno e dias em que pretendiam fazer representar as comedias, e os preços dos lugares dos que hão de vir ver. Em cumprimento do dito despacho fizeram os supplicantes varias declarações e clausulas com que pretendiam fazer o ditto arrendamento; e sendo levadas á Mesa mandaram por seu despacho, que informassem os Irmãos officiaes de fazenda do Hospital real, sobre as condições contidas no papel incluso fazendo vistoria no pateo com os mestres da casa, e o suppertendente das obras e do que achassem lhe dariam conta; em cumprimento do qual despacho responderam os ditos officiaes da fazenda do Hospital, que, fazendo exame na forma ordenada, acharam que o pateo das Comedias estava sem ruina e só necessitava de alguns concertos nos assoalhados e forros, e pelo que tocava aos telhados lhes disseram os Mestres Pedreiros e Carapinteiros, poderia custar a factura delles cem mil réis, os quaes não podia gastar o dito Hospital pelo miseravel estado em que se achava, e lhes parecia que não só a factura delles mas tambem os seus con-

certos se deviam encarregar aos supplicantes na escriptura e elles lhes disserão não tinhão duvida a tudo o que fizessem no pateo seria á sua custa, e ficaria para o Hospital quando se acabasse o seu arrendamento, e que só levaria os bastidores e tudo o mais que se fizesse no theatro, cujas clausulas e mais condições que apontasse o Doutor Sindico se expressariam na escriptura: e com a dita resposta fôra apresentada á Mesa administradora a dita supplica, em que mandou por seu despacho que usando do seu privilegio, na forma que lhe é concedido, dava licença aos supplicantes para continuarem em fazerem representar comedias na forma que se offerecia, para o que lhe alugavam o pateo em que antigamente se representavam por tempo de des annos, contribuindo em cada um com seiscentos mil reis, para a cura dos enfermos, pagos aos quarteis, e que os Irmãos officiaes da fazenda do Hospital o tivessem assim entendido, e mandassem fazer escriptura, á qual assistiria o Doutor Sindico, que apontaria as condições mais convenientes á fazenda do dito Hospital que para tudo melhor constar da dita supplica, dispachos e respostas, tudo ao diante será trasladado n'esta nota e seus traslados. E por virtude dos ditos despachos da Mesa da Misericordia como administradora do Hospital Real se ajustaram elles partes neste arrendamento, a ser o contracto delle com as condições, obrigações e clausulas seguintes: A saber que elles rendatarios, Luiz Trinité e João Villa Nova serão obrigados a dar em cada um anno seis centos mil reis de aluguer pelo ditto Pateo ao dito Hospital, que serão pagos aos quarteis de tres em tres meses, e que estes serão livres de todo o encargo que haja ou possa haver; e que o ditto Hospital não será obrigado a contribuir com cousa alguma alem do ditto Pateo, porque neste arrendamento só é feito do que lhe pertence e é proprio, e que o ditto Hospital fica desobrigado de mandar fazer concertos ou reparos nos camarotes, seus telhados ou nos corredores dos mesmos camarotes, não só agora mas por todos os des annos deste arrendamento, antes elles rendatarios mandarão fazer á sua custa e despesa todos os repairos e concertos, que forem precisos no mesmo pateo, camarotes e seus telhados de sor-

que tudo ande melhorado, isto tantas quantas vezes fôr preciso sem que o Hospital em tempo algum, nem no fim do arrendamento fique obrigado a lhe satisfazer, nem ainda as bemfeitorias, ou sejam uteis, ou necessarias ou voluntarias, nem estas poderão os rendatarios tirar, ainda no caso de não sofrer damno toda a propriedade, que é do dito hospital e só arruinando-se alguma parede do dito pateo sem culpa dos rendatarios a mandará reedificar o hospital á sua custa, e só poderão os ditos rendatarios tirar o teatro, que fizerem para a representaçam e tudo o mais que fizerem na Area do pateo e os bastidores com tanto que não haja damno nem nos camarotes, a que chamão Forçuras (frisas) nem nos muros d'elles. Porem no caso que o Hospital queira o dito Teatro, e estas obras que respeitão a area, que são separadas dos Camarotes, Corredores, telhados e madeiramentos d'elles, elles rendatarios as não poderão tirar, querendo-as o hospital pelo preço em que então se avaliarem; e mais convençam (sic) que elles rendatarios darão livres os dous camarotes, que tem no pateo das Comedias o Excellentissimo Marquez de Cascaes, e todas as vezes que estes forem impedidos com alguma maquina que for perciza, para a representaçam, serão elles rendatarios obrigados a lhe dar dous camarotes em outro citio como sempre foi uso e costume, e isto tantas quantas vezes houver semelhante impedimento, e da mesma sorte serão obrigados a dar outro camarote ao Thesoureiro e Officiaes da fazenda do dito hospital real, como sempre seus antecessores o tiveram, e as pessoas que n'elles forem não pagarão entrada alguma, e a chave do dito Camarote estará na mesa da fazenda para poderem usar d'elle o Ex.mo Thesoureiro que hoje é e adiante fôr e os mais Officiaes da mesma fazenda, e tãobem o dito Hospital ficara desobrigado de dar uma serventia que o dito pateo tinha, quando n'elle se representava, para o beco das Comedias, porque esta nunca foi do hospital e sempre pagou renda d'ella a qual se não obriga agora a satisfazer nem outra n'este arrendamento, porque o hospital só o faz do que é proprio; e é mais condição armarem os rendatarios o teatro para as representações de 15 de Outubro proximo futuro, e

ou o armem ou não ou se represente ou não no dito pateo no dia desaseis do dito mes de Outubro terá principio este arrendamento, e neste mesmo dia.

Administração do Hospital de Todos os Santos

Do regimento feito em 1632, approvado em mesa aos 28 de Novembro

(EXTRACTO)

CAPITULO I

Do Provedor e Irmãos da Mesa

O Provedor e Irmãos da Mesa da Misericordia são obrigados a virem ao Hospital todas as quintas feiras pela manhã. Ahi, em mesa, tratarão de tudo o que convier ao bom regimento da casa e cura dos doentes.

Depois chamarão (n'essa sessão) os mordomos das demandas, sindico da casa e requerente d'ella, e tendo diante de si o Escrivão da meza; perguntando a cada um sobre o que lhe está incumbido, e resolvendo como entenderem.

Quando se apresente materia de qualidade que se entenda que se deve fazer junta de lettrados, assentarão no dia e serão chamados os Irmãos e o Sindico, para assim se tomar melhor assento no negocio.

Especificam-se as varias questões e operações, que podem ser apresentadas á Mesa, e designam-se as entidades que a Mesa tem de ouvir para melhor deliberar.

O Provedor e os Irmãos da Mesa elegerão, quando lhes parecer conveniente dois Irmãos: um nobre e outro official, para *visitadores* do hospital; os quaes darão conta á Mesa do que encontra

rem, para esta dispor como lhe parecer — Elegerão tambem em cada anno dois Irmãos, um nobre, e outro official, para tratarem do arrendamento das lezirias e terras do Hospital.

CAPITULO II

Do Provedor

Sua obrigação — na sua ausencia o Thesoureiro do Hospital — na ausencia de ambos, o Escrivão da Fazenda.

Vigia a regularidade do serviço dos Irmãos, e pode chamar qualquer Irmão para servir por dois ou tres dias, no impedimento d'outro.

Ver que os medicos e cirurgiões cumpram inteiramente as suas obrigações. Quando o não façam dar conta á Mesa para ella dispor *como entender*.

Receber e despedir os enfermeiros, quando vir que convem fazel-o; dar licenças para entradas nas enfermarias.

Os enfermeiros que receber não serão casados; e, quando algum o fôr, não será a mulher lavandeira.

O Provedor e o Thesoureiro podem mandar fazer as obras que forem necessarias, até á quantia de *vinte mil réis*, sem darem conta á Mesa: — d'ahi para cima é preciso despacho da Mesa.

CAPITULO III

Do Thesoureiro do Hospital

Visitar a Casa da fazenda diariamente.

Mandar dizer as missas.

Pagar ás amas de fóra } na presença do Escrivão.
Compras }

Não vender pão, nem abrir os celleiros, senão na presença do Escrivão.

Irá á despensa e á cosinha sempre que lhe parecer, para ver o que convem, e se tudo está conforme com as receitas dos medicos.

Mandar ver e contar as receitas dos medicos no fim de cada mez por outro boticario, que a Meza ordenar, as quaes serão vereficadas pelos medicos e cirurgiões as vezes que ao Thesoureiro parecer.

Tomar conta da roupa sempre que o entender.

Não se lhe levam em conta nenhumas despezas, sem estarem assignadas pelos mordomos da bolça ou despensa.

CAPITULO IV

Do Escrivão da Fazenda

Obrigação de comparecer diariamente.

Não poder lançar nos livros despesa alguma que não fosse assignada pelo mordomo da bolça ou da despensa, ou que se fizesse perante elle.

Não levar em conta ao mordomo da bolça, despesa que não estivesse assignada pelo mordomo da Despensa.

Fazer assento das sentenças.

CAPITULO V

Do Mordomo da bolça

Era obrigado a vir á despensa todos os dias de manhã cedo.

Fiscalisava o pagamento das compras, etc.

CAPITULO VI

Do Mordomo da despensa

Fiscalisação rigorosa. As quantidades de generos a fornecer para cada enfermaria e outras repartições eram marcadas.

CAPITULO VII

Do Mordomo da cosinha

Fiscalisação.

CAPITULO VIII

Dos Mordomos das Enfermarias

Vigiar que tudo se cumpra nas enfermarias; tomar conta dos fatos e do que fôr dos doentes, para lhes ser dado á saída.

Os Capitulos IX a XVIII tratam do Regimento da Capella e denominam-se respectivamente: *Do Padre Cura. Do Padre Coadjutor. Dos Capellães. Do Padre Mestre da Capella. Do Padre apontador do côro. Do Padre Mestre de Ceremonias. Do Padre Thesoureiro da Capella. Do Tangedor dos Orgãos. Dos mossos da Capella. Do Mordomo da Capella.*

CAPITULO XIX

Do Mordomo da botica

Um Mordomo cada mez, (alternadamente um nobre, outro official) assistia á chegada da receita dos medicos e cirurgiões, via as quantidades e exigia a presença do boticario, e que as receitas viessem em portuguez.

Os Capitulos XX, XXI e XXII, dizem respectivamente respeito ao *Mordomo das demandas, Sindico da Casa e Visitadores das Lezirias.*

CAPITULO XXIII [1]

Dos Mordomos das Comedias

Os dous Irmãos, que hão-de assistir á cobrança do dinheiro das Comedias serão sempre dous cada mez, e um nobre e outro official, que terão particular cuidado de virem todos os dias que tocarem á fazenda do hospital, antes da hua hora depois do meio dia, assistir no Patio onde se representa, nos lugares que lhes são assinados, para cobrarem o dinheiro das entradas dos assentos, onde terão hua *caixinha*, em que irão lançando o dinheiro que se fôr cobrando, e não sahirão do dito lugar até á segunda jornada, nem irão ouvir as ditas comedias o mez que estiverem servindo pelo grande inconveniente que disso resulta, pois só vão ali para servir a Deus, e cobrar o sustento e remedio dos pobres.

Tanto que cessar o concurso da Gente e se der fim á primeira jornada, contarão logo o dinheiro, que tiverem na caixinha e o lançarão na caixa grande e o escrito do dia e cantidade do que lanção e n'elle mesmo escreverão os camarotes que se alugarão assy de sima como de baixo.

Os camarotes de sima são ao todo vinte e hum co' o da torrinha, dos quaes quatro que são: o dos Generaes, o dos Officiaes da Fazenda do Hospital, o do dono do Patio das Comedias, e o de Manuel Mendes de Crasto, não vão á caixinha; e pelos desaseis que ficam hade responder a pessoa a cujo cargo estiver alugal-os a duzentos e oitenta rs. por cada hum, e pelo da torrinha cento e sessenta rs. quando se occupar.

Dos camarotes debaixo é um do Marchena, dos nove que ficão hade responder a pessoa a cujo cargo estiver alugal-os a saber:

[1] A materia d'este Capitulo vae transcripta na integra.

pelos oito eguaes a duzentos e cincoenta rs. e pelo grande quatro centos rs. tanto que se abrir a pessoa alguma, por quanto a mesa lhe tem feito mercê de quarenta rs. por cada um que se alugar, que é o que mais accresce no aluguer d'elles. A qual pessoa terá obrigação, tanto que vier comediante novo, fazer saber ao thesoureiro do Hospital os camarotes que tem dado por concerto para as primeiras comedias, para que em quanto os houver se lhe faça receita d'elles em todos os dias das ditas primeiras comedias, para o que tomará a segurança que lhe parecer, pois hade responder com o dinheiro d'elles quer os cobre ou não, e não havendo quem os tome d'esse modo os alugará cada dia a quem primeiro vier.

Os Capitulos XXVI, XXVII e XXVIII referem-se effectivamente: aos *Arrecadadores das rendas da casa;* ao *Almoxarife das Lezirias;* e ao *Escrivão do Almoxarife das Lezirias.*

CAPITULO XXIX

Dos Medicos

Visitas no verão ás 5 horas da manhã e 3 horas da tarde, e no inverno ás 6 horas da manhã e 2 horas da tarde.

A' entrada da enfermaria juntam-se ambos, e em companhia do Provedor começarão a visita cada um por seu lado, indo sempre a par de maneira que o Provedor e Mordomos possam ir entre elles. Quando algum dos Medicos vir, que ha caso para que precise consultar o outro o fará, tratando ambos do remedio. O que forem receitando será em portuguez e em letra sem aresmetica.

Receitavam alimentos, escrevendo no livro do Mordomo a qualidade e quantidade para cada comida, com designação do seu numero. D'ahi se fazia o pedido para a despensa que não dá senão o constante d'essa nota.

Irão alternativamente cada semana á *meza das agoas*, com o Provedor e Escrivão da fazenda, receber os doentes que lhes pare-

cer que é conveniente curarem-se com brevidade. Verão os que vierem de fóra doentes, que se não querem curar no Hospital, aconselhando-lhes o que devem fazer para remedio da sua saude.

CAPITULO XXX

Dos surgiões

Virão uma hora antes dos medicos.

Veem os doentes um por um e curam por suas mãos os de maior necessidade, e aplicarão aos outros as mésinhas, que mandarão dar pelos praticantes mais versados na cirurgia.

Quando forem ás enfermarias de mulheres levarão só um praticante: o mais velho e de maior confiança.

Farão as receitas em portuguez, sem algarismos. Vão inscrevendo os mantimentos nas taboas, e d'ahi fazem o rol para a cozinha, verificando.

As receitas para a despensa escrevem-nas no livro do mordomo, sem algarismos.

Irão á mesa das aguas cada semana alternativamente, tendo o maior cuidado que os doentes de males só entrem na enfermaria de S. Pedro e corredor junto d'ella.

CAPITULO XXXI

Do surgião dos males

Vem á visita uma hora antes dos medicos. Verá todos os doentes pessoalmente, e curará por suas mãos.

Quando fôr á enfermaria das mulheres não levará consigo praticante algum.

Receitará para a botica em portuguez por letra sem algarismos.

Verifica o receituario dos alimentos que receitou, referidos a cada cama, que escreveu no livro do Mordomo.

Irá todos os dias á meza das aguas, e não receberá doente algum, sem ser apresentado primeiro á mesa das aguas.

CAPITULO XXXII

Da obrigação do barbeiro

O barbeiro tem obrigação de vir todas as manhãs e tardes ás visitas, que os medicos fizerem, e *sangrar por suas mãos* todos os enfermos que poder, e sendo necessario que algum dos seus praticantes faça alguma sangria, a mandará fazer por aquelle que tiver mais experiencia; não consentindo de modo algum que a doente que vier de novo a sangria seja feita senão por elle barbeiro, para saber a maneira como o doente tem as veias; porque, de contrario, se tem visto succeder muitos desastres.

Tem obrigação de ir a todas as horas que o chamarem (de dia ou de noite) para lançar ventosas ou sangrar.

Quando fôr á enfermaria das mulheres irá só, ou com um unico praticante, em que tiver maior confiança.

CAPITULO XXXIII

Dos enfermeiros

Teem de varrer as enfermarias e por baixo das camas, de manhã, e de tarde, antes de entrarem as visitas e n'ellas acompanham os medicos para verem o que se ordena e cumprirem.

Irão á despensa com o seu Mordomo, e trarão d'ella tudo o que elle lhe mandar.

O enfermeiro, a quem couber a semana de vir á botica, levará o receituario, que entregará ao Mordomo que lá estiver, e espera que o aviem para trazer tudo para os enfermos.

Devem ter muito cuidado com o tratamento dos doentes.

Irão á cosinha com o seu Mordomo buscar em taboleiro a comida.

Na enfermaria haverá um fogareiro para aquentar o caldo.

Acabada a refeição correrão as cortinas das camas dos doentes, e cerrarão as portas para quietação d'elles.

Vigiarão aos quartos, informando o que sahe ao que entra sobre as necessidades dos doentes.

O enfermeiro, a quem estiver entregue a roupa, terá muito cuidado em dar roupa limpa aos doentes que entram de novo, e em recolher a suja, que entrega á lavadeira.

Todos os cuidados com os mortos.

Os enfermeiros elegerão entre si um refeitoreiro, que vae á despensa buscar o provimento para todos para aquelle dia, e o preparará fazendo o comer e pondo a mesa. Quando estiver concluido o serviço da enfermaria, com toque de campainha chama todos ao refeitorio. Dará a ração crua a alguns dos enfermeiros.

CAPITULO XXXIV

Da cozinheira

CAPITULO XXXV

Da cristaleira

A Cristaleira tem obrigação de estar em todas as visitas de manhã e de tarde, para saber os doentes a que se mandam lançar ajudas e qualidade d'ellas, para o pôr em effeito.

CAPITULO XXXVI

Do Porteiro de baixo

Abrir de manhã, fechar ás Ave Maria, etc.

Os capitulos XXXVII, XXXVIII e XXXIX, tratam respectivamente: do *Porteiro das enfermarias;* da *Ama seca*; e do *Roupeiro.*

CAPITULO XL

Das lavandeiras

Vão levar e trazer a roupa nos logares que lhes forem designados. Nunca poderão entrar nas enfermarias de homens.

Serão obrigadas a lavar as roupas que lhes forem ordenadas, em tres aguas, tendo todo o cuidado em que se não misture a roupa de uma enfermaria com a de outra.

Os Capitulos XLI, XLII, XLIII e XLIV, tratam respectivamente; do *Ortelão;* dos homens *do esquife;* do *Coveiro;* e do *Pedreiro* e *Carpinteiro.*

O edificio do Collegio de Santo Antão

Vejamos como se fundou este grandioso edificio para onde foi transferido, com a denominação de Hospital de S. José, o Hospital Real de Todos os Santos.

Para a construcção do edificio e respectiva cerca, os padres da Companhia de Jesus começaram por comprar terrenos da herdade de Isabel Dias, foreira ao Hospital de S. Lazaro.[1]

Trataram os padres de dar principio á obra, cercando com um muro um campo que ficava junto ao do Curral. Em provisão de

[1] Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa, T. IV pag. 559.

Fachada da igreja de Santo António do Hospital de S. José

1578, el-Rei D. Sebastião ordenára ao Senado que cedesse este campo, que era terreno municipal, para cerca do Collegio. Mas quando se ia proceder á demarcação, os visinhos do campo do Curral, ajudados pelo padre confessor das religiosas de Sant'Anna, fizeram séria e violenta contradição, que obrigou os padres da Companhia a desistir de fechar a cerca.

Apezar d'esta contradição, em 11 de Maio de 1579 lançou-se a primeira pedra do collegio, sendo a despesa da edificação feita pela Corôa, que então assentava já na cabeça do Cardeal-Rei.

Foi levantada nova e grande opposição pelo povo da cidade, que secundou os visinhos do campo do Curral na sua vigorosa arremettida contra o proseguimento da edificação.

N'esta grave conjuntura, o Senado pediu a el-Rei que desistisse da obra, que se mostrava em extremo dispendiosa.

Na sua resposta, o Rei recordou os grandes serviços prestados pela Companhia de Jesus, auxiliando os povos e derramando a instrucção; e disse que só applicára as rendas ecclesiasticas á construcção do novo Collegio.

Os padres tentaram ainda continuar a obra, mas o sino das religiosas de Sant'Anna tocou logo a rebate, e, perante as excumunhões do citado padre confessor e as pedradas dos visinhos, tiveram que desistir pela segunda vez.

O Cardeal-Rei morreu em 1580, e logo depois do seu fallecimento, tornaram os jesuitas ás suas pretenções, que d'esta vez foram coroadas de exito; porque o presidente da Camara, D. Pedro de Almeida, pessoa muito dedicada aos jesuitas, conseguiu com os seus prudentes conselhos demover da sua tenaz resistencia os visinhos do campo do Curral, e as freiras do Convento de Sant'Anna.

Deve ainda notar-se, que os padres da Companhia de Jesus tomaram o partido de Filippe II, contra o infeliz D. Antonio, Prior do Crato.

Concluiu-se em breve o muro da cerca do Collegio de Santo Antão, e começou-se a construcção d'este vasto edificio, em cujo rez do chão se accomodou desde logo uma egreja provisoria do Col

legio, que só d'ali se transferiu para a definitiva em 8 de Novembro de 1593.

No livro do Sr. Victor Ribeiro, intitulado. «*A fundadora da egreja do Collegio de Santo Antão e a sua sepultura*», vê-se que por escriptura de 2 de Outubro de 1612, entre o Provincial e Visitador da Companhia, padres João Alvares, o reitor do Collegio Jeronymo Alvares, e procurador André Alvares, representantes do Collegio, e o licenceado Antonio de Albuquerque, representante da Condessa de Linhares, se estipulou:

1.º — que esta fizera voto de construir um templo muito sumptuoso, para nelle fazer sua sepultura, e se dizerem missas e sufragios perpetuos por sua alma, e deliberara edificar a egreja e capella do collegio novo, segundo traça que se combinasse, dotando-a de todos os ornamentos e alfaias;

2.º — que a capella-mór seria sepultura da Condessa e de mais ninguem;

3.º — que a capella por ella instituida seria de missas diarias rezadas e cantadas na forma que estabelece;

4.º — que haveria dose capellães de coro, sendo um dayão, e sacristia particular, e coro para orgão e musica de instrumentos;

5.º — que faria casas ou aposentos para os clerigos, tomando a seu cargo a fabrica da egreja e sustento dos Capellães;

6.º — que para isso dava 1$000 réis diarios de renda perpetua, sendo 600 réis para sustento dos padres e 400 réis para fabrica e guizamentos;

7.º — consigna a esta renda os bens de casas á Cruz de Cata que Farás, e á Jubitaria, á Ribeira e quinta de Telheiras bem como fóros na Alfandega;

8.º — que os capellães seriam providos pelo Reitor ou com assentimento d'elle;

9.º — que os Padres do Collegio dariam terreno entre as torres, ao longo do muro, para se edificarem as casas dos capellães.

Vejamos quem era a Condessa de Linhares, fundadora da egreja do Collegio de Santo Antão.[1]

«A Condessa D. Filippa de Sá, filha herdeira de Mem de Sá, Governador do Brazil e de D. Guiomar de Faria, filha de Affonso Anes de Andrade, Desembargador do Paço, e de Brites Maria de Faria, foi casada com o terceiro Conde de Linhares, D. Fernando de Noronha. Ficando viuva e sem filhos, por ser muy consideravel a sua fortuna, assim em Lisboa como no Brazil, a deixou aos Padres da Companhia do Collegio de Santo Antão em Lisboa, applicada á obra da Igreja, em que reservou para si a Capella-mór, onde mandou que sepultassem seus ossos, e houvesse certo numero de Capellaens, que todos os dias dissessem Missas; e falleceo em 2 de Setembro de 1618; jaz na dita Capella-mór em hum sumptuoso Mausoleo, que a gratidão dos Padres d'aquelle Collegio lhe fez lavrar com todo o primor da arte.»

Apresentamos em seguida algumas notas relativas ao edificio do Collegio de Santo Antão:

A primeira pedra da Igreja foi lançada com a maior solemnidade em 1 de Janeiro de 1613.

O novo templo foi consagrado a Santo Ignacio.

As obras ainda não estavam concluidas em 1704 ou 1708.

Diz Gonzaga Pereira, na sua *Descripçam dos Monumentos sacros de Lisboa*, em 1840, que viu e desenhou as ruinas da egreja em 1836: *era uma egreja rica de pedra lioz e bellos marmores.*

(Veja-se a citada memoria do Sr. Victor Ribeiro — *A fundadora...* pag. 18).

Por causa de litigios que se levantaram sobre as disposições testamentarias da Condessa, foram interrompidas as obras, e só em 1650 se continuou a abobada começada.

No dia de Santo Ignacio, em 31 de Julho de 1652, disse-se a primeira missa na egreja nova, e fez-se pera ali a mudança da

[1] Hist. Genealogica da Casa Real — Liv. vi, pag. 263

egreja velha, com brilhante solemnidade, em 25 de Julho de 1653, dia de Sant'Anna.

O magestoso Templo de pedraria, e o esplendido Convento de Santo Antão, devidos á liberalidade da Condessa de Linhares, D. Filippa de Sá, foram ainda sumptuosissimamente renovados e accrescentados com primorosa sachristia, excellentes torres e espaçosos dormitorios, pela iniciativa e actividade do padre João Baptista Carbone, Jesuita napolitano, a quem D. João v muito estimava. Este padre falleceu no Collegio de Santo Antão a 5 de Abril de 1750, sendo seu reitor.

O terremoto de 1755 derrubou o zimborio da Egreja, ficando esta consideravelmente arruinada em muitas das suas partes, e bem assim uma das suas torres. Grande estrago teve o convento, principalmente o dormitorio, que cahiu para a parte das classes, morrendo 3 religiosos e 20 seculares.

Para attestar a sumptuosidade do templo, resta apenas a magnifica sachristia, que serve de capella ao Hospital de S. José.

O Conde Raczynski, no seu muito notavel livro «*Les arts en Portugal*» (edição de 1846) falla a pag. 40, d'esta capella, e diz, que possue oito pequenos quadros, admiravelmente conservados por estarem cobertos com vidro, e que representam «A vida da Virgem», quadros que elle suppõe da epoca e da escola de Carlo Maratti.

Não lhe mereceram a mesma consideração os dois grandes quadros d'altar, que se veem na mesma capella, que lhe desagradaram muitissimo, apesar de sua analogia com os notaveis oito quadros pequenos.

Um aviso regio de 2 d'Abril de 1798, determinou que o recinto da derruida Igreja servisse de cemiterio á freguezia do Soccorro, e assim se cumpriu até que um novo Aviso de 8 de Abril de 1800 fez cessar aquella ordem.

Ficaram ao abandono as ruinas da egreja do Collegio, das quaes se foi demolindo pouco a pouco o que ameaçava desabamento,

Portal da egreja de Santo Antão do Hospital de S. José

distraindo para diversas obras os seus ricos materiaes. Estas venerandas ruinas acabaram por desapparecer, passados quasi dois seculos e meio da fundação do Collegio.

O enfermeiro-mór do Hospital de S. José, D. Francisco d'Almeida, mandou collocar, em 1811, aos lados da portaria do edificio, onde ainda hoje se encontram, as estatuas de pedra dos doze apostolos, feitas em Roma, e que existiam em pilares ao longo da egreja, que o terremoto destruiu. E' muito interessante o que a este respeito escreve o Sr. Victor Ribeiro, a pag. 20 da memoria que vimos citando.

O mesmo enfermeiro-mór mandou construir o portico e o muro, plantar as arvores e collocar um chafariz com duas torneiras para serventia do publico no pateo, conhecido desde então por *pateo das arvores*, e onde se fazia todos os annos uma feira em dia de S. José, patenteando-se n'esse dia ao publico todo o Hospital, com grave prejuizo dos doentes das enfermarias.

Em 1862, a Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. José pediu o retabulo da Capella-mór com a bocca do Camarim, e as quatro enormes e soberbas columnas de marmore da Arrabida, que lhe estavam adherentes.

A mesma Irmandade pediu tambem diversas peças de mosaico, e outras, que existiam enterradas e disseminadas no pavimento da Igreja, tudo para ser applicado na restauração da Igreja da Annunciada.

Tudo lhe foi dado, e na concessão foi até incluida a lapide pertencente ao mausoléo da Condessa de Linhares, D. Filippa de Sá, que a Companhia de Jesus reconhecida lhe erigiu na Capella-mór do Templo, mausoléo destruido pelo desabamento do zimborio, determinado pelo terremoto.

Este acto, que merece ser severamente verberado, obteve felizmente uma certa reparação, graças a uma administração do Hospital de S. José, que pediu a restituição da lapide, e a collocou á entrada da sachristia, hoje capella do Hospital.

O brasão da Condessa está encimando o portal da mesma sachristia.

Sobre a applicação para diversas obras dos ricos materiaes, da Igreja do Collegio de Santo Antão, daremos as seguintes interessantes informações:

Em 1840, concederam-se cantarias para as obras da nova Escola-Medico Cirurgica.

Em portaria de 21 de Junho de 1842, foi concedida á Commissão do novo theatro nacional (D. Maria II) cantaria e alvenaria da Igreja.

Em portaria de 21 de Agosto de 1844 mandou-se ceder mais outros materiaes ás obras publicas.

Pela portaria de 28 de Maio de 1872, foram cedidas duas columnas de pedra, ainda existentes na Igreja, para o Asylo Maria Pia.

Foi superiormente resolvido, que se empregasse na construcção do novo edificio da Escola-Medica toda a cantaria das fachadas ainda de pé, e quasi intactas, das Igrejas de Santo Antão e do Desterro, e que para esse fim se procedesse á sua completa demolição.

Quando se procedia á demolição da abobada da Igreja do Collegio (em 5 de Março de 1884), cahiu uma parte, arrastando na queda quatro trabalhadores, que morreram esmigalhados.

Da velha Igreja veiu a salvar-se do terremoto e dos vandalismos e destruições subsequentes, a sachristia, que continuou a servir de igreja do Hospital.

Depois de levado tudo, ficou o terreno servindo de deposito de materiaes usados e tambem de estrumeira.

N'este terreno mandou a administração, a que presidia o illustre enfermeiro-mór e distinctissimo professor, Sr. José Curry da Camara Cabral, construir um edificio para concentrar os serviços administrativos dos hospitaes.

Na *Descripção dos Monumentos Sacros de Lisboa* de Luiz Gonzaga Pereira (Anno 1840) lê-se o seguinte:

Igreja de Santo Antão Abbade o Novo

COROGRAPHIA

Fundação d'esta Ordem e Templo

A Ordem de S. Ignacio de Loiola, fundação do mesmo Santo em 1536, foi fundada em Portugal pelos P.es M.es Simão Rodrigues de Azevedo (Portuguez) e S. Francisco de Xavier, que chegaram a Lisboa em 1540, em 30 de Maio, tendo por primeira Casa a Igreja de que nos referimos, na qual se disse a primeira Missa em 1652, em dia de S. Ignacio, e se ultimou o Templo em 1655: possue em Portugal 24 collegios e 17 Residencias; em todo o Reino e conquistas, 5 Provincias, 171 Casas; em todo o Mundo 73 Provincias, nas quaes se contam 736 Collegios e Casas que conteem 25525 Religiosos. Foi approvada por Paulo III em 1540; o Convento foi feito de novo em 1723.

Local

O seu local é hoje em pateo fechado com portão de ferro, construido por ordem do enfermeiro-mór D. Francisco de Almeida em 1811. Antes do terremoto chegava ao Rocio a sua entrada, e onde se diz Portas de Santo Antão.[1] O seu prospecto é com frente para o lado do Sul.

Grandeza e prospecto

A sua excellente planta levava para mais de 1000 fieis e o serviço do culto de Deus; o seu alegado e o do Convento é conforme a

[1] Não sabemos onde Luiz Gonzaga Pereira, sempre consciencioso, colheu a noticia de ter sido no Rocio a entrada do pateo do Convento. Só dizemos que o nome Municipal da *rua das Portas de Santo Antão* é muito mais antigo que a fundação do dito Convento no qual se disse a primeira Missa em 1652, ao passo que o mosteiro das Freiras Dominicanas da Annunciada foi primeiro habitado por Frades de Santo Antão, d'onde tomou nome a porta proxima, uma das da cerca d'El-Rei D. Fernando.

copia junta a esta Collecção de Memorias, que foi copiada em ponto de vista observado do natural.

Pintura

Possuiu este Templo preciosos quadros a oleo, os quaes foram estragados pelo fatal terremoto de 1 de Novembro de 1755, e hoje ainda se conservão alguns que escaparão na insigne sachristia, que serve de Igreja e é quasi de igual tamanho da antiga igreja.

Escultura

Possuiu na Igreja os 12 apostolos, estatuario de pedra, feita a maior parte em Roma; algumas Estatuas mandou o enfermeiro-mór D. Francisco de Almeida collocar aos lados da portaria que hoje é porta do Hospital no anno de 1811, e o Governo impedio esta ordem, estando algum tempo cobertos com huma caixa de madeira, cuja o tempo destruio, e no mesmo tempo se fez o chafariz fronteiro á porta da Egreja.

Architectura

No ramo d'esta arte seria necessario hum volume como a descripção de Mafra, ou como a do Vaticano do Cavalleiro Fontana para descrever a magnificencia d'este Templo, o Alçado, as Torres, a Planta e Corte, Convento e Officinas de que temos a planta á vista: são ricos objectos de memoria, em primeiro lugar pelo bem destribuido de todos objectos, em segundo por serem de rica pedra de marmore de lióz e outras pedras as mais preciosas; os Pulpitos, apesar de serem pesados, são os mais ricos que ha nas Egrejas de Lisboa, e mesmo do Reino; finalmente os dous Tumulos dos seus Fundadores que estão na Capella-mór. Eu só conheço outro que se lhe possa egualar, o qual é o que está na sachristia da Graça, que tambem é do Fundador.

Destruição d'este magnifico Templo

O Terremoto de 1755 deu o 1.º impulso á destruição d'este edificio, cahindo-lhe o seu rico zimborio, que era dos melhores de Lisboa; os Padres estiveram senhores da Igreja até 1759, anno em que foi esta ordem extincta n'estes Reinos.

O sahirem os Padres não era motivo de, positivamente, deixar destruir hum Templo de tanto valor; em primeiro lugar quando se remediasse o zimborio, como se fez na Real Igreja de S. Vicente de Fora, ainda hoje teriamos o gosto de ver um Templo em Lisboa, que poucos ha que se lhe ponham a pár.

O odio, a vingança e o espirito mordaz de muitos corações duros, sem se lembrarem da nossa virtuosa Religião, não só se vingam dos mortaes, mas até das pedras que elles pizam.

Finalmente em um anno derrubava-se a cimalha, em outro um bocado da abobada, em outro cubiçava-se-lhe alguma pedra; de outras vezes se iam limpando positivamente muitas coisas mais bellas, e afinal ficou exposto ao tempo, o qual destroe tudo, e especialmente o que se quer destruir.

Debaixo d'este principio, que é veridico, appareceu em certo tempo um governante, que lhe mandou tirar o lagedo do terraço. Em 1807 apeou-se a torre da esquerda com razão, porque estava tombada; em 1835 apeou-se a segunda com custo de mais de 4 ou 5 contos de réis, e a sua pedra foi bem applicada para as calçadas.

Hospital de S. José

ORIGEM DO EDIFICIO ONDE HOJE SE ENCONTRA

El Rei D. Sebastião, a 10 de Janeiro de 1574, doou, em Almeirim, á Companhia de Jesus, a *Obra pia do Collegio de Santo Antão*, que consistia em 50 réis de esmola por cada quintal de pimenta

(vendida pela vereação da Camara), e 100 réis por cada quintal de canella e outras especiarias, que pagavam as Companhias na Casa da India.

Este rendimento era applicado á fundação do Collegio de Santo Antão (denominado o novo, para o distinguir da pequena residencia que os Padres tinham á Mouraria), a fim de ali se instituirem 12 classes de latim, um curso de artes, uma lição de casos e outra de mathematicas.

O Collegio de Santo Antão — o novo — foi edificado no sitio aonde hoje existe o Hospital de S. José, no alto do Jogo da Pela[1] (*Elementos para a historia do Municipio de Lisboa* — T. II, pag. 516 — nota).

E' de 26 de Setembro de 1769, a Carta Regia fazendo doação ao Hospital de Todos os Santos, que ficou quasi inteiramente destruido pelo incendio subsequente ao terremoto de 1 de Novembro de 1755, do edificio do Collegio de Santo Antão da extincta Companhia de Jesus, com a sua Igreja, Officinas e cercas, para n'elle se estabelecer e fundar o mesmo hospital, ficando o terreno e edificio arruinado, livres para se venderem a beneficio da obra do mesmo hospital.

Para este edificio foram transferidos, por ordem de el-Rei D. José, os doentes que existiam no Hospital de Todos os Santos, desde o terremoto.

A transferencia dos doentes fez-se nos dias 3, 4 e 5 de Abril de 1775, sendo Provedor da Misericordia, Luiz Diogo Lobo da Silva, e Enfermeiro-mór do Hospital de Todos os Santos, José Antonio de Castilho Furtado Mendonça.

(Maço 2.º de Previlegios e doações n.º 78.

Registo Geral — Liv. 5, ff. 1-A.

Mappa de Portugal — T. III).

[1] Concluido o edificio, vieram habital-o os padres jesuitas, vendendo aos religiosos graciianos a antiga residencia, ou 1.º Collegio, que possuiam no bairro da Mouraria.

Pela transferencia dos doentes para o edificio do Collegio, ficou sendo o Hospital Real de Todos os Santos denominado — Hospital Real de S. José, em homenagem de el-Rei D. José, que tinha doado esse edificio á mesa da Misericordia, por Carta regia de 26 de Setembro de 1769.

(Registos Geraes n.º 5 — fl. 1-A).

1812-1 de Fevereiro.

Provisão regia permittindo ao Hospital de S. José, em seu beneficio uma feira nos dias de S. José e S. João Baptista de cada anno.

(Maço 3.º de Previlegios e doações, n.º 90.
» 1.º » » » » » 83.
Registo Geral n.º 6 — fl. 88, v.º).

Provisão de 19 de Junho de 1812, declarando que a feira do Hospital não se comprehende na prohibição geral das feiras.

(Maço 1.º de Previlegios e doações n.º 84.
Registo Geral n.º 6 — fl. 99).

Os jesuitas, a quem pertencia o dito Collegio, foram extinctos pela lei de 3 de Setembro de 1759; — expulsos de Portugal pela lei de 28 de Agosto de 1767; — supprimidos pela bulla do Papa Clemente XIV de 21 de Julho de 1773, á qual foi concedido o Regio Beneplacito pela lei de 9 de Setembro do mesmo anno; — restabelecidos pela bulla do Papa Pio VII, de 21 de Agosto de 1814, á qual foi concedido o Regio Beneplacito por decreto de 30 de Agosto de 1833, entregando-se-lhes por Carta regia de 10 de Setembro de 1833 a direcção das aulas menores do Real Collegio de Coimbra.

Quando o terremoto de 1755 precipitou o zimborio da Igreja e uma das torres do Collegio de Santo Antão, e causou os outros estragos que referimos, os padres refugiaram-se na cerca, na qual

se refugiou tambem muito povo; fizeram-se ali varios abarracamentos e uma igreja de madeira.

Ali se conservaram os padres jesuitas até serem expulsos.

(Mappa de Portugal — T. III. pag. 257-258).

Hospital de S. José

Em 17 de Novembro de 1775 publicou-se um *Aviso do Governo*, abolindo o antigo compromisso da Misericordia, e encarregando a Mesa de fazer outro novo e o Regimento do Hospital.

(Maço 2.º de papeis officiaes n.º 2).

O Alvará de 19 de Janeiro de 1782 mandou separar os rendimentos, derogando assim n'esta parte o Alvará de 31 de Janeiro de 1775. (Está junto ao Decreto de 4 de Fevereiro de 1801).

Este Alvará fez doação ao Hospital dos bens das extinctas confrarias da Casa professa de S. Roque, os quaes tinham sido doados á Misericordia de Lisboa. Separou as rendas do Hospital das da Misericordia, que tinham sido reduzidas a uma unica massa e arrecadação.

(Maço 3, de mercês, previlegios e doações regias n.º 82).

O Decreto de 3 de Julho de 1790 ordenou que as rendas do Hospital se unissem ás da Misericordia para serem administradas pela mesa da Misericordia, derogando n'esta parte o Alvará de 19 de Janeiro de 1782.

(Este Decreto vem citado no de 4 de Fevereiro de 1801).

O Decreto de 4 de Fevereiro de 1801 separou as rendas do Hospital das da Misericordia, derogando o Decreto de 3 de Julho de 1790.

(Maço 1 de Alvarás e Decretos — Registo Geral n.º 5, pag. 198).

O governo do Hospital era da Misericordia, que nomeava um Irmão para enfermeiro-mór do Hospital.

A mesa da Misericordia foi dissolvida por decreto de 11 de Agosto de 1834, sendo, pelo mesmo decreto, encarregada da administração do Hospital e da Misericordia, uma commissão nomeada por decreto de 28 de Fevereiro do mesmo anno, para examinar o estado da administração dos mesmos estabelecimentos.

(Maço 1 de Alvarás e Decretos).

A commissão nomeada em 11 de Agosto de 1834 governou o Hospital desde 6 de Novembro de 1834, em que foi exonerado o Enfermeiro-mór José Maria da Cunha Graã e Athaide, até 2 de Dezembro de 1851, em que foi dissolvida por decreto d'essa data.

Em 1841 foi nomeada uma commissão encarregada do expediente do Hospital de S. José, de que fez parte Diogo Antonio Correia de Sequeira Pinto.

Por decreto de 10 de Novembro foram nomeados Felix Pereira de Magalhães e outros, sob a presidencia do Marquez do Fayal, para essa Commissão.

(Registo Geral n.º 16 — fl. 215 v.º).

O decreto de 26 de Novembro de 1851, publicado no Diario do Governo de 26-11-1851, tornou a administração do Hospital de S. José independente da da Misericordia, separando inteiramente as duas administrações.

Este decreto (Liv. de legislação n.º 19, pag. 440), restabelecendo o cargo de enfermiro-mór, deu a este quatro adjuntos, dois nomeados pelo Governo, dois pela Irmandade da Misericordia.

A Irmandade da Misericordia nunca chegou a nomear os seus dois adjuntos.

A Carta regia de 28 de Junho de 1564, que encarregou a Irmandade da Misericordia do Governo do Hospital de Todos os San-

tos, foi derrogada por este decreto, o qual derrogou tambem os dois alvarás de 27 de Junho de 1564.

A Commissão encarregada do expediente do Hospital foi dissolvida por decreto de 2 de Dezembro de 1851, passando a administração para o enfermeiro-mór e adjuntos, de que trata o decreto de 26 de Novembro de 1851.

(Liv. de legislação n.º 19, pag. 440).

O decreto de 31 de Agosto de 1853, mandou dar ao enfermeiro-mór 600$000 réis annuaes, e a cada um dos dois adjuntos 300$000 réis tambem annuaes.

(Liv. 21.º de legislação, pag. 7 do suplemento, que se acha no fim do mesmo livro).

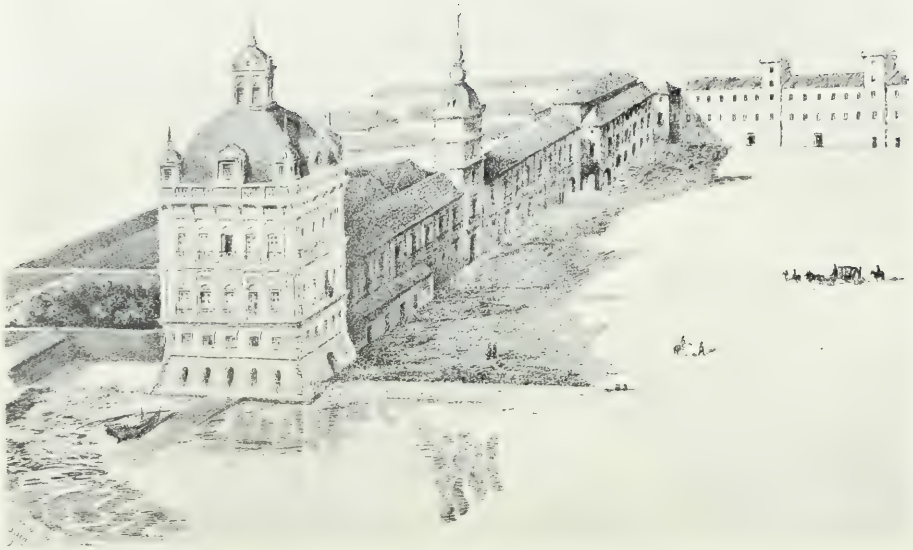
O catalogo dos enfermeiros-móres e seus adjuntos, que teem gerido o Hospital Real de S. José, nos termos do decreto de 26 de Novembro de 1851, que deu nova forma de organização aos estabelecimentos pios de Lisboa, está junto ao citado decreto, no Maço n.º 1 de alvarás, decretos, etc.

A porta principal da entrada do Hospital de S. José dá para a rua do Arco da Graça, e tem em frente d'ella um grande portão (de que apresentamos a photogravura) com portas de ferro, firmadas em gonsos nas hombreiras da muralha, e duas columnas de pedra de cada um dos lados da entrada, levantadas sobre assentos de pedra e terminando em capiteis da ordem composita. As duas columnas sustentam uma cimalha resaltada, tendo no centro e por d'ella as armas reaes, por baixo das quaes estão dois anjos, assentados aos lados sobre pedestaes e segurando o letreiro — Hospital Real de S. José.

Dos dois lados da cimalha ha duas figuras de marmore, apontando ambas para o centro onde estão as armas reaes; a do lado do nascente tem um oval de pedra, com a seguinte inscripção:

Portico d'entrada do hospital real de S. José

(Levantado em 1811, pelo enfermeiro-mór Monsenhor D. Antonio Armando Saldanha)



Paço da Ribeira desde a dominação filippina

(Segundo Domingos Vieira Serrão)

«Monumentum hoc ad perpetuam memoriam restaurationis Portugaliae, in hoc die commemoratam, erectum fuit anno domini MDCCCXI die decima quinta Septembris».

Continuando para os lados acompanham as figuras duas pyramides conicas, encimadas de uma pequena esphera. De pilastra a pilastra ha 47 palmos.

O Paço da Ribeira

A gravura representa o Paço da Ribeira, em Lisboa; reconstrucção por el-Rei, D. Filippe I de Portugal. O torreão filipino, que termina o edificio ao rez do Tejo, serviu de muito aproximado modelo ao que depois de 1755 veiu a substituil-o, com quanto o actual pavilhão do Ministerio da Guerra seja mais fóra. Era este paço, até ao seu desapparecimento no fatal terremoto, um notabilissimo conjunto de lindezas architectonicas, recheado de opulentas preciosidades artisticas.

O Paço da Ribeira

A el-Rei D. Manuel se deve a fundação do grande paço, que, durante dois seculos e meio, se ergueu proximamente no sitio em que estão os Ministerios do Interior e parte do da Justiça, e os do Fomento, das Finanças e da Guerra, e que foi conhecido pelo Paço da Ribeira.

O Sr. Visconde de Castilho, no capitulo II do liv. III, d'A *Ribeira de Lisboa*, apresenta os motivos porque el-Rei D. Manuel intentou a fundação d'este paço. Este afortunado Soberano, interessando-se enthusiasticamente pelo movimento naval, a que D. João II tinha dado ingente impulso, descia todos os dias da sua acastellada residencia da Alcaçova, e vinha pessoalmente assistir á labutação dos artistas, que fabricavam os famosos galeões, que triumphante-

mente levavam ás partes do Oriente a Cruz de Christo e a bandeira das quinas.

Na praia havia apenas alguns armazens e barracas, aonde o Rei se abrigava da calma, quando se não entretinha passeiando entre os operarios, e presenceando a intelligente faina, a que se dedicavam com o maior zêlo.

Os quadros que apresentamos em rapido esboço e que diariamente se repetiam, levavam naturalmente o Rei a pensar que, se construisse n'aquella localidade um paço para sua residencia, este lhe facultaria o goso infindo de assistir das suas janellas e varandas áquelle surprehendente espectaculo, que tanto o deliciava.

E' verdadeiramente admiravel o modo como o Sr. Visconde de Castilho descreve este pensamento do Rei.

Com quanto se não saiba a data exacta da fundação do Paço da Ribeira, a circunstancia de ter n'elle sido representada, em 1505, a farça de Gil Vicente «Quem tem farelos», diz-nos que estava concluido n'aquelle anno.

Por outro lado o Paço não estava edificado em 1499, quando chegou da India Vasco da Gama. Assim o prova a occorrencia de ter vindo de Cintra, a toda a pressa, el-Rei D. Manuel, *cubiçoso de presencear a entrada da flotilha;* mas como na Ribeira não havia paço, nem coisa que o parecesse, foi obrigado a descançar na Casa da Mina, ali mesmo ao pé das aguas.[1]

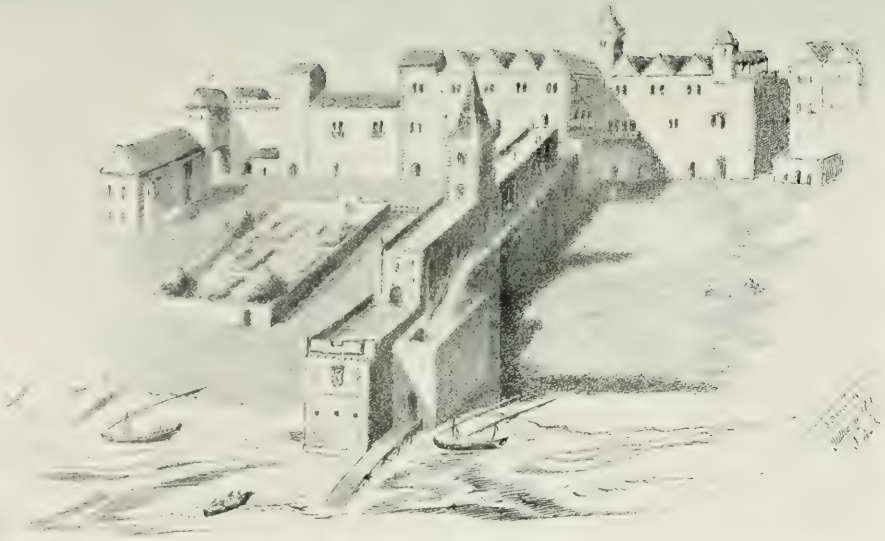
Sobre a data da fundação do paço da Ribeira, o muito illustre autor da *Ribeira de Lisboa* observa:

que el-Rei ainda habitava *nos paços de cima* (na Alcaçova), quando saiu de Lisboa, Pedro Alvares Cabral, em 25 de Março de 1500;

que em Junho de 1502 nasceu *no paço da Alcaçova*, o Principe, que foi depois el-Rei D. João III;

que no mesmo anno de 1502, quando o Gama voltou da sua

[1] Sr. Visconde de Castilho. A Ribeira de Lisboa, pag. 242



Paço da Ribeira em tempo d'el-Rei D. João III

Segundo George Braunio)

1 — O [illegible].

2 — Porta dos Almoxarifes.

3 — A [illegible] dos Almoxarifes dos armazens.

4 — Porta chamada Arco dos Pa[illegible]es.

5 — Porta da Moeda.

6 — Arco dos [illegible].

segunda viagem da India, ainda os Soberanos viviam *nos paços de Cima do Castello;*

que o Soberano ainda residia *no palacio sobranceiro á Cidade*, em Outubro de 1504, porque o emissario venesiano Cá Masser conta que, suspeitoso da sua vinda, ali o mandára chamar el-Rei D. Manuel:

que este emissario refere, que o palacio do Rei, edificado desde pouco tempo na praia, ainda se não achava concluido, e *que não era muito sumptuoso, antes de fabrica pouco alta e pobre;*

que em 31 de Dezembro de 1504, o Rei ainda residia na Alcaçova; ali nasceu neste dia a Infanta D. Beatriz;

que em 25 de Março de 1505, ao partir para a India o vice-Rei D. Francisco de Almeida, ainda el-Rei habitava os paços do Castello de Lisboa;

que em Dezembro de 1505 os Soberanos habitaram, com quanto de passagem, as casas novas da Ribeira;

que se pode, em conclusão, collocar a edificação dos primitivos paços da Ribeira, entre 1500 e 1505, sendo a sua inauguração pela Familia Real feita no mez de Dezembro d'este ultimo anno.

N'*A Ribeira de Lisboa*, apresenta-nos o Sr. Visconde de Castilho o paço da Ribeira em duas vistas de Jorge Braunio; a bipartida, intitulada *Lisbona*, e a de figura inteira, intitulada *Ulissipo*.

Offerece sensiveis differenças a comparação das duas vistas, que ambas figuram um vasto edificio, que occupava o sitio do actual Ministerio do Interior e bôca da rua do Arsenal, a rua do Ouro e parte do Ministerio da Justiça.

Tanto uma como outra vista representam o paço da Ribeira em tempo de el-Rei D. João III, e são reproducções photo-litographicas de um desenho á penna, ampliado pelo Sr. Visconde de Castilho para o seu livro.

Na primeira destacam-se: o Forte, a porta dos Almaseus, a Armaria, Almasem das Armas, a porta chamada Arco das Pazes, a porta da Moeda e o Arco dos Pregos.

A estampa Ulissipo, segunda representação do Paço, differe notavelmente da primeira, como é visivel.

Merecem ali especial menção: a Antiga Casa da India, a Casa nova da India, o Almasem das Armas, a Porta chamada dos Almasens, a Porta chamada Arco das Pazes, a Porta chamada Postigo da Moeda, a Porta chamada Arco dos pregos, e a Capella Real de S. Thomé.

Procurando dar uma noticia do paço da Ribeira, tão exacta quanto nos fosse possivel, tomámos por guia as inedictas investigações do Sr. Visconde de Castilho, seguramente as mais completas sobre este interessante assumpto. Sentimos porem ter de começar pela sua affirmação de que este historico e notavel edificio tinha sido, por infelicidade, descripto apenas em termos geraes, e sem menção detida, pelos escriptores que d'elle se teem occupado.

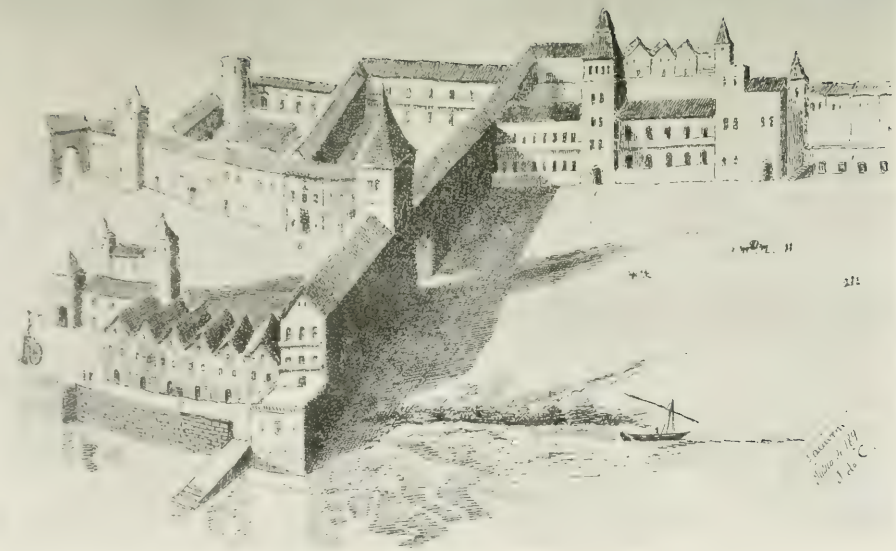
Assim, o sabio jesuita Duarte de Sande, n'uma rapida descripção d'este paço, diz «*que a sua vastidão, magnificencia e commodidade é tão excellente*, que os Reis de Portugal costumavam quasi sempre habitar n'elle».

E accrescenta: «O que direi da regia habitação, dos seus porticos, dos seus pateos, das suas columnatas, das suas varandas e eirados, das suas salas e aposentos de todo o genero, que costumam alojar el-Rei, a Rainha e a sua numerosa familia, os irmãos e filhos d'el-Rei.[1]

Serve de não pequeno embellezamento a este palacio o baluarte, que se construiu até á praia, e está bem fortificado e bastecido de artilharia e de todas as machinas precisas. Tambem tem este paço um jardim delicioso com muitas arvores, plantas recendentes e alamedas repartidas em taboleiros de varias côres, que são um primor d'arte.

Possuia o paço uma soberba capella com numerosa collegiada, quasi sempre presidida por um bispo. A celebração dos officios divinos fazia-se ali com tanta pompa e com tão brilhante execução

[1] Archivo Pittoresco, Tomo VI, pag. 79.



Paço da Ribeira em tempo d'el-Rei D. João III

Segundo George Braunio

1 — [illegible]

2 — [illegible]

3 — [illegible]

4 — Porta chamada dos Almoxarifes.

5 — Porta chamada Arco dos Paços.

6 — Porta chamada Postigo da Maida.

7 — Porta chamada Arco dos Pregos.

8 — Capella Real de S. Thomé.

Paço da Ribeira

vocal e instrumental que mais se lhe podia chamar cathedral que capella.

No mesmo paço Real ha varias salas destinadas ás sessões de varios tribunaes. Em algumas reunem-se muitos jurisconsultos peritissimos, chamados Desembargadores do paço, os quaes julgam em nome de el-Rei muitas causas civis e criminaes... N'outras reune-se a mesa da Consciencia e Ordens, composta de outros varões não menos insignes por sua sciencia do direito e das leis, e cujo encargo é expedir e consultar os negocios das três Ordens militares do Reino, sujeitas ao Rei como seu grão Mestre, e tambem aquelles que versam sobre negocios ecclesiasticos, tocantes á consciencia d'el-Rei, que afinal os resolve e sanciona com mais segurança e tranquillidade.

Quando não houvesse outros documentos, e muitos ha que demonstram a riqueza e a sumptuosidade d'esta famosa residencia regia, bastariam as asserções que acabamos de offerecer á consideração do leitor para contrariar e tambem para estranhar o modo como é apreciado o paço dos seus Reis pelo minucioso autor do *Livro das Grandezas de Lisboa*, que se limita a dizer que «não hé muy sumptuoso, nem grande.» [1]

As palavras de Duarte de Sande contradizem tambem a citada opinião de Cá Masser, que tinha a favor da sua pouco benevola apreciação a circumstancia de ser natural de Veneza.

[1] «Tem el-Rey em Lixboa dous Paços, hum no Castello, e outro junto ao Rio, e neste, que não é muy sumptuoso, nem grande, costuma a morar quando vem a esta Cidade pela visinhança do Rio, cuja vista he muy deleitosa; e daqui pode com sua Real presença dar mayor expediencia a tudo, ficando-lhe a vista sobre uma praça, a que chamão Ribeira das Náos, onde se fazem e concertão muytas, e muy grandes náos para a navegação da India; ». *Grand. de Lisboa*, trat. IV, cap. IV, pag. 138.

Folha n.º 1-d (Melgaço)

—

A folha n.º 1-d está comprehendida entre os paralellos 42° 0′ a 42° 9′ de latitude norte e os meredianos 0° 37′ a 1° 0′ de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Faz parte a região descripta, da folha n.º 1 da Carta chorographica na escala de 1/100000, publicada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos, e levantada, nos annos de 1878 e 1882, pelos officiaes do exercito, Joaquim Emygdio Xavier Machado e Joaquim José Bragança.

A ampliação e rectificação foi feita em pranchetas de campo, na escala de 1/50000 pelo então tenente-coronel de artilharia, Sr. Thomé Martins Vieira no anno de 1904.

Concelhos e freguezias

Pertence esta folha ao districto administrativo de Vianna do Castello e faz parte dos concelhos de Melgaço e Monção.

Do concelho de Melgaço veem-se as freguezias de Gavea, Melgaço, Prado, Paderne, S. Paio de Melgaço, Parada do Monte,

Cubalhão, Roussas, Chaviães, Paços, Christoval, Fiães, Lamas de Mouro, Remoães, Castro Laboreiro, Cousso, Alvaredo e Penso.

Do concelho de Monção veem-se as freguezias de Troporiz, Monção, Mazedo, Troviscoso, Pinheiros, Cambezes, Sago, Moreira, Pias, Parada, Trute, Lordello, Longos Valles, Bella, Barbeita, Ceivães, Segude, Podame, Merufe, Tangil, Messegães, Sá, Bandim e Riba de Mouro.

Estradas

As estradas que se veem n'esta região são as seguintes:

E. N. n.º 1 — Parte de Monção toma a direcção de S. passando proximo das freguezias Mazedo e Moreira.

E. N. n.º 23 — Entra a O. junto da freguezia de Troporiz sobe á freguezia de Monção e dirige-se para N. E. sensivelmente parallela ao rio Minho até proximo ao logar de S. Gregorio junto da fronteira de E.

E. D. n.º 1 — Parte da E. N. n.º 23 a E. de Monção e dirige-se para S. E. até perto da freguezia de Merufe.

E. D. n.º 1 — Troço da estrada antecedente que parte da freguezia de Podame até á E. N. n.º 23.

E. M. — Parte da freguezia de Paderne e vae entroncar na E. N. n.º 23 na freguezia do Prado.

E. M. — Parte da E. N. n.º 1 ao Nº da freguezia de Mazedo e dirige-se para S. até á freguezia de Sago, estando em construcção até á freguezia de Parada.

Hydrographia

As principaes linhas d'agua que correm n'esta região são:

Rio Minho — Corre de N. E. para O. marcando a linha divisoria entre Portugal e Hespanha.

Rio Varzeas — Nasce ao N. e proximo da freguezia do Castro Laboreiro, corre ao N. e vae desaguar no Minho perto do logar de S. Gregorio. Este rio divide a fronteira pelo lado oriental.

Rio de Mouro — Nasce na freguezia de Lamas do Mouro, corre a O. até á freguezia de Tangil e depois ao N. indo desaguar no rio Minho perto do logar de Ponte de Mouro.

Orographia

A região d'esta folha é bastante acidentada como em geral é toda a provincia do Minho.

A S. E. vê-se parte da serra da Peneda junto da freguezia de Lamas de Mouro vendo-se as cotas de 1174 e 1206 metros de altitude, onde estão situadas as pyramides denominadas Franqueira e Aguieira.

Serra da Cumieira — Situada ao S. da villa de Valladares, na margem direita do Rio de Mouro em direcção E. a O.

Ao S. das freguezias de Riba de Mouro e de Parada do Monte encontram-se alguns pontos bastantes elevados, onde estão situadas as pyramides denominadas Gerterias (648), Fonte Boas (925), Fonte Seca (1113) e Fojo (1289^{m}).

Povoações principaes

Melgaço e Monção.

Peso de Melgaço — a 200 metros da povoação emergem varias nascentes bicarbonatadas.

Melgaço

Esta villa é a mais velha sentinella da nossa ribeira Minho; por cima dos negros muros de cidadella ergue-se ainda importante a torre de menagem.

Sobre as ruinas de um crasto n'um teso estrategico fundou D. Affonso Henriques uma villa que servisse de sede ao julgado que desmembrou de Valladares, incumbindo a sua guarda ao Prior e freires de Longos Valles; estes tomaram tanto a peito o encargo, que logo construiram o castello e o seu alto torreão ameiado, temerosa atalaia que tem afrontado tantos seculos. Para remunerar estes serviços o dito Rei lhes coutou o Mosteiro em 1197.

Arruinado na invasão leoneza de 1212, D. Affonso III encarregou o castellão de reparar os damnos; a povoação no reinado de D. Diniz havia tomado bastante incremento, pelo que este monarcha a mandou cercar com uma cortina. Pertencente á Corôa, passou depois o seu senhorio á Casa de Bragança.

O primeiro foral d'esta villa foi-lhe dado por D. Affonso Henriques a 21 de Junho de 1181, e convertido no de Monção em 29 de Abril de 1258, por D. Affonso III, obtendo elevar a 350 o numero dos seus moradores; mas decorridos tres annos voltou, sob reclamação ao foral antigo, cedendo ao Rei a nomeação do Alcaide, ficando os moradores com o direito de escolher o Mordômo.

Pelas grandes isenções e regalias se demonstra que Melgaço era centro commercial, onde affluiam gallegos e portuguezes.

Coube a esta villa a honra de ser a unica que ousou resistir ao Mestre d'Aviz, e durante 52 dias teve em cheque as hostes reaes, soffrendo por isso affronta de lhe não concederem as honras da guerra na capitulação impetrada no ultimo extremo!

Tambem modernamente teve a primazia de levantar o grito de revolta contra os invasores francezes, hasteando a bandeira nacional.

No tempo da guerra da Aclamação, protegeram a praça com dois baluartes sobre o norte, e outro com dois revelins pelo lado do poente e do sul, ligando tudo por um muro, cujos lanços vão desapparecendo.

Dista 700 metros do rio Minho, e 8 km. de S. Gregorio.

O concelho sobremaneira montanhoso gosa apenas as veigas do valle do Minho, sendo cortado em todo o seu comprimento pela E. N. n.º 23 até á freguezia de Christóval, no mencionado logar de S. Gregorio, onde vai desaguar o rio Trancoso, que separa o termo de Melgaço da provincia de Orense.

Houve nos arredores dois antiquissimos mosteiros: — *Fiães* — de frades bernardos, e — *Paderne* — de cruzios; extinctos aquelle em 1834, e este em 1770.

Convem lembrar que a Melgaço ficou annexo o pequeno concelho de Castro Laboreiro; o seu castello de remota origem representou papel de importancia quando se organisou a nacionalidade portugueza; d'elle restam apenas as asperas penedias d'onde se avista um vasto horisonte sobre a Galliza. A villa crasteja, composta de choupanas cobertas de côlmo e giestas, assenta em baixo na garganta da montanha.

O castello de Castro de Laboreiro tem a cota de 1033 metros.

Rematando, devemos dizer, que a Villa melgacence saltou a muralha dionisiana para o lado do nascente, e que no largo fóra da porta da Villa se effectuam concorridas feiras quinzenaes.

Em Melgaço publicam-se dois jornaes.

Monção

Dominando os váus do rio Minho existia um môrro, pertencente ao couto de Mazedo, e chamado *Moncão*, que D. Sancho I, conhecendo-lhe a importancia povoou; depois D. Affonso III coutou este logar, dando-lhe o titulo de Villa e o foral.

Completou esta fundação el-Rei D. Diniz, em 1305, juntando-lhe o julgado de Penha da Rainha, cujo castello ficava n'um penhasco do monte de S. Martinho, nos limites da freguezia de Abbadim e Luzio, protegendo o caminho da Portella do Extremo, que segue para o Valle do Vez.

Em 1368, quando D. Fernando, pretendendo cingir a corôa hespanhola, invadiu a Galliza, por seu turno as tropas castelhanas entraram em Portugal cercando Monção.

O Alcaide da Villa, Pedro Gomes de Abreu, defendeu-se com brio e intrepidez, contando-se que devido a um estratagêma já repetido n'outros assedios, Deu-la-Deu Martins Palhares mulher d'aquelle castellão, lançou ao inimigo os ultimos pães; os hespanhóes, desanimados assim de render a praça pela fome, retiraram.

A este facto allude o brazão da Villa que representa uma mulher sobre uma torre, com os braços abertos tendo em cada mão um pão; esta heroina jáz em tumulo alto, na Capella da Rosa, na Matriz, que pertenceu aos Soutos d'el-Rei, e é hoje dos Viscondes da Carreira; tambem as armas dos Palhares alludem a este feito da sua ascendente.

Na egreja parochial do tempo de D. João I, ha uma formosa capella manuelina mandada construir em 1521 por D. Vasco Marinho, tronco da familia minhôta d'este appelido, e cuja estatua jacente cobre o seu bello jazigo.

Tem a egreja Matriz duas formosas joias, que tão apreciadas foram na Exposição districtal de Arte Ornamental retrospectiva, organisada em 1896 na cidade de Vianna, e cujo catalogo com phototypias da Casa Biel do Porto, elaborou o erudito Sr. Dr. Figueiredo da Guerra; ahi se estampam a custodia gothica de finos lavores, medindo 0m,95 de altura, e um precioso cofre de prata, estylo mozarabe, do seculo XIV.

Padeceu Monção o mais apertado sitio de que ha memoria em terras portuguezas, e, durante quatro mezes, o Tenente e Mestre de Campo, Lourenço de Amorim Pereira, apenas com 600 infantes, resistiu ao exercito gallego, composto de 12.000 homens, e bastante

artilharia; e já reduzidos, famintos e sem esperança de soccorro, pelo estreito assedio, sob proposta de honrosa capitulação, se renderam no dia 2 de Fevereiro de 1659.

Os valentes soldados, apenas 236, commandados por Amorim Pereira, sahiram pela brecha, com as armas carregadas e a bandeira das quinas tremulando ao vento, e ladeada pelas peças, diante de toda a tropa hespanhola, formada em continencia, á qual foi apontada como exemplo de lealdade e de disciplina.

Durante os nove longos annos, que durou ainda a guerra, esteve cativa Monção.

El-Rei D. Diniz, ampliando o concelho, levantou na Villa um castello com muros em roda do burgo; mais tarde D. João II accrescentou-lhe mais algumas obras.

Rompendo a guerra no tempo de D. João IV, foi a praça fortificada á pressa, aproveitando-se a pedra do velho castello da Villa. Mas depois, em 1762, prolongou-se mais a linha de muralhas, reforçando-a com novas cortinas e revelins, á moderna e com mais unidade, e arrazando os dois incommodos conventos de freiras.

A tres kilometros da Villa, e com estrada propria, está situado o antigo convento de Longosvalles, com a sua monumental egreja de charola romanica perfeita. Crê-se fundação do seculo XII, e devida ao Rico-homem e á Rica-dona, figurados nas columnas do arco cruzeiro.

Dos freires hospitaleiros passou aos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, e d'estes aos Jesuitas em 1551, que o possuiram até 1759, em que reverteu para a Universidade de Coimbra.

O palacio da Brejoeira é o melhor de todo o alto Minho; começado no principio de 1800, teve conclusão em 1824 no tempo do 4.º morgado Luiz Pereira Velho de Moscoso, pae do ultimo administrador d'esta grande casa, o fallado Simão Pereira, fallecido solteiro em 1881, e de quem foi herdeiro o General Augusto Xavier Palmeirim.

Na quinta da Barbeita, tão celebrada outr'ora, ainda resta parte da torre medieval.

A linha ferrea, no principio do proximo anno de 1914, deve chegar aos fossos de Monção, á distancia de 16 kilometros de Valença.

Resta por ultimo dizer, que o concelho de Monção é rico e fertil, tendo fama o seu vinho, justamente apreciado como o melhor de toda esta região.

Folha n.º 13-e (Oleiros)

Está comprehendida na folha n.º 17 da antiga Carta chorographica, primitivamente levantada na escala de 1/100000, nos annos de 1866 e 1867, pelos officiaes do exercito, José Raymundo da Palma Velho, Gerardo Augusto Pery, Cesar Augusto Barradas Guerreiro e Sr. Mariano Antonio d'Azevedo.

Foi ampliada e rectificada, em 1907, para pranchetas de campo, na escala de 1/50000 pelo actual Capitão de artilharia Sr. José Augusto Pereira Gonçalves Junior.

As coordenadas geographicas da folha n.º 13-e são proximamente: 39º 50′ a 40º 2′ de latitude norte e 1º a 1º 23′ de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Districtos, concelhos e freguezias

Abrange esta folha parte dos districtos administrativos de: Coimbra, Leiria e Castello Branco.

Do districto de Coimbra vêem se parte dos concelhos de Goes e Pampilhosa, do de Leiria o concelho de Pedrogão Grande e do

districto de Castello Branco os concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova e Certã.

Do concelho de Goes encontra-se a freguezia de Alváres.

Do concelho de Pampilhosa encontram-se as freguezias de Portella do Fojo e Machio.

Do concelho de Pedrogão Grande, nenhuma séde de freguezia se encontra na folha.

Do concelho de Oleiros vêem-se as sédes das freguezias seguintes: Madeirã, Alvaro, Sobral, Mosteiro, Amieira, Oleiros, Cambas, Orvalho, Villar Barroco e Estreito.

Do concelho da Certã vêem-se apenas duas freguezias; Pedrogão Pequeno e Troviscal.

Estradas

N'esta folha vêem-se numerosos caminhos servindo de meios de communicação entre as differentes povoações, pois que as estradas quasi que escaceiam por completo, apenas se vêem pequenos tróços das seguintes estradas:

E. D. n.º 119 — Entra na folha ao S. dirige-se para N. E. passa proximo da freguezia de Troviscal e termina a um kilometro proximamente áquem da povoação de Leiria de Cima.

E. D. n.º 120 — Entra a O. e dirige-se para a freguezia de Pedrogão Pequeno depois de descrever varias curvas.

E. M. — Parte da freguezia de Alvaro e dirige-se para S. E. até proximo da povoação de Cargalla.

Hydrographia

Os cursos de agua mais importantes que regam esta região são os seguintes:

Rio Zêzere — Entra na folha ao N. da freguezia de Cambas,

toma a direcção N. E. a S. O. descrevendo n'este precurso bastantes curvas irregulares, passa proximo da freguezia de Alvaro e desaparece ao N. de Pedrogão Pequeno.

Ribeira da Pampilhosa ou de Unhaes — Entra ao N. passa proximo da freguezia de Machio e a 4 km. a S. E. de Avárcs e depois de caprichosas curvas entra no rio Zézere.

Ribeira Grande — Nasce na freguezia de Estreito, corre em direcção geral E. S. O. passa por Oleiros (ao S.) e descrevendo varias curvas, desaparece no limite S. da folha perto da povoação de Fundão.

Orographia

O terreno que esta folha descreve é bastante accidentado, principalmente ao S. onde se encontra a pyramide geodesica de 1.ª ordem denominada Cabeço Rainha com a cota de 1080 metros de altitude, situada ao S. da villa de Oleiros e na serra de *Alcellos* ou *Cabeço Rainha*.

E' notavel o valle por onde corre o rio Zézere, por ser formado por alterosas montanhas, ás vezes quasi a pique e cuja elevação varia entre 400 a 600 metros de altitude.

A E. das freguezias do Estreito e de Cambas veem-se as pyramides geodesicas Zebro e Villar de 885 e 912 metros de altitude, situadas nos cabeços que fazem parte da serra do Moradal.

Povoações principaes

Oleiros, Pedrogão Pequeno e Alvaro.

Oleiros

Tratando de preparar uma noticia d'esta villa, começaremos por estabelecer, que o seu nome não vem de *oleiros*, fabricantes de louça de barro, mas sim de *olleiros* (palavra luso-hespanhola, antiga), que se pronuncia *olheiros* e que significa *olhos* ou *olheiros* (nascentes de agua); d'estes havia muitos no terreno em que a villa foi edificada, e segundo alguns, havia um no sitio em que mais tarde se ergueu o pelourinho.

A villa, que é cabeça do concelho do seu nome, está assente sobre um monte de pequena elevação, orientado de leste para oeste, estendendo-se porem a maior parte da povoação pela encosta norte do monte.

Ao sopé da villa corre o rio de Oleiros.

O mais bello e amplo edificio da villa é a matriz, templo magestoso de trez naves, devido á munificencia do Rei D. Manuel I. Segundo a tradição, as columnas de ordem corynthia em que se apoiam os arcos das naves, pertenciam á egreja do logar de Mosteiro, a 5 km. da villa, e que tinha sido construida pelos Templarios. Esta egreja ergue-se no cimo do monte, em que assenta a villa, e domina-a inteiramente; foi reconstruida em 1639, tendo tambem concorrrido para a obra as offertas voluntarias dos parochianos.

Da demorada descripção da matriz, que se encontra no *Portugal Antigo e Moderno*, extraimos as seguintes notas:

A capella-mór tem 11^m de comprimento por $6^m,6$ de largura, e a altura correspondente a estas dimensões. Tem uma bella tribuna, throno e sacrario, tudo de boa talha dourada. O forro é apainellado, dividido em 24 quadros, representando as principaes scenas da vida de Jesus Christo; foram primorosamente pintados, mas estão muito damnificados.

Nos azulejos, que revestem as paredes até á cimalha, admi-

ram-se figuras biblicas de correctissimo desenho. Sobre o altar mór e ao fundo do throno, vê-se uma graciosa imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da freguezia.

O corpo da egreja mede 22^{m} desde a porta principal até ao arco cruzeiro; tem 12^{m} de largura e 12^{m} de altura ao centro.

O forro da nave central é dividido em 27 quadros, pintados a oleo, representando varias scenas do antigo testamento.

Não offerece duvida que foi mandada povoar a villa de Oleiros pelo prior D. Mem Gonçalves, commendador da Ordem do Hospital, e que este, com beneplacito do 2.º grão-mestre D. Affonso, lhe deu foral, pelos annos de 1350, foral que foi confirmado, a 20 de Outubro de 1513, por el-Rei D. Manuel.

Cada uma das quatro collinas, que cercam a villa, é coroada por uma capella; as capellas denominam-se: do Espirito Santo, de S. Sebastião, de Santa Margarida, e de Nossa Senhora das Candeias.

Existiu uma primeira capella de Santa Margarida no sitio que, por este facto, se ficou chamando Horta da Santa; estando porem a capella arruinada, construiu-se a actual em sitio mais apropriado.

Succedeu depois uma memoravel occorrencia: tendo sido recebida na villa, em 1809, uma grande porção de polvora enviada de Castello Branco, foi esta recolhida na capella de Santa Margarida; os francezes, que por ali passaram pouco depois, lançaram fogo á polvora por meio de rastilho, ficando a capella reduzida a um montão de ruinas, e tendo ido pelos ares a imagem da padroeira.

Passado algum tempo a imagem da Santa appareceu intacta no logar das Lameiras, e como o povo lhe consagrava grande devoção, apressou-se em erigir-lhe nova capella no sitio em que está, e que é o da segunda capella.

Das trez praças que possue a villa: Largo do Adro, Largo da Devesa e Largo da Praça, a ultima é de forma tria gular, consti

tuindo a base do triangulo os paços do concelho; no centro d'esta praça está alevantado o pelourinho, encimado pelas armas da villa.

Tem estação telegrapho-postal de 2.ª classe, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, e outros importantes estabelecimentos, que contribuem para a sua prosperidade.

A villa de Oleiros foi uma das do grão-priorado do Crato.

Alvaro

Na margem esquerda do rio Zézere, que lhe corre ao norte, e tendo pelo lado do sul o rio Alvellos, que a rodeia, está situada n'um outeiro a villa d'Alvaro. Tres dos lados d'este outeiro ficam quasi a prumo sobre os rios Zézere e Alvellos, e estão cobertos de castanheiros collossaes e de soberbas oliveiras.

O rio Alvellos, depois de tornear a villa, formando do seu territorio uma peninsula, lança-se no Zézere.

Os laboriosos habitantes d'esta região, á força de trabalho, conseguem tornal-a productiva.

Ao rio Alvellos, que é cortado por duas pontes de pedra, chama-se vulgarmente rio d'Alvaro.

Vem de longe sendo afamados os presuntos de que a villa exporta grande quantidade; tambem exporta muita e optima carne de porco, assim como pannos grossos de lã, castanha e azeite. O fabrico de pannos, chamados *de varas* (panno azul grosso), teve em tempo grande nomeada.

O fundador da povoação foi um fidalgo portuguez, chamado D. Alvaro, natural de Guimarães, que tinha sido degredado para este sitio. Por esta rasão ainda se denominam *guimaros* aos moradores d'Alvaro. (*Portugal Antigo e Moderno*).

A villa d'Alvaro pertence ao concelho de Oleiros, districto de Castello Branco, e faz parte do Patriarchado; dista da villa da Certã 25 km. para o lado norte.

Tem Misericordia e Hospital, fundados por Bartholomeu Gomes Curado e suas irmãs; esta fundação foi confirmada, em 1500, por el-Rei D. Manuel.

Pedrogão Pequeno

Esta formosa villa, a que chamaram tambem *Pedrogão do Crato*, ou *Pedrogão do Priorado*, e que é uma das povoações mais industriaes do paiz, fica n'um planalto, proximo da margem esquerda do rio Zézere, e da notavel ponte do Cabril, que a liga com a villa de Pedrogão Grande.

Attribue-se a sua fundação, segundo alguns, ao consul romano, Aulo Curcio, 150 annos antes de Jesus Christo; mas o que temos por averiguado é que os arabes a tomaram, em 718, e que foi resgatada do poder d'elles, por D. Affonso II, a 13 de Março de 1216.

Foi cabeça do antiquissimo concelho, desde muito supprimido, e pertence actualmente ao concelho e comarca da Certã, districto de Castello Branco, bispado de Portalegre. Apezar da sua grande antiguidade, o seu primeiro foral foi-lhe concedido por el-Rei D. Manuel, a 20 de Outubro de 1513.

A famosa ponte de Cabril, toda de cantaria e com tres arcos, tem 62^{m},4 de altura; fica entre esta villa e a do Pedrogão Grande. Construiu-se em 1860 uma estrada que liga o Pedrogão Pequeno a esta ponte, prestando-se assim um enorme serviço á villa, da qual se não podia descer para a ponte se não a pé; a descida a cavallo era perigosissima.

Os sentimentos religiosos dos habitantes da pequena villa de Pedrogão Pequeno, affirmam-se pelas seis egrejas da sua unica parochia; d'estas a matriz, dedicada a S. João Baptista, é a melhor.

Diz o Padre Carvalho, na *Corografia Portugueza*, que na villa ha a ermida de Santo Antonio, e nos arrabaldes Nossa Senhora das Aguas Feras, que antigamente foi matriz, S. Sebastião, S. Fagundo, e Nossa Senhora da Confiança, estando esta *situada em um*

monte tão eminente do rio Zêzere, que olhando de cima para elle, parece um regato. Chama-se a esta ermida *Capella do Calvario* por terminar ali a procissão dos Passos, na quaresma.

A capella é bonita e muito devota. No altar-mór venera-se o Senhor crucificado; tem dois altares lateraes. O frondoso arvoredo silvestre, que a cerca, torna o sitio delicioso no verão; tem um largo horisonte.

Havia no Pedrogão Pequeno uma antiga usança, denominada a *Mourisca*, que era complemento obrigado da pomposa festa, que se celebrava na egreja matriz, no dia de S. João Baptista, em honra do Santo percursor.

A *Mourisca* consistia n'uma ridicula dança pagã, que se introduzia deploravelmente na solemnidade religiosa.

Folha n.º 19-e (Pavia)

A folha n.º 19-e está comprehendida na antiga folha n.º 25 da Carta chorographica de Portugal, feita pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos, na escala de 1/100000 nas annos de 1865 e 1866, pelos officiaes do exercito, Antonio Maria da Silva Valente, Emilio Vidigal Salgado e Antonio José Pery.

Foi ampliada e rectificada para pranchetas de campo na escala de 1/50000 pelo então capitão de infantaria Sr. Julio Cezar Sanches Leite de Castro, no anno de 1905.

As coordenadas geographicas d'esta folha são aproximadamente: 38° 46′ a 38° 57′ de latitude norte e 1° 0′ a 1° 22′ de longitude leste de Lisboa, Observatorio do Castello de S. Jorge.

A região pertence aos districtos administrativos de Portalegre e Evora.

Do districto de Portalegre apenas se vê uma pequena parte dos concelhos de Aviz e Souzel, dos quaes nenhuma séde de freguezia entra na folha.

Do districto de Evora veem-se parte dos concelhos de Móra, Arraiollos e Extremoz.

Do concelho de Móra apenas se vê a freguezia de Pavia.

Do concelho de Arraiollos veem-se as freguezias de Santanna, S. Gregorio e Vimieiro.

Do concelho de Extremoz nenhuma séde de freguezia se vê.

Caminhos de ferro

A região descripta é atravessada pelas linhas do Estado, de Evora a Móra e de Evora a Villa Viçosa.

A primeira linha de Evora a Móra entra na folha ao S. e toma a direcção N. O. vendo-se a estação de Pavia.

A segunda de Evora a Villa Viçosa, apenas se vê um pequeno trôço no angulo S. E. da folha.

Estradas

Além de varios caminhos que n'esta região ligam as differentes povoações, temos a notar as seguintes estradas:

E. D. n.º 134 — Parte de Pavia e dirige-se para S. atravessa a ribeira de Divor sobre uma ponte denominada Ponte de Pavia. Esta estrada a um kilometro da villa de Pavia, está interrompida na extensão de dois kilometros.

E. N. n.º 70 — Entra ao S. dirige-se á villa de Vimieiro, seguindo depois para E. tendo atravessado sobre uma ponte a ribeira de Fargela.

E. D. n.º 170 — Parte da freguezia de Vimieiro e dirige-se para S. até entroncar na linha ferrea.

Hydrographia

O terreno d'esta folha é cortado por varias linhas d'agua, sendo as principaes:

Ribeira de Raia — Apparece junto á margem N. da folha no sentido E. O. recebe a ribeira de Seda no sitio denominado Moinho do Duque e mais para E. a ribeira d'Almadafe.

Ribeira de Tera — Entra a E. corre na direcção E. O. até á villa de Pavia, dirigindo-se depois para N. O. até desaguar na Ribeira de Raia.

Ribeira de Fargela — Nasce ao S. E. da villa de Vimieiro, corre na direcção S. N. atravessa a E. indo desaguar na ribeira de Tera.

Ribeira de Freixo — Nasce a S. O. da freguezia de Vimieiro, corre no sentido N. O. até encontrar a ribeira de Tera.

Ribeira de Pigeiro — Nasce a S. E. da freguezia de S. Gregorio e corre para N. até desaguar na ribeira de Freixo.

Ribeira de Matalote — Nasce a S. O. da freguezia de Pavia, corre para N. até encontrar a ribeira de Raia.

Ribeira de Divor — Entra ao S. da folha, descreve uma curva para O. indo depois tomar a direcção O. N. O. até desaparecer no limite O. da folha; recebe esta ribeira como affluentes, na margem direita a ribeira do Cabido e na margem esquerda as ribeiras de Pero Martins e da Barroca ou do Grou.

Orographia

A região d'esta folha é bem pouco accidentada, como acontece a esta parte do Alemtejo, apenas uns cabeços onde estão situadas as pyramides geodesicas Lapa (283m), Larangeira (353m), Arruda (357m) e Cabeça Gorda com 214 metros de altitude.

Povoações principaes

Pavia e Vimieiro.

Pavia

N'uma planicie, nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Tera, assenta a villa e freguezia de Pavia, que pertence ao concelho de Móra, á comarca de Montemór-o-Novo, e ao districto e arcebispado de Evora.

Dista 15 kilometros da sede do concelho e tem como orago da sua unica freguezia a Conversão de S. Paulo apostolo.

Foi cabeça de concelho, e tinha merecido a el-Rei D. Manuel a concessão de foral a 15 de Fevereiro de 1516.

Diz-se que el-Rei D. Diniz a elevou a villa em 1287, dando-lhe foral então, segundo o P.e Carvalho; Franklin não apresenta porem este foral.

Vem de longe a superior reputação da cal que se fabrica n'esta freguezia, e especialmente para obras hydraulicas.

O territorio é fertil principalmente em trigo e azeite; a sua producção de mel, e cera é abundante.

Junto a um grande rochedo, e em pedregosò valle por onde se sobe para a villa, corre do lado do Norte a ribeira ou rio de Tera, que nasce na serra d'Ossa, e que n'esta localidade tem uma bella ponte de cantaria.

Na freguesia ha trez ermidas: S. Dionizio, S. Sebastião e Santo Antonio; e no seu termo duas — a S. Miguel archanjo e a S. Gens bispo de Lisboa. Esta ultima fica no sitio mais alto da serra d'Ossa, tendo sido construida junto d'ella a pyramide geodesica de 1.ª ordem, denominada Ossa, e cujas coordenadas geographicas são: latitude Norte 38º 44′ 16″,4; longitude Leste 1º 32′ 56″,9 do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Em dias claros o horisonte da pyramide abrange quasi todo o Alemtejo, e grande parte da Estremadura hespanhola. Da pyramide de Ossa, tivemos occasião de ver em 1871, o ponto geodesico do Castello de *Palmela* e a serra de Montejunto.

Por uma tradição, que nenhum vestigio justifica, houve na serra de Ossa um templo dedicado a Venus; ha tambem a versão de que n'este *monte de Venus* levantou Viriato uma fortificação, em que havia uma *torre de vigia*, que lhe serviu de atalaia e a Sertorio; accrescenta a tradição, que d'este monte desceu Viriato para vir dar batalha ao pretor Cayo Plancio nos campos de Evora. Esta batalha feriu se pelos annos 150 antes de Jesus Christo e foi tão sanguinolenta, que apenas escapou com vida um soldado romano.

N'um aprasivel sitio da serra erigiu-se o principal convento da Ordem de S. Paulo, que é a terceira fundação d'este instituto religioso, de cuja antiguidade apenas se sabe que já existia em 393, e que excede a recordação dos homens como o confirmam em bullas os Papas Gregorio XIII e Paulo III, segundo se lê a pag. 449 do Tomo II da *Corografia Portugueza* do P.e Carvalho.

A segunda fundação, principalmente devida a D. Fernão de Annes, foi construida em 1182 no sitio da Valladeira, e compunha-se do Oratorio da Serra d'Ossa, onde viviam oito eremitas em pequenas e humildes cellas, e de modestissimas casas terreas, espalhadas pela serra, que habitavam outros eremitas quatro a quatro.

A edificação do actual Convento da Serra d'Ossa principiou no tempo d'el-Rei D. João I, segundo o P.e Carvalho, sendo determinada pelas circumstancias seguintes:

Tendo o numero dos eremitas, consideravelmente crescido com a protecção do Rei, tornou-se necessario o accrescentamento das installações;

O sitio da Valladeira era pouco saudavel por estar n'uma localidade humida e fria; a mudança mais para o alto da serra estava assim naturalmente aconselhada.

Construiu-se pois a Igreja e o Convento, porem já com dormitorios, claustros e officinas necessarias.

Mais tarde augmentou-se a fabrica do Convento, que ficou sendo de notavel magnificencia, como se lê a pag. 449 do Livro 2.º da *Corografia Portugueza*, onde d'ella se encontra uma muito detalhada descripção:

Os hospedes que visitavam annualmente o Convento andavam por 1.300, e recebiam agasalho dentro d'elle todas as pessoas de consideração e respeito; as outras eram alojadas n'uma casa exterior, que servia de hospedaria.

Mas da grandeza do Convento sobre todos os aspectos, dá-nos concludente argumento a visita da Rainha da Grã-Bretanha, D. Catherina, em 1699, que foi ali hospedada com toda a sua comitiva, dando o Convento tudo o que era necessario para sustento, camas, etc. Todas as pessoas foram alojadas segundo as suas cathegorias, e isto sem que os religiosos ficassem desacommodados, nem fossem alguns d'elles para fóra, antes para assistirem a Sua Magestade com mais fausto, se mandaram vir muitos dos Conventos circumvisinhos.

Os meninos de Palhavã foram desterrados para o Convento da Serra d'Ossa; mas apezar d'esta circumstancia, preparou-se para os receber uma cella feita de trez, e tendo no tecto, em relevo, um enorme escudo das armas pertuguezas.

Guarneciam os immensos corredores do Convento quadros de magnificos azulejos, representando os diversos capitulos da Biblia.

Quando ali residimos, tivemos occasião de admirar muitas vezes aquelles que ainda não estavam estragados, e que tinham escapado á deploravel ideia de serem enviados para a Exposição Universal de Paris.

Pela extinção das Ordens religiosas, o Convento da Serra de Ossa foi vendido por um preço, que é melhor não recordar.

El Rei D. Sebastião antes de emprehender a fatal jornada d'Africa, foi fazer as suas devoções na egreja do Convento. N'uma

das salas havia uma grande tella, representando a chegada do Rei ao adro da egreja, acompanhado do seu sequito, indo todos a cavallo, e sendo aguardado pelo Padre Geral da Ordem com os seus monges.

A preciosa talha de madeira dourada, que guarnecia a egreja, foi arrancada e teve não sei que applicação.

Vimieiro

Esta villa da provincia do Alemtejo, está situada na estrada nacional de Elvas a Montemór-o-Novo, construida n'uma vasta planicie na margem esquerda da ribeira de Tera; pertence ao concelho e comarca de Arraiolos, do districto e arcebispado de Evora, e dista 17 kilometros da séde do concelho.

Banham esta freguezia, alem da ribeira de Tera, os ribeiros de Seixo e das Covas, que á ribeira affluem; estes ribeiros teem no termo da freguezia tres pontes — a do Freixo, a da Broa, e a da Farragella. A corrente d'estes ribeiros faz mover varios moinhos de cereaes.

Os campos de Vimieiro, assim favorecidos pela naturesa, são considerados como dos mais ferteis do Alemtejo, e tornam esta linda villa uma das mais prosperas do districto de Evora. A sua producção consiste principalmente em cereaes, azeite, vinho e cortiça, tendo tambem bastante mel e cera. E' grande a sua creação de gado suino e lanigero.

A villa de Vimieiro, apezar de nunca ter sido murada nem acastellada, mereceu a el-Rei D. Manuel, pela sua riqueza e desenvolvimento a concessão de foral, em 1 de junho de 1512.

Foi séde de concelho, extincto por decreto de 24 de Outubro de 1855, e por este diploma passou para o concelho de Arraiollos, pertencendo depois ao de Estremoz, e depois novamente ao de Arraiollos.

Alem da egreja matriz de uma só nave, possue tambem as egrejas da Misericordia e do Espirito Santo, e varias capellas.

O orago da freguezia é Nossa Senhora do Soveral.

Foi demolido ha muitos annos o convento de frades Terceiros de S. Francisco, que houve na villa, e que tinha sido fundado em 1554.

Vimieiro tem estação telegrapho-postal com serviço de encommendas postaes e de valores declarados.

Da villa partem estradas para Souzel, Pavia, Fronteira e Aviz.

A versão do P.e Carvalho de que o nome de Vimieiro deriva dos muitos vimes que n'esta villa havia, é contrariada pela circumstancia dos vimes demandarem terrenos humidos, pantanosos e abundantes de agua, em quanto que o terreno da villa é bastante secco, circumstancia que o mesmo P.e Carvalho reconhece na sua *Corografia Portugueza*.

Folha n.º 3-d (Ponte da Barca)

A região descripta n'esta folha está comprehendida nas folhas n.os 4 e 5 da Carta chorographica na escala de 1/100000 levantada nos annos de 1878, 1882 e 1884 pelos officiaes do exercito, Joaquim José Bragança, Victorino Teixeira Larangeira, Albino Evaristo do Valle Souto e Sr. Eduardo Cazassa Alvares Pereira.

Foi ampliada e rectificada para a escala de 1/50000 por pranchetas de campo pelo tenente-coronel de artilharia, Sr. Martins Thomé Vieira, no anno de 1905.

As coordenadas geographicas da folha 3-d são approximadamente de 41° 39′ a 41° 50′ de latitude N. e 0° 37′ a 1° de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Comprehende esta folha parte dos districtos de Vianna do Castello e Braga.

Do districto administrativo de Vianna do Castello vêem-se parte dos concelhos de Arcos de Valle de Vez, Ponte da Barca e Ponte de Lima.

Do districto administrativo de Braga vêem-se tambem parte dos concelhos de Villa Verde, Terras do Bouro, Amares e Vieira.

Do concelho de Arcos de Valle de Vez encontram-se as seguintes freguezias: Padreiro (Santa Catherina), Tabaçó e Santar,

Tavora (Santa Maria), Tavora (S. Vicente), Souto, Padreiro (S. Salvador), Cendufe, Jolda (Santa Magdalena), Jolda (S. Paio) e S. Jorge.

Do concelho de Ponte da Barca vêem-se as freguezias seguintes: Bravães, Ponte da Barca, Oleiros, Paço Vedro de Magalhães, Lavradas, Nogueira, Sampriz, Vade (S. Thomé), Vade (S. Pedro), Cuide de Villa Verde, Crasto, Ruivos (Santa Eulalia), Boivães, Grovellas, Entre Ambos os Rios, Touvedo (S. Lourenço), Touvedo (S. Salvador), Villa Chã, Villa Nova de Muhia, Villa Chã (S. João), Azias e Germil.

Do concelho de Ponte de Lima encontram-se as freguezias de Santa Cruz do Lima, Gandra, Gondufe, Beiral do Lima e Boalhosa.

Do concelho de Villa Verde vêem-se as freguezias seguintes: Vallões, Penascaes, Codeceda, Barros, Athães, Godinhaços, Pedragães, Azões, Rio Mau, Duas Egrejas, Prado, Goães, Dossãos, Pico (S. Christovam), Sande, Pico de Regalados, Mós, Coucieiro, Gondiães, Portella das Cabras, Nevogilde, Carreiras (S. Thiago), Carreiras (S. Miguel), Travassós, Esqueiros, Geme, Lanhas, Sabariz, Aboim da Nobrega, Gondomar, Valdreu, Passô (S. Miguel), Valbom (S. Martinho), Valbom (S. Pedro), Oriz (Santa Marinha), Oriz (S. Miguel) e Covas.

Do concelho de Terras do Bouro vêem-se as freguezias seguintes: Balança, Chorense, Ribeira, Souto, Brufe, Cibões, Chamoim, Villar, Moimenta, Monte, Covide, Valdozende, Rio Cáldo e Campo do Gerez.

Do concelho de Amares encontram-se as seguintes freguezias: Fiscal, Sequeiros, Paranhos, Caldellas, Torre, Portella, Seramil, Goães, Paredes Sêcas, Bouro (Santa Maria) e Bouro (Santa Martha).

Do concelho de Vieira apenas se vêem as seguintes freguezias: Canigada, Cova e Ventosa.

Estradas

As estradas a *macadam* que cortam esta região são em numero bem pequeno; apenas se encontram as seguintes:

E. N. n.º 3 — Atravessa a folha no sentido N. S. passando pelas freguezias de Ponte da Barca, Covas e Geme.

E. N. n.º 3 (Ramal) — Parte da E. N. n.º 3 ao N. do logar de Prova, atravessa o rio Vez e vae entroncar na E. N. n.º 25.

E. N. n.º 25 — Entra na folha a O. e segue sensivelmente paralella á margem direita dos rios Lima e Vez, passando pelas freguezias de Jolda (S. Paio), Tavora (Santa Maria) e perto da de Tabaçô e Santar.

E. N. n.º 26 — Entra a O. proximo do logar de Regueira e segue até Ponte da Barca, passando pelas freguezias de Gandra, Santa Cruz do Lima e Bravães.

E. N. n.º 26 (Ramal) — Parte da freguezia de Gandra e dirige-se para N. até á margem esquerda do rio Lima.

E. D. n.º 5 — Entra a O. da folha no logar de Pinheiro, passa pelas freguezias de Goães, Portella das Cabras, Nevogilde e Esqueiros até entroncar na E. N. n.º 3 ao N. do logar de Campo da Feira.

E. D. n.º 10 — Entra ao S. e dirige-se para E. descrevendo varias curvas porem no sentido da margem direita do rio Cavado até ao logar de Paredes, passando pelas freguezias de Bouro (Santa Martha), Bouro (Santa Maria) e Valdozende.

E. D. n.º 11 — Parte da E. D. n.º 10 atravessa o rio Caldo, passa pela freguezia de Villar da Veiga e segue para N. até ao logar de Caldas do Gerez, prolongando-se ainda na mesma direcção cerca de 3 kilometros.

E. D. n.º 12 — Entra ao S. da folha e dirige-se para N. E. passa proximo das freguezias de Torre de Caldellas, Sequeiros e vae até ao logar de Covas.

E. M. — Parte da E. D. n.º 5 no logar de Revenda e dirige-se para N. até ao logar de Cachadufe.

E. M. — Parte da E. N. n.º 3 no logar de Monte de Baixo, indo até Veiga onde se bifurca em dois tróços, um que vae entroncar na E. N. n.º 3 no logar de Villa do Pico, e outro que segue sensivelmente paralello á margem direita do Homem até pouco adiante da freguezia de Valbom (S. Pedro).

E. M. — Parte da E. D. n.º 12 em Caldellas, atravessa o rio Homem e vae entroncar na E. M. antecedente entre as povoações de Veiga e S. Geraldo.

E. M. — Parte da E. N. n.º 3 no logar de Paço Vedro e dirige-se para O. e depois para S. passando nas freguezias de Nogueira, Crasto e Ruivos onde termina.

E. M. — Parte da E. N. n.º 25 a O. da freguezia de Tavora (Santa Maria) e segue para N. passando perto da freguezia de Tavora (S. Vicente) e da povoação de Eirigos.

Hydrographia

A região representada n'esta folha é cortada por varias linhas d'agua, sendo porém as mais importantes as seguintes: Rio Lima que corre junto de Ponte da Barca, o rio Homem (affluente do rio Cavado na margem direita) que atravessa a folha quasi no sentido da diagonal; o rio Cávado, que entrando no limite E. da folha passa a S. das freguezias de Villar da Veiga, Rio Caldo, Valdozende, Bouro (Santa Maria e Santa Martha), desaparecendo no limite S. em frente do logar de Penedo. Rio Neiva nasce na falda da serra do Oural ao S. da freguezia de Codeceda, corre a S. O. passando perto da freguezia de Goães.

Orographia

O terreno apresenta-se bastante montanhoso, como em geral é toda esta região do Minho, havendo porem a notar que as maiores altitudes se encontram a N. e a E. da folha.

Entre os rios Homem e Cávado encontra-se uma parte da serra do Gerez, com varias altitudes marcadas pelas pyramides geodesicas, sendo porém as mais notaveis a de Pé de Cabril com 1235 metros e de Junco com 1168 metros.

Para N. do rio Homem estende-se a serra do Cabril, que faz parte da serra do Gerez, na qual se veem as pyramides geodesicas denominadas Eiras (1219), Louriça (1361), Muro (1345), Casarotas (1196) e Carvalhinha (1097), que marcam por assim dizer a linha sinuosa do cume da serra.

Serra do Oural ou da Boalhosa — Esta serra situada entre os rios Lima e Neiva e proxima aos nascentes d'este ultimo, estende-se na direcção N. N. E. a S. S. O. A sua maior altitude é marcada pela cota da pyramide de 1.ª ordem, denominada Oural e que é de 720 metros.

Serra do Borrelho — Situada ao longo da margem esquerda do rio Neiva e proxima das suas nascentes; é uma pequena serra e em curva, sendo a sua maior altitude de 462 metros marcados pela pyramide geodesica Moinho Velho.

Entre os rios Lima e Cávado encontram-se varios cabeços, cujas altitudes regulam entre 800 a 400 metros.

Povoações principaes

Ponte da Barca.

Caldas do Gerez (aguas).

Caldellas (aguas thermaes).

Ponte da Barca

Esta pequena mas aristocratica villa, teve os seus inicios nos meiados do seculo XIV, no sitio da passagem do rio Lima, onde havia uma barca que deu o nome ao logar, que se formou na margem esquerda, junto a um albergue para perigrinos, da Ordem do Hospital, senhora d'estes terrenos.

Como a antiga séde do julgado da *Terra da Nobrega* estivesse no Castello da Nobrega, que se erguia no alto penhasco da freguezia de Sampriz, sobre os alicerces de um antigo *crasto*, passaram as justiças a residir na proxima parochia de Aboim da Nobrega.

Desde D. João I que o logar da Barca prosperava, apesar das tropelias dos frades cruzios do mosteiro de Villa Nova de Muhia.

Construida em 1543 a formosa ponte de pedra de dez grandes arcos de volta inteira, que mede 200 metros, e liga a estrada de Braga aos Arcos de Valdevez, constituiu-se aqui um curato, que pouco depois o santo Arcebispo D. Frei Bartholomeu dos Martyres desmembrou da freguezia de Paço Vedro de Magalhães; e logo em 1579 foi elevado a Villa Concelhia, recebendo como brazão de armas o escudo das quinas sobre uma barca em rio azul.

Os Aboins são tão velhos como a nacionalidade portugueza; que o diga D. João Peres de Aboim, mordomo-mór do Conde de Bolonha, e Senhor de Portel cujo valor politico na fundação dos Concelhos ainda é mal conhecido e avaliado, quando a elle se deveu essa sabia organisação e seu desenvolvimento.

João de Magalhães, ao serviço do Duque de Bragança, obteve a alcaidaria do Castello da Nobrega, e a doação d'esta Terra em 1458; d'esta familia proveiu Fernando de Magalhães, que primeiro circumnavegou o globo.

A donataria da Ponte da Barca pertencia aos Magalhães Menezes, e depois passou aos Almadas (Soutos d'El Rei), de Tavarêde.

Um illustre filho d'esta terra, Antonio de Araujo e Azevedo,

celebre diplomata e Ministro d'Estado, academico distincto, teve em 1815 o titulo de *Conde da Barca*, fallecendo pouco depois no Brazil, onde a Côrte se achava.

E' cabeça de comarca de 3.ª classe, compondo-se o concelho de 25 freguezias nos valles dos rios Lima e Vade.

O foral da Nobrega foi concedido por el-Rei D. Manuel, em 24 de Outubro de 1513.

O castello de Lindoso pertence a este concelho, que tem nas margens do Cabril uma frondosa matta.

No termo ha solares e antigas vivendas, que na maior parte cahem em ruinas; podemos apontar: a Torre de Cuide de Villa Verde, dos Condes de Leiria; a de Nogueira; a dos Magalhães, em Paço Vedro; e a de Touvêdo; os palacetes da Agrella, em Nogueira; Paço Vedro, junto á estrada; de Fonte de Gatos, dos Coelhos; a Casa de Cuvellas, em Oleiros; a dos Viscondes da Carreira; a de Quintella, em Villa Nova de Muhia, etc., etc.

Tres antigos mosteiros ficavam nas visinhanças da Ponte da Barca: Villa Nova de Muhia, pertencente a Santa Cruz de Coimbra; S. Martinho de Crasto, da mesma Ordem, e de origem medieval; finalmente Bravães, cuja egreja se ergue junto á estrada de Ponte de Lima á Barca, d'onde dista tres km. e está classificada monumento nacional a recommendação do muito erudito Sr. Dr. Luiz de Figueiredo da Guerra, a quem devemos esta noticia da Ponte da Barca. A egreja de Bravães é o templo romanico melhor conservado de todo o paiz.

A villa é atravessada por estrada, e pena é que se não conclua a principal até Lindoso, que traria muito movimento a todo o valle do Lima.

Dissemos que o foral da Nobrega foi concedido por el-Rei D. Manuel em Outubro de 1513. Consignemos aqui a causa determinante d'esta mercê, em que são unanimes os escriptores que tratam do assumpto.

Diz Villena Barbosa, que, em 1500, no sitio donde partia a

barca da passagem do rio, se estabeleceu uma familia, edificando uma pobre casa de venda. A concorrencia de passageiros fez com que em breve prosperasse a vendasinha, o que determinou a vinda de mais alguns moradores para a sua proximidade; assim se constituiu o começo de uma aldeia, que já no fim do seculo XIV se compunha de varias casas.

Entre as familias, que occupavam aquellas casas, destacava-se a de Maria Lopes da Costa, que possuia avultados bens de fortuna. A esta senhora, que era de illustre linhagem, é devida a fundação de Ponte da Barca; viveu 110 annos e foi casada duas vezes. Dos seus casamentos provieram cento e vinte filhos e netos, dos quaes oitenta residiam no logar em convivencia diaria com a sua progenitora.

Quando el-Rei D. Manuel foi em 1497, visitar o santuario de S. Thiago de Compostella, hospedou-se na casa de Maria Lopes da Costa, que era a unica do logar que tinha sobrado; e como não existisse já a centenaria, foi sua filha Isabel Gonçalves da Costa que recebeu o Rei, a quem apresentou a numerosa familia da extincta.

El-Rei D. Manuel não se contentou em fazer mercês aos membros da familia de Maria Lopes da Costa, mas concedeu tambem foral á terra com muitos privilegios.

O P.e Carvalho, na sua *Corografia Portugueza*, tratando da villa de Ponte da Barca, diz, que primeiro que se fizesse a ponte havia ali uma barca e de ambas se compoz depois o nome da villa.

Em 1513 o seu nome era ainda *villa de Nobrega*, como o prova a data do foral novo d'el-Rei D. Manuel.

O castello da Nobrega foi reduzido a ruinas pelos raios que n'elle cahiram.

O orago da unica freguezia da villa é S. João Baptista.

Caldas do Gerez

A existencia e desenvolvimento da povoação d'este nome, são devidas ás suas aguas thermaes, a que recorrem confiadamente muitos doentes. A circunstancia do numero d'estes ir successivamente crescendo, demonstra exuberantemente, a excellencia das aguas na cura das molestias para que são aconselhadas.

Vem de longe o uso d'estas thermas, que o descobrimento de moedas junto das nascentes, faz remontar ao tempo dos Romanos.

Como se lê n'uma «Breve noticia sobre as Caldas do Gerez, impressa no Porto em 1900, *o antigo balneario* — os Poços — do tempo de D. João v (1735), foi demolido para conveniente captagem das aguas, e a fim de se poderem levantar novos edificios thermaes.

A altitude da povoação é de 456^{m}, e fica situada n'um valle estreito e profundo da serra do Gerez, junto das margens do ribeiro d'este nome, que a 7 km. ao Sul se lança no Cavado. O cimo das serras, que se elevam ao nascente e ao poente, teem, sobre a povoação uma differença de nivel de 400 a 600 metros.

As condições do sitio, em que jazem estas Caldas e a posição do sol nos maiores dias do anno, fazem com que os seus raios n'estes dias só incidam sobre a povoação desde as 7 horas da manhã até 5 da tarde. O que levamos dito explica que as manhãs sejam ali bastante frescas, e que haja frequentes variações de temperatura. Deve tambem notar-se que o ar é tonificante e puro, e que as aguas potaveis são excellentes, conjunto que constitue elementos favoraveis para a cura.

As Caldas do Gerez são actualmente a mais importante povoação do concelho de Terras do Bouro, a qual se vae aformoseando e augmentando todos os dias. Os principaes edificios estão situados na *Avenida das Aguas*. Alem de muitos hoteis, encontram-se na povoação chalets e casas mobiladas para alugar por preços convidativos.

Uma capellania, creada por D. João V, assegurava o serviço religioso de Junho a Outubro, este serviço porem acabou com a morte do ultimo capellão, conforme o contracto da empresa actual. Conserva-se a capella, que é aproveitada a expensas dos particulares.

Durante a epocha thermal ha correio uma vez por dia, registro de cartas com valor declarado, e encommendas postaes. A estação telegrapho-postal está aberta todo o anno.

As communicações são boas. No caminho de ferro do Minho, toma-se na estação de Nine o ramal para Braga, onde se encontram boas carruagens, que conduzem ao Gerez em 4 e meia a 5 horas; ha duas carreiras diarias de deligencia, que fazem o percurso em 6 a 7 horas. Ha tambem automoveis para alugar em todo o tempo, e durante a epocha thermal carreiras diarias dos mesmos. Em automovel alugado faz-se a jornada em hora e meia a duas horas, e em automovel de carreira em tres horas.

A estrada de Braga ao Gerez mede 45 kilometros.

Na «*Breve noticia sobre as Caldas do Gerez*», de que vimos fazendo resumido extracto, encontra-se um quadro com a temperatura e caudal das differentes nascentes, e a analyse da agua.

Depois insére os principaes edificios do *Estabelecimento Hydrologico do Gerez*, com a sua descripção; estes edificios são tres: Copa, Pequenas e Grandes Thermas.

Descreve em seguida o modo como é feito o tratamento com aquellas justamente afamadas aguas thermaes.

E termina apresentando a serie de doenças para as quaes a *cura gereziana* é especial.

No seu bem estudado e erudito livro, intitulado «*Caldas do Gerez — Aguas e Thermas*» tambem impresso no Porto, em 1901, o Sr. Dr. Augusto A. dos Santos Junior, director clinico do Estabelecimento Hydrologico do Gerez, começa por apresentar a noticia historica das Caldas, e trata depois da estancia, do clima, e da analyse das aguas thermaes.

Da noticia historica extraimos o seguinte resumo, que é deveras interessante:

Nada se sabe de quem antes da dominação romana transitasse por esta região; e não admira que assim succeda, porque são de muito contingente resultado as investigações anteriores a esta dominação.

Da demora dos Romanos n'aquelles sitios encontram-se porem numerosos vestigios, como sejam restos de calçadas e marcos miliarios truncados, mas indicativos da passagem da via romana, Geira, que de Braga se dirigia a Astorga. N'um cabeço a leste da estrada, e que a domina, ha destroços de uma construcção, a que chamam Calcedonia; é duvidoso que fosse povoação.

Até ha pouco tempo não havia nenhuma prova de que os Romanos tivessem penetrado no valle das Caldas, nem houvessem usado das suas aguas; mas na remoção de terras effectuada para os ultimos trabalhos de captagem, sob os antigos Poços, appareceram moedas dos Imperadores Gallieno e Constancio, nas immediações das nascentes mais quentes e abundantes. Estas moedas indicam, pelo menos que os Romanos estanciaram junto das fontes.

A frequencia do sitio nos reinados de D. Affonso IV, D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II, é demonstrada por outras moedas, que se acharam nas referidas excavações. Temos assim a presumpção de que as aguas thermaes do Gerez foram usadas nos seculos XIII, XIV e XV.

Justo é consignar aqui, que Manuel Ferreira de Azevedo, cirurgião da aldeia de Covide, foi o primeiro que aconselhou o uso d'estas aguas aos enfermos tolhidos, os quaes se banhavam em poças abertas no chão, e bebiam tambem da agua, acampando ao redor das fontes em improvisadas cabanas. Isto passava-se no seculo XVII.

A fama das Caldas augmentou de tal modo a concorrencia, que el-Rei D. João V, solicitado por personagens de alta cathegoria, mandou construir os quatro primeiros poços, uma capella e um hospital. A capella tem por orago Santa Eufemia, que é a padroeira

das Caldas. Os quatro poços eram tanques de granito, de um a dois metros cubicos de capacidade, pouco fundos, abrigados cada um em uma casinhola de pedra, com tecto em aguda pyramide quadrangular; os poços ficavam contiguos uns aos outros, junto das fontes thermaes, e encostados á escarpa de granito d'onde as aguas jorram; constituiam as primitivas thermas e denominavam-se do norte para o sul: Forte, Contra-Forte, Aguas Novas ou Terceiro, e Figueira ou Fresco. Na verga da porta do Forte esculpiram a inscripção: ÆGRI SURGUNT SANI (os doentes levantam-se curados).

N'uma lapide encimando a cornija do tosco estabelecimento, esculpiram tambem uma inscripção commemorativa da sua edificação. Tem a data de 11 de Abril de MDCCXXXV.

O successivo augmento da concorrencia determinou a construcção de novos poços, em que á abobada de pedra se substituiu a cobertura de madeira e telha ordinaria. A communicação dos poços para a rua fazia-se directamente por uma porta; tinham buracos nas paredes para com a entrada do ar baixar a temperatura do ambiente.

N'uma estampa que tem o livro, vê-se a disposição dos poços e das nascentes.

O que merece porem especial referencia é que, apezar dos meios primitivos, e das elementares e incommodas condições em que se fazia o tratamento, se operavam curas notaveis, e tão numeroras, que no seculo passado as Caldas do Gerez eram reputadas das melhores e as mais proveitosas de Portugal.

Veiu depois o periodo das guerras civis, que determinou o quasi completo abandono das Caldas do Gerez por parte dos ricos e abastados, não obstante os porfiados esforços de alguns medicos e naturalistas, que continuavam a frequentar as thermas, e a preconisar a excellencia e efficacia das suas aguas na cura de variadas doenças.

N'este periodo de decadencia occorreu a importante circumstancia de se fazerem os primeiros ensaios e trabalhos analyticos das aguas.

Foi porem em 1875 que se deu o resurgimento das Caldas do Gerez, especialmente devido ao illustre professor Dr. Andrade Gramaxo, em reconhecimento da assombrosa cura dos calculos hepaticos, que o torturavam, obtida pelo tratamento com aquellas aguas; foi desde então que a *cura interna* passou a erigir-se em tratamento predominante.

D'este resurgimento data a transformação das Caldas do Gerez em verdadeira estancia thermal, tendo sido cuidadosamente estudadas e analysadas as aguas, e tendo-se edificado os primeiros hoteis.

. . . . . .

A Companhia das Caldas do Gerez, formentada pelo illustre professor Sr. Dr. Ricardo Jorge, adquiriu uma concessão para explorar as aguas, obrigando-se a construir edificios para *buvette* e installações thermaes e hydrotherapicas. O primeiro concessionario não cumpriu, e foi feita nova concessão á actual empresa exploradora, em 1896, com o compromisso de levantar novas thermas, conforme um projecto superiormente approvado.

Terminamos este breve resumo da noticia historica das Caldas do Gerez, dizendo que os edificios e installações, para o uso das aguas nas suas diversas formas de utilisação, ficaram promptos a funccionar no começo da epocha thermal de 1899, entrando desde logo as Caldas na phase completa do seu desenvolvimento sob os pontos de vista da medicina thermal.

Sem nos demorarmos com referencia aos diversos serviços do Estabelecimento Hydrologico do Gerez, que seriam muito incompletas, transcrevemos apenas do livro «*Caldas do Gerez*», as seguintes importantes indicações:

«Os diversos serviços do Estabelecimento estão subordinados a um regulamento approvado pelo governo, e affixado nos pontos principaes das Thermas.

«A inscripção no serviço clinico do Estabelecimento é obrigatoria, para quem deseje fazer ali qualquer tratamento; assim se

consegue fazer uma nota das doenças que ali concorrem e se contribue para o estudo clinico das aguas, em proveito dos doentes.

«Os serviços thermaes são executados por pessoal convenientemente educado e habilitado, sob a direcção do clinico do Estabelecimento.

«Os preceitos de boa hygiene são postos em pratica em todos os edificios e serviços.

O livro «*Caldas do Gerez*» tem ainda mais tres capitulos, intitulados: *Acção Hidro-thermal*, *Applicações therapeuticas*, e *A Cura gereziana*, em que são tratados muito proficientemente, fóra os assumptos que lhes dizem respeito, e que estão visivelmente fóra das condições adoptadas para esta publicação.

Os serviços da matta florestal, por conta do estado, teem ultimamente tomado grande desenvolvimento, havendo magnificos pontos de vista, para alguns dos quaes, a Pedra Biba por exemplo, ha bons caminhos.

A natureza do terreno é granitica.

Thermas de Caldellas

A povoação e freguezia de S. Thiago de Caldellas, do concelho e comarca de Amares, e do districto e arcebispado de Braga, está situada perto da margem esquerda do rio Homem, e dista 6 kilometros da cabeça do concelho. Existem n'esta freguezia as afamadas thermas, antigamente chamadas de Rendufe, e hoje de Caldellas.

O estabelecimento hydrologico jaz n'um formoso valle a cerca de 12 kilometros da cidade de Braga, com a qual está hoje ligado por uma excellente estrada, que atravessa verdejantes campinas. O valle de Caldellas tem tambem a condição de ser abrigado por altas

montanhas, cortadas por sinuosos regatos, e consequentemente cobertas de soberba vegetação; por este conjunto de favoraveis circumstancias goza de uma temperatura muito egual e deliciosa.

O Sr. Dr. João Novaes, director clinico do Estabelecimento hydrologico, no seu livro intitulado «*Thermas de Caldellas*», referido a 1903-1904, começa por apresentar duas inscripções, gravadas em duas lapides romanas, as quaes se encontram proximo das nascentes thermaes. As lapides provam que os Romanos, ha perto de dois mil annos, já tinham conhecimento d'estas aguas.

O Sr. Dr. João Novaes declara tambem que se não sabia precisamente a que era devida a sua incontestavel acção benefica, e que era natural que mais tarde a sciencia d'ella desse explicação evidente. Limitou-se pois a transcrever as considerações seguintes, feitas n'outros relatorios seus.

«A natureza e o gráu de mineralisação das aguas de Caldellas não podem explicar todos os seus effeitos therapeuticos. Possuem propriedade devidas a um agente desconhecido, talvez de origem bacteriana, que a analyse ainda não poude descobrir, tendo apenas como reativo o oraganismo humano.

«Seja como fôr, a acção therapeutica d'estas aguas visa especialmente certos orgãos, ou beneficia a vida organica no seu conjunto.

«A acção local exerce-se por contacto intimo no apparelho digestivo, modificando a sua mucosa e excitando ou moderando a sua motricidade; augmentando as secreções das glandulas gastricas e intestinaes, e ainda exercendo influencia em todas as visceras do abdomen. Sobre o figado a sua acção é bem saliente. A secreção da bilis é augmentada sendo esta mais fluida, as contracções das vias biliares despertadas, e em virtude d'estas, bilis mais espessa, areias e calculos biliares são arrastados, podendo até dar origem á chamada colica thermal. O rim tambem é attingido. A excreção urinaria augmenta e a urea e outros elementos nocivos do sangue são

sangrados dos capilares, em virtude de uma maior pressão sanguinea.

«Esta acção local não pode explicar todos os triumphos therapeuthicos, que dão renome ás aguas de Caldellas; para os comprehender temos que admittir uma acção vital impressionando os actos intimos da nutrição, e que se manifesta regularisando-os, e assegurando uma conveniente assimilação dos alimentos.

«A acção therapeutica das aguas de Caldellas é, pois, aconselhada pelo que d'ellas conhecemos, internamente, nas doenças do apparelho digestivo, especialmente nas enterites (enterite muco-membranosa) e em todos os casos de dyspepsia; nas doenças do figado e baço; nos engorgitamentos d'estas visceras, principalmente quando são causados pelo impalludismo e estada nos paizes quentes; anemia palustre; na lithiase renal e ainda na obesidade e outras manifestações arthriticas.

«Externamente, esta acção é utilissima nas molestias de pelle, especialmente nos eczemas, erytemas, pitiriasis e impetigos; affecções articulares e nevralgicas, localisações chronicas do rheumatismo e da gota; neurastenia, hysteria, etc.».

No intuito de descobrir qual é o agente contido nas aguas thermaes de Caldellas que produz os effeitos enumerados nas considerações que acabamos de transcrever textualmente, o Sr. Dr. Novaes para tentar resolver esta these apresenta os seguintes elementos:

— A analyse chimica das agua;
— A analyse bacterologica;
— A indicação da temperatura das suas nascentes;
— O estudo do seu poder electrico ou radio activo.

Este illustre clinico, n'uma proficiente lição aos alumnos do 3.º anno da Faculdade de Medicina de Lisboa, na sua excursão de estudo de 1911, declarou no exordio que muito de fugida ia descrever, o que é uma agua mineral, a sua origem, a historia da hydrotherapia mineral, e por ultimo *tentar* investigar o NESCIO QUID DI-

VINUM, de que já Horacio fallava tratando das aguas celebres do seu tempo.

Na lição referiu-se depois á acção physiologica e ás applicações therapeuticas das aguas de Caldellas, tão uteis nas doenças do apparelho digestivo, especialmente nas enterites (enterite-muco-membranosa).

Ainda acerca da antiguidade da applicação das aguas de Caldellas, observa o Sr. Dr. João Novaes, que eram os monges curandeiros quasi sempre, em toda a parte, quem explorava as milagrosas nascentes. Assim, tendo as aguas de Caldellas ficado abandonadas, appareceram no seculo XVIII administradas pelos monges do Convento de Rendufe, sendo o seu uso principalmente aconselhado, pelo monge carmelita descalço, Fr. Christovam dos Reis, aos doentes «que padeciam: debilidades de estomago, falta do cozimento, obstrucções molles, faltas de tributo mensal» e de que ficaram perfeitamente curados, segundo o mesmo autor.

Pela extincção das ordens religiosas, tomou conta dos balnearios o parocho de Caldellas, que na estação propria os franqueava gratis aos doentes, e depois a Camara de Amares; que os arrendou ao actual concessionario.

Os povos do concelho d'Amares mandaram construir em 1803, quatro casas de banho, cada uma com um tanque de pedra. As quatro piscinas, denominadas: Poço da Elephantiasis, Poço do Carvalho, Poço Fresco, e Poço do Rheumatismo. Junto do Poço do Carvalho construiu-se uma pequena fonte para uso dos doentes, fazendo-se para este fim uma excavação bastante profunda.

Espalhou-se tanto a fama da virtude therapeutica das aguas, que os doentes para recorrer aos seus maravilhosos beneficios, arrostavam com todas as incommodidades dos pessimos caminhos, dos detestaveis alojamentos, e ainda com o repugnante sacrificio da promiscuidade nos poços.

N'estas condições das thermas, o Sr. Visconde de Semelhe foi ali procurar alivio a um padecimento gastro-hepathico, que tinha re-

sistido a todas as drogas e a muitas aguas minero-medicinaes de Portugal e do Brazil. Mas deve dizer-se, que o animou a ir fazer o tratamento o resultado obtido por sua mãe n'um padecimento semelhante ao que o torturava. Em homenagem de gratidão pelas grandes melhoras que experimentou, e conhecendo praticamente as enormes difficuldades que os doentes tinham que vencer para fazerem uso das aguas, o Sr. Visconde de Semelhe resolveu fundar um estabelecimento á altura do valor therapeutico das aguas, e onde os doentes encontrassem condições de conforto e de hygiene.

N'este benemerito intuito, tendo obtido a concessão da exploração das aguas por desenove annos, o Sr. Visconde começou logo a estudar e a emprehender importantes edificações, das quaes está completo o Hotel, justamente chamado da Bella Vista, cuja enorme capacidade permitte o bom alojamento de tresentos hospedes. O bem elaborado projecto do Estabelecimento hydrologico ficou tambem em breve concluido.

O hotel forma um grande quadrilatero, com a fachada voltada para o Norte. O pavimento terreo é occupado pelo casino, sala de jogo, sala de jantar, consultorio medico, etc.

E' opportuno recordar que antes da construcção d'este hotel, apesar de ser reconhecida como altamente benefica a acção das aguas de Caldellas, não havia no sitio casa alguma que recebesse os doentes.

A concorrencia a esta estação hydrologica é enorme, e já se cifrava por muitas centenas de pessoas, quando não offerecia aos visitantes nenhumas commodidades. O elemento brazileiro é o mais consideravel da concorrencia.

Em virtude do pleito levantado entre a Camara Municipal de Amares e o concessionario, Sr. Visconde de Semelhe, não tem este mandado proceder á construcção do Estabelecimento hydrologico de Caldellas.

Felizmente, segundo nos informam, o pleito está terminado.

Terminamos esta curta noticia com uma observação de subido alcance, que o illustre professor, Dr. João Novaes, apresenta no capitulo da sua lição intitulado «As aguas de Caldellas».

«Apezar do estado quasi primitivo do seu estabelecimento hydrologico, desprotegido de todos os modernos apparelhos de phisiotherapia, sem confortos, sem uma casa de severos regimens, indispensavel no tratamento das doenças gastro intestinaes, Caldellas dá alivio, annualmente, a muitas centenas de doentes, curando alguns.»

Uma conversação com o nosso querido amigo e conterraneo, o sabio professor Sr. José Curry da Camara Cabral, sobre a celebre asserção de Horacio *«nescio quid divinum»*, habilitou-nos a apresentar ao leitor a sua douta e muito interessante resposta, que foi como se segue:

Quid divinum

Por esta phrase expressou Horacio a existencia de certas agoas minero-medicinaes de qualidades especialissimas, donde derivam effeitos curativos notaveis e por vezes surprehendentes, effeitos que não chegam a manifestar-se com o uso da agoa commum, nem mesmo de muitas agoas de variadas mineralisações.

O facto em si, apontado desde a velha antiguidade, é confirmado atravez do tempo pela observação não interrompida, e é reconhecida ainda hoje a sua realidade secular.

A que devem essas agoas, que por suas virtudes ganharam fama, e pelos seus effeitos conquistaram a celebridade, as propriedades de excepção que a medecina reconhece e utilisa, e a tradição popular consagra e *utilisa*?

E' um dos muitos segredos que a naturesa tem conservado no seu seio, segredo do seu grande laboratorio.

Até epoca relativamente recente, a ignorancia a semelhante respeito era absoluta. Não procuraram os mais antigos observadores esquivar-se a confessal-a pela forma mais humilde, mais respeitosa e encantadora.

Não crearam doutrinas, nem inventaram theorias para occultar a sua ignorancia. Os seus sentidos, o seu pensamento, não alcan-

çaram a rasão do que viam; e essas qualidades, d'aspecto quasi miraculoso, de certas aguas mineraes, vinham da origem commum de toda a creação.

Eram o *quid divinum*, impalpavel, intangivel, sem revelações, que não fossem as dos seus effeitos, para a nossa comprehensão.

Quando os primeiros philosophos consideravam a agoa como um dos quatro elementos, nada poderam dizer sobre a naturesa da sua origem, que por dilatado tempo se conservou mysteriosa, impressionando vivamente a imaginação dos povos primitivos, que facil e naturalmente viu n'este elemento, por tantas maneiras importante na vida, *um ser divino*, a que prestavam reverente culto, ou directamente, ou tributado ás personificações representantes das agoas nas differentes mithologias.

As reminiscencias d'esse culto elementar não são difficeis de reconhecer ainda hoje.

Com abundante rasão as agoas minero-medicinaes se tornaram credores de grande e sincera veneração.

Povos ha ainda que *lhes chamam as mães, as divinas,* acreditando que n'ellas se conteem todos os remedios salutares, e pedindo-lhes a saude do corpo, e não sei se tambem a purificação da alma, como os antigos pediam.

Que as agoas mineraes produzem effeitos curativos, ás vezes surprehendentes, é facto conhecido desde remota antiguidade. Demonstra-o o cuidado com que os antigos templos d'Esculapio foram sempre construidos junto a nascentes; com o auxilio do seu alto valor se fazia a exploração dos padecentes, por meio de praticas proprias para exaltarem o espirito dos que corriam a buscar a sua cura, attrahidos pela celebridade d'esses templos por essa forma conquistada.

São ainda correntes nas sinceras tradições populares, as crenças, nem sempre destituidas de verdade, sobre as qualidades mysteriosas de certas agoas das fontes, como por exemplo a de serem essas agoas um remedio poderoso, que chega a adquirir proprieda-

des magicas, quando a sua colheita se faz á meia noite, ou antes do nascer do sol.

E' o *quid divinum*.

Os espiritos cultos, os homens da sciencia, e os especialistas até, não teem deixado de reconhecer que alguma coisa de subtil, de intangivel, que escapa á apreciação dos nossos sentidos, imprime ás agoas nascentes qualidades preciosas, salutares, que se prestam a fazer denominar de miraculosas essas agoas.

A realidade do facto e a ignorancia da sua causa, naturalmente deviam levar os espiritos crentes no infinito poder creador de toda a Natureza á acção divina de que falla Horacio, e áquem d'esse tempo, á influencia de genios bemfazejos, ás naiades, ou algum santo benevolo, cujo poder era ainda testemunhado na edade media pelas proprias qualidades curativas das agoas.

O conhecimento da composição da agoa, dado pelo genio potente de Lavoisier, não logra desvendar o mysterio do *quid divinum* de certas agoas minero-medicinaes.

Os trabalhos posteriores da chimica analytica, determinando a grande variedade de principios que mineralisam essas agoas, apenas teem servido para caracterisar, pela predominancia de taes ou taes principios, as agoas em grupos, acomodando-as ao tratamento das differentes doenças.

E' bem natural que as revelações positivas da chimica tenham dado base á pretenção de reconhecer-se que as virtudes das agoas nada tinham de sobrenatural, decahindo assim a sua reputação de divinas ou de santas, sem prejuiso todavia das tradições feitas, que sustentam ainda hoje a fama de cada nascente em especial.

N'essas tradições está a verdade.

Apesar dos rigores da determinação chimica, os medicos, a quem compete esta apreciação especialissima, persistiram em reconhecer n'essas agoas um poder therapeutico occulto, independente da sua composição chimica conhecida.

No seculo XVIII ensinou o grande Hoffman a preparar agoas artificiaes, empregando os principios componentes das agoas natu-

raes, e pensou que tinha desvendado todo o mysterio, annunciando ter conhecido nas aguas naturaes um principio ethéreo, o acido carbonico, que dissolve todos os elementos, e é a principal causa da sua efficacia.

Apesar de todos os progressos realisados depois no fabrico das agoas mineraes artificiaes, os observadores não poderam acceitar que o *quid divinum* fosse o acido carbonico.

O confronto dos effeitos das agoas artificiaes com os das agoas naturaes, ou mesmo dos effeitos d'estas tomadas na origem, ou colhidas para serem tomadas em tempos e em sitios distantes dos da colheita, bem tem demonstrado que a verdadeira causa das virtudes especiaes, com tanta curiosidade procurada, ficou ainda por conhecer.

O positivismo da sciencia, sentindo-se talvez vexado por ter de continuar a encobrir a sua ignorancia com a invocação do *quid divinum*, achou mais conforme com os principios da sua philosophia confessar simplesmente a existencia de um *quid ignotum*.

Effectivamente, se a physica e a geologia conseguiram demonstrar a origem das agoas das fontes, e como ellas se carregam de principios mineraes ao atravessarem o solo, adquirindo propriedades diversas para cada nascente, a observação e a experiencia teem demonstrado tambem, que as agoas chegadas á superficie soffrem rapidamente mudanças na composição com que veem do grande laboratorio subterraneo, mudanças que a perda do acido carbonico e da temperatura não explicam suffecientemente; porque essas mudanças importam a perda da sua actividade therapeutica especifica, das suas energias, tornando-se, pode assim dizer-se, agoas mortas, a que só então podem comparar-se as agoas artificiaes. Perdem o *quid divinum*, o *quid ignotum*, perdem as suas especialissimas virtudes.

Para desvendar o mysterio consagrado pelas tradições seculares nunca desmentidas, a sciencia positiva terá de revelar a intervenção de elementos cuja determinação não está feita.

Deve dizer-se que n'este caminho e n'esta orientação se tem realisado importantes e numerosos trabalhos.

A descoberta do *radio*, com a maravilha da sua poderosissima acção enormemente desproporcionada com a quantidade da sua substancia, que por simples irradiação empresta actividade e *dá vida* ás substancias sobre que incidem os seus effluvios, fez nascer *a radio-pharmacologia e a radio-pharmacia.*

A' radio-actividade se ficou agora attribuindo, em larga medida, as qualidades activas das agoas, que a observação, como fica dito, tinha mostrado não dependerem unicamente do gráo de mineralisação, que se não tem mostrado em proporção com a sua efficacia.

Que a presença do radio augmenta a acção dos medicamentos, parece hoje não offerecer duvida.

Radium vires adjurat.

Estas propriedades radio-activas perdem-n'as as agoas com facilidade depois de colhidas das nascentes.

E' o *radium*, o *quid divinum*, o *quid ignotum?*

A conclusão affirmativa absoluta seria permatura.

São estudos que proseguem, e em que dia a dia se vão abrindo novos horisontes, sempre fechados como todos os horisontes, á penetração da nossa vista, para que seja mantida a eternidade do *divinum* e do *ignotum*.

Folha n.º 6-c (Porto)

A região d'esta folha está comprehendida entre os meridianos 41° 6′ a 41° 17′ de latitude norte e os parallelos de 0° 24′ a 0° 37′ de longitude leste de Lisboa, (Observatorio do Castello de S. Jorge).

Faz parte esta folha da n.º 7 da Carta de Portugal na escala 1/100000, levantada nos annos de 1868, 1869 e 1872 pelos officiaes do exercito Augusto Gerardo Telles Ferreira, Antonio Severino Alves Galvão, Antonio Maria da Silva Valente, Francisco Carlos Lima e José Antonio Fernandes Braga.

Foi rectificada e ampliada em pranchetas de campo, primeiro na escala de 1/50000 pelo tenente-coronel Sr. Thomé Martins Vieira em 1902, e depois na escala de 1/25000 pelo então capitão de infantaria Sr. Julio Cesar Sanches Leite de Castro, em 1910, sendo d'esta ultima que se fez o desenho para a escala 1/50000, o qual foi impresso.

A região descripta na folha n.º 6-c pertence ao districto administrativo do Porto, e comprehende o concelho do Porto e parte dos concelhos de Bouças, Villa do Conde, Maia, Santo Thyrso, Valongo, Gondomar e Villa Nova de Gaia.

O concelho do Porto comprehende as freguezias de Bomfim,

Campanhã, Paranhos, Santo Ildefonso, Sé, Aldoar, Cedofeita, Foz do Douro, Lordello do Douro, Massarellos, Miragaia, Nevogilde, Ramalde, S. Nicolau e Victoria; algumas d'estas freguezias não estão marcadas com o signal convencional por se acharem dentro da cidade do Porto e a escala do desenho não permittir tal se faça.

Do concelho de Bouças veem-se as freguezias de Lavra, Parafita, Cruz do Bispo, Costoias, Guifões, Leça da Palmeira, Matozinhos, Leça do Bailio e S. Mamede da Infesta.

Do concelho de Villa do Conde encontram-se as freguezias seguintes: Labruge, Mosteiró, Vilar do Pinheiro e Avelêda.

Do concelho de Maia veem-se as freguezias de Villa Nova da Telha, Moreira, Gemunde, S. Pedro d'Avioso, Santa Maria d'Avioso, Gondim, Silva Escura, Barca, S. Pedro Fins, Vermoim, Barreiros, Nogueira, Guinfães, Milheirós, Aguas Santas e Folgosa.

Do concelho de Santo Thyrso veem-se as freguezias de S. Romão de Coronado e S. Mamede de Coronado.

Do concelho de Vallongo encontram-se as freguezias de Alferra e Asmes.

Do concelho de Gondomar veem-se as seguintes freguezias: Rio Tinto, Fanzeres, S. Cosme de Gondomar, Valbom e Juvim

Do concelho de Villa Nova de Gaia encontram-se as freguezias seguintes: Canidello, Villa Nova de Gaia, Mafamude, Oliveira do Douro e Avintes.

Caminhos de ferro

Esta região é atravessada de S. a N. pela linha da Companhia dos Caminhos de ferro portuguezes até ao Porto (Campanhã) e d'ahi pela linha do Minho e Douro. Na primeira veem-se as estações de Villa Nova de Gaia, S. Bento e Campanhã (terminus) e os apeadeiros da Magdalena e General Torres; na 2.ª linha as estações de S. Bento, Campanhã, Rio Tinto, Ermezinde e S. Romão, e

os apeadeiros de Contomil, Aguas Santas, Travagem, Leandra e S. Fructuoso.

Da estação de Ermezinde parte para leste a linha do Douro.

Parte da cidade do Porto (estação da Boa Vista) uma linha de via reduzida á Povoa e Famalicão com as estações de Sr.ª da Hora, Crestins, Pedras Rubras, Villar do Pinheiro e Modivas, e os apeadeiros de Sr.ª da Hora e Matalto. Da estação da Sr.ª da Hora parte um ramal para o porto de Leixões.

Estradas

Mencionaremos apenas as estradas nacionaes, districtaes e algumas municipaes mais principaes, pois que a descripção das ruas e avenidas da cidade do Porto pertence a um trabalho mais minucioso do que n'este nos propozemos escrever.

Além da estrada de circumvallação que limita a cidade do Porto, temos as seguintes estradas:

E. N. n.º 3 — Parte do Porto e segue para N. passando proximo das freguezias de S. Mamede da Infesta, Barreiros e S. Pedro d'Avioso.

E. N. n.º 30 — Parte do Porto e segue para N. O. passando proximo das freguezias de Costoias, Moreira e Vilar do Pinheiro.

E. N. n.º 32 — Parte da cidade do Porto e dirige-se para N. E. e passa pelas povoações de Chapelleiro, Giesta, Maia, Travagem, Santa Catharina, Camposa e Villar da Luiza.

E. N. n.º 33 — Parte da cidade do Porto e dirige-se para leste passando pelas povoações de Chão Verde, Venda Nova, Ferraria e Monte.

E. D. n.º 23 — Parte da E. N. n.º 32 no logar de Fonte Fria e dirige-se para N. E. atravessando o ribeiro de Junqueira.

E. D. n.º 24 — Parte de Mattozinhos atravessa as E. N. n.ºs 30 e 3 indo entroncar na E. N. n. 32 no sitio da Maia.

E. D. n.º 25 — Parte de Leixões, dirige-se para N. até á estação de Pedras Rubras (da linha reduzida) e depois para leste até á E. D. n.º 26 em Aldeia do Rio. Passa pelas freguezias de Moreira e Barreiros.

E. D. n.º 26 — Parte da E. D. n.º 24 junto á povoação da Infesta, atravessa o rio Leça sobre uma ponte e dirige-se para N. até á freguezia de Silva Escura.

E. D. n.º 28 — Atravessa o angulo N. E. da folha, passando pela freguezia de S. Romão de Coronado e pelas povoações de Carriça, Casal e Camposa.

E. D. n.º 62 — Entra ao S. e dirige-se por Villa Nova de Gaia até á margem esquerda do rio Douro.

E. M. — Parte de Coimbrões para O. até á costa, passando pelo logar de Almeára.

E. M. — Parte de Campanhã e segue para leste passando por Lagoa e Quintã.

E. M. — Parte de Quintã e segue para N. até entroncar na E. N. n.º 33 em Venda Nova.

E. M. — Parte de Venda Nova e segue para S. passando por Portelinha e Manariz, indo entroncar na E. M. um poucó a O. de Quintã.

E. M. — Parte de Leixões e segue para N. até entroncar na E. D. n.º 25, passando pela freguezia de Santa Cruz do Bispo.

E. M. — Parte da E. D. n.º 24 ao N. de Sandim e vae entroncar na E. N. n.º 30 passando pela freguezia de Costoias.

E. M. — Parte da E. N. n.º 30 em Padrão, atravessa a E. D. n.º 24 e dirige-se para N. O. até ao logar de Pedras Rubras na E. D. n.º 25, passa pela freguezia de Costoias e pelos logares Goimil, Crestins e Monte das Pedras.

E. M. — Parte da E. D. n.º 25 em Telheira e segue para N. passando por Parafita, Cabanedas, Paiço e Mosteiró.

E. M. — Parte da E. D. n.º 25 junto da estação de Pedras Rubras, atravessa a E. N. n.º 30 indo entroncar na E. N. n.º 3 no logar do Castelo.

E. M. — Parte da E. N. n.º 3 ao S. de Brandinhaes, passa pela freguezia de Vermoim e pelo logar de Frijufe terminando na freguezia de Silva Escura.

Hydrographia

As principaes linhas d'agua que correm n'esta região são:

Rio Douro — Entra ao S. corre a N. O. até á cidade do Porto seguindo depois para O. desaguando no Oceano. N'este percurso vê-se a ponte do caminho de ferro e a ponte entre Villa Nova de Gaia e a cidade do Porto. Como affluentes na margem direita vêem-se as ribeiras de Carregaes, de Fanzeres e Rio Tinto.

Rio Leça — Entra a leste e dirige-se no sentido de O. descrevendo no seu percurso varias e irregulares curvas. Passa na freguezia de Leça do Bailio onde tem uma ponte na E. N. n.º 3, outra na E. N. n.º 30 e outra, a ultima, em Matosinhos, separando as freguezias de Leça da Palmeira e Matozinhos, vae desaguar no celebre porto de Leixões. Recebe na margem direita, alem d'outros, os affluentes ribeiros de Junqueira, de Paredes e o rio de Arquinho.

Rio Ondas — Nasce na freguezia de Gemunde, passa por Mosteiró e Labruge e vae desaguar no Oceano.

Toda a parte O. da folha é banhada pelo Oceano, encontrando-se na sua linha de costa as muralhas que formam o porto de Leixões.

Orographia

A região descripta n'esta folha é algum tanto accidentada, notando-se as maiores altitudes a leste, marcadas pelas pyramides geodesicas Sête Casaes (283) e S. Miguel 256 capellas.

Povoações principaes

Porto, Villa Nova de Gaia, Leça da Palmeira, Matozinhos, Maia, Bouças e Gondomar.

Porto

Querem alguns que no sitio, onde está Cale ou Gaia, estivesse outr'ora a cidade de Portucale, e que d'ali se mudasse para a localidade onde assenta a cidade do Porto. Não offerece porem esta versão a minima rasão de ser, porque não é crivel que, no seu *Itenerario*, Antonino Pio deixasse de citar Portucale, cidade importante, e se referisse ao pequeno logar de Cale; portanto Portucale não existia então.

A seguinte observação prova tambem que a cidade de Portucal nunca esteve no sitio de Cale ou Gaia: da outra banda do Douro fica uma povoação, que por ter diante de si o logar de Cale ou Gáia se chamou e chama Miragaia; se esta povoação estivesse defronte da cidade de Portucale, denominar-se-ia Miraportucal ou Miraportogaia.

Da observação anterior infere-se que, no tempo do Imperador Antonino Pio, havia na margem esquerda do Douro, Cale, mas não Portucale.

Acerca da fundação de Portucale, diz Fernam Lopes na *Chr. d'el-Rei D. Affonso Henriques*, por estas palavras: «*Antigamente sobre o Douro foi poroado o castello de Gaia, e por aportarem ali mercadorias em navios, e assi pescadores por o rio dentro e anchorarem, e estenderem suas redes da outra parte do rio para isso mais conveniente, se poroou outro logar, que se chamou Porto, que ora é a cidade mai principal, donde ajuntados estes dous nomes, foi chamado Portugal*».

Nas «*Varias Antiguidades de Portugal*», de Gaspar Estaço, Cap. LXXIII. lê-se que a cidade do Porto teve o seu principio no logar de Cale, Albergaria que estava na estrada de Lisboa a Braga, mas que era de tão pequena monta, que nem Strabo, nem Pomponio, nem Plinio, nem Ptolomeu, nem qualquer outro historiador d'aquelle tempo, fizeram caso d'elle para a nomear.

D'este lugar o primeiro que faz menção é Antonino Pio, que o pôz na embocadura do rio Douro, em terra da Luzitania, a que em 1625 se chamava corruptamente Gaia.

Os seis ultimos lugares da referida estrada eram *Conembrea*, *Eminium*, *Talabrica*, *Lancobrica*, *Calem*, *Bracara*.

Da extensa lista de opiniões sobre a origem da cidade do Porto a que se nos afigura de melhor fundamento, é a que a attribue aos Suevos, pelos annos 417.

Ora n'esta epocha, o estabelecimento de qualquer povoação exigia que se protegesse com meios defensivos para poder resistir ás correrias e invasões dos barbaros; é porem indubitavel, que se levantou no monticulo de Gaia a fortalesa de Cale, que foi um *Castrum Antiquum*, e que tinha excellentes condições de defesa. Quando posteriormente os suévos estabeleceram a povoação na margem direita do rio Douro, ergueram no morro alcantilado de Penha Ventosa uma fortaleza para a defender, a qual se denominou *Castrum Novum*, e foi o começo da grande cidade do Porto.

A povoação passou mais tarde a ser o burgo do Bispo, que a Rainha D. Theresa converteu em feudo, recebendo assim o Bispo D. Hugo o primeiro foral do dominio portuense.

O Conde D. Henrique, e a Rainha D. Theresa sua mulher, tomaram posse da cidade do Porto, com o mais territorio que constituia o Condado de Portugal, pelos annos 1092; concederam-lhe estes Soberanos consideraveis privilegios, que foram confirmados e accrescentados pelos seus successores.

Os diversos povos do Norte, que acabaram com o imperio ro-

mano, e que invadiram e assolaram a peninsula, tiveram depois entre si frequentes guerras, de que resultou a expulsão dos suevos pelos godos, que foram por sua vez expulsos da cidade e da região do Porto pelos arabes, que no campo de Guadalete acabaram com a monarchia goda.

Logo ás primeiras invasões dos arabes, pelos annos 716, o emir Abd-el-Azim pôz a saque o Burgo e o Castello de Porto, onde a meia lua dos Crentes campeou por mais de um seculo.

Em 820, D. Affonso I de Leão, descendente do famoso Rei D. Pelaio, abateu esta meia lua, e resgatou a cidade do dominio arabe.

D. Affonso I confiou o governo da cidade a Hermenegildo, a quem fez Conde do Porto. Este valente guerreiro numa batalha, que se feriu no sitio em que se levantou a egreja de Campanhã derrotou por completo Abd-el-Raman, Rei de Cordova, que, á frente de um numeroso exercito, tinha vindo desafrontar o poder musulmano da derrota que lhe tinha infligido D. Affonso I.

O referido Rei da Cordova, pondo depois em campo ainda mais formidavel exercito, confiou o seu commando a Al-Mansor, o mais valente e ousado dos seus generaes, e tambem o mais cruel. Diz-se que este General tomou e arrasou inteiramente a cidade.

Permitta-se-nos observar que esta versão é contrariada pelo adiantado estado da civilisação arabe. Esta civilisação não aconselharia aos arabes que destruissem uma tão importante praça de guerra, que effectivamente conservaram em seu poder, e sem novos combates, durante perto de 150 annos. N'este longo periodo de tempo vencidos e vencedores assimilaram mutuamente: os costumes, os processos administrativos, e as normas legislativas, e formaram assim a população mosarabe.

Em fins do seculo X fundeou no Douro uma esquadra de normandos e gascões, do commando dos irmãos D. Moninho e D. Sisnando Viegas, e do bispo de Vendome D. Nonego. Da parte dos mosarabes, que lhes não offereceram resistencia, encontraram os gascos franco auxilio para a reedificação do antigo castello, que lhes

seria da maior importancia para base das suas incursões pela *Terra de Santa Maria*, denominação que deram ao paiz em honra da Virgem, a cujo divino auxilio ferverosamente recorriam.

Aos gascos deve pois o Porto a reparação do famoso castello, audaciosamente erigido pelos suevos, reparação de que restam vestigios visiveis na linha primitiva da circumvallação.

O preito e obdiencia de D. Moninho Viegas a D. Affonso V, Rei de Leão, determinou este soberano a nomeal-o governador do Porto e das terras por elle conquistadas.

Ao arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, é devida a construcção do cinto de muralhas, que metteu para dentro d'elle as bitesgas e alfurjas do novo burgo do Porto, entre os annos 1108 e 1110. *A torre da menagem ou cidadella*, robustecida por ameias e setteiras, foi por muito tempo a velha egreja da Sé.

A primitiva linha de circumvallação, segundo Pinho Leal, «principiava ao N. na *Porta de Nossa Senhora da Vendome* (Vandoma),[1] e dirigia-se em volta da egreja da Sé, até á *Porta de Nossa Senhora das Verdades*. D'ahi virava para S. E. pelo O. das *Escadas das Verdades*, até ás Escadas do Codeçal, e esquina do actual *recolhimento do Ferro*», que fica pouco acima do taboleiro inferior da actual ponte D. Luiz I.

Lê-se no *Minho Pittoresco*, Tomo II, pag. 680, que este lanço de muralha ainda existe em perfeito estado de conservação, com quasi todas as suas ameias: é de cantaria sem cimento de qualidade alguma, e parecendo mais obra romana do que sueva. Serve de vedar ao publico a pequena cerca do recolhimento do Ferro.

D'ahi descia pelas Escadas do Codaçal até á margem do Douro, onde ainda hoje se vê, promettendo seculos de duração, *a Porta da*

[1] O nome d'esta porta provinha de uma imagem da Virgem, trazida de Vendome pelo bispo D. Nonego, e por elle collocada em um oratorio sobre uma parte da muralha proximo da Sé, ha bastantes annos demolida já, e que se chamava o Arco de Vendoma.

Lada, que fica por detraz de *Cima do Muro da Ribeira*, e perto da ermida de *Nossa Senhora da Lada*. D'aqui cortava a muralha na direcção de O., até ao actual largo da Ribeira, onde consta que houve uma porta, chamada da *Villa*, junto da qual corria um ribeiro chamado tambem de *Villa*.[1] A muralha fazia aqui angulo, e tomava a direcção de N. E., seguindo pelo lado do S., da actual rua dos Mercadores até ás *Portas de Santa Anna*, d'onde, seguindo a mesma direcção de N. E., continuava pelo lado do S. da rua da Bainharia até ás *Portas de S. Sebastião*.

D'este lanço de muralha, ainda existem alguns metros, com suas ameias, tudo muito bem conservado. Vêem-se do lado da Sé, por entre uns telhados, logo abaixo do Aljube.

D'aqui formando um Z ás avessas, ia fechar ás portas de Nossa Senhora de Vendome, onde principiou esta medição.

Comprehendia este circulo de muralhas no seu recinto, as bitesgas e alfurjas, a que hoje se dão os nomes de ruas — de Nossa Senhora de Agosto, de Pena Ventosa, das Almas, de S. Sebastião, e de Traz; — a travessa de Santa Anna; — os largos do Açougue Real, da Pena Ventosa e do Collegio; — e as escadas do Berrêdo; — alem de uns pequenos e immundos becos, na Ribeira.

Fica assim delimitada a primitiva cidade do Porto, cujas dimensões não chegavam a ser a decima parte da Alfama, a cidade arabe de Lisboa.

Foi este recinto que a Rainha D. Theresa mandou coutar e deu em feudo ao bispo D. Hugo.

Nas epocas mais memoraveis da historia de Portugal, o Porto desempenhou sempre um papel distinctissimo.

Assim, quando se tratou de contrariar as pretenções de Castella, e de fazer subir ao throno de Portugal o Mestre d'Aviz com o nome de D. João I, foram de grande valia os serviços dos bur-

[1] Este ribeiro passa actualmente ao centro da canalisação da nova rua Mouzinho da Silveira

guezes do Porto; e não foram menores os que prestaram na organisação da expedição de Ceuta, preparada por este grande Monarcha e pelos Infantes seus filhos, que occupam paginas immorredouras na historia patria.

Devemos deixar aqui consignado, que o reconhecimento e a affeição do Porto a D. João I, a quem devia um grande numero de privilegios, se manifestaram tão enthusiasticamente quando se organisou a expedição de Ceuta, que um grande numero de burguezes teve de reduzir as suas despezas, sendo obrigado a substituir a carne de vacca pelas tripas e miudezas. Vem d'aqui a alcunha de *tripeiros* aos habitantes do Porto, alcunha que tem uma origem admiravelmente gloriosa.

Nas luctas e tentativas de D. Antonio, Prior do Crato, para sustentar na sua cabeça de Principe portuguez a corôa de Portugal, foi memoravel a attitude do Porto pelo seu amor á independencia da patria, amor que se affirmou brilhantemente 60 annos depois, quando se tratou de consolidar a autonomia do paiz.

Na invasão franceza de 1809, com quanto a cidade tivesse padecido os horrores da invasão, o seu animo nem por um momento affrouxou.

O grito da revolução liberal de 1820 foi levantado no Porto, assim como o protesto em 1828 contra o absolutismo.

A historia do cerco do Porto demonstra á evidencia como esta heroica cidade pugnou pelas immunidades liberaes, durante os memoraveis annos de 1832 até 1834.

O primeiro brasão de armas da cidade do Porto era constituido pela imagem de Nossa Senhora de Vandoma entre duas torres, tendo por cima a legenda *Civitas Virginis*.

Em 13 de Maio de 1813 foi alterado este brasão, com o adicionamento sobre uma das torres, de um braço com uma espada, e sobre a outra, de um braço com uma bandeira.

Em 1834 decretou-se que o brasão de armas fosse um escudo com corôa ducal, esquartelado das armas reaes e do antigo brasão

Nossa Senhora de Vandoma, de prata, entre duas torres em campo azul, tendo no centro um escudete com um coração de purpura. Em torno do escudo o collar da Torre e Espada, e tendo por timbre um dragão verde.

Desde 1834, o filho segundo de el-Rei tomou o titulo de Duque do Porto.

A Camara Municipal do Porto, hoje instalada n'um palacete, adquirido por compra em 1819, tem um archivo notavel.

N'uma noticia sobre as muito numerosas egrejas do Porto, começaremos naturalmente pela *Sé*, que é dos mais antigos templos do paiz, e anterior á fundação da monarchia portugueza, visto ter sido reedificada no tempo de D. Affonso Henriques. Da egreja primitiva conservam-se apenas as torres; os seus notaveis claustros gothicos são do seculo XIV; as capellas de Nossa Senhora da Saude e da Boa Morte são respectivamente dos seculos XVI e XVII; na capella-mór jazem S. Pacifico e Santo Aurelio.

A lenda diz que a construcção da *egreja de Cedofeita (Cito facto)* remonta ao seculo VI da Era Christã e é devida á conversão á fé catholica de Theodomiro, Rei dos Suevos, que attribuiu a doença de seu filho a seguir a heresia ariana. Alexandre Herculano, o nosso primeiro historiador, n'uma carta ao Conde Racksniski demonstra que tudo isto é lenda. No seu *Diccionario Popular*, Pinheiro Chagas diz que é indubitavel que a egreja é antiquissima, mas não pode montar para alem do seculo X.

A *egreja da Lapa* é celebre por se conservar na capella-mór, guardado n'um modesto mausoleu de granito, o coração de D. Pedro IV, legado por este Principe immortal á heroica cidade do Porto. Esta egreja foi principiada em 1755, e inaugurada no anno de 1756.

A creação de um confessionario para os pecadores se confessarem de noite, sem serem reconhecidos, e uma roda para por ella se restituir o dinheiro ou objectos que houvessem sido roubados, sem se darem a conhecer os roubadores, determinou o nome da

padroeira da egreja, que ficou sendo Nossa Senhora da Lapa das Confissões.

O actual magnifico templo da Lapa começou a construir-se no principio d'este seculo.

A *egreja dos Clerigos*, pela sua situação na cidade, e pela sua muito alta e elegante torre, é seguramente uma das mais notaveis do Porto. Pertence á Irmandade dos Clerigos, de que foi membro o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz de Almeida. Principiou a egreja a construir-se em 1732 no alto da Calçada da Natividade, a que hoje se chama dos Clerigos. A sua enorme torre foi começada em 1748, e terminada em 1763, sendo seu architecto o italiano Nicolau Mazoni.

A altura da torre, uma das mais altas e elegantes do mundo, mede 75 metros. Os sinos dos seus oito campanarios teem de peso cerca de 8.000 kilogrammas.

Das muitas egrejas da cidade do Porto destacaremos ainda *a de S. Francisco*, que é um magnifico templo todo forrado de talha doirada. Esta egreja era a do Convento de S. Francisco, que ardeu durante o cerco do Porto. A egreja ficou muito desmantelada em 1833; está de novo consagrada ao culto.

Das muitas capellas que existem ou existiam no Porto, citaremos as quatro seguintes:

Nossa Senhora do Ferro — Capella que pertenceu a um recolhimento de orfãos e que era muito antiga. Proveiu lhe o nome de um ferro que havia na porta da capella, e que salvava da forca os condemnados, que, passando por ali, conseguiam deitar-lhe a mão.

Capella de Carlos Alberto — Capellinha existente no parque do Palacio de Cristal e que ficava ao pé da casa de Entre Quintas, onde falleceu Carlos Alberto. Foi mandada erigir, a 25 de Dezembro de 1861, pela Princesa Augusta de Montear, irmã d'este Soberano. Tem uma formosa estatua de S. Carlos Borromeu, orago da Capella.

Nossa Senhora da Lada — Capella antiquissima que fica ao fundo das escadas do Codeçal.

Nossa Senhora de Vandoma — Que foi demolida em 1840.

Tendo a Rainha D. Theresa, convertido em feudo o castello do Porto, e o terreno circumjacente, e tendo doado este feudo ao bispo do Porto D. Hugo, este deu foral aos habitantes, que foi confirmado pelos bispos seus successores.

Dando-se depois a triste occorrencia de ter o bispo D. Martinho Rodrigues violado este foral, no reinado de D. Affonso II, o povo invadiu o paço episcopal, e ali prendeu o bispo, que podendo fugir se refugiou em Roma.

No tempo de D. Affonso IV deu-se occorrencia analoga com o Bispo D. Vasco Martins, que os burguezes portuenses tambem prenderam, e que teve de fugir.

Na historia dos bispos do Porto devemos pôr em destaque o bispo D. Pedro Affonso, que o Infante D. Pedro prendeu no paço, por ter lançado a excommunhão contra o Rei D. Affonso IV, seu pae; tendo fugido este bispo, o Infante D. Pedro, ainda foi no seu alcance, sem conseguir apanhal-o.

Mas a mais curiosa de todas as occorrencias succedidas com os bispos do Porto, foi a que se passou entre o Rei D. Pedro I, e o bispo D. Egidio, e que serviu de thema ao famoso romance de Almeida Garrett «*O Arco de Sant'Anna*». Resume-se a occorrencia em poucas palavras: sabendo o Rei que o bispo vivia amancebado com uma mulher casada, cujo marido se não conformava com a affronta, fechou-se el-Rei com elle n'um quarto e fustigou-o cruelmente com um azorrague.

Cumpre-nos recordar que o bispo D. João, successor d'este, foi grande partidario da causa da independencia nacional nas guerras com Castella, e recebeu no paço sumptuosamente a D. João I, quando, depois de acclamado Rei, veiu de Coimbra visitar o Porto. Ali tambem se hospedou D. Filippa de Lancastre, quando veiu ao Porto para casar com D. João I.

O palacio dos Carrancas

Durante muitos annos a Familia Real Portugueza não teve residencia fixa no Porto; hospedava-se sempre que ali ia no paço episcopal.

Nas famosas lutas da liberdade contra o absolutismo, em que o Imperador D. Pedro se encerrou dentro dos muros da cidade invicta para sustentar os inauferiveis direitos de Sua Augusta Filha, a Rainha D. Maria II, que representava os principios liberaes na sua então mais avançada phase, o Soberano escolheu para sua residencia o palacio dos barões de Nevogilde, conhecido pelo palacio dos Carrancas, por ter a familia Nevogilde habitado por muito tempo na rua dos Carrancas.

O Imperador teve porem de mudar de residencia para a rua de Cedofeita e para um predio pertencente á familia Ribeiro de Faria, a reiteradas instancias do Governo. Do palacio observavam-se bem os movimentos do inimigo; mas estava por isso mesmo exposto ao seu bombardeamento. Note-se que os miguelistas sabiam bem que era aquella a residencia do Imperador.

Uma das balas das baterias miguelistas de Gaia, entrou n'uma noite no quarto de dormir do Imperador, e despedaçou a cabeceira do seu leito. Esta bala foi preciosamente guardada no seu museu de armas, pelo fallecido David de Castro, filho da Baroneza de Nevogilde.

O palacio, construido n'um terreno em declivio, tem na face principal 11 portões e 11 grandes janellas, e uma varanda de granito abalaustrado. A fachada tem quatro andares na parte anterior.

No andar nobre o palacio tem cinco salões, duas salas de jantar, quatro gabinetes, dois guarda roupas e um quarto de banho.

Alem de um grande pateo possue um espaçoso jardim, e uma vasta cerca.

O districto administrativo do Porto, que é limitado ao N. pelo de Braga, a O. pelo Oceano Atlantico, ao Sul pelo districto de Aveiro e a L. pelo de Villa Real, é reputado o primeiro de Portugal na densidade da população.

A região é accidentada, sendo porem os montes de pequenas altitudes; a parte mais elevada é a de E. a N. E. por onde se estendem as ramificações das serras da Cabreira e do Marão.

A facha do littoral é naturalmente baixa, e não só são de pequena extensão os seus areaes, mas a sua arborisação em alguns pontos offerece já obstaculo ao movimento das areias. Deve observar-se que estas nem em toda a facha do littoral se encontram, sendo substituidas por granitos e rochas schistosas em S. João da Fóz do Douro e em Leça da Palmeira.

A costa, pouco recortada, segue do limite N. do districto em direcção ao S. e volta depois por S. E. até Povoa do Varzim, onde forma uma enseada, e continua na mesma direcção até á embocadura do rio Ave, em Villa do Conde. Ao S. da Foz do Ave, e continuando no mesmo rumo, encontram-se as praias de Mindello e de Pampellido, que são bastante extensas. Chega-se depois ao porto de Leixões, em frente da embocadura do rio Leça, e segue-se a abertura do rio Douro ou barra do Porto.

Deve observar-se que da provincia do Douro a parte mais cultivada é a região do districto do Porto, onde a partir da facha do littoral, a cultura se apresenta com formoso aspecto e grande intensidade. As alcantiladas margens do Douro, ainda nos sitios onde mais a prumo descem para o rio, veem-se cobertas de opulenta vegetação, e o mesmo succede nas bacias hydrographicas dos rios Ave, Leça e Sousa.

As montanhas são em grande parte vestidas de soutos e pinhaes. A vinha porem constitue uma das principaes culturas.

Não ha no districto do Porto aguas mineraes dignas de menção.

Este districto é o segundo no numero e importancia dos seus institutos de piedade e beneficencia. Entre estes toma o primeiro logar a Santa Casa da Misericordia, que é a mais valiosa da ci-

dade e do paiz. El-Rei D. Manuel creou esta Santa Casa, por alvará de 14 de Março de 1499, satisfazendo ás instancias da piedosa Rainha D. Leonor, sua irmã, e viuva de D. João II.

A primeira installação da Misericordia foi na Capella de Nossa Senhora da Encarnação, no claustro da Sé; ali ficou até 1555, em que se estabeleceu em casa expressamente construida para este fim, na rua das Flores, onde se conserva. Esta rua das Flores foi mandada abrir por el-Rei D. Manuel.

O Infante D. Henrique

O Infante D. Henrique, o Navegador, foi o 4.º filho do feliz consorcio de D. João I, com D. Filippa de Lencastre. [1]

Honra-se o Porto de ter sido berço d'este principe, seguramente um dos homens mais notaveis que tem existido, e a quem se devem mais alevantados serviços. O dia do seu nascimento (4 de Março de 1394), deve ser inscripto entre os mais gloriosos fastos da invicta cidade.

N'uma epocha em que o estudo das Mathematicas e da Cosmographia principiava apenas a iniciar-se em Portugal, o Infante dedicou-lhe toda a sua attenção, no que foi intelligentemente auxiliado por seu irmão D. Pedro, depois Duque de Coimbra, que viajava então na Europa e na Asia, e que não só lhe mandava as mais adiantadas informações que havia sobre o assumpto, mas que lhe trouxe

[1] Quando el-Rei D. João I falleceu em Lisboa a 14 de Agosto de 1433, com setenta e seis annos de edade, deixou cinco filhos: D. Duarte, que lhe succedeu no throno, contava quarenta e dois annos; o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, quarenta e um; o Infante D. Henrique, trinta e nove; o Infante D. João, mestre da Ordem de Santiago, trinta e tres; e o Infante D. Fernando, mestre de Aviz, trinta e um. O Infante D. Affonso, primogenito, falleceu de dez annos de edade.

um thesouro precioso, o livro manuscripto de Marco Polo, com que o presenteara a Senhoria de Veneza.

Para a brilhante orientação do espirito do Infante D. Henrique, concorreu não só o seu aturado estudo, mas o reflectido exame das informações que lhe enviou seu irmão, e o trato com os sabios seus contemperaneos.

Deve observar-se que, antes de iniciar os seus immortaes trabalhos geographicos, o Infante D. Henrique muito se distinguiu na organisação da frota com que o Porto brilhantemente concorreu para a expedição de Ceuta; e que na tomada d'esta forte praça de guerra, a 21 de Agosto de 1415, notavelmente se assignalou no commando da referida frota, e no assalto á praça, sendo o primeiro que saltou em terra.

Convem aqui recordar que a armada com que el-Rei D. João I partiu para a formidavel empresa da tomada de Ceuta, guarida dos piratas africanos, depois de ter sido demorada e cuidadosamente examinada a conveniencia da empresa pelo Rei e pelos seus mais abalisados conselheiros, se compunha: de cincoenta e nove galés, de trinta e tres navios grossos de guerra, e de cento e vinte vasos de transporte. Entre soldados e marinheiros embarcaram cincoenta mil homens.

O segredo da expedição rompeu-se em Lagos, onde depois de lida a Bulla da Cruzada, el-Rei mandou aproar ao estreito de Gibraltar, avistando-se Ceuta no dia 14 de Agosto de 1415, anniversario da batalha de Aljubarrota.

A 2 de Setembro de 1415, D. João I sahiu de Ceuta com a armada, e poucos dias depois estava ancorado em Tavira. Ali, reunindo seus filhos, declarou-lhes que queria remunerar os grandes serviços que tinham prestado; mas que tinha de excluir o Infante D. Duarte, ao qual, na sua qualidade de herdeiro da Coroa, nada podia offerecer.

Ao infante D. Pedro conferiu o titulo de Duque de Coimbra, e

o senhorio de Montemór-o-Velho, Aveiro e outras terras, que, por constituirem o seu apanagio, passaram a denominar-se *terras do Infantado*.

O Infante D. Henrique foi feito Duque de Vizeu e senhor da Covilhã; foi tambem senhor de Lagos e de Sagres, e governador perpetuo do reino do Algarve.

Desvendar os mysterios do Oceano constituia porem a preoccupação do Infante, e para a realisação d'este desejo em muito contribuiu a tomada de Ceuta onde obteve importantes informações, que mais tarde o habilitaram a mandar todos os annos alguns navios tentar explorações para o Sul; explorações que foram o inicio dos descobrimentos que levaram o pendão das quinas ás mais distantes regiões da terra.

Pelos annos de 1416 a 1419 o Infante D. Henrique fundou a villa de Sagres, no promontorio d'este nome, e foi para ali viver junto das ondas do Oceano Atlantico, que esperava lhe abrisse caminho para a realisação dos emprehendimentos que constituiam o seu pensamento constante, e a que dedicava todo o seu estudo e esforço. O Infante estabeleceu em Sagres uma escola de cosmographia e de navegação, chamando do estrangeiro o celebre cosmographo, Jayme de Mayorga, para o auxiliar nos seus estudos.

O Infante erigiu na escola o primeiro observatorio astronomico que tivemos, e estabeleceu na villa estaleiros e officinas de construcção naval.

A circumstancia de ser mestre da rica Ordem de Christo, cavallaria religiosa, em muito contribuiu para os descobrimentos do Infante, porque poude applicar a estas empresas os grandes rendimentos da Ordem, que eram destinados a expedições, com as quaes lucrasse a propagação de fé christã.

Não esqueçamos porem que não é nosso proposito fazer a historia do Infante D. Henrique o Navegador; notabilissimos escriptores se teem encarregado d'esta grata missão, desempenhando-se d'ella em termos que enaltecem o velho Portugal e immortalisam o 4.º filho de D. João I.

Mas n'uma noticia sobre o Porto não se deve esquecer a casa em que nasceu este inclito principe, e que sem duvida existia n'aquella por muitos titulos illustre cidade.

A casa em que nasceu o Infante D. Henrique

A'cerca d'este interessante assumpto vamos offerecer á consideração do leitor noticias que extraimos de trez artigos que nos apresentam conceituosas informações.

No artigo, publicado n'*O Tripeiro* de 1 de Julho de 1908, e intitulado — *Infante D. Henrique — A casa do Infante* — diz-nos o Sr. Alfredo Alves, que é tradição muito crivel que o Infante D. Henrique nasceu na casa dependente do almasem ou alfandega, situada á beira da Rua Nova.

O almasem teria sido erigido, no anno de 1354, por ordem de D. Affonso IV, em umas almoinhas e hortas, parallelas ao muro do rio. Fizeram-se as obras, apezar da opposição do bispo D. Pedro, que as considerava uma usurpação.

Eram pois propriedade do Rei o *almasem* e as casas annexas.

Tendo el-Rei D. João I grande predilecção pela Rua Nova, que mandara abrir e a que dera a denominação de Formosa, é provavel que escolhesse para sua residencia na cidade a casa que ali possuia, e que n'ella tivesse portanto nascido o Infante D. Henrique, em 1394.

Esta casa já não existia em 1549, por ter caido, como se vê na carta regia de 6 de Novembro de 1549, na qual se manda reedificar a mesma casa á custa da cidade. Segundo o importante artigo, que vimos extractando, a referida carta regia encontra-se no Livro IV de pergaminhos de Camara Municipal do Porto, fl. 74. Seria esta a primeira reedificação da casa em que nascera o Infante D. Henrique.

Janella do quarto onde morreu o Infante D. Henrique

O edificio do *almasem* foi mandado reedificar em 1677 por ordem d'el-Rei D. Pedro II, sendo estes trabalhos attestados pela parede em que se abre o portão da Alfandega Velha, voltado á rua do mesmo nome.

Observa o Sr. Alfredo Alves, que ha poucos annos ainda se admirava na casa que d'essa banda fazia esquina com a Rua dos Inglezes, hoje do Infante D. Henrique, e antigamente Rua Nova, uma formosa janella com lavores do estylo Renascença.

A parede onde se abriu esta janella devia erguer-se no sitio da casa em que o Infante nascera; como dissemos esta casa, por ter caido, havia sido substituida por outra em 1460.

Opina tambem o Sr. Alfredo Alves, que o predio em que se abriu a famosa janella não era a d'esta substituição, mas sim d'outra posterior, e feita quando a casa já não pertencia ao Rei.

Informa o Sr. Thomaz Glas Sandeman sobre o destino que deu á janella do quarto, onde se diz que nasceu o Infante D. Henrique.

O Sr. Sandeman tinha herdado a casa de sua mãe, D. Ermelinda de Brito e Cunha, filha de um cavalheiro Brito e Cunha, que foi mandado enforcar pelos seus sentimentos liberaes, que se affirmaram principalmente por ter hospedado na sua casa de Mattosinhos o Conde de Villa Flor, depois Duque da Terceira. Esta occorrencia tinha-se dado, em 1829, por occasião da primeira expedição liberal sob o commando do Conde de Villa Flor.

Na sua qualidade de proprietario da casa, o Sr. Sandeman quando a mandou reparar, determinou que a janella fosse apeada com cuidado, e que levassem a cantaria para sua casa, onde esteve n'um quintal ou coisa semelhante, uns vinte e cinco annos. Fez depois presente da janella ao filho de Manuel Pedro Guedes, senhor da magnifica quinta de Avellêda, proximo a Penafiel, onde existe.

Fica assim respondida a carta, que se lê n'*O Tripeiro* de 20 de Julho de 1909.

N'*O Tripeiro* de 1 de Setembro de 1909, vem um artigo de

Villena Barbosa intitulado «*Paço Episcopal Portuense*, com o subtitulo — Paginas da Historia da Cidade do Porto».

N'este artigo o autor diz que, apezar das suas diligencias, não poude alcançar certeza da casa onde nasceu o Infante D. Henrique; mas observa, que sendo sabido que os Reis seus Paes se instalaram n'aquelle Paço quando entraram no Porto, não constando que mudassem de residencia, nem sendo facil n'aquella epoca obter uma casa capaz de servir de Paço real, presume que o Infante D. Henrique foi dado á luz no Paço Episcopal, onde tinha sido offerecida, sete annos antes, longa hospedagem á Rainha D. Filippa.

O nascimento e o baptisado d'este Principe, que foram solemnisados pelos portuenses com sumptuosas festas e regozijos, que duraram muitos dias, e nos quaes se repetiram as dansas, luminarias, fogos e mais festas populares, com que a cidade festejara o consorcio de el-Rei D. João I.

Deu-se depois uma occorrencia deveras notavel: *assim como a realesa por vezes dispensara no Porto o cerimonial da etiqueta para se familiarisar com o povo, assim este, por sua vez, saindo da sua esphera, julgou dever dar um espectaculo em honra do Soberano, em que sómente os nobres costumavam tomar parte.*

D'aqui vieram as pomposas justas com que a Camara de Porto celebrou no *Campo do Olival* o baptisado do Infante D. Henrique, justas em que figuraram as principaes pessoas da Cidade, e a que assistiu a Familia Real.

N'um artigo de Sr. João Grave, publicado no *Diario de Noticias* de 23 de Junho de 1913, e que se intitula — *A casa em que nasceu o Infante D. Henrique* — lê-se o seguinte:

«A casa em que o Infante D. Henrique nasceu n'esta cidade (Porto) começou ha pouco a ser demolida para, no seu lugar, se construir um armazem comercial. O prédio é banalissimo, sem uma linha architectural que o nobilite, sem um detalhe que lhe imprima originalidade artistica. Pertenceu outr'ora ao Estado, e foi mais tarde vendido a um comerciante. Uma das suas frentes dá para a

antiga rua dos Inglezes, e a outra onde se collocou uma lapide comemorativa do nascimento do Infante por occasião das festas henriquinas, para um estreito bêco de leito pedregoso e desconjunctado, que vae ter ao caes da Ribeira. De noite quando a sombra melancolica envolve o burgo num silencio lugubre, erram por ali os gatos de olhos phosforescentes e ouvem-se vozes roucas de marujos cantando os velhos e sugestivos fados da saudade luzitana.

«Arnaldo da Gama... chama a essa casa soturna e secular, na *Ultima Dona de S Nicolau*, ridiculo pardieiro. Mas n'este ridiculo pardieiro, que as modernas eras utilitarias não respeitam, nasceu, effectivamente, o homem singular, que foi o principal obreiro do Portugal conquistador e descobridor, dominando os povos com a sua espada, e dominando os mares com as suas naus e os seus galeões.»

O Sr. João Grave, no artigo que vimos extractando, sustenta que é quasi certo que o arruinado casarão em que se collocou a lapide comemorativa do nascimento do Infante D. Henrique, nada tinha do primitivo paço de D. João I. A sua architectura é tão pobre que não pode indicar uma faustosa alcaçova real. E accrescenta que ha quem se lembre de ter n'elle visto uma linda janella lançada no mais puro estylo ogival, d'uma decoração tão simples e ao mesmo tempo de tão soberbos effeitos ornamentaes e que d'ali foi levada para uma casa rural burgueza.

Refere tambem o Sr. João Grave, que o Paço dos Reis esteve n'aquelle sitio, ficando contiguo á velha Alfandega, mandada edificar em 1677 por D. Pedro II, sendo as obras dirigidas pelo Marquez de Fronteira.[1]

[1] De outras missões identicas foi encarregado o primeiro Marquez de Fronteira, por D. Pedro II, quando Regente e quando Rei.

Assim na inscripção, que está n'uma lapide sobre a entrada do forte da Arrabida, lê-se o seguinte:

«Governando estes reinos e senhorios de Portugal, o muito alto e poderoso Principe D. Pedro, nosso Senhor, mandou pelo Marquez de Fronteira, de Conselho de Guerra, seu Gentilhomem da Camara, Vedor da sua Fazenda, Mestre do Campo General da Costa, Estremadura, Cascaes e Setubal, fazer esta fortaleza para defesa d'este porto d'Arrabida e seus mares, no anno de 1676

Não resta a minima duvida de que n'aquella localidade nasceu o Infante D. Henrique, e de que ali se celebrou o baptisado do futuro descobridor do caminho para os continentes ignorados.

O nome glorioso do Infante D. Henrique, symbolisa em Portugal a epoca dos seus descobrimentos, e na Edade-Media o vulto mais brilhante da sua historia. Apesar de ter sido apenas o impulsionador das expedições no Oceano Atlantico, teve o cognome de Navegador e muito justamente; porque, tendo pelo seu estudo adquirido a convicção de que o Oceano banhava novas terras, afirmou esta convicção com o incitamento das grandes navegações, nos navios que para este fim cuidadosamente armava.

O Infante D. Henrique conservou-se solteiro; foi depositado no Convento da Batalha em 1461, pelo Infante D. Fernando, seu sobrinho, filho do Rei D. Duarte, e a quem pouco tempo antes de fallecer adoptava por filho e constituia herdeiro.

Este Infante D. Fernando, casou com D. Beatriz sua prima, filha do Infante D. João, e foi pae do mallogrado Duque de Vizeu, D. Diogo e de el-Rei D. Manuel.

O Arco de Vandoma

A principal das quatro portas, abertas nas fortes muralhas, que defendiam em todo o seu circuito a pequena cidade do Porto, era o arco de Vandoma, que dava entrada para a cerca do castello levantado no alto de Pena Ventosa, e precisamente no sitio onde se ergue a velha cathedral.

As outras tres portas eram:

O Arco ou Porta de S. Sebastião;
O Arco ou Postigo de Sant'Anna das Aldas;
O Arco ou Porta das Mentiras.

Do numero d'*O Tripeiro* de 1 de Dezembro de 1908 tomamos a liberdade de transcrever textualmente a situação d'estas quatro portas, a que vulgarmente se chamava Arcos.

«A de Vandoma ficava ao nascente do velho burgo e era outr'ora defendida por duas fortes e altas torres, a que se seguia parallelamente ao norte um lanço de muralha ou cortina de poucas braças de extensão, que ia dar a outros dois torreões, que, por sua vez defendiam a um lado e outro o pequeno Arco ou porta de S. Sebastião.

«Um d'estes torreões, o esquerdo, serviu por muito tempo, desde fins do seculo XIII até principios do seculo XVII, e apóz successivas transformações, de Casa da Camara. O outro servia de Aljube.

«D'ali, d'aquelle Arco, seguia a muralha para o lado do poente, correndo e descendo sempre ao nivel e ao longo da rocha ou fraguedo da Pena ou Peña Ventosa, na extremidade de cujo declivio se abria outro Arco, ou melhor postigo: o de Sant'Anna das Aldas, tão celebrado por Garrett.

«Virando então e correndo para o sul, em plano um pouco accidentado pela progressiva elevação do pequeno outeiro, de que mais tarde se aproveitaram os Jesuitas, á esquerda da sua egreja, em troca das escadas construidas á direita para serviço dos moradores do Burgo, tornava a subir a muralha, e, quebrando ao sul em um pequeno torreão, seguia a direito por este lado até chegar ao Arco das Mentiras, chamado tambem pelo vulgo, *de Nossa Senhora das Verdades*, onde a muralha pegava de novo, e seguia, em longa curva, até vir fechar outra vêz na torre esquerda da Porta de Vendoma.

O arco de Vandoma está exactamente desenhado na gravura que copiamos d'*O Tripeiro*: assim nos é afirmado por pessoa de toda a consideração, que na sua mocidade por elle frequentemente passava para chegar a casa de seus paes, que moravam na rua de Traz da Sé.

Este arco, com a casa contigua, pertencia aos fidalgos Cerna

ches, conhecidos do nome do arco por fidalgos de Vandoma, os quaes tinham augmentado a sua casa da rua de Tráz da Sé estendendo-a sobre a muralha. Supprimiram-se então as ameias das torres, e na base d'estas foi corrido de nivel o telhado da propriedade.

No segundo quartel de seculo XIX era proprietaria da casa uma senhora D. Antonia de Noronha e Leme Cernache, que foi casada com seu primo Antonio Perfeito Pereira Pinto Osorio, irmão da mãe do distincto engenheiro Francisco Perfeito de Magalhães, em quem se dá a particularidade de ter nascido no quarto junto ao Arco de Vandoma.

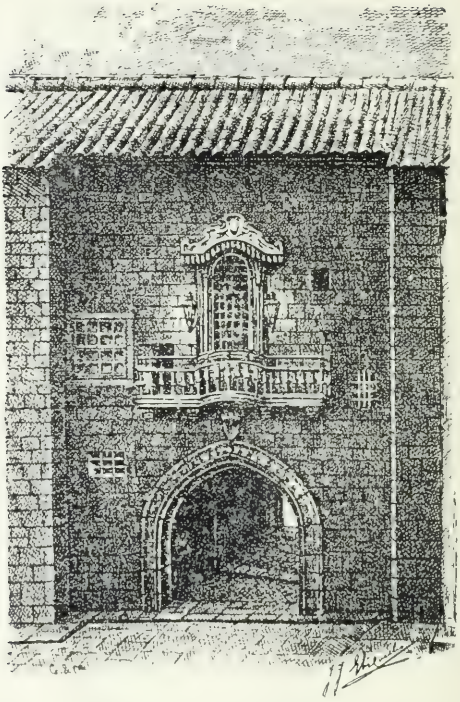
Pegada a esta casa do lado do nascente, existia uma outra, pertencente ao General Gaspar Teixeira, que foi commandante das forças miguelistas no cerco do Porto, dando-se a circumstancia de que a primeira bomba que lançaram sobre a cidade, cahiu sobre a referida casa e a incendiou. O General principiou o cerco destruindo e queimando a sua propria casa.

Deve observar-se que a entrada para a porta de Vandoma, que tinha a forma de cotovello, assentava sobre tres arcos de architectura romanica, os quaes ficavam em espaços eguaes, á entrada, no meio e á sahida do arco. Em todos se notavam os vestigios dos gonsos e cavidades, que serviam para as portas, que outr'ora fechavam o arco.

A Virgem de Vandoma

No bello claustro da Sé está a historica e celebre estatua de Nossa Senhora de Vandoma, que foi para ali levada quando se ia demolir o arco.

Esta estatua, que no tempo da fundação do Porto, os cavalleiros gascões e portuguezes collocaram entre duas torres no parapeito de uma das portas da muralha, tinha sido trazida pelo bispo



Porta de Vandoma

de Vendome, D. Nonego. A porta, até á sua demolição em 1855, denominou-se sempre Porta de Vendoma.

Da descripção da Virgem que traz *O Tripeiro*, de 1 de Dezembro de 1908, extraimos o seguinte:

A estatua de Nossa Senhora de Vandoma, a que tinha sido dedicada e consagrada a cidade do Porto, é esculpida em granito com todos os caracteres de o ter sido no seculo X ou no XI; mede $1^{m},95$ de altura, e tem como attributos na mão direita uma corôa e na esquerda o Menino Jesus, que prende entre as mãos uma pomba com as azas douradas.

A Virgem está representada de pé, vestida com uma tunica de mangas estreitas, e sobre ella tem lançado um manto cingido ao corpo, sendo mais comprido do lado de traz que da frente, em que chega até aos joelhos.

A tunica e o manto são de prégas miudas, bordadas a ouro. Os pés estão calçados.

Outr'ora a tunica da imagem era encarnada e o manto azul; mas como os sentimentos liberaes, nem nas costas das imagens consentiam as côres do absolutismo, desde o seculo XIX, o manto continuou a ser azul, mas a tunica passou a ser branca.

A imagem em granito está envolta n'um manto de seda azul, bordado a matiz, e guarnecido de um simples cordão de oiro.

As imagens da Virgem e do Menino eram coroadas; mas as corôas desappareceram ha muito.

Permitta-se-nos acompanhar aquelles que opinam que a situação da imagem da Virgem de Vandoma devia ser outra.

Passados annos depois da trasladação da imagem da Virgem para os claustros da Sé, descobriram-se os Estatutos de uma Irmandade d'esta Nossa Senhora, que tinha existido em remotas eras. Lembraram-se então varias pessoas devotas de organisar uma Confraria, só de senhoras, para celebrar uma festa no dia 16 de Agosto de cada anno; a Confraria era só de senhoras, porque nos Estatu

tos primitivos se dizia que a Irmandade seria formada de «*donas e senhoras limpas da cidade*».

Não se fizeram novos Estatutos para a Irmandade; continuaram a vigorar os antigos, apenas com algumas alterações exigidas pela differença dos tempos. Todos os annos se fazia a festa, que era presidida por uma senhora para este fim escolhida.

Pegada ao arco, do lado do poente, existia uma casa grande, de um só andar, e que ha cerca de cincoenta annos pertencia a José Monteiro Mourão e Vasconcellos, que era da casa de Abragão, das immediações de Villa Mean, de Marco de Canavezes. Esta casa, que era muito antiga, foi expropriada para alargamento da rua; tornava-se notavel pelos tectos, em que se admirava rica obra de talha.

Villa Nova de Gaia

Assenta esta villa na margem esquerda do Douro, á beira rio, em terreno montanhoso, em frente da cidade do Porto, de que a separa o rio, e com a qual está em communicação por duas pontes: a de D. Maria Pia, e a de D. Luiz I. Pela primeira, que é considerada entre as maiores pontes do mundo, passa a linha ferrea da antiga Companhia Real. A segunda ponte, que é tambem considerada uma das maiores que existem, serve para o transito dos vehiculos e dos peões pelos seus dois taboleiros.

A população e a grande actividade commercial e industrial, tornam Villa Nova de Gaia uma das villas mais importantes do paiz; possue numerosas fabricas: de ceramica, conservas, cortumes, cortiça e rolhas, de azulejos, aluminio, adubos agricolas, capas para garrafas, escovilhas, fundição de ferro e outros metaes, loiça, melaço, moagem e destillação de aguardente, oleos, saboaria, serralharias, etc.

Santa Marinha é orago da sua unica freguezia.

Tem estação do caminho de ferro nas Devezas, e apeadeiro na rua do General Torres.

Na serra do Pilar ha o Observatorio Meteorologico da princesa D. Amelia.

Admira-se no largo de D. Pedro V a estatua de Soares dos Reis, esculpida por Teixeira Lopes.

A villa tem estação telegrapho-postal de 1.ª classe, com todos os serviços correspondentes á sua classificação.

São notaveis os seus armazens pelo numero e capacidade, podendo conter 100:000 pipas.

Do muito que se tem escripto sobre a primitiva povoação que defrontava com o Porto, o que se pode concluir com segurança é que antes de reedificação de Villa Nova de Gaia, já eram habitadas as eminencias da margem do Douro opposta ao Porto, e que esta povoação se nomeava *Cale* ou *Castrum Antiquum*.

D. Affonso III, dando em 1255 foral aos moradores da sua villa de Gaia, convidava a que a fossem povoar. Para este fim foi tambem valioso incentivo a circumstancia de a tornar freguezia independente, desmembrando-a de S. Christovão de Mafamude, e fundando a sua egreja matriz da invocação de Santa Marinha.

A velha povoação, que foi a primeira que se fundou na entrada do Douro, receberia assim, segundo a versão anterior, grande impulso para o seu desenvolvimento, que mais tarde foi, como diremos, notavelmente favorecido.

O segundo foral que teve Gaia foi o de D. Diniz, tendo-lhe porem sido outorgado por D. João I, e nas circumstancias seguintes, que refere Pinho Leal:

No reinado de D. João I, tendo a villa de Gaia perdido o seu foral, e não se descobrindo copia em parte nenhuma, pediu ao Rei que, em troca do foral que tinha perdido e não se achava, lhe desse o foral de Villa Nova de Rei, concedido por el Rei D. Diniz, em Lisboa, a 13 de Agosto de 1288. O pedido foi deferido por el Rei

D. João I, sendo expedida á villa carta, feita no Porto, a 25 de Outubro de 1394, com o theor do foral de D. Diniz. Tambem recebeu foral novo d'el-Rei D. Manuel a 20 de Janeiro de 1518.

Deve observar-se que o foral de el-Rei D. Diniz, foi tambem assignado pela Rainha Santa Isabel, e está transcripto a pag. 73 do *Livro Grande* da Camara do Porto.

Convem consignar aqui, que na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, com respeito a não haver inteira certesa do que era o *Burgo Velho d'apar do Porto*, se lê: que até podia muito bem ser a villa chamada então Portugal, que D. Ordonho II de Leão doou ao virtuoso D. Gomado, bispo de Coimbra, no anno 874 de Jesus Christo; e lê-se tambem que não offerece duvida que a povoação de Gaia é antiquissima, pois que em 1120 ou 1123, quando a Rainha coutou os arrabaldes de Sé do Porto, isto é o terreno povoado, que ficava fóra dos muros e do castello dos gascões, já se chamava *Burgo Velho* á povoação da margem opposta.

Dissemos que o impulso, dado por D. Affonso III para o desenvolvimento de Villa Nova de Gaia, veiu a ser notavelmente augmentado com a concessão de grandes privilegios.

Vejamos qual foi a causa determinante d'esta concessão.

Como é sabido, a Rainha D. Theresa converteu em feudo o Burgo novo do Porto, e deu-o ao bispo do Porto, D. Hugo, para elle e para os bispos seus successores; á doação estatuiu-se a denominação de Burgo novo para a distinguir do Burgo velho, que era Villa Nova de Gaia.

O Burgo novo era constituido unicamente pelo actual bairro da Sé, entre o Codeçal, e Bainharia, e entre a ribeira e uma alfurja, que, do sitio em que esteve a Porta de Vandoma, vae ter ao Convento de Santa Clara.

Os bispos do Porto não só porem ficaram com o Burgo novo, mas foram-se apoderando de todas as mais casas e ruas, que successivamente se construiram a O., NO., N., NE., e E., do mesmo

Burgo e consequentemente das grandes rendas provenientes dos direitos sobre os generos e fazendas importadas e exportadas pela barra do Porto.

D. Sancho I e D. Affonso II procuraram inutilmente estabelecer as cousas nos seus termos legaes, e pôr um dique á amplissima interpretação que o bispo e o seu cabido davam ao diploma outorgado pela Rainha D. Theresa.

D. Sancho II, arcando malavisadamente com o poder clerical, que n'aquelle tempo era tão forte, que os proprios Reis se curvavam ás suas imposições e resoluções, procurou reduzir os seus feudos e rendas ás condições que de direito lhe pertenciam. As intenções do Rei, que levavam necessariamente á diminuição dos rendimentos dos bispos e do alto clero, especialmente na diocese do Porto, foram violentamente recebidas pelos grandes dignitarios da Egreja, que tendo conseguido illudir varios fidalgos e algum povo, e ajudados do immenso poder do Papa, deposeram e excommungaram o Rei, que foi morrer a Toledo pouco tempo depois.

Observemos que o procedimento do Rei contribuiu em muito para que a conspiração fosse coroada de exito; e que de todos os seus actos, aquelle que mais excitou a indignação das diversas classes, foi um decreto auctorisando os judeus a comprar certos cargos publicos. A este acto impolitico seguiu-se outro verdadeiramente nefasto: — o lançamento de enormes impostos sobre o povo, lançamento instigado pela Rainha Dona Mecia, e aconselhado pelos desastrosos conselheiros que eram os seus favoritos. A Rainha reconhecia-lhes assim o serviço que lhe tinham pessoalmente prestado, de a sentar sobre o throno, apesar do seu casamento concitar a reprovação geral.

O Conde de Bolonha auxiliou largamente o clero, que o tinha levado a empregar meios poucos fraternaes n'este vil pleito. Examinemos agora como este Soberano correspondeu ás duras exigencias dos que o tinham escolhido para instrumento da sua vingança, tornando-se em pouco tempo o flagello dos que lhe tinham dado o throno, e transformando-se em vingador do Rei seu irmão.

D. Affonso III tinha radicado em Portugal uma situação unica pelo seu incontestavel valor nos combates, e especialmente pela restauração plena do reino do Algarve: e comprehendera perfeitamente que da doação imprudente da Rainha D. Theresa não se podia inferir o extraordinario alargamento a toda a nova cidade e barra do Douro, que os bispos deram ao Burgo novo, que a Rainha constituira em feudo e lhes doara. Apesar das excepcionaes condições, que acabamos de apresentar, o Rei não se atreveu a atacar de frente o clero, e usou para chegar aos seus fins das mesmas armas de que os seus adversarios habitualmente se serviam.

O procedimento de D. Affonso III, como Rei, rehabilitou-o da ambição de cingir uma corôa, que o tinha levado a entrar n'uma inclassificavel conspiração, que as tristes condições de D. Sancho II não justificavam, e apesar das quaes a conspiração não lograria conseguir exito, se o Rei appelasse para os seus vassalos, de cuja fidelidade a historia archiva provas das mais brilhantes.

Vejamos como D. Affonso III tratou de fazer entrar nos cofres do Estado os direitos da alfandega do Porto, de que o bispo não queria por modo algum disistir.

«Defronte da Cidade do Porto — diz Vilhena Barbosa, — na margem esquerda do Douro, havia n'essa epoca uma povoação de muita antiguidade, então chamada villa de Gaia, e que no tempo dos romanos se denominou Cale ou Castrum Antiquum. Entre essa povoação e a serra de Quebrantões, ao deante mais conhecida com o nome de serra do Pilar, fundou el-Rei D. Affonso III uma villa no anno de 1225, e quiz que se chamasse Villa Nova de Gaia, ficando á outra o nome de Villa Velha de Gaia. N'aquella pois onde o bispo do Porto não podia fazer valer os seus privilegios senhoriaes, estabeleceu el-Rei uma casa da alfandega, e determinou que todas as mercadorias e generos que entrassem pela barra do Douro, ou viessem rio abaixo, fossem ali despachadas, e pagassem os respectivos impostos.

«O prelado reagiu contra as ordens do monarcha, e até chegou a appellar para a Curia romana; porem D. Affonso III soube manter os direitos da corôa prudentemente, mas com firmesa e energia; de sorte que os bispos do Porto ficaram para sempre desapossados d'aquella verba importantissima dos seus rendimentos, que andava abusivamente distraida dos cofres da nação. Tal foi o principio e a razão de ser de Villa Nova de Gaia».

Modernamente o periodo mais triste da historia d'esta villa succedeu durante o memoravel cerco do Porto, e especialmente no dia 16 de Agosto de 1833, em que os sitiantes, enfurecidos por não poderem entrar na cidade, commetteram o acto de revoltante vandalismo de lançarem fogo aos armazens da Companhia dos vinhos do Alto Douro.

Em poucas horas o fogo destruiu um deposito de muitos milhares de pipas de vinho precioso, no valor de milhões de cruzados, que pertenciam a diversas familias, de algumas das quaes constituiam os unicos haveres, e que ficaram portanto reduzidas á miseria.

Por mais que se faça, não ha meio de justificar um acto de selvajaria, que nem favorecia a causa dos sitiantes, nem prejudicava aos sitiados.

Deve tambem notar-se, que ao muito que padeceu Villa Nova com as operações do cerco, se deve accrescentar a invasão do *Cholera-morbus*, que flagellou a villa.

Da actividade e energia dos seus habitantes deu Villa Nova de Gaia notavel argumento, reparando as suas ruinas em pouco tempo, logo que se fez a paz e restabeleceu a tranquillidade no paiz.

Mattozinhos

A villa de Mattozinhos, séde de concelho, pertence ao districto, bispado e relação do Porto.

A sua elevação á cathegoria de villa, com a povoação de Leça da Palmeira, data de 10 de Novembro de 1852, e por este diploma se transferiu para ali a séde do concelho de Bouças.

Esta villa situada á beira do Oceano, na margem esquerda do rio Leça, é reputada um arrabalde da capital do districto, de que dista 8 kilometros. Como praia de banhos de mar é uma das mais frequentadas do paiz; attraindo larga concorrencia pelas commodidades que offeréce aos banhistas nos predios de construcção moderna, que abundam nas suas magnificas ruas, e nos seus hoteis, caffés e restaurantes.

Mattozinhos é servida por duas linhas americanas, e por um ramal do caminho de ferro do Porto á Povoa. Está ligado ao Porto por duas boas estradas, uma em linha recta — a estrada da Boa Vista; outra, pela margem do rio Douro até á Foz, e depois pela beira mar até Mattozinhos. Esta estrada, que se concluiu em 1868, é orlada de arvores, o que a torna um bello passeio; termina na formosa alameda de Mattozinhos, vasto quadrilatero arborisado e guarnecido de bancos de pedra, no centro da qual se ergue a estatua do grande patriota, Manuel da Silva Passos, de quem esta villa se honra de ter sido berço. A estatua foi erigida em 1864.

Tem a villa uma estação telegrapho-postal de 2.ª classe, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras, obrigações e vales. Possue um grande templo do Senhor de Mattozinhos, que é uma imagem de muita devoção, e á qual se faz annualmente uma romaria muito concorrida.

Mattozinhos está ligada por meio de varias pontes á vizinha freguezia de Leça da Palmeira.

O desenvolvimento d'esta antiga povoação foi devido em prin-

cipio ao grande sanctuario do Senhor de Mattozinhos, que é uma imagem da maior devoção, e á sua excellente situação como praia de banhos; estas duas importantes condições foram posteriormente augmentadas com a construcção do porto de Leixões, e com o estabelecimento de grandes fabricas e armazens.

Na *Encyclopedia Portugueza Illustrada* lê-se:

«O santuario do Senhor de Mattozinhos data de 1550, anno em que pela ruina em que caira o antigo mosteiro de Bouças, onde havia mais de quatorze seculos se venerava a imagem, foi deliberada a construcção do novo templo a expensas da Universidade de Coimbra, á qual pertencia o padroado de Mattozinhos, por concessão de D. João III. Mas o templo foi reformado ou ampliado em principios do seculo XVIII, pertencendo só á construcção primitiva a capella mór e metade do corpo do edificio. O templo é de tres naves, de vistosa fabrica, e na capella mór do lado do Evangelho vê-se o tumulo de D. Geraldo Domingues, bispo do Porto, fallecido em Estremoz, em 1321, e ao qual D. Diniz dera em 1305 o padroado de Mattozinhos.

«A alguma distancia do templo e para o lado do mar, está situado o Padrão, especie de capella assim denominada, por ter apparecido n'aquelle logar, segundo a tradição, a imagem do Senhor de Mattozinhos».

No *Portugal, Antigo e Moderno* de Pinho Leal, vem o monumento do Senhor do Padrão, e no Volume V, a pag. 136 e seguintes, vem, em larga descripção, a lenda da milagrosa imagem do Senhor de Mattozinhos, lenda que é uniformemente mencionada pelos notaveis escriptores portuguezes, cujos nomes seguem: Manuel de Faria e Sousa; fr. Luiz dos Anjos; padre Carvalho da Costa; dr. Antonio Coelho de Freitas; padre Antonio de Vasconcellos; Jorge Cardoso; D. Rodrigo da Cunha; e Antonio de Cerqueira Pinto, na sua Historia do Senhor de Mattozinhos, edic. de 1737.

Conta tambem Pinho Leal, que os habitantes da cidade da Vir

gem, em todos os tempos presenceiaram os prodigios altamente beneficos do Senhor de Mattozinhos, e que iam todos os annos á sua igreja, em muito numerosa concorrencia para venerar tão milagrosa imagem. D'aqui provem a elevadissima influencia do sanctuario no desenvolvimento da villa.

Conta-se que os portuenses não só a imagem milagrosa iam festejar na sua igreja, mas por cinco vezes a trouxeram ao Porto em solemne procissão, e de todas as vezes se deram prodigios celestes em seu favor e no da gente *lusitana*.

Os quatro primeiros recursos á benefica influencia do Senhor de Mattozinhos, foram motivados pela mesma causa e coroados dos mais completos e promptos resultados.

Em 1426, reinando D. João I, sendo Pontifice Clemente VII, e bispo do Porto D. Pedro da Costa, foram tão continuadas as tempestades e rigorosas as chuvas, que não escapava fructo algum a tão tempestuoso inverno, apparecendo por toda a parte o flagello da fome. Logo que em solemnissima procissão, acompanhada de mais de quarenta mil pessoas, foi conduzido ao Porto o Senhor de Mattozinhos, serenou a atmosphera, alegraram-se os horisontes e succederam-se dias lindos de vivificante sol.

Em 1516, reinando em Portugal Filippe II, e sendo Pontifice Xisto V, realisou-se a segunda procissão, pela mesma causa da anterior, e como ella coroada de egual maravilhoso exito.

Em 1596 fez-se a terceira procissão, pelo mesmo motivo, e com o mesmo surprehendente resultado.

A quarta procissão foi no dia 20 de Junho de 1644; foram tambem ouvidas as preces dos portuenses, açoitados pela rigorosa inclemencia do tempo.

Em 1696, reinando D. Pedro II, assolou o Porto uma mortifera epidemia cujos horriveis progressos a medicina desesperou de debellar. Os portuenses, dominados pela mais profunda consternação, recorreram ao remedio que lhes tinha sido affirmado por successivas maravilhas. Era tanta a concorrencia dos devotos, que acompanhava a procissão da imagem do Senhor de Mattozinhos,

que não cabendo nas estradas, cobria os montes e as collinas, offerecendo assim um espectaculo de inexcedivel devoção . . .

Dias depois todos os enfermos davam graças a Deus por se sentirem com saude.

O artigo, que vimos extractando, termina com a seguinte muito conceituosa consideração: «Não sendo possivel apresentar os innumeros factos que attestam o soccorro do Senhor de Mattozinhos, limitamos-nos a fazer referencia á assombrosa quantidade de retabulos, que, suspensos das paredes do templo, se offerecem á devota contemplação dos fieis.»

Lessa da Palmeira

Como dissemos, o mesmo alvará regio engloba Mattozinhos e Lessa de Palmeira, sob o titulo de Villa de Mattozinhos. As duas formosas povoações estão ligadas por cinco pontes antigas e modernas, pelas quaes se faz enorme transito de peões, americanos, vehiculos de tracção animal e locomotivas movidas a vapor.

A estação balnear passa-se agradavelmente em Lessa, onde se encontram pequenas casas confortaveis, e hoteis, entre os quaes se destacam o *Central* e o *Estephania*. Esta praia é a preferida pela colonia ingleza do Porto, que lhe imprime uma feição original.

Em Lessa admira-se principalmente o *Convento de Nossa Senhora da Conceição*, que antes de ser transferido para o logar em que existe, esteve sobre um penhasco da costa, onde o edificaram, em 1392, os frades Diogo Alves e Gonçalo Marinho. No Convento venera-se uma imagem de muita devoção entre os mareantes, imagem que foi mandada fazer em Coimbra por D. Affonso v, que frequentes vezes a veiu visitar. Foi este Monarcha que mandou construir o corpo da egreja, visto ter-se encarregado de edificar a capella mór, D. Margarida de Villena.

Gondomar

Esta villa, cabeça de concelho do districto do Porto, pertence á primeira vara da cidade da Virgem. Fica proxima da margem direita do rio Douro.

A sua unica freguezia é dedicada a S. Cosme e a S. Damião.

Attribue-se a fundação d'esta villa em 610, ao Rei Godo Flavio Gundamario, que lhe deu o nome.

A egreja matriz é de grande antiguidade, e, segundo a tradição, foi a primeira das Hespanhas, que se dedicou aos referidos padroeiros, que eram naturaes da cidada de Egéa, na Arabia.

Ficava na freguezia de Gondomar a *honra* de D. Sueiro Reymondo, solar dos Reymondos. Nas *Inquisições* de D. Affonso III, vem a muito distincta circumstancia de a não ter este Soberano julgado *honrada, nem coutada,* por documento ou padrões; mas confirmou a honra em attenção á pessoa de D. Soeiro Reymondo.

A antiga importancia d'esta povoação é afirmada pela concessão do foral que lhe deu em Coimbra D. Sancho I, em 5 de Abril de 1193, e que foi confirmado por D. Affonso II, em Março de 1218. Mereceu ainda a D. Manuel que lhe desse foral novo, em Junho de 1514.

No termo da freguezia está o monte Crasto, em que os romanos levantaram um forte castello.

N'este concelho encontram-se vestigios de galerias para trabalhos de exploração de minas, que, segundo a tradição eram de oiro; estes trabalhos teriam sido executados pelos romanos e pelos arabes.

Do concelho foram donatarios os Condes de Penaguião, Marquezes de Fontes e depois, por herança, os Marquezes de Abrantes.

São notaveis as obras de filigrana de oiro e prata, que se executam n'esta freguezia, e teem justificada reputação os trabalhos de marcenaria. Os valles do seu terreno accidentado não só produ-

zem abundantemente todos os productos agricolas, mas são nomeados pela sua salubridade.

Gondomar foi berço de D. João da Franca Castro e Moura, que ali nasceu a 19 de Março de 1804, e que foi um dos mais illustrados e virtuosos prelados da diocese do Porto.

A villa tem estação telegrapho-postal de 2.ª classe, e no seu termo funccionam varias e importantes fabricas.

Não deve deixar de referir-se a industria da creação do gado bovino, de que exporta centenares de cabeças.

Tanto a freguezia de Gondomar, como o maior numero das 11 freguezias que compoem o concelho, são terras ricas, pelo seu constante commercio com a cidade do Porto, quer pela via terrestre, quer pela via fluvial do Douro.

Ao concelho de Gondomar pertence a freguezia de Lavra, que fica proximo de Mattozinhos, e numa planicie na costa do Oceano. Sem nos demorarmos em investigações de contingente resultado sobre a data da fundação d'esta freguezia, diremos que paréce não haver duvida acerca da sua grande antiguidade, e de que houve ali um Convento *duplex* da ordem de S. Bento, fundado no tempo dos suevos, e que se denominava mosteiro de S. Salvador do Lavra.

A este mosteiro, em que professou sua filha D. Adozinda, doou D. Gundezindo[1] muitas egrejas, em 977, e entre ellas a de *Santa Eulalia de Gondomar*.

Entre as freguezias de Lavra e de Perafita, fica o logar de Arenosa de Pampellido, que se tornou celebre pelo desembarque do exercito libertador, no seu pequeno porto ou *varadouro*.

[1] Vejasse «*Portugal, Antigo e Moderno*», de Pinho Leal.

Maia

E' assim denominado o territorio que constitue um concelho, contiguo á cidade do Porto, e que comprehende, como dissemos, desaseis freguezias.

N'uma d'ellas, a de Santa Maria de Arioso, ha uma pequena aldeia, a que chamam Castello, Castrello, ou Castêdo, e a que por estar ali a casa da Camara, se chama villa, e que é a capital do concelho.

Os romanos chamavam a esta povoação Pallancia, nome que no seculo v, os suevos mudaram para Amaia ou Maia, segundo alguns escriptores.[1]

Honra-se justamente a Maia de ter sido berço do grande Gonçalo Mendes da Maia, cognominado o Lidador, que foi um dos mais bravos companheiros e irmãos d'armas de D. Affonso Henriques; era filho do Conde D. Mendo, rico-homem do Conde D. Henrique.

O Lidador, cujos gloriosos feitos enaltecem os primeiros annos da fundação do Reino de Portugal, foi um dos maiores guerreiros d'aquelles tempos heroicos. Nasceu na aldeia da Maia Paiços em 1075. D. Affonso Henriques nomeou-o *adeantado*, e foi o primeiro que teve este titulo em Portugal.

Por andar em continuas guerras contra os mouros, as quaes então se chamavam *lides*, adquiriu Gonçalo Mendes da Maia o brilhante cognome de Lidador. Conservava aos 95 annos de edade toda a extraordinaria força e destresa, e a sua portentosa intrepidez, e tanto assim era, que n'aquella muito avançada edade fazia frequen-

[1] Pinho Leal julga que foram tambem os romanos que lhe deram este segundo nome, que era o de uma das suas divindades. Maia era filha de Atlante e de Pleione; teve de Jupiter, Mercurio. Este para salvar a mãe da perseguição de Juno, collocou-a na ordem dos astros. E' uma das Pleiades

tes entradas nas terras dos mouros, aos quaes infligia grandes derrotas.

Em 4 de Abril de 1170, n'uma ultima batalha em que ficou tambem victorioso, teve porem a infelicidade de não poder resistir ás feridas que tinha recebido.

Reservou-lhe assim a natureza a mais gloriosa morte de um heroico soldado: morrer no campo da batalha, mas tendo a grande satisfação de ter vencido o inimigo.

N'*A Morte do Lidador*, que se encontra nas *Lendas e Narrativas*, descreveu Alexandre Herculano o vulto soberbo do Lidador na sua ultima lide, ferida no dia em que completava noventa e cinco annos!

Bouças

Este logar dá o nome a um concelho, cuja séde e freguezia estão na villa de Mattozinhos, comarca, districto e bispado do Porto, d'onde dista 8 kilometros. O concelho é banhado pelo rio Leça, que desagua directamente no Oceano, e é por isso de notavel fertilidade.

O logar de Bouças está cercado de quintas e arvoredos, e n'elle se encontram fabricas de artigos de ferro e de algodão.

Bouças fica a 6 kilometros ao Norte do Porto. Convem observar que ha muitas aldeias em Portugal chamadas Bouças.

Folha n.º 14-g (Rosmaninhal)

São proximamente 39º 40′ a 39º 51′ de latitude N., e 1º 45′ a 1º 52′ de longitude E. as coordenadas geographicas da folha n.º 14-g, que pertence á região comprehendida nas folhas n.os 17 e 18 da Carta chorographica de Portugal na escala de 1/100000, as quaes foram levantadas nos annos de 1866 e 1867 pelos officiaes do exercito, Cesar Augusto Barradas Guerreiro, Joaquim Manuel de Moura Lima Condestavel e Sr. Marianno Antonio de Azevedo.

Foi ampliada e rectificada para pranchetas de campo, na escala de 1/50000, pelo então capitão de infantaria, Sr. Julio Cesar Leite de Castro, no anno de 1907.

Concelhos e freguezias

O terreno descripto n'esta folha faz parte do districto administrativo de Castello Branco, e comprehende parte dos concelhos de Idanha-a-Nova e de Castello Branco.

Concelho de Castello Branco — Vê-se apenas a séde da freguezia de Monforte.

Concelho de Idanha-a-Nova — Vêem-se as freguezias de Ladoeiro e Rosmaninhal.

Povoações principaes

Rosmaninhal e Monforte.

Caminhos de ferro

Esta região não é atravessada por nenhum caminho de ferro.

Estradas

Varios caminhos ligam entre si as tres freguezias acima indicadas. A região é apenas atravessada pela E. N. n.º 16, que liga a freguezia de Ladoeiro com a da Zibreira, indicada n'esta folha simplesmente por algumas casas.

Hydrographia

Vêem-se n'esta região bastantes linhas d'agua, sendo as mais importantes as seguintes:

Ribeira do Aravil — Affluente do rio Tejo na margem direita, entra na folha ao N. atravessa-a na direcção N. E. a S. O. vendo-se n'este percurso os affluentes: ribeiro do Talêgo, formado pelos

ribeiros, das Ferrarias, de Galleguinhos, barreiro Vermelho e Barróca do Poço Banhol; ribeiro do Pezo e ribeiro do Gonçalão, na margem direita. O ribeiro da Velha, o ribeiro do Freixo formado pelos ribeiros de Valle Gabricho, Valle Talmonte, Valle Mosteiro, ribeiro de Marquita, ribeiro de Valle da Vide e Barróca das Pernadas; Barróca das Cegonhas, ribeira da Rata, ribeira de S. Domingos, ribeira de Valle de Furão e ribeira da Toulica, na margem esquerda.

Rio Ponsul — Atravessa o angulo NNO. da folha, vendo-se os affluentes da margem esquerda, a ribeira de Santa Catharina, ribeiro do Povo e ribeira do Vidigal, fazendo parte d'este o ribeiro do Gromezinho,

Ribeira da Enxacana — Nasce ao N. da freguezia de Rosmaninhal e corre a N. E. e depois a E. saindo da folha perto da ermida de S. Pedro da Granja; vêem-se como seus affluentes: a ribeira de Ortiga, ribeira de Freixinho, a ribeira da Fonte do Piolho e Ribeira do Concelho.

Na margem S. da folha, vê-se por vezes aparecer o rio Tejo, e só no angulo S. E. se vê uma porção maior d'este rio, marcando o limite do paiz.

Ribeiro do Marmellal — Nasce ao S. da freguezia de Monforte e corre na direcção N. S.

Orographia

A região d'esta folha é pouco montanhosa e apenas se notam alguns cabeços onde estão collocadas pyramides geodesicas com as cotas de 454, 332, 406, 345 metros de altitude. A leste da freguezia de Rosmaninhal encontra-se a pyramide de 1.ª ordem, denominada Cabeço Alto, com a cota de 399 metros de altitude.

A NNO. de Monforte encontra-se a serra da Sancada, cuja maior altitude é de 377 metros.

Monforte

O cuidado especial que pôz el-Rei D. Affonso III, em reedificar as povoações arruinadas pelas guerras com os mouros e castelhanos, durante os quatro primeiros reinados, estendeu-se muito justamente á villa de Monforte, que padeceu com ellas a ponto de ficar quasi deserta.

A reedificação da villa data de 1257.

Com quanto se não saiba quando foi fundada, não ha a minima duvida da sua existencia no principio da monarchia, visto que por um alvará de D. Affonso IV, archivado na Camara Municipal, se tem conhecimento de que D. Affonso Henriques, tendo-a conquistado aos mouros em 1139, lhe concedeu grandes privilegios e liberdades em 1140.

D. Affonso III, tendo mandado repovoar a villa de Monforte, deu-lhe foral em Maio de 1257; el-Rei D. Manuel renovou o foral em 1 de Junho de 1512, conservando á villa os seus antigos privilegios.

A villa foi levantada sobre um alto monte de difficil accesso, principalmente do lado do Norte; está situada entre a cidade de Portalegre e Villa Viçosa, distando da primeira 20 km. para o Sul, e da segunda 20 km. para o Norte.

O castello de Monforte, assim como os muros que cercavam outr'ora a villa, foram mandados construir por el-Rei D. Diniz, em 1309.

Conforme Vilhena Barbosa, as armas de Monforte são constituidas por tres torres com seus corucheos, e sobre estes tres bandeiras.

Tratando d'esta villa, que hoje pertence ao concelho, comarca e districto de Castello Branco, e que fazia parte da comarca e ouvidoria de Villa Viçosa, o P.e Carvalho na *Corografia Portugueza* exprime-se nos seguintes termos:

«E' similhante a uma galé: na popa está a torre da menagem do castello, com mais tres torres e quatro baluartes, cisterna, cava e cerca bem fortificada; a proa é a torre em que está o relogio para a parte do Sul, ficando toda ella cercada de muros com quatro portas.»

A villa tem tres egrejas parochiaes: a matriz de invocação de Santa Maria, S. Pedro e Santa Maria Magdalena.

No termo da villa ha tambem as ermidas de Nossa Senhora da Conceição, S. Sebastião, Espirito Santo, S. Domingos e Nossa Senhora; a primeira é um sumptuoso templo onde concorrem muitas romarias.

Era de freiras franciscanas o convento fundado no reinado de D. Affonso III, por Fernão Ribeiro Montoso, natural de Monforte.

Rosmaninhal

A freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Rosmaninhal pertence ao concelho e comarca de Idanha-a-Nova, districto de Castello Branco, bispado de Portalegre. Faz parte do concelho de Salvaterra do Extremo da mesma comarca.

Foi villa e cabeça de concelho, e teve foral concedido por el-Rei D. Manuel, em 1 de Julho de 1510. Assenta a povoação n'um ingreme outeiro, na aba da serra do Cabeço Alto, a 25 km. da séde do concelho, e a 9 km. da foz do rio Elga. A sua antiga condição de ter sido praça de armas com castello, muralhas, revelins e barbacans, é attestada pelas ruinas que vem de longe.

A antiga villa do Rosmaninhal foi commenda da Ordem de Christo, e eram seus commendadores e alcaides-móres os Marquezes de Fronteira.

Marquezes de Fronteira

A Casa dos Marquezes de Fronteira, Condes da Torre e de Assumar, e Marquezes de Alorna, está actualmente representada pela Senhora D. Maria Mascarenhas Barreto, que se assigna — Marqueza de Fronteira e de Alorna, e que é 8.ª Marqueza de Fronteira, 6.ª Marqueza de Alorna, 9.ª Condessa da Torre, 8.ª Condessa de Assumar, etc. [1]

A familia dos Marquezes de Fronteira (Mascarenhas) é das mais nobres de Portugal, e a mesma dos Duques de Aveiro, dos Marquezes de Gouveia (Mascarenhas), dos Condes de Sabugal, dos Condes de Coculim, etc., que teem por tronco commum D. Fernão Martins Mascarenhas, o celebre Capitão de ginetes d'el-Rei D. João II, e depois d'el-Rei D. Manuel.

Descende esta familia de D. Manuel Mascarenhas, quarto filho de D. Fernão Martins Mascarenhas.

O ramo dos Mascarenhas, familia nobre da Galliza, que se estabeleceu em Portugal, procede de Estevão Martins (outros dizem Estevão Rodrigues), a quem D. Sancho I fez doação da villa de Mascarenhas em Traz-os-Montes; Lourenço Esteves, filho de Estevão Martins, foi o primeiro, que se assignou Mascarenhas.

O 1.º Marquez de Fronteira, D. João Mascarenhas, 2.º Conde da Torre foi: Mestre de campo general do exercito portuguez da provincia do Minho, durante a guerra da Restauração; Mestre de campo general da cavallaria da provincia do Alemtejo; Mestre de campo general junto da pessoa do Rei, na Côrte e provincia da Extremadura; governador das armas de Cascaes e Setubal; gentil-

[1] A data da creação d'estes titulos é a seguinte:
Marquez de Fronteira: 7 de Janeiro de 1670.
Conde da Torre: 26 de Julho de 1638.
Conde de Assumar: 11 de Abril de 1676.
Marquez de Alorna: 9 de Novembro de 1749.

homem da Camara de D. Pedro II (quando Infante e Principe Regente), do seu Conselho d'estado e guerra e védor da fazenda. Tendo enviuvado, recebeu a alta mercê do grão-priorado do Crato, e chegou ainda a funccionar como tal. Foi um dos bravos militares do seu tempo e grande valido do Rei. Falleceu em 16 de Setembro de 1681, tendo apenas 49 annos incompletos, pois tinha nascido a 18 de Setembro de 1633.

O 1.º Marquez de Fronteira, tendo recebido do Rei a elevadissima e singular mercê de que iria merendar a sua casa, para receber Sua Magestade apressou-se em mandar edificar o magestoso palacio de S. Domingos de Bemfica, e os seus sumptuosissimos jardins.

O palacio, jardins e quinta encontram-se na encosta da serra de Monsanto, do lado de Bemfica, a seis kilometros de Lisboa.

Palacio dos Marquezes de Fronteira em S. Domingos de Bemfica

Um grande pateo, com a capacidade de n'elle estacionarem vinte carruagens atreladas, e para onde se entra por um enorme portão encimado pelo escudo dos Mascarenhas, precede o atrio do palacio, com o qual estava em communicação por uma galeria de 8 columnas, formando actualmente tres portas e duas janellas. No tecto do atrio ha um grande escudo das armas dos Mascarenhas, a côres. Sobe-se á porta do primeiro patamar por tres degráos; aos lados das hombreiras da porta, ha duas pedras cavadas, que serviam para apagar os archotes, com os quaes se alumiava o caminho para os carros e carruagens. Em frente da porta da entrada ha um arco de cantaria, formando uma especie de nicho forrado de azulejos, e tendo ao fundo uma carranca, saindo de uma concha, e apoiada sobre dois golphinhos, tudo de marmore de Carrára; a carranca jorra agua sobre uma formosa taça, tambem do mesmo marmore.

Duas escadas symetricas de dois lanços de nove degráos cada

um, conduzem ao grande patamar da magnifica escada, que é guarnecida por uma balaustrada de marmore de Carrára, arrematada por oito espheras de marmore côr de rosa; os segundos lanços das escadas symetricas são tambem defendidos por identicas balaustradas. No patamar grande ha cinco portas: as tres da frente dão entrada para a Sala das batalhas; e d'estas a do centro é encimada pelas armas dos Marquezes de Fronteira; a da esquerda para uma galeria, e a da direita para a Sala dos paineis. O tecto da soberba escadaria, que tem 10^{m},42 metros de pé direito, é estucado a côres, tendo ao centro um medalhão, representando Jupiter entre nuvens.

A galeria para a qual se entra pela porta da esquerda do patamar grande, cahe sobre o jardim principal, e tem de cada lado um espaçoso torreão quadrangular com um lambris de azulejos e tectos de estuque abobadados; teem quatro janellas cada um. Esta galeria communica com outra identica, que deita sobre o pateo da entrada, e que por sua vez communica por duas pequenas portas com a sala principal (Sala amarella). Esta galeria tem o mesmo comprimento do patamar grande da escada, para a qual olha por tres janellas correspondentes ás tres portas que dão entrada para a Sala das batalhas; para o lado do pateo da entrada é fechada por um envidraçamento, que occupa todos os intervallos das suas seis columnas.

No palacio a Sala dos paineis é uma das mais esplendidas, e talvez possa disputar primasia com a propria Sala das batalhas. As suas paredes, até á altura de 1^{m},71, são revestidas de azulejos formando quadros diversos; a parte restante das paredes até á cimalha, é estucada em relevo, formando paineis pintados a fresco. O tecto é em abobada com estuques e pinturas como as paredes; mede 6^{m},65 metros de pé direito. Sobre as sete portas d'esta sala ha medalhões, alguns pintados por Pelligrini.

As paredes da Sala das batalhas são tambem forradas de azu-

Galeria da Capella
(Palacio dos Marquezes de Fronteira)

lejos, que representam as batalhas da guerra da restauração, e que tem quadros representativos dos feitos n'ellas praticados pelos Mascarenhas, membros d'esta familia. N'um dos topos da sala está em relevo a figura de D. João Mascarenhas, 1.º Marquez de Fronteira, a cavallo e de tamanho natural; traz vestido o uniforme de Mestre de Campo General. Por baixo da figura do 1.º Marquez ha um quadro representativo da batalha do Ameixial, em que se vê este fundador do palacio e quinta, batendo-se corpo à corpo com D. João d'Austria.

Vê-se tambem a seguinte inscripção:

DOM JOÃO MASCARAS 1º MARQVEZ DE FRONTEIRA = 2º CONDE DA TORRE : S. DA V. DE FRONDOR COM DO ROSMANINHAL E DE OVTRAS 5. COMENDAS NA ORDEM DE CHRISTO : NA GVERRA DA RESTAVRAÇÃO DESTE REINO M DE CAMPO GEN, DO EXERCITO. E PROV, DO MINHO' M. DE CAMPO GEN ; E GEN DA CAVELARIA DA PROV DE ALEMTEJO. M DE CAMPO GEN JVTO Á PESSOA DE EL REI NA CORTE, E PROV DA ESTREMADVRA' E GOVERNADOR DAS ARMAS DE CASCAES. E SETVBAL : GEMTIL-HOMEM DA CAMERA DE EL REI D. P. 2º, SENDO PRINCIPE REGENTE : DO SEV CONS. DE ESTADO. E GVERRA : VEDOR DA FAZENDA E PRIOR DO CRATO DEPOIS, CONTAVA POVCOS DIAS, QVÃDO O SORPRENDEO A MORTE, CHEIO DE GLORIA MILITAR, E POLITICA, EGREGIAMTE. ADQVIRIDA, NA GVERRA PELLO SEV MARCIAL ESFORÇO, E PROVIDA CONDVCTA, COMQ. FOI GRANDE PARTE NAS MEMORAVEIS VICTORIAS' DAQVELLE TEMPO ; E NA PAZ PELLA SVA INTELIGENCIA, CIRCVNSPECÇÃO, E ACTIVID. NO EXERCICIO DOS SEVS SVBLIMES EMPREGOS, EMQ SE MOSTROV DIGNO DE TODOS : VALEROZO, PRVDENTE, E MAGNIFICO, DO QVE NAO HE O MENOR MONVMENTO ESTA QVINTA QUE FVNDOV, E EXORNOV COMPLETAMTE : BENEMERITO DOS SEVS PRINCIPES, E DA PATRIA. E GLORIOZO Á MEMORIA DOS SEVS DESCENDENTES ENTROV NA SVA ETERNIDADE EM 16 DE SETTEBRO DE 1681 48 ANNOS 12 MEZES. MENOS 2. DIAS.

Nas paredes e tectos da sala, que é abobadada, e que tem 11 metros de comprimento por 9 metros de largura, e 7m,12 de pé direito, e um lambris de azulejos de 1m,65, veem-se bustos de Mascarenhas, e entre elles sobre as portas e janellas os seguintes.

começando pelo chefe da Casa dos Mascarenhas. Cada busto tem por baixo o nome e a inscripção que apresentamos textualmente copiada.

Dom Fernão Martins Mascarenhas

Senhor de Lavre, Comendador de Mertola, e de Almodovar: Alcaide Mór de Monte Mór o Novo, e de Alcaçar do Sal: Capitão dos Ginetes dos Reis D. João II, e D. Manuel: Chefe dos Mascarenhas.

Dom Manuel Mascarenhas

Do Cons.º de ElRei D. João III: Com.dor do Rosmaninhal: Filho do 1.º Capitão dos Ginetes = Foi na tomada de Azamor em 1515; e depois famozo Govern.or de Arzilla, onde morreu em Set.bro de 1545: chamado pelas suas façanhas = O DA ESPADA CORTADORA.

Dom Fernando Mascarenhas

Do conselho de ElRei D. Sebastião, Comendador do Rosman.al: servio com seu Pai em Africa, e depois por m.tas vezes; onde, acõpanhando ao d.º Rei, foi morto na bat.a de Alcacere em 4 de Agosto de 1578 = Inst.or do Morgado da Torre, em Julho de 1572 annos.

Dom Manuel Mascarenhas

Do Cons.º de ElRei: Comend.or do Rosmaninhal: servio em Africa com seu Pai = Foi mal ferido e cativo na bat.a de Alcacere, e depois Govern.dor de Mazagão = Falleceo em 5 de Março de 1612.

Dom Fernando Mascarenhas

1.º Conde da Torre: do Cons.º de Estado, e de Guerra: Com.dor do Rosm.al, Fonte Arcada, e Carrazedo: Prezid.te do Senado: Gov.dor de Ceuta e de Tangere, Gen.al da Armada de Portugal e Castella,

com o Governo de mar e terra do Estado do Brasil, &.ª Morreu em 9 de Ag.to de 1651. Viveu 64 annos.

Dom Fernando Mascarenhas

2.º Marquez de Fronteira, 3.º Conde da Torre: S.or de Fronteira: Comen.dor do Rosman.al e de outras com.das do Cons.º de Estado, e Guerra: Prezidente do Desõmb.º do Paço: Mordomo-mór da Rainha D. M.na de Austria: Vedor da Fazẽda: Gov.dor do R.no do Algarve: Na guerra do seu tempo: Gov.dor das Armas da Prov.ª da Beira, e das do Alemtejo: Hum dos 4 prim.ros censores da Acad.ª Real da Hist.ª &.ª Falleceo em 25 de Fev.ro de 1729. Viveo 73 anos, 2 mezes e 11 dias.

Dom João José Mascarenhas

3.º Marquez de Fronteira: 4.º Conde da Torre: Senhor de Fronteira: Comẽn.dor das Comendas de N. S.ra do Rosman.al, S. Tiago de Fonte Arcada, S. Nicoláo de Carrazedo, S.ta Christina de Affife, S. Miquel de Linhares é S. Tiago de Torres Vedras, todas na Ordem de Christo. Falleceu em 13 de Abril de 1737.

Dom Fernando Mascarenhas

4.º Marquez de Fronteira: S.or da mesma Villa: Comendador do Rosmaninhal e das outras Comendas, que teve seu Pai: Veador da Casa da Rainha D. Marianna de Borbon: Deputado da Junta dos Tres Estados, &.ª Falleceu em 14 de Agosto de 1765: viveo 48 años menos 2 dias.

Dom José Luis Mascarenhas

5.º Marquez de Fronteira.

Dom Francisco Mascarenhas

1.º Conde de Coculim: S.or de Coculim e Verodá no Estado da India: Comen.dor das Comendas de S. Martinho de Cambres, S. João de Castellão, S. Martinho de Pina, na Ordem de Christo, &.c Filho 2.º do 1.º Marquez de Fronteira.

Entre os retratos dos antepassados da actual senhora Marqueza de Fronteira e de Alorna, existentes no palacio, destacaremos os seguintes:

Sala dos Paineis

3 retratos da 2.ª Marqueza de Alorna, D. Leonor de Lorena, mãe da 4.ª Marqueza de Alorna (Alcipe) e filha da Marqueza de Tavora, D. Leonor, que foi degolada e queimada no caes de Belem, em 13 de Janeiro de 1759. 2 retratos do 2.º Marquez de Alorna, D. João, um vestido á corte de Luiz XV, antes de entrar nos carceres da Junqueira, e outro tirado quando de lá sahiu no fim de 18 annos (em 1777, pelo fallecimento de el-Rei D. José). Retrato de D. Pedro de Almeida 1.º Marquez de Castello-Novo, 1.º Marquez de Alorna, Vice-Rei da India, pae do 2.º Marquez de Alorna. (O titulo de Castello-Novo foi mudado em Alorna pelo alto feito de ter tomado a praça de Alorna na India). Retrato de D. Luiz de Almeida, bailio de Malta, irmão do 2.º Marquez de Alorna. Retrato da 1.ª Marqueza de Alorna, D. Maria de Lencastre. Retrato de D. Maria de Almeida, Condessa da Ribeira, irmã da 4.ª Marqueza de Alorna (Alcipe).

Sala Encarnada

Um quadro, pintado por Peligrini, representando os tres irmãos sendo meninos. Marquez de Fronteira, D. Carlos Mascarenhas, e D. Leonor Mascarenhas, que foi depois Condessa d'Alva. Retrato do 7.º Marquez de Fronteira. Retrato do General, D. Carlos Mas-

carenhas. Retrato do 5.º Marquez de Fronteira D. José. Retrato do 3.º Marquez de Alorna, D. Pedro (irmão de Alcipe), com sua mulher e dois filhos que morreram de tenra idade. Retrato da 6.ª Marqueza de Fronteira, D. Leonor, filha da 4.ª Marqueza de Alorna (Alcipe) e Avó da actual Senhora Marqueza. Retrato da Condessa d'Alva, D. Leonor Mascarenhas. Retrato de D. Maria d'Almeida, irmã do 2.º Marquez de Alorna. Retrato de uma Condesssa de Sarzedas. Um medalhão do Principe de Lyppe, primo cô-irmão do Conde de Oeynhausen, marido de Alcipe.

Sala Amarella

Retrato do 7.º Marquez de Fronteira D. José Trazimundo, e retrato da 7.ª Marqueza de Fronteira, D. Maria Constancia da Camara. (Estes retratos foram feitos em Roma pelo pintor Silvagni). Retrato da Marqueza de Alorna, (Alcipe). Retrato da Marqueza de Alorna, mãe de Alcipe, e filha da Marqueza de Tavora. Retrato da Marqueza de Tavora, que foi decapitada.

Galeria do bilhar

Retrato do Conde de Oeynhausen, marido de Alcipe, e pintado por esta por muitos titulos muito illustre Senhora. Retrato do Conde de Oeynhausen, D. João, filho de Alcipe, e que falleceu menino. Retrato de D. Francisco de Almeida, 1.º Vice-Rei da India. Retrato de D. Magdalena de Vilhena, mulher de Fr. Luiz de Sousa. Retrato da Marqueza de Alorna, mãe de Alcipe. Retratos dos filhos da Marqueza de Alorna (Alcipe).

Torrinha do Marquez D. José

Um quadro a oleo, pintado por Alcipe, representando «A Solidão».

Duas portas dão sahida da *sala dos Paineis*, para a *varanda*

da Capella: esta varanda tem nove nichos com estatuas de marmore do tamanho natural, representando (vindo da Capella) Diana, Mercurio, Venus, Apollo, Jupiter, Marte e Saturno, e tambem o pastor Marsyas, que foi esfolado por se ter atrevido a medir-se em musica com Apollo. Sobre as estatuas ha medalhões, que representavam Imperadores romanos, e que eram engrinaldados com festões de folhas, flores e fructos. Entre os nichos ha grandes quadros de azulejos com symbolos da Mathematica, Musica, Dialetica, Rhetorica, Geometria, Astronomia, Memoria, Entendimento, Vontade e Poesia. A varanda dá sobre o jardim de Venus, tendo alegretes e assentos forrados de azulejos italianos. Aos pés de cada estatua ha uma concha com seu repucho.

Ao fundo d'esta varanda está um alpendre com tres portas: a da Capella, a particular para o palacio, e a para o jardim de Venus.

A entrada da Capella tem dois dagráos, e sobre a porta a figura da Fé, e a seguinte inscripção: *Dicatum Chasitati Cocli Jamae anno* MDLXXXIIII.

A capella é em forma de cruz, e tem por orago a Senhora dos Desamparados; do lado do Evangelho fica a sachristia, e do lado da Epistola outra divisão egual. Os dois altares que terminam os braços da Cruz são dedicados a S. Francisco Xavier e a Santo Antonio.

A tradição, religiosamente conservada na familia Fronteira, affirma que S. Francisco Xavier disse missa n'esta Capella antes de partir para a India; e, circunstancia notavel, foi martyrisado na egreja de Coculim, e que se chama de S. Francisco Xavier, egreja que pertence aos Marquezes de Fronteira.

Na Capella do palacio de S. Domingos de Bemfica ha tambem um lambris de azulejos.

No jardim de Venus destacam-se:

Uma soberba estatua d'esta Deosa, em marmore de Carrára,

Entrada da Capella
(Palacio dos Marquezes de Fronteira)

Estatua de Venus
(Palacio dos Marquezes de Fronteira)

que sahe de uma concha de marmore côr de rosa, erguida sobre um lago de forma octogonal por tres golphinhos enlaçados.[1]

O tanque dos SS. com numerosos repuchos.

A *Casa do fresco*, forrada de azulejos exterior e interiormente, e dentro da qual surprehendentes jogos de agoa.

Em plano superior a este jardim, cerca de metro e meio, ha um lago de forma irregular, tendo em dois dos lados nove nichos com figuras mytologicas.

Do jardim de Venus passa-se para a sumptuosa *Galeria dos Reis*.

Por um vestibulo semelhante ao da entrada, desce-se do palacio para o jardim grande (de genero italiano) por uma soberba escadaria.

O grande jardim tem de comprimento 65^{m},30 e de largura 57^{m},50 e é ornamentado com cinco magnificas taças, tendo a do centro, que se chama *dos Cupidos*, uma columna com quatro nichos com cupidos, a qual sustenta uma concha; d'esta concha sahe ainda outra pequena columna com a esphera armilar e sobre esta as armas dos Mascarenhas, encimadas pela corôa de Marquez.

[1] A esta estátua de Venus se refere Nicolau Tolentino na Sàtyra *A tunção* descrevendo a engraçada confusão de certa boa velha:

Co'a pintada sobrancelha
Vai sosinha passeando
Boa mãe, sincera velha,
Dos esgalhos resguardando
Ora a pelliça, ora a telha,

Pondo contra a luz a mão,
E crendo que n'esta rua
Está San Sebastião,
De Venus á estatua nua
Faz mesura e oração.

As outras quatro taças são eguaes; teem no centro uma columna, que sustenta uma concha d'onde sahe um repucho.

O jardim é tambem ornado com doze estatuas.

Do lado poente do jardim fica o grande lago, que tem de comprimento $48^m,40$ e de largura $18^m,50$. Este lago é guarnecido por uma balaustrada de marmore de Carrára, tendo de espaço a espaço vasos tambem do mesmo marmore; aos lados ha duas escadarias de dois lanços, de 14 degráos cada um, e tendo de largura $3^m,20$. E' por estas bellas escadas que se sobe para a soberba *galeria dos Reis*.

A parede do lago, que fica por baixo d'esta galeria, ostenta doze enormes quadros em azulejos, representando cada um um cavalleiro admiravelmente montado e em tamanho natural. Estes cavalleiros, estão separados tres a tres, por tres grutas, sendo a do centro de maiores dimensões de que as das outras duas. A gruta do centro tem 12 pequenas estatuas, representando o Parnaso; as outras duas são ornamentadas de taças com repuchos.

O grande lago tem ao centro um repucho, e ao meio da distancia d'este ás paredes dos topos do lago ha duas bellas estatuas.

As paredes dos lados nascente e sul do jardim grande são revestidas de dose quadros em azulejo, representando os mezes do anno. As dimensões de cada quadro são de $3^m,30$ a $4^m,30$ por $0^m,79$. Vamos tentar em seguida dar ideia d'estes quadros.

JANEIRO

O quadro representa uns homens e uma mulher sentados á lareira, alumiados por uma candeia, e tendo aos pés um gato. Fóra da casa vê-se uma carranca deitando agua para um regato, que atravessa uma vasta quinta, e um campo onde estão bois, charruas e homens amanhando as terras. Junto da casa passa uma mulher montada n'um burro. A quinta tem grande arvoredo.

Vista do jardim

Palacio dos Marquezes de Fronteira

Azulejos da quinta do Palacio dos Marquezes de Fronteira

FEVEREIRO

O quadro figura ser uma grande casa n'uma quinta, tendo do lado do norte muitas arvores, que varios homens estão limpando; do lado do sul vê-se ao longe um cavalleiro, acompanhado, a pé, por um pagem de capa e espada.

MARÇO

E' representado por uma vasta quinta com arvores, entre as quaes voam passarinhos. Dois homens percorrem campos semeados. Sob uma arvore está um homem dormindo. Ao longe casas; junto de uma barraca tres homens. No alto de uma serra caminha um cavalleiro; em baixo segue o mesmo itinerario uma força de cavallaria com uma bandeira indo ao lado um official.

ABRIL

De um elegante terraço vê-se um jardim circumdado de balaustradas com bellos vasos de flores; os canteiros são bem desenhados, e no meio d'elles vê-se uma taça do centro da qual sahem dois golphinhos, que sustentam uma concha, encimada por uma figura de homem, empunhando uma bandeira, que diz Abril. Subindo o sumptuoso jardim vê-se um Senhor com grande chapéo, capa e calção, do qual pendem grandes laços sobre as meias e sapatos de fivellas; vae acompanhado por uma Senhora. Ao sul do jardim vê-se outro Senhor, vestido á ciria, cumprimentando uma Senhora, que vae saindo do seu palacio. O palacio, de construcção arabe, tem um vestibulo com duas columnas, uma grande galeria com balaustradas e grandes janellas. A quinta tem larangeiras e uma palmeira.

MAIO

O quadro representa uma povoação fortificada, tendo hasteada uma bandeira que diz Maio. Junto a um grande castello vê-se o mar, e proximo de um caes um Senhor dirigindo-se a um Bispo, ou Ecclesiastico mitrado. No campo, *do lado do norte*, muitas arvores e passarinhos voando; distante um alabardeiro e um tambor. *Do lado do sul* uma balieira atracando ao caes para embarcar o referido Senhor; mais distante, um escaler com este Senhor embarcado, e ainda mais longe duas náus, uma salvando a terra, outra tomando o rumo da barra.

Na bandeira do escaler lê-se Maio.

JUNHO

No campo vê-se uma casa e um rebanho de ovelhas a pastar. Uma mulher segura uma ovelha, tendo junto de si uma bilha para leite; a distancia um homem, sentado debaixo de uma arvore e tendo na mão uma thesoura, prepara-se para tosquiar uma ovelha; no chão cestos. Ao sul do campo e debaixo de um caramanchão bancos, e vê-se a corrida de um touro por um cavalleiro que recebe farpas da mão de um preto; o touro arremete com furia contra o cavalleiro.

Junto do caramanchão está uma escada de mão, talvez para o preto subir e poder fugir do touro.

Pregada a uma arvore uma taboa que diz Junho.

JULHO

Uma terra de trigo, com abundancia de coelhos, a um dos quaes atira com flecha um caçador; a diante dois homens com uma rede armada para apanhar coelhos, estando já um dentro da rede e outro morto ao lado. Da banda do sul dois homens com espingardas caçam perdizes, pombos e diversas outras aves.

Muitas parreiras com uvas, e sob ellas um coelho comendo as que estão no chão. No meio do Campo um homem empunha uma bandeira onde se lê Julho; tem na outra mão um machado. Voando entre as arvores veem-se gafanhotos e borboletas.

AGOSTO

N'um campo de trigo andam homens a ceifar; um leva ás costas um molho vendo-se no chão trigo ceifado. Debaixo de uma arvore um homem sentado, e um outro deitado, contemplando dois passarinhos, que trazem no bico uma fita que diz Agosto. Muitas arvores de fructo; debaixo do arvoredo descançam dois bois, estando um deitado. Vê-se uma casa com uma grande quinta; ao portal um homem com uma buzina na mão, e na outra uma lança; aos seus pés um cão. Em cima do muro um rapaz apanhando uvas, que muito á pressa passa para outro que está em baixo.

SETEMBRO

Representa o quadro a vendima. Quatro homens com cestos cheios de uvas, ás costas e á cabeça, dirigem-se para uma dorna dentro da qual está uma mulher; ha muito vasilhame. Ao pé da casa está um frade com grandes oculos e de chapeu na mão, dando graças ao Ceu pela boa colheita; na outra mão tem uma bandeira que diz Setembro. Do lado sul homens com cestos de uvas; avistam-se tambem duas lebres a fugir, e um menino de joelhos a comer uvas.

OUTUBRO

Um olival, estando dois homens, cada um em cima de uma oliveira varejando as azeitonas, que em baixo outro apanha para um cesto. No campo uma junta de bois, mettidos a um arado vae lavrando a terra, indo á rabiça um homem levando uma aguilhada. Vê-se outro homem apascentando um rebanho de ovelhas, e a se

guir ainda outro andando muito á pressa levando um pau ás costas e um cesto na mão, e uma cabaça á cinta deitando pela boca fóra a palavra Outubro.

No quadro vê-se mais um Senhor de grandes barbas, com chapeu, capa e espada, leva um cão preso por uma corrente, e indo encostado a um bordão.

NOVEMBRO

Uma casa com grandes janellas, e fóra na quinta, n'um páu suspenso em duas arvores, está pendurado um porco, que um homem de avental abre com uma faca, tendo ao lado uma celha cheia de tripas para o fabrico dos chouriços.

Uma grossa corrente presa em duas arvores sustenta um caldeiro, que está fervendo ao lume de lenha; tratando dos temperos uma mulher. Em cima de uma arvore um homem pendura um presunto ao fumeiro. Vê-se um cão comendo restos de gorduras.

Encostado a um bordão está um homem vendo chegár uma vara de suinos, conduzidos por um pastor que os traz presos pelos pés. Ao longe sentado um Senhor debaixo de uma arvore, tocando guitarra; tem grande chapeu com pluma e capa e espada; defronte está um homem sentado de chapeu na mão, parece estar cantando.

O homem, que conduz os suinos, traz uma bandeira na mão que diz Novembro.

DEZEMBRO

Um campo com muito arvoredo, onde seis rapazes apanham passarinhos com armadilhas, collocadas no chão e em cima das arvores.

Uma junta de bois pucha um arado; guiada por um lavrador com a aguilhada; este olha para os regos que se vão fazendo na terra. No meio de rapazes está um joven fidalgo, que lhes offerece merenda; um dos rapazes está com uma borracha na bocca; o fidalgo com espada á cinta, tem grande chapeu com uma fita que diz Dezembro. Ao longe passeia um Senhor, e veem-se dois homens de

Lago e Galeria dos reis
(Palacio dos Marquezes de Fronteira)

machada na mão deitando a baixo uma arvore; vê-se ainda um creado com duas bilhas, que pelos desenhos parecem de fina porcelana.

O jardim tem bellas arvores e grandes palmeiras.

A galeria dos Reis

No topo de cada uma das escadarias, junto do lago grande, ha um elegante torreão, que dá entrada para esta galeria. A parte entre os dois torreões, e que encima o lago, tem o mesmo comprimento d'este; é dividida por tres conchas, forradas com azulejos hollandezes com reflexos metallicos; cada uma das conchas tem um nicho e assentos de pedra. Tanto a galeria como as escadas teem balaustradas eguaes ás do lago grande. Na galeria ha doze nichos separados a tres e tres pelas conchas; são pois quinze os nichos onde estão outros tantos bustos de Reis de Portugal, a começar em D. Affonso Henriques.

Na continuação da galeria dos Reis sobre o jardim de Venus, ha mais quatro nichos com bustos de Reis.

Ao meio da galeria sobre o lago grande ha uma notavel janella, que é sobrepujada por uma estatua de Mercurio.

A' sahida do palacio, e no pavimento do patamar da escada que desce para o jardim grande, torneando-se o palacio para a direita, encontra-se a nomeada fonte da Carranquinha, cuja agua é justamente afamada.

As paredes do palacio sobre o patamar da escada para o jardim são ornamentadas com quadros de bellos azulejos hollandezes a duas cores, representando:

Um homem com duas senhoras sentadas á meza com um piriquito, uma das senhoras tem um regalo.

Um carnaval. Dois homens, uma senhora no meio com uma

caraça preta sobre os olhos e nariz, estando um dos homens de pena na mão escrevendo.

Um quadro. Representa um homem pedindo comer com um cão aos pés da meza, e outro atraz de cachimbo a fumar, uma senhora offerecendo um copo d'agua a um homem.

Um homem n'uma adega estando com uma garrafa deitando vinho a outro, e o outro sustendo pela cabeça um que está sobre uma bacia deitando o liquido que bebeu.

Um fidalgo estando a uma meza, onde tem um prato de peixe na frente e autorisando a outro, a fumar, estando outros com copos na mão, e uma senhora estando offerecendo um copo a um homem. «Tem o fidalgo chapeu de plumas e capa e cruz de Malta ou de Christo».

Tomando café tres homens, estando um d'elles a tocar guitarra, sentados a uma meza, e um cão com um osso na bocca.

No livro do muito erudito Sr. Anselmo Braamcamp Freire, intitulado *As Sepulturas do Espinheiro*, e no Capitulo I — Capella-mór —, vem a descripção da sepultura de D. Fernão Martins Mascarenhas nos seguintes termos:

«No chão desta capella, logo abaixo dos degraus do altar, vê-se uma enorme campa de marmore levemente avermelhado. No meio estão dois escudos sotopostos: o de cima tem tres faxas (Mascarenhas); o de baixo é esquartelado das tres faxas e de um castello, sendo o campo deste quartel mantelado, e neste dois leões affrontados (Henriques). O primeiro escudo é o das armas de D. Fernão Martins Mascarenhas; o outro, o das de sua segunda mulher, D. Violante Henriques, filha do regedor Fernão da Silveira e de sua mulher D. Isabel Henriques... De roda dos escudos lê-se este epitafio em letra gothica do tempo:»

Apresentamos o epitafio em orthographia vulgar:

Aqui jaz o magnifico senhor Dom Fernão Martins Mascarenhas, Capitão mór dos ginetes d'el-Rei D. João II e d'el-Rei D. Manuel I, e do seu Conselho, alcaide mór de Montemór-o-Novo, de Alcacer do Sal, senhor do Lavre, comendador da comenda de Mertola e de Almodovar, varão mui esforçado, seus serviços foram dignos de grande memoria. Falleceu em Almodovar a 13 de Novembro de 1501.

No livro do Sr. Anselmo Braamcamp Freire, as palavras d'este epitafio veem publicadas em letra gothica e na disposição em que se encontram na campa da sepultura.

Segundo se lê no prologo do livro, a lista dos epitafios é acompanhada de uns furtivos traços individuaes das pessoas n'elles nomeadas.

Permitta-se-nos a liberdade de transcrever d'estes traços parte dos que dizem respeito a D. Fernão Martins Mascarenhas, o celebre capitão de ginetes d'el-Rei D. João II, que foi o progenitor da nobilissima familia dos Mascarenhas. Esta transcripção tem importancia especial quando se descreve a Sala das batalhas, cujas paredes são ornamentadas com os bustos dos Mascarenhas, a começar em D. Fernão Martins Mascarenhas.

«Fernão Martins Mascarenhas, que fôra fidalgo da casa e servidor do cutello de D. Affonso V, capitaneou em Toro uma das batalhas da hoste do Principe D. João, que o estimou muito, e o nomeou capitão mór dos seus ginetes, officio que depois de Rei lhe confirmou por carta de 20 de Agosto de 1484. Não sei quando Fernão Martins começou a exercer o seu posto de capitão junto da pessoa do Principe, mas já estava nelle provido em 13 de Fevereiro de 1477, e o conservou durante todo o reinado de D. João II, sendo um dos poucos que ao seu passamento assistiram em Alvor. Continuou gosando do favor regio no reinado de D. Manuel, que em Mon

temór-o-Novo, a 8 de Fevereiro de 1496, lhe confirmou o officio de capitão mór dos ginetes, e lhe deu o titulo de dom, a bandeira quadrada, e o assentamento de cento e dois mil oitocentos e sessenta e quatro reaes, o mesmo que tinham os condes. O uso da bandeira quadrada tambem não era pequena prerogativa, pois que, lá diz o chronista, o estandarte dos fidalgos, ao qual el-Rei mandava cortar as pontas, ficava «em bandeira quadrada como principe».

Nas *Sepulturas do Espinheiro*, trabalho primoroso e de escrupulosa exactidão, condições que destinguem os estudos historicos do Sr. Anselmo Braamcamp Freire, encontra-se ainda a seguinte interessante noticia:

«O contracto para a capella foi celebrada com os frades do Espinheiro, em 27 de Março de 1493, por Fernão Martins Mascarenhas, e sua mulher D. Violante Henriques, doando-lhes estes a herdade e moinho da Azambuja e o quarto quinhão da herdade da Feijoa».

Senhor do Lavre

Nos seus *Estudos Eborenses* o malogrado e erudito Gabriel Pereira, dá-nos preciosas noticias d'*O Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro*, das quaes extractamos o que se segue:

A 4 kilometros proximamente a noroeste de Evora, n'uma branda elevação de terreno, e em sitio ameno e saudavel, fica o edificio, que constituiu o' antigo mosteiro. O sitio pertence á grande facha de terreno arborisada dos arredores de Evora, conhecida pela zona das quintas.

Pela extincção dos Conventos de frades, o historico mosteiro do Espinheiro foi vendido por insignificante quantia, ficando em breve reduzido a pardieiro; porque o comprador quiz tirar da sua acquisição o que elle considerava o maior e mais prompto lucro; commetteu pois o vandalismo sabido, de tirar do Convento telha, madeiras, grades, marmores, etc.

Veiu depois o vandalismo official no templo, unica parte do edificio que ficou pertencendo ao estado.

Os quadros do Espinheiro vieram para a Academia das Bellas Artes de Lisboa, tendo sido arrancadas as telas do Côro que estavam pregadas na madeira do cadeirado, com tal violencia que deixaram ainda alguns fragmentos!

Por devoção de particulares, tem-se celebrado tres ou quatro festas religiosas anual e regularmente, o que deve contribuir para a conservação d'aquella formosa egreja.

Gabriel Pereira dá-nos tambem noticia da enorme campa do jazigo de D. Fernão Martins Mascarenhas, e do seu epitafio.

Retrato de S.ra Marqueza de Fromista, 1.a Condesa de Torre, y Marqueza de Aytona, VII Condesa de Aytona

Folha n.º 13-h (Salvaterra do Extremo)

A folha n.º 13-h está comprehendida na folha n.º 18 da Carta chorographica de Portugal na escala de 1/100000 levantada no anno de 1867 pelos officiaes do exercito, Gerardo Augusto Pery e Cesar Augusto Barradas Guerreiro.

A ampliação e rectificação foi feita em pranchetas de campo para a escala 1/50000, no anno de 1907, pelo então tenente d'artilharia, Sr. José Augusto Pereira Gonçalves Junior.

Comprehende a folha n.º 13-h a região entre os meridianos 2° 7′ a 2° 14′ de longitude leste de Lisboa (Observatorio do Castello de S. Jorge) e os parallelos 39° 51′ a 40° 2′ de latitude Norte.

Concelhos e freguezias

Esta folha que é limite do paiz, tem marcada a linha de fronteira com a respectiva convenção; uma linha traçada com pequenas cruzes desenhadas a tinta preta; pertencendo a região ao districto de Castello Branco e concelho de Idanha-a-Nova.

Sómente se encontra n'este concelho a freguezia de Salvaterra do Extremo quasi junto á fronteira.

Estradas

Como meios de communicação veem-se alguns caminhos que talvez indiquem antigas estradas, porém d'estas só se veem duas, uma que parte da freguezia para O. e outra que atravessa o canto S. O. da folha.

Hydrographia

Algumas linhas d'agua correm n'esta região, sendo a principal a ribeira de Erjes affluente do rio Tejo na margem direita; esta ribeira serve de linha divisoria em Portugal e Hespanha.

Orographia

A pequena região d'esta folha é pouco montanhosa, vendo-se ao N. dois cabeços onde estão situadas as pyramides geodesicas Pedra Ninho com 524 metros e Monachinha com 509 metros de altitude; ao S. encontram-se o ponto de Barca com 401 metros e o cabeço onde está a freguezia, com a cota de 391 metros de altitude.

Povoações principaes

Salvaterra do Extremo e Monfortinho.

Salvaterra do Extremo

A villa de Salvaterra do Extremo pertence ao concelho e comarca de Idanha-a-Nova, ao districto de Castello Branco, e ao bispado de Portalegre.

A sua unica freguezia tem por orago Nossa Senhora da Conceição. Fica a 2 km. da margem direita do rio Elgas.

Foi praça de guerra defendida por um castello, mandado construir por el-Rei D. Diniz, em 1290.

E' povoação de grande antiguidade, como o prova a circumstancia de lhe ter dado foral na Guarda, a 2 de Maio de 1229, el-Rei D. Sancho II. Em 1 de Junho de 1510, el-Rei D. Manuel concedeu-lhe foral novo.

A sua situação na margem direita do rio Elgas, e nas immediações da raia de Hespanha, motivou o seu nome de Salvaterra do Extremo, que se distingue assim de Salvaterra de Magos.

Chegou esta villa a ser séde do concelho do seu nome, que foi supprimido por decreto de 24 de Outubro de 1855. Tem estação postal de 1.ª classe, com serviço de encommendas.

A 24 de Julho de 1710, houve n'esta villa um pequeno combate entre tropas portuguezas e francezas, do exercito do commando do Marechal Massena.

As terras do termo de Salvaterra do Extremo teem sido, por vezes, invadidas por intensissimas nuvens de gafanhotos, que fizeram grandes devastações nos campos e nos pomares.

Monfortinho

Esta povoação, antigo curato da freguezia de Salvaterra do Extremo, foi freguezia independente, e tinha então por orago Nossa Senhora da Consolação.

A antiga freguezia de Monfortinho fica na raia, e é separada da Hespanha pelo rio Elgas, que nasce em Monfortinho, e vae entrar no Tejo.

A 24 de Julho de 1709 houve aqui um combate com os francezes, que avançavam para Almeida.

Fonte Santa, ou Caldas de Monfortinho

Esta afamada fonte tem origem na serra de Pena Garcia, ramo da serra da Estrella; o povo denominou-a *Fonte Santa*, pelas virtudes das suas aguas, ás quaes são devidas curas maravilhosas.

No *Aquilegio Medicinal*, edição de 1726, o Dr. Francisco da Fonseca Henriques, tratando a pag. 43 d'estas Caldas, a que chama de Pena Garcia, diz textualmente o seguinte:

«Que na falda da serra de Pena Garcia, que está no limite do lugar de Monfortinho, termo da Villa de Salvaterra do Extremo, ha seis fontes com pouca distancia de humas a outras, todas de abundante agoa *tepida*, *clara*, *salutifera*, *para beber excellente*. Destas a mais copiosa chamam a Fonte Santa; sem duvida pelos prodigiosos effeitos, que n'ella se experimentam; porque tem grande virtude para curar estupores, e parlesias espurios, gotas artheticas, ainda que sejam ciaticas, tolhimentos, e fraquezas de nervos, e de estomago; hydropesias, sesões e febres lentas, affecções hypochondriacas, achaques internos do figado, e baço; tumores, ás vezes escrofulosos, ou de alporcas; achaques e accidentes do utero; faltas de menstruo, supressões de ourina, flatos melancolicos; todos os achaques mesentericos, e nephriticos; e assim tambem os achaques cutaneos, como são uzagres, impigens, gotta rosada, sarna, comichões, pustulas, fistulas, chagas, e lepra, e outros males, excepto *Gallico*, em que não aproveyta.

«Dos mineraes d'esta fonte, os que se reconhecem são ferro, de que ha varias minas na dita serra, e enxofre que sempre se suppoz em toda a agoa quente; e quando o calor é grande, logo no cheyro que se manifesta. O ferro conhece-se pelo sabor da agoa ..

O modesto estabelecimento das thermas de Monfortinho, compõe-se de quatro pequenas casas, com uma ou duas tinas cada uma, construidas a pouca distancia da immergencia de cada nascente, que hade ser aproveitada para o futuro balneario apenas começado. Numa d'essas casas o banho é de 1.ª classe, e decente sem ser luxuoso, pois é todo de azulejos brancos lizos, e bem assim o seu pavimento externo. Deve observar-se que estes azulejos merecem tanta ou mais confiança que o marmore, que as aguas atacam muito.

Os banhos são todos de agua corrente por um cano de cerca de $0^m,1$ de diametro, e outro mais estreito para alimentar cada um dos banhos, sendo o maior a rasar com o cano de saida superior, e o mais estreito a rasar com o fundo do banho e seu tubo ou orificio de esgoto completo.

Esta disposição tem por fim forçar todos os gazes e energias curativas a manterem-se dissolvidas na columna liquida o mais tempo possivel, por isso que o tubo inferior os tráz da parte mais profunda das immergencias, e da tina não podem escapar-se sem produzir os naturaes effeitos, visto que o peso da agua do banho é muito.

A renovação continua da agua do banho tem a grande vantagem de manter uma acção permanente de todos os elementos, e não deixar depositar nada nas paredes do banho, porque a corrente é forte e rapida, nem deixar sujar o banho por mais de 6 a 7 segundos.

O Sr. Dr. Martins, proficiente director dos banhos de Monfortinho, conseguiu assim obter em cada banho novo, e em cada corrente nova,[1] os mesmos ou melhores effeitos therapeuticos do banho velho, *guia dos velhos milagres* e suas afamadas virtudes, apregoadas por todos os que logram observal-os por alguns dias de grande concorrencia.

Das condições d'estas thermas com respeito a vias de acesso e commodidades para os banhistas, extraimos de uma carta do Sr.

[1] Deve observar-se que as correntes são todas sensivelmente eguaes.

Dr. Martins a um dedicado amigo nosso, as noticias que vamos apresentar.

O caminho foi arranjado na primavera para accesso de carruagens, e regularmente para serviço de automoveis; pois d'estes alguns particulares já teem chegado a Monfortinho.

Depois do arranjo o caminho ficou em alguns pontos das rodeiras com muita terra, a que os choffeurs chamam areia, apesar de prejudicar menos do que esta.

Está-se fazendo uma estrada para Monfortinho, de que ha apenas construido um kilometro.

De carruagem faz-se com relativa facilidade o trajecto de Castello-Branco ás thermas, em que se gasta 12 horas. E' porem mais commodo ir em automovel até ao caminho ou vinha do Capitão Soares, e seguir d'ali até Monfortinho, de carruagem ou a cavallo; gasta-se n'este percurso duas horas e meia.

Em Monfortinho ha uma casa com quartos regulares para uma especie de casa de campo, a que chamam ali hotel, cujos comestiveis se reforçam com caça, que vem de Hespanha, frangos, etc., havendo porem pouco para variar.

As camas são regulares, e teem a particularidade de serem providas de mosquiteiros para preservar dos muitos mosquitos que ali ha.

A excellencia dos banhos de Monfortinho e as suas afamadas virtudes, que longe afirmam *os velhos milagres*, são comprovadas de um modo evidente pela frequencia d'estas thermas nas elementares condições de accesso e commodidade, que offerecem aos que se abalançam a ir fazer ali o tratamento.

Muito para desejar será pois que se conclua em breve o começado balneario, no que se prestará um alto serviço humanitario, que um futuro proximo compensará largamente.

Folha n.º 14-h (Segura)

Esta folha comprehende parte da folha n.º 18 da Carta chorographica de Portugal, na escala de 1 100000, levantada no anno de 1867, pelo official do exercito Cesar Augusto Barradas Guerreiro.

Foi feita a ampliação e rectificação para a escala de 1 50000 por pranchetas de campo pelo então capitão de infantaria Sr. Julio Cesar Sanches Leite de Castro, no anno de 1907.

Pertence a região descripta n'esta folha ao districto administrativo de Castello Branco e ao concelho de Idanha-a-Nova.

D'este concelho apenas se vê a freguezia de Segura, situada quasi no limite leste de Portugal.

Vêem-se alguns caminhos nas immediações da freguezia de Segura e tambem uma estrada a macadam que lhe passa a O. e se prolonga até á ponte sobre a ribeira d'Erjes, fazendo ahi a junção com uma estrada que vem de Hespanha.

Corre n'esta região, no sentido N. S., a ribeira d'Erjes, que serve de limite de fronteira. Tem como affluentes na margem direita as ribeiras de: Manha, de Calçada, de Valle de Lobo, da Gorroeira, da Enxaxana, do Mira Alto, do Salgueirinho e do Marmelleiro.

As coordenadas geographicas da folha são approximadamente de 39º 40' a 39º 51' de latitude norte e 2º 7' a 2º 11' de longitude leste de Lisboa. (Observatorio do Castello de S. Jorge).

Povoação principal

Segura.

Segura

Esta villa, cuja unica freguezia tem por orago Nossa Senhora da Conceição, pertence ao concelho e comarca de Idanha-a-Nova, do districto de Castello-Branco, e bispado de Portalegre.

Assenta em logar alto, proximo da Fronteira de Hespanha, a 2 kilometros da margem direita do rio Elga, e a 23 da séde de concelho.

Esta villa e freguezia foi uma das que constituiu o dote da Rainha Santa Isabel, e por isso veiu para Portugal em 1282. N'este sitio o rio Elga devide Portugal de Hespanha, e na região da freguezia de Segura ha uma ponte, metade portugueza, metade castelhana.

Do castello, que em 1288 mandou construir em Segura el-Rei D. Diniz, restam apenas ruinas.

Esta villa chegou a ter a importancia, que levou el-Rei D. Manuel a dar-lhe foral em Lisboa, no dia 1 de Junho de 1510.

Tanto a villa de Segura, como as de Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Salvaterra do Extremo e Proença e Rosmaninhal, pertenciam á famosa ordem dos templarios; e pela extincção d'esta em 1311, passaram os seus bens para a Ordem de Christo, muito notavelmente fundada por el-Rei D. Diniz em 1319.[1]

A salubridade d'esta villa e seu termo, e a sua fertilidade, vem de longe, sendo muito justificadamente celebradas; distingue-se tambem pela grande creação de gado.

[1] Veja-se Tomo I pag. 436 e seguintes, e Tomo II pag. 459.

Folha n.º 7-d (Sobrado)

A folha n.º 7-d da Carta de Portugal na escala de 1/50000, está contida nas folhas n.ºs 7, 8, 10 e 11 da Carta chorographica a 1/100000.

A parte d'estas folhas, correspondente á folha que descrevemos, foi levantada nos annos de 1864, 1868, 1869, 1876 e 1877 pelos officiaes do exercito, José Antonio Fernandes Braga, Francisco Carlos Lima, Theotonio Lopes de Macedo, Antonio Maria da Silva Valente e Augusto Gerardo Telles Ferreira.

A sua actualisação e ampliação para pranchetas de campo foi executada em 1902 pelo tenente-coronel d'artilharia, Sr. Thomé Martins Vieira.

As coordenadas geographicas, limites d'esta folha, são, proximamente 40º 55′ a 41º 7′ de latitude N. e 0º 37′ a 1º de longitude E. do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Districtos e concelhos

A região representada n'esta folha comprehende parte dos concelhos de: Villa Nova de Gaia, Gondomar e Penafiel, pertencentes ao districto do Porto.

Os concelhos de Feira, Castello de Paiva, Marco de Canavezes e Arouca, pertencentes ao districto de Aveiro.

O concelho de Sinfães pertencente ao districto de Vizeu.

Freguezias

Pertencem ao concelho de Gondomar as freguezias de Foz do Souza, Covello, Medas e Melres.

Ao concelho de Villa Nova de Gaia a freguezia de Crestuma.

Ao concelho de Penafiel pertencem as freguezias de Capéla, Entre-os-Rios, Sebolido, Rio de Moinhos, Eja e Canélas.

Ao concelho da Feira, pertencem as freguezias Lever, Sanguedo, Villa Maior, Canedo, Labão, Valle, Louredo, S. Jorge, Guizande, Pigeiras, Romariz e Gião.

Ao concelho de Castello de Paiva pertencem as freguezias de Pedoridó, Raiva, S. Pedro do Paraizo, Sardoura, Fornos, Sobrado, Bairros, Real e S. Martinho de Sardoura.

Ao concelho de Arouca pertencem as freguezias de: Fermedo, S. Miguel do Matto, Escariz, Mancôres, Tropeços, Santa Eulalia, Espiunca, Canellas e Alvarenga.

Ao concelho de Marco de Canavezes, pertencem as freguezias de Torrão, Alpendurada, Varzea do Douro, Magrêlos, S. Lourenço do Douro, Penha Longa, Aviz e Varzea da Ovelha.

Pertencem ao concelho de Sinfães as freguezias de Souzelo, Espadanedo, Tarouquéla, S. Thiago de Piães, Moimenta, Travancas e Fornelos.

Estradas

E. N. n.º 40 — Parte da freguezia denominada Real, dirige-se para o N. até ao rio Douro, passa pelas freguezias de Sobrado, S. Martinho e Sardoura.

E. N. n.º 36 — Parte da povoação de Entre-os-Rios, passando proximo da freguezia de Eja e sahindo da carta ao N. do logar de Corveira.

E. D. n.º 36 — Parte da povoação da Serra, passando proximo das freguezias de Canélas e Entre os Rios e ligando-se com a E. N. n.º 36 ao N. da povoação de Corveira.

E. D. n.º 40 — Parte da freguezia de Torrão junto da bifurcação do rio Douro e Tamega, passa na freguezia de Varzea do Douro, logar de Memorial, dirigindo-se para o N. até ao limite da folha.

E. D. n.º 61 — Vê-se n'esta folha dois lanços d'esta estrada, o primeiro lanço entra a O. proximo á freguezia de S. Jorge, passa por Carvalhal, Corga, Canedo (freguezia), Villares e termina na margem esquerda do Rio Douro — 2.º lanço começa entre as povoações de Areja e Povoa, dirige-se para E. passando pelas freguezias de Pedorido, Raiva e Sobrado, até á povoação de Grilo onde volta para S. atravessa o Rio Paiva em frente da freguezia de Travanca e segue na mesma direcção até 3 km. d'esta freguezia, onde termina.

E. D. n.º 76 — Entra na folha proximo da freguezia de Mangôres, passa por Escariz, Louredo, atravessa a E. D. n.º 61 no logar de Corga e segue até á margem O. da folha.

E. D. n.º 80 — Parte da E. N. n.º 40 ao N. da freguezia de Sobrado, passa pela povoação de Castello, atravessa o rio Paiva, passando pela freguezia de Souzelo, e terminando perto da freguezia de Tarouquela, estando ainda em construcção entre os casaes de Bouças e Lameira.

E. M. — Parte da E. D. n.º 36 proximo da freguezia de Eja,

desce até Villar e voltando para N. até perto de Vilarinho e d'ahi em construcção até a freguezia de Capéla.

E. M. — Parte da freguezia de Sobrado e caminhando para N. termina no logar de Castello, depois de atravessar a E. D. n.º 80.

E. M. — Parte da E. D. n.º 61 ao N. da povoação de Lamas, passa em Duas Igrejas, Portella de Romariz, terminando no logar de Villa Nova.

Hydrographia

As linhas d'agua que se vêem n'esta região são bastante numerosas, sendo porém as principaes: o rio Douro que atravessa a folha longitudinalmente e os seus affluentes; na margem direita o rio Tamega, na margem esquerda os rios Paiva e Arda e as ribeiras de Sardoura e Inhá.

Orographia

Esta região é bastante accidentada, como em geral as regiões do Douro, notando-se porem a S. e a E. da folha as maiores elevações. O ponto culminante d'esta região é um cabeço onde está a pyramide geodesica denominada Gia, com a cota de 1026 metros de altitude; proximo d'esta e para S. veem-se outros cabeços com as pyramides Formiga, Fiães, Serro, Castro Daire, Canto Cenial, Santo Adrião, Gallinheiros e Serra da Mó com cotas de 719 a 500 metros.

Povoações principaes

Entre os Rios, Sobrado e Crestuma.

Entre-os-Rios

Na pequena lingua de terra, resultante da confluencia do Tamega com o Douro, está situado o logar de Entre-os-Rios, que é séde de freguezia, annexa á da Eja.

Ha quarenta e quatro annos, no modestissimo logarejo de Entre-os-Rios, o viajante, a não ser excepcionalmente, não encontrava qualquer alimento na estalagem, cujos raros freguezes se preveniam com farneis e com mantas.

Demonstra a exactidão d'esta noticia a seguinte veridica historia:

Um viajante, que ali tinha chegado, cerca das cinco horas de uma tarde de verão, no anno de 1868, tendo esgotado improficuamente os pedidos que normalmente se podem fazer n'uma casa destinada a receber hospedes, e insistindo nos mais simples e elementares, recebeu como resposta á pergunta final se havia pelo menos camas — : «Temos e muito boas; ora ajude Vocemecê aqui».

Aqui referia-se a uma especie de grande porta ou trapa, assente em dobradiças sobre as quaes ella girava até se ir encaixar na parede, a qual se fixava por meio de taramelas de madeira; quando estas se abriam, era necessario amparar a porta a braços para girar de novo sobre as dobradiças, e vir tomar a posição horisontal, apoiando-se n'um descanço, que para este fim se punha previamente em sitio marcado na sala.

Na dita porta estava pregado um magro colchão, que era a tal cama muito boa!

Esta curiosa hospedagem, e a circumstancia de ter tido, durante o dia, como alimentação unica, dois ovos que bebeu crus, e um cacho de uvas de enforcado,[1] obrigaram o viajante, que era um moço engenheiro geodesico, a montar a cavallo, e, apesar de serem

[1] As uvas de enforcado são aquellas de que se faz o vinho verde.

seis horas da tarde, a dirigir-se a Penafiel, onde no hotel lhe serviram uma boa ceia, e lhe deram um excellente quarto; as exigencias do trabalho de que estava encarregado — escolha de pontos para uma triangulação — só lhe permittiram porém, descançar ali até ás tres horas e meia da noite.

A proposito da já tradicional escacez de mantimentos nas antigas hospedarias portuguezas provincianas, occorre-nos um caso succedido com Castilho em 1854. Chegando uma tarde a certa estalagem na Batalha, com um filho, a caminho para Leiria, perguntou aos vendeiros, logo depois de se apear:

— Que ha para jantar?

— Não ha nada, meu senhor.

— Que! pois nem carne?

— Não senhor.

— E bacalhau ao menos?

— Isso temos.

— E ovos?

— Tambem.

— Pois estamos salvos. Faça-nos bacalhau com ovos.

Dito e feito. Posta a mesa, appareceu uma frigideira com o manjar. Infelizmente era uma fritura secca e semsabor; prevalecia o bacalhau; os ovos eram apenas amostra. E diz o chistozo poeta com muita seriedade:

— Vocemecê não percebeu bem o que eu tinha dito.

— Então não tinha pedido bacalhau com ovos?

— Tinha sim; mas vocemecê trouxe-me bacalhaus com ovo.

A povoação de Entre-os-Rios, que já então se apresentava com encantador aspecto, e que tem melhorado muito, deu o nome á *Estancia da Torre das Aguas de Entre-os-Rios*, que demora no extremo sul do concelho de Penafiel, junto á estrada que a liga com a estação de Cette, na linha ferrea do Douro, da qual fica a 11 kilometros.

A denominação de Entre-os-Rios é bem justificada para a Estancia, porque esta, pela estrada da foz do Tamega, na margem direita do rio Douro, dista apenas 2,5 km. da povoação do mesmo nome.

No erudito folheto do Sr. Dr. Albino Baptista, intitulado *As Aguas de Entre-os-Rios, e a sua Estancia (Torre)*, lê-se que esta, com os seus esplendidos Hoteis e Estabelecimento Hydrotherapico annexo, assenta nos primeiros planaltos das margens direitas do Douro e do Tamega, a 160 metros acima do leito do Douro, e a 200 metros acima do nivel do mar; a Estancia está cercada por todos os lados de montanhas, que d'ali sobem em declivios suaves, interrompidos por bellos e extensos planaltos, que, semelhantes a agigantadas escadarias, conduzem por estradas commodas, até aos pontos culminantes d'aquella formosissima bacia hydrographica.

Segue-se a relação d'estes pontos com as suas respectivas altitudes; observaremos que as mais elevadas são: 519^{m} — Serra da Boneca (Abitureiras); 496^{m} — S. Pedro de Pegureiros; e 438^{m} — S. Paio da Portella.

No referido folheto descreve-se *o clima de montanha*, que a Estancia possue, e bem assim as suas condições topographicas e orographicas, admiravelmente dispostas para *a cura pelo terreno*, e para a gymnastica pulmonar natural; notam-se tambem as suas condições meteorologicas provadamente excellentes para os asthmaticos e para os bronchiticos.

A leitura d'este importante folheto, intelligentemente escripto e organisado, dá-nos das já famosas Aguas de Entre-os-Rios, informações de notavel alcance.

Nos seus estudos sobre as nascentes, cuidadosamente tratados, e nos quaes o leitor estudioso ou interessado encontra esclarecimentos completos, o Sr. Dr. Albino Baptista diz textualmente que «a nova *Memoria e estudo chimico* do Professor Ferreira da Silva, de 1908, que compendia todos os trabalhos chimicos sobre as *Aguas de Entre-os-Rios* dos ultimos 14 annos e se completa com uma apre-

ciação geral das aguas mineraes da região, define clara e precisamente os caracteres physicos e chimicos de todas estas nascentes.»

Sobre a epoca em que principiaram a ser conhecidas e applicadas internamente as Aguas de Entre-os-Rios, o illustre e sabio professor, Conselheiro A. J. Ferreira da Silva, na sua *Memoria e Estudo chimico sobre as Aguas minero medicinaes de Entre-os-Rios*, impressa no Porto, em 1896, apresenta um trabalho muito interessante, pelo qual se prova, que, apezar de ser antigo o descobrimento d'estas Aguas, a sua applicação na cura de doenças, data do fim do seculo XVIII.

Na segunda parte do utilissimo folheto do Sr. Dr. Albino Baptista, de que, pela indole d'este trabalho, fazemos apenas muito resumido extracto, e que se intitula «*Indicações therapeuticas, especiaes e geraes*», o autor enumera as doenças de que se pode fazer a cura na Estancia da Torre, e com as Aguas de Entre-os-Rios, e apresenta o quadro estatistico de algumas das que teem sido tratadas na Torre, desde 1899 até 1911.

A terceira parte denomina-se «*Indicações uteis. Viagem para a Torre.*»

Das Indicações destacamos *a epoca da cura*, que é desde fins de Maio a meados de Outubro, sendo Junho, Julho e Agosto os mezes mais frequentados, não obstante serem excellentes tambem para o tratamento os mezes de Setembro e Outubro.

Sobrado de Paiva

Esta villa, cabeça do concelho de Castello de Paiva, districto de Aveiro, fica a 3 km. ao S. do rio Douro, e a 20 km a N. O. de Arouca.

Pertence a este concelho a formosa e pittoresca aldeia de Castello de Paiva, situada na margem esquerda do Douro, e que é povoação de grande fertilidade.

Denomina-se castello um morro, que existe em frente da aldeia no meio do rio, e que está com ella ligado, no verão, por meio de uma lingua de areia, ficando porém inteiramente isolado no inverno. Vem de muito esta denominação de castello dada ao morro, com quanto não haja ali vestigio de qualquer edificação. D'este supposto castello passou o nome para a aldeia e para o concelho.

Na freguezia de Fornos de Paiva, a uns 400 metros abaixo da povoação, ha um bonito sitio, a que chamam Castello de Baixo ou Inferno, e no qual havia um dolmen, curioso pela singularidade de não ter mesa e por outras condições que indicavam ser de construcção mais moderna do que a maior parte dos que se encontram na peninsula hispanica. No *Portugal Antigo e Moderno* vem uma descripção d'este dolmen.

O rio Paiva, affluente do Douro, junto á povoação de Castello de Paiva, divide a freguezia de Fornos de Paiva da de Souzello, do concelho de Sinfães.

Ao concelho de Castello de Paiva foi dado foral por el-Rei D. Manuel, em 1513.

Crestuma

Esta antiga villa, que pertence ao concelho de Villa Nova de Gaya, districto, bispado e comarca do Porto, está situada na encosta septentrional da serra do seu nome, proximo da margem esquerda do rio Douro, e a 15 km. da séde do concelho.

E' orago da sua freguezia Santa Marinha.

Não se conhece o fundador d'esta muito vetusta povoação; mas uns vestigios de torre ou castello fazem presumir que foi outr'ora fortificada, e que d'esta circumstancia, affirmativa da sua importancia, e da de ser atravessada pelo rio Huyma ou Uima, que n'ella

desagua no Douro, se formou o nome de Crastumia, que se transformou em Crestuma.

A povoação pertenceu á comarca da Feira, e foi cabeça do grande couto de Crestuma, propriedade dos Bispos do Porto, por doação feita, em 1110, ao Bispo D. Hugo, pela Rainha D. Theresa, viuva do Conde D. Henrique.

Torna Crestuma muito commercial a bella via fluvial que a liga com a cidade do Porto.

E' tradição que em Crestuma houve no seculo VII um Convento de frades bentos, e que, mediante pagamento de tributo, este continuou a existir no tempo dos Arabes, como sucedeu com outros conventos; mas deve observar-se que, tendo resignado a mitra de Coimbra, em 922, o venerando Bispo D. Gomado, e tendo-se recolhido ao mosteiro de *Castrumire*, D. Ordonho II, Rei de Leão, em homenagem a D. Gomado, fez ao mosteiro doação do seu couto e jurisdicção. Os grandes da corte de D. Ordonho seguiram o exemplo do Rei no tocante a doações.

Ora no mesmo anno de 922, o Rei D. Ordonho II, estando no Porto e sabendo das virtudes e talentos de D. Gomado, desejou vel-o e para este fim o mandou chamar. Este pediu dispensa de cumprir os desejos do Rei, pretextando ter feito voto de não tornar a sair do Convento. O Rei deu então a D. Gomado um alto testemunho do seu apreço, e uma solemne prova do seu respeito, mettendo-se em barcos com a Rainha e com toda a Côrte, indo visitar o santo Bispo a Castromire, e orar na sua egreja.

Parece que foi n'esta occasião que o Rei D. Ordonho deu ao mosteiro o couto e jurisdição de Castromire e outras terras, fazendo-lhe então grandes mercês.

Folha n.º 1-c (Valença)

Esta folha, uma das que marcam a linha de fronteira, apenas tem uma pequena parte desenhada, que fica entre as coordenadas geographicas 42º a 42º 5' de latitude norte e 0º 28' a 0º 37' de longitude E. do Observatorio do Castello de S. Jorge.

A região representada faz parte da folha n.º 1 da antiga Carta chorographica na escala de 1/100000, levantada nos annos de 1868, 1878 e 1882 pelos officiaes do exercito, Joaquim Emygdio Xavier Machado, Joaquim José Bragança e Sr. Marianno Antonio d'Azevedo.

A ampliação e rectificação foram feitas, em pranchetas de campo, pelo tenente-coronel do serviço do Estado Maior, Albino Evaristo do Valle Souto, no anno de 1902.

Districtos, concelhos e freguezias

A região da folha n.º 1-c está toda comprehendida no districto de Vianna do Castello, vendo-se apenas parte dos concelhos de Valença e Monção. Pertencem ao concelho de Valença as freguezias

de: Christello Covo, Arão, Valença (Santo Estevão), Ganfei, Verdoejo, Friestas, S. Fins, Gondomil e Boivão.

Ao concelho de Monção pertencem as seguintes freguezias: Lapella e Lara.

Caminhos de ferro

A linha do caminho de ferro do Minho entra na folha ao S. proximo da freguezia de Christello Côvo, sobe para N. E. passa ao N. da freguezia de Valença atravessando o rio Minho sobre a ponte chamada internacional. Vê-se apenas n'este percurso a estação de Valença, que foi aberta á exploração, no Domingo 6 de Agosto de 1882.

Estradas

E. N. n.º 23 — Entra na folha perto da freguezia de Arão sobe até Valença e dirige-se na direcção N. E. passando pelas freguezias de Ganfei, Triestas e Lapela.

E. M. — Parte de Valença para a freguezia de Christello Covo.

E. M. — Parte da E. N. n.º 23 e termina no rio Minho na povoação de Segadães.

Hydrographia

Vê-se além de varias linhas d'agua, que serpenteiam por esta região, uma parte do Rio Minho que serve de limite do paiz, tendo na sua parte media uma serie de crusinhas a tinta preta, convenção da linha de fronteira.

Orographia

E' algum tanto montanhosa esta região, vendo-se varios cabeços com cotas de elevada altitude; a maior porém, é a d'um cabeço a S. O. da freguezia de S. Fins e onde está collocada a pyramide goodesica denominada Faro, com a cota de 566 metros de altitude.

Povoação principal

Valença.

A villa e praça de Valença

Demora esta villa na margem esquerda e perto do rio Minho, e a quatro legoas de distancia da sua foz. A sua situação em logar alto, defronte de Tuy, cidade da Galliza, e outras excellentes condições para ser ali fundada uma praça de guerra, determinaram seguramente a construcção da praça de Valença.

Apparecem porém difficuldades que reputamos insuperaveis, quando se trata de fixar a epocha da sua fundação, e quem foram os seus fundadores, como aliás succede com as nossas povoações muito antigas.

Attribue-se a fundação da praça de Valença a uns soldados veteranos, que tinham servido sob as bandeiras do glorioso Viriato, e aos quaes Decio Junio Bruto, Consul romano na Hespanha Ulterior, pelos annos 136 antes de J. C., dera aquelle sitio em signal de reconciliação.

Devemos observar que a veracidade d'esta opinião tem contra ella um argumento importante, apresentado por Villena Barbosa,

a circumstancia de no itenerario, dito de Antoninho, que descreve a via militar romana de Braga a Astorga, virem nomeadas Limia e Tuy, sem que se faça referencia a qualquer povoação intermedia, não havendo a minima duvida de que a referida via militar passava proximo do sitio onde está edificada Valença, a qual não existia portanto n'aquelle tempo. Esta opinião é largamente contestada por Pinho Leal.

Deixando porém essas remotas eras, e considerando apenas que não ha duvida de que D. Sancho I mandou povoar em 1200 o sitio de Contrasta, a que o Conde de Bolonha deu de novo o nome de Valença, como consta do 2.º foral e das Inquirições de D. Affonso III, em 1258, onde se relata minuciosamente esta fundação.

O 1.º foral foi escripto em Guimarães a 11 de Agosto de 1217; o 2.º foral seguiu o typo do gallego de Ribadavia e foi outorgado em 1262, e depois tambem a outras terras do alto Minho.

Das formidaveis lutas que se travaram entre leonezes e portuguezes, n'aquelles memoraveis tempos em que se ia traçando a golpes de montante o Reino de Portugal, tornou-se muito notavel aquella em que os leonezes, logo de entrada, tomaram e queimaram o logar de Valença, quando acudiam em soccorro das Infantas, irmãs de D. Affonso II, por este não querer reconhecer os apanagios que em testamento lhes legara D. Sancho I.

Ao arbitrario procedimento de D. Affonso II, contra a Infanta D. Sancha, sua Irmã, fizemos referencia no Tomo I d'esta publicação, quando contámos a admiravel prova de fidelidade que deu Alemquer, resistindo ao cerco que durante quatorze mezes lhe posera o terceiro Rei de Portugal.

Fr. Claudio da Conceição, no Tomo I do seu gabinete Historico, apreciando D. Affonso II, justamente cognominado o Gordo, diz nos que era notavelmente valoroso nas armas, mas com deploraveis sentimentos de ambição, que o levaram a perseguir seus Irmãos, fazendo-lhes culpa de seu Pae os deixar ricos.

Deve observar-se que D. Sancho I, notando em seu filho D.

Affonso pouca inclinação a seus Irmãos, tratou de os deixar independentes d'elle, dando-lhes em dote joias e dinheiro, e ás Filhas certas Villas e Lugares: a D. Theresa, viuva de el-Rei de Leão, deixou Monte-Mór e Esgueira, e a D. Sancha a Villa de Alemquer.

El-Rei D. Affonso II tentou persuadir a suas irmãs, que seu Pae não tinha direito a alienar as terras da Corôa, vendo porem baldadas suas razões recorreu ás armas. As duas Princezas, fazendo-se fortes nos seus castellos, imploraram a protecção do Rei de Leão e do Papa, os quaes logo as favoreceram, aquelle com as armas, este com censuras. D. Affonso II, defendendo-se do Rei de Leão e desculpando-se com o Papa, conseguiu que a tempestade serenasse, graças, segundo se diz, á mediação do Rei de Castella.

Apesar d'esta composição, o Infante D. Fernando retirou-se para Castella, e o Infante D. Pedro tambem se ausentou para Marroccos. El-Rei reconciliou-se com as Infantas suas Irmãs.

D. Affonso III, encontrando o logar de Contrasta arruinado pela invasão leoneza, mandou-o repovoar em 1262, mudando-lhe então o nome em Valença.

E' muito interessante a seguinte observação de Vilhena Barbosa: apesar da sua situação sobre a raia e de ser praça forte, Valença foi pouco incommodada nas guerras, tanto do seculo XIX, como nas dos dois seculos anteriores.

Na segunda invasão franceza, succedeu porem que uma columna de tropas da divisão do Marechal Soult entrou n'esta praça no dia 10 de Abril de 1809, e apesar de se demorar apenas sete dias, deixou da sua passagem bem deploravel memoria, por ter arrazado com uma explosão de polvora a abobada das portas do Sol, que era uma obra magestosa e a mais nobre entrada da praça.

Pouco ou nada padeceu Valença em Abril de 1834, em que foi tomada pelas tropas constitucionaes do commando do bravo Almirante Carlos Napier, Conde do Cabo de S. Vicente. A praça foi entregue depois de um cerco de poucos dias, e nos termos que passamos a descrever.

Para se fazer ideia d'esta operação de guerra, notavel pela audacia com que foi emprehendida, e pelo surprehendente successo com que foi coroada, parece-nos preferivel extractar, o que a este respeito escreve o proprio Almirante Napier no seu livro *Guerra da Successão em Portugal*, impresso em Londres em 1836, e em Lisboa (traduzido) em 1841.

. . . . . .

«Ordenei que se fizessem os preparativos necessarios para me serem enviadas, na manhã do 1.º de Abril de 1834, peças de artilheria e morteiros para um cerco; e marchei sobre Valença, no dia 30 de Março, com 700 homens, pouco mais ou menos. No primeiro dia, depois de uma marcha de cinco leguas por pessimos caminhos, bivacamos n'essa noite n'um pequeno bosque, e tendo apanhado um touro, foi este destribuido em *beafs* com uma garrafa de vinho a cada homem, não se tendo conseguido obter pão.»

E' muito curiosa a composição da força de que o Almirante dispunha, e que reuniu em massa n'aquella noite, animando os homens a que narrassem as suas aventuras, algumas das quaes eram deveras divertidas.

Como se pode suppor, encontrava-se na columna gente de toda a sorte de caracteres, bons e máos. Havia sapateiros, que tinham quebrado, alfaiates, mercadores de pannos e capellistas nas mesmas condições, ladrões de caça nas tapadas, amantes enganados, varios resuscitados, etc., etc. Muitos tinham-se alistado voluntariamente, mas varios tinham sido agarrados bebados e levados para bordo dos navios sem o seu consentimento. Não obstante todos se comportavam bem, tal era então a força de disciplina, e raros exemplos occorreram de roubarem ou maltratarem os habitantes das povoações, exemplos que em todo o caso eram sevéramente castigados.

Ao romper do dia seguinte continuou a marcha, apparecendo a fortaleza de Valença a perto de duas legoas de distancia na planicie inferior. As montanhas n'este ponto eram separadas por espaços despovoados de arvoredos, o que dava á força constitucional

opportunidade de parecer consideravelmente maior do que realmente era. Aqui se fez alto para descançar, e como o terreno por onde se tinha de passar era bem coberto de mattos, Napier esperava que fosse ali perturbada a sua marcha para a villa; tendo-se porem enganado, a columna do seu commando chegou ao alcance de bala da Fortaleza perto das duas horas. A marinha portugueza aquartelou-se n'uma aldeia á esquerda, a marinha ingleza estacionou no centro, e as milicias de Vianna á direita; os postos avançados chegavam mui perto das muralhas.

Apresentamos em seguida a descripção da praça feita pelo Almirante Napier.

«Valença é uma praça forte, unicamente accessivel pelo lado do poente, onde é tambem defendida por uma muito consideravel obra de fortificação exterior, totalmente independente da fortaleza, ainda que com ella se communica por uma ponte que atravessa o fosso. A fortaleza jaz construida a pouca distancia do Minho, sobre o qual está pendente; as muralhas são altas, e o terreno onde está situada, excepto da parte do poente, é quasi perpendicular, e cercado por um caminho coberto para a mosquetaria, por baixo da artilheria de que se achava bem guarnecida.

Fez-se uma intimação á praça no dia 31 de Março, de que foi portador um emigrado portuguez com a bandeira parlamentar; foi mal recebido pela guarnição, que dava freneticos vivas a D. Miguel. O parlamentario estimou bem poder voltar a salvo; tambem não teve resposta uma carta,[1] que o Almirante Napier mandou por um

[1] **Em frente de Valença, 31 de Março de 1834**

Senhor: Amanhã se me juntarão tropas hespanholas. Tenho uma esquadra em Caminha, e se vos não entregaes á vossa Legitima Soberana farei conduzir 100 peças de artilheria e cercarei a praça. Vos sereis então tratados como rebeldes.

No caso de vos entregardes com a vossa guarnição serão todos bem recebidos, e vos será permittido, ou servir a Rainha, ou tornar para vossas casas. Vos não podeis ser soccorridos, porque toda a Provincia está em poder das tro-

paisano. Sobre a tarde o inimigo fez um reconhecimento, perdendo os constitucionaes sete homens mortos e feridos. A intelligente resolução de Napier de mandar distribuir pelos seus soldados parte de um dinheiro que tinha sido apresado em Ponte de Lima, transformou por completo a situação dos sitiantes, que se viram de repente abastecidos por um bom e abundante mercado.

Tinham-se reiterado as ordens para a remessa de artilheria de sitio e tomaram-se todas as disposições para que as differentes forças sustentassem as suas posições a todo o transe, e procurassem auxiliar os seus proximos vizinhos.

Deu-se n'este dia a importante occorrencia do Governador ter mandado soltar os prisioneiros d'Estado o que indicava pouca abundancia de provisões; alguns d'aquelles desgraçados estavam soterradas em infectas masmorras havia mais de cinco annos!

Deixando de referir circumstancias que se foram dando, favoraveis umas, desfavoraveis outras, diremos que na tarde do dia 2 de Abril o Almirante recebeu o pedido[1] de não fazer tentativa alguma sobre a praça, até ao dia seguinte á noite, porque até essa hora a praça seria entregue ao Governo da Rainha, *ainda que o Governador continuasse na sua obstinada resistencia.*

---

pas da Rainha; por isso vos advirto de concorrer para pôr fim a esta horrivel guerra civil. Vossa guarnição é pequena, e bem disposta a favor da Rainha; e se eu me decidir a assaltar a praça vós não a podeis defender, e a vossa guarnição será passada pelas armas. Ao Governador de Valença.

Conde de S. Vicente.

[1] Ill.mo e Ex.mo Senhor — Rogo-vos Senhor, que não façaes tentativa alguma sobre a Praça até amanhã á noite; porque até esta hora ella será entregue ao Governo da Rainha, ainda que o Governador continue na sua obstinada resistencia.

Deus Guarde a V. Ex.ª

Valença, 2 de Abril de 1834.

(Assignada por mão do Major do Regimento de Milicias de Basto).

Francisco Antonio Calda.

Tendo Napier ido visitar o Governador de Tuy, o que era tambem uma visita de reconhecimento á praça de Valença, quando regressou ao seu acampamento, encontrou um Official, com bandeira parlamentar, propondo a rendição da praça.

A resposta do Almirante foi de poucas palavras: «Participae que dentro de 10 minutos marcharei para a esplanada, e ali receberei o Governador, e que serão inuteis quaesquer objecções a esta resolução.» Effectivamente Napier, pondo immediatamente as suas tropas em movimento, marchou para as muralhas, e como o Governador ali não estivesse, despachou-lhe um Ajudante de Campo a participar-lhe que esperava por elle, e exigindo a sua comparencia immediata, o que elle executou.

A's objecções do Governador com respeito a tanta pressa, e á conveniencia de demora para se fazer uma capitulação regular, o Almirante Napier, cuja situação se tornaria bastante critica se o Governador mudasse de opinião, visto achar-se com os seus exposto ao fogo da praça, respondeu em termos cathegoricos, dando-lhe a escolher: ou que consentisse que elle marchasse com elle Governador para dentro da Villa, ou que se retirasse e n'este caso tornaria elle Napier a occupar as suas ultimas posições. Tendo o Governador consentido a final na proposta do Almirante, marcharam os dois para dentro da villa, e meia hora depois Napier, e as forças do seu commando, estavam perfeitamente installados dentro da praça de Valença.

Na manhã seguinte formou a guarnição da praça em armas, e

RESPOSTA DO ALMIRANTE

Em frente de Valença, 2 de Abril de 1834

Senhor: Eu vos conheço como hum amigo da Causa da Rainha. He-me penoso derramar sangue portuguez, mas estou determinado a tomar a Praça. Receberei 50 peças amanhã, e então não admittirei capitulação. Agora estou prompto para tratar.

Conde de S. Vicente.

como, nos termos da Convenção, se lhe desse a escolher: ou entrar ao serviço da Rainha, ou voltar para suas casas, preferiram esta ultima proposta, depozeram as armas e marcharam socegadamente para fóra da villa. O mesmo fizeram os officiaes. A guarnição de Valença consistia em quatrocentos a quinhentos homens.

Offerecemos ainda á consideração do leitor os dois documentos seguintes; que se encontram a pag. 204 do Livro referido — *Guerra de Successão em Portugal*.

Condições para a entrega de Valença, feitas pelo Governador[1]

Senhor: Se eu acceitar as condições de V. Ex.ª vós devereis garantir a vida e propriedade da guarnição e habitantes; e permittir-lhes ou servir a Rainha, ou tornar a suas casas, com a condição de não tomarem armas contra a Legitima Soberana a Rainha de Portugal; e assegurar-nos que ninguem será perseguido pelas suas opiniões politicas.

Assignado o Governador de Valença 3 de Abril de 1834.

RESPOSTA:

Senhor: Se entregardes a Praça, eu vos afianço a vida e a propriedade da guarnição e dos habitantes. As tropas poderão, ou entrar no serviço da Rainha ou tornar a suas casas. Nenhuma pessoa será perseguida por suas opiniões politicas.

Ao Governador de Valença.

Cabo de S. Vicente.

Permitta-se-nos agora apresentar as conclusões a que chega o proprio Almirante Napier.

---

[1] O Brigadeiro João Joaquim Pereira da Silva.

Valença é uma praça de grande força, capaz de montar alguns centenares de peças de artilheria; setenta estavam em bateria quando tomei posse e mais se estavam arranjando; a guarnição era bastante para a sua defesa contra a minha pequena força, e, se tivesse sido bem conduzida, ter-me-hia dado muito que fazer; não havia porem energia alguma entre os homens que compunham a guarnição, os quaes pareciam estupefactos com os progressos que tinhamos feito, e estavam possuidos do maior medo de serem levados de assalto por marinheiros e soldados de marinha.

Justo é porem observar, que no seu officio de 4 de Abril de 1834, dirigido ao Sr. Francisco Simões Margiochi, o Almirante Napier offerece esta importante consideração:

«Tambem preciso observar que o Governador não poderia defender a praça, porque lhe seria muito difficil abastecel-a de provisões; posto que nos devia custar muitas fadigas o evitar o abastecimento d'ella.»

Quando foi da Junta do Porto, em 1847, deu-se na praça de Valença uma occorrencia digna de menção. O distincto engenheiro e habil militar, José Victorino Damazio, cuja memoria os seus discipulos guardam com grande admiração, tendo sido mandado pela Junta do Porto tomar a praça de Valença, occupada por tropas governamentaes, dirigiu-se á praça, a que poz cerco, construindo algumas trincheiras em volta das muralhas. A guarnição da praça não só era diminuta em força, mas estava desprovenida de mantimentos e prestes a render-se, quando duas brigadas castelhanas pertencentes á divisão do General Concha, cujo auxilio tinha sido reclamado pelo governo do Conde de Thomar, atravessaram o rio Minho e vieram em soccorro da praça de Valença.

Os sitiados offereceram a sua artilheria para facilitar pela destruição das posições dos sitiantes, a acção da brigada hespanhola; tendo porem esta recusado o offerecimento como desnecessario, e tendo saido da praça levando as armas em mão direita (incommoda posição outr'ora usada), como em passeio militar, manifestação que os hespanhoes julgaram sufficiente para que as forças da Junta se

entregassem, ao chegar a tiro de pistola das forças do commando de José Victorino Damasio, á voz de fogo d'este, os hespanhoes, surprehendidos pelo rude e inesperado ataque, fugiram para dentro das muralhas, deixando no campo muitos mortos e feridos.

Então a artilheria derrubou aos sitiantes os seus fracos intrincheiramentos e obrigou-os a retirar.

O combate, que acabamos de descrever, realisou-se a 3 de Junho de 1847, dia de *Corpus Christi;* o cerco tinha começado a 1 de Maio.

El-Rei D. Diniz, querendo proteger a nossa raia da ribeira Minho, mandou edificar um pequeno castello, cujos vestigios ainda se notam nas portas da Garciarra; depois no seculo XV, accrescentado com uma cortina para defesa da casaria, como vemos no Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas; foi todavia no tempo de D. João IV, que se reformaram todas estas antigas fortificações, que em seguida D. Pedro II completou com obras exteriores que lhe asseguraram melhor defesa.

A praça de Valença reputada, até ha pouco, uma das melhores de Portugal, e portanto classificada de 1.ª ordem, assenta n'uma eminencia contigua ao rio Minho, descobrindo o valle para todos os lados, e dominando com a sua artilheria a fronteira cidade de Tuy, os vaus do rio e a vasta campina circumjacente.

Comprehendem as fortificações dois corpos independentes: a antiga praça e villa, e a obra Corôada, com que se cobriu no principio do seculo XVIII o outeiro adjacente da parte de Christello; consta a dita praça de 7 baluartes, e a Corôada de 3 baluartes e dois meios baluartes, regulando a altura das cortinas de 6 a 14 metros.

Ambos os corpos são rodeados de falsas bragas, caminhos cobertos, e fundos fossos em toda a volta; alem de que cada porta está defendida pelo seu revelim.

O paiol e quarteis ficam na Corôada, que é a praça d'armas; servem esta duas portas: a da Corôada ao S. O., e a do Meio, que liga as duas fortalezas; e na praça abrem-se: a *porta da Fonte* ao

norte; a *porta da Gaviarra* ao N. E., que dá facil accesso á Ponte internacional; e a *porta do Sol* ao Sul, e por onde se desce para a Fonte Nova, fóra da praça. Logo abaixo no cruzamento das estradas fizeram um lindo jardim; um pouco adiante encontra-se a Estação do Caminho de ferro, ampla e elegante, aberta em 1885; para este pittoresco sitio se vae alargando a povoação, construindo-se bellos edificios e bons hoteis, na rotunda e margens da avenida da Estação, e margens da estrada de Caminha a Monção.

A praça fica hoje dominada pelo proximo monte do Faro, que fornece a melhor agua da Villa; a sua guarnição consiste n'um grupo de metralhadoras, e n'um batalhão d'Infanteria n.º 3.

Dentro da Villa, alem da velha egreja matriz, parochial de Santa Maria dos Anjos, levantada em 1276, ha outra maior chamada de Santo Estevão, de 1378, e reedificada em 1792, onde no tempo de D. João I se estabeleceu a insigne Collegiada, extinta em 1890, e cuja origem é a seguinte:

Levantado o schisma de Avinhão, alguns Conegos da Sé de Tuy, não querendo obedecer ao ante-Papa, fugiram para Valença, onde com licença de D. João I formaram um *capitulo*, em 1392, na egreja de Santo Estevão, permittindo-lhes gosarem as rendas de todas as egrejas da Comarca d'Entre Minho e Lima, que pertenciam até ali ao Prelado Tudense. A bulla de 14 de Julho de 1444, desmembrou definitivamente de Tuy e de Badajoz as comarcas de Valença e Olivença, annexando-as á diocese de Ceuta. Assim o sabio D. Justo Balduino veiu viver para Valença, e ali se conserva a sua cadeira episcopal, semelhante á que se vê no Tomo II d'esta obra. O seu desenho vê-se no *Minho Pittoresco*, do Dr. José Augusto Vieira, Vol. II, pag. 109.

O Papa Xisto IV, reconhecendo a difficuldade da administração de tão distantes comarcas da Egreja Septense, auctorisou a troca feita entre os Primazes de Africa e de Braga, realisada em 1512, sendo afinal confirmada por bulla de Leão X, datada de 25 de Julho de 1513, que encorporou o territorio d'Entre Lima e Minho na Sé Bracarense.

Ainda hoje se mostra no largo do Visconde de Guaratiba a casa onde funccionou a 3.ª Casa da moeda, que houve em Portugal, a que se refére a Chronica de el-Rei D. Fernando no Cap. LVII. — A 1.ª e 2.ª foram respectivamente em Lisboa e Porto.

O brasão d'armas da Villa compõe-se do escudo das quinas, orlado de azul, tendo em chefe duas meias luas de prata, e no pé duas estrellas de cinco pontas tambem de prata; e por timbre um coronel de marquez.

A ponte internacional entre Valença e Tuy mede 300 metros de comprimento; tem dois taboleiros sobrepostos, formados de cinco tramos de ferro, assentes em quatro pegões de cantaria, e dois encontros com avenidas para o taboleiro inferior, do serviço de carros e passeios lateraes para peões; na superior corre a linha ferrea. Sahiu da casa belga *Societé de Braide-le-Conte*, sendo inaugurada em 1885.

N'este anno de 1913 está concluida a linha ferrea até Lapella; mas até agora, Abril, ainda não foi aberta á circulação, faltando apenas 8 km. para chegar á Villa de Monção, e estando n'este troço muito adiantados os trabalhos.

Folha n.º 3-c (Vianna do Castello)

A folha 3-c (Vianna do Castello) da Carta de Portugal, publicada pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topograficos, na escala de 1/50000 e a cinco côres, tem as seguintes coordenadas geographicas approximadas, 41º 39′ a 41º 50′ de latitude norte e 0º 15′ a 0º 37′ de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge. Está incluida na folha n.º 4 da Carta chorographica, publicada a preto, na escala de 1/100000 e que tinha sido levantada nos annos de 1868 e 1869 pelos officiaes do exercito, Antonio José Perry, Emilio Vidigal Salgado e Fernando Rodrigo do Rego. A rectificação e ampliação foi feita em pranchetas de campo em 1902 pelo Tenente-coronel do Serviço d'Estado Maior Albino Evaristo do Valle Souto.

A folha 3-c comprehende parte dos concelhos de Vianna do Castello, Caminha, Arcos de Valle de Vez e Ponte de Lima, pertencentes ao districto de Vianna do Castello, e parte do concelho de Villa Verde, do districto de Braga.

Encontram-se na sua area: do concelho de Vianna do Castello, as freguezias de Montaria (S. Lourenço), Affife, Soutello, Villar de Murteda, Meixedo, Carreço, Outeiro, Nogueira, Arcosa, Perre, Cardiellos, Torre (S. Salvador), Portuzello (Santa Martha), Meadella

Vianna do Castello (Santa Maria Maior), Moreira de Geraz do Lima, Deão, Geraz do Lima (Santa Leocadia), Geraz do Lima (Santa Maria), Portella Suzã, Sub-Portella, Villa Franca, Darque, Mazarefes, Villa Fria, Villa Punhe, Mujães, Lanhezes e Villa Mou.

Do concelho de Caminha encontram-se as freguezias seguintes: Gontinhães, Ancora, Riba de Ancora, Gondar, Orbacem e Deo Christe.

Do concelho de Ponte de Lima as freguezias de: Cepões, Calheiros, Brandara, Arcozello, Estorãos, Moreira, Refoios do Lima, Gemieira, Ribeira (S. João), Ponte de Lima (Santa Maria dos Anjos), Arca, Bertiandos, Santa Comba, Feitosa, Serdedello, Correlhã, Victorino das Donas, Seára, Rebordões (Santa Maria), Rebordões (S. Salvador do Souto), Queijada, Fojo Lobal, Annaes (Santa Marinha), Cabaços, Victorino dos Piães, Friastellas, Sá, Calvello, Matto (S. Lourenço), Freixo (S. Julião), Gaifar, Poiares e Fontão.

Do concelho de Arcos de Valle-de-Vez nenhuma séde de freguezia está representada.

Do concelho de Villa Verde encontram-se as freguezia de Arcozello e Marrancos.

Caminhos de ferro

Percorre esta região do lado oeste a linha ferrea da Companhia dos Caminhos de ferro de Minho e Douro. Esta linha que entra na folha ao S. da freguezia de Villa de Punhe, dirige-se para Vianna do Castello, seguindo depois para N. proximo da linha de costa, encontram-se no seu percurso do S. para N. as estações de Darque, Vianna, Montedôr, Affife e Ancora.

Estradas

E. N. n.º 2 — Parte da E. N. n.º 4 perto do logar de Cara e dirige-se S. E., passando proximo da freguezia de Villa de Punhe e pelo logar de Outrello.

E. N. n.º 4 — Entra ao S. perto do logar de S. Sebastião, passa pela freguezia de Darque, atravessa o rio Lima e Vianna do Castello e segue para N. sensivelmente paralella á linha de Costa.

E. N. n.º 25 — Parte de Vianna do Castello para N. E. seguindo paralellamente á margem direita do rio Lima até á ponte da E. N. n.º 30, em Ponte de Lima, onde se afasta da margem, indo passar pela freguezia de Refoios de Lima. Esta estrada liga Vianna do Castello com as freguezias de: Portuzello, Cardiellos, Villa Mou, Lanhezes, Bertiandos e Santa Comba.

E. N. n.º 30 (Ramal) — Parte a E. N. n.º 4 na freguezia de Darque e segue proximo á margem esquerda de Rio Lima até entroncar na E. N. n.º 30 ao N. da freguezia de Seara.

E. N. n.º 30 — Entra na folha ao S. proximo da freguezia de Poiares dirige-se para Ponte de Lima, atravessa o rio Lima e segue para N. até proximo do logar de Felgueiros.

E. N. n.º 27 — Parte de Ponte de Lima e toma a direcção S. E. passando pela freguezia de Queijada.

E. N. n.º 27 (Ramal) — Parte da E. N. n.º 27 ao N. da freguezia de Feitosa e dirige-se para S., atravessa o rio Queijaes, passa pelas freguezias de Rebordões (Santa Martha), Cabaços, Friastellas e Freixo (S. Julião) entroncando na E. D. n.º 25, no logar de Gavenha.

E. D. n.º 2 — Parte da E. N. n.º 4 no logar de Lagarteira, freguezia de Goutinhães, segue sensivelmente paralella á margem direita do rio Ancora até ao logar de Ponte de Tourim onde o atravessa, seguindo depois para S. E. passa pela freguezia de Murteda e termina na de Meixedo.

E. D. n.º 3 — Parte da E. N. 25 na freguezia de Meadella e dirige-se para N. até ao logar de Madorra.

E. D. n.º 5 — Entra a E. no logar de Lagoira, atravessa a E. N. n.º 27 e dirige-se para S. O. passando pela freguezia de Matto (S. Lourenço).

E. D. n.º 9 — Parte junto á ponte sobre o rio Lima em Ponte de Lima e dirige-se para N. seguindo a margem esquerda do rio Labruja.

E. M. — Parte da E. N. n.º 2 ao S. da freguezia de Mujães, passa proximo das freguezias de Portella Surã, Deo Christo, Geraz do Lima (Santa Maria) e (Santa Leocadia) terminando junto do logar de Bôa Vista.

E. M. — Parte da E. N. n.º 25 na freguezia de S. Salvador e dirige-se para N. n'uma extensão approximada de 4 kilometros.

E. M. — Parte da E. N. n.º 25 perto de Portella e dirige-se para N. até á freguezia de Calheiros.

E. M. — Parte da E. N. n.º 25 ao S. das freguezias de Bertiandos e Santa Comba, passa entre estas duas freguezias e pela de Sá, terminando na de Estorãos.

E. M. — Parte de Vianna do Castello e dirige-se depois de varias curvas, para a capella de Santa Luiza, situada n'um monte ao N. de Vianna do Castello.

Hydrographia

Das numerosas linhas de agua que correm n'esta região as principaes são:

Rio Lima — Entra na folha a E. e corre no sentido S. O. indo desaguar no Oceano proximo da cidade de Vianna do Castello. Tem este rio duas pontes, uma em Ponte de Lima e outra perto da cidade.

Rio Labruja — Affluente do rio Lima na margem direita, vae desaguar n'este rio perto da ponte em Ponte de Lima.

Rio Asturãos ou Esturãos — Nasce na serra da Labruja, corre ao S. e passa pela freguezia de Esturãos onde tem uma ponte indo desaguar no rio Lima, depois de atravessar a E. N. n.º 25.

Rio Queijaes — Affluente do rio Lima na margem esquerda, nasce na serra de Oural pela parte S. O. da freguezia de Queijada, corre na direcção N. O. indo desaguar no rio Lima a 1500 metros da Villa de Ponte de Lima.

Rio Ancora — Nasce na serra de Arga, corre a O. passa entre as freguezias de Ancora e Goutinhães, atravessa a E. N. n.º 4 sob uma bella ponte de cantaria e entra no Oceano ao S. do logar de Lagarteira.

Ribeira de Affife — Nasce na serra de Affife, corre a O. atravessa a E. N. n.º 4 sob uma bella ponte de alvenaria e entra no Oceano a 4 kilometros a S. da foz do Ancora.

Ribeira d'Areosa — Nasce na serra de Santa Luiza, corre a O. e entra no Oceano uma legua ao N. da foz do Lima.

Orographia

A região d'esta folha é bastante accidentada, vendo-se bem marcado o valle por onde corre o rio Lima e que devide esta região em duas partes a do N. formada pelas serras: Da Labruja situada a 2 kilometros a N. N. O. da villa de Ponte de Lima e entre os rios da Lubruja e Esturãos, com a altitude de 520 metros, comprehende esta serra a de Formigoso a O. da freguezia de Arcozello com 431 metros de altitude e a de Santa Ovia ao S. da antecedente, e onde está situada a capella de Santo Ovidio como ponto geodesico e cuja cota é de 251 metros de altitude.

Serra de Arga, encontra-se parte d'esta serra a N. N. E. da freguezia de Montaria (S. Lourenço) na direcção N. O. S. E. vendo-se as cotas de 816, 785 e 731 metros de altitude; a esta serra davam os romanos o nome de Monte Medullio.

Serra de Santa Luzia situada ao N. da cidade de Vianna do Castello na direcção N. S. tendo no ponto mais elevado a pyramide geodesica da 1.ª ordem denominada Santa Luzia, com a cota de 552 metros de altitude.

Serra de Affife, dão este nome á parte da Serra de Santa Luzia que fica proxima e sobranceira á freguezia de Affife. Chamavam tambem a esta serra, Serra das Cabanas, por ter ali sido construido o convento de S. João das Cabanas.

Serra de Perre situada a E. das freguezias de Outeiros e Perre, na direcção N. O. S. E. tendo no seu cume a pyramide geodesica denominada Aguieira com a cota de 473 metros de altitude.

Na parte S. encontram-se as seguintes serras:

A S. E. da Villa de Ponte de Lima veem-se alguns cabeços com as cotas de 563, 487 e 256 metros de altitude, que fazem parte da serra de Oural ou da Boalhosa. A serra da Nora situada ao S. da villa de Ponte de Lima e entre a E. N. n.º 27 e o ramal da E. N. n.º 30 na direcção N. S. tendo no ponto mais elevado a pyramide geodesica Giestal com a cota de 577 metros.

Serra de Padella situada entre as freguezias de Piães e Portella Surã na direcção E. N. E. a O. S. O. com as cotas de 568 a 486 metros de altitude.

Povoações principaes

Vianna do Castello, Ponte de Lima, Affife, Lanhezes e Ancora.

Vianna do Castello

A provincia do Minho é sem duvida a mais naturalmente bella de Portugal, e as margens do Lima veem de muito sendo reputadas como formosissimas.

O viajante quer siga a estrada de Barcellos a Vianna, quer percorra no comboio pela linha de Nine a Valença, ao avistar da margem esquerda esta linda cidade, sente uma impressão de tão surprehendente encanto, que lhe fica para sempre gravada na memoria.

Vianna assenta na margem direita do Lima, e quasi na sua fóz. Abrigam-n'a do lado do Norte a serra de Santa Luzia, cujas encostas apparecem revestidas de pinhaes; pelo Sul o monte do Faro d'Anha, coberto de areias, e rodeiado de dunas; é o ultimo contraforte do Oural que vem morrer no Oceano, e tambem revestido de vegetação frondente; no largo valle estende-se uma extensa planicie, admiravelmente cultivada.

O rio Lima nasce na Galliza, na lagoa Antela, de pequena profundidade, cujas aguas estagnadas prejudicam os povos circumvisinhos; os hespanhoes chamam a esta região *alla Limia;* a esta bacia affluem as aguas da vertente occidental da serra de S. Mamede. O seu curso é de 115 km., dos quaes 65 em Portugal; o valle portuguez é formado pelas projecções da serra do Gerez denominadas da Amarella, a ramificação do Oural, Armada e Padella, pelo Sul; e serra da Penêda, Corno do Bico e Arga pelo Norte.

O seu leito na Galliza é chão e largo, estreitando ao entrar em Portugal, correndo sobre fragas até pouco acima da Ponte da Barca; depois attinge uma largura de 2 a 4 km., com ferteis veigas marginaes.

Recebe no territorio de Orense dois importantes rios, o de Guizo, perto do antigo *Forum Limicorum*, e o *Salas;* defronte de Lindoso recebe Ollelas ou rio de Castro Laboreiro, e o Magdalena ou Cabril, que serve de raia; o rio Vez, que atravessa o concelho a que dá o nome, vem lançar-se-lhe abaixo da Ponte da Barca, e quasi em frente do Vade, que desce das serranias da Nobrega; os demais são ribeiros de pouca importancia.

O Lima é navegavel de verão, até ao Carregadouro, na freguezia de S. Paio de Jolda, onde tem caes; no inverno as barcas chegam á Ponte da Barca.

A fundação de Vianna data do reinado de D. Affonso III, que escolheu o sitio onde se deveriam levantar os muros da nova Villa, junto á passagem do Lima, a 500 metros acima da foz d'este rio, no logar do *Atrio*, que no tempo de D. Sancho I se desmembrara da freguezia de Santa Maria da Vinha, hoje Areosa. E porque o Conde de Bolonha reconheceu a importancia do porto, tornou logo a Villa cabeça de concelho, com o termo d'entre Lima e os ribeiros d'Ancora e Pôdre, assignando o foral em Guimarães, em junho de 1258.

Veiu porem a saber que a antiga Villa da Vinha, onde estava Vianna, pertencia ao Bispo de Tuy; teve pois de a obter do Prelado gallego, trocando-a quatro annos depois por outros logares.

Houve assim necessidade de ratificar o primeiro foral, começando então a obra das muralhas, que só se concluiram em 1374.

Prosperou a povoação devido á affluencia de mareantes e pescadores, os quaes estendiam o commercio da Villa, já então fortificada, para os portos do Mediterraneo e do Mar do Norte, e iam pescar ás costas da Grã Bretanha.

Ousou Vianna resistir ás hostes do Mestre d'Aviz, conseguindo todavia honrosa capitulação do Condestavel Nun'Alvares Pereira, em 1385.

D. João I poz alfandega em Vianna, e para ancoradouro de navios de maior lotação mandou construir um caes no Cabedello. Foi el-Rei D. Manuel que mandou levantar a torre da *Roquêta* para guardar a barra dos ataques dos corsarios.

De genio aventureiro e eximios marinheiros, não podiam os Viannezes ficar alheios ás empresas africanas e descobertas d'alem mar; assim tomaram parte activa nas expedições aos Açôres, Congo, Terra Nova do Bacalhau e costa do Labrador.

As conquistas e navegações trouxeram prosperidades, e a colonisação da America meridional riquezas; em breve os cavalleiros do termo de Vianna e de todo o paiz buscaram alliar-se com as filhas dos mareantes da foz do Lima, originando importantes morgadios, e ainda hoje attestam a antiga prosapia os numerosos brasões,

que ornamentam as fachadas das casas da cidade, e encimam os portaes das quintas de todas as ribeiras do Lima e Minho.

Abertas compridas ruas para a expansão da Villa, no tempo de D. João III, logo n'ellas appareceram predios commodos com quintaes e logradouros.

Como a primitiva egreja do Salvador do Atrio, hoje das Almas, ficasse fóra dos muros da Villa, ergueram os Viannenses novo e amplo templo na praça principal, que foi terminado no seculo XV; n'esta Matriz fizeram capellas vinculares as nobres familias dos Fagundes, Velhos, Rochas, Brandões, Alvins Pintos, Villas bôas, Casados, Bôttos, Marinhos, Abreus Pereiras, de Lanhezes, etc., e quando, no tempo dos Filippes, se erigiu nova parochia no bairro occidental, estabelecida primeiro na egreja de Monserrate, e por ultimo na de S. Domingos, ahi tambem tiveram capellas os Caminhas Regos, Jacomes do Lago, Tavoras, Rochas Parizes, Sás Sottomayores, Salgados, etc.

Os velhos cenobios medievaes de S. Salvador da Torre, S. Claudio, Cabanas, S. Romão de Neiva e Carvoeiro, cahindo em poder dos commendatarios, passaram a constituir commendas, que premiaram os serviços ultramarinos.

Nos seculos XVI e XVII novos conventos se acoitaram em volta da prospera Villa; em 1510 o mosteiro de Sant'Anna fundado pela Camara para Donas; este edificio, reedificado em 1905, serve de Hospital da Caridade para velhos e entrevados; é modelar no seu genero, merecendo particular visita ao viajante. Quizeram tambem os negociantes ter mosteiro seu para as filhas, lançando-lhe alicerces em 1545, junto ao rio Lima; os Carmelitas edificaram casa em 1610; os Capuchos em 1612; os Cruzios sumptuosa vivenda em 1630; os Dominicos, em 1566, o amplo predio onde hoje se acham as repartições publicas; ainda em 1778 as Ursulinas fundaram em Vianna um Collegio de educação, afamado em toda a provincia, e extincto em 1884.

Na epoca referida, o porto de Vianna tornou-se um emporio, ll, indo mercadores de diversas regiões e navios de todas as na

cionalidades entravam na foz do Lima; attestam-o os livros aduaneiros e as escripturas d'aquelles tempos, e refére-o na sua classica e bella prosa, Frei Luiz de Sousa, na *Vida do Arcebispo.*

Foi principalmente para a America que a gente viannense se dirigiu, colonisando vastas regiões, e adquirindo pelo commercio e industria grandes cabedaes, com os quaes, voltando á patria, não só resgataram os bens paternos, como instituiram casas apalaçadas com vistosas capellas.

Esta predilecção pelas Terras de Santa Cruz ainda hoje em dia dura, e rara é a familia que não tenha parentes na America.

Mas, as continuas guerras com a Hespanha, depois as invasões francezas, a independencia do Brazil e o assoreamento da barra, pozeram termo a tanta grandeza, causando a rapida decadencia de Vianna.

Ha trinta annos a esta parte com a construcção do caes da Bugio, da doca e alinhamento dos caes marginaes, desde as Azenhas até adiante do fortim e o dique de Cabedello sobre o banco da Fornadas, a barra limpou um pouco, entrando vapores que demandam 13 pés de agua, com aguas medias.

A barra forma tres canaes, tendo maior profundidade o que abre ao Sul, levando nas praiamares vivas 16 pés de agua, e nas mortas 11 a 13; da ponta do Norte sahe uma restinga de pedras, abrindo duas estreitas passagens chamadas *portas* —: barra nova e barra do meio.

O estabelecimento do porto no fortim é ás 2 horas e 25 minutos. Latitude 41° 41′. Longitude do Meridiano do Castello de S. Jorge 0ᵐ 17ˢ 25″.

O pharol, estabelecido na plataforma N. O. do Castello, tem a luz branca fixa, alcançando apenas 11 milhas; detraz da Egreja da Senhora d'Agonia ha um pharolim de luz vermelha, de 7 milhas de raio, servindo para indicar a barra grande aos barcos de pesca.

A notavel Villa de Vianna, por decreto de 20 de Janeiro de 1848, foi elevada a cidade com o titulo de Vianna do Castello, como

galardão da defesa do Castello da Barra, em 1846 e 1847, a favor da Rainha D. Maria II.

Na cidade destacam-se varios edificios, como a casa medieval dos Velhos, a de Miguel de Vasconcellos, junto áquella, e esta defronte da egreja Matriz, que tambem meréce particular exame; os Paços do Concelho e o chafariz fronteiro; as varandas da Misericordia; a janella manuelina da rua de S. Pedro; a egreja de S. Domingos, fundação e jazigo do famoso Arcebispo D. Frei Bartholomeu dos Martyres, e em cuja capella-mór se guardam as epicas bandeiras do Regimento de Infantaria n.º 9, que fizeram toda a Campanha peninsular; a linda capella de Nossa Senhora d'Agonia, onde jaz o bravo General Luiz do Rego Barreto, que commandou aquelle Regimento.

A estação do Caminho de ferro attrahe a vista do viajante, sendo certamente a mais elegante do norte do paiz; os palacios dos Viscondes da Carreira e dos Malheiros Reymões, o da Escola Industrial e Correio, outr'ora do 1.º Visconde de Geraz de Lima; a antiga casa do Lyceu, dos Cunhas Sottomayores; a dos Barbosas Macias, no largo de S. Domingos; a dos Figueiredos da Guerra, depois Collegio de Monserrrate, etc., embellezam as ruas de Vianna. Tem um bom theatro.

A ponte da linha ferrea compõe-se de dois taboleiros metalicos, sobre 9 pegões, medindo 563 metros de comprimento, e tendo 6 de largura; a sua altura acima do zéro hydrographico é de $9^{m},62$; o taboleiro superior, com passeios lateraes, serve para carros e peões, tendo dois viaductos d'accesso com 83 metros cada um. Foi feita em 1878 pela casa Eiffel, de Paris, e custou 323 contos de réis.

A velha ponte de madeira de 1819 cahiu em 1879.

A guarnição militar compõe-se de dois Regimentos: artilharia n.º 5 (com uma bateria na Serra do Pilar), aquartellado no Castello de Sant'Iago da Barra, fundado por D. Filippe II, e ampliado em 1650 e 1700; e infantaria n.º 3, com um Batalhão em Valença, possuindo um bom quartel, mandado fazer pelo General David Calder, em 1799, quando Governador das Armas d'esta Provincia.

A fortalesa da Barra de plano pentagonal, com dois revelins contra a terra, está bem conservada; no seu angulo de S. E. levanta-se a velha torre da Roquêta.

Vianna é uma das mais encantadoras cidades de Portugal, com um formoso passeio ao longo do extenso caes de cantaria, desde o Castello á ponte de ferro, com quarteirões ajardinados.

A visita á Santa Luzia constitue digressão obrigatoria a quem venha á foz do Lima; a entrada em lacêtes offeréce variados panoramas, sendo surprehendente a vista que se gosa do adro da capella, que tem a cota de 194 metros; para o nascente vê-se o valle do Lima até Santa Martha, no sopé do monte de S. Silvestre, na margem direita; e na opposta, as aldeias de Darque, Masarêfe, Villa Franca, Deão e Deuchristi; para o Norte a plana e fertil varzea de Areosa e Carrêço, onde sobre o morro de Montedôr se ergue o pharol d'este nome, construido em 1910; o seu apparelho illuminante de 3.ª ordem, tem luz branca com rotação, dando grupos de tres clarões de 10 em 10 segundos; alcança 26 milhas em tempo claro.

A torre d'este pharol é de secção quadrada e mede 22 metros de altura, como o fóco a $102^{m},37$ acima do nivel do mar; cruza com o pharol das ilhas Cias, na entrada da ria de Vigo, e com o projectado na barra do rio Douro, no Porto.

Mas mais phantastico é o aspecto do Oceano, que se descobre n'uma immensa curva, e como em grandioso amphitheatro, até á distante linha do horisonte; barcas de pesca, navios costeiros e vapores, animam este quadro, limitado á esquerda pela costa areienta, que se desenha até Espozende, defronte dos terriveis cachopos *Carallos de Fão*.

Detraz da ermida de Santa Luzia vêmos um grande edificio, de dois andares, mandado construir ha meia duzia de annos, pelo benemerito viannense, o fallecido moageiro Domingos José de Moraes, e destinado para hotel d'esta instancia.

Mais acima, no platô da montanha, apparecem n'uma larga

área ruinas de pequenas casas circulares, protegidas por uma muralha, de que restam varios alicerces.

Possidonio da Silva, o venerando fundador da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, de Lisboa, conseguiu verba para explorar, em 1876, esta estação pre-romana; mas, pondo a descoberto algumas casas, não obteve resultado, contestando todavia a sobreposição de civilisações, e averiguando-se que fôra abandonada no seculo IV ou V da era christã.

No entender do muito erudito Sr. Dr. Luiz de Figueiredo da Guerra, a quem, alem de muitas outras informações sobre o Minho, devemos esta por varios titulos, importante noticia de Vianna, não corresponde de modo algum esta *Cividade* (que encontra muitas outras semelhantes por todas as elevações da ribeira Lima e costa maritima) á antiga e episcopal *Britonia*, que os sabios archeologos hespanhoes localisam na alta Galliza, em Mondanhêdo.

E accrescenta: «A aventurarmos um nome, diriamos ser a velha *Vianna*, cujo appelido corrupto em Vinha voltou a ser dado á nova povoação affonsina da foz do lendario Lethes, o *Limia* do *Itenerario de Antonino*, tão cantado pela mavioso poeta Diogo Bernardes.

Ponte de Lima

A' distancia de 23 kilometros de Vianna do Castello, e na margem esquerda do Lima, de que tomou o nome, jaz a villa de Ponte de Lima, que pela sua situacão é uma das mais encantadoras povoações do paiz.

Divaga o P.e Carvalho da Costa na *Corografia Portugueza* sobre a vinda dos Celtas e Gregos á ribeira Lima, e sobre a situação do «*Forum Limicorum*», em Ponte de Lima; ora hoje está averiguado pelos archeologos, que aquella estação romana ficava em Ginzo, nas nascentes d'este rio na Galliza. O *Itenerario de Antonino* designava por «*Limia*», a mansão da ponte de pedra so-

bre o rio Lima, parte da qual ainda hoje existe, e sobre ella passava — a via militar de Braga a Astorga.

Nos diplomas dos seculos IX, X e XI, achamos, diz o illustre archeologo, Sr. Dr. Figueiredo da Guerra, especiaes referencias *ao logar da Ponte*, a que a Rainha D. Theresa deu foral em 1125, chamando-lhe villa e concedendo-lhe muitos privilegios. N'este foral chama-se á localidade *Loco Ponte*, e as confrontações d'ella condizem com as de Ponte de Lima, o que leva a crer que esta villa sempre presistiu aqui na margem esquerda, e corresponde nos traços geraes á actual povoação.

Apesar d'este foral, que foi confirmado e accrescentado com mais regalias por D. Affonso II, e não obstante as suas condições excepcionalmente favoraveis, a villa foi-se despovoando e cahiu em tamanha ruina, que ficou reduzida a algumas palhoças.

Acudiu-lhe então D. Pedro I, resolvendo restaural-a, mas determinando que se mudasse do sitio em que se achava, e que era abaixo do Convento de S. Francisco, para aquelle em que actualmente se encontra.

No seu plano de restauração o Rei mandou abrir ruas e construir casas, cercando a villa de muralhas com torres ameiadas e barbacans. Nas muralhas havia cinco portas: a do *Souto*, com uma capella de S. Benedicto; a do *Postigo*; a da *Ponte*, com uma capella da Senhora do Rozario; a de *S. João*, com uma capella d'este Santo; e a de *Braga*, que tomou mais tarde o nome de *porta do palacio dos Viscondes*, solar da muito illustre familia dos Limas. Estes viscondes eram os de Villa Nova da Cerveira, elevados a esta dignidade por el-Rei D. Affonso V, em 1476, e em favor de D. Leonel de Lima. A Rainha D. Maria I, em 1790, honrou os Viscondes de Villa Nova da Cerveira com o titulo de Marquezes de Ponte de Lima, na pessoa de D. Thomaz Xavier de Lima, seu ministro dos negocios do Reino.

D. Pedro I, para favorecer o desenvolvimento e prosperidade de Ponte de Lima, attraindo-lhe moradores, alem dos citados e

muito grandes melhoramentos com que a dotou, mandou ainda reedificar uma bella ponte de pedra, que a ligava á outra margem. Esta ponte era defendida por duas fortes torres, e tão solidamente construidas, que só deixaram de existir de 1857 para 1858, por terem sido então mandadas apear pela Camara Municipal, para tornar mais ampla a passagem da ponte! (*Encyclopedia Portugueza Illustrada*).

A primeira pedra das muralhas e das torres foi lançada a 3 de Julho de 1351, como consta de uma lapide, com inscripção em letra gothica, que se vê n'um amparo da ponte.

Das antigas fortificações apenas restam ruinas.

O vetusto palacio dos Viscondes de Villa Nova da Cerveira é hoje propriedade de um particular.

A historia da ponte sobre o Lima, venerando monumento que, segundo alguns escriptores, foi em toda a sua extensão originariamente obra dos romanos, vem largamente tratada na *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, para a qual tomamos a liberdade de remetter o leitor, e de que extractamos as interessantes noticias seguintes:

A construcção ou reconstrucção que D. Pedro I mandou fazer n'esta ponte, durou cerca de 150 annos, visto que o seu estado exigia reparações, em 1510, que foram mandadas fazer por el-Rei D. Manuel.

Das duas torres vandalicamente derruidas de 1857 para 1858, a da extremidade Sul dava entrada para a villa sob um robusto arco de cantaria; a do Norte ficava a dois terços da ponte, e d'ella para as primeiras casas do Arrabalde passava-se sobre sete arcos.

Antigamente chamava-se ao Arrabalde *Rua d'Alem da Ponte*, porque apenas constava da rua que alinha com a ponte; cresceu porem tanto que é quasi tão grande como a villa.

Parecia porem que um fado mau perseguia Ponte de Lima, porque todas as grandes precauções com que se pretendeu assegu

rar-lhe uma prospera existencia, não obstaram a que se achasse em grande decadencia no começo do seculo XVI.

No intuito de procurar acudir a este estado, el-Rei D. Manuel, tratando de reformar os foraes do Reino, accrescentou ao seu antigo foral, entre outras mercês, *a de isentar de portagem, direitos e miudezas em toda a parte do Reino, os vassalos, escudeiros e creados d'elRei, Rainhas e Infantes, que n'ella forem moradores.*

Ponte de Lima é séde de concelho e de comarca, e pertence ao districto administrativo de Vianna do Castello e ao arcebispado de Braga.

Santa Maria dos Anjos é orago da sua unica freguezia, que está em communicação com a de Santa Maria de Arcozello pela ponte mandada reedificar por D. Pedro I, e que era primitivamente de construcção romana.

A villa está actualmente dotada com importantes aformoseamentos, entre os quaes se destacam: os seus jardins; a alameda de S. João; o passeio de D. Fernando; e a admiravel avenida marginal de D. Luiz Filippe, que não tem rival no Minho.

A mais proxima estação do caminho de ferro é a do Tamel, que dista 18 kilometros da villa, para a qual ha uma carreira de diligencia á chegada do Expresso.

O rio Lima é navegavel desde a sua foz até ao Carregadouro, 7 kilometros acima de Ponte de Lima.

A actual matriz data do tempo de D. João I, e já estava concluida em 1446, e a torre em 1449. As duas naves lateraes foram restauradas em 1590, anno em que foi tambem construida a capella do Sacramento. Esta egreja matriz teve collegiada.

Aquelle Monarcha tomou a villa em 1385, devendo notar-se que o seu alcaide-mór, Lopo Gomes da Lyra, a manteve briosamente por Castello seu, cahindo por traição no poder do Mestre de Aviz.

El-Rei D. Manuel ordenou a reforma da ponte, calçando-a e ameiando-a; a porta da cadeia data d'esta obra.

Paço de Calheiros

Ponte de Lima

O palacio acastellado dos Viscondes de Villa Nova de Cerveira, estava construido em 1464, como d'elle consta.

No termo de Ponte de Lima existiram varios conventos, dois de frades e outros tantos de freiras.

O convento franciscano de Santo Antonio da Villa foi fundado em 1480, e extincto em 1834; a sua cerca serve de cemiterio.

O dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, que serviu de casa capitular aos mosteiros do Minho, sobe ao seculo XII; entre estes cruzios viveram Fr. Francisco de S. Luiz, depois Cardeal Saraiva, que era natural de Ponte de Lima, e José Liberato Freire de Carvalho. A sua grande casa e cerca foram vendidos e hoje pertencem ao Sr. Aleixo Queiroz Ribeiro, Conde de Santa Eulalia.

Dos mosteiros de freiras:

O de Val de Pereiras, no sopé do monte de Santo Ovidio, fundado por frades em 1368, passou a religiosas em 1515, acabando em 1834; o seu Padroado era da Casa de Bertiandos.

O de Victorino das Donas, vindo da Labruge, tambem teve primeiro monges, e expulsos estes no seculo XIII, passou a freiras benedictinas, que o Arcebispo de Braga, D. Agostinho de Castro, levou para o novo convento do Salvador d'aquella cidade.

Não faltavam nas freguezias do concelho de Ponte de Lima velhas torres solarengas, d'onde sahiram muitos homens notaveis; podemos succintamente apontar: a torre de Pentieiros, dos Sousas, que por casamento veiu á Casa de Bretiandos; a de Refoyos, dos Malheiros; a torre de Calheiros, transformada no actual Paço do Conde do mesmo titulo; a de Gondufe, dos Sequeiras, que, passando a Hespanha, são hoje representados pelos Condes de Fliegne; o vetusto castello de Curitello, em Poiares, emprasado á Casa de Bragança no seculo XVI, pelos Pereiras do Lago; a torre da Pousada, em Calvello, dos Barros Alpoins; a Casa do Cardido, dos Malheiros Pereiras, e depois do General Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes; e o Paço de Bretiandos.

A Irmandade da Misericordia já existia em 1551, anno em que lhe foram annexos os hospitaes da Praça e o dos Gafos ou de S. Vicente. O hospital da Praça era anterior a 1470.

O actual edificio da Misericordia data de 1731. O hospital tem um movimento medio de 35 doentes diarios; a Irmandade tem de fundos 137:000$000 réis.

A instituição da Ordem terceira é de 1642; a sua egreja actual foi construida de 1745 a 1747.

A capella de Nossa Senhora da Guia, construida em meados do seculo XVII, veiu substituir a antiga capella de S. Vicente, junto da qual existiu um hospital de leprosos.

Entre os edificios modernos de Ponte de Lima, deve mencionar-se o theatro, que honra a terra.

Como estabelecimentos de Beneficencia conta Ponte de Lima:

1.º — O Hospital da Misericordia.

2.º — O Asylo de Invalidos, denominado *Casa de Caridade de Nossa Senhora da Conceição*, fundado em 1892, alberga 30 asylados, e tem de fundos 30:000$000 réis.

3.º — O Asylo de Velhas, denominado *Camões*, fundado por occasião do tricentenario de Camões. Tem de fundos 7:500$000 réis. Alberga 8 asyladas.

4.º — O Asylo de Infancia Desvalida D. Maria Pia, fundado em 1879. Sustenta 12 asyladas e tem de fundo 12:000$000.

5.º — Associacão de Soccorros Mutuos, com mais de 300 socios.

6.º — Associação de Bombeiros Voluntarios. Corporação bem organisada; possue bom material.

Actualmente Ponte de Lima está ligada a Vianna por carreiras diarias de automoveis, magnificamente montadas.

O cruzeiro do Souto da Forca ficava proximo do horroroso instrumento de supplicio que lhe deu o nome.

Vilhena Barbosa diz que Ponte de Lima tem por brazão d'armas um escudo com uma ponte entre duas torres.

A *Encyclopedia Portugueza Illustrada* diz, que o brazão existente na Torre do Tombo differe em absoluto d'este. E' : em campo azul, o escudo das quinas ao centro, tendo de cada lado uma cabeça de anjo.

A'cerca de Ponte de Lima escreve tambem Vilhena Barbosa : «Saindo-se da povoação... e seguindo a estrada, que por este lado vae parallelamente ao rio até Vianna, encontram-se duas deliciosas quintas, cujos palacios, situados entre jardins, e meio occultos na espessura de densos bosques, ainda se miram, como a furto, nas aguas crystalinas do Lima. São as residencias dos senhores Condes de Bretiandos e de Almada.»

Casa d'Aurora

Entre as casas e quintas dignas de se verem em Ponte de Lima dentro da propria villa, tem logar primacial o palacio dos Condes de Aurora, pertencente ao Sr. José de Sá Pereira Coutinho, actualmente estudante de direito da Universidade de Coimbra e representante d'este titulo.

O edificio é grandioso, o jardim e matta são sempre visitados com prazer pelos estrangeiros. Foi esta casa, denominada de Nossa Senhora da Aurora, vinculada como cabeça de morgado, em 1741, pelo desembargador João de Sá Sotto-Mayor, fidalgo cavalleiro da Casa Real, Cavalleiro do habito de Christo, Lente de Leis na Universidade de Coimbra e Chanceller na Cidade da Bahia.

O pae do actual proprietario, foi José de Sá Coutinho, segundo Conde de Aurora, Juiz da Relação do Porto, Governador Civil de Coimbra, casado com a Condessa D. Maria Angelina Pereira da Silva, irmã do actual 3.º Conde de Bertiandos.

O Arcebispo de Braga D. José de Bragança, filho legitimado de el-Rei D. Pedro II, falleceu n'esta casa, onde se hospedara.

Paço de Bertiandos [1]

Na margem direita do rio Lima, na estrada que segue de Ponte de Lima para Vianna do Castello, e a 3,5 kilometros d'aquella villa, está na freguezia de S. Salvador de Bertiandos, o solar dos Condes de Bertiandos, outr'ora senhores da villa d'este nome, cujo termo se compunha d'esta freguezia, da de S. Salvador de Esturãos e da de Santa Comba, pertencentes hoje todas ao concelho de Ponte de Lima.

Eram os Senhores d'esta familia padroeiros das egrejas de Bertiandos, Esturãos, S. Julião de Moreira do Lima, tambem do dito concelho, e de S. Pedro de Gondarem do concelho de Villa Nova da Cerveira.

O cavalleiro Fernão Pereira, descendente por legitima varonia dos Cerveiras, senhores da Torre, na freguezia de Santa Marinha de Loivo, d'este ultimo concelho, e que se distinguiu na batalha de Azamor e foi almoxarife em Ponte de Lima, onde casou com Maria Vasques Malheiro, é considerado como o fundador d'esta casa de Bertiandos, embora pareça que n'esta freguezia já possuia bens seu pae, o escudeiro Lopo Rodrigues da Cerveira, casado com Brites Gomes Pinheiro de Barcellos.

Este Lopo Rodrigues da Cerveira, exerceu na villa de Ponte de Lima o mesmo logar de almoxarife, e teve os reguengos d'ella por doação de el-Rei D. Duarte, em 1433, reguengos que foram dados mais tarde ao Visconde de Villa Nova da Cerveira. Lopo Rodrigues da Cerveira era filho de Ruy Lopes da Cerveira, senhor

[1] O illustre archeologo, o Sr. Dr. Luiz de Figueiredo da Guerra, afirma que é Bretiandos, como se vê no seu muito erudito artigo, adiante transcripto

Palacio de Bertundo.

da Torre e Honra de Loivo, e do Couto de Mangueiro, nome que teve outr'ora a freguezia de Gondarem, e de D. Maria Pereira, filha de D. Alvaro Gonçalves Pereira, e que o linhagista Manço de Lima diz ser a unica irmã inteira do Condestavel.

Ignez Pinto, que foi segunda mulher de Lopo Pereira, tambem almoxarife da mesma villa, e filho do dito Fernão Pereira, tendo ficado viuva em 1525, fez com o seu dote algumas transacções com os seus enteados, e depois de concluir a torre e a parte do palacio que fica ao poente, formou em 1566 dois vinculos em favor da descendencia de dois filhos, ficando o primeiro ramo a residir na parte antiga e o segundo na moderna, até que os representantes de um e outro vinculo se uniram por casamento em 2 de Fevereiro de 1792.

D'esta familia foram: Frei Gonçalo Pereira, da Ordem de S. João de Jerusalem,[1] que, depois de se haver batido com denodo na batalha de Lepanto, se recolheu á sua commenda de Ansemil, onde morreu em cheiro de santidade; Francisco Pereira, que acompanhou el-Rei D. Sebastião nas duas vezes em que foi á Africa, sendo ferido e cativo na batalha de Alcacer-Quibir; Fr. Antonio Pereira de Lima, commendador de Santarem e de Oliveira do Hospital na ordem de S. João de Jerusalem, que muito se distinguiu como sargento-mór na defesa de Malta contra os turcos em 1614; Francisco Pereira da Silva, que foi alguns annos fronteiro em Tanger, e depois de 1640 entrou em quasi todos, senão em todos os combates que ao norte do reino se feriram contra os castelhanos, juntamente com seus tres irmãos abaixo nomeados: os dois bailios de Leça, que o foram successivamente, como tambem logares-tenentes do

[1] A Ordem dos Hospitaleiros, denominada de S. João de Jersualem, fundada no meio do seculo XI, passou a denominar-se de Rhodes, quando ahi se estabeleceu a séde do governo da mesma; de 1522 em diante é conhecida como Ordem de Malta, desde que o Imperador Carlos V lhe cedeu essa ilha. Em todo o caso, essas varias designações referem-se ao mesmo Instituto, para a entrada no qual se exigiam grandes provanças de nobreza.

gran-mestre da mesma ordem, sendo o segundo prior titular do Crato e 1.º Governador da praça de Salvaterra, Fr. Diogo de Mello Pereira, e Fr. Lopo Pereira de Lima, sendo o terceiro irmão Manuel Pereira de Mello, Governador da Universidade de Coimbra.

Um quarto irmão Fr. Antonio Pereira de Lima, commendador de Cernancelhe da mesma ordem, foi grande genealogico, e escreveu um livro, hoje raro, sobre a vida do gran-mestre portuguez Mendes de Vasconcellos.

Francisco Pereira Pinto, chefe do segundo ramo, serviu tambem com denodo na guerra da restauração, sendo mais tarde Mestre de Campo de Auxiliares, no Minho.

D. Antonio Pereira da Silva, Bispo do Algarve e Secretario d'Estado dos Reis D. Pedro II e D. João V, foi genealogo distincto.

Damião Pereira da Silva de Sousa e Menezes, 2.º Senhor da Villa de Bertiandos, fez parte como capitão da divisão que se distinguiu no Rossilhão; seu irmão Sebastião, que exerceu varios cargos na magistratura e foi Reitor da Universidade, Senador e Par do Reino, teve os titulos de Visconde de S. Gil de Perre, Conde e Marquez de Terena, estando hoje a sua representação no actual 3.º Conde de Bertiandos, por seu pae, casado com sua prima segunda, herdeira d'este titulo, o qual era filho immediato da Casa de Terena, cujo primeiro ramo se extinguiu na terceira Marqueza e quarta Condessa de Terena, Marqueza de Monfalim, pelo seu casamento.

No jardim que está em frente da Casa vê-se o pelourinho da Villa de Bertiandos, o qual esteve até ha poucos annos junto do rio e fôra aproveitado de um velho marco milliario da estrada de Braga a Astorga, encontrado em 1641, enterrado perto da igreja de Santo Amaro, onde passa a estrada d'esta villa para Braga. D'elle e da sua inscripção, que é do primeiro seculo, trata Jeronimo Contador de Argote.

A' Casa de Bertiandos se uniram pelo decorrer dos annos varios vinculos, sendo o principal o da Casa de Penteiros, a qual

ainda hoje existe na proxima freguezia de S. Pedro d'Arcos, do concelho de Ponte de Lima. Esta Casa pertencia no seculo XV a João Barbosa Rego, de Vianna do Castello, com cuja filha D. Isabel, casou Fernão de Sousa de Magalhães, Alcaide-mór de Ervedello, filho segundo de João de Magalhães, senhor da Villa de Ponte da Barca, do concelho da Nobrega e Couto de Rebordões, e de sua mulher D. Isabel de Sousa, filha de Ruy Vaz Ribeiro de Vasconcellos, senhor de Figueiró e de Pedrogam e de sua mulher D. Violante de Sousa, filha do Mestre de Christo D. Lopo Dias de Sousa, ficando esta familia a usar desde então o appellido e armas de Sousa, que ainda hoje se veem na dita Casa de Pentieiros, onde vivem caseiros desde o seculo XVII, quando ella se uniu á Casa de Bertiandos.

O edificio é muito antigo, mas de architectura singela. Pelo que diz o Marquez de Montebello, nas notas ao Nobiliario do Conde D. Pedro, pertencia em tempos remotos a um Martim Penda, que pelas alianças parece ser pessoa de consideração, do qual se derivou o nome de Pendieiros, corrupto depois em Pentieiros. N'esta familia dos Sousas, de Pentieiros, de que descendem muitos fidalgos de Portugal e Galliza, e de que sahiram bons servidores da patria e da Ordem de S. João de Jerusalem, entrou por casamentos a representação do celebre navegador João Alvares Fagundes, e a de D. Garcia de Noronha, Vice-rei da India.

A Casa de Pentieiros possuiu o senhorio do couto de Francemil, e commenda de S. Mamede de Canellas na ordem de Christo, e o padroado da egreja de S. Salvador de Esturãos, senhorio, commenda e padroado, que se continuaram depois na Casa de Bertiandos.

O edificio de Pentieiros tem uma especialidade que não conhecemos em nenhum outro, a de pertencer, alternadamente, um anno á freguezia de S. Pedro d'Arcos, e outro á de S. Salvador de Esturãos. Dizem que esta excepcional ocorrencia provem de estar o lar da cosinha, que é o que regula para estes casos, entre as duas freguezias.

Nos Pereiras de Bertiandos existe o fôro de moço fidalgo desde o reinado de D. João III; e existe o senhorio da villa de Bertiandos, desde a creação da villa em tempo da Rainha D. Maria I, por Alvará de 7 de Janeiro de 1791.

Alem das suas grandes dimensões, o que principalmente offerece de importante o Paço de Bertiandos, é a sua magnifica fachada, e a sua admiravel situação e ainda o seu estado de conservação, mantendo o cunho da antiguidade. Tem vastas salas e bastantes quartos e, alem das tres espaçosas varandas, que se veem na estampa, um largo terraço ao oriente, do qual se desce para o pomar, onde junto de uma nogueira, que a tradição pretende já existir no seculo XV, está a fonte da Mal Degolada, cuja lenda foi publicada pelo actual senhor Conde de Bertiandos.

Nas salas encontram-se algumas preciosidades; assim ha duas cotas de malha, que se diz estiveram na batalha de Alcacer-Quibir, sendo uma vestida por um ascendente de familia; a cama de campanha e espadas, que o segundo senhor da Villa de Bertiandos, Damião Pereira da Silva, levou ao Rossilhão. Ha tambem bastantes retratos de antepassados, bons livros e mobilia antiga.

Na frente da casa está o jardim, e para traz terreiro, quinta e pinhal.

A capella pela sua grandeza tem o aspecto de uma egreja; é ornamentada com alguns bons quadros de azulejos. Venera-se n'ella um Senhor crucificado, celebre nas chronicas, por ser tradicional a piedosa crença de se haver desprendido da cruz um dos braços, abraçando o Padre João Cardim, quando este o beijava á hora da morte; uma legenda na peanha regista este successo. Tambem ali se vê, considerada com especial e carinhoso respeito, uma imagem da Senhora da Conceição, que sempre acompanhou na guerra o dito Damião Pereira.

São dignos de se verem os paramentos que pertenceram ao Bispo do Algarve, e que, pelo brasão que teem bordado, parece haverem sido mandados fazer pelo tio d'este, o Governador da Universidade, Manuel Pereira de Mello, que falleceu em 1675.

Acerca de Bretiandos,[1] pedimos ao illustre archeologo, o Sr. Dr. Figueiredo da Guerra, auctorisação para transcrever o seu muito interessante e erudito artigo, que seguramente será apreciado pelos leitores.

Como ligadas ao nome de Bretiandos corram erroneas tradições, provenientes de falsos chronicons, cujos autores pouco meticulosos rechearam as nossas monografias locaes, não devemos perder a occasião de impugnar taes lendas, que deturpam a historia da provincia do Minho, só acceites por quem não consultou os documentos na sua fonte, e pelos que desconhecem as circumstancias topographicas.

Primeiro que tudo diremos que a aldeia de Bretiandos não vae alem do tempo de D. Sancho I, estando situada n'um terreno d'alluvião e allagadiço; na sua area não apparecem quaesquer ruinas ou objectos antigos; o *milliario* que adorna o jardim do illustre Conde Gonçalo Pereira, foi mandado vir d'alem Lima por um seu avoengo no meiado do seculo XVII.

A semelhança de Bretiandos com Britonia, embora de origem bem differente, levou os escriptores lusitanos Vazeu, Rézende, Bernardo de Brito, D. Rodrigo da Cunha, e depois Bezerra, nos seus *Estrangeiros no Lima*, a localisar nas margens do rio Lima, na freguezia de Bretiandos, a decantada Britonia; e até não tem faltado quem a identifique com a estação pre-romana de Santa Luiza, em Vianna do Castello!

Mas é certo que na sua monumental obra documentada, *España Sagrada*, Henrique Flores, mestre do nosso primeiro historiador, Alexandre Herculano, o douto investigador Viterbo, no seu compendioso *Elucidario*, vol. 2.º pag. 150 e 240, nota da 1.ª edição, e o infatigavel Mgr. Ferreira, em 1907, na sua dissertação sobre a diocese de Duma, no vol. XIII do *Archeologo portuguez*, provaram como nós já ha muitos annos o tinhamos feito, que a Cidade

[1] Bretiandos deriva de Bretoal

ecclesiastica de Britonia ficava nas nascentes do rio Minho, em Santa Maria de Bretonha, perto de Mondonhêdo, na alta Galliza.

Peccam os nossos chronistas dos seculos XVI, XVII e XVIII, em collocar na estreita faxa do terreno de Portugal, quantas cidades antigas existiram na Peninsula hispanica, e cuja situação hoje se ignora. Argote apezar de toda a sua bagagem litteraria, e coadjuctores, que tantos teve, adoptou as suspeitas informações do insigne falsario bracarense Gaspar Alvares de Louzada.

Ultimamente em 1908 o erudito professor de Astorga, D. Marcello Maciás, publicou um precioso volume sobre o — *Forum Limicorum* —, illustrado com todas as inscripções romanas encontradas n'aquellas ruinas, livro que parece não chegou ainda a divulgar-se entre nós, como succede com as mais valiosas obras dos mais celebres historiadores nossos visinhos!

E' necessaria uma salutar campanha contra os velhos preconceitos historicos, já incetada pelo nosso saudoso amigo, Dr. Francisco Martins Sarmento, de Guimarães, nos seus *Luzitanos*, *Argonautas*, *Ora Maritima*, etc.

Lanhezes

Na estrada que, pela margem direita do rio Lima, liga a cidade de Vianna do Castello á villa de Ponte de Lima, assenta a freguezia de Santa Eulalia de Lanhezes, antiga abbadia do Arciprestado, e hoje pertencente ao concelho de Vianna do Castello, de cuja séde dista 14 kilometros. A estrada passa pelo centro da freguezia.

No seculo XV, João Martins de Ricalde, fidalgo biscainho, vindo do seu solar de Azcona na provincia de Guipuscoa, fundou ahi a Casa do Paço, e adquiriu, alternando com a familia dos Rochas de Meixêdo, metade do padroado da egreja de Lanhezes, com o direito de apresentação dos abbades, o que depois se tornou direito pleno para os seus successores.

Paço de Lanhezes

Um dos bisnetos do fundador do Paço, tambem João Martins de Ricalde, e irmão do 4.º senhor d'aquella Casa e do Padroado, foi abbade de Lanhezes, e mandou construir na capella-mór da egreja abbacial, do lado do Evangelho, o tumulo encimado pelas armas dos Ricaldes, que ainda existe e tem sido jazigo da familia.

Occupam-se muito os naturaes de Lanhezes no fabrico de loiça preta ordinaria e de afamada telha. Segundo é tradição, foi mandada d'esta telha para a construcção do convento de Mafra, por intermedio do Dr. Fr. Sebastião d'Abreu Pereira de Castro, Dezembargador do Paço, Procurador Geral das Ordens Militares, que fez as vezes de 1.º Ministro d'El-Rei D. João v, e algum tempo de el-Rei D. José, irmão do 8.º Senhor da Casa do Paço, e do Padroado da Egreja de Lanhezes, e que aquelle Monarcha para recompensar o povo d'esta freguezia, e por lhe ser muito necessaria, mandára construir na Veiga a ponte de Linhares.

Por decreto de 29 de Abril de 1793 foi creada villa e concelho, com o nome de Villa Nova de Lanhezes, para, em remuneração dos muitos e valiosos serviços, prestados pelo Dr. José Ricalde Pereira de Castro, Moço-Fidalgo, Desembargador do Paço, Chanceller mór do Reino, Procurador Geral das Tres Ordens Militares, Prestamario de Gontinhães, ser dado o senhorio de juro e herdade, d'ella e d'outras freguezias, que se lhe anexaram para formar o seu concelho, e em troca do de Lindoso que já possuia, a seu sobrinho, Sebastião de Abreu Pereira Cyrne Peixoto, Moço Fidalgo com exercicio no Paço, 10.º Senhor da Casa do Paço e Padroado da Egreja de Lanhezes, Bacharel formado em Mathematica, Alcaide mór de Ferreira e Commendador na Ordem de Christo.

Este 1.º Senhor de Villa Nova de Lanhezes e 10.º da Casa do Paço e do Padroado da Egreja, teve por filha unica e herdeira, a D. Maria Francisca d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto, que foi Condessa d'Almada pelo seu casamento com o 2.º Conde de Almada e 14.º Conde de Avranches, D. Antão José Maria d'Almada, Mestre-Sala da Casa Real, Senhor do Pombalinho e dos Logares d'el

Rei, Alcaide mór de Proença-a-Velha, Commendador na Ordem de Christo, Capitão de Cavallaria e Ajudante de Campo d'el-Rei.

Estes Condes d'Almada fizeram com que o mercado ou feira, que até então se effectuava quinzenalmente, aos sabbados em Meixêdo, fosse transferido para Lanhezes, cedendo para este fim terrenos seus onde continua a realisar-se nos mesmos dias, em semanas alternadas com a feira de Ponte de Lima.

Com a extinção dos Senhorios e Padroados das Egrejas, foi tambem extincto o concelho de Lanhezes, sendo esta freguezia annexada ao de Vianna do Castello, mas ainda se vê no sitio da Feira o antigo pelourinho e a antiga casa da Camara e cadeia, pertencentes á Casa do Paço, a cujo portão por muito tempo, depois da abolição dos Coutos, ainda ficou pregada a competente corrente, que se tirou mais tarde por causa das obras da contrucção da estrada.

Lanhezes tem mais as casas nobres da Quinta de São Miguel, reedificada á moderna, a da Barroza, cuja capella tem boa obra de talha, e a da Bandeira; felizmente todas na posse dos representantes dos seus antigos Senhores.

Affife

Na costa do Oceano Atlantico, abrigada dos ventos do quadrante de N. E. pela serra de Santa Luzia, está situada em bella e fertilissima planicie, a freguezia de Affife, que pertence ao concelho e comarca de Vianna de Castello, da qual dista 11 kilometros para o N., ficando quasi a egual distancia ao S. de Caminha.

A estrada de Lisboa para o Norte, que serve esta freguezia, é atravessada pelo rio Cabanez, sob uma magnifica ponte de cantaria, reconstruida desde os alicerces em 1860, e reparada depois em 1867.

A povoação possue uma bella egreja de tres naves; o orago da sua unica freguezia é Santa Christina.

Paco de Lanlezes

N'um monte que a separa do valle do rio Ancôva, encontram-se vestigios de antigas edificações; e em outro mais acima, ruinas de um *Crasto*, chamado dos Mouros.

No sitio, denominado Osseira, abaixo da Cividade, refere a tradição que se feriu, em 985, uma grande batalha entre os Lusitanos e o exercito do celebre Almansor, Rei de Cordova, provindo o nome de Osseira dos ossos dos combatentes que ali pereceram.

Ao fundo do valle do rio Cabanez existiu o vetusto Mosteiro de S. João de Cabanas, de frades benedictinos, com fundação anterior á nossa nacionalidade; extincto em 1834, comprou-o o General Luiz do Rego Barreto, que tanto se distinguiu na Guerra Peninsular, e hoje é do Sr. Dr. Adolpho da Cunha Pimentel, que o transformou n'uma agradavel vivenda, com uma boa estrada de 2 kilometros de extensão.

O nome provem de terem os primitivos frades vivido em *cabanas*, dispersas pela encosta proxima.

O rio de Affife, que nasce na serra de Santa Luzia, passa junto do referido mosteiro de S. João, onde pouco acima forma cascata, indo desaguar ao Oceano, a 2 kilometros ao Sul do Forte do Cão.

No seu percurso de 10 kilometros, alem da magnifica ponte de cantaria de que fallamos, o rio tem um pontelhão de pedra junto do convento, e quatro outros nas aldeias de *Loureiro*, *Senra*, *Porto do Rio* e *Feal*.

No logar de Agrichouso existem as pedreiras do mais fino granito do Minho, e que se empregou pela primeira vez, em 1877, no grandioso edificio da Estação do Caminho de Ferro da cidade de Vianna.

Ancora

A freguezia d'este nome pertence ao concelho e comarca de Caminha, e pertenceu outr'ora á de Vianna; dista 7 kilometros da cabeça do concelho e 16 de Vianna; tem por orago Santa Maria;

todavia a Estação do Caminho de ferro — *Ancora* — está na freguezia de Goutinhães.

Esta freguezia já existia como parochia, com o nome de Santa Maria de Villar d'Ancora, em 563, contando-se que n'este anno o Rei Suevo Theodomiro, deu a quarta parte do rendimento da parochia á Egreja de Tuy, doação que foi confirmada em 5 de Setembro de 1125, pela Rainha D. Theresa, com seu filho o Infante D. Affonso Henriques.

Ha n'esta freguezia um logar que se denomina Balthazares, antiga parochia hoje annexa a Ancora. Ora, segundo Pinho Leal, os Lusitanos chamavam a uma batalha *azar*, e portanto Valle d'Azares á região de Ancora onde se deram varias batalhas. A troca, vulgarissima nas provincias do Norte, do v em b, transformou Valle d'Azares, em Bal d'Azares, e por corrupção em Balthazares.

E' tambem tradicional, que a capella de S. Braz, que existe na veiga, ainda conhecida pela *veiga dos Balthazares*, foi a primitiva egreja matriz.

Accrescenta a tradição, que uma veiga, proxima da anterior, tem o nome Batalhoz em consequencia de uma grande batalha.

Sem nos demorarmos em referir outras versões phantasiosas da tradição, diremos que não offerece a minima duvida a grande antiguidade de Ancora, pelo que levamos dito, e nos vestigios que no seu termo se encontram, como o dolmen da Lapa da Barrosa, o melhor conservado de Portugal, e muitas outras antas exploradas pelo Dr. Francisco Martins Sarmento, em 1880 e 1881.

Era muito grande a area da freguezia de Ancora; desmembraram-se porem d'ella no seculo XIV, as freguezias de Riba d'Ancora e de Goutinhães, e mais tarde Ville. O valle por onde se estende a freguezia actual, abrigado do S. a N. E. pelos montes de Laborada, Cividade, e serra d'Arga, é notavel pela bellesa e fertilidade.

No monte da Terrugem, que fica a S. E. da freguezia, ha vestigios de antigas edificações, e ao sitio, em que se mostram, se

chama ainda *Crasto dos Mouros*, como dizemos quando tratamos de Affife.

A situação de Ancora no littoral, e a circumstancia de ter um pequeno porto, facilitavam as invasões por mar, que a fertilidade das terras tornava frequentes. Os habitantes da região padeceram pois, durante seculos, os successivos ataques dos piratas, que infestavam as costas de Portugal, e que foram em ordem successiva: os Phenicios, os Carthaginezes, os Romanos e depois os Normandos, que vinham á Peninsula fazer as suas depredações, e apanhar os habitantes, que levavam cativos.

Aos ataques d'estes sanguinarios invasores resistiram os Lusitanos com a maior coragem, e por vezes infligiram-lhes grandes perdas; mas não lhes era possivel continuar a residir na planicie da costa pelo perigo constante em que estavam as suas habitações, e tiveram de as mudar para os differentes ramos da proxima serra de Arga; por ultimo os Mouros berberescos, no seculo XVII, continuaram a infestar a nossa costa.

O valle de Ancora é seguramente um dos mais ricos do nosso paiz em vestigios de antiguidades, conhecidos desde muito, sendo accrescentados com descobrimentos modernos, e explorações successivas do douto archeologo Martins Sarmento, e consta da Revista de Guimarães.

Em toda a faixa de terreno, que constitue a parte baixa da freguezia, e que se avisinha do Oceano, ha grande quantidade de seixos rolados, não só á superficie do terreno, mas até grandes profundidades; estes seixos provam claramente que os terrenos, em que se encontram, foram abandonados pelo Oceano, e que este pelos continuos assoriamentos se afastou da terra cerca de 1.500 metros, que é approximadamente a largura da mencionada faixa. N'este areal está o pinhal da Jelfa, e ao poente o moderno caminho de ferro. Junto ao mar, proximo do forte do Cão, acaba de se concluir (1913) o Sanatorio para creanças tuberculosas.

Convem observar que a região, em que assentava a antiga fre-

guezia de Ancora, era banhada pelo rio, que desce da serra d'Arga, com 8 kilometros de curso, dividindo as freguezias de Ville da de Riba d'Ancora, e depois a de Goutinhães da de Ancora.

Diz-se que é obra dos Romanos a ponte de cantaria de um só arco, que atravessa o rio Ancora, no logar de Abbadim, e que dista 1 kilometro da sua foz; todavia, pela data que tem, vê-se ser do meiado do seculo XVI.

Na foz do Ancora ha do lado do Norte o forte da Lagarteira, mandado construir por D. Pedro II, em 1699. Este fortim, assim como muitos outros nas costas de Portugal, devidos a este Monarcha, e a seu Pae el-Rei D. João IV, eram destinados á defesa contra ós piratas africanos, que de improviso e amiudadas vezes cahiam sobre as povoações do littoral.

A tradição referida por varios escriptores, e entre elles pelo Conde D. Pedro no seu celebre Nobiliario, diz que o actual nome do rio provem do conhecido romance dos amores de D. Ramiro II de Leão, com a formosissima Zaharah, irmã do mouro Al-Boazar, que em 922 de J. C. era Rei ou Emir de Gaya; mas é certo que n'essa epoca, como consta de documentos, já o rio tinha esse nome.

Devemos dizer duas palavras sobre a confinante freguezia de Santa Maria de Goutinhães, a mais pittoresca povoação que se possa encontrar no nosso paiz, que se estende ao fundo d'esta pequena bahia. A prosperidade d'esta praia de banhos data de 1880 a esta parte, em que as construcções para os banhistas se começaram a levantar ao longo da estrada de Vianna a Caminha; estas numerosas vivendas são modestas e sem os arrebiques architectonicos dos *chalets* da Granja, Estoris, Figueira e Villa do Conde, offerecendo todavia commoda e aceiada habitação aos numerosos hospedes de todo o Minho, que preferem a praia de Ancora, sem o bulicio e luxo das demais do Sul, para estação de verão. Tem bons hoteis, club e varios estabelecimentos commerciaes, fabrica de manteiga, e a linha ferrea a atravessar a freguezia em todo o seu comprimento. Já é alumiada com luz electrica. Ao seu mercado na

occasião dos banhos affluem as afamadas lavradeiras d'Affife e Carrêço, com os seus garridos trajos, conhecidas de nacionaes e estrangeiros, e vulgarmente chamadas d'Ariosa.

O seu portinho, defendido pelo forte da Lagarteira, apenas recolhe barcos de pesca.

A feira annual realisa-se na segunda feira da Paschoella.

Esta prospera instancia balnear meréce uma visita que deixará gratas recordações e os arredores são de uma belleza inexcedivel, com panoramas encantadores, bem apreciados pelos nossos pintores. Conta dois mil habitantes.

E' a unica praia do alto Minho; de inverno os seus habitantes occupam-se de pescaria, e quando não podem ir ao mar, cultivam os seus uberrimos campos, que adubam com o sargaço apanhado na praia.

Paredes de Coura

N'uma elevação de terreno, nas proximidades da margem esquerda do rio Coura, assenta a villa de Paredes, vulgarmente chamada de Coura, para a distinguir das outras povoações do mesmo nome. A villa, uma das mais pittorescas terras da provincia de Portugal, formosa por excellencia, é séde de concelho do districto administrativo de Vianna do Castello, e desde 1876 cabeça de comarca; pertence ao arcebispado de Braga. Surprehende o panorama encantador que d'ella se goza, quer se espraie a vista pelos campos cuidadosamente cultivados, quer se estenda pelos arredores, povoados de rica vegetação. A paisagem, que se vê da alameda do Espirito Santo, deslumbra.

Era propriedade da illustre familia Pereira da Cunha o terreno que serviu para alargamento e aformoseamento da villa.

Paredes de Coura é povoação de agradavel aspecto, e justamente considerada uma das terras de Portugal que mais tem progredido nos tempos modernos. Possue, alem do Asylo de Infancia

Desvalida, de Nossa Senhora da Conceição, a Capella do Espirito Santo, com uma confraria de muitos milhares de irmãos; dizem 70 mil.

As ruas da villa, bellas e amplas, são guarnecidas com edificios de boa apparencia, e construidos segundo apreciaveis condições architectonicas. O viajante encontra ali um bom hotel, e as commodidades resultantes de possuir uma estação telegrapho-postal com serviço de valores declarados, encommendas postaes, etc.

O julgado de Fraião comprehendia no seculo XIII não só o actual concelho de Paredes de Coura, como o de Valença, superintendendo a esta Terra o castello de *Fraião*, no alto da Fôrna, a 476 metros de altitude, n'uma agglomeração de blocos graniticos, onde está a pyramide geodesica do Avellão, na freguezia de Boivão. No tempo de D. João I, como a velha fortaleza cahisse em ruinas, e ficasse longe dos povoados, mandou o Rei construir o Paço junto á ponte de Mantelães, sobre o rio Coura, para casa da audiencia, e como lhe foi depois annexo o Couto do Mosteiro de S. Fins de Friestos, ia o juiz de Fraião a S. Fins administrar a justiça.

O Mestre de Aviz deu o senhorio de Fraião, em 1399, ao fidalgo gallego Fernão Annes de Lima, pae de D. Leonel de Lima, 1.º Visconde de Villa Nova de Cerveira, em cuja descendencia continuou até ao ultimo Marquez de Ponte de Lima, como dissemos no artigo sobre Villa Nova de Cerveira.

Deve Coura o seu primeiro e unico foral a el-Rei D. Manuel, escripto em 1512, e no qual se dividem as multas pecuniarias, entre o fisco, e o Senhor da Terra ou Concelho.

O primitivo nome da freguezia de Paredes — Santa Maria de Doadi — durou até el-Rei D. Diniz, e ainda apparece nas Inquirições de 1258; o censo de 1527 dá-lhe 48 moradores, concluindo-se que a villa não era antiga nem importante, datando o seu desenvolvimento depois de ser séde de comarca e de se ter sobre ella exercido a influencia do seu Deputado, o benemerito courense Miguel Dantas Gonçalves Pereira.

Alguns escriptores pouco versados na toponymia peninsular

derivam Coura de *Canea*, quando não ha duvida que era o nome latino da cidade de Cória, na Extremadura hespanhola.

A comarca de Coura criada em Setembro de 1875, trouxe movimento á villa de Paredes, e devido á iniciativa de Miguel Dantas construiu-se em 1886 um bello edificio para todas as repartições publicas, que custou sete contos de réis, e cadeia modelar com o dispendio de trez contos de réis. Tambem foi edificado o Hospital da Misericordia, muito bem montado, sendo o projecto da obra devido ao mallogrado publicista e estadista J. P. de Oliveira Martins, a pedido do mesmo Miguel Dantas. A Misericordia tem recente data, posterior a 1860. A despesa de toda a obra da casa do Hospital regulou por desaseis contos de réis; a casa é de dois andares e foi começada ao mesmo tempo que a do Tribunal.

O concelho de Coura, excessivamente montanhoso, e situado entre os rios Minho e Lima, encontra-se cortado por optimas estradas para os concelhos limitrophes de Valença, Ponte de Lima e Caminha; considera-se o celleiro do alto Minho, tal é a produção de milho com que abastece os mercados do districto.

Abaixo da ponte de Manteleães estabeleceu em 1891 Miguel Dantas uma importante fabrica de manteiga, hoje do seu genro Sr. Dr. Bernardino Machado.

A egreja parochial esteve outr'ora na Capella de S. Sebastião: a matriz é moderna, sendo de maior capacidade a Capella do Espirito Santo, para onde se sobe por uma linda escadaria.

Merece menção a *Casa grande* e Capella de S. Braz, dos Pereiras da Cunha, cercada de excellentes terras, parte d'ellas cedidas para augmento e aformoseamento da Villa Concelhia, pelo mavioso poeta vianense, e seu illustre proprietario Antonio Pereira da Cunha, avô do actual, Sr. Antonio Pereira da Cunha Vaz d'Almada.

Na freguezia da Cunha, proximo á villa, existia a torre da Cunha, no logar do Outeiro, e d'esta apenas restam montões de pedras. Referem que havia n'ella a seguinte inscripção:

«Esta é a casa e torre dos Cunhas, solariega: reedificada pelo Governador Francisco da Cunha, senhor d'ella.»

Sobrepujava-a o brasão dos Cunhas: em campo de oiro nove cunhas de azul, postas em tres palas, e por timbre meio gripho de oiro, acunhado de azul.

Pelos documentos do archivo de Tuy prova-se que o nome de Cunha é corrupção de *Colina*, produzindo depois Cuina e Cunha.

O rio Coura nasce na Chã das Lamas n'uma lagôa, vindo lançar-se no rio Minho em Caminha, a um kilometro da foz d'este rio.

A *via romana* atravessava-o na velha ponte de Rubiães, onde existem ainda dois marcos milliarios, alem de outro no adro da egreja parochial d'esta mesma freguezia, que é magnifico exemplar de architectura romanica, classificado *monumento nacional*, e um pouco arruinado pelo vendaval de Fevereiro de 1912; ha ainda outros quatro marcos segurando o alpendre da Capella de S. Bartholomeu, feita por Lopo d'Antas, senhor do Paço d'Antas, cognominado — *o Romano* —. A via vinha da Portella da Labruge, atravessando S. Martinho de Coura, Rubiães, e Cossourado, onde descia para o valle do rio Minho, direita a Tuy, acima do actual sitio de Valença.

Folha n.º 5-c (Villa do Conde)

As coordenadas geographicas são approximadamente de 41° 17′ a 41° 28′ de latitude norte e 0° 21′ a 0° 37′ de longitude leste de Lisboa, Observatorio do Castello de S. Jorge.

A região d'esta folha está comprehendida nas folhas n.os 4 e 7 da Carta chorographica de Portugal, na escala de 1:100000, levantadas nos annos de 1869 a 1872 pelos officiaes do exercito Fernando Rodrigo do Rego, Antonio Severino Alves Galvão, Augusto Gerardo Telles Ferreira e Francisco Carlos Lima.

Foi feita a rectificação e ampliação em pranchetas de campo, no anno de 1902 pelo tenente-coronel do Serviço do Estado Maior, Albino Evaristo de Valle Souto.

Districtos, concelhos e freguezias

Pertence a região d'esta folha aos districtos administrativos do Porto e Braga.

Vê-se parte dos concelhos de Povoa de Varzim, Villa de Santo Thyrso pertencentes ao districto do Porto.

Do districto de Braga vê-se parte dos concelhos de Barcellos e Villa Nova de Famalicão.

Do concelho de Povoa de Varzim veem se as freguezias de Estella, Laundos, Terroso, Amorim, Beiriz, Povoa de Varzim, Argivae, Balazar e Rates.

Do concelho de Villa do Conde encontram-se as seguintes freguezias: Retorta, Villa do Conde, Azurara, Arvore, Mindello, Villa Chã, Arcos, Rio Mau, Touguinhó, Junqueira, Outeiro Maior, Bagunte, Touguinha, Tougues, Santagões, Paradas, Ferreiró, Macieira da Maia, Fornello, Vairão, Fajozes, Gião, Canidello, Malta, Modivas, Guilhabreu e Villar.

Do concelho de Santo Thyrso veem-se as freguezias de Bougado (S. Thiago), Bougado (S. Martinho), Guidões, Alvarelhos, Covellas e Muro.

Do concelho de Barcellos encontram-se as freguezias de Paradella, Courel, Pedra Furada, Gueral, Chorente, Monte de Fralães, Chavão, Veatodos, Grimancellos, Macieira de Rates, Minhotães e Negreiros.

Do concelho de Villa Nova de Famalicão veem-se as freguezias de Nine, Cavallões, Outiz, Gondifellos, Villarinho das Cambas, Fradellos, Ribeirão, Lemenhe, Monquim, Louro, Brufe, Villa Nova de Famalicão (Santo Adrião), Calendario, Esmeriz e Louzado.

Caminho de ferro

Atravessa esta folha de S. a N. do lado leste a linha ferrea do Minho e ramal de Braga, vendo-se as estações de Famalicão e Nine.

Da estação de Famalicão (Villa Nova) parte um caminho de ferro de via reduzida denominado caminho de ferro de Villa Nova de Famalicão á Povoa e Porto.

Encontram-se n'esta folha as estações de Modivas, Mindello,

Azurara, Villa do Conde, Povoa de Varzim, Amorim, Laundos, Rates, Fontainhas, Gondifellos, Outiz e Villa Nova de Famalicão.

Estradas

Alem de varios caminhos que cortam esta região em todos os sentidos mencionaremos as estradas seguintes:

E. N. n.º 3 — Entra ao S. e segue para N. E. passando por Muro, Bougado (S. Martinho), Villa Nova de Famalicão e segue até á margem leste da folha

E. N. n.º 4 — Parte de Villa Nova de Famalicão e segue para N. passando na freguezia de Louro e a O. da de Veatodos.

E. N. n.º 30 — Entra ao S. perto da freguezia de Modivas, passa em Azurara, atravessa o rio Ave e segue a Villa do Conde e Povoa de Varzim tomando depois a direcção N. indo passar a O. da freguezia de Laundos.

E. N. n.º 31 — Parte da E. N. n.º 30 entre Povoa de Varzim e Villa do Conde e toma a direcção para leste até entroncar na E. N. n.º 4 no logar da Ribeira.

E. D. n.º 7 — Parte da Povoa de Varzim e segue para N. passando pelas freguezias de Navaes e Estella.

E. D. n.º 28 — Parte da E. N. n.º 30 na freguezia de Azurara e segue para O. passando pelas freguezias de Arvore, Macieira da Maia e ao S. das de Bougado (S. Thiago) e Bougado (S. Martinho).

E. D. n.º 28 — E' um ramo da antecedente que parte do entroncamento d'esta com a E. D. n.º 30 e dirige-se para S. passando entre as freguezias de Vairão e Fornello, Canidello e Alvarellos.

E. M. — Parte da E. N. n.º 30 na freguezia de Modivas, vae a Villa Chã e Mindello, indo entroncar na E. N. n.º 30 no logar de Carvalhal.

E. M. — Parte de Villa do Conde, segue a margem direita do

rio Ave, atravessa o rio de Este, terminando perto da freguezia de Fradellos.

E. M. — Parte da Villa Nova de Famalicão atravessa a linha ferrea e depois de varias curvas segue para S. O. até ao logar de Corga na freguezia de Fradellos.

E. M. — Parte da E. N. n.º 31 junto da Estação de Fontainhas e segue para N. passando pelas freguezias de Macieira de Rates, Gueral e Pedra Furada.

E. M. — Parte da Povoa de Varzim segue pela costa, atravessa a E. D. n.º 7 e a E. N. n.º 30 e segue até entroncar na E. N. n.º 31 no logar de Casal Novo na freguezia de Rio Mau.

E. M. — Parte da E. N. n.º 31 a O. da estação de Fontainhas e segue para N. voltando depois para O. até ao logar de Serra.

Hydrographia

As principaes linhas d'agua que correm n'esta região são:

Rio Ave — Entra no limite E. da folha, corre no sentido O. indo desaguar no Oceano perto de Villa do Conde.

Rio Este — Entra ao N. corre a S. O. indo desaguar no rio Ave.

Toda a margem de O. é banhada pelo Oceano.

Orographia

A região d'esta folha pouco accidentada é, pois as cotas de maior altitude, são de 303 e 265 metros.

Povoações principaes

Villa do Conde, Povoa de Varzim e Villa Nova de Famalicão.

Villa do Conde

Na margem direita do rio Ave, e n'uma situação encantadora, cerca de 500m do mar, e a tres kilometros ao sul da Povoa de Varzim, assenta Villa do Conde, que é séde do concelho e da comarca do seu nome, pertencente ao districto de Braga e ao bispado do Porto.

Da sua freguezia, a que está annexa a de Formariz, é orago S. João Baptista.

A villa é servida: pela linha ferrea do Porto á Povoa e a Villa Nova de Famalicão, que lhe passa a leste, e para a qual tem uma estação; por boas estradas a macadam para o Porto, Povoa de Varzim, Barcellos, Espozende, e outras, que se acham descriptas no capitulo *estradas* d'estas folha e pela linha ferrea americana á Povoa de Varzim, a qual foi inaugurada a 22 de Outubro de 1874.

Os que sustentam a grande antiguidade de Villa do Conde apoiam-se na versão de terem os romanos ali tido um crasto, no sitio aonde se vê o Convento de Santa Clara; e em ter sido doado, pelos annos de 1093 a 1112, pelo Conde Dom Henrique, ao Conde Dom Mendo Paes Rufinho, ficando desde essa epoca a povoação chamada Villa do Conde. Quando se não queira acceitar uma ou outra d'estas versões, ha um argumento em que são concordes os historiadores — a construcção de um palacio mandado ali levantar por D. Sancho I.

Este palacio, segundo uns, foi doado pelo seu fundador á sua

amante, D. Maria Paes Ribeira, que foi uma das mais formosas mulheres do seu tempo, e que mereceu ao Sr. Conde de Sabugosa um erudito e formoso estudo.

Na sua *Corografia Portugueza*, o P.e Carvalho da Costa diz porem que D. Maria Paes Ribeira não foi concubina de D. Sancho I, mas sim d'el-Rei D. Diniz, e emprega os seguintes termos:

«El-Rei D. Diniz deu a villa (Villa do Conde) a Dona Maria Paes Ribeira e aos filhos que d'ella teve, um do quaes era D. Constança Sanches, que doou metade d'ella a sua sobrinha, a Infanta Dona Sancha, filha de el-Rei D. Affonso o Terceiro. E não diz bem, quem quer que esta villa fosse de Dom Martim Sanches, filho do dito Rei D. Sancho, e de D. Maria Annes de Fornellos, porque a este satisfez com dinheiro, e quinhão em outras terras, e ultimamente viveo e morreo em Castella».

Lê-se esta mesma opinião na *Corografia Moderna*, de J. M. Baptista e no *Diccionario Chorografico* de J. A. de Almeida. Mas o nosso primeiro historiador, Alexandre Herculano, apoiando-se na Monarchia Luzitana, sustenta que D. Maria Paes Ribeira era uma das duas amantes do Rei de Portugal D. Sancho I.

Em Villa do Conde ha tres obras monumentaes: o Convento de freiras de Santa Clara; o aqueducto do mesmo Convento, e a egreja matriz.

O famoso Convento de Santa Clara é o mais notavel edificio da villa; a sua fundação, de que foi lançada a primeira pedra em 1318, é devida a D. Affonso Sanches, o filho natural de el-Rei D. Diniz, que tantos dissabores causou á Rainha Santa Isabel, e que motivou varios levantamentos á mão armada, do Infante D. Affonso contra el-Rei D. Diniz seu Pae.

Por morte do Infante D. Affonso Sanches, que legou ao Convento a sua Villa do Conde e muitas outras terras de grande rendimento, ficou este Convento sendo um dos mais ricos de Portugal.

Convento de Vila do Conde

Entre os seus privilegios, a abbadessa tinha dois importantissimos: o de julgar, com o seu ouvidor, as appelações dos povos; e o de usufruir todos os direitos reaes.

El-Rei D. Duarte começou a contestar ao Convento estes privilegios, que foram tirados em 1537 por D. João III, o qual fez doação d'esse senhorio e jurisdição ao duque de Guimarães, seu Irmão. Pelo casamento de D. Catharina, filha d'este Duque com o sexto Duque de Bragança, D. João, passou o senhorio de Villa do Conde para a Casa de Bragança.

Com quanto ficassem consideravelmente diminuidos os rendimentos do Convento pela concessão do dominio de Villa do Conde ao Duque de Guimarães, ainda assim, estando muito damnificado o Convento, a totalidade da sua renda permittiu que se emprehendesse a sua reedificação em condições sumptuosas, e tanto que, apesar de se não ter concluido, a parte que de 1778 a 1825 se reconstruiu constitue o mais grandioso Convento de freiras, que ha no paiz.

Pelas obras da reconstrucção da egreja feitas no primeiro quartel do seculo XVI, offeréce esta diversos estylos de architectura, em que se notam importantes vestigios da edificação primitiva.

Em magnificos tumulos de pedra de Ançã, finamente esculpida em estylo renascença, jazem n'uma capella do corpo da egreja o fundador e sua mulher; ao lado d'este tumulo ha duas pequenas arcas, no gosto das grandes, e em que estão depositados dois filhos dos Infantes, que morreram de tenra edade. Tambem teem na egreja jazigo alto, D. Fernando de Menezes e esposa D. Brites d'Andrade, e no côro de baixo D. Brites Pereira, filha de Nun'Alvares e mulher do 1.º Duque de Bragança.

O edificio, de imponente aspecto, fica sobranceiro á villa, e tanto o Convento como a cerca são abastecidos por um grande aqueducto, que segue em extensão de 6 km. sobre uma formosa arcaria composta de novecentos e noventa e sete arcos. A traça d'este notavel aqueducto foi delineada, segundo dizem, pelo architecto italiano Filippe Tercio, mas os trabalhos só foram principiados

em 1628, e concluidos em 1714 pelo Coronel d'Engenheiros, Manuel Pinho de Villa Lobos, de Vianna do Castello.

Entre os seus admiraveis templos destaca-se a grandiosa egreja matriz, que é o melhor exemplar de architectura manuelina existente no N. do paiz.[1] Para desejar será que se procure conservar este magnifico monumento nacional.

O pelourinho manuelino de Villa do Conde ergue-se no largo municipal.

No Tomo II da *Bibliotheca Portugueza Illustrada*, veem-se duas boas estampas da Egreja Matriz e do Pelourinho.

A barra do Ave, que nos primeiros tempos da monarchia tinha maior capacidade, hoje só permitte accesso a navios de pequena lotação, porque as tempestades do S. e as cheias do rio vão constantemente augmentando o seu assoreamento.

No seculo XVI, a falta de fortificação na entrada d'esta barra, expunha Villa do Conde ás incursões dos piratas berberescos, que então invadiam continuamente as costas de Portugal. No intuito de procurar defender a villa contra estas temiveis incursões, o Duque de Guimarães fez construir uma plataforma na foz do rio Ave, plataforma que o Rei D. Sebastião mandou substituir por um castello, augmentado pelo architecto Filippe Tercio, durante o dominio hespanhol, como escrevem alguns escriptores.

Entre o castello e a ermida da Guia, vê-se o monumento que commemora a chegada aquellas paragens da esquadra do Imperador D. Pedro, e o desembarque de Bernardo de Sá Nogueira (depois Marquez de Sá da Bandeira), enviado pelo Duque de Bragança como parlamentario ao brigadeiro José Cardoso, commandante das tropas realistas ali estacionadas, convidando-o para se unir aos defensores da liberdade.

O monumento é um obelisco de granito de grande altura; en-

[1] A matriz de Caminha não é tão grandiosa, mas sobreleva no primor das esculturas e dos ornatos.

contra-se a sua descripção completa no *Diccionario Popular*, de Pinheiro Chagas — artigo Villa do Conde.

Segundo Pinho Leal este padrão foi levantado por iniciativa de Antonio José d'Avila (depois Duque d'Avila e de Bolama), sendo governador civil do Porto.

Na praia de Arnosa de Pampellido, termo de Villa do Conde, erigiu-se tambem por iniciativa de Antonio José d'Avila, outro padrão commemorativo do desembarque do exercito libertador, n'aquelle sitio, no dia 8 de Julho de 1832. Lançou-se a primeira pedra para este monumento no dia 1 de Dezembro de 1840.

Uma restinga de recifes prolonga-se ao norte da barra; ali naufragou, em 1911, o cruzador *S. Raphael*.

Uma ponte de ferro, lançada sobre o rio Ave, liga a Villa com a importante freguezia de Azurara.

No novo bairro balnear, ha uma linda Avenida guarnecida de *chalets*, onde estanceiam na epocha propria as mais ricas familias de Braga, Guimarães, Traz-os-Montes e Douro; vae até á praia do mar.

Povoa de Varzim

Villa, cabeça do concelho e da comarca do seu nome. Fica na costa do Oceano Atlantico, a 28 kilometros ao Norte do Porto, a 37 a Oeste de Braga, e a 40 ao Sul de Vianna do Castello.

No porto e enseada de Povoa de Varzim entravam outr'ora navios de todas as lotações; mas desde muito se acham obstruidos pelas areias, permitindo apenas que se abriguem pequenas embarcações.

Da unica freguezia da villa é orago Nossa Senhora da Conceição.

A actual egreja matriz é um formoso templo de architectura toscana e de uma só nave. A sua construcção principiou em 1743, a requerimento da Camara Municipal, e por uma provisão d'el-Rei D. João v, de 1736, na qual concedeu para esta construcção as sobras das sizas, e a contribuição de um real em cada arratel de carne, e outro real em cada quartilho de vinho. Esta concessão durou até 1759.

Uma grande parte da população emprega-se na industria da pesca; os poveiros gosam da justa reputação de ser os mais audazes e valentes pescadores das praias do norte do paiz. As suas habitações constituem uma especie de bairro á parte da villa, que se estende pela praia ao sul do quebra-mar, e em algumas ruas, formadas de casas baixas ou abarracadas.

Com quanto antiga, a villa conservou-se de muito reduzida importancia até á vulgarisação do uso dos banhos de mar, que determinou o seu rapido desenvolvimento e prosperidade e transformando a pobre accumulação de barracas de pescadores n'uma das mais bellas villas do littoral portuguez, onde se encontram excellentes edificios particulares, boas hospedarias, e elegantes e bem providos cafés.

Depois a administração publica tem dotado a villa de todas as commodidades officiaes, o que attrahe tambem os banhistas, cuja concorrrencia enorme vae ainda augmentando de anno para anno.

O Sr. Brito Aranha, nas suas *Memorias historico-estatisticas*, diz que em cartas, datadas de 3 de Janeiro de 1305 [1], e endereçadas por el-Rei D. Diniz ás religiosas de Villa do Conde, o Rei chamava-lhe *Varazim de Jusão* (Varazim de Baixo), e que na carta de doação a seu filho bastardo, passada na mesma data, é confirmada aquella denominação.

O Conde D. Pedro no seu Nobiliario falla no *Porto de Varzim*

[1] Deve haver engano n'esta Era, pois o Convento só começou em 1318.

que pertencia a Villa do Conde; a citação é argumento em favor da importancia da povoação.

Nas referidas *Memorias historico estatisticas* lê-se, que pouco dapois de D. Affonso Sanches estabelecer, com sua mulher, residencia no senhorio, que lhe tinha sido doado pelo Rei seu pae, o Conde D. Martim Gil, com sua mulher D. Violante, quizeram disputar-lhe a posse, allegando que a Villa do Conde e seu dominio eram herança de seus antepassados.

A autoridade real, intervindo no pleito, exonerou do senhorio o Conde D. Martim Gil, e confirmou a sentença com a carta de doação.

D. Affonso Sanches, e sua mulher D. Theresa, disposeram em testamento que o castello de Villa do Conde, em que tinham vivido, fosse entregue para fundação de Mosteiro ás religiosas franciscanas de Santa Clara, conforme consta da Hist. Geneal. da Casa Real Portugueza [1]; esta doação foi feita em 1318, isto é, onze annos antes do fallecimento de D. Affonso Sanches, que é provavel que se desse em 1329.

Os nobres fundadores do Convento de Santa Clara deixaram tambem ás freiras, a quem o doaram, para a sua necessaria decencia e alimentação, o rendimento de varias terras e entre estas *pobooa de Varazim.*

O senhorio de Povoa de Varzim era porém com todas as suas jurisdições, honras, isenções e privilegios e comprehendia tambem *o direito de sentenciar sobre pleitos civis e sobre crimes.*

Estes poderes illimitados concedidos a freiras, que eram reclusas pela instituição do seu Convento, passaram portanto a ser exercidos pelos procuradores do Convento. Os grandes abusos que estes praticaram, motivaram reclamações dos povos muito justificadas, que el-Rei D. Manuel resolveu dando novo foral a Povoa de Var-

[1] Provas — pag. 122, T. I, no Cap. que se intitula:

Doação de D. Affonso Sanches de Albuquerque, e D. Tareja Martins, sua mulher, ao mosteiro das Freiras de Villa do Conde.

zim, e abolindo para sempre os direitos de que tão mau uso se havia feito pelo tempo de mais de duzentos annos.

Com o novo foral, que deu ao povo o direito de eleger os seus magistrados, constituindo se a Povoa com justiças e auctoridades proprias, principiou a terra a desenvolver-se e a prosperar.

Tem pelourinho.

Entre os mais sumptuosos edificios da villa destaca-se a Casa da Camara, mandada construir em 1791 pelo grande Francisco d'Almada e Mendoça, e que é de uma tão grande vastidão, que n'ella convenientemente se accommodam, alem da sala das sessões e instalações da Camara, o tribunal do juizo de direito, a administração do concelho, a repartição de fazenda. respectivas dependencias, e uma bibliotheca desde 1880. Nas lojas do edificio está installada a cadeia publica.

O forte que defende a barra, e que se edificou no sitio do antigo fortim, foi levantado por ordem de D. Pedro II, como aliás muitos outros fortins nas povoações do littoral, visto estarem até então sendo constantemente infestadas pelos piratas. As obras d'esta fortificação principiaram em 1703; foram porem interrompidas, e só mais tarde continuaram a requerimento do povo, sendo feita a sua solemne inauguração em 22 de Outubro de 1740, dia dos annos de el-Rei D. João V.

O forte tem cinco baluartes com suas cortinas, defrontando para o mar os da Conceição e de S. Francisco de Borja; e para a terra os de S. José, S. Filippe e S. Diogo. Proximo ergue-se o pharolim do porto.

Dentro da pequena fortaleza ha a ermida de Nossa Senhora da Conceição, de abobada de cantaria, com um retabulo e sacrario de talha dourada.

A linha ferrea de via reduzida do Porto á Povoa deve-se a Miguel Dantas, de Coura, e depois se estendeu até Famalicão, a entroncar no caminho de ferro do Minho.

Povoa de Varzim conta filhos illustres nas lettras, como Fran-

cisco Gomes de Amorim, Eça de Queiroz, Sr. D. Antonio Augusto da Rocha Peixoto, bibliothecario no Porto, e director da Portugalia, etc.

N'este concelho existem duas preciosas reliquias de architectura romanica, e são a egreja parochial de S. Pedro de Rátes, e a de Rio Mau, cujas monographias publicaram o Dr. Manuel Monteiro, e Mgr. Ferreira, Prior da Matriz de Villa do Conde.

Deu origem a esta formosa estação maritima uma villa *luzitano-romana*, que já começou a ser explorada pelo Sr. Dr. José Thomaz Agostinho Fortes, distincto archeologo portuense.

Villa Nova de Famalicão

Esta villa, séde do concelho e da comarca do seu nome, pertence ao districto e arcebispado de Braga. Dista do Porto 35 kilometros para o Norte.

Da sua freguezia é orago Santo Adrião.

Acerca da epoca da sua fundação, e da localidade em que está situada, dá-nos interessantes noticias a versão que passamos a apresentar.

A fertilidade do solo, e a opulencia da vegetação de uma vasta planicie então deserta, e apenas cortada pela via romana de Braga ao Porto, levaram D. Sancho I a promover a sua povoação; com este intuito deu foral, em 1 de Julho de 1205, aos futuros povoadores d'este sitio, que constituia o seu reguengo de Villa Nova.

N'este foral ha a concessão de uma feira quinzenal aos Domingos, pagando a portagem de S. Pedro de Rates, e ainda o privilegio, para todos os que viessem a esta feira, de não poderem ser presos nem penhorados n'esse dia, qualquer que fosse o crime que n'ella commettessem.

Tendo portanto D. Sancho I dado tão importantes regalias aos povoadores de Villa Nova, e estabelecido uma feira franca n'aquella

localidade, que era servida por uma antiquissima estrada, não se pode pôr em duvida que tivesse condições para um certo desenvolvimento. Convem observar que este desenvolvimento não adquiriu nunca proporções, que determinassem a sua classificação como terra importante até 1768, data em que a sua população começou a crescer um pouco. Foi porem no seculo XIX e no reinado da Rainha D. Maria II, que a povoação foi elevada á cathegoria de villa por Carta regia de 10 de Julho de 1841,[1] podendo datar-se a sua florescencia do anno de 1835, e mais particularmente desde que se inaugurou a estrada macadamisada do Porto a Braga.

A creação do concelho e comarca de Famalicão data tambem de 1835; foi presidente da sua primeira Camara Municipal, o Dr. Antonio Ribeiro de Queiroz Moreira, da nobre Casa do Vinhal.

A villa dista quatro leguas de Braga, e tem n'ella estação o caminho de ferro do Minho; ali existe tambem o entroncamento do caminho de ferro de via reduzida para a Povoa de Varzim e para Guimarães. De Famalicão partem para todas as terras importantes da provincia excellentes estradas.

O desenvolvimento de viação publica, e o grande numero de edificações, mandadas levantar ultimamente por filhos do concelho, regressados do Brasil, tem feito prosperar extraordinariamente a terra, que era de accentuada insignificancia, no começo da segunda metade do seculo XIX.

Julgamos que a fundação da villa fica assim mais logica e naturalmente explicada, que pela versão de uma venda, estabelecida ali por um homem chamado Famalicão, em epoca que se não pode

[1] N'esta Carta lê-se, que «Attendendo a que na Povoação de Famalicão concorrem as necessarias proporções para sustentar com dignidade o Titulo de Villa, tanto pelo seu commercio e subido numero de propriedades, como pela grandeza de seus Edificios, nos quaes ultimamente se tem feito consideraveis melhoramentos; e Tendo outro sim attenção á lealdade que distingue os seus habitantes, Hei por bem... fique erecta em Villa, denominando-se Villa Nova de Famalicão.»

calcular exactamente, mas que se suppõe ser nos reinados de D. Diniz e de D. Affonso IV.

Na *Encyclopedia Portugueza Illustrada* lê-se, que, na praça da Motta, tiveram os Condes de Barcellos um edificio denominado *Paço e Casa do Foral*, que emprazaram depois a Domingos Thomé da Fonseca, sendo posteriormente propriedade dos Aguiares de Santa Maria de Vermoim. O P.e Carvalho da Costa diz na sua *Corografia Portugueza*, que dentro do Palacio do Foral havia uma columna dedicada ao Imperador Elio Trajano. [1]

Entre os bons edificios da villa destaca-se o bello palacio do Barão da Trovisqueira, não só por ser um dos mais sumptuosos, mas por n'elle terem sido esplendidamente hospedados el-Rei D. Pedro V, em Agosto de 1861, e depois em 1863, el-Rei D. Luiz e a Rainha D. Maria Pia.

Observemos ainda que dos edificios publicos o mais notavel é o dos Paços do Concelho, que foi principiado em 1877, e terminado em 1881, sendo o seu custo total 28:499$550 réis, incluindo 2:400$000 réis do custo do terreno. No Tomo II do *Minho Pittoresco*, a pag. 101, vem uma excellente gravura d'estes Paços.

Quando nenhuns outros titulos nobilitassem a admiravel e opulenta região de Villa Nova de Famalicão, bastaria o de existir no seu termo *S. Miguel de Seide*, para que occupasse na historia um logar distinctissimo. Inscrever entre os seus filhos a alta individualidade de Camillo Castello Branco, é um padrão de gloria immarcescivel.

[1] Esta columna é um milliario de Caracallo, filho adoptivo de Trajano, e pertencente á via de Braga ao Porto. Está hoje na quinta de Santa Catharina, na freguezia de Cabeçudos, no mesmo concelho, medindo este cylindro de granito 2m,50 de alto, sobre 2m,52. Ha duvidas sobre a leitura da palavra Elio ou ALLIVS, que parece foi incorrectamente restaurada, bem como no numero de milhas que designa.

Folha n.º 2-c (Villa Nova da Cerveira)

Esta folha está comprehendida nas n.os 1 e 4 da Carta chorographica, na escala de 1/100000, que foram levantadas, nos annos de 1868, 1878, 1882 e 1883, pelos officiaes do exercito, José Joaquim Mendes Junior, Antonio José Pery, Joaquim Emygdio Xavier Machado, Joaquim José Bragança, Victorino Teixeira Larangeira, Emilio Vidigal Salgado, Albino Evaristo do Valle Souto e Sr. Marianno Antonio de Azevedo.

Em 1892 foram os originaes de campo ampliados e rectificados para pranchetas na escala de 1/50000 pelo major Albino Evaristo do Valle Souto.

As suas coordenadas geographicas são proximamente 41° 49′ a 42° de latitude norte e 0° 15′ a 0° 37′ de longitude leste do Observatorio do Castello de S. Jorge.

Districtos e concelhos

A região desenhada n'esta folha está comprehendida no districto de Vianna do Castello, vendo-se parte dos concelhos de Caminha, Villa Nova da Cerveira, Valença, Paredes de Coura, Ponte de Lima e Monção.

Freguezias

Do concelho de Caminha encontram-se as seguintes freguezias: Seixas, Caminha (matriz), Vilarelho, Christelo, Moledo, Venade, Azeredo, Lanhelas, Vilar de Mouros, Argela, Arga (S. João), Gondar, Arga de Baixo e Arga de Cima.

Do concelho de Villa Nova da Cerveira encontram-se as seguintes freguezias: Reboreda, Lovelhe, Villa Nova da Cerveira, Loivo, Gondarem, Sôpo, Campos, Nogueira, Cornes, Sapardos, Mentrestido e Covas.

Do concelho de Valença encontram-se as freguezias seguintes: S. Pedro da Torre, Silva (Santa Maria), Silva (S. Julião), Gondomil, Gandra, Taião, Cerdal e Fontoura.

Do concelho de Paredes de Coura veem-se as seguintes freguezias: S. Martinho de Coura, Porreiras, Insalde, Ferreira, Linhares, Formariz, Mozelos, Paredes de Coura, Parada, Infesta, Christelo, Rezende, Castanheira, Rubiães, Cunha, Bico, Agua longa e Romarigães.

Do concelho de Ponte de Lima encontram-se as seguintes freguezias: Cabração, Rendufe, Labrujó, Labruja, Villar do Monte e Barrio.

Do concelho de Monção não está indicada nenhuma séde de freguezia.

Estradas

E. N. n.º 23 — Entra na folha ao S. junto á povoação de Santo Isidro, passa por Caminha, Seixas, Lanhelas, Villa Nova da Cerveira, Lovelhe, Campos e dirige-se para N. sahindo da folha no logar de Eixo d'Arão.

E. N. n.º 24 — Parte da freguezia de S. Pedro da Torre, passa

proximo das freguezias de Fontoura, Linhares, Ferreira, Formariz e Paredes de Coura voltando para N. E. até á freguezia de Insalde.

E. N. n.º 30 — Parte da E. N. n.º 24 junto da povoação de S. Bento da Porta Aberta e dirige-se para S. até á freguezia de Romarigães onde termina, passando pelas povoações de Deveza, Rubiães, Cavalinho e Bôa Vista.

E. D. n.º 1 — Parte de Caminha, passa proximo da freguezia de Argella e pelas freguezias de S. Martinho de Coura, Cunha e termina na Bico.

E. D. n.º 8 — Liga Villa Nova da Cerveira com a povoação de Cima de Villa.

E. D. n.º 9 — Parte da E. D. n.º 1 na povoação de Felgueiras e dirige-se para S. passando proximo das freguezias de Rezende, Rendufe, Labrujó e Barrio.

E. M. — Parte da E. D. n.º 1 para o logar de Caetano, passando pela freguezia de Venade.

E. M. — Da E. N. n.º 23 para as freguezias de Silva (Santa Maria) e de Silva (S. Julião).

E. M. — Parte da E. N. n.º 23, perto de Tuido, passa pelo logar de Bogim e pela freguezia de Gandra.

E. M. — Parte da povoação de Pecegueiros e dirige-se para S. até á margem da folha no logar de Codeçal.

Caminho de ferro

Vê-se n'esta folha a linha ferrea do Estado; o seu percurso faz-se no sentido S. O. N. E. paralellamente ao rio Minho, vendo-se as estações de Moledo, Caminha, Seixas, Couto, Lanhelas, Gondarem, Loivo, Cerveira, Campos e S. Pedro da Torre.

Hydrographia

Encontra-se n'esta região o rio Minho que entrando na folha ao N. toma a direcção S. O., indo desaguar no Oceano. Este rio, na sua linha media, marca o limite norte do paiz, e tem como affluente principal na sua margem esquerda o rio de Coura, que nasce na serra da Boulhosa, limite da freguezia de Insalde, corre na direcção E. S. O. até á freguezia de Cova e voltando depois a O. vae desaguar no rio Minho junto de Caminha.

Outras linhas d'agua se veem n'esta região, porém de pequena importancia.

Orographia

As serras mais importantes, que se vêem no terreno accidentado d'esta folha, são as seguintes:

Serra da Boulhosa — Situada ao N. da freguezia de Insalde, em direcção N. E. a S. O. Tem de comprimento proximamente 15 km. e 5 km. de largura, sendo a sua maior altitude 748 metros, que é a altitude da pyramide geodesica denominada Cardio.

Serra de Miranda — Situada ao S. da Villa de Paredes de Coura na direcção N. N. O. a S. S. E. tendo de altitude 835 metros.

Serra do Corno de Bico — Tem esta serra a configuração de que se deriva o nome e fica um pouco a O. da serra de Miranda em direcção E. a O.

Serra de S. Paio — Situada a S. E. da Villa Nova da Cerveira em direcção N. a S. Está construida n'esta serra a pyramide de 1.ª ordem S. Paio com a cota de 640 metros de altitude.

Serra d'Arga — Esta serra de 747 metros de altitude approximadamente, está situada na freguezia d'Arga na direcção N. O. a S. E. Segundo um letreiro existente na porta da egreja de S. João

Castelo de Vila Nova da Gerveira

Baptista d'Arga existia n'esta serra desde 623 um convento da ordem de S. Bento. Esta serra era chamada pelos romanos *Monte Medullio*, sendo abundante em gado e caça.

Alem d'estas serras encontram-se ao S. da folha alguns cabeços onde foram construidas as pyramides denominadas Cobertorinho, Espiga e Cumieira com as respectivas cotas 222, 413 e 606 metros de altitude.

Povoações principaes

Villa Nova da Cerveira, Caminha e Paredes de Coura.

Villa Nova de Cerveira

Esta villa, séde de concelho e de comarca, pertence ao districto administrativo de Vianna do Castello, e ao arcebispado de Braga. Está situada em terreno plano, sobre a margem direita do rio Minho, na estrada de Caminha a Valença, a 37 kilometros da capital do districto, e a 15 de Valença. Divide-se em duas partes denominadas *dentro da villa e fóra da villa*; a primeira, que é a parte mais antiga da povoação, está defendida por uma cerca de muros com oito torres e duas plataformas; sobre a porta da barbacan ha uma capella de Nossa Senhora d'Ajuda; a segunda é a parte mais nova da povoação, para onde a villa tende a aformosear-se, como o provam alguns bons edificios, que ahi se teem construido.

A porta do Castello dá para um largo, onde, alem de varias casas de particulares, estão a egreja matriz, o obelisco da guerra peninsular, e uma fonte, alimentada por muita e boa agua. A egreja matriz é dedicada a S. Cypriano, é a séde da unica freguezia da villa. Do largo partem duas ruas: *a da Egreja* que vae ao Caes,

debaixo da ermida de S. Sebastião; e *a do Arrabalde* que termina na Feira do Gado.

A parte de *fóra da villa* foi tambem cercada de uma muralha com seus baluartes e fosso, a qual mandou construir, cerca de 1660, D. Diogo de Lima, 9.º Visconde de Villa Nova de Cerveira, e Governador das Armas d'esta Provincia.

N'esta segunda muralha abriam-se quatro portas: a da Campanha, que olhava para o Norte, e tinha um pouco affastada a capella da invocação de *Santo Antonio de Lourido*, onde se baptisou o General Caetano Pereira Sanches de Castro; a *porta Nova* voltada para o Sul, e que dava saida para a estrada que conduz a Caminha e a Vianna, tambem, á distancia de 500 metros, com uma capella consagrada a *S. Gonçalo*, outr'ora cercada de arvoredo e hoje proxima da Estação do Caminho de ferro; *a porta de traz da Egreja*, que deitava para Leste, e dava communicação para a rua das Cortes; e *a porta do Rio*, que ficava do lado d'este, e conduzia ao Caes da Villa sobre o rio Minho.

Do cimo da *bateria superior* disfructa-se um soberbo ponto de vista, tanto para a margem hespanhola, onde em frente da villa se levanta *o forte de Govão*, como para a propria villa e todo o valle do rio Minho até á sua foz.

A primitiva egreja matriz, muito antiga e de uma só nave, foi destruida em parte por um vendaval, que cahiu sobre a villa na manhã de 2 de Janeiro de 1877; foi reedificada com trez naves e duas torres.

No *Minho Pittoresco*, Tomo I, pag. 150, lê-se: A matriz de Villa Nova de Cervelha tem magnifica obra de talha, e são tambem notaveis dois altares lateraes; seria para desejar que as juntas de parochia os conservassem taes como estão, aliviando-os tão sómente dos oratorios, que são ali um anachronismo, e um attestado de ignorancia e de mau gosto.

E' admiravel o pelourinho de Villa Nova de Cerveira, erigido junto á Camara Municipal. Foi classificado monumento nacional.

Correm duas versões sobre a origem do nome da villa; apresentamos em seguida a que se nos afigura mais provavel.

Pelos annos 1320 el-Rei D. Diniz fundou esta povoação n'um sitio que tinha o nome de Cervaria por ser frequentado por cervos, e isto em consequencia de ser logar deserto, ensombrado de arvoredo e junto de um rio; julga-se que d'esta circunstancia provem o nome da povoação e o seu brasão d'armas.

Diz-se que a primeira situação da villa foi um pouco mais acima, onde chamavam as Vallinhas, por cima da quinta de Santo Antonio de Lourido; n'esta quinta apparecem vestigios de povoação pre-romana.

No castello d'el-Rei D. Diniz apenas se demoliu a parte alta da torre dos Mouros, cuja pedra se applicou ao calcetamento da rua do Arrabalde; as muralhas que defendiam a villa moderna foram todas demolidas em 1876, pela concessão á Camara Municipal em virtude da Carta de lei de 22 de Março de 1875.

Nas immediações da villa encontra-se o forte de Lobelhe, de muitos annos desguarnecido e desartilhado; este forte chamou-se tambem de Azevedo, por ter sido mandado construir, em 1660, pelo Mestre de Campo General D. Francisco de Azevedo. O forte de Lobelhe foi destinado para lazareto, em 1856, quando a epidemia do cholera assolou o paiz, não chegando a funccionar.

Lembremos ainda que na encosta oriental do monte da Pena houve o antigo mosteiro de S. Payo, que tinha feira franca no fim do mez de Junho, por concessão de D. João III.

El-Rei D. Diniz deu foral á villa em 1 de Outubro de 1321. Segundo Pinho Leal, entre os privilegios concedidos por este foral havia: couto para sete criminosos, isenção de direitos para tudo que importasse da Galliza, ou exportasse para ali, eleição livre dos vereadores e juiz ordinario, terça dos dizimos para conservação do Castello etc. Segundo a *Encyclopedia Portugueza Illustrada*, no foral novo que el-Rei D. Manuel lhe concedeu, em 20 de Outubro de 1512, ficaram os seus moradores com a faculdade de repartirem

entre si as herdades e reguengos, que pertenciam á Corôa, com a condição de pagarem annualmente á Camara 31$860 réis, sendo ella responsavel para com a Corôa pela avença, e concedendo-lhe por isso o direito de receber a dizima da foz, o direito do *navão*,[1] o dizimo do pescado, etc. Quando a receita não chegasse para cumprir a avença, a Camara tinha o direito de lançar a cada fogo uma contribuição de duas *escás* de milho (sete quartas de alqueire), pelo encabeçamento para livre corte de arvores nas mattas e pastagens de gado, contribuição que era arrematada annualmente. Esta contribuição chamava-se *renda da andaria*; tornou-se tão oppressiva para os povos, que os levou a sublevar-se contra ella, e que terminou acceitando aos povos, representados pelos seus *homens bons* a obrigação de pagarem annualmente 110$200 réis, que foi o maior lanço que a contribuição obteve.

Villa Nova de Cerveira, como antiga praça d'armas, não padeceu qualquer incommodo por parte dos invasores do nosso paiz, os quaes teem procurado passar o rio Minho em sitio que offereça poucas difficuldades, e conseguintemente muito acima d'esta.

A villa esteve em poder dos hespanhoes, mas offereceu submissão a Nun'Alvares Pereira em 1385. Nas guerras da independencia foi atacada infructiferamente pelos hespanhoes, a 25 de Setembro de 1643; foram repellidos pelos portuguezes, commandados por Manuel de Sousa d'Abreu.

O concelho de Villa Nova da Cerveira, em grande parte montuhoso, assenta nas faldas do elevado monte de S. Payo. No alto d'este monte e no termo de Villa Nova de Cerveira, houveram dois velhos mosteiros de freiras, *Valhôa*, em Campos, e *Loiva*, depois annexados a Sant'Anna de Vianna.

Villena Barbosa diz que o brazão d'armas d'esta villa é, em campo verde, um veado ou cervo, sustentando nas pontas o escudo das armas portuguezas sem os castellos.

[1] *Navão* era o imposto de um peixe por cada barca de pesca para a Corôa ou fisco.

O mercado effectua-se nos dias 3 e 16 de cada mez sendo muito concorrido.

A villa tem a honra de ser cabeça do primeiro Viscondado que houve em Portugal. Em 1476 el-Rei D. Affonso V fez mercê do titulo de Visconde de Villa Nova de Cerveira a D. Lionel de Lima, fidalgo de illustre linhagem, senhor de varias terras e Alcaide-mór de Ponte de Lima, concedendo-lhe tambem o senhorio da villa. O povo porem oppoz-se tenazmente ao reconhecimento de tal senhor; e nova opposição levantou quando, no tempo de Filippe III, os Viscondes de Villa Nova de Cerveira julgaram opportuno o ensejo para obter a confirmação da regia mercê de D. Affonso V.

Os Viscondes de Vila Nova de Cerveira foram elevados a Marquezes de Ponte de Lima por D. Maria I.

No 5.º Visconde terminou a varonia de D. Lionel de Lima; porque do seu casamento com D. Brites de Alcaçova, filha do 1.º Conde da Idanha, não nasceu filho varão; succedeu-lhe D. Ignez de Lima que casou com Luiz de Brito e Nogueira, senhor dos morgados de Santo Estevam de Beja, e de S. Lourenço de Lisboa.

Seu filho, D. Lourenço de Lima Brito e Nogueira, recusou o titulo de Conde para se não perder a memoria de terem sido os seus ascendentes os mais antigos Viscondes de Portugal; por Carta de 19 de Dezembro de 1623, foi-lhe concedida a prerogativa *da grandeza*.[1]

Caminha

Sobre a margem esquerda do rio Minho, a 1500 metros da sua foz, e torneada pelo Coura na confluencia d'este rio com o Minho, assenta a notavelmente bella villa de Caminha.

[1] Sobre este assumpto veja-se *Portugal Antigo e Moderno*, Tomo XI pag. 812.

A barra do Minho divide-a em duas, junto do ilheu da Insua: a do Norte, sobre uma restinga, chamada *barra-hespanhola*; a do Sul está completamente assoreada desde muitos annos.

E' admisssivel que os primeiros nautas, que percorreram as costas de Portugal, e que dissemos, foram os Phenicios e depois os Romanos, fundassem na foz do Minho em qualquer das margens, algum estabelecimento, restando no monte de Santa Tecla vestigios d'essa remota occupação.

A villa foi fundada por D. Affonso III, que em 1260 lhe começou a levantar as muralhas, que se acham quasi todas demolidas; a sua importancia como praça de guerra continuou até ao fim do seculo XVIII. Nos factos de Caminha deve notar-se o facto de francezes terem sido repellidos com perdas, em 1809, na occasião em que tentaram desembarcar no Cabedello, para o pinhal do Camarido.

No ilheu da Insua ha a fortaleza com cinco baluartes, que foi considerada praça de 2.ª ordem; a sua construcção é do tempo de D. João IV, tendo dentro um convento de frades capuchos.

O antigo concelho de Monumentos Nacionaes classificou como tal a fortaleza da Insua.

Passamos a dar uma breve noticia das muralhas, que defendiam a praça de que estamos tratando.

O primeiro recinto fortificado por D. Affonso, Conde de Bolonha, e concluido no reinado de D. Diniz, era todo de cantaria; tinha quatro portas: a da Villa, que passou a ser torre do Relogio, e que é notavel tambem pela sua altura; a do Sol; a Porta Nova; e a Porta do Marquez, sobre o rio, e assim chamada por ficar junto do palacio do Marquez de Villa Real; ao pé d'esta porta havia um caes a que acostavam navios, e que de muito está açoreado. Da primeira muralha, obra da primeira dynastia, existe ainda uma parte e a torre do Relogio.

A segunda circumvallação de muros mandou fazel-a D. Pedro II, depois de 1668. Tinha tres portas: a da Corredoura, sobre o rio

Forte da Insua

Torre de Caminha

Coura; a de Santo Antonio, detraz do Convento dos Capuchos; e a de Vianna, que ficava ao Sul; e tinha um postigo para o rio Minho para serviço dos pescadores d'esse bairro.

Esta fortificação e circumvallação era de alvenaria, e construida com fosso e contra-escarpa.

Abrangiam quasi toda a villa estas obras do seculo XVII, hoje arruinadas, e que desappareceram em grande parte.

A 400 metros da porta de Vianna principia o grande pinhal nacional de Camarido, que foi mandado semear por el-Rei D. Diniz, em 1294, e que tem cerca de 5 kilometros de extensão. Este pinhal está situado na freguezia de Christello; detem as areias e dunas, que iam invadindo os terrenos cultivados, e estende-se até á freguezia de Molledo, sendo atravessado pela Estrada nova.

Um anno depois da restauração de 1640 descobriu-se uma vasta conspiração, tendo por fim assassinar el-Rei D. João IV e toda a Familia Real, e entregar depois o Reino á Hespanha. Os principaes promotores d'esta alta e negra traição foram: o Arcebispo de Braga; o Inquizidor geral D. Miguel de Menezes, filho do Marquez de Villa Real e Duque de Caminha; o Marquez de Villa Real; o Conde de Armamar, e D. Agostinho Manuel de Vasconcellos.

D'estes conspiradores, o Arcebispo morreu na prisão; o Inquisidor geral, depois de estar muitos annos preso, foi perdoado; os quatro seculares foram degolados no Rocio de Lisboa, a 29 de Agosto de 1641.

Querem alguns escriptores que o nome de Caminha provenha de Caminius, cavalleiro da antiga Galliza, que primeiro povoou este sitio, que D. Affonso III elevou a villa concelhia, e a qual D. Diniz augmentou concedendo-lhe o foral de Valença.

Caminha possue uma sumptuosa egreja matriz, monumento do seculo XVI, que é considerada o mais bello templo das povoações do Norte de Portugal. A sua primeira pedra foi lançada em 1488, reinando D. João II; a sua conclusão, depois de 1500, é porem de-

vida a el-Rei D. Manuel, que contribuiu com grandes donativos para a construcção da obra, que estava muito atrasada.

As cantarias do templo são ornadas de muitos arabescos; a porta lateral apresenta primorosas esculpturas, fielmente reproduzidas pela Casa Biel, na *Arte e Natureza*.

O tecto de toda a egreja é composto de madeira de bôrdo, formando paineis com apparatosos florões nos fechos.

Na capella dos Mareantes exite uma imagem de Jesus Ecce Homo, que, dizem, veiu de Inglaterra quando Henrique VIII, abjurando o catholicismo, mandou queimar as imagens dos templos.

Caminha offerece ruas largas e planas e uma espaçosa praça, em que ha a Casa da Camara, antiga capella de S. Sebastião. As ruas, na sua maioria são muito bem calçadas com lages de granito, e n'ellas se veem bellos edificios.

Esta memoravel villa foi importante estaleiro de construcções navaes nos tempos idos.

Os arredores de Caminha distinguem-se pela bellesa da sua paisagem, povoada de abundantes arvoredos, e de admiravel vegetação. A torre de Lanhellas sobe ao seculo XV; em Villar dos Mouros havia outra torre antiquissima, desfeita em 1837 para os pegões da ponte de madeira sobre o rio Coura.

Deve ainda notar-se que este porto do mar fez larga exportação de pescarias, fornecidas pelo Occano e pelo rio Minho, onde se pescam magnificos salmões, saveis e lampreias.

O brasão d'armas de Caminha é constituido por um castello de prata com tres torres, sobre um mar de ondas verdes em campo vermelho; sobre a torre do meio uma estrella; por timbre a corôa ducal.

Entre os privilegios concedidos a Caminha pelos seus foraes,[1]

[1] El-Rei D. Diniz deu-lhe foral com todos os privilegios do de Valença, a 24 de Julho de 1284, e el-Rei D. Manuel deu-lhe foral novo a 1 de Junho de 1512.

havia o de ser *couto de Reino*, privilegio que importava a faculdade de poder qualquer malfeitor ir morar na villa, sem receio da justiça ou de qualquer castigo, com tanto que o crime commettido não fosse de heresia, regicidio ou traição. Estes coutos, que eram quasi todos nas povoações da fronteira, e pertençamente justificados com o empenho da sua população, foram extinctos pela lei de 1790.

Julgamos opportuno recordar, que em muitos foraes se não exceptuavam os crimes de moeda falsa, adulterio, e homicidio voluntario; e que em alguns se não exceptuavam os crimes de bestialidade e incesto. Dava-se ainda a circumstancia de não poderem os criminosos acoutar-se a menos de dez leguas do sitio em que praticavam o crime.

Caminha tem hoje estação do Caminho de ferro, no kilometro 105, logo á sahida do tunel aberto em rocha, com 410 metros, que fica debaixo da cêrca do Convento de Santo Antonio, onde estabeleceram o cemiterio.

Na praça principal, defronte do bello chafariz, existe o velho palacete dos Pittas, que vieram para Portugal no tempo de D. Affonso III, e aqui ficaram com o turbulento, D. Pedro Alvares de Sottomayor, Conde de Caminha e Visconde de Tuy, cujos paços estavam junto á porta do Sol, na rua do Vau.

A villa tem hoje illuminação electrica; o mercado é ás quartas feiras.

Fiscalisa o Minho a pequena lancha a vapor — *Rio Minho*.

Ha aqui uma estação inglesa do Cabo submarino, que liga Vigo a Carcavellos.

O rio Minho nasce na serra de Mondonhêdo, na provincia de Lugo, devendo o seu nome á grande quantidade de *minio* ou vermelhão que arrasta; Estrabão lhe chamou *Beuio*. Percorre um curso de 250 km., sendo 75 de raia, entre Portugal e a Galliza. Banha as cidades de Lugo, Orense e Tuy, recebendo muitos rios importantes, como o Tábõga, Ladra, Parga, Aviã e Tea na margem direita; na esquerda, o Neira, Sarria, Sil e o Arnoia; e em Portugal

o Trancoso, que nos serve de raia, o Mouro, Gadanha, Mira e o Coura, que vem da serra do Corno de Bico. E' atravessado por 14 pontes principaes, merecendo particular citação as duas de pedra: a distante 2 km. de Lugo, na estrada real d'esta cidade a Sant'Iago; a de Orense com 7 arcos, tendo o maior 43 metros de vão; e a Internacional entre Valença e Tuy, que descreveremos quando tractarmos d'aquella praça de guerra portugueza.

Tomada de Caminha pelo Almirante Napier

O Almirante Napier, no seu livro *Guerra da Successão em Portugal*, conta que, tendo difficilmente obtido o consentimento, pelo qual tinha instado junto do Imperador e do Ministro da Guerra, para poder ir apoderar-se dos portos de mar, que ainda se achavam na posse dos miguelistas, partiu para Setubal, com uns cento e vinte soldados da marinha ingleza e trinta a quarenta marinheiros, a bordo do vapor Cidade de Edimburgo. A sua intenção era embarcar ali a marinhagem portugueza, e ir atacar a Figueira. D'este proposito tinham conhecimento o Imperador e o Ministro da Guerra, e tanto que se passaram ordens ao Governador de Leiria para coadjuvar as operações de Napier. Espalhara-se e era geralmente accreditado, que Napier partia para o Sul, em apoio do Barão de Sá, que se encontrava no Algarve.

. . . . . .

Napier partiu do porto de Setubal na tarde de 15 de Março de 1834, e na noite seguinte fundeou ao abrigo do Cabo Mondego, onde já se achavam as corvetas Elisa e Portuense; a corveta D. Isabel Maria, que tinha tido ordem de partir de Lisboa para aquelle ponto ainda não tinha chegado. Napier mandou suspender ferro ao amanhecer, e depois de reconhecer a Figueira, decidiu desembarcar uma força de marinha, um pouco ao Norte de Buarcos, e atacar em seguida a Figueira por terra e por mar.

A ressaca que havia na costa era porem tão grande, que tornava impossivel tentar o desembarque; e a barra da Figueira estava tambem impraticavel.

N'esta conjunctura reuniu-se-lhe o vapor Lord, vindo de Caminha, e tendo por elle obtido melhores informações do estado da costa para a parte do Norte, resolveu intentar ali o desembarque. Na manhã seguinte reuniram-se-lhe mais o brigue Villa Flor e o vapor Jorge IV, e com todos os navios, que mencionamos, partiu para a barra de Caminha.

No seu citado livro o Almirante Napier, narrando as suas operações no Norte do Reino, depois de descrever a barra do Minho, diz:

Que tendo procedido de perto ao reconhecimento da barra, que lhe pareceu praticavel, desembarcára na pequena villa de La Guardia para obter noticias e esclarecimentos: foi bem recebido por um antigo capitão, que era o Commandante hespanhol, e por o Consul portuguez que era tambem hespanhol; este conduziu-o ao cimo de um alto monte (o de Santa Tecla), d'onde se via admiravelmente o rio e Caminha.

Apresentamos em seguida o resultado intelligente do reconhecimento, que d'ali fez o illustre Almirante:

A fortalesa que se acha no meio do rio tem altas muralhas, e é de difficil accesso, alem de que uma forte e continua ressaca tornava impossivel o ataque por aquelle lado; tambem era duvidoso se a barra estaria praticavel, e quasi certo que as forças do seu commando seriam descobertas ao passal-a, e conseguintemente achariam a villa preparada para as receber.

Caminha pelo lado da terra era cercada de muralhas com seu fosso, mas tinha poucas peças montadas. A muralha pelo lado do mar não tinha fosso, e encostados a ella, tinham-se construido alguns armazens, perto do caes onde os navios descarregavam. Ao olhar experimentado de Napier offereceu-se logo o emprego d'estes armazens para arvorar as suas escadas de assalto, se conseguisse chegar junto d'elles.

De La Guardia partia uma vereda pelo meio de um valle, á esquerda do monte em que Napier fez o reconhecimento, a qual ia ter a um estabelecimento mercantil hespanhol, exactamente defronte de Caminha.

Notemos que na segunda invasão francesa mandou o Marechal Soult arrastar barcas por este valle, no intuito de atravessar n'ellas o Minho, mas foi mal succedido.

Graças á boa vontade do Consul portuguez, e á do Juiz hespanhol, que era um mancebo muito habil, activo e animado de sentimentos constitucionaes, e graças á disposição de toda a força hespanhola ao longo da margem do rio, *a fim de se evitar qualquer communicação com Portugal, mantendo-se assim rigorosamente a neutralidade da Hespanha*, disposição ordenada pelo commandante hespanhol, poude Napier realisar os seus ardentes desejos de levar pelo caminho do valle a força do seu commando, a qual, como tinha sido combinado, desembarcou á meia noite, isto é, quando os habitantes de La Guardia dormiam descançadamente. A força de Napier estava toda na praia á uma hora da madrugada, e, como não havia tempo a perder, poz-se logo em marcha pelo caminho do valle, e ás duas horas estava defronte de Caminha.

A narrativa que vimos extractando diz depois: Tudo estava tranquillo, não appareciam escaleres de vigia, e não se tinha permittido communicação alguma durante o dia. Napier esperava encontrar barcos sufficientes para transportar toda a sua força para a outra margem, mas apenas lhe appareceram dois barcos de passagem; era preciso empurral-os com varas compridas atravez do rio e como a vasante levava força necessaria os barcos haviam descair para a entrada do rio.

Os barcos apenas poderam transportar metade da força; mas Napier, apezar de não antever a distancia a que iriam descair, tomou a precaução de deixar a operação inteiramente ao arbitrio do official commandante, ou para tomar posição até que elle podesse passar com o resto da força, ou para se pôr em marcha, conforme

as circunstancias. O official commandante considerando a distancia a percorrer, e a impossibilidade dos barcos poderem voltar antes que a maré enchesse, viu que não havia tempo a perder, e como tinha um excellente guia marchou em direitura á villa.

Proximamente a uma milha da villa foram surprehendidos os piquetes do inimigo, que estavam dormindo; as portas estavam fechadas. Não havia sentinelas sobre os baluartes, mas a muralha era demasiadamente alta para se poder saltar. O guia, sem se desconcertar por modo algum, conduziu a força constitucional por uma estreita ladeira abaixo, para o lado do mar, conservando-se sempre proximo das muralhas, e assim marcharam costeando todo o comprimento da villa, em profundo silencio, e chegaram ao caes. Acharam aberta uma pequena porta destinada a sortidas, e por ella entraram.

A força dividiu-se em tres destacamentos: um apoderou-se da casa da guarda; outro dos quarteis, e o terceiro dirigiu-se a casa do Governador, que apenas teve tempo de deitar a cabeça fóra da janella e gritar: «ás armas», sendo logo morto por um tiro de um soldado de marinha. Um padre que assomou a outra janella teve egual sorte. Os soldados que estavam nos quarteis não offereceram resistencia, e dentro em poucos minutos havia inteira tranquillidade na praça de Caminha, que acabava de ser assim tomada por surpresa.

Em quanto se passavam os acontecimentos, que acabamos de descrever succintamente, Napier na margem opposta do rio, estava com os maiores cuidados sobre o exito, e quasi se arrependia da empresa, arriscando uma parte dos seus marinheiros a poderem padecer um grave revez; os seus receios depressa se dissiparam, vendo o movimento dos barcos de pesca, que foram mandados buscar o resto da Divisão.

Caminha era uma villa forte e murada, e, com quanto tivesse sido bastante despresada, tinha uma guarnição de setenta homens, que a podiam ter defendido durante algum tempo, e embaçadora

por tanto bastante as operações do Almirante. Este mandou uma intimação ao forte da Insua, que se entregou immediatamente e foi guarnecido; e fez uma proclamação aos habitantes de Caminha.

Concluindo esta noticia, diremos que a grandeza da audacia de Napier foi em muito excedida pela da incuria do Governador da praça, que chega a ser inacreditavel.

ADDITAMENTO

Folha n.º 12-c (Figueira da Foz)[1]

Para se estabelecer a origem d'esta cidade, encontram-se preciosos elementos no livro intitulado «Materiaes para a Historia da Figueira nos seculos XVII e XVIII», eruditamente escripto pelo Sr. Dr. Antonio dos Santos Rocha. Quando escrevemos a noticia sobre a Figueira da Foz, que se lê a pag. 230 do Tomo II d'esta publicação, não tinhamos lido este importante livro, do qual tomamos a liberdade de extrair algumas notas, que constituem uma revisão da noticia anterior, e á qual offerecem interessantes accrescentamentos.

Na Introducção prova o autor a existencia de uma estação humana no sitio da Figueira, na epocha da pedra polida, considerando que era a fóz de um rio, que devia ser abundante de peixe e sobretudo de molluscos comestiveis, indicados pela prodigiosa quantidade de conchas encontradas nas excavações dos terrenos, que outr'ora formavam o seu vasto estuario.

As circumstancias, que levamos ditas, deviam attrair os homens primitivos a estas paragens, que os forneciam de abundantes meios para a sua alimentação. Deve porem observar-se que á estes muito presumiveis argumentos da existencia do homem n'esta região podem juntar-se alguns argumentos directos, como são os res-

[1] Vide pag. 230 do Tomo II

tos da sua industria elementar, de que nos dá elucidativa noticia a Introdução do livro.

Os primeiros indicios historicos de uma povoação no sitio da Figueira, provem da celebre doação da egreja de S. Julião, feita pelo Abbade Pedro, no anno 1096 do Nascimento de Christo, á Sé Velha de Coimbra, sendo Bispo de Coimbra D. Cresconio. A doação que se acha no *Livro Negro* da referida Sé, é em latim, e por ella se vê que a igreja de S. Julião, situada na margem septentrional do rio Mondego, proximo da praia do mar, fôra outr'ora assolada e destruida pelos sarracenos, e restaurada pelo referido Abbade Pedro, por ordem do Conde D. Sisnando, que tendo sido investido do governo de Coimbra e dos territorios desde o Mondego até ao Douro, por D. Affonso Magno de Leão e Castella, logo apoz 25 de Julho de 1064 em que este Soberano tomou Coimbra, e tendo tambem recebido o poder de edificar igrejas e povoações, segundo o costume heriditario, deu este poder a clerigos e leigos.

Pelo mesmo diploma se mostra que a dita igreja foi edificada com *as casas necessarias e boas torres*. A doação comprehendeu tudo o que se achava dentro ou fóra da igreja, *todos os edificios*, todas as plantações de vinhas e arvoredos, terras cultas e incultas...

Dos objectos que constituiam a doação, infére-se que nas vizinhanças da igreja havia qualquer povoação que justificasse o levantamento de tão grande fabrica, que, se estivesse num sitio ermo, não podia servir para o fim a que era destinada.

No livro de que vimos estraindo esta noticia, e que principia por uma planta da Figueira da Foz, nos fins do seculo XVII e principios do seculo XVIII, observa o seu erudito autor que não conhece documento posterior ao da doação do Abbade Pedro, e até ao meado do seculo XIV, que expressamente prove a existencia de uma povoação no sitio em que demora a Figueira; mas que n'um documento do seculo XIV se menciona não só a exportação de vinhos e outras mercadorias *de Coimbra pela foz de Buarcos*, para varios logares do paiz e para França, mas a importação de madeiras para

construcções e vasilhame, dos moradores da mesma cidade, havendo porem a declaração de que não pagariam direitos nem dizima n'aquella foz. D'esta declaração deduz se a existencia d'uma povoação, que desse a gente necessaria para o movimento do porto, com a entrada e sahida dos navios, sua carga e descarga, etc.

Na Introducção o autor ainda apresenta outros argumentos que podem contribuir para confirmar a existencia de uma povoação na foz do Mondego, quando principiou a monarchia portugueza.

Posto isto, dedica-se no capitulo I ao estabelecimento da topographia da Figueira nos fins do seculo XVII, e no capitulo II ao regimen administrativo, judicial e fiscal da povoação, no mesmo seculo.

Ao velho couto de Tavarede pertencia a Figueira da Foz, que lhe estava administrativamente sujeita; a Casa de Tavarede tinha o senhorio dos fornos de coser pão, privilegio que importava a prohibição de qualquer morador do couto poder coser o seu pão ou assar as carnes para o seu alimento, senão nos fornos de *poia* d'aquella Casa.

Succedeu porem, em 1723, que Pedro Lopes de Quadros, fidalgo e morgado de Tavarede pediu uma pequena parcella do adro da igreja de S. Julião para alargamento da area de um forno de *poia*; pois apesar da qualidade do requerente, e de ser a concessão pedida, de manifesta utilidade publica, a Camara, em harmonia com o que praticavam as de Buarcos e Quiaios, não deferiu o pedido, sem proceder a uma vistoria na localidade, estando presentes seis homens do povo, os quaes consultados sobre o assumpto «*publicamente disseram que hera bem feito para utilidade do dicto povo conceder-se-lhe o que pedia*.

Transportemos-nos agora á epocha de accentuado despotismo, em que se deu a occorrencia que acabamos de referir, e não podemos deixar de nos curvar perante este notavel exemplo de admiravel democracia.

Posto isto deixemos aqui consignado que merece particular attenção o modo como o autor trata do regimen tributario da região, que era bastante complicado.

D'este regimen parece-nos interessante extractar o seguinte: Entre as contribuições vinham em primeiro logar os direitos reaes, regulados principalmente pelos dois foraes de Montemór-o-Velho e de Tavarede, ambos concedidos por el-Rei D. Manuel.[1]

Até á data da concessão do foral, a navegação encontrava grandes obstaculos no regimen aduaneiro do porto da Figueira, que impediam quasi por completo o desenvolvimento da povoação, obstaculos que foram sabiamente regulados no titulo *Franquia*, por virtude do qual os navios que entrassem a barra apenas para procurar abrigo contra as tempestades, e não vendessem alguma parte da carga, nada pagariam. Ainda assim a *Franquia* só permittia que estes navios se demorassem no porto até que o tempo se tornasse favoravel para proseguirem nas suas derrotas. Quando não havia a *Franquia*, os navios preferiam pairar defronte da costa e defronte da foz do Mondego, expondo-se assim a grande perigo, que por vezes custava perdas de vidas e de fazendas, para evitar o pagamento dos direitos de entrada.

Entre os mais vexatorios tributos que pagavam os habitantes de Tavarede, e as heranças da Chã e do Casal de Cabanas, destacava-se o da *colheita* ou *jantar*, que consistia no que passamos a expôr: o Deão da Sé de Coimbra, visitando uma vez por anno o logar de Tavarede, recebia dos moradores, para o seu jantar, 180 reaes, de seis ceitis o real, e das heranças de Chã e de Cabanas 2 carneiros, 2 cabritos, 6 almudes de vinho, 10 gallinhas, um quarteiro (1/2 de moio) de cevada pela medida de Coimbra, isto é cerca de 11 alqueires, 100 pães, 5 soldos em dinheiro, meio alqueire de manteiga fresca, lenha e vinagre que *abonde para se poder cosi-*

[1] Montemór-o-Velho teve primitivamente foral, dado em 1211 pelas Infantas D. Theresa e D. Branca, filhas de D. Sancho II, e confirmado por D. Affonso III; este foral não faz referencia ao porto da Figueira, emquanto que o de el-Rei D. Manuel de 20 de Agosto de 1516, não só se estendia a este logar, mas tambem a Quiaios e Alhadas.

nhar as dictas cousas na cosinha do Dião! Do que fica exposto poderia inferir-se com epigramma, que n'aquelles tempos a cevada tambem fazia parte da alimentação do Deão.

O regimen tributario que os Filippes estabeleceram em Portugal, durante o seu nefasto dominio, affirmou-se pelos vexames de toda a ordem, que esmagavam os povos, e que eram ainda augmentados pelo abandono a que se votavam os nossos mais importantes interesses.

A industria da navegação foi uma das que mais padeceram então; porque os piratas mouros e os dos portos do norte da Europa, cuja audacia se não procurava de modo algum reprimir, chegavam a vir apresar navios dentro dos nossos portos.

Tendo sido saqueada a povoação de Buarcos, e provavelmente a da Figueira no anno de 1629, pela gente armada que lançaram em terra quatro naus, é interessante consignar *a liberalidade de Filippe II nas singulares providencias que mandou adoptar na defesa dos portos d'aquella região*. Estas providencias, que se encontram a pag. 62 do livro que vimos extractando, são as seguintes:

«Recebeu-se a vossa carta de 2 de Junho passado com o papel do juiz de fóra da villa de Montemór-o-Velho, dando-me conta de como quatro naus inimigas botaram gente em Buarcos, e o damno que ali fizeram.

«E havendo visto e considerado a materia, me pareceu dizer-vos ordeneis que o Castello que ha n'aquella villa se proveja de modo que possa ter defensão em quanto lhe chegar soccorro, e que elle se repare por conta dos Donatarios d'ella, ou na forma que possa ser mais a proposito, *de maneira que os gastos não saiam da minha fazenda*, e dando-se aos visinhos as armas que houverem mister, *pagando-as*, e que haja no logar boa vigia, para estar prevenido.

«E dareis ordem ao Sargento-mór d'aquella comarca assista em Montemór-o-Velho, para com a gente d'esta villa acudir a qualquer occasião que se offereça de inimigos, e tenha *bem armada* a

gente de Buarcos, e de dia e de noite suas vigias, vendo se convirá fazer alguma defensa de trincheiras no logar ou na parte em que possam desembarcar os inimigos.

«E *obrigar-se-ha* aos tendeiros dos logares da costa e circumvisinhos, *que tenham polvora para vender aos soldados;* e demais d'isto fareis que se provenha todo o mais necessario.»

Depois da gloriosa independencia de Portugal em 1640, a Figueira começou logo a manifestar a actividade, que a foi successivamente collocando entre as principaes povoações do paiz. Este desenvolvimento affirmou-se primeiramente na industria das construcções navaes, que produziu, em quinze annos, os nove navios, que vem enumerados no Capitulo III, a pag. 63 e 64. O facto demonstra construcção excepcional, ainda quando se não queira attender ás condições dos estaleiros da villa nos annos de 1643 a 1658.

Com quanto os dados estatisticos sejam incompletos, dão-nos comtudo noticia de que o desenvolvimento da marinha n'este porto foi sendo crescente, como o demonstra o augmento do seu commercio.

A pag. 67 e seguintes trata o autor d'este desenvolvimento, apresentando a entrada e saida das diversas mercadorias e o rendimento da sua dizima e siza. Este registo é devéras interessante, pela nacionalidade dos navios que frequentaram o porto e pela naturesa e quantidade dos generos exportados.

Assim no sexenio de 1692 a 1697, o porto foi frequentado por 206 navios hespanhoes, que levaram principalmente louça, madeiras e mos; attingindo a exportação da louça 2700 duzias, em 1695, e 1250 duzias em 1696.

Para a historia da Figueira é muito para ser considerada a seguinte observação: a exportação de vinho para Inglaterra por aquelle porto, parece que principiou em 1697, saindo 217 pipas n'este anno, e tambem 515 ½ milheiros de laranjas, 10 ½ milheiros de limões e algum azeite.

A exportação da louça subiu a 3400 duzias, sendo porem a do

sal apenas de 122 moios. Estas diversas mercadorias foram carregadas em 20 navios, dos quaes 12 hespanhoes e 1 francez.

Para completar o movimento do porto n'este anno, diremos que entraram 545 quintaes de bacalhau, 520 milheiros de sardinha, 30 ½ milheiros de cavalla, 430 peças de pano, 3600 aduelas, e algumas outras mercadorias.

O art. 22.º do Regimento da Alfandega da Figueira, de 24 de Novembro de 1696, prova quanto se tinha tornado notavel o movimento dos navios e mercadorias n'aquelle porto, visto que dizia: «*que a esta alfandega veem mais fazendas, que a outras muitas das que se virão na diligencia que Sua Magestade mandou fazer*».

Ficou assim justificada a nomeação, em 1701, de mais um piloto para a barra.

Convem observar, que das mercadorias exportadas pela barra da Figueira, apenas a cal e parte do sal eram productos das industrias locaes. Os cereaes, legumes e madeiras, vinham de outros centros productores, já com destino a serem embarcados; a louça era na sua maior parte das fabricas de Coimbra, mas vinha alguma de Leiria, especialmente alguidares e tigelas. As mós de moinho eram fabricadas em Villa Nova d'Anços, em cujo porto embarcavam para o da Figueira.

Como curiosidade etenographica registemos aqui, que as embarcações portuguezas e hespanholas, no principio, tinham só nomes de Santos, sendo muito frequentes os de Santo Antonio e da Senhora do Rosario; dando-se ainda a circunstancia de terem por vezes o nome de mais de um santo.

O capitulo VII trata dos edificios mais importantes da povoação e suas circumvisinhanças no seculo XVIII, diz-nos que o mais notavel edificio da Figueira era o Paço, e faz sobre a sua construcção e architectura interessantes considerações, das quaes destacamos que eram muito notaveis os azulejos que guarnecem os envasamentos de algumas salas os quaes se reputam productos das celebres manufacturas holandezas de Delft.

As melhores casas que tinha a Figueira no seculo XVIII, e que pertenciam sem duvida ás familias mais abastadas, compunham-se de lojas no pavimento terreo, e de sala, alcovas, cosinhas e mais algumas divisões no andar superior.

O livro offerece-nos curiosas informações acerca da mobilia de luxo burguez, segundo escriptos officiaes de 1766 a 1785; não resistimos a apresentar os objectos de que se compunham:

«Cadeiras com assento e encosto de couro, e tamboretes encourados, ou simplesmente de castanho pintado.

«Na sala de recepção mezas redondas de madeira de fóra, com duas gavetas, ás vezes de alcatifa de tecido de pita, espelhos com molduras douradas, quadros com santos e retratos de familia.

«Na sala de comer, aparador de castanho, meza grande, redonda de egual madeira, com abas.

«No escriptorio a velha *papeleira* com aba e gavetas, feita de nogueira de madeira de fora.

«Nas alcovas leitos de pau preto.

A estes moveis associavam-se a pequena mesa redonda de um pé, feita de castanho, para *tomar chá*, a *frasqueira* de seis a dez frascos, arcas grandes e pequenas de castanho com fechaduras ou *ferrolhos*, candieiros e castiçaes de latão, e o competente *mancebo* ou *mancebinho*, pequena haste de madeira, fixa n'uma placa tambem de madeira que lhe servia de base, tendo do lado do topo um prego ou gancho em que se suspendia a candea.

Merecem particular referencia os trajes dos habitantes da Figueira no seculo XVIII. Os homens vestiam calções pretos, encarnados ou azues, entre o mais abastados de veludo ou de *belbute*[1] com pintas encarnadas, guarnecidos com fivellas de prata ou ouro, meias compridas, que entre os ricos eram de seda, e sapatos com fivellas de prata. Entre os menos abastados usava-se a vestia ou jaqueta azul ou preta, ás vezes de veludo, colete de panno egual ou de baetão, linho ou chita, camisote de linho e capote azul ou preto. Os ricos

[1] Tecido de algodão de côr e aveludado.

substituiam a vestia pela casaca preta, azul ou côr de mel, ou pela sobrecasaca, e usavam bengala de pau preto ou outra madeira *de fóra*, com chapa de prata no castão, e cadeia de ouro no relogio.

As mulheres menos abastadas vestiam no verão saia de *serafina*, *melania* ou *durante preto*, azul, côr de canella, etc, e roupinhas de chita ou de *primavera verde*; no inverno saia de baeta, castor ou *camelão* de riscas, verde ou de todas as côres do arco Iris, e roupinhas de baetão. Por cima capa ou capote branco de panno de linho, ou de panno alvadio amarello ou encarnado.

Na cabeça mantilha de baeta preta ou frisada. No capitulo joias: o fio de contas ou cordão com um Christo, brincos ou *cadeados* e botões, tudo de ouro.

As senhoras usavam o vestido inteiro de *durante* côr de rosa, preto ou de outras côres, meias de seda bordadas, sapatos de *lemiste*, seda ou bezerro; para agasalho o *josézinho* de baetão alvadio, forrado de veludo carmezim, ou o *picotilho*; na cabeça a mantilha de *lemiste* preto, ou capuchina de tafetá, ou um casquete com fita, peça archeologica de que o autor do livro, de que transcrevemos esta noticia, não poude determinar a forma.

Da comparação do traje masculino com o feminino dos habitantes da Figueira, segundo os dictames da moda no seculo XVIII, resulta que o primeiro fazia notavelmente sobresahir as formas, em quanto que o segundo cuidadosamente as occultava. O homem que não tivesse boas pernas, e que não fosse dotado de elegantes proporções, não podia illudir a vista das mulheres, porque lh'o não permittiam, n'aquelle tempo, o casaco ou jaqueta e os calções e meias compridas. Em quanto que o vestuario da mulher a tornava quasi um mysterio para o homem.

Pouco mais de um seculo depois, a moda não só offerece as condições contrarias no traje da mulher, mas vae ainda muito mais longe, visto dispensar qualquer esforço de imaginação.

Parecem-nos interessantes, para intelligencia do texto, as seguintes definições de Moraes:

Serafina — Tecido de lã delgada, que tinha tambem applicação em forros, cortinas, etc.

Melania — Estofo de lã ou seda, de uma só côr, porem tecido de modo que faz ondas.

Durante — Droga estreita e rala de lã.

Primavera — Panno de seda, de folhagens, flores e matizes.

Lemiste — Panno de lã, o mais perfeito e fino dos de Segovia; de commum é preto.

Josésinho — Capote de mangas com pouca roda.

Picotilho — Burel menos grosseiro que o *picote*, que é panno grosseiro, basto e aspero de que se vestiam os rusticos.

No capitulo X diz o Sr Antonio dos Santos Rocha, que pelos fins do ultimo quartel do seculo XVIII, a Figueira, correspondendo ás exigencias sempre crescentes da sua grande navegação e commercio, teve um extraordinario desenvolvimento, que se estendeu:

do lado de Oeste pelo largo e ladeira da Fonte;

para o Norte até as immediações do Pinhal;

para Leste penetrou no Valle, cobriu inteiramente o Monte, e foi ligar-se com o Casal das Lamas, alargando-se pelo sitio da rua Dez de Agosto, e encosta do Matto.

As novas ruas foram todas alinhadas com uma certa regularidade, assim como as novas construcções, cuja indispensabilidade se foi fazendo sentir. Para a execução d'este importante melhoramento publico, expontaneamente cooperaram os particulares e a Camara. Esta no entretanto procurava resolver a grave questão da falta de agua potavel para abastecimento da villa e dos navios, visto haver só uma pequena fonte, cuja producção era muito inferior ás necessidades do consumo.

Para este fim projectou-se a abertura de um poço e de uma mina nos terrenos que ficam por detrás do actual quartel militar, em direcção da rua da Graça; a obra teve porem pouco andamento por falta de recursos pecuniarios.

Uma outra tentativa para encanar as aguas pelo *caminho do meio da villa até á Praça*, tambem não surtiu resultado.

Deve observar-se que era urgentissima a solução do problema; porque pela acta da sessão da Camara de 19 de Maio de 1779 se vê que, alem de ser unica a fonte da villa, esta, apesar das providencias da Camara, nunca podia conservar-se limpa. A agua era tirada pelo processo elementar de balde, em que se não guardava o devido aceio, e cahiam tambem na fonte as aguas immundas que corriam pela estrada.

O aqueducto do Caminho do Meio até á Praça, concluiu-se finalmente na ultima decada do seculo XVIII, e isto graças aos esforços de muitas vereações.

O problema não ficou porem resolvido, porque a mina anterior não produzia agua sufficiente para os gastos da Villa, e foi necessario proceder á abertura de uma nova mina pela rua de Santo Antonio, a qual, limpa dos entulhos, tornou a agua aproveitavel para os usos do povo.

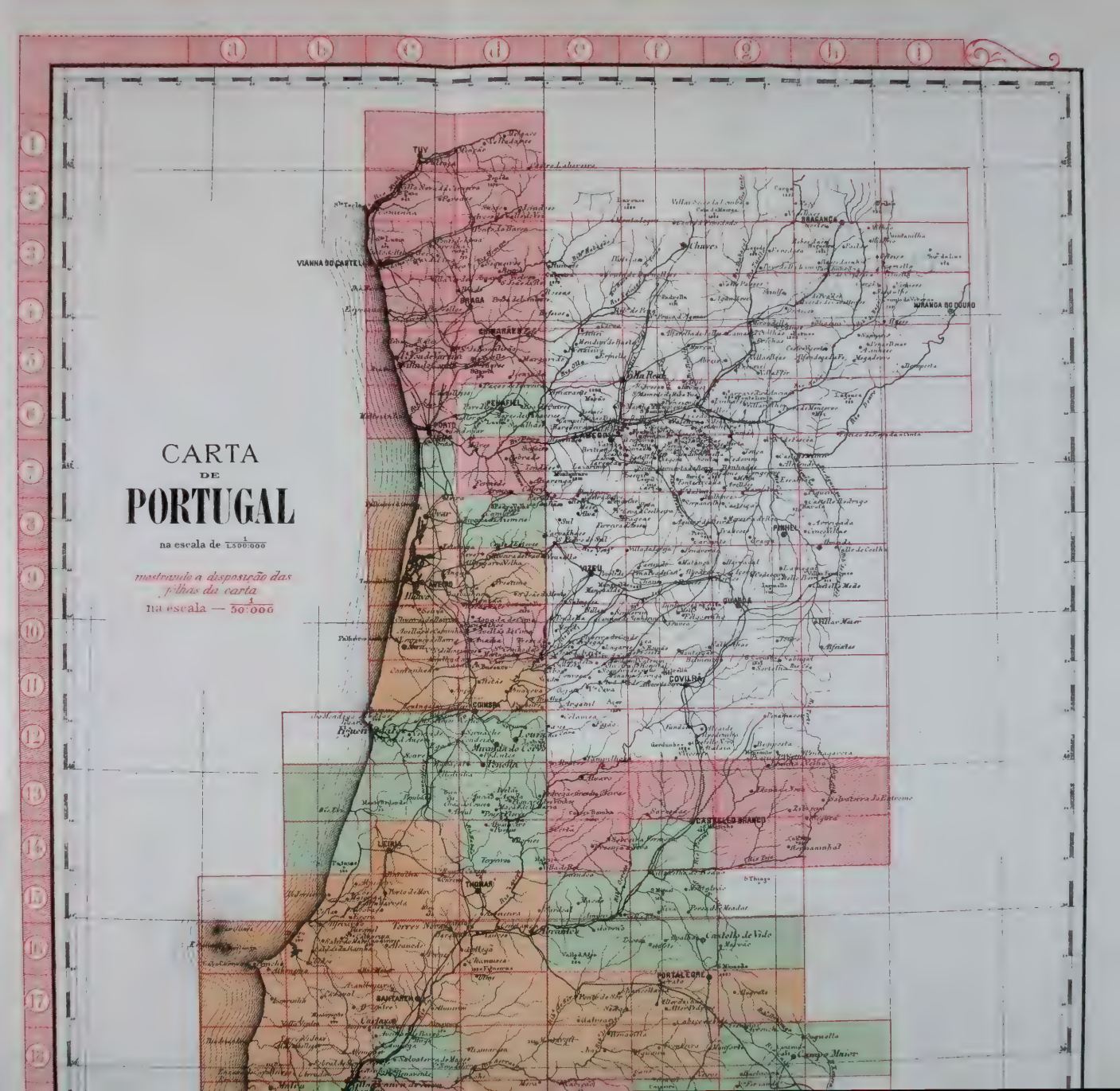
Vamos terminar apresentando ainda algumas das muito importantes informações, que o livro nos offerece, acerca da florescente cidade da Figueira da Foz.

Cresceu com tanta rapidez a povoação da Figueira, nos 16 annos decorridos de 1781 a 1797, que augmentou em mais de metade, dando-se tambem a circumstacia de terem encarecido consideravelmente os generos *de primeira e segunda necessidade*, a ponto do cirurgião do partido, Manuel Antonio Mascarenhas, em sessão solemne da Camara, com a nobresa e povo da Villa, ter tido o voto unanime de que devia ser beneficiado com augmento de ordenado.

Deve notar-se que no fim do seculo XVIII, a população propria da villa era augmentada, na epoca balnear, com a concorrencia de banhistas, que era já então grande.

O autor trata demoradamente das differentes ruas, e dos termos e condições em que foram construidas. Esta descripção prova claramente a dedicação dos vereadores que constituiram differentes

Camaras, a qual se afirmou tambem por contractos com particulares para o emprehendimento de alguns melhoramentos publicos. D'estes nos dá argumento, por exemplo, a *couraça* ou muro, feita no caes por Bento Gonçalves Morim, por concessão da Camara, com a faculdade de usar amplamente da obra para o seu negocio, sem pagamento de renda ou fôro algum, em recompensa do beneficio que o publico recebia.


CARTA
DE
PORTUGAL
na escala de 1/500.000
mostrando a disposição das folhas da carta na escala — 1/50.000
TUY
VIANNA DO CASTELLO
BRAGA
GUIMARÃES
BRAGANÇA
MIRANDA DO DOURO
Chaves
Villa Real
PORTO
PINHEL
AVEIRO
GUARDA
COVILHÃ
COIMBRA
CASTELLO BRANCO
LEIRIA
THOMAR
PORTALEGRE
SANTAREM
Castello de Vide
Campo Maior

Folhas descriptas no Tomo I
Folhas descriptas no Tomo II
Folhas descriptas no Tomo III
PORTALEGRE
SANTAREM
Campo Maior
ELVAS
BADAJOZ
Estremoz
Villa Viçosa
Alvito
Villa Franca de Xira
Alhandra
Torres Novas
Torres Vedras
Cadaval
Alcobaça
Caldas da Rainha
Leiria
Ourem
Thomar
Abrantes
Castello de Vide
Marvão
Nisa
Gavião
Ponte de Sor
Avis
Alter do Chão
Fronteira
Monforte
Arronches
Campo Maior
Elvas
Olivença
Alandroal
Redondo
Reguengos
Montemor
Vimeiro
Lourinhã
Peniche
Obidos
Alcoentre
Cartaxo
Santarem
Almeirim
Coruche
Salvaterra de Magos
Benavente
Alcochete
Aldeia Gallega
Setubal
Almada
Cezimbra
Cabo da Espichel
Cabo de Sagres
Cabo de S. Vicente
Cabo de Santa Maria
Cabo de Tavira
Cabo Carvoeiro
Cabo Mondego
Cabo Espichel
Cabo Raso
Cabo Roca
Cabo Ruivo
Cabo Sagres
Cabo Tavira
Cabo Tiburon
Cabo Vilano
Cabo Vizo
Cabo Vizo
Cabo Vizo

Indice alphabetico

A

Aboim — Familia tão antiga como a nacionalidade portugueza, 292.
Aboim da Nóbrega — Parochia, 292.
Affonso (**D.**) — Grão-Mestre da Ordem do Hospital Menciona-se, 275.
Affonso Henriques (**El-Rei o senhor D.**) — No seu reinado feriu-se a batalha dos Arcos do Valle de Vez, 35.
— Mercê que fez este Soberano ao convento de Nossa Senhora da Abbadia, 104.
— Foi baptisado por S. Geraldo na egreja de S. Miguel de Guimarães, 149.
— Apreciação imparcial das desintelligencias d'este Principe com a Rainha D. Theresa, 155.
Affonso II (**El-Rei o senhor D.**) — Desde o tempo d'este Monarcha, pelo menos, recebia tributo dos soajeiros o Alcaide do castello de Soajo, 57.
Affonso III (**El-Rei o senhor D.**) — Mencionam-se as suas inquirições (1258), 58.
— Sobre as ruinas do logar de Contrasta edificou a villa de Valença (1262), 401.
Affonso (**D. Lourenço**) — Mestre da Ordem de Aviz no seculo XIII.º Fundou o castello de Alandroal, 8.
Afife — Noticias d'esta freguezia, 438.
Agadão — Rio descripto na fl. 10 d, 21.
Aguas Celanas — Eram, segundo os archeólogos castelhanos, em Caldas de Reis, 99.
Aguas de Curia — Noticias várias, 27.
Agueda — Concelho do Districto de Aveiro, 17.
— Freguezias d'este Concelho descriptas na fl. 10 d, 18.
— Rio d'esse nome, 21.
Aguião — Vide *Torre de Aguião*.
Alandroal — Parte do Concelho d'essa denominação acha-se comprehendido na fl. 26 f, 5.
— Noticias várias da villa d'este nome, 8.
Alçaius — Acha-se na fl. 13 f, 13.
— É aldeia importante do Districto de Castello Branco, 14.
— É freguezia, orago Nossa Senhora da Conceição, 14.
Ali-Alboacem — Menciona-se esse Imperador de Marrocos, 11.
Almaceda — Menção d'esta freguezia, 14.
Almada — Vide *Condes de Almada*.
Almadas (**Soutos d'el-Rei**) — Possuiram, depois dos Magalhães e Meneses, a donataria da villa da Ponta da Barca, 292.
Alpreade — Rio da região de Idanha-a-velha, 177.

Alterações de Evora — Noticias historicas, 86 e seg.
Alto da Pedrada — Ponto elevadissimo, assim chamado em Soajo, 53.
Alvares Pereira (D. Nuno) — Foi 8.º Conde de Barcellos. Linha por onde este Condado entrou na Casa de Bragança, 100.
Alvares Pereira — Vide *Casassa Alvares Pereira.*
Alvaro — É uma das tres povoações principaes de fl. 13 e, 273.
— Descripção rapida d'eta villa, 276.
Alves Galvão (Antonio Severino) — Trabalhos geodesicos d'este official, 17, 143, 311, 447.
Alves Pereira (Dr. Antonio) — Medico hygienista, fundador benemérito do moderno Hospital da villa dos Arcos. Rapida descripção d'este estabelecimento, 43.
Alves Pereira (Dr Felix) — Collaboração d'este distincto archeólogo no presente livro, 34.
— Sua noticia summária de Soajo, 52 e seg.
— É autor de uma muito interessante memória inclusa neste livro, desde pag. 35 a 52 acerca do Concelho dos Arcos, e de outra sobre Soajo, 52 a 65.
Amarante—Freguezias d'este Concelho, 144.
Amares — Noticias d'esta villa, e da sua parochia, 125 e seg.
— Rapida descripção de alguns dos seus padrões e edificios notaveis, 126.
Anadia — Concelho do Districto de Aveiro, 17.
— Faz parte da fl. 10 d, 17.
— Freguezias do Concelho, 18.
— Noticias da villa da Anadia, 22.
Anadia — Vide *Condessa da Anadia.*
Ancora — Noticias d'essa freguezia, 439.
Andrade Gramaxo (Dr.)—Menciona-se este erudito clinico, 297.
Annes (Alvaro) — Abbade edificador de certa ponte antiga nos Arcos de Valle de Vez, 41.
Annes de Lima (Fernão) — Fez-lhe el-Rei D. João I em 1339 doação de importantes bens, 41.
Annes de Sousa (Gonçalo) — Este ascendente da Casa do Cadaval concedeu foral á villa de Mortágua, 23.
Antão (Santo) — Vide *Collegio de Santo Antão.*
Antonio (O Senhor D.) — Prior do Crato. Diz a tradição que, depois de derrotado em Alcantara, se acolheu á freguezia de Alhães, termo de Villa-verde, 125.
— Fugitivas noticias a seu respeito, 158.
— Foi senhor do mosteiro de Pombeiro, 161.
Araujo — Vide *Rodrigues de Araujo.*
Araujo de Azevedo (Antonio de) — Diplomata e Ministro de Estado. Teve em 1815 o titulo de Conde da Ponte da Barca, 292.
Aravil — Vide *Ribeira de Aravil.*
Arbués Moreira (Carlos Ernesto de) — Trabalhos geodesicos d'este official, 185.
Archeólogo (O) portuguez — Cita-se esta erudita publicação, 37, 40.
Architectura românica—Trechos que se encontram d'ella nos Arcos do Valle de Vez, 40.
Arco da Vandoma, no Porto. Noticias historicas, 334 e seg.
Arcos de Valle de Vez — Noticias, 31, 34.
— Minuciosas informações d'essa villa, 35 e seg.
— Memoria archeologica e económica por Alves Pereira, inclusa neste volume, 35 e seg.
— Poucos viajantes visitam esta villa, 35.
— População, 36.
— Descripção pittoresca do sitio, 37 e seg.
— Brasão de Armas da villa, 38.
— Monumentos megalithicos, 38 e seg.
— Não apresenta esta villa caracter antigo, por ser post-filippina, 41.
— É de todos os Concelhos do Districto de Vianna o mais extenso, com densidade desegual de população, 44.
— Pode affirmar-se que metade do Concelho se acha inculta, 45.
— Culturas principaes do Concelho, 47.
— Deseja desde muito este Concelho possuir uma linha férrea. Considerações, 48.
— Densidade da população, 49.
— A grande propriedade seria inimiga do progresso no Minho. Considerações, 49.
— Comparação da população do Concelho com a de outros, 49.

— Emigração, 50.
Arjões — Significado d'esta palavra em Soajo, 62.
Arrábida — Vide *Serra da Arrabida.*
Arraiollos — Freguezias d'este Concelho inclusas na fl. 20 e, 67.
— Estuda-se toda essa região, 67 e seg.
— Hydrographia do Concelho, 69.
— Estradas, 68.
— Caminhos de ferro, 68.
— Povoações principaes, 68.
— Orographia, 71.
— Historia da villa, e descripção, 72.
— Forte castello construido por el-Rei D. Diniz, 72.
— Foi dada esta vila em cabeça de Condado por el-Rei D. João I a D. Nuno Alvares Pereira, 72.
— Menciona-se a notavel industria dos tapetes de Arraiollos, 73.
Arredores — Significação d'esta palavra em Soajo, 62.
Arronches — Vide *Marquezes de Arronches.*
A'scuma — Interpretação d'este antiquissimo vocábulo, 60.
Aurora — Casa vincular em Ponte do Lima. Noticias genealogicas, 429.
Ausónio — Célebre poeta do seculo IV.º. Cita-se, 110.
Ave — Noticias d'este rio, 451.
Aveiro e **Vizeu** — Estes dois Districtos administrativos acham-se em parte na fl. 10 d, 17.
Avila (**Duque de**) — Quando em 1829 era Administrador geral de Evora, trasladou para a Sé d'essa cidade os ossos de André de Resende. Minuciosas noticias do facto, 75.
— No edificio da antiga Universidade de Evora mandou fundar a Casa-pia, 77.
— Satisfação que lhe causou um modesto legado que lhe deixou um dos pobres azylados da Casa-pia de Evora, 78
— Baniu do templo de Diana o açougue, 81.
Azere — Vide *Ponte de Azere.*
Azevedo (**Marianno Antonio de**)—Trabalhos geodesicos d'este official, 13, 140, 175, 185, 271, 353, 397, 463,
Azevedo — Vide *Araujo e Azevedo.*
— *Ferreira de Azevedo.*

B

Bairrada — Descripção d'esta amena região, 25 e seg.
Bandua — Nome de uma antiquíssima divindade dos Lusitanos, achado em *castros*, 39.
Baptista (**Dr. Albino**) — Allude-se a uma sua obra sôbre as aguas de Entre-os-rios, 393.
Barata (**Antonio Francisco**) — Cita-se, 93.
Barba — Vide *Geraldes Barba.*
Barbosa — Vide *Vilhena Barbosa.*
Barbosa Cunha Sotomayor (**Francisco de**) — Proprietario de um antigo edificio senhoril em Barcellos, 101.
Barbosa Machado (**Diogo**) — Cita-se este eminente bibliógrapho, 73.
Barca — Vide *Ponte da Barca.*
Barcellos — Noticias do Concelho e seus arredores, 95.
— Freguezias inclusas na fl. 4 c, 96.
— Noticias historicas da villa, 99.
— Foi cabeça de Condado doado por el-Rei D. Diniz a D. João Affonso de Meneses, 99.
— Existia esta villa já no tempo do nosso primeiro Rei, 99,
— Armas da villa, 100.
— É o termo d'esta villa fertilissimo, 100.
— Mandou o 1.º Duque de Bragança cercar de muralhas a villa, 100.
— Varios Condes que teve esta villa, 99, 100.
— Rapidas allusões á sua situação e a varios edificios da villa, 101.
— O solar da Casa de Bragança foi cedido por el-Rei D. Carlos para a Bibliotheca, 102.
— Estradas que servem a villa, 102.
Barradas Guerreiro (**Cesar Augusto**) — Trabalhos geodesicos d'este official, 175, 185, 271, 353, 379, 385.
Barros (**Dr. João de**) — Cita-se, 115.
Barros — Vide *Gama Barros.*
Batalha dos Arcos de Valle de Vez — Aprecia-se rapidamente, 35.
Beirados — Significação d'esta palavra em Soajo, 62
Bemfica — Descripção minuciosa do sumptuoso palacio dos Marquezes de Fronteira, 359 e seg.

Bencatel—Noticias historicas d'estas povoação. Menciona-se uma inscripção romana, 11, 12.
Benedictina Lusitana — Cita-se, 164.
Bento (San) — Egreja da villa dos Arcos. Serve hoje de capella do cemiterio, 43.
Bertiandos — Noticias historicas e genealogicas d'esta Casa vincular, 430 e seg.
Bom-Jesus do Monte — Descreve-se este interessante e opulento sanctuario bracharense, 118 e seg.
Borba — Parte do Concelho d'esse nome está comprehendido na fl. 20 f, 5.
Borges de Figueiredo — Vide *Cardoso Borges de Figueiredo.*
Borja (S. Francisco de) — 4.º Duque de Gandía. Residiu em Evora; ainda hoje se conhece a cella que habitou no Collegio dos Jesuitas, 78.
— Dissertação genealogica sôbre a descendencia d'elle até á representante actual da Casa de Fronteira, 82 e seg.
Bouças — Uma das sete povoações principaes da região do Porto, 316.
— Noticias historias, 351.
Braga —Noticias de tão interessante cidade, 105 e seg.
— Chamavam-lhe os Romanos *Augusta*, 110.
— Minuciosas informações chrorographicas e historicas, 100 e seg.
— Sua alta importancia no tempo dos Romanos, 111.
— Ahi se celebraram cinco Concilios. Quaes, 112.
— Fortificada pelos Romanos, Suevos, Godos, Arabes, e Portuguezes, 112.
— O seu castello é considerado *monumento nacional*, 113.
— Segundo alguns, foi esta cidade fundação de Carthaginezes, 114.
— Povoaram os Carthaginezes o territorio de toda a região bracharense, 115.
— Foi Braga fundada, segundo alguns antiquários, por Turdulos e Gallo-Celtas, 115
— Segundo outros, foi fundação de Romanos, 115.
— Sua preeminencia em seculos antigos, 116.
— Descripções da vetusta Cathedral, 116, 117.
— Brasão da cidade, 120.
— Vias militares romanas, 120.
Braga — Vide *Fernandes Braga.*
Bragança (Joaquim José) — Trabalhos geodesicos d'este official, 31, 263, 287, 397, 463.
Brandas—Significação rural d'esta palavra, 44.
Briteiros — Vide *Citania de Briteiros.*
Brito (Frei Bernardo de) — Cita-se uma opinião sua sôbre a cidade de Braga, 114.
— Menciona-se, 169.
Brito Limpo (Francisco Antonio de) — Trabalhos geodesicos d'este official, 185.

C

Cabral — Vide *Curry da Camara Cabral.*
Cabreira (Ribeira de) — Por onde passa, 33
Cabreiro — Vide *Ponte do Cabreiro.*
Cabril (Rio) — Que sitios banha, 33.
Cadaval — Vide *Duques do Cadaval.*
Cáfete — Menção d'esta freguezia, 14.
Caldas do Gérez — Uma das tres povoações principaes da fl. 3 d, 291.
— Noticias historicas d'estas regiões, 295 e seg.
Caldas de Monfortinho—Vide *Fonte santa.*
Caldas de Vizella — Noticias, 173
Caldellas — Esta povoação thermal é uma das tres principaes da fl. 3 d, 291.
— Vide *Thermas de Caldellas.*
Camalus — Antiquissimo nome de homem, tal como se acha em *castros*, 39.
Camara Cabral — Vide *Curry da Camara Cabral.*
Camara Manuel (C. da) — Cita-se um seu artigo publicado no periodico *O Archeologo portuguez*, 73.
Caminha — Descripção historica d'esta villa; minucias curiosas, 171.
Caminhos de ferro
Da fl. 1 c, 398.

Da fl. 2 c, 465.
Da fl. 3 c, 412.
Da fl. 4 c, 97.
Da fl. 4 d, 108.
Da fl. 5 c, 448.
Da fl. 5 d, 145.
Da fl. 6 c, 312.
Da fl. 10 d, 18.
Da fl. 13 f, 14.
Da fl. 14 g, 354.
Da fl. 19 e, 280.

Canalí — Vide *Canase*.

Canase (ou **Canalí**) — Antiga povoação, que Manuel Severim de Faria diz ter existido no sitio do Valle do Infante, 8.

Canissa — Vide *Ribeira de Canissa*.

Capella de Santa Cruz em Barcellos — Menciona-se, 102.

Cáramos — Freguezia do Concelho de Felgueiras, 159.

Cardoso Borges de Figueiredo (Antonio) — Cita-se este aplicado investigador, 40.

Carlos (El-Rei o senhor D.) — Concedeu á Camara de Barcellos o solar velho da Casa de Bragança, para ahi se estabelecer a Bibliotheca Municipal, 102.

Carrancas — Vide *Palacio dos Carrancas*.

Carvalho da Costa (Padre Antonio — Cita-se, 64.

— Opinião sua sobre Barcellos, 101.

— Cita-se de novo, 151, 158, 277, 294

Casa de Castro — A torre do seu solar é na Freguezia de Santa Maria dos Ferreiros, Concelho de Amares, 127

— Averiguações genealogicas e historicas, 127 e seg.

Casassa Alvares Pereira (Eduardo) — Trabalhos geodesicos d'este official, 185, 287.

Castelhanos — Incendiaram no seculo XVII.º a villa dos Arcos, 41.

Castello — Logar na freguezia de Lindoso, 64.

Castello Branco — Parte d'este Concelho entra na fl. 13 f, 13

Castello Branco (Camillo) — Menciona-se, como illustre habitante que foi de S. Miguel de Seide, 461.

Castello de Paiva — Vide *Conde de Castello de Paiva*.

Castro — Vide *Casa de Castro* — *Sanches Leite de Castro* — *Seabra de Castro*.

Castro (D. Alvaro Pires de) — A este irmão de D. Ignez de Castro foi concedido o titulo de Conde de Arraiolos, 72.

Castro Laboreiro — Fortaleza antiga destinada á vigilancia do arredor de Soajo, 57.

— Como el-Rei D. Diniz pôz côbro a demasias do respectivo Alcaide, 57.

Castro Laboreiro (Rio de) — Por onde passa, 33.

Castros — Aprecia-se de relance o que eram, 39.

Caterina (D.) — Rainha da Gran-Bretanha Visitou o convento da Serra d'Ossa, e ahi se hospedou, 284.

Cavado — Pescas nesse rio, 104.

Cavallos de Fão — Noticias d'essas rochas, 103.

Celenos — Antiquissimos povos, que os archeólogos collocam nas margens do rio Cávado, 99.

Cenáculo (D. Frei Manuel de) — Cita-se este benemérito e sabio Arcebispo de Evora, 81.

Cendufe — Antigo castro, onde appareceu uma interessante escultura antiga, 40.

Certã — Noticias d'este Concelho, 133.

— Suas Freguezias várias, 133.

— Descripção e história da villa, 136.

Cerveira — Vide *Villa Nova da Cerveira*.

Cidadelhe — Logar da Freguezia de Lindoso, 64

Citania de Briteiros — Antiguidades e noticias d'este monumento romano-Lusitano, 168.

Citanias — Vide *Castros*.

Coelho — Na familia d'este nome perpetuou-se seculos a posse da casa onde nascera Egas-Moniz, 158.

Collegio de Santo Antão — Noticias, 242 e seg.

Collegio dos Jesuitas em Evora — Foi transformado em Universidade em 1559, 77

Comedias — Vide *Pátio das comedias*.

Companhia geral de Agricultura das vinhas do Alto-Douro — Menciona-se, 26.

Conde de Castello de Paiva — Possue numa sua quinta o antigo chafariz do claustro do mosteiro de Pombeiro, 162

Conde da Ericeira — Cita-se o seu *Portugal restaurado*, 41.
Conde de Odemira — Foi-lhe doada a villa de Mortágua, 23
Conde da Figueira — Chefe actual do ramo principal da familia dos Machados, 126.
— Do cartório d'este Conde extrahiu o autor valiosos esclarecimentos, 127.
Conde D. Henrique — Doou ao Conde D. Mendo Paes Rufinho o sitio da actual Villa do Conde, 451.
Conde D. Mendo Paes — Vide *Conde D. Henrique*.
Conde da Ponte da Barca — Recebeu em 1815 esse titulo Antonio de Araujo de Azevedo, 292.
Conde de Terena — Foi dado em 1836 esse titulo ao Visconde de S. Gil de Perre, Sebastião Corrêa de Sá 11.
Condes de Almada — Menciona-se a sua casa de Lanhezes, no Alto-Minho, 437.
Condes da Aurora — Noticias genealogicas, 429.
Condes de Bertiandos — Estuda-se essa familia, e o seu solar do Minho, 430 e seg.
Condessa da Anadia — Menciona-se o seu palacio nessa villa, 22.
Condessa D. Mumadona — Estuda-se quem era. 150.
— Fundadora de um mosteiro em Guimarães, 150.
Condestavel — Vide *Moura Lima Condestavel*.
Conimbriga — Antiquissima denominação de Condeixa, 39, 40.
Contrasta — Logar animado, onde el-Rei D. Affonso III mandou edificar Valença, 401
Convento de Freiras de Santa Clara em Villa do Conde. Noticias e descripções, 452 e seg.
Convento Lucense — Na administração dos Romanos era a Provincia de Lugo, 99.
Convento da Serra d'Ossa — Curiosas noticias d'essa vetusta casa, 282 e seg.
Conventos mixtos — Prohibidos pelo Papa S. Gregorio, 151.
Corrêa de Sá (Sebastião) — Sendo Visconde de S. Gil de Perre foi elevado a Conde de Terena, 11.
Cortelho — Significação d'esta palavra, 44.
Corticada — Antiga denominação de Proença-a-Nova, 137.
Costa (Henrique Carlos da) — Trabalhos geodesicos d'este official, 185.
Costa (Cesar Augusto da) — Trabalhos geodesicos d'este official, 67.
Costa — Vide *Carvalho da Costa* — *Gonçalves da Costa* — *Lopes da Costa*.
Couto do Mosteiro — Freguezia do Concelho de Santa Comba Dão, 18.
Crastos — Vide *Castros*.
Crésfuma — Antiga villa do Concelho do Villa Nova de Gaya. Descripções e noticias historicas, 395.
Criz — Rio descripto na fl. 10 d, 21.
Cunha (D. Filippa da) — Cita-se, 41.
Cunha (D. Rodrigo da) — Cita-se a sua *Historia ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, 110.
— Menciona-se outra vez, 113, 115.
— Inclina-se este douto Prelado a que os primeiros fundadores de Braga fossem Gregos, 116.
Cunha — Vide *Pereira da Cunha*
Cunha Rivara (Joaquim Heliodoro da) — Foi natural de Evora, 73.
Cunha Sotomayor — Vide *Barbosa Cunha Sotomayor*.
Curado — Vide *Gomes Curado*.
Curía — Aguas minero-medicinaes que existem, 27.
Curry da Camara Cabral (Dr. José) — Erudita opinião d'este abalisado clinico sôbre a virtude therapeutica de certas aguas, 305 e seg.

D

Damasio (José Victorino) — Notavel engenheiro militar portuguez. Foi em 1847 mandado cercar a villa de Valença, 407.
Denis (Ferdinand) — Menciona-se uma phrase d'este escriptor francez sôbre André de Resende, 74.
Dias (João Miguel) — Trabalhos geodesicos d'este official, 17, 185.
Dictionario popular — Cita-se, 9.
Diniz (El-Rei o senhor D.) —

Reconstruiu o castello da villa do Redondo, o qual parece já existia desde o tempo dos Romanos, 10.
— Como pôz côbro ás extorsões do Alcaide de Castro Laboreiro, 57.
— Em 1282 coarctou desmandos ao de Soajo, 57, 58.
— Mandou em 1297 edificar na raia de Galliza um castello denominado Lindoso, 64.
— Mandou construir em Arraiolos um castello de seis torres, 72.
— Doou Barcellos em Condado a D. João Affonso de Meneses, e depois a D. Pedro filho do mesmo Rei, 99.
— Elevou Pavia a Villa em 1287. Dúvidas, 282.
— Castello com que protegeu a nossa raia minhota, 408.
— Fundou Villa Nova da Cerveira, 469.
Divor (Ribeira de), 281.
Duarte (El-Rei o senhor D.) — Doou Mortágua a D. Sancho de Noronha, Conde de Odemira, 23.
Duas-pontes — Segundo o *Itinerario* de Antonino eram ao norte de Pontevedra, 99.
Duque de Bragança, D. Affonso. Construiu grande paço em Guimarães, 150.
Duque do Cadaval — Doou-lhe el-Rei D. Pedro II certas villas, 23.
— Gonçalo Annes de Sousa, ascendente d'este Duque, outorgou foral á villa de Mortágua, 23.

E

Elias Veneto — Cita-se este sabio Judeu, 111.
Encados — Significação d'este termo em Soajo, 62.
Encyclopedia portugueza — Cita-se, 25.
— Outra vez, 161.
Endovélico — Menciona-se esta primitiva divindade dos antigos Lusitanos, 10.
Entre-os-rios — Logar, séde de Parochia, 391
— Descripções e noticias, 391 e seg.
Ericeira — Vide *Conde da Ericeira*.
Ermello — Egreja fundada pela senhora D. Tareja, 40.
Escalios — Menção de duas Freguezias d'esse nome, 14.
Espigueiros — O que são em Soajo, 54.
Espirito Santo — Egreja na villa dos Arcos do Valle de Vez fundada em 1549, 42.
Esposende — Freguezias d'este Concelho inclusas na fl. 4 c, 96.
— Noticias d'esta villa minhota, 103.
— Foi feita villa por el-Rei D. Sebastião, 103.
— A sua origem não sobe além do seculo XV.º, 103.
Estaço (Gaspar) — Cita-se um livro d'este erudito, 113.
— Cita-se outra vez, 151.
— Outra vez, 169.
Estradas da fl. 1 c, 398.
Da fl. 1 d, 264.
Da fl. 2 c, 464.
Da fl. 2 d, 32.
Da fl. 3 c, 413.
Da fl. 3 d, 289.
Da fl. 4 c, 96.
Da fl. 4 d, 107.
Da fl. 5 c, 449.
Da fl. 5 d, 145.
Da fl. 6 c, 313.
Da fl. 7 d, 389.
Da fl. 10 d, 19.
Da fl. 13 c, 272.
Da fl. 13 f, 14.
Da fl. 13 h, 580.
Da fl. 14, 134.
Da fl. 14 g, 354.
Da fl. 19 c, 280.
Da fl. 20 f, 6.
Estradas da região de Idanha-a-Nova, 176
Estradas que ligam Villa-verde a outras povoações, 123.
Estremoz — Parte do Concelho desta denominação acha-se na fl. 20 f, 5.
Evora — Parte do seu Concelho está na fl. 20 f, 5.
— Freguezias inclusas na fl. 20 e, 67
— Noticias historicas de tão nobre cidade, 73 e seg.
— Extracto de um artigo do sr. Camara Manuel, 73, 74.
— O templo de Diana foi conservado a instancias do Dr. Augusto Filippe Simões, 81.
— Noticias historicas da revolução patriotica denominada «as alterações de Evora», 86 e seg.
Extremo — Uma das duas povoações principaes da fl. 13 h, 580.
Extremo — Vide *Salvaterra do Extremo*.

F

Fafe — Noticias e antigualhas d'esta povoação, 167.
Famalicão — Vide *Villa-Nova de Famalicão.*
Fão — Villa defronte de Esposende, 103.
— Houve ahi marinhas de sal, 104.
Fargela (Ribeira de), 281.
Faria — Vide *Severim de Faria.*
Felgueiras — Freguezias d'este Concelho, 144.
—Noticias descriptivas d'esta villa,156.
— Só foi elevada a villa em 1846, 157.
Fernandes Braga (José Antonio) — Trabalhos geodesicos d'este oficial, 17, 95, 311, 387.
Fernando I (El-Rei o senhor D.) — Fez Conde de Arraiolos a D. Alvaro Pires de Castro, 72.
Fernando Magno (El-Rei D.) — Resgatou dos Moiros a villa de Mortágua, 23.
— Fundação sua em 1041, 161.
Ferreira (Marquez de) — Vide *Duque do Cadaval — Telles Ferreira.*
Ferreira de Azevedo (Manuel) — Este antigo clinico aconselhou o uso das Caldas do Gerez, 297.
Ferreira da Silva — Menção elogiosa de uma sua obra sôbre as aguas de Entre-os-rios, 393.
Figueira — Vide *Conde da Figueira.*
Figueira da Foz — Additamentos á historia d'esta villa, 483 e seg
Figueiredo da Guerra (Luiz de) — Cita-se, 41.
— Informações que deu ao autor d'este livro, 103.
Figueiredo — Vide *Cardoso Borges de Figueiredo.*
Filippe III (El-Rei D.) — Alvarás e privilegios concedidos a Soajo, 55.
Fonte-santa, ou Caldas de Monfortinho. Noticias, 382 e seg.
Frades de Belem — Fundaram na villa de Felgueiras um hospicio, 161.
Freixial — Menção d'esta Freguezia, 14.
Freixo (Ribeira do), 281.
Fronteira — Vide *Marquezes de Fronteira.*
Fundão — Parte d'esse Concelho acha-se na fl. 13 f, 13.

G

Gaya — Vide *Villa-Nova de Gaya.*
Gallegos — Segundo Justino, descendiam de Gregos, 113.
Gallo-Celtas — Fundaram Guimarães, 149.
Galvão — Vide *Alves Galvão.*
Gama Barros (Henrique da) — Cita-se este erudito conquistador e historiador, 58, 59.
Gandia — Vide *Borja (S. Francisco de).*
Gateiras — Significação d'este termo, 80.
Gavieira (Rio) — Por que sitios passa, 33.
— Com esse nome ha uma serra em Soajo, 53.
Geraldes Barba (Francisco de Paula) — Trabalhos geodesicos d'este official, 5.
Geraldo (S.) — Sendo Arcebispo de Braga, baptisou em Guimarães o Principe que veio ser el-Rei o senhor D. Affonso I, 149.
Gerez — Vide *Caldas do Gerez.*
Gevelim — Que significa este vocábulo, 60.
Giella — Vide *Torre de Giella.*
Gomes Curado (Bartholomeu) — Fundou Misericordia e Hospital na villa de Oleiros, 277.
Gonçalves (Mem) — Prior da Ordem do Hospital. Foi o primeiro povoador da villa de Oleiros, 275.
Gonçalves — Vide *Pereira Gonçalves.*
Gonçalves da Costa (Isabel) — Na sua villa da Ponte da Barca hospedou el-Rei D. Manuel I em 1497, 294.
Gonçalves Mendes (D. Hermenegildo) — Conde de Tuy, marido de D. Mumadona, 150.
Gondomar — Povoação principal da região do Porto, 316.
— Noticias e descripções, 348 e seg.
Graciosa — Vide *Marquez da Graciosa.*
Gramaxo — Vide *Andrade Gramaxo.*
Gregorio (S.) — Sendo Summo Pontifice, prohibiu os conventos mixtos, 151.
Guerra — Vide *Figueiredo da Guerra.*
Guerreiro — Vide *Barradas Guerreiro.*

Guilhafouxe — Etymologia da palavra, 37.
Guimarães — Freguezias d'esse Concelho, 144.
— Forte castello. Noticias interessantes, 152
— Noticias do seu historico templo de Nossa Senhora da Oliveira, 153.
— Foi elevada esta villa a cidade em 1853, 154.
— Seus monumentos: prehistoricos, luso-romanos, medievos, do renascimento, e modernos, 154
— Na egreja parochial de S. Miguel foi baptisado el-Rei D. Affonso I, 149
— Descreve-se a egreja parochial, 149.
— Rapido quadro de Guimarães, 149.
— Ahi possuiram os Duques de Bragança um sumptuoso palacio, 150.

H

Henrique (Cardeal Infante D.) depois Rei. Quando arcebispo de Evora, fundou lá o Collegio dos Jesuitas, 76.
— Mandou tirar 96 columnas de certa egreja em Evora, collocando-as noutra parte, 11.
Henrique (O senhor Conde D.) e a Rainha D. Tareja aiudaram muito a povoação dos territorios bracharenses, 116.
Henrique (Infante D.) — Interessantes noticias d'este notabilissimo filho d'el-Rei D. João I, 327 e seg.
— Casa em que nasceu esse Infante, 330 e seg.
Henrique — Vide *Conde D. Henrique.*
Herculano (Alexandre) — Como aprecia a célebre batalha dos Arcos do Valle de Vez, 35.
— Citamse palavras suas sôbre Soajo, 53
— Opinião sua a respeito de Mara Paes Ribeira, 452.
Hespanha — Sua divisão pelos Romanos em Citerior e Ulterior. Outras divisões do mesmo territorio, 111, nota.
História ecclesiastica dos Arcebispos de Braga — Cita-se esta obra de D. Rodrigo da Cunha, 110.
Hospital — E' o edificio mais importante da villa dos Arcos, 43
Hospital de S. José — Noticias, 251 e seg.
Hospital Real de Todos os Santos — Descripção d'esse importante estabelecimento, 208 e seg.
— Mais noticias do mesmo, 233 e seg.
Hubner (Dr.) — Menciona-se, 79 e seg.
— Cita-se, 172.
Hydrographia da região de Idanha-a-Nova, 176
Hydrographia da fl. 1 c, 398.
Da fl. 1 d, 264.
Da fl. 2 c, 466.
Da fl. 2 d, 33.
Da fl. 3 c, 414.
Da fl. 3 d, 290.
Da fl. 4 c, 98.
Da fl. 4 d, 109.
Da fl. 5 c, 450.
Da fl. 5 d, 147.
Da fl. 6 c, 315.
Da fl. 7 d, 330.
Da fl. 10 d, 21.
Da fl. 13 e, 272.
Da fl. 13 f, 15.
Da fl. 13 h, 380.
Da fl. 14, 134.
Da fl. 14 g, 354.
Da fl. 19 c, 281
Da fl. 20 f, 7.

I

Idanha-a-Nova — Descripção chorographica e historica, 178.
— Antiguidades d'esta região, 175 e seg.
Idanha-a-Velha — Descripção chorographica e historica, 178 e seg.

J

Jesuitas — O seu Collegio do Espirito Santo foi fundado em Evora pelo Cardeal Infante D. Henrique sendo lá Arcebispo, 76.
Jesus — Vide *Igreja de Jesus de Marvão.*
João I (El Rei o senhor D.) — Alvará de privilegios concedidos a Soajo, 55.
— Privilegios dados a mesma villa, 60.
— [illegible] tempo d'este Senhor [illegible] da Senhora [illegible], 28[illegible]
João II (El Rei o senhor D.) [illegible]
33

— Alvará concedendo privilegios a Soajo, 55.
João III (El-Rei o senhor D.) — Concede novos privilegios a Soajo, 55.
João IV (El-Rei o senhor D.) — Confirmou certas doações feitas á Casa de Odemira, 23.
— Concedeu privilegios a Soajo, 55.
João V (El-Rei o senhor D.) — Concedeu, como seus avós, privilegios aos Soajenses, 55.
— Estabeleceu uma capellania nas Caldas do Gerez, 296.
Jorge (Ricardo) — Menciona-se como zeloso promotor das Caldas do Gerez, 297.
José (El-Rei o senhor D.) — Confirmou em 1752 antigos privilegios outorgados a Soajo, 55.
— Resposta a certo inquérito sôbre Soajo, 60.
Justino — Cita-se este escriptor romano, 113.

K

Korrodi (Ernesto) — Habil artista, domiciliado em Portugal, autor de um projecto de restauração do solar dos Duques de Bragança em Barcellos, 102.

L

Laboreiro — Vide *Castro Laboreiro.*
Lanhezes — Casa vincular dos Almadas em Ponte do Lima, 436.
Lanhoso — Vide *Porca de Lanhoso.*
Laranjeira — Vide *Teixeira Laranjeira.*
Leão — Vide *Rainha de Leão.*
Leça da Palmeira — É uma das sete povoações principaes da região do Porto, 316.
— Noticias várias, 347 e seg.
Leite de Castro (Julio Cesar) — Trabalhos geodesicos d'este official, 353.
Leite de Castro — Vide *Sanches Leite de Castro.*
Leite de Vasconcellos (José) — Citam-se obras suas, 39.
— Cita-se o seu bello livro *Religiões da Lusitania*, 40.
— Palavras d'esse erudito antiquario, 79.
— Cita-se, 85.
Lima (Rio) — Concelhos que banha no seu percurso, 33.
— E' um dos seus afluentes o rio Vez, 36.
Lima (Francisco Carlos de) — Trabalhos geodesicos d'este official, 5, 17, 105, 311, 387, 447.
Lima (Leonel de), 41.
Lima — Vide *Annes de Lima.*
Lima Condestavel — Vide *Moura Lima Condestavel.*
Limia — Cita-se essa revista viannense, 45.
Limpo — Vide *Brito Limpo.*
Lindoso — Antigo ponto fronteiriço escalonado com Soajo, 57.
— Fica ao sul de Castro Laboreiro, 57 nota.
— Castello edificado por el-Rei D. Diniz na raia de Gallisa, 64.
— Freguezia, outr'ora villa, do concelho de Ponte da Barca, 64 e seg.
— Etymologia d'esse nome, 64
— Concedeu el-Rei D. Manuel I varios privilegios a esta povoação, 64.
Lisboa — Acha-se na fl. 20 b, 185 e seg.
— Enumeram-se os varios Concelhos do seu Districto, 186.
— Sua divisão em concelhos e Freguezias, 186.
— Caminhos de ferro d'esta região, 187.
— Estradas que a sulcam, 188.
— Hydrographia d'este Districto, 189.
— Sua orographia, 191.
— Lista das várias estampas com que o autor acompanha o seu estudo d'estes sitios, 191 e seg.
— Noticias historicas de Lisboa, 192 e seg.
— Descrevem-se os vários montes sôbre que assentam as Parochias lisbonenses. Noticias historicas, architectonicas e artisticas, 193 e seg.
Lisboano — Assim designam os Soajeiros o seu patricio, que, tendo emigrado para Lisboa, regressa ao Soajo, 63.
Lobo Ribeiro de Magalhães (Dr. Antonio) — Presta esclarecimentos ao autor, 160.
Logares — Significação d'esta palavra, 45.
Lopes (João) — Fundador do pelourinho da villa dos Arcos de Valle-de-Vez, 44.
Lopes da Costa (Maria) — Se-

nbora nobre quinhentista, fundadora da villa da Ponte da Barca, 294.
Lopes de Macedo (Theotonio) — Trabalhos geodesicos d'este official, 67, 185, 387.
Lordosa — Menção d'esta Freguezia, 14.
Lousada — Que Freguezias tem esse Concelho, 144.

M

Macedo — Vide *Lopes de Macedo.*
Machado (José) — Cita-se, 41
Machado (Manuel) — Illustre azoengo dos Condes da Figueira Alguns traços para o retrato d'esse notavel homem, 128 e seg.
Machado — Descende esta familia do rico-homem D. Mendo Moniz que em 1147 se illustrou na tomada de Santarem, 126.
— Possuiram os Machados solar em Amares, 126.
Machado — Vide *Barbosa Machado. Marquez de Montebello. Silva Machado. Xavier Machado*
Magalhães (João de) — Sendo criado do Duque de Bragança obteve a alcaidaria do castello da Nobrega, 292
Magalhães — Vide *Lobo Ribeiro de Magalhães*
Magalhães e Meneses — Tiveram a donataria da villa da Ponte da Barca, 292.
Maia — E' uma das sete povoações principaes da região do Porto, 316.
— Noticias historicas d'esta povoação, 350.
Manuel I (El-Rei o senhor D.) — Deu em 1514 foral á villa da Anadia, 22.
— Deu foral novo á villa de Mortágua 23.
— Deu foral á villa de Oliveira do Bairro, 24.
— Concedeu privilegios a Soajo, 55.
— Ainda nos dias d'este Soberano eram cobertas de mattas as cumeadas de Soajo, 58.
— Confirmou privilegios antigos de Soajo, 59.
— Outorgou foral a Lindozo em 1514, 64.
— E outro a Arraiolos em 1511, 72.
— E a Felgueiras em 1514, 156.
— Fundou a egreja matriz da villa de Oleiros, 274.
— Concedeu em 1513 foral á villa do Pedrogão pequeno, 277.
— E outro em 1516 a villa de Pavia, 282.
— E a villa do Vimieiro em 1512, 385.
— E em 1513 á Nobrega, 295.
— E á villa de Segura em 1510, 386.
Manuel — Vide *Camara Manuel.*
Manuel de Mello (D. Francisco) — Menciona-se o seu livro *Epanáphoras*, 86.
Manuelinho — Vide *Alterações de Evora.*
Margarida (Santa) — Foi-lhe dedicada uma capella junto á villa de Oleiros. Caso curioso ahi succedido, 275.
Maria (Rainha D.) — Mulher d'el-Rei D. Affonso XI.º de Castella. Menciona-se um caso succedido com essa senhora, 11.
Maria II (Rainha D.) de Portugal Em 1853 elevou a cidade a villa de Guimarães, 154.
Marinha (Santa) do Outeiro — Noticias d'essa desapparecida egreja lisbonense, 206 e seg.
Marquez da Graciosa — Menciona-se o seu palacio nas immediações da Ajuda, 22.
Marquez de Montebello — Cita-se, 101.
Marquez de Pombal — Gilpo violento por elle vibrado contra a região vinhateira da Bairrada, 26.
Marquezes de Arronches — Foram donatarios da villa de Oliveira do Bairro, 24.
Marquezes de Fronteira — Noticias genealogicas, 358.
— Descripção minuciosa do seu sumptuoso palacio em S. Domingos de Benfica, 360 e seg.
Martins Sarmento (Francisco) — Cita-se, 171.
Martins Vieira (Thome) — Trabalhos geodesicos d'este official, 31, 103, 143, 311, 387.
Martyres (D. Frei Bartholomeu dos) — Presidiu este Arcebispo a um Concilio, 112.
Matalote (Ribeira de), 281.
Matosinhos — E' uma das sete povoações principaes da região do Porto, 316.
— Noticias historicas, 344 e seg.

Mealhada — Concelho do Districto de Aveiro, 17.
Melgaço — Menção d'este Concelho, 32.
— Noticias chorographicas e historicas, 263 e seg.
— Mais noticias, 266.
Mello — Vide *Manuel de Mello (D. Francisco).*
Mendes Junior (José Joaquim) — Trabalhos geodesicos d'este official, 463.
Mendes — Vide *Gonçalves Mendes.*
Meneses (D. João Affonso de) — Foi o primeiro Conde de Barcellos, nomeado por el-Rei D. Diniz, 99.
Meninos de Palhavan — Foram estas altas personagens desterradas para a Serra d'Ossa, 284.
Minho pittoresco — Cita-se esta interessante obra, 170.
Miranda — Ermida junto aos Arcos do Valle do Vez, 40.
Misericordia — Egreja da villa los Arcos, 43.
Moncão — Noticias d'esta villa, 267.
Monforte—Noticias historicas, 356.
Monfortinho — Uma das duas povoações principaes da fl. 13 h, 380.
— Noticias d'essa villa, 381.
Montebello — Vide *Marquez de Montebello.*
Monteiros em Soajo, 59.
Montemór-o-Novo — Freguezias d'este Concelho inclusas na fl, 20 e, 67.
Morales (Ambrosio de) — Cita-se, 151.
Moreira — Vide *Arbuès Moreira.*
Mortágua — Concelho do Districto de Viseu, 18.
— Freguezias do Concelho, 18.
— Noticias d'essa villa, 23 e seg.
Mortágua — Ribeira inclusa da fl. 10 d, 21.
Mosteiro de Pombeiro — Citam-se quatro estampas d'elle, 161.
— Os seus Frades entregavam parte dos foros aos de Belem, 161.
— Em 1561 ficou pertencendo ao Senhor D. Antonio filho do Infante D. Luiz, 161.
— Ali e na Senhora da Oliveira armou el Rei D. Affonso Henriques os seus cavalleiros, 161.
— Foi extincto em 1834, 161.
Incendiado na invasão franceza, 161.
— O que ainda existe d'este mosteiro 161.
Mosteiro de Santo Thyrso — Sua fundação e antiguidades, 164.
Moura Lima Condestavel (Joaquim Manuel de) — Trabalhos geodesicos d'este official, 13, 175, 353.
Mourisca — Dança antiga; em que consistia, 278.
Mumadona — Vide *Condessa D. Mumadona.*
Museu ethnologico de Belem — Menciona-se, 40.
— Outra vez, 63.

N

Napier (Almirante Sir Charles) — Tomou a villa de Caminha em nome do partido constitucional. Pormenores, 476.
— Tomou Valença em Abril de 1834, 401, 402.
Navega (D. Luiz) — Citam-se palavras d'este clinico acêrca das aguas de Curia, 28.
Nobiliario do Conde D. Pedro. Allude-se-lhe, 100.
Noronha — Vide *Conde de Odemira.*
Novaes (Dr. João) — Director clinico das Thermas de Caldellas, e autor de um livro sôbre ellas, 301.

O

Odemira — Vide *Conde de Odemira.*
Odivellas — Noticias do seu grande mosteiro, 208.
Oleiros — A Freguezia de Isna é nesse Concelho, 133.
— Noticias do Concelho de Oleiros, 271
— E' uma das tres povoações principaes da fl. 13 e, 273.
— Noticias historicas e chorographicas, 274 e seg.
— Parte do Concelho está na fl. 13 f.
— Menção e descripção da matriz da villa, 274.
— Etymologia do nome de Oleiros, 274.
— Pertenceu esta villa ao Grão Priorado do Crato, 276.
Oliveira do Bairro — Concelho do Districto de Aveiro, 71.
— Noticias da villa, 24.
Oliveira — Vide *Senhora (Nossa) da Oliveira.*

Ordem de Malta — Noticias várias, 431.
Orographia da fl. 1 c, 398.
Da fl. 1 d, 265.
Da fl. 2 c, 466.
Da fl. 2 d, 34.
Da fl. 3 c, 415.
Da fl. 3 d, 290.
Da fl. 4 c, 99.
Da fl. 4 d, 109.
Da fl. 5 c, 450.
Da fl. 5 d, 148.
Da fl. 6 c, 315
Da fl. 7 d, 390.
Da fl. 10 d, 21 e seg.
Da fl. 13 c, 273.
Da fl. 13 f, 16.
Da fl. 13 g, 177 e seg.
Da fl. 13 h, 380.
Da fl. 14, 135.
Da fl. 14 g, 355.
Da fl. 19 c, 281.
Da fl. 20 f, 7.
Da fl. 21, 21 e seg.
Ossa — Vide *Serra d'Ossa*.
Outeiro maior — Assim se denomina o ponto mais elevado da serra de Soajo, 38, 53

P

Paço da Ribeira—Noticias d'esta sumptuosa residencia Real em Lisboa, 257 e seg.
Paços de Ferreira — Freguezias d'esse Concelho, 144.
Paes (**D. Gualdim**) — Nasceu em Amares. De quem era filho, 125, 126.
Paes — Vide *Conde D. Mendo*.
Paes Ribeira (**Maria**) — A esta sua amante doou el-Rei D. Sancho I uma propriedade em Villa do Conde, 452.
— Opiniões do Padre Carvalho da Costa, e de Alexandre Herculano a respeito d'esta senhora, 452.
Paiva — Vide *Sobrado de Paiva*.
Palacio dos Carrancas — Noticias historicas e descriptivas d'esta famosa habitação portuense, 325 e seg.
Palma Velho (**José Raymundo da**) — Trabalhos geodesicos d'este official, 105, 133, 271.
Palmeira — Vide *Loja da Palmeira*.
Parada — Logar na Freguezia de Lindoso, 64.
Paredes de Coura — Menção d'este Concelho, 32.
— Noticias da villa, 443.
Páteo das comedias em Lisboa. Seu arrendamento, 229 e seg.
Pavia é uma das povoações principaes da fl. 19 e, 282.
— Descripções historicas e chorographicas, 282 e seg.
Pedraga — Vide *Alto da pedrada*.
Pedrinha — Pyramide geodesica em Soajo, 53.
Pedro (**D.**) — Filho d'el-Rei D. Diniz; foi 2.º Conde de Barcellos. Attribue-se-lhe o célebre *Nobiliario*, 100.
Pedro I (**El-Rei o senhor D.**) — Ao seu tempo (se não é a eras anteriores) sobem certos privilegios aos *aguadeiros* e *moços de agua* em Soajo, 58.
Pedro II (**El-Rei o senhor D.**) — Doou as villas de Mortágua e Tentugal ao Marquez de Ferreira, depois 1.º Duque do Cadaval, 23.
— Alojou-se em 1704 na villa de Mortágua, 23.
— Construiu em Fao um pequeno castello, 104.
Pedrógão pequeno — E' uma das tres povoações principaes da fl. 13 e, 273.
— Descripção historica e chorographica da villa, 277.
Pelourinho — Descreve-se o da villa dos Arcos, fundado no seculo XVI.º, 43
Peneda (**Ribeira da**) — Por onde passa, 33.
— E' tambem uma serra em Soajo, 53.
— Descreve-se, 61.
Peneda e Ramiscal — Dois polygonos de arborisação antiga estabelecidos em 1910 em Soajo, 60,
Pereira (**Gabriel**) — Citase, 77, 80, 81, 85, 86.
Pereira (**D. Nuno Alvares**) — Foi por el-Rei D. João I feito Conde de Arraiolos, 72.
— Vide *Alvares Pereira*.
Pereira — Vide *Ires Pereira* — *Carassa Ires Pereira*.
Pereira da Cunha — Familia nobre da villa de Paredes de Coura. Noticias, 443
Pereira Gonçalves (**José Augusto**) — Trabalhos geodesicos d'este official, 13, 175, 271, 379.

Perre — Vide *Visconde de S. Gil de Perre.*
Perry (Antonio José) — Trabalhos geodesicos d'este official, 441, 463.
Perry (Geraldo Augusto) — Trabalhos geodesicos d'este official, 13, 175, 585, 271, 379.
Pigeiro (Ribeira de), 281.
Pinho Leal — Cita-se, 27.
— Vide *Portugal antigo e moderno.*
Pombal — Vide *Marquez de Pombal.*
Pombeiro — Algumas noticias d'esta Freguezia, 159
— Era *couto*, 162.
— Antiguidades d'esta villa, 162.
Pombeiro — Vide *Mosteiro de Pombeiro.*
Ponsul — Rio que passa por Idanha-a-Velha, 176.
Ponte de A'zere — Menciona-se, 41
Ponte da Barca — A este Concelho pertence a Freguezia,, outr'ora villa, de Lindoso, 61
— Noticias, 287 e seg.
— E' uma das tres povoações principaes do Concelho do mesmo nome, 291.
Descripção historica e chorographica da villa, 292 e seg.
— Origem d'essa denominação, 292.
— A ponte da villa foi construida em 1513, 292.
— Apontam-se alguns solares no termo, 293.
— E' esta villa cabeça de Comarca, 293.
— Enumeram-se os vários mosteiros situados nos arredores d'esta villa, 293
Ponte do Cabreiro — Menciona-se, 40.
Ponte do Lima — Freguezias d'este Concelho comprehendidas na fl. 4 e, 95.
— Estudo minucioso da villa, 423 e seg.
Porto — De toda a sua importante região trata a fl. 6 e, 311 e seg.
Noticias historicas, 316 e seg
Portugal antigo e moderno — Menção d'esse livro, 8, 274.
Portugal restaurado — Cita-se essa obra, 41.
Póvoa de Lanhoso — Noticias d'esta povoação, 121.
Descripção rapida da villa, seus edificios, etc., 122
— Armas da Póvoa, 123.
Povoa do Rio de Moinhos — Freguezia, 14.
Póvoa de Varzim — Noticias historicas e descriptivas, 455 e seg.
Proença-a-Nova — Freguezia d'este Concelho, 134.
— Historia rapida da villa, 137.
Propriedade agricola — Considerações sôbre ella no Concelho dos Arcos, 48.
Prova — Sitio, 36.

Q

Queimadas — O que são, e como se usam nas terras de Soajo, 61.

R

Raia (Ribeira da), 281.
Rainha de Leão (D. Theresa) — Foi senhora de Montemor e Esgueira, 401.
Ramiscal — Matta do Concelho dos Arcos, 46.
Ramiscal e Peneda — Dois polygonos de arborisação antiga estabelecidos em 1910 nas terras de Soajo, 60
Rebello da Silva (Luiz Augusto) — Cita-se, 92.
Redondo—Parte do Concelho d'este nome está comprehendida na fl. 20 f, 5.
— Noticias historicas d'esta villa, 9.
— Foraes que lhe foram concedidos, 10.
Refoyos de Riba d'Ave — Passou a denominar-se modernamente villa de Santo Thyrso, 163.
Rego (Fernando Rodrigo do) — Trabalhos geodesicos d'este official, 17, 95, 411, 447.
Resende (André de) — Por diligencia e ordem do Duque d'Avila, foram os ossos do eminente antiquario trasladados para a Sé de Evora, 74.
— Cita-se o escriptor, 170.
Ribeira — Vide *Paço da Ribeira* — *Paes Ribeira.*
Ribeira de Aravil na região de Idanha-a-velha, 177.
Ribeira de Canissa — Passa na mesma região, 177.
Ribeira grande — Acha-se na fl. 13 e, 273.
Ribeira de Pampilhosa, ou de **Unhaes** — fl. 13 e, 273.

Ribeira das Taliscas — Na região de Idanha-a-Velha, 177.
Ribeira de Toula — Na mesma região, 177.
Ribeiras traçadas na fl. 20 f. 7.
Ribeiro de Magalhães — Vide *Lobo Ribeiro de Magalhães.*
Ribeiros mencionado na fl. 13 f, 15.
Rio de Moinhos — Vide *Póvoa de Rio de Moinhos.*
Rivara — Vide *Cunha Rivara.*
Rocha — Vide *Santos Rocha.*
Rocha Vianna (Francisco de Paula da) — Menciona-se este antigo Presidente da Camara Municipal de Evora, 81.
Rodrigues de Araujo (Pavo) — Foi o primeiro Alcaide de Lindoso. Teve vários senhorios, 64.
Romanica (Architectura) — D'ella se encontram alguns trechos preciosos em edificios dos Arcos de Valle do Vez, 40.
Romanos — Não é provavel que tivessem estação naval na foz do rio Cávado, 103
— Possuiram um *castrum* no sitio onde é hoje Villa-do-Conde, 451.
Rosmaninhal — E' uma das duas povoações principaes da fl. 14 g, 354
— Noticias historicas d'essa villa, 357.
Rufinho — Vide *Conde D. Mendo Paes.*
Rupestres (Sepulturas) — Vide *Sepulturas*

S

Sá — Vide *Corrêa de Sá.*
Sabadim — Ermida antiga na villa dos Arcos, 40.
Salgado — Vide *Vidigal Salgado.*
Salgueiro — Menção d'esta Freguezia, 14.
Salvador — É lhe dedicada a egreja parochial da villa dos Arcos. Suas preciosas alfaias, 42.
Salvaterra do Extremo — Noticias d'esta villa, 381.
Samadas de Simão — Menção d'esta Freguezia, 14.
Sancha (Infanta D.) — Foi senhora de Alemquer, 401.
Sanches Leite de Castro (Julio Cesar) — Trabalhos geodesicos d'este official, 67, 143, 279, 341, 385.
Sancho I (El-Rei o senhor D.) — Teve casa no sitio onde é hoje Villa-do-Conde, 451.
San-Gil de Perre — O Visconde d'esse titulo foi em 1836 elevado a Conde de Ferena, 11.
San-Payo — Egreja na villa dos Arcos, 43.
Santa Comba Dão — Concelho do Districto de Viseu, 18.
Santo Tyrso — Freguezias d'este Concelho, 143.
— Noticias e antiguidades da villa, 163.
— Vide *Mosteiro de Santo Tyrso.*
Santos Junior (Augusto A dos) — Autor de um erudito livro *Cabidas de Geoez*, 296.
Santos Rocha (Dr. Antonio dos) — Cita-se um seu livro, 483.
Sarmento — Vide *Martins Sarmento.*
Sarzedas — Menção d'essa Freguezia, 14.
Seabra de Castro (D. Maria Emilia) — Herdou bens de seus paes no Concelho da Anadia, 22
Sebastião (El-Rei o senhor D.) — Concedeu a Esposende a cathegoria de villa, 103.
— Sua devoção ao convento da serra d'Ossa, 284.
Segura — Villa do Districto de Castello Branco, 385.
— Algumas noticias historicas, 386.
Seide — Logarejo no termo de Villa-Nova de Famalicão, onde habitou Camillo Castello-Branco, 461.
Sempre noiva — Descripção d'este interessantissimo edificio eborense, 92.
Sendim — Freguezia do Concelho de Felgueiras, 158.
Senhora (Nossa) da Lapa — Egreja da villa dos Arcos, 43.
Senhora (Nossa) da Oliveira — Noticias d'esta egreja historica da cidade de Guimarães, 153.
Senhora (Nossa) dos Remedios — Egreja da Villa dos Arcos, 43.
Sepulturas rupestres, isto é cavadas na rocha. Existem na villa dos Arcos, 40.
Sergude — Ahi nasceu Egas Moniz, segundo a tradição, 158.
Serra da Arrabida — Menciona-se, 7.
Serra d'Ossa — Menciona-se, 7
Serra de Soajo — Sua altitude, 53

Sértoma (ou **Cértime**) — Rio da fl. 10 d, 21.
Sertório — Menciona-se de passagem, 10
— Historia d'este famoso general, 138 e seg.
Severim de Faria (Manuel) — Asserção sua acêrca do Valle do Infante, 8.
Silva — Vide *Rebello da Silva*.
Silva Machado (André da) — Transformou em capella um antigo castello romano na Póvoa de Lanhoso. 123.
Silva Valente (Antonio Maria da) — Trabalhos geodesicos d'este official, 5, 67, 143, 279, 311, 387.
Simão — Vide *Samadas de Simão*
Simões (Dr. Augusto Filippe) — Cita-se, 40, 81, 168
Soajeiro — Assim se deve escrever, e não Soajense, 63.
— Descreve-se o trajo que usam os habitantes masculinos e femininos de Soajo, 63
Soajo — Foi em tempos remotos Concelho sôbre si, 44.
— Noticia summaria d'esta terra, 52 e seg.
— E' villa, mas não consta desde quando, 52.
— Sua situação e descripção, 52.
— Chama-se-lhe villa, 52, 53.
— Descripções por F. Alves Pereira, 52 a 63.
— Sua altitude, 53.
— Cumeadas mais altas, 53.
— Descreve-se a povoação, 53.
— Palavras de Herculano, 53.
— O pelourinho de Soajo, 54
— Alvorôtos trememundos em Soajo, 55.
— Privilegios antigos, 55.
— Como a ignorancia boçal dos habitantes acolheu o Administrador dos Arcos, quando ia lá começar certas avaliações, 55.
— Rivalidades entre Soajeiros e Arcoenses, 56.
— Ainda no seculo XVI.º eram infestadas de feras, as mattas de Soajo, 58.
— Já nas inquirições d'el-Rei D. Affonso III ha disposições acêrca de Soajo, 58.
— Era *montaria*, com seu monteiro mór, 58.
— Pensa-se ha annos em restabelecer no sitio a antiga vegetação, 60.
— Descrevem-se as *queimadas*, 61.
— Trabalhos e usanças agricolas, 61 e seg
— Trajo, já obsoleto, dos habitantes 63.
Soajo e **Cabana maior** — Entre essas duas freguezias ergue-se o *Outeiro maior*, 38.
Sobrado de Paiva — Villa, cabeça do Concelho de Castello de Paiva. Descripções, 384 e seg.
Sobral do Campo—Menção d'esta Freguezia, 14
Sotomayor — Vide *Barbosa da Cunha Sotomayor*.
Soult (Marechal) — Estragos que deixou este invasor na sua passagem por Valença em 1809, 401.
Sousa (D. Diogo de) — Este Arcebispo de Braga fundou a capella mór da sua Sé, 116.
Sousa (Gonçalo Annes de) — Concedeu foral a villa de Mortágua, 23.
Souto — Vide *Valle Souto*.

T

Talábriga — Vetusta denominação de Albergaria-a-Velha, 39.
Taliscas — Vide *Ribeira das Taliscas*
Tancraciano — Menciona-se de passagem este antigo Prelado de Braga, 122.
Tavora —Commenda antiga da Ordem de Malta, 40.
Teixeira Laranjeira (Victorino) — Trabalhos geodesicos d'este official, 31, 287, 463.
Telles Ferreira (Augusto Gerardo) — Trabalhos geodesicos d'este official, 17, 95, 143, 311, 387, 147
Tera (Ribeira de), 281.
Terena — Noticias historicas d'esta villa, 10.
— Vide *Conde de Terena*.
Terreiro — Sitio na villa dos Arcos, d'onde se descortira magnifica paizagem, 42.
Theodosio (D.) — Duque de Bragança. Despojou um antigo templo de Endovelico, 11.
Theresa (Infanta D.) — Vide *Rainha de Leão*.
Thermas de Caldellas — Noticias minuciosas e authenticas d'estas thermas, 300 e seg.

Thyrso — Vide *Santo Thyrso*.
Tibo — Sitio em Soajo.
Tinalhas — Menção d'esta Freguezia, 14.
Tondella — Concelho do Districto de Viseu, 18.
— Freguezias d'este Concelho contidas na fl. 10 d, 18.
Torre de Aguião — Menciona-se, 41.
Torre de Giella — Menciona-se, 41.
Torres (Frederico Augusto) — Trabalhos geodesicos d'este official, 185.
Torto (Rio) — Vide *Ribeira das Taliscas*.
Toula — Vide *Ribeira de Toula*.
Turiacus — Nome de antiquissima divindade lusitana achado em *castros*, 39.

U

Unhão — Antiguidades d'esta interessante Freguezia, 162.

V

Valença—Noticias historicas d'esta villa, 399 e seg.
— Foi edificada em 1262 por el-Rei D. Affonso III, 401.
— Suas fortificações militares, 408.
— Mais noticias curiosas, 409 e seguintes.
Valente — Vide *Silva Valente*.
Valerio Maximo — Cita-se, 170.
Valle Souto (Albino Evaristo do) — Trabalhos geodesicos d'este official, 31, 95, 287, 397, 411, 463.
Valle de Vez — Vide *Arcos de Valle de Vez*.
Vandoma — Vide *Arco da Vandoma*.
Varzim — Vide *Pórto de Varzim*.
Vasconcellos — Vide *Leite de Vasconcellos*.
Velho — Vide *Padro Velho*.
Veneto (Elias) — Cita-se, 111.
Ventosa do Bairro — Freguezia do Concelho da Mealhada, 18.
Vez (Rio) — Seu percurso, 33.
— Affluente do rio Lima a jusante de Ponte da Barca. Noticias várias, 36 e seg.
Vianna do Castello — Freguezias d'este Concelho inclusas na fl. 4 e, 95.
— Estudo d'esta importante povoação, 411 e seg.
Vianna — Vide *Rocha Vianna*.
Vias ferreas — Vide *Caminhos de ferro*.
Vias militares romanas até Braga, 120.
Vicente (San) de fora — Noticias d'este celeberrimo cenobio lisbonense, 197 e seg.
Vidigal Salgado (Emilio), 67, 95, 143, 279, 411, 463.
Vieira (Padre Antonio) — Menciona-se, 83 nota.
Vieira — Vide *Martins Vieira*.
Vilhena Barbosa (Ignacio de) — Cita-se, 100, 293.
Villa do Conde — Estuda-se, 447.
— Noticias chorographicas e historicas, 451 e seg.
Villa-Nova da Cerveira — Noticias, 463 e seg.
— Descripção historica, 467.
Villa-Nova de Famalicão — D'este Concelho inclue-se na folha 4 e a Freguezia de Arnoso, 96.
— Freguezias do Concelho, 144.
— Noticias e descripções, 459 e seguintes.
Villa-Nova de Gaya — Uma das sete povoações principaes da região portuense, 316.
— Noticias historicas, 388 e seguintes.
Villa de Rei — Freguezias d'este Concelho, 134.
Villa-Verde — Freguezias d'este Concelho, 96.
— Noticias diversas, 123.
Villa-Vicosa — Parte do Concelho d'este nome acha-se na fl. 20 f, 5.
Vimieiro — E' uma das povoações principaes da fl. 19 e, 282.
— Noticias d'esta villa, 285 e seg.
— Discorda o autor da opinião do Padre Carvalho sôbre a origem do nome da villa, 286.
Vinha — Duas várias maneiras de cultura ha no Concelho dos Arcos, 47.
— Tem nas terras de Seapo cultura diversa da que se emprega no Concelho dos Arcos, 62.

Virgem da Vandoma — Noticias d'esta muito célebre Imagem, 336.
Viriato — Menciona-se de passagem, 10.
Visconde de S. Gil de Perre — Elevado a Marquez de Terena em 1836, 11.
Visconde de Villa-Nova da Cerveira — D. Diogo de Lima. Mandou construir muralha com baluartes e fosso na sua villa, 468.
Viseu e **Aveiro** — Estes dois Districtos administrativos acham-se em parte na fl. 10 d, 17.
Vizella — Vide *Caldas de Vizella*.

X

Xavier Machado (**Joaquim Emygdio**) — Trabalhos geodesicos d'este official, 31, 105, 263, 397.

COLLOCAÇÃO DAS ESTAMPAS

Ponte de Cabreiro (de Valle de Vez) 34
Ponte de Villela (« « « «) 38
Paço de Giella (« « « «) 40
Pelourinho de (Arcos « « « «) 42
Santuario da Penedia 46
Largo do Eiró (Villa do Soajo) 52
Espigueiro (Arcos de Valle de Vez) 56
Templo de Diana 81
Ermida de S. Braz 86
Entrada do Castello de Castro 126
Castello de Castro (Amares) 128
Estatua de Affonso I (Guimarães) 154
Planta de S. Vicente (affonsino) 198
S. Vicente (affonsino) 199
S. Vicente (actual) 201
Egreja de S.ta Marinha d'Outeiro de Lisboa 206
Odivellas (convento em 1859) 208
Croquis da planta do hospital de Todos-os-Santos 211
Alçado do hospital de Todos-os-Santos 214
Portal do hospital de Todos-os-Santos 215
Hospital de S. José (Fachada da igreja de S.to Antão) 242
« « « (Portal da igreja de S.to Antão) 246
« « « (Portico de entrada) 256
Paço da Ribeira (desde a denominação filippina) 257
« « « (no tempo d'el-rei D. João III) 258
« « « (« « « «) 260
« « « 261
Janella do quarto onde nasceu o Infante D. Henrique 330
Porta de Vandoma 337

Palacio dos Marquezes de Fronteira (Galeria da capella) 361
« « « « « (Entrada da capella) 366
Estatua de Venus Marquezes de Fronteira 367
Palacio dos Marquezes de Fronteira (vista do jardim) 368
Azulejos « « « « 369
Palacio « « « « (Lago e galeria dos reis) 373
Paço de Calheiros (Ponte de Lima) 426
Palacio de Bertiandos 430
Paço de Lanhezes (*entrada*) 436
« « « 438
Convento de Villa do Conde 452
Castello de Villa Nova da Cerveira 466
Forte da Insua 472
Torre de Caminha 473

LIBRARY
FEB
2
1979
UNIV. OF TORONTO

BINDING SECT. DEC 8 1982

REMOVE
THIS POCKET
NTO LIBRARY

Avila e de Bo
A nova car
de Portugal

(3)

DP
515
A85
v.3

Avila e de Bolama, marquez de
A nova carta chorográphica
de Portugal

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 11 04 20 08 013 9